



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Educação - FE

Departamento de Planejamento e Administração - PAD

Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA

Parceria UnB-MEC/SECAD-MDA-UNESCO/ICAE

RELATÓRIO

1ª Oferta (06/10/2010 a 03/01/2011)

Brasília, Fevereiro 2011



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Universidade de Brasília – UnB/FE

Reitor da Universidade de Brasília

José Geraldo de Sousa Júnior

Diretora Faculdade de Educação - FE

Carmenísia Jacobina Aires

Departamento de Planejamento e Administração – PAD

Maria Zélia Borba Rocha

Gestor do Termo de Cooperação

Ruth Gonçalves de Faria Lopes

Ministério da Educação – MEC

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD

André Luiz Figueiredo Lázaro

Diretor de Educação de Jovens e Adultos - DPEJA

Jorge Luiz Teles da Silva

Coordenadora Pedagógica da DPEJA

Tânia Maria de Melo

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Ministro do MDA

Guilherme Cassel

Coordenadora Geral de Apoio a Negócios e Comércio Territorial

Maria das Graças Correia de Almeida

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Especialista em Educação da UNESCO

Timothy Denis Ireland

Oficial de projetos de Educação da UNESCO

Carlos Humberto Spezia

ICAE – International Council for Adult Education

Especialista em Educação do ICAE

Celita Eccher

Cecilia Fernandez



EQUIPE DO CURSO

1- Coordenação Colegiada Interinstitucional (Instituições parceiras)

Carlos Spezia (UNESCO)
Catarina de Almeida Santos (UnB/FE)
Cecília Fernandez (ICAE)
Elaine Filomena Chagas Cáceres (MEC/SECAD)
Maria das Graças Almeida (MDA)
Regina Malheiros (MEC/SECAD)
Ruth Gonçalves de Faria Lopes (UnB/FE)
Tânia Maria de Melo (MEC/SECAD)
Timothy Denis Ireland (UNESCO)

2- Coordenação Colegiada Institucional (UnB/FE):

Carmenísia Jacobina Aires
Catarina de Almeida Santos
Ruth Gonçalves de Faria Lopes

3- Avaliador do Curso:

Danielle X. Pamplona Nogueira (UnB/FE)

4- Corpo Docente

Módulo I

André Luiz Figueiredo Lázaro (MEC/SECAD)
Carmenísia Jacobina Aires (UnB/FE)
Humberto Oliveira (MDA)
Oviomar Flores (UnB/FE/DEx)
Paul Singer (MTE/SENAES)
Vicent Defourny (UNESCO)

Módulo II

Atila Roque (INESC)
Cecilia Fernandez (ICAE)
Celita Eccher (ICAE)
Daniel Cara (Campanha Nacional pela Educação)
Denise Carreira (Ação Educativa)
Janaina Cristina de Jesus (PUC-GO)
Maria Margarida Machado (UFG)
Pedro de C. Pontual (CEAAL)
Valerio Ussene (Moçambique)

Módulo III

Maria das Graças C. de Almeida (MDA)
Janaina Cristina de Jesus (PUC-GO)

Módulo IV

Carmenísia Jacobina Aires (UnB/FE)
Catarina de Almeida Santos (UnB/FE)
Maria Clarisse Vieira (UnB/FE)
Ruth Gonçalves de Faria Lopes (UnB/FE)

5- Apoio Tecnológico

Márcia Castilho de Sales

6- Suporte Técnico

João Lucas Bragança

7- Tutoras

Alexandra Pereira da Silva
Juliana Alves Botecchia

8- Secretaria Administrativa

Danielle Estrela Xavier



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária dos cursistas.....	16
Gráfico 2 – Sexo dos cursistas.....	16
Gráfico 3 – Formação acadêmica dos cursistas.....	17
Gráfico 4 – Utilização de computador pelos cursistas	17
Gráfico 5 – Domínio de Informática	18
Gráfico 6 – Acesso à internet	18
Gráfico 7 – Participação em cursos a distância	19
Tabela 1 - Tecnologias utilizadas em cursos a distância	19
Gráfico 8 – Principal ocupação dos cursistas	20
Gráfico 9 – Espaço de atuação em EJA.....	20
Gráfico 10 – Tempo de atuação em EJA.....	21
Gráfico 11 – Motivo principal de escolha do curso.....	21
Gráfico 12 – O módulo I atingiu os objetivos propostos.....	65
Gráfico 13 – A carga horária da atividade foi adequada no módulo I.....	65
Gráfico 14 – A temática abordada pelo módulo I foi relevante	66
Gráfico 15 – Os tutores evidenciaram segurança na apresentação da temática do módulo I	66
Gráfico 16 – Os tutores fizeram uso de linguagem acessível para uma melhor compreensão da temática do módulo I	67
Gráfico 17 – Os tutores propiciaram a relação teoria e prática módulo I.....	67
Gráfico 18 – Pontualidade no início e no término da atividade do módulo I.....	68
Gráfico 19 – Foram desenvolvidas estratégias que promoveram a interatividade dos cursistas com os tutores no módulo I	68
Gráfico 20 – Desempenho e grau de satisfação dos cursistas no módulo I.....	69
Gráfico 21 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o módulo I.....	69
Gráfico 22 – O módulo II atingiu os objetivos propostos	78
Gráfico 23 – A carga horária da atividade foi adequada no módulo II	79
Gráfico 24 – A temática abordada pelo módulo II foi relevante	79
Gráfico 25 – As estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo II.....	80
Gráfico 26 – Os tutores cumpriram o programa do módulo II.....	80
Gráfico 27 – Os tutores evidenciaram segurança na apresentação da temática do módulo II	81
Gráfico 28 – Os tutores fizeram uso de linguagem acessível para uma melhor compreensão da temática do módulo II.....	81
Gráfico 29 – Os tutores propiciaram a relação teoria e prática no módulo II	82
Gráfico 30 – Pontualidade no início e no término da atividade do módulo II	82
Gráfico 31 – Desempenho e grau de satisfação dos cursistas no módulo II	83
Gráfico 32 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o módulo II.....	83
Gráfico 33 – O módulo III atingiu os objetivos propostos.....	86
Gráfico 34 – A carga horária da atividade do módulo III foi adequada.....	86
Gráfico 35 – A temática abordada pelo módulo III foi relevante.....	87
Gráfico 36 – As estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo III.....	87
Gráfico 37 – Os materiais possuem linguagem acessível para uma melhor compreensão do conteúdo do módulo III	88
Gráfico 38 – Os materiais apresentaram e discutiram a temática do módulo III de maneira satisfatória.....	88



Gráfico 39 – Os materiais propiciaram a relação teoria e prática no módulo III	88
Gráfico 40 – As atividades propostas no módulo III possuem orientação clara e objetiva	89
Gráfico 41 – As atividades propostas no módulo III possibilitaram refletir criticamente acerca do conteúdo abordado	90
Gráfico 42 – Os tutores responderam às dúvidas dentro do tempo esperado no módulo III	90
Gráfico 43 – Os tutores evidenciaram segurança no conteúdo ministrado no módulo III	91
Gráfico 44 – Os tutores estabeleceram bom relacionamento virtual com os cursistas no módulo III	91
Gráfico 45 – A tutoria respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado (24h) no módulo III	92
Gráfico 46 – A tutoria estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas no módulo III	92
Gráfico 47 – Desempenho e grau de satisfação dos cursistas no módulo III	93
Gráfico 48 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o módulo III	93
Gráfico 49 – O módulo IV atingiu os objetivos propostos	95
Gráfico 50 – A carga horária da atividade do módulo IV foi adequada	95
Gráfico 51 – A temática abordada pelo módulo IV foi relevante	96
Gráfico 52 – As estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo IV	96
Gráfico 53 – Os materiais possuem linguagem acessível para uma melhor compreensão do conteúdo do módulo IV	97
Gráfico 54 – Os materiais apresentaram e discutiram a temática do módulo IV de maneira satisfatória	97
Gráfico 55 – Os materiais propiciaram a relação teoria e prática no módulo IV	98
Gráfico 56 – As atividades propostas no módulo IV possuem orientação clara e objetiva	98
Gráfico 57 – As atividades propostas no módulo IV possibilitaram refletir criticamente acerca do conteúdo abordado	99
Gráfico 58 – Os tutores responderam às dúvidas dentro do tempo esperado no módulo IV	99
Gráfico 59 – Os tutores evidenciaram segurança no conteúdo ministrado no módulo IV	100
Gráfico 60 – Os tutores estabeleceram bom relacionamento virtual com os cursistas no módulo IV	100
Gráfico 61 – A tutoria respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado (24h) no módulo IV	101
Gráfico 62 – A tutoria estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas no módulo IV	101
Gráfico 63 – Desempenho e grau de satisfação dos cursistas no módulo IV	102
Gráfico 64 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o módulo IV	102
Gráfico 65 – O curso cumpriu o objetivo proposto	104
Gráfico 66 – A carga horária do curso foi adequada	104
Gráfico 67 – As temáticas abordadas nos módulos foram relevantes	105
Gráfico 68 – As estratégias adotadas nos módulos foram adequadas	105
Gráfico 69 – O curso é bem estruturado e integrado com a área	106
Gráfico 70 – O AVA apresentou facilidade na obtenção das informações e nos fluxos das tarefas	106
Gráfico 71 – A atuação da coordenação do curso foi satisfatória	107
Gráfico 72 – A atuação da tutoria foi satisfatória	107
Gráfico 73 – O atendimento da secretaria do curso foi satisfatório	108
Gráfico 74 – O atendimento do suporte técnico para o AVA foi satisfatório	108



Gráfico 75 – O curso propiciou espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA.....	109
Gráfico 76 – O curso favoreceu a análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, que subsidiem o plano estratégico no âmbito da Agenda Territorial Local.....	109
Gráfico 77 – O curso fomentou a construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em EJA.....	110
Gráfico 78 – O curso atendeu às expectativas iniciais dos cursistas.....	110
Gráfico 79 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o curso.....	111
Gráfico 80 – O curso cumpriu o objetivo proposto.....	112
Gráfico 81 – A carga horária do curso foi adequada.....	112
Gráfico 82 – As temáticas abordadas nos módulos foram relevantes.....	113
Gráfico 83 – As estratégias adotadas nos módulos foram adequadas.....	113
Gráfico 84 – O curso é bem estruturado e integrado com a área.....	114
Gráfico 85 – A discussão do projeto do curso envolveu a participação de todos os parceiros envolvidos.....	114
Gráfico 86 – Os planos de ação foram acompanhados de forma participativa e sistemática.....	115
Gráfico 87 – foram utilizados canais dinâmicos de comunicação entre todos os segmentos.....	115
Gráfico 88 – O curso promoveu um clima organizacional de compromisso ético, cooperativo e solidário.....	116
Gráfico 89 – O AVA apresentou facilidade na obtenção das informações e nos fluxos das tarefas.....	116
Gráfico 90 – O curso propiciou espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA.....	117
Gráfico 91 – O curso favoreceu a análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, que subsidiem o plano estratégico no âmbito da Agenda Territorial Local.....	117
Gráfico 92 – O curso fomentou a construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em EJA.....	118
Gráfico 93 – Eficácia do curso quanto aos seus objetivos.....	121
Gráfico 94 – Eficácia do curso quanto ao grau de satisfação dos cursistas.....	122
Gráfico 95 – Eficiência do curso quanto à carga horária.....	123
Gráfico 96 – Eficiência do curso quanto à relevância das temáticas abordadas.....	123
Gráfico 97 – Eficiência do curso quanto à atuação dos tutores (segurança na apresentação das temáticas).....	124
Gráfico 98 – Eficiência do curso quanto à atuação dos tutores (resposta à dúvidas dos cursistas dentro do tempo esperado).....	124
Gráfico 99 – Eficiência do curso quanto à atuação dos tutores (bom relacionamento virtual com os cursistas).....	125
Gráfico 100 – Eficiência do curso quanto à atuação da tutoria (resposta à dúvidas dos cursistas dentro do tempo esperado).....	125
Gráfico 101 – Eficiência do curso quanto à atuação dos tutores (bom relacionamento virtual com os cursistas).....	126



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tecnologias utilizadas em cursos a distância	19
Tabela 2 – Formação acadêmica em relação à idade média dos cursistas	22
Tabela 3 – Tempo de atuação em EJA em relação à idade média dos cursistas	22
Tabela 4 – Tempo de atuação em EJA em relação aos espaços de atuação em EJA dos cursistas	23
Tabela 5 – Relação entre maior nível de formação acadêmica e tempo de atuação em EJA dos cursistas.....	24
Tabela 6 – Relação entre maior nível de formação acadêmica e participação em cursos a distância.....	26
Tabela 7 – Relação entre local de utilização de computador com mais frequência e participação em cursos a distância.....	26
Tabela 8 – Relação entre maior nível de formação acadêmica e não participação em cursos a distância	26
Tabela 9 – Relação entre local de utilização de computador com mais frequência e não participação em cursos a distância.....	26
Tabela 10 – Procedência Geográfica e institucional dos participantes.....	26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Estrutura Curricular – Fluxo do Per-Curso	32
Figura 2. Página inicial do Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso.....	33
Figura 3. Página inicial do Módulo I no Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso.....	35
Figura 4. Acessos ao Portal dos Fóruns de EJA.....	45
Figura 5. Acessos ao Portal dos Fóruns de EJA	43
Figura 6. Acessos por Localização ao Portal Fóruns de EJA do Brasil - Dezembro de 2010.....	44
Figura 7. Acessos por Localização ao Portal Fóruns de EJA do Brasil - Dezembro de 2010.....	44
Figura 8. Acessos por Localização ao Portal Fóruns de EJA do Brasil - Janeiro de 2011.....	45
Figura 9. Acessos por Localização ao Portal Fóruns de EJA do Brasil - Janeiro de 2011.....	45
Figura 10. Gestão do Curso	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Organização do Curso	31
--------------------------------------	----



Quadro 2. Participação nos Módulos.....	43
Quadro 3. Demonstrativo de receita da descentralização de crédito MEC/SECAD	53
Quadro 4. Demonstrativo de despesa da descentralização de crédito MEC/SECAD – utilização dos recursos (2010)	54
Quadro 5. Demonstrativo de despesa da descentralização de crédito MEC/SECAD – detalhamento de gastos/devolução (2010).....	54
Quadro 6. Demonstrativo de despesa Convênio MEC/SECAD – saldo para 2011	55



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
I- PROPOSTA E RESULTADOS DO CURSO.....	14
Concepção e objetivos	14
a) Público participante	15
b) Corpo docente.....	29
c) Estrutura curricular	29
d) Mediação Tecnológica.....	43
e) Gestão	48
f) Acompanhamento Tutorial	51
g) Avaliação da aprendizagem.....	52
i) Financiamento	53
2ª PARTE	56
RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO	56
1. Diretrizes norteadoras do processo de avaliação.....	57
2. Do objeto da avaliação	58
3. Objetivos da avaliação	59
4. Metodologia da avaliação.....	59
4.1 Dimensões avaliativas.....	60
4.2 Constituição dos Indicadores.....	60
4.3 Operacionalização da avaliação	61
4.3.1 Análise de Documentos	62
4.3.2 Questionários	62
5. AVALIAÇÃO DO CURSO	63
5.1 AVALIAÇÃO DO MÓDULO I – Marcos estratégicos das ações da EJA....	63
5.2 AVALIAÇÃO DO MÓDULO II – Advocacy, Controle Social e Gestão Social de Políticas Educacionais	70
5.3 AVALIAÇÃO DO MÓDULO III – Desenvolvimento Territorial Sustentável e Gestão Social de Políticas Públicas	85
5.4 AVALIAÇÃO DO MÓDULO IV – Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais em EJA.....	94
5.5 AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO PELOS CURSISTAS	103
5.6 AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO PELA EQUIPE GESTORA DO CURSO	111
6. CONCLUSÃO.....	121
6.1 EFICÁCIA DO CURSO	121
6.2 EFICIÊNCIA DO CURSO	122
6.3 EFETIVIDADE SOCIAL DO CURSO	126
6.4 RECOMENDAÇÕES.....	127
3ª PARTE	129



PRINCIPAIS PRODUTOS.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	134
ANEXO 1- Programação Encontro Presencial Módulo II – Turma 1	144
ANEXO 2- Programação Encontro Presencial Módulo II – Turma 2	145
ANEXO 3- Acompanhamento interatividade nos Fóruns	146
ANEXO 4- Roteiro Orientador para elaboração de proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA – Módulo IV	156
ANEXO 5- Lista dos Cursistas -Turma 1.....	159
Anexo 6 – Lista de Cursistas -Turma 2	160
ANEXO 7 – Lista de cursistas por região/estado que elaboraram proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA – Módulo IV	161
Estado	161
ANEXO 8 - FORMULÁRIO 1 – PERFIL DO CURSISTA E SUAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO CURSO	162
ANEXO 9 - FORMULÁRIO 2 – AVALIAÇÃO DO MÓDULO 1.....	164
ANEXO 10 - FORMULÁRIO 3 – AVALIAÇÃO DO MÓDULO 2.....	165
ANEXO 11 - FORMULÁRIO 4 – AVALIAÇÃO DO MÓDULO 3.....	166
ANEXO 12 - FORMULÁRIO 5 – AVALIAÇÃO DO MÓDULO 4.....	167
ANEXO 13- FORMULÁRIO 6 – AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO	168
ANEXO 14 - FORMULÁRIO 7 – AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO CURSO .	169
ANEXO 15- MAPEAMENTO POLÍTICO DA COMPOSIÇÃO DOS FÓRUNS ESTADUAIS E DISTRITAL DE EJA	170
ANEXO 16- PROPOSTAS DE AÇÃO EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EJA.....	249



APRESENTAÇÃO

A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do Ministério da Educação – MEC, criada em 2004 vem, desde sua origem, buscando fortalecer a educação na diversidade, por meio da criação de instrumentos de gestão, que valorizem a riqueza de nossa diversidade étnica e cultural. A necessidade de integrar iniciativas referentes à Educação de Jovens e Adultos - EJA propiciou o surgimento da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, em dezembro de 2008.

O Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA surgiu como o intuito de contribuir para as ações da Agenda Territorial, fortalecendo os espaços de mobilização já existentes. Resultou da parceria entre a Universidade de Brasília/Faculdade de Educação - UnB/FE, SECAD/MEC, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura / Conselho Internacional de Educação de Pessoas adultas - UNESCO/ICAE, cujo objetivo geral foi o de formar sujeitos sociais da educação de jovens e adultos para que atuem como multiplicadores de ações de gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a agenda territorial de EJA, na perspectiva da formação de uma Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em Rede¹ em gestão da EJA - CTAREjagestão. Além de contribuir, especificamente para delimitar os marcos estratégicos das ações da Educação de Jovens e Adultos; propiciar espaços de reflexão, em ambiente virtual de aprendizagem e em momento presencial, para aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais e favorecer a análise de experiências de gestão social de políticas educacionais de EJA que subsidie o Plano Estratégico da Agenda Territorial local.

Abrangendo esse conjunto de instituições parceiras, o Curso se desenvolveu por meio de uma Coordenação Colegiada Interinstitucional, encaminhando ações com equipe constituída de profissionais dessas instituições. No âmbito da Universidade de Brasília, teve uma Coordenação Colegiada Institucional, congregando professores da Faculdade de Educação com larga experiência em Educação de Jovens e Adultos, e m gestão social de políticas educacionais na modalidade e em gestão de processos formativos a distância.

Na perspectiva de proporcionar um espaço para a discussão e fomentar propostas de ação em gestão social de políticas públicas na modalidade educacional de EJA, bem

¹ SOUZA, A. M. de, FIORENTINI, L. M. R. e RODRIGUES, A. M. (orgs). Educação superior a distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Editora da Universidade de Brasília, 2010.



como de constituir e consolidar uma Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em gestão da EJA, o Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, teve como público participante Membros das Comissões Estaduais/ Distrital da Agenda Territorial de EJA e de Membros dos Fóruns Estaduais/ Distrital de EJA. Desse modo, aproximadamente 60 profissionais que atuavam nesses mencionados setores da sociedade, participaram do Curso, nessa primeira etapa, cuja certificação, em todas as etapas, estará a cargo da Universidade de Brasília/Faculdade de Educação.

O presente Relatório dá ênfase a um Per-Curso que abrangeu as fases de planejamento, desenvolvimento e avaliação desse Curso de Extensão, destacando as conquistas dessa desafiante experiência apoiadas nas parcerias e consubstanciadas nos Planos de Ação para a EJA apresentados pelos participantes. Destaca a importância da adoção do ensino a distância (www.fe.unb.br/ejagestao) apoiado nas Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC, tendo como uma das referências o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br) . Reconhece a importância e os resultados dessa exitosa experiência de formação, ao certificar, nessa primeira etapa, aproximadamente 60 profissionais. Bem como recomenda, nas etapas de continuidade da proposta de formação, incluir os devidos ajustes sinalizados pelos resultados da avaliação realizada em processo, resgatando as aprendizagens do Per-Curso na superação das carências de formação e atuação no tocante à Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, com progressiva aproximação da Cátedra UNESCO – Educação a distância da UnB /FE, criada em 1994, e Cátedra UNESCO – Educação de Jovens e Adultos da Universidade Federal da Paraíba, criada em 2009.

Carmenísia Jacobina Aires

Catarina de Almeida Santos

Ruth Gonçalves de Faria Lopes

Coordenação Colegiada Institucional (UnB/FE)

INTRODUÇÃO

O campo da educação de jovens e adultos tem sido alvo de diversas iniciativas que se consubstanciam em ações, programas e projetos que, amparados por um arcabouço legal e normativo, sinalizam o reconhecimento da educação como um direito de todos. O espaço ocupado pela EJA nas agendas dos governos, sobretudo, a partir da criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do Ministério da Educação (MEC), em 2004, concomitante à mobilização dos fóruns de EJA do Brasil, vem contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas de estado para essa modalidade, compreendida numa perspectiva de educação ao longo da vida.

O Brasil é signatário de vários acordos internacionais e os direitos educacionais estão assegurados em sua legislação, como a Constituição de 1988 e a atual LDB. Não obstante, ainda possui vários desafios a serem superados no que tange às questões educacionais. Dados do Censo do IBGE de 2010 demonstram que apesar do índice de analfabetismo ter baixado o Brasil ainda possui uma cifra de 13,9 milhões de brasileiros analfabetos com 15 anos ou mais. Isso equivale a 9,63% da população nessa faixa etária - no Censo de 2000, esse percentual era de 13,64%. Esses dados apresentam percentuais diferenciados de acordo com as regiões, tendo em vista que no sudeste os analfabetos são 5,5% e no Sul, 5,1%, no Centro-Oeste são 7,2%; no Norte, 11,2%; e no Nordeste, 19,1%.

É notória a luta dos movimentos sociais para que a EJA seja entendida como um campo específico de direitos e de responsabilidade político-educacional, e consiga reverter as persistentes situações de exclusão de parcela significativa da população. Mudar esse cenário, no entanto, requer que os gestores públicos, educadores e movimentos sociais se unam para garantir o direito à educação de jovens e adultos, buscando novas formas, espaços e propostas político-pedagógicas adequadas às especificidades deste público. Nesse sentido, como salienta o Documento Base Nacional preparatório a VI CONFINTEA (2008) se faz “necessária articulação intersetorial que integre as políticas educacionais às políticas de cultura, saúde, emprego e geração de trabalho e renda e às possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação”.

Desde sua origem, a SECAD vem buscando fortalecer a educação na diversidade, por meio da criação de instrumentos de gestão, que valorizem a riqueza de nossa diversidade étnica e cultural. A preocupação com a diversidade da EJA se consubstanciou em ações e programas desenvolvidos em parceria com outras secretarias do MEC e outros órgãos do governo federal, atendendo demandas de povos



do campo, indígenas, quilombolas, encarcerados, entre outros. Dentre essas, destacam-se o Proeja, o Projovem, o Programa Pescando Letras, Saberes da Terra, Educando para a Liberdade e Literatura para Todos. A necessidade de integrar tais iniciativas de EJA com as ações do Programa Brasil Alfabetizado, levou ao surgimento da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

A Agenda foi criada durante a Semana de EJA: Compromisso de Todos pela Educação de Jovens e Adultos, realizada em Natal, entre os dias 08 e 13 de dezembro de 2008, promovida pela SECAD. As instituições e segmentos presentes nesse evento reafirmaram seu compromisso com a Educação de Jovens e Adultos, concebida como direito de todos e ao longo da vida, mediante esforço coletivo para a implantação de ações de consolidação da Agenda.

Este Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA nasceu como o intuito de contribuir para as ações da agenda territorial, fortalecendo os espaços de mobilização já existentes. Insere-se no contexto da cooperação entre a Universidade de Brasília e a SECAD/MEC, no âmbito da qual foram desenvolvidos, em 2006, o Curso de Extensão Educação na Diversidade (ver Relatório Técnico e de Avaliação www.forumeja.org.br/cursodiversidade) e, em 2009-2010, o Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com ênfase na EJA (<http://forumeja.org.br/cursoseja>), este no âmbito da Universidade Aberta do Brasil - UAB.

Fruto da parceria entre a UnB/FE, SECAD/MEC, MDA e UNESCO/ICAE, o Curso Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA foi planejado para execução em três etapas, uma em 2010 e duas em 2011. Além dessa primeira etapa, pretende-se dar continuidade à oferta do Curso em 2011, com uma 2ª etapa, no 1º semestre, e uma 3ª, no 2º semestre. Em cada uma dessas etapas serão formadas duas turmas de 30 alunos, perfazendo um total de 180 participantes nas três ofertas.

O presente relatório refere-se à primeira etapa do Curso, realizada no ano de 2010. Inicialmente programada para o período de 06 de outubro a 17 de dezembro de 2010, essa etapa teve seu término estendido para o dia 03 de janeiro de 2011, considerando, especialmente, as demandas postas aos participantes no período de final de ano, caracterizado pela concentração de muitos eventos na área da EJA e pelos requerimentos próprios da transição governamental.

I- PROPOSTA E RESULTADOS DO CURSO

Concepção e objetivos

O Curso teve como objetivo formar sujeitos sociais da educação de jovens e adultos para atuar como multiplicadores de ações de gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a agenda territorial de EJA, na perspectiva da constituição de uma Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em gestão da EJA- CTAREjagestão.

Cabe ressaltar que esta perspectiva de formação na modalidade a distância, fundada em uma Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em Rede - CTAR², centra-se na construção coletiva de conhecimento e na aprendizagem colaborativa e foi desenvolvida no âmbito de grupo de pesquisa Aprendizagem, Tecnologias e Educação a Distância – ATEAD do qual participam, desde o início da década de 90, parte da equipe que compõe este Curso que ora é relatado. A aplicação dessa concepção formativa aos processos de formação em EJA iniciou-se nos cursos anteriormente mencionados, numa perspectiva ampliada como CTARD, no Curso de Extensão Educação na Diversidade; CTAReja, no Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania com ênfase na EJA; e, agora, CTAREjagestão, no Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA.

Dessa forma, o Curso pretendeu contribuir para a superação do desafio de formular, de maneira participativa, políticas públicas que se consolidem como política de Estado, levando-se em consideração a diversidade dos sujeitos de EJA, exercitando uma “concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação pública e gratuita como direito universal de aprender, de ampliar e partilhar conhecimentos e saberes acumulados ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar” (Documento Nacional preparatório para a VI CONFINTEA).

A execução deste Curso se fundou na abordagem pedagógica e estratégia metodológica da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado da EJA e buscou incorporar as diretrizes definidas coletivamente.

Operacionalmente, a partir da delimitação dos marcos estratégicos das ações de EJA no contexto nacional, o Curso buscou propiciar espaços de reflexão, em ambiente virtual de aprendizagem, para aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais, de modo a favorecer a construção de projetos de

² SOUZA, A.M.; FIORENTINI, L.M.R.; RODRIGUES, M.A.M. (Org.). Educação superior a distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2009. 260 p.

intervenção em gestão social de políticas educacionais de EJA, no âmbito da Agenda Territorial nos locais de atuação dos participantes.

a) Público participante

O Curso destinou-se aos membros das Comissões Estaduais e Distrital da Agenda Territorial de EJA e aos membros dos Fóruns Estaduais e Distrital de EJA.

Como pré-requisitos, exigiu-se que os participantes, além de atestarem sua atuação como membros das Agendas e dos Fóruns de EJA, tivessem disponibilidade de tempo para participação no curso, domínio de conhecimentos básicos de informática (Windows, Word e Internet), endereço eletrônico (e-mail) e acesso à internet.

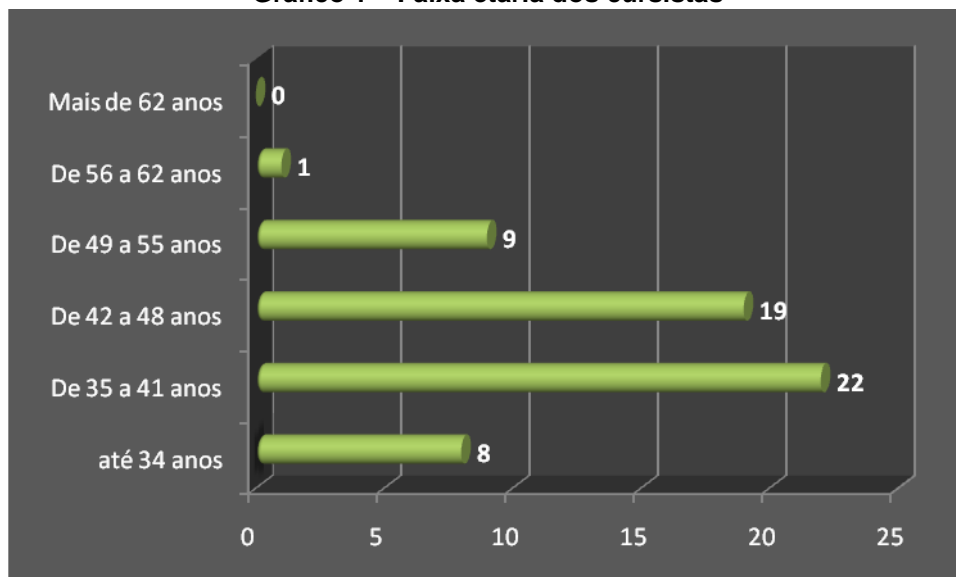
A partir de um processo de inscrição no qual se requereu o preenchimento dessas condições e a apresentação de um memorial com descrição de experiência e interesse em participar do curso, foi realizado o processo seletivo pelos parceiros institucionais.

Foram selecionados, conforme previsto no projeto do Curso, 60 candidatos. Estes foram organizados em duas turmas, sendo a primeira composta por membros das Agendas e dos Fóruns das regiões Norte e Nordeste e, a segunda turma, por um membro representante dessas organizações por estado.

Um questionário aplicado na entrada dos candidatos selecionados ao curso permitiu levantar o perfil dos cursistas, no qual é possível observar, conforme mostram os gráficos a seguir apresentados, que:

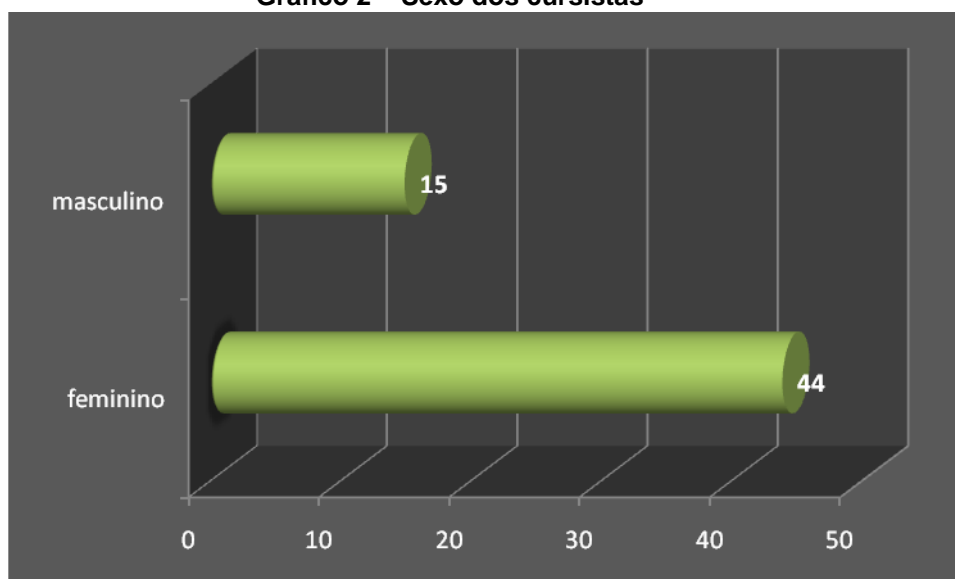
Para a construção do Perfil do Cursista e para o levantamento de suas expectativas em relação ao curso, foram consideradas as informações obtidas por meio de questionário disponibilizado no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA. Este questionário foi respondido por 59 cursistas, correspondente a 98% do total de cursistas participantes do curso. A partir dessas informações concluiu-se que:

- a) A faixa etária média dos cursistas respondentes está entre 35 a 48 anos, correspondendo a 69% dos respondentes, em idade adulta e “meio” de carreira profissional.

Gráfico 1 – Faixa etária dos cursistas

Fonte: Pesquisa de campo

- b) A maioria dos cursistas respondentes é do sexo feminino (75%), confirmando o perfil esperado na área educacional brasileira.

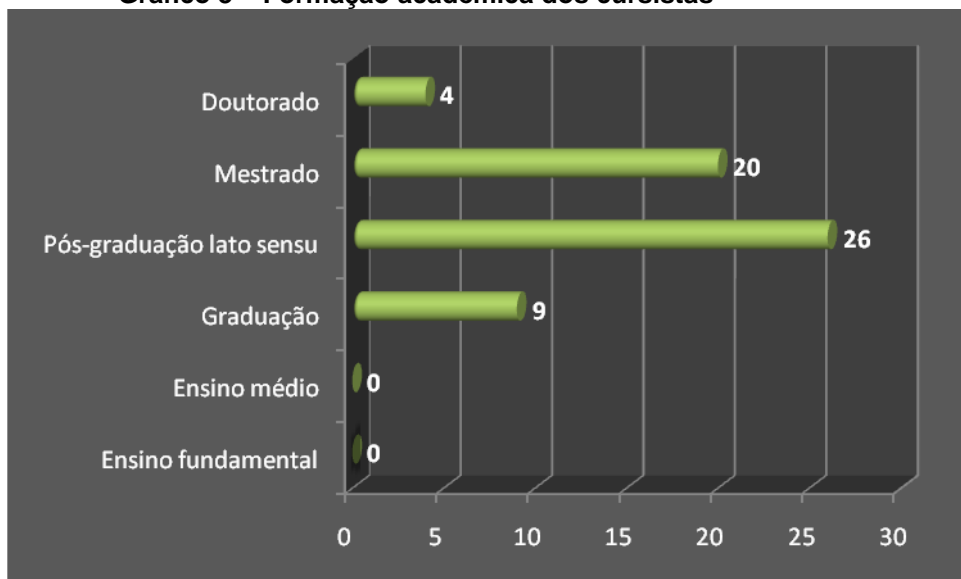
Gráfico 2 – Sexo dos cursistas

Fonte: Pesquisa de campo

- c) Todos os cursistas respondentes possuem nível superior. Destes, 85% possuem pós-graduação, sendo 44% especialistas, 34% mestres e 7% doutores. Estes índices indicam um nível muito bom de qualificação acadêmica dos participantes, pertencentes à uma minoria de profissionais da

educação brasileira. Vale considerar que nível de escolaridade superior não foi pré-requisito para se inscrever no curso.

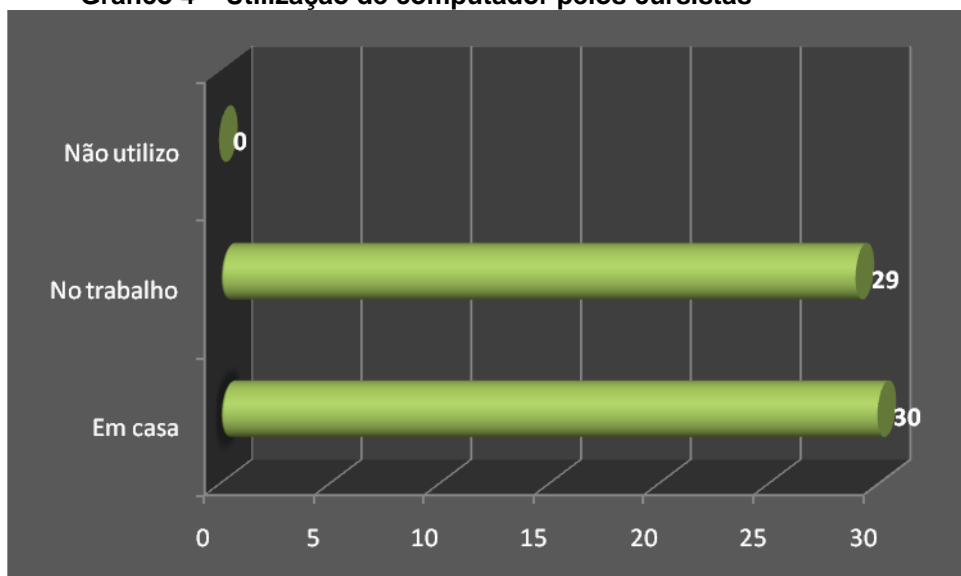
Gráfico 3 – Formação acadêmica dos cursistas



Fonte: Pesquisa de campo

- d) Todos os cursistas respondentes utilizam computador. A maior frequência de utilização do computador está em casa (51%), seguido de 49% que utilizam o computador no espaço de trabalho, caracterizando a não institucionalização do processo formativo ou o teletrabalho.

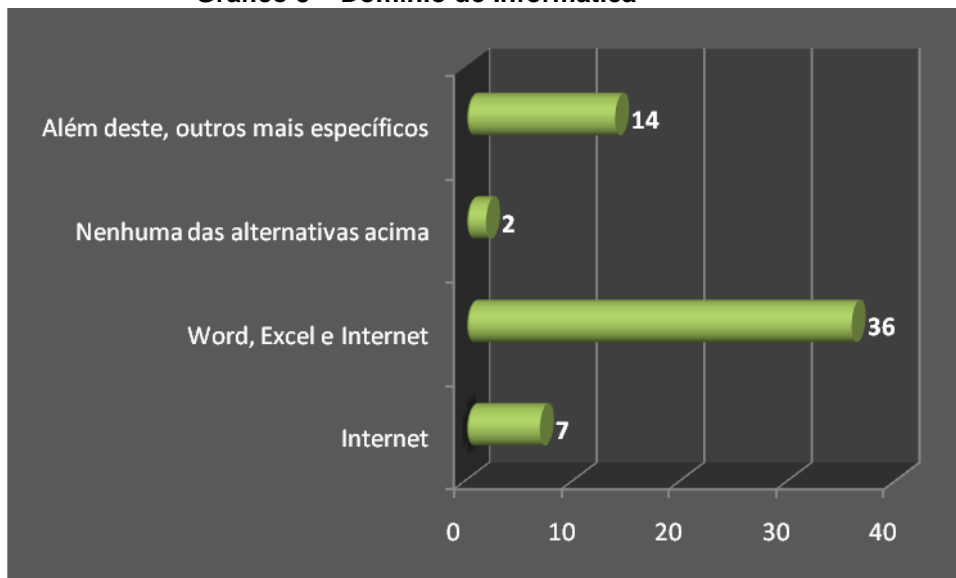
Gráfico 4 – Utilização de computador pelos cursistas



Fonte: Pesquisa de campo

- e) A maioria dos cursistas respondentes dominam a área de informática, principalmente Word, Excel e Internet (97%), prática significativa de qualificação tecnológica em relação à minoria de profissionais da educação brasileira.

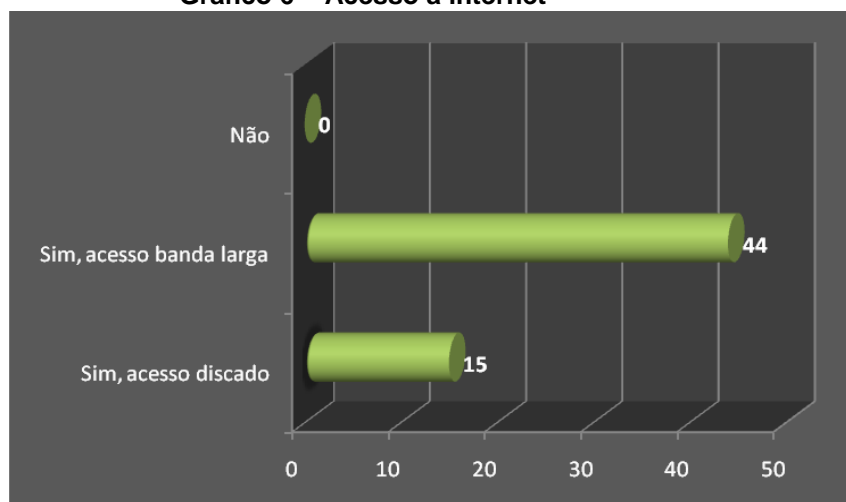
Gráfico 5 – Domínio de Informática



Fonte: Pesquisa de campo

- f) Todos os cursistas respondentes possuem acesso à internet, dos quais 77% possuem acesso com banda larga e 25% acessam por meio de linha discada. Este indicativo é relevante para ser considerado no planejamento de tecnologias a serem utilizadas nos módulos.

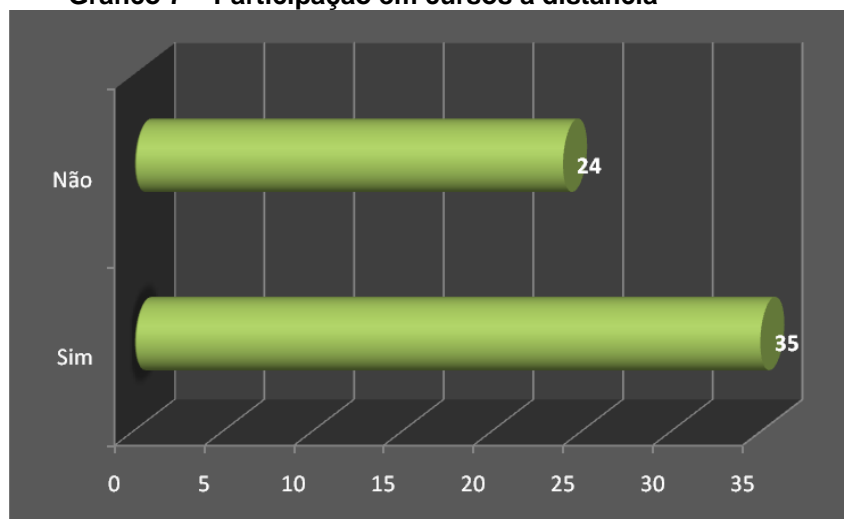
Gráfico 6 – Acesso à internet



Fonte: Pesquisa de campo

- g) 59% dos cursistas respondentes já participaram de cursos a distância contra 41% que nunca participaram de cursos a distância. Nos cursos realizados, 47% dos cursistas utilizaram internet, 7% utilizaram TV, 12% utilizaram material impresso e 3% utilizaram mídias audiovisuais não especificadas. Analisando estes índices, conclui-se que é viável investir em cursos a distância para gestores sociais em EJA, considerando a experiência acumulada por este segmento em educação a distância.

Gráfico 7 – Participação em cursos a distância



Fonte: Pesquisa de campo

Tabela 1 - Tecnologias utilizadas em cursos a distância

Tecnologias	Número de cursistas que utilizaram
Internet	28
TV	4
Material Impresso	7
Mídia Audiovisual	2
Rádio	0

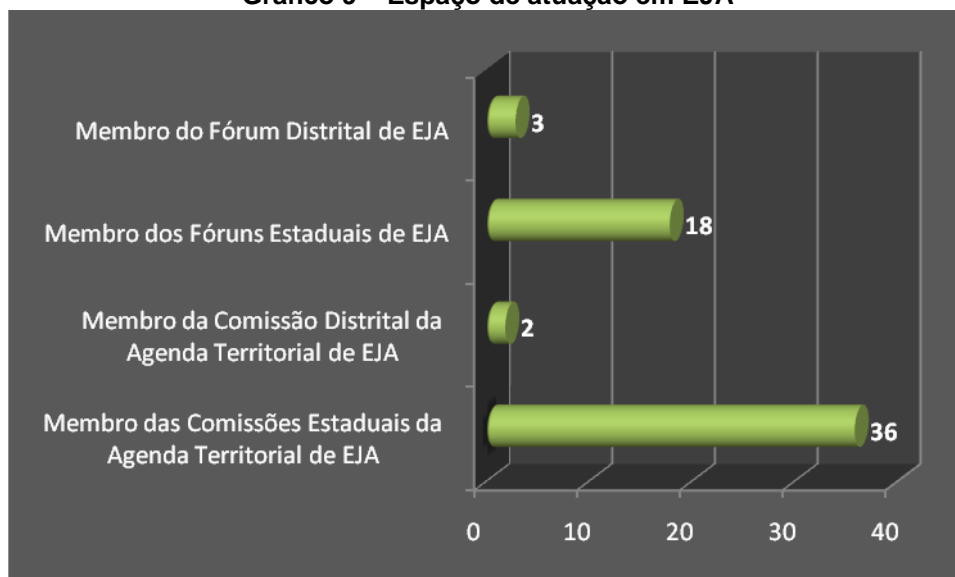
Fonte: Pesquisa de campo

- h) A maioria dos cursistas respondentes (90%) é de servidores públicos da Administração direta ou indireta do Governo Federal, Estadual, Distrital ou Municipal. 3% são empregados de empresa comercial, industrial, bancária, agrícola ou prestadora de serviço e 7% tem outro tipo de vínculo: instituição sem fins lucrativos, bolsista CAPES, estagiário e articuladora do MEB.

Gráfico 8 – Principal ocupação dos cursistas

Fonte: Pesquisa de campo

- i) 61% dos cursistas respondentes são Membros das Comissões Estaduais da Agenda Territorial de EJA. Esta composição cumpre o pré-requisito do curso

Gráfico 9 – Espaço de atuação em EJA

Fonte: Pesquisa de campo

- j) O tempo de atuação na EJA dos respondentes evidencia o engajamento e a experiência destes na área. 61% dos cursistas respondentes atuam por mais

de 5 e até 20 anos na EJA, seguidos de 33% que atuam por até 5 anos. Destaca-se que 7% destes atuam há mais de 20 anos na área.

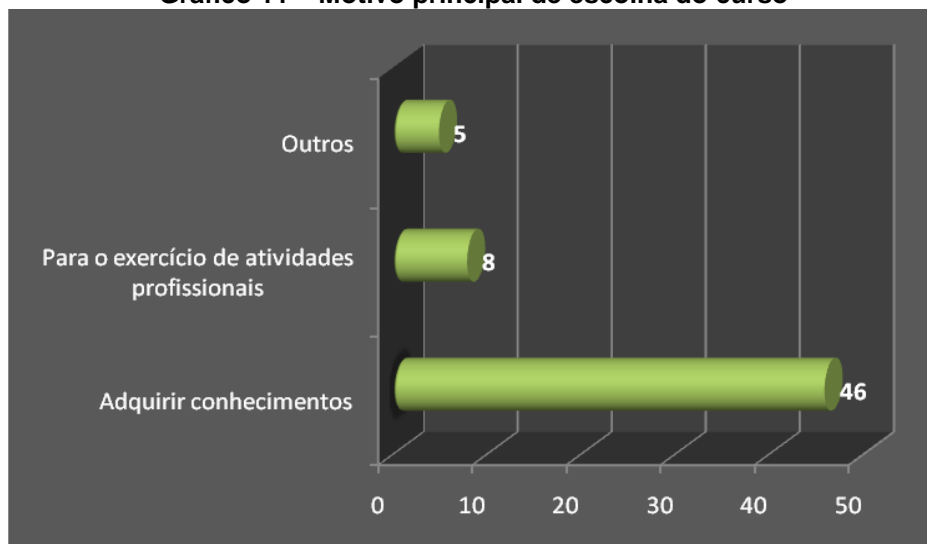
Gráfico 10 – Tempo de atuação em EJA



Fonte: Pesquisa de campo

- k) O motivo principal que influenciou a escolha do curso foi o desejo de adquirir conhecimentos específicos para a área de Gestão Social em EJA (78%).

Gráfico 11 – Motivo principal de escolha do curso



Fonte: Pesquisa de campo

Após a definição do perfil geral dos cursistas, foi possível chegar a outras características do grupo pesquisado, a saber:

- 1) Observada a relação faixa etária média e maior nível de formação acadêmica obteve-se os seguintes resultados, que apontam um bom nível de formação

dos cursistas, ao mesmo tempo em que revela a demanda de cursos para formação em nível *stricto sensu* do grupo pesquisado.

Tabela 2 – Formação acadêmica em relação à faixa etária média dos cursistas

Idade Média dos Cursistas	35 a 48 anos	
	Número de Cursistas	%
Graduação	5	12
Pós-graduação Lato Sensu	15	37
Mestrado	13	32
Doutorado	3	7
Total	36	100

Fonte: Pesquisa de campo

- m) Observada a relação **Idade média e tempo de atuação em EJA**, obtiveram-se os seguintes resultados, os quais apontam certa experiência acumulada dos gestores cursistas na área do curso.

Tabela 3 – Tempo de atuação em EJA em relação à idade média dos cursistas

Idade Média dos Cursistas	35 a 48 anos	
	Número de Cursistas	%
Tempo de atuação		
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 ano e até 2 anos	1	2
Mais de 2 anos e até 5 anos	11	27
Mais de 5 anos e até 10 anos	13	32
Mais de 10 anos e até 15 anos	10	24
Mais de 15 anos e até 20 anos	3	7
Mais de 20 anos	3	5
Total	41	100

Fonte: Pesquisa de campo

- n) Observada a relação **espaço e tempo de atuação em EJA**, os resultados demonstrados na Tabela 4 revelam que maioria dos cursistas atuam nas Comissões Estaduais da Agenda Territorial de EJA, bem como a menor e mais recente atuação na Comissão Distrital da Agenda Territorial de EJA.

Tabela 4 – Tempo de atuação em EJA em relação aos espaços de atuação em EJA dos cursistas

Comissão Distrital da Agenda Territorial de EJA		
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 2 anos e até 5 anos	1	50
Mais de 5 anos e até 10 anos	1	50
Total	2	100
Comissões Estaduais da Agenda Territorial de EJA		
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 ano e até 2 anos	1	3
Mais de 2 anos e até 5 anos	10	28
Mais de 5 anos e até 10 anos	11	31
Mais de 10 anos e até 15 anos	8	22
Mais de 15 anos e até 20 anos	3	8
Mais de 20 anos	3	8
Total	36	100
Fórum Distrital de EJA		
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 10 anos e até 15 anos	2	67
Mais de 15 anos e até 20 anos	1	33
Total	3	100

Fóruns Estaduais de EJA		
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Até 1 ano	2	11
Mais de 1 ano e até 2 anos	0	0
Mais de 2 anos e até 5 anos	5	28
Mais de 5 anos e até 10 anos	6	33
Mais de 10 anos e até 15 anos	3	17
Mais de 15 anos e até 20 anos	1	6
Mais de 20 anos	1	6
Total	18	100

Fonte: Pesquisa de campo

- o) Observada a relação **maior nível de formação acadêmica e tempo de atuação em EJA**, os resultados demonstraram uma coincidência entre menor tempo de atuação e menor nível de formação e entre maior tempo de atuação e maior nível de formação dos gestores cursistas.

Tabela 5 – Relação entre maior nível de formação acadêmica e tempo de atuação em EJA dos cursistas

Graduação		
Espaço de Atuação:	Comissões Estaduais da Agenda Territorial de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 2 anos e até 5 anos	1	33
Mais de 5 anos e até 10 anos	2	67
Total	3	100
Espaço de Atuação:	Fóruns Estaduais de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Até 1 ano	2	33
Mais de 2 anos e até 5 anos	3	50
Mais de 5 anos e até 10 anos	1	17
Total	6	100
Pós – graduação Lato Sensu		
Espaço de Atuação:	Comissão Distrital da Agenda Territorial de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 2 anos e até 5 anos	1	50
Mais de 5 anos e até 10 anos	1	50
Total	2	100

Espaço de Atuação:	Comissões Estaduais da Agenda Territorial de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 2 anos e até 5 anos	5	25
Mais de 5 anos e até 10 anos	7	33
Mais de 10 anos e até 15 anos	6	30
Mais de 20 anos	2	10
Total	20	100
Espaço de Atuação:	Fórum Distrital de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 10 anos e até 15 anos	2	67
Mais de 15 anos e até 20 anos	1	33
Total	3	100
Espaço de Atuação:	Fóruns Estaduais de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 10 e até 20 anos	1	100
Mestrado		
Espaço de Atuação:	Comissões Estaduais da Agenda Territorial de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 1 ano e até 2 anos	1	10

Mais de 2 anos e até 5 anos	4	40
Mais de 5 anos e até 10 anos	2	20
Mais de 10 anos e até 15 anos	1	10
Mais de 15 anos e até 20 anos	2	20
Total	10	100
Espaço de Atuação:	Fóruns Estaduais de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 2 anos e até 5 anos	2	20
Mais de 5 anos e até 10 anos	4	40
Mais de 10 anos e até 15 anos	2	20
Mais de 15 anos e até 20 anos	1	10
Mais de 20 anos	1	10
Total	20	100
Doutorado		
Espaço de Atuação:	Comissões Estaduais da Agenda Territorial de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 15 anos e até 20 anos	2	67
Mais de 20 anos	1	33
Total	3	100
Espaço de Atuação:	Fóruns Estaduais de EJA	
Tempo de atuação	Número de Cursistas	%
Mais de 5 anos e até 10 anos	1	100

Fonte: Pesquisa de campo

- p) Observada a relação **participação em cursos a distância, nível de formação e utilização de computador**, obtiveram-se os resultados a seguir. Tais dados sugerem possibilidades de mais oferta de cursos a distância para a formação continuada desses profissionais, considerando que todos os cursistas tem acesso a computadores e internet.

1. Sobre os 35 cursistas que já fizeram cursos na modalidade a distância:

Tabela 6 – Relação entre maior nível de formação acadêmica e participação em cursos a distância

Maior nível de formação acadêmica	Número de cursistas que já participaram de cursos a distância	%
Graduação	6	17
Pós-graduação Lato Sensu	14	40
Mestrado	12	34
Doutorado	3	9
Total	35	100

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela 7 – Relação entre local de utilização de computador com mais frequência e participação em cursos a distância

Maior nível de formação acadêmica	Número de cursistas que já participaram de cursos a distância	%
Em casa	19	54
No trabalho	16	46
Total	35	100

Fonte: Pesquisa de campo

2. Sobre os 24 cursistas que nunca fizeram cursos na modalidade a distância:

Tabela 8 – Relação entre maior nível de formação acadêmica e não participação em cursos a distância

Maior nível de formação acadêmica	Número de cursistas que já participaram de cursos a distância	%
Graduação	3	13
Pós-graduação Lato Sensu	12	50
Mestrado	8	33
Doutorado	1	4
Total	35	100

Fonte: Pesquisa de campo

Tabela 9 – Relação entre local de utilização de computador com mais frequência e não participação em cursos a distância

Maior nível de formação acadêmica	Número de cursistas que já participaram de cursos a distância	%
Em casa	11	46
No trabalho	13	54
Total	35	100

Fonte: Pesquisa de campo

Mapa 1 - Indicação de número de participantes por UF



Tabela 10 – Procedência Geográfica e institucional dos participantes

Região	Estado	Procedência	
		Agenda Territorial	Fórum
Norte	AC	2	1
	AM	1	2
	AP	2	1
	PA	3	-
	RO	3	1
	RR	-	2
	TO	-	2
Nordeste	AL	2	1
	BA	-	3
	CE	1	2
	MA	3	-
	PE	2	1
	PB	2	1
	PI	2	1
	RN	1	2
	SE	1	2
Centro-oeste	DF	1	-
	GO	-	1
	MT	-	1
	MS	1	-
Sudoeste	SP	1	-
	MG	1	-
	RJ	1	-
	ES	-	1
Sul	RS	-	1
	SC	1	-
	PR	-	1
Total	Brasil	31	27

b) Corpo docente

O corpo docente do Curso constituiu-se de professores universitários com larga experiência em pesquisa, ensino e extensão em educação de jovens e adultos e formação de educadores da EJA e atuação em movimentos sociais na área, bem como em gestão de políticas públicas e em educação a distância. Contribuíram no Curso professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, da Universidade Federal de Goiás e da Universidade Católica de Goiás, a maioria com doutorado.

Além desses profissionais, participaram do Curso gestores públicos com grande experiência em gestão social, com ênfase na intersectorialidade e na economia solidária, bem como em gestão da EJA. Estiveram no Curso gestores da SECAD/Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária - MTE/SENAES.

Também contribuíram profissionais com intensa atuação em entidades da sociedade civil organizada como a Campanha Nacional pela Educação, a Ação Educativa, o Consejo de Educación de Adultos de América Latina - CEAAL e Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC.

Ressalte-se, ainda, a contribuição de gestores de organismos internacionais como da UNESCO e do ICAE/Uruguai e acadêmico com prática em mobilização social da Universidade de Moçambique.

c) Estrutura curricular

O Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, com carga horária de 82 horas, foi organizado no formato de um percurso por espaços de trabalho-aprendizagem (módulos temáticos) cujo eixo integrador foi a construção de uma proposta de ação para as Agendas e os Fóruns locais de EJA como contribuição efetiva do cursista ao Plano Estratégico da Agenda Territorial do Estado à qual se vincula, resultante de sua participação no processo formativo.

A concepção de percurso centra-se na idéia de que o tempo e espaço de trabalho-aprendizagem entre sujeitos de saberes, que trazem experiências de outros itinerários formativos vivenciados, se constituem como um processo mais dinâmico e com maior possibilidade de interação e diálogo entre os participantes para a construção social do conhecimento e aprendizagem colaborativa. Diferentemente de um curso convencional em que os participantes passam por um processo formativo e partem por percursos individuais, os laços criados nesse percurso geram possibilidades de constituição de comunidades em rede, não se esgotando no espaço e tempo organizado



de aprendizagem. Abrem-se, assim, novas possibilidades de interação e diálogo em outros espaços e tempos de trabalho-aprendizagem.

Dessa forma, buscou-se criar um ambiente de aprendizagem aberto ao questionamento e ao diálogo crítico, cooperativo e criativo entre os participantes, de modo a possibilitar a construção coletiva de conhecimentos afetos às temáticas abordadas, bem como incentivar a busca investigativa necessária à construção do conhecimento. Para tanto, foram utilizadas estratégias diversificadas, alternando fóruns temáticos, trabalhos individuais ou em grupo, tomando por base a leitura/estudo dos textos sugeridos e disponibilizados e as experiências dos cursistas nos seus campos de atuação, assim como webconferência com gestores públicos e especialistas.

Vale reforçar que a metodologia da educação a distância requer um planejamento de estudos, uma rotina de trabalho e um processo disciplinar diferenciado, pois, durante o percurso, o estudante terá que definir os horários, o lugar e o ritmo de estudos.

No caso deste Curso, foi solicitado aos cursistas um esforço concentrado ao longo de sua realização, uma vez que teriam que se dedicar intensamente às atividades programadas para um período curto de tempo, equivalente a 82 horas em 48 dias, em que estavam bastante envolvidos em compromissos relacionados à eleição/transição de governos federal, estadual e distrital, concentração de eventos na área de EJA, além de períodos de festas de final de ano.

Por certo a pretensão de diálogo esteve além do que poderia comportar o tempo que foi possível destinar ao Curso. Reconheceu-se, por outro lado, que a riqueza do Curso não se extinguiria quando de sua finalização, mas se estenderia aos locais e espaços de luta nos quais os cursistas atuavam, construindo um diálogo permanente na CTAREjagestão, concepção pedagógica orientadora do percurso acadêmico. Por isso, cada cursista assumiu o compromisso de estar representando seus estados e fóruns/agendas de EJA nesse espaço formativo. Com essa perspectiva de formação de uma Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em Rede em gestão da EJA, fortalecendo as ações da Agenda Territorial local, foi importante não perder de vista a organização de espaços para a continuidade da construção coletiva, para a qual o portal dos fóruns de EJA do Brasil é a referência fundamental. <www.forumeja.org.br>

O Curso constou de 4 módulos, sendo que o primeiro, o terceiro e o quarto foram oferecidos a distância. O primeiro módulo teve o formato de uma webconferência, com duas horas de duração, na qual os representantes das instituições parceiras (UnB/FE, MEC/SECAD, UNESCO e MDA) e o Prof. Paul Singer do MTE/SENAES apresentaram os “Marcos estratégicos das ações de EJA”. Os demais módulos foram desenvolvidos no ambiente virtual de aprendizagem Moodle, sendo o terceiro, “Desenvolvimento Territorial

Sustentável e Gestão Social de Políticas Públicas”, coordenado pelo MDA e o quarto, “Planejamento e gestão de projetos educacionais em EJA”, pela UnB/FE/FE, com 20 horas cada. O segundo módulo, “Incidência em políticas públicas de educação ao longo da vida”, foi desenvolvido presencialmente, com apoio do ambiente virtual, em forma de uma oficina de 40 horas, e esteve sob a responsabilidade da UNESCO, através do ICAE.

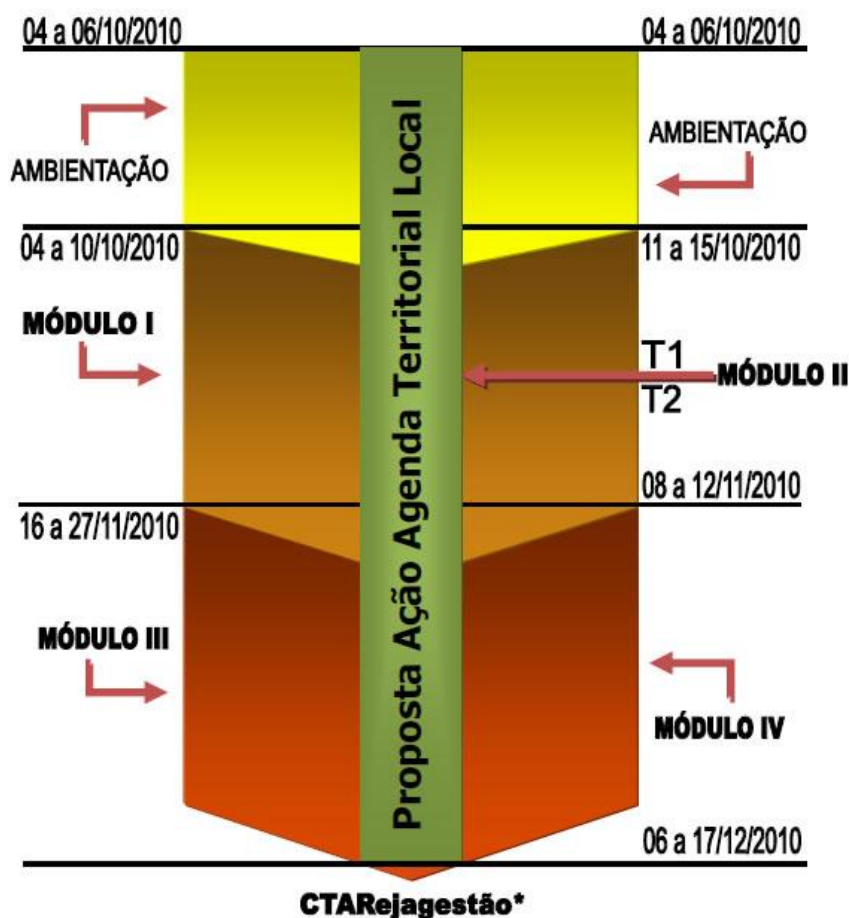
A seguir, o calendário do Curso dá a dimensão do tempo, dos espaços e das responsabilidades de desenvolvimento do processo de formação.

Quadro 1. Organização do Curso

Módulo	Carga Horária	Período Realização	Ambiente	Coordenação
Ambientação		4 a 6/10	AVA (Moodle)	Dra. Catarina de Almeida Santos – UnB/FE Ms. Márcia Castilho de Sales Dra. Ruth Gonçalves de Faria Lopes – UnB/FE
Módulo I - Marcos estratégicos das ações de EJA	2 h	6 a 10/10	Webconferência Com apoio no AVA	Dr. André Luiz Figueiredo Lázaro (MEC/SECAD) Dra. Carmenísia Jacobina Aires (UnB/FE) Humberto Oliveira (MDA) Dr. Oviomar Flores (UnB/FE/DEx) Dr. Paul Singer (MTE/SENAES) Dr. Vicent Defourny (UNESCO)
Módulo II - Gestão social de políticas públicas educacionais em EJA	40 h	11 a 15/10 (turma 1) 8 a 12/11 (Turma 2)	Oficina presencial apoiada no AVA	Atila Roque (INESC) Cecilia Fernandez (ICAE/Uruguai) Celita Eccher (ICAE/Uruguai) Daniel Cara (Camp. Nac. pela Educação) Ms. Denise Carreira (Ação Educativa) Ms. Janaína Cristina de Jesus (PUC-GO) Dra. Maria Margarida Machado (UFG) Dr. Pedro de C. Pontual (CEAAL) Dr. Timothy Ireland (UNESCO) Dr. Valerio Ussene (Moçambique)
Módulo III - Desenvolvimento territorial sustentável e gestão social de políticas públicas	20 h	16 a 27/11	AVA	Ms. das Graças C. de Almeida (MDA) Ms. Janaína Cristina de Jesus (PUC-GO)
Módulo IV – Planejamento e gestão de projetos educacionais em EJA	20 h	6/12 a 3/01	AVA	Dra. Carmenísia Jacobina Aires (UnB/FE) Dra. Catarina de Almeida Santos (UnB/FE) Dra. Maria Clarisse Vieira (UnB/FE) Dra. Ruth Gonçalves de Faria Lopes (UnB/FE)

A figura a seguir representa esta concepção de percurso orientadora desta oferta de formação.

Figura 1. Estrutura Curricular – Fluxo do Per-Curso
ESTRUTURA CURRICULAR
PER-CURSO



➤ Módulos

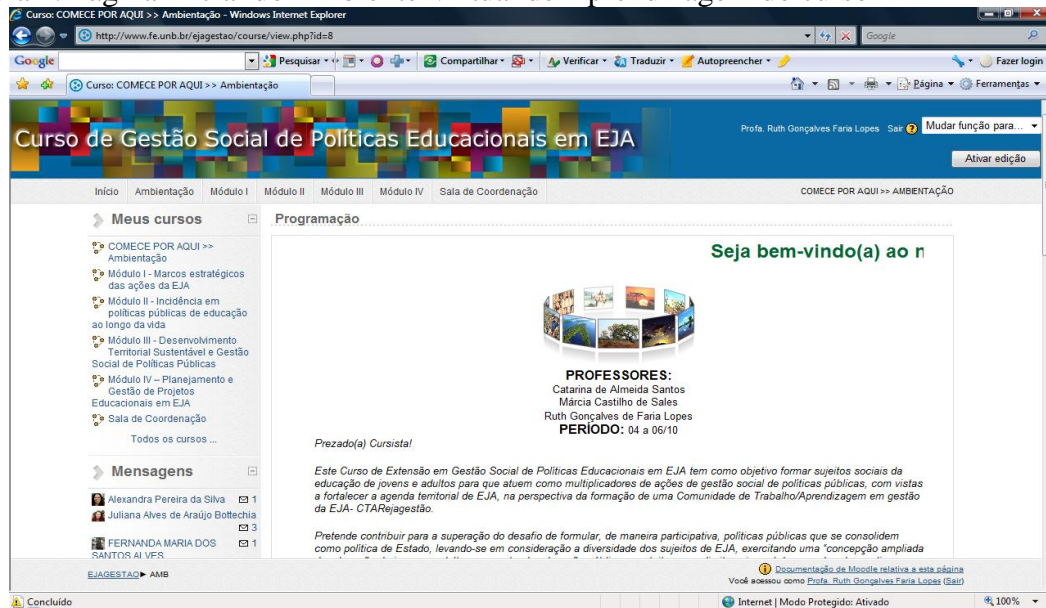
Ambientação ao Curso e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA

Este momento do Curso teve como objetivo criar um espaço e tempo para a ambientação do participante ao Curso.

Os instrumentos básicos de orientação foram o Guia de Navegação e o Guia de Estudos elaborados especificamente para esse fim e disponibilizados na plataforma Moodle, ambiente virtual utilizado para a oferta. Outros documentos estiveram na ambiente para consulta como o calendário e o projeto do Curso.

Como espaços de interação dos participantes entre si e com as equipes (coordenadores, professores, tutores, suporte técnico, secretária) foram criados dois fóruns: um fórum para apresentação dos participantes e outro para encaminhamento de dúvidas e esclarecimentos necessários.

Figura 2. Página inicial do Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso



Esse momento foi primordial para o desenvolvimento do curso, pois foi nele que todos os envolvidos no processo estabeleceram o seu primeiro contato. Os dois fóruns abertos tiveram participações diferenciadas, como mostra o Quadro 2, apresentado neste tópico. No fórum de apresentação, até pelo seu propósito, a participação foi maior. Analisando esse fórum é possível perceber as expectativas de cada cursista em relação às trocas, aprendizagens e às próprias políticas públicas para EJA e as possibilidades de mudanças a partir do que seria debatido no curso.

Módulo I – Marcos estratégicos das ações de EJA

Este primeiro módulo do Curso teve o objetivo de delimitar os marcos estratégicos das ações da Educação de Jovens e Adultos.

Este módulo inicial teve o formato de uma webconferência com a participação de representantes das instituições parceiras, em que foram abordados os seguintes temas: Políticas de EJA, por André Lázaro do MEC/SECAD; Estratégia de desenvolvimento territorial e EJA, por Humberto Oliveira do MDA; Economia Solidária e EJA, por Paul Singer do MTE/SENAES; EJA no cenário internacional, por Vincent Defourny da UNESCO; Movimentos Sociais e EJA por Oviromar Flores da UnB/FE/DEX; O Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, por Carmenísia Jacobina Aires Gomes e Ruth Gonçalves de Faria Lopes da FE/UnB/FE. A mediação foi feita por Timothy Denis Ireland, da UNESCO.



A webconferência foi realizada no dia 6 de outubro de 2010, das 14h30 às 16h (horário de Brasília) na SECAD/MEC e acessada no *link* <<http://portal.mec.gov.br/secad/transmissao>>. As orientações para acesso foram dadas pela equipe do MEC através do e-mail: rededeformacaoeja@mec.gov.br. Além dos cursistas, outros interessados, como pessoas ligadas às Agendas e aos Fóruns locais e envolvidas com as questões da EJA tiveram acesso à transmissão que foi aberta ao público.

A webconferência não teve interação em tempo real. A interação dos participantes com os representantes institucionais foi garantida mediante a criação de um fórum de discussão próprio, no espaço do módulo no ambiente virtual do Curso. Dessa forma, os interessados puderam debater com seus colegas e parceiros as questões pertinentes à temática ao longo do tempo dedicado ao módulo. A webconferência (gravada e editada) foi disponibilizada para consulta e pôde ser acessada pelos participantes no decorrer do módulo assim como no decorrer da realização do Curso. Foi disponibilizada também no Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, abrindo o acesso aos interessados na temática.

Neste módulo foi também aberto um Fórum de Dúvidas e Esclarecimentos para discussão de assuntos ligados ao desenvolvimento do módulo.

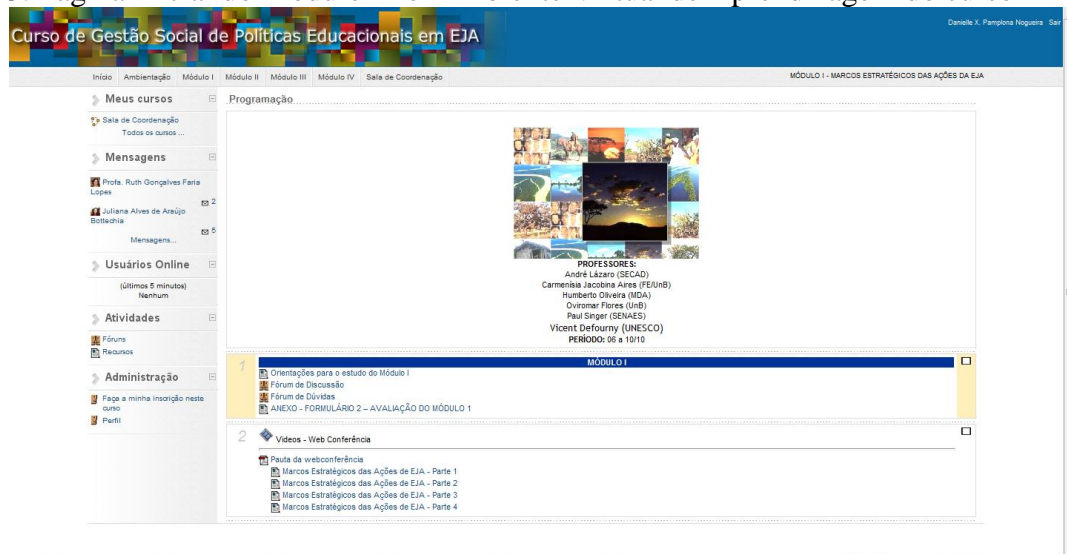
O módulo I, que marcou a abertura oficial do Curso, contou com a participação de autoridades representantes de cada instituição parceira demonstrando assim, não só a seriedade e compromisso com que todos estavam encarando o curso, mas também crença num processo de construção coletiva.

O módulo se deu por meio de Webconferência e a grande dificuldade apontada pelos cursistas foi o acesso, tendo em vista que alguns tiveram problema com a disponibilidade de tempo, por estar participando de outras atividades, enquanto outros não conseguiram acessar a internet.

Essas dificuldades levaram a gestão colegiada do curso e demais componentes da equipe a pensar estratégias que possibilitassem que cada cursista pudesse desenvolver as suas atividades.

Nesse sentido, não só a problemática inicial, mas também a filosofia do grupo de construção de objetos de aprendizagem, a equipe optou pela disponibilização da Webconferência no ambiente do curso, de modo que todos pudessem acessar no momento mais adequado.

Figura 3. Página inicial do Módulo I no Ambiente Virtual de Aprendizagem do curso



Módulo II - Incidência em políticas públicas de educação ao longo da vida

Este módulo teve a duração de 40 horas e foi realizado presencialmente, com apoio no ambiente virtual, em dois momentos em que os cursistas participaram de uma oficina conduzida pela UNESCO e pelo ICAE para discutir a temática relacionada à incidência em políticas públicas de educação ao longo da vida. O primeiro momento aconteceu entre os dias 11 a 15 de outubro, na cidade do Recife - PE, e foi destinado aos cursistas das regiões Norte e Nordeste. No segundo momento, os demais cursistas fizeram o módulo em Brasília - DF, no período de 8 a 12 de novembro de 2010.

Como pode ser observado no programa da oficina (Anexos 1 e 2), foram trabalhados vários temas, com base na interconexão existente entre eles e na necessidade de propiciar uma análise integral da realidade. Foi também promovida uma relação permanente entre os níveis de trabalho local, regional, nacional e internacional, de forma a enriquecer as diferentes visões e permitir o intercâmbio de experiências.

Foram abordados os seguintes temas: marco preparatório da Confinteia VI: espaços de governança global e regional; Nações Unidas e outros atores – G8-G20; as Confinteas e os impactos a nível nacional; os fóruns de EJA e o documento brasileiro; o Estado e Sociedade Civil – definições e papéis de cada um; organizações da sociedade civil – redes; governos da América Latina, democracia participativa, limites e possibilidades; educação ao longo da vida; marco dos direitos humanos – DESC; direito à educação; advocacy - global e o local; lições aprendidas no caminho para e depois da Confinteia/ Fórum Internacional da Sociedade Civil - FISC; incidência e ativismo:

campanhas de seguimento (Confinteia) – lições aprendidas; relações entre o nacional e o estadual; relação entre o executivo, legislativo e judiciário; controle social – monitoramento – seguimento; experiências de controle social e boas práticas no Brasil e internacionais; papel dos fóruns sucessos e limitações; indicadores de EJA no Brasil e mecanismos de participação; intersectorialidade da agenda global; interseção com outras agendas de educação, raça, gênero, financiamento- uma agenda dos movimentos sociais internacionais.

Além das coordenadoras do Módulo, Cecilia Fernandez e Celita Eccher do ICAE/Uruguai, participaram das oficinas alguns convidados, profissionais com grande experiência nas temáticas tratadas. Entre os convidados estiveram participando Pedro de C. Pontual da CEAAL, Daniel Cara da Campanha Nacional pela Educação, Denise Carreira da Ação Educativa, Valerio Ussene de Moçambique, Atila Roque do INESC, Timothy Ireland da UNESCO, Maria Margarida Machado da UFG e Janaína Cristina de Jesus da PUC-GO.

Levando em conta as múltiplas crises sem precedentes em escala planetária e a situação de incerteza na qual vivemos, a oficina partiu da base de que não há uma resposta ou fórmula única e certa, mas que existe a necessidade de aprender da diversidade e envolver-se de forma criativa e repensar os projetos de educação, tanto formais como não formais para todas as idades.

A oficina buscou promover uma atitude dinâmica e ativa entre os participantes mediante uma metodologia participativa e flexível bem como uma programação balanceada entre os aportes conceituais e o trabalho em grupos.

Foi solicitada aos participantes a realização de leituras prévias de textos e documentos disponibilizados na plataforma do Curso, considerando, sobretudo, o formato intensivo da oficina.

Embora o módulo tenha sido desenvolvido com atividades presenciais, foi criado um Fórum de discussão no ambiente virtual do Curso, para debater os temas trabalhados presencialmente, com significativa interação, como se observa no Quadro 2.

Vale ressaltar, no entanto, que o processo de planejamento foi um dificultador que teve implicações em algumas ações do módulo que, ao contrário dos demais, foi pensado pela equipe do ICAE sem a participação de alguns parceiros, especialmente da UnB/FE, instituição que esteve a frente da organização e oferta dos demais módulos do curso.

Isso não impactou diretamente na qualidade do módulo, que foi inegavelmente de muita qualidade, mas a não previsão da interação entre os especialistas que ministraram as oficinas presenciais com os cursistas, após esse primeiro momento, impediu um maior amadurecimento do tema, especialmente no que se refere ao Advocacy.

A convivência dos cursistas entre si e com os professores que ministraram as oficinas e com a equipe gestora foi, sem sombra de dúvidas, um momento ímpar desse

módulo. Foram ricos, intensos e proveitosos dias de trabalho, nos quais todos puderam debater, trocar experiências e tirar muitas dúvidas com os professores, além de pensarem situações e ações de Advocacy a serem implementadas na realidade.

O módulo foi registrado em fotografia e gravação audiovisual, contando com, aproximadamente, 30 horas de atividades gravadas, entre palestras, exposições e debates. Um álbum com as fotos dos momentos de trabalho e aprendizagem foram disponibilizadas no ambiente virtual do Módulo.

Módulo III - Desenvolvimento territorial sustentável e gestão social de políticas públicas

Entre os dias 16 a 27 de novembro de 2010, foi desenvolvido o Módulo III, que teve 20 horas e tratou das seguintes temáticas: enfoque territorial do desenvolvimento Sustentável: principais conceitos, princípios, estratégia, avanços e desafios; gestão social de políticas públicas: principais conceitos e princípios, ciclo da gestão social – sensibilização e mobilização, planejamento participativo, organização e controle social, arranjos institucionais e parcerias; Gestão social das políticas educacionais: a Agenda Territorial como uma estratégia de articulação, formulação e controle social de políticas públicas.

Este Módulo esteve sob a responsabilidade das professoras Maria das Graças Almeida do MDA e Janaína Cristina de Jesus da PUC-GO com o apoio da professora Maria Luiza P. Angelim da UnB/FE.

Para melhor organização das atividades e diálogo no espaço virtual, o Módulo iniciou-se com um bloco intitulado “premissas para o módulo III”, no qual foram tratadas algumas concepções centrais para as diversificadas ações em defesa da Educação de Jovens e Adultos. Em seguida, a partir da leitura de dois textos básicos e de atividades orientadas de mapeamento, análise e propostas, os participantes puderam dialogar em um único Fórum de discussão em dois tópicos específicos.

No bloco “premissas para o módulo III” os cursistas foram orientados a refletir sobre a Construção coletiva da CTAREjagestão, com o apoio de slides e leitura de texto, com *links* indicados para acesso a esses materiais.

Para orientar a discussão no Tópico 1 do Fórum de discussão – Enfoque territorial, desenvolvimento sustentável e gestão social de políticas públicas, este foi organizado com dois enfoques.

O primeiro enfoque dado em duas dimensões a saber: "Desenvolvimento Sustentável" e "territórios e Territorialidades". Para melhor compreensão da dimensão do

desenvolvimento foram indicados textos básicos, disponibilizados na Biblioteca Virtual do Módulo III e visionamento de slides que trataram dos principais conceitos, princípios, estratégias e metodologias possíveis para garantir um processo de entendimento sobre o assunto em pauta.

O segundo enfoque foi centrado no aprofundamento e ampliação de conhecimentos sobre gestão social de políticas públicas. Buscou-se, à luz do que foi visto no Módulo II, sobre participação, cidadania, advocacy e controle social, orientar a compreensão dos conceitos, principais elementos e princípios da gestão social de políticas públicas. Neste sentido, propôs-se uma aproximação das questões práticas e desafios na implementação da Agenda Territorial de Educação de Jovens e Adultos. Do mesmo modo, buscou-se identificar estratégias já em curso no movimento dos Fóruns de EJA, na Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de EJA e na base de tantos outros movimentos por meio dos quais a sociedade, coletivamente, tem buscado dizer a sua palavra. Vale destacar que os dois enfoques procuraram trazer conteúdos e metodologias que possibilitassem aos participantes teorizar, refletir, propor e trocar estratégias coletivas que visem ao aprimoramento de suas formas de atuar na defesa do direito à Educação de Jovens e Adultos em cada canto do país. Para tanto, propôs-se a leitura dos textos básicos indicados e a escrita de um texto reflexivo de 10 a 15 linhas sobre as questões, inquietações, dúvidas, esclarecimentos, postado no Tópico 1 para o diálogo compartilhado, em busca de compreensão que possa orientar a proposta de ação para subsidiar o Plano Estratégico da Agenda Territorial a ser elaborada no Módulo IV.

Para o Tópico 2- Gestão social das políticas educacionais e controle social: Fóruns de EJA, Agenda Territorial e Conselhos de Educação orientou-se que após estudos e reflexões individuais e coletivas, fosse retomada a atenção para a constituição dos Fóruns estaduais e distrital de EJA, das Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e dos Conselhos estaduais e municipais (nas capitais) de Educação. Tomando a construção coletiva como princípio para a constituição e intervenção nesses espaços, que são relacionados ao acompanhamento e controle das políticas públicas voltadas para o público da EJA, traçou-se, entre os objetivos para esse Tópico 2, o de aprimorar a capacidade de posicionamento como representantes e, desse modo, qualificar as intervenções nas realidades estaduais. Para tanto, apresentou-se como desafios:

a) mapear, utilizando o Formulário disponibilizado na Biblioteca Virtual do Módulo III (Anexo 15) , quais segmentos e instituições constituíam os Fóruns Estaduais e distrital de EJA e as Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA e, a

partir daí, analisar em que medida essas composições favorecem o desenvolvimento efetivo da EJA nos Estados;

b) considerando a relevância dos Conselhos estaduais e municipais (nas capitais) de Educação no que se refere à normatização das ações de EJA nos sistemas de ensino, investigar a composição do Conselho Pleno dos Conselhos Estaduais e Municipais (nas capitais) de Educação de cada unidade federada, utilizando o Formulário disponibilizado na Biblioteca Virtual do Módulo III, a fim de verificar a correlação política das instituições de Estado (poderes legislativo, executivo e judiciário) e das representações da sociedade civil (movimentos e entidades) na definição das orientações que os sistemas de ensino devem seguir.

c) feito o mapeamento, postar no Tópico 2 com a sua correspondente análise diante das questões: quais aspectos positivos verificamos na composição do nosso Fórum estadual ou distrital de EJA e de nossa Agenda Territorial?; da forma como estão compostos, o Fórum estadual ou distrital de EJA e a Agenda favorecem às ações voltadas à EJA numa perspectiva sustentável e de desenvolvimento territorial? Por que?; o que é necessário ser feito para que a composição do Fórum estadual ou distrital, da Agenda e do Conselho estadual e municipal (nas capitais) de Educação se torne mais plural e mais favorável ao atendimento das demandas sociais do público da EJA?

Por outro lado, considerando que, para construir, em parceria, são necessários subsídios que favoreçam o acesso a fontes de pesquisa para diagnósticos intersetoriais, normatização sobre EJA e informações de movimentos sociais (sindicais e populares) que estejam em interface com a defesa que realizamos da EJA e com o objetivo subsidiar, também, os trabalhos a serem desenvolvidos no módulo IV, foram disponibilizados na Biblioteca Virtual do Módulo III, os endereços com i) fontes de dados para a produção de diagnósticos intersetoriais para a EJA; ii) fontes normativas relativas à educação, em específico à EJA e iii) fontes de informações acerca de movimentos sociais nacionais, regionais, estaduais, distrital e municipais.

Assumindo que se trata de uma listagem preliminar e incompleta, foi proposto que cada cursista ou dupla/trio por estado, complementem e poste no Tópico 2, como importante fonte de pesquisa para contatos necessários, de modo a aprofundar a perspectiva intersetorial e politicamente plural, que se deseja para nossos Fóruns estaduais e distrital, Agendas Territoriais e Conselhos estaduais e municipais (nas capitais) e Educação.

A partir desse módulo os cursistas foram convidados a pensar, não só nas questões teóricas propostas, mas também a pensar mais de perto sobre as realidades locais, sobretudo por meio de levantamento de dados nos seus estados e municípios,

como também da análise de alguns dados sobre EJA, disponível nas bases de dados do IBGE: censo e PNAD.

O período de implementação do módulo, dezembro de um ano de eleições nos governos federal, estaduais e distrital, o que implica um processo de transição, dificultou a realização das atividades no tempo esperado. Isso levou a equipe gestora, juntamente com os professores, a prorrogar as datas de finalização das atividades do Módulo III.

Pudemos perceber dificuldades das mais diferentes ordens por parte dos cursistas. O tempo, como já foi citado, os limites teóricos e, conseqüentemente, as dificuldades de pensar/analisar a realidade, as questões políticas locais que interferindo/dificultando as ações, além das dificuldades operacionais de organizar e implementar as ações solicitadas pelos professores.

Mas também se percebeu a vontade, o esforço e especialmente o comprometimento de grande parte do grupo para com o curso e com as suas atividades em prol da EJA.

Módulo IV – Planejamento e gestão de projetos educacionais em EJA

O Módulo IV foi desenvolvido no ambiente Moodle e teve a duração de 20 horas.

Inicialmente programado para o período de 06 a 17 de dezembro, foi prorrogado até o dia 03 de janeiro de 2011, encerrando o Curso. Esse foi o último módulo do curso e buscou, em sua organização, construir espaços e possibilidades de reflexão e aproximações com o objetivo do Curso de constituir uma Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede em Gestão Social de EJA – CTAREjagestão que pudesse continuar o diálogo e a ação coletiva para além do Curso.

O Módulo esteve sob a responsabilidade das professoras Carmenísia J. Aires, Catarina de Almeida, Maria Clarisse Vieira e Ruth G. de F. Lopes, todas da UnB/FE.

Este módulo discutiu o planejamento e a gestão educacional em EJA, tendo abordado temas como planejamento de projetos educacionais em EJA, diagnóstico social em EJA e intersectorialidade; programas e projetos em EJA e a ação intersectorial: a ação governamental e os movimentos sociais; gestão de projetos educacionais em EJA; Agenda Territorial e os desafios da EJA no Brasil: a construção da ação articulada para o controle social de políticas públicas na perspectiva dos sujeitos da EJA, das estratégias político-didático-pedagógicas para a EJA, da gestão e financiamento da EJA no Sistema Nacional de educação, da intersectorialidade da EJA; espaços e mecanismos de controle social em EJA; experiências neste campo.

Os participantes chegaram ao Módulo IV, tendo passado por um percurso no qual discutiram os marcos estratégicos da ação de EJA, a incidência em políticas públicas de

educação ao longo da vida e o desenvolvimento territorial sustentável e gestão social de políticas públicas.

Por outro lado, a realização da II Semana de Educação de Jovens e Adultos, de 29/11 a 03/12/2010, promovida pela SECAD/MEC com participação dos membros das comissões da Agenda Territorial que representam gestores públicos, movimentos sociais, instituições formadoras e Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, os oportunizou realizar diversas reflexões e proposições acerca de temas fundamentais para o fortalecimento da EJA, assumindo limites e possibilidades.

Inspirados pelo clima de militância e comprometimento político, vivenciados na II Segunda Semana de EJA, os responsáveis pelo módulo chamaram a atenção para a continuidade da travessia em busca de caminhos que possibilitem a formação de sujeitos sociais da educação de jovens e adultos para atuação como multiplicadores de ações de gestão social de políticas educacionais de EJA. Partiram do pressuposto de que a política pública pode ser resultante do tensionamento entre a desigualdade social e a diversidade social na/da educação e de que as conquistas normativas e as políticas públicas mais relevantes em âmbito federal, estadual, distrital e municipal são decorrência da participação transformadora nos ambientes coletivos organizados, inclusive virtuais, com vistas a construção de uma educação centrada nos interesses dos trabalhadores como classe.

Retomando o princípio da construção coletiva para a constituição e intervenção nesses espaços, que são relacionados ao acompanhamento e controle das políticas públicas voltadas para o público da EJA, considerou-se importante, neste módulo, retomar as reflexões realizadas nos módulos anteriores.

Durante o “percurso” no Módulo IV, pretendeu-se avançar na discussão da Agenda Territorial e dos desafios da EJA no Brasil, que incluía a construção da ação articulada para o controle social de políticas públicas na perspectiva dos sujeitos da EJA, as estratégias político-didático-pedagógicas, a gestão e financiamento o Sistema Nacional de educação e a intersetorialidade da EJA. Com base no conceito de desenvolvimento sustentável com enfoque territorial, considerou-se a intersetorialidade como condição para a formulação de políticas públicas de EJA e que, para tanto, faziam-se necessários diagnósticos intersetoriais de oferta e demandas em EJA e de políticas públicas setoriais para definição de metas intersetoriais como gestão social. Isso implicava em articulação e parcerias, privilegiando os espaços organizados de decisão (Fóruns Estaduais e Distrital de EJA, Agenda Territorial e Conselhos) com efetiva representação social.

Nesse sentido, recomendou-se, para desenvolver as atividades deste módulo, retomar as reflexões/atividades realizadas no módulo III (texto reflexivo sobre desenvolvimento sustentável e territórios e territorialidades e mapeamento e análise da composição dos Fóruns Estaduais e Distrital de EJA, Agenda Territorial e Conselhos de Educação) e a realização de (re) leituras de documentos de pactuação, legislação e documento de referência relacionados à Educação de Jovens e adultos.

Com base nessa (re)leitura e nos materiais e tarefas já realizadas, a atividade avaliativa deste módulo e atividade final do curso correspondeu à construção de uma proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA para subsidiar o Plano Estratégico da Agenda Territorial. Esta proposta foi construída com base no roteiro orientador disponibilizado no ambiente do Módulo (Anexo 4).

Para a realização da atividade, os cursistas foram agrupados por Estado e puderam, em um fórum, participar de um processo de discussão e construção coletiva da proposta estadual. Cada uma das professoras responsáveis pelo módulo, apoiada por uma tutora, ficou encarregada de orientar um conjunto de grupos estaduais. Para cada grupo foi aberto um tópico no fórum de discussão do Módulo.

O Módulo IV, além de ser o último, foi quando os cursistas tiveram que entregar o trabalho final do curso. Essa atividade foi a síntese de tudo que foi estudado e debatido no curso, pois ela requereu do cursista uma compreensão teórico-prática do Advocacy e suas possibilidades de intervenção na realidade.

Também, neste módulo, foi possível perceber as fragilidades teóricas e as implicações dessa fragilidade na prática cotidiana, as dificuldades de articulação dos grupos nas suas localidades, já que o que foi pedido foi uma proposta por estado. Mas foi possível perceber também a capacidade de superação, persistência e compromisso por parte da maioria dos cursistas, haja vista os trabalhos que foram enviados por eles.

A maior dificuldade apontada por eles foi, sem dúvida, o fator tempo, tendo em vista que o período de desenvolvimento contou com os limites apontados no módulo anterior e terminou por ser prorrogado o prazo de entrega do trabalho final.

O quadro que se segue traz um retrato do processo de participação/interação dos alunos e professores no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, em seus diferentes momentos, espaços e módulos do curso.

De modo geral, é possível perceber que os professores e tutores deram assistência aos alunos, além de se empenharem no incentivo a participação dos mesmos, como pode ser observado. Se observarmos módulo a módulo, verificamos que mesmo no Módulo II, que foi presencial, houve uma interação significativa no AVA e que as mensagens enviadas pelos alunos foram respondidas pelos professores. Quando

observamos o Módulo IV, percebemos que os professores encaminharam quase mil mensagens. Isso traduz o esforço da equipe envolvida no curso para incentivar e auxiliar os alunos na elaboração dos trabalhos e conclusão do curso.

Quadro 2. Participação nos Módulos

Ambientação				
	Cafezinho virtual	Fórum apresentação	Fórum Dúvida	
Cursista	4 pessoas / 8 msg	42 pessoas / 54 msg	02 pessoas / 3 msg	
Professor	3 pessoas / 8 msg	05 pessoas / 32 msg	02 pessoas / 6 msg	
Módulo I				
	Fórum de discussão	Fórum de dúvidas		
Cursista	29 pessoas / 49 acessos	05 pessoas / 07 msg		
Professor	04 pessoas / 33 acessos	03 pessoas / 07 msg		
Módulo II				
	Fórum de discussão	Espaço interação com Tutora		
Cursista	36 pessoas / 156 msg	23 pessoas / 69 msg		
Professor	06 pessoas / 71 msg	05 pessoas / 104 msg		
Módulo III				
	Fórum de notícias	Fórum discussão Turma 1	Fórum discussão Turma 2	Fórum interação com a tutora
Cursista	-	34 pessoas / 102msg	17 pessoas/54 msg	10 pessoas/23 msg
Professor	1 pessoa /4msg	05 pessoas / 76 msg	04 pessoas/49 msg	02 pessoas/37 msg
Módulo IV				
	Fórum de notícias	Fórum discussão Turma 1 e 2		
Cursista	-	43 pessoas / 24 msg.		
Professor	1 pessoa / 7 msg.	6 pessoas / 958 msg.		

d) Mediação Tecnológica

Considerando a potencialidade da educação a distância para atender necessidades de formação continuada de profissionais atuantes em distintos espaços institucionais e geográficos e, no caso dos comprometidos com a Educação de Jovens e Adultos, a reconhecida experiência da Faculdade de Educação da UnB/FE no desenvolvimento e certificação de ofertas formativas recentes nesses campos, em parceria com a SECAD/MEC, os parceiros institucionais optaram por desenvolver

também o Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA na modalidade a distância.

A opção pela mediação da internet, com a utilização da plataforma Moodle, levou em conta a capacidade técnica e operacional da UnB/FE e da competência gerencial da Faculdade de Educação no uso dessa tecnologia para mediação de processos de formativos fundados na constituição de Comunidades de Trabalho-Aprendizagem em Rede e na gestão democrática compartilhada.

Reconhecendo o potencial do Moodle como ambiente virtual de aprendizagem, tanto no que concerne ao seu *design* e sistema operacional de navegação, tendo em vista o efetivo atendimento às necessidades de desenvolvimento da aprendizagem colaborativa e da construção coletiva do conhecimento, bem como, considerando as características básicas do Curso, destacadamente sua concepção, objetivos e público-alvo, a equipe de coordenação selecionou para utilização no processo formativo, entre as ferramentas dessa plataforma, especialmente *fórum*, *links* e *biblioteca*. Tais decisões se fundamentaram no pressuposto de que essas ferramentas possibilitariam a interação entre os atores – cursistas, tutores, professores, coordenadores institucionais e interinstitucionais, com vistas à constituição da CTAREjagestão.

No entanto, para possibilitar a avaliação em processo do Curso, foi necessário recorrer a recursos externos ao ambiente. É recomendável que, em uma próxima oferta, a pesquisa avaliativa do curso seja realizada por meio de recurso do AVA, a fim de otimizar a operacionalização dos dados.

Por outro lado, foi importante o apoio do Portal dos Fóruns EJA Brasil, ambiente virtual interativo multimídia que busca a conexão entre o movimento social pela EJA e as Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, como lugar da CTAREjagestão. Além do caráter informativo, o Portal possibilita a comunicação entre as pessoas, fortalecendo uma rede de trocas onde se favorece o diálogo, surgindo a possibilidade de produção de novos conhecimentos acerca das problemáticas da Educação de Jovens e Adultos, gerados sobretudo, pelo movimento social dos fóruns de EJA do Brasil.

Nesse sentido, pode-se observar, pelos acessos ao Portal (www.forumeja.org.br/webalizer), a importância que este lugar representa para comunidades e entidades interessadas em EJA. Foi possível identificar consultas feitas a partir do Uruguai, o que pode ser um reflexo do trabalho de parceria com o ICAE, além de outros onde este Conselho tem atuação.

Figura 4. Acessos ao Portal Fóruns de EJA do Brasil

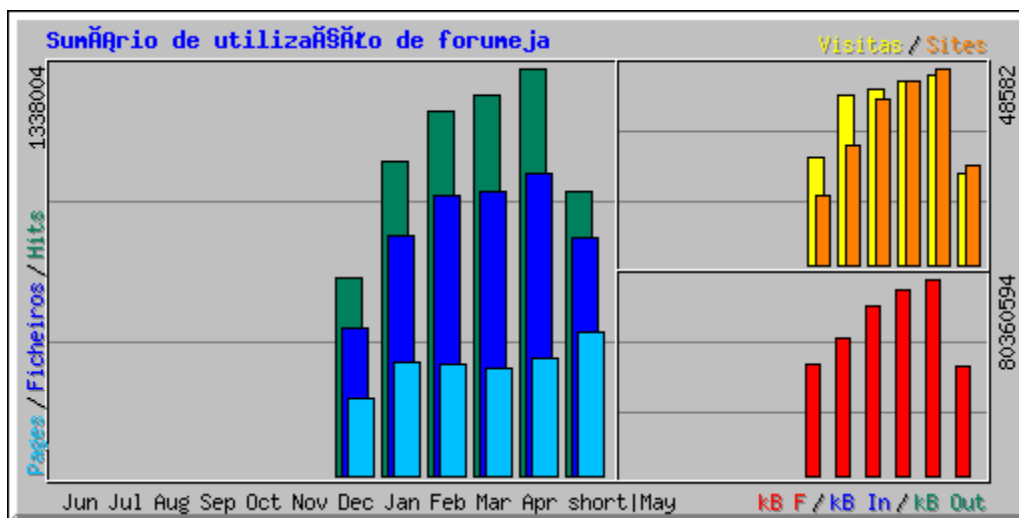


Figura 5. Acessos ao Portal Fóruns de EJA do Brasil

Sumário por Mês												
Mês	Média Diária				Totais Mensais							
	Hits	Ficheiros	Pages	Visitas	Sites	kB F	kB In	kB Out	Visitas	Pages	Ficheiros	Hits
short May 2011	62066	51925	31548	1492	24443	44668036	0	0	22386	473228	778878	930998
Apr 2011	44600	33155	12744	1566	48582	80360594	0	0	46989	382333	994663	1338004
Mar 2011	40343	30037	11406	1456	45175	75642263	0	0	45164	353597	931170	1250647
Feb 2011	42800	32853	13057	1553	40758	69474484	0	0	43507	365616	919908	1198422
Jan 2011	33374	25474	11907	1346	29676	56529753	0	0	41748	369142	789701	1034615
Dec 2010	30774	22979	12185	1274	17200	45373800	0	0	26761	255896	482576	646267
Totais						372048926	0	0	226555	2199812	4896896	6398953

Figura 6. Acessos por Localização ao Portal Fóruns de EJA do Brasil – Dezembro de 2010

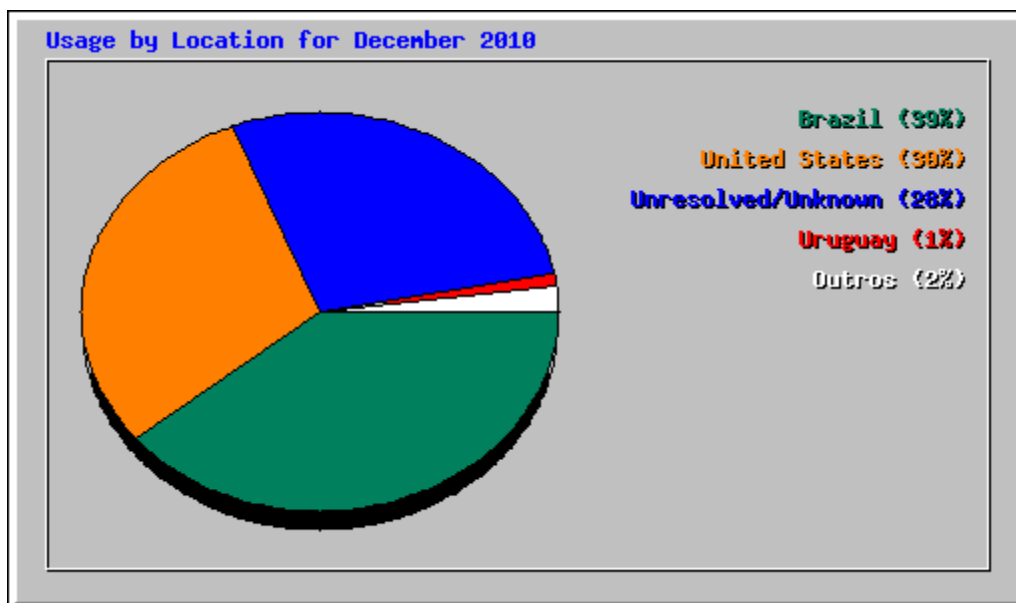


Figura 7. Acessos por Localização ao Portal Fóruns de EJA do Brasil – Dezembro de 2010

Top 30 de 89 Total Locations											
#	Hits		Ficheiros		kB F		kB In	kB Out	Location		
1	250315	38,73%	179420	37,18%	24444383	53,87%	0	0,00%	0	0,00%	Brazil
2	194203	30,05%	166424	34,49%	12959349	28,56%	0	0,00%	0	0,00%	United States
3	182236	28,20%	143207	29,68%	6495278	14,32%	0	0,00%	0	0,00%	Unresolved/Unknown
4	8107	1,25%	6614	1,37%	651230	1,44%	0	0,00%	0	0,00%	Uruguay
5	2249	0,35%	1837	0,38%	207481	0,46%	0	0,00%	0	0,00%	Portugal
6	1535	0,24%	1380	0,29%	50654	0,11%	0	0,00%	0	0,00%	China
7	1341	0,21%	901	0,19%	132586	0,29%	0	0,00%	0	0,00%	Russian Federation
8	814	0,13%	706	0,15%	13368	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	Poland
9	435	0,07%	382	0,08%	15693	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	France
10	361	0,06%	315	0,07%	5219	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Luxembourg
11	329	0,05%	267	0,06%	55824	0,12%	0	0,00%	0	0,00%	Argentina
12	327	0,05%	290	0,06%	5645	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Sweden
13	291	0,05%	271	0,06%	3729	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Italy
14	265	0,04%	216	0,04%	4121	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Germany
15	257	0,04%	191	0,04%	4338	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Great Britain (UK)
16	237	0,04%	208	0,04%	4001	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Ukraine
17	228	0,04%	224	0,05%	3327	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Austria
18	213	0,03%	154	0,03%	152434	0,34%	0	0,00%	0	0,00%	Korea (South)

19	190	0,03%	174	0,04%	6890	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	Netherlands
20	189	0,03%	171	0,04%	7518	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	Spain
21	167	0,03%	150	0,03%	12536	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	Japan
22	160	0,02%	120	0,02%	3999	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Canada
23	157	0,02%	143	0,03%	6826	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	Peru
24	156	0,02%	130	0,03%	19382	0,04%	0	0,00%	0	0,00%	Australia
25	135	0,02%	111	0,02%	5937	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Greece
26	112	0,02%	106	0,02%	15293	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	Mozambique
27	96	0,01%	91	0,02%	1490	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	Hong Kong
28	92	0,01%	86	0,02%	1397	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	Latvia
29	83	0,01%	39	0,01%	2682	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Bulgaria
30	75	0,01%	66	0,01%	927	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	Slovenia

Figura 8. Acessos por Localização ao Portal Fóruns de EJA do Brasil – Janeiro de 2011

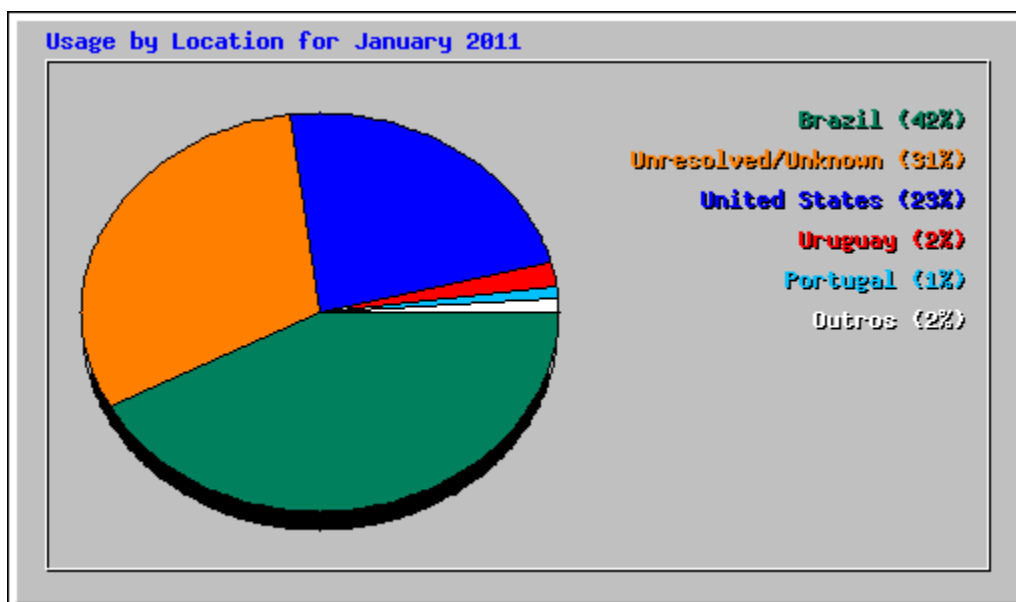


Figura 9. Acessos por Localização ao Portal Fóruns de EJA do Brasil – Janeiro de 2011

Top 30 de 91 Total Locations											
#	Hits	Ficheiros	kB F	kB In	kB Out	Location					
1	431858	41,74%	335055	42,43%	23581837	41,72%	0	0,00%	0	0,00%	Brazil
2	321770	31,10%	268664	34,02%	11388977	20,15%	0	0,00%	0	0,00%	Unresolved/Unknown
3	238458	23,05%	197938	25,06%	17288272	30,58%	0	0,00%	0	0,00%	United States
4	20834	2,01%	16930	2,14%	1461545	2,59%	0	0,00%	0	0,00%	Uruguay
5	5523	0,53%	4651	0,59%	667974	1,18%	0	0,00%	0	0,00%	Portugal
6	2431	0,23%	2263	0,29%	1028683	1,82%	0	0,00%	0	0,00%	China

7	1545	0,15%	1427	0,18%	25804	0,05%	0	0,00%	0	0,00%	Poland
8	1174	0,11%	928	0,12%	263952	0,47%	0	0,00%	0	0,00%	Russian Federation
9	1104	0,11%	661	0,08%	150366	0,27%	0	0,00%	0	0,00%	Germany
10	754	0,07%	686	0,09%	26335	0,05%	0	0,00%	0	0,00%	Sweden
11	664	0,06%	576	0,07%	13179	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	France
12	598	0,06%	573	0,07%	24267	0,04%	0	0,00%	0	0,00%	Italy
13	543	0,05%	526	0,07%	7508	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Austria
14	514	0,05%	394	0,05%	19486	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	Spain
15	514	0,05%	481	0,06%	48992	0,09%	0	0,00%	0	0,00%	Ukraine
16	472	0,05%	426	0,05%	72384	0,13%	0	0,00%	0	0,00%	Cape Verde
17	451	0,04%	427	0,05%	9070	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	Greece
18	442	0,04%	429	0,05%	16561	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	Netherlands
19	429	0,04%	393	0,05%	26787	0,05%	0	0,00%	0	0,00%	Argentina
20	383	0,04%	307	0,04%	20694	0,04%	0	0,00%	0	0,00%	Mexico
21	307	0,03%	293	0,04%	24210	0,04%	0	0,00%	0	0,00%	Paraguay
22	291	0,03%	236	0,03%	13063	0,02%	0	0,00%	0	0,00%	Canada
23	275	0,03%	270	0,03%	40507	0,07%	0	0,00%	0	0,00%	Mozambique
24	274	0,03%	250	0,03%	6549	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Great Britain (UK)
25	232	0,02%	186	0,02%	17018	0,03%	0	0,00%	0	0,00%	Chile
26	215	0,02%	198	0,03%	3768	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Israel
27	210	0,02%	208	0,03%	3647	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Luxembourg
28	169	0,02%	155	0,02%	70008	0,12%	0	0,00%	0	0,00%	Japan
29	152	0,01%	150	0,02%	3948	0,01%	0	0,00%	0	0,00%	Australia
30	117	0,01%	109	0,01%	2066	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	Finland

e) Gestão

O Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, considerando seus objetivos e as concepções adotadas, fundamentou-se em um modelo de gestão próprio, criado pela equipe – coordenadores interinstitucional, coordenadores institucionais, professores, tutores, apoio e suporte tecnológico, apoio administrativo e avaliador, conforme a Figura 6, tendo como referência as funções básicas desses atores envolvidos, compreendidos como sujeitos de saberes

A gestão democrática compartilhada que embasou o desenvolvimento do Curso, fundamentada nos processos democráticos, tem, entre seus pressupostos, a participação dos atores que integram o processo no planejamento das ações, na sua execução com autonomia, de forma colegiada, e, acima de tudo, compreendendo a ação comprometida dos representantes dos Fóruns e das Agendas locais na transformação da realidade da Educação de Jovens e Adultos no País.

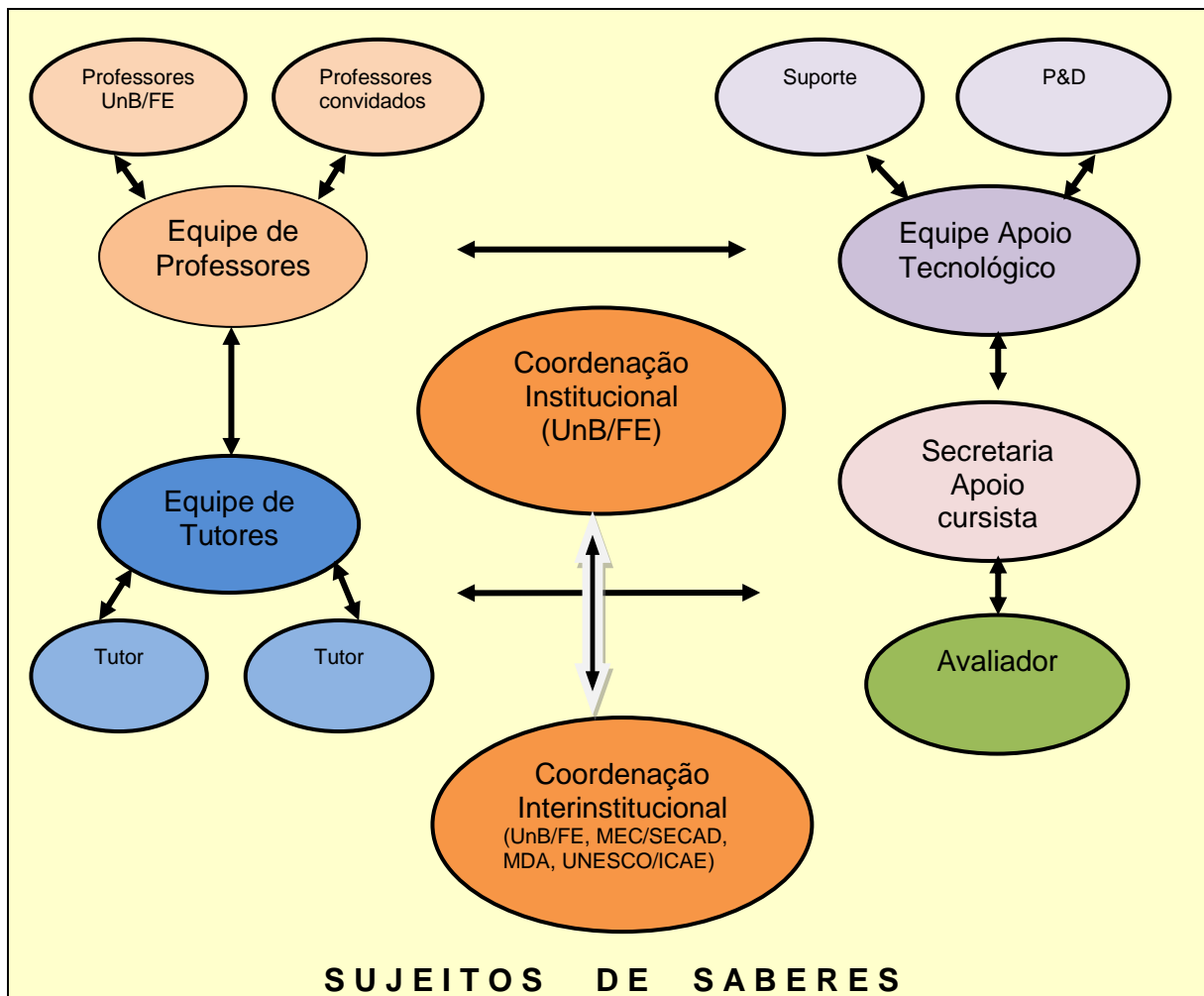
Desse modo, a equipe coordenadora esforçou-se por viabilizar um trabalho construído dialógica e coletivamente, de forma que todos os participantes do processo



assumissem o compromisso voltado à execução da proposta de formação. Essa construção coletiva foi desenhando o percurso, considerando os objetivos definidos e, prioritariamente, os cursistas.

Buscou-se, assim, desenvolver um trabalho integrado entre os parceiros, numa ação orgânica e colegiada de planejamento, gestão, acompanhamento e avaliação do Curso, centrada no apoio aos cursistas para que, a partir da análise de experiências de gestão social de políticas educacionais em EJA pudessem construir uma proposta de ação para subsidiar o Plano Estratégico da Agenda Territorial local.

A ação colegiada se apoiou em reuniões sistemáticas entre os parceiros, organizados em uma coordenação interinstitucional, realizadas presencialmente e com o apoio tecnológico de webconferência, para viabilizar a participação, nesses encontros, das colaboradoras do ICAE desde a sede do organismo, no Uruguai. Apoiou-se, ainda, em um fórum específico, criado no ambiente virtual do Curso. Esta Sala de Coordenação foi também um espaço de troca entre as coordenadoras institucionais, os professores, as tutoras, o apoio tecnológico e a secretaria do Curso. Essa equipe reuniu-se ordinariamente, uma vez por semana, conforme agenda organizada para esse fim.

Figura 10. Gestão do Curso

A figura acima representa o modo como o processo de gestão administrativa e pedagógica do curso se deu, contando com uma rede colaborativa entre todos os sujeitos envolvidos no processo. O trabalho desenvolvido dessa forma fortaleceu o grupo e foi fundamental para o êxito que obtivemos ao final do percurso, sendo essencial para qualidade do curso. Essa organização está baseada na crença de que no processo de ensino/aprendizagem todos são sujeitos que ensinam e aprendem e, de que cada vez mais precisamos formar redes colaborativas de aprendizagem.

As responsabilidades dos parceiros institucionais, entre outras, foram:

- Organização da webconferência para introdução ao curso (SECAD, UnB/FE, MDA, UNESCO);
- Convites às autoridades para compor a mesa da conferência de abertura (SECAD);
- Envio de convite para Comissões da Agenda Territorial e Fóruns de EJA para participação na webconferência (SECAD);

- Organização do espaço e disponibilizar equipamento para transmissão da webconferência (SECAD);
- Mediação da webconferência (UNESCO);
- Organização do ambiente virtual de aprendizagem (UnB/FE);
- Mediação das discussões nos fóruns (UnB/FE, SECAD,MDA,UNESCO/ICAE)
- Contratação de empresa para realização do evento (UNESCO)
- Emissão de passagens e diárias para os cursistas e formadores (UNESCO/SECAD)
- Indicação dos formadores (SECAD, UnB/FE, UNESCO/ICAE, MDA)
- Divulgação do curso e dos resultados da seleção (SECAD/UNESCO)
- Seleção dos candidatos (UnB/FE, SECAD, MDA, UNESCO/ICAE)
- Certificar os participantes (UnB/FE);
- Participação no planejamento, acompanhamento e avaliação do curso (SECAD, UnB/FE, UNESCO/ICAE, MDA)
- Coordenação da realização do curso (UnB/FE);
- Financiamento do curso (MEC/SECAD) e UNESCO – Módulo II.

f) Acompanhamento Tutorial

Esse curso constitui-se em ricos momentos de trocas e aprendizagens não apenas para os cursistas, mas para todos os envolvidos no processo. Foi trabalho interinstitucional, com temáticas ricas e fundamentais para a EJA, contando com a participação de professores de diferentes temas e com formação diversificada, além da formação e atuação dos cursistas. Todos esses elementos lançaram enormes desafios para as equipes, especialmente para os tutores. Isso requereu um maior compromisso por parte do grupo de tutores e de professores, que em reuniões de estudo e discussão semanais, contando inclusive com a participação de professores que não faziam parte da equipe de coordenação do curso, debatiam coletivamente os avanços, os limites e as nossas possibilidades de chegar ao final do percurso com o sucesso desejado.

O momento político que o país vivia, durante o desenvolvimento do curso, com processo de transição nos governos estaduais, distrital e federal e suas equipes, requereu um trabalho intensivo por parte dos tutores, tendo em vista que os cursistas estavam, na sua maioria, envolvidos com as eleições e seus desdobramentos. Isso acarretou grandes possibilidades de desistência ao final do curso, fazendo com que o acompanhamento e a intervenção dos tutores fossem fundamentais.

Ressalte-se que os tutores foram selecionados tendo como critério básico sua experiência bem sucedida nos processos formativos em EJA desenvolvidos na

modalidade a distância pela Faculdade de Educação da UnB, anteriormente referidos, os quais se orientaram pela concepção pedagógica Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em Rede na EJA.

Os tutores e professores que foram responsáveis pela mediação direta com os cursistas, fazendo o acompanhamento do seu desempenho, avaliação, orientações, discussões e interações no ambiente virtual de aprendizagem e no momento presencial do Curso, intensificaram seu trabalho e resgataram muitos cursistas, que atropelados pelas circunstâncias de final de ano e tudo que já citamos acima, estavam quase desistindo dessa formação continuada.

Cada tutora ficou responsável por acompanhar, junto com os professores dos módulos, uma turma. No Módulo IV, as tutoras integraram as equipes de professores orientadores do trabalho final, momento em que os cursistas foram organizados por grupos compostos segundo o critério da unidade federada de origem, mesclando alunos das turmas 1 e 2.

O acompanhamento da participação dos cursistas nos fóruns incluiu um ensaio infográfico interativo elaborado pelas tutoras. O Anexo 3 apresenta um exercício desse registro, ainda manuscrito, por falta de software livre desenvolvido para esta finalidade.

g) Avaliação da aprendizagem

A avaliação da aprendizagem se deu de forma processual, no decorrer de cada módulo e ao final do Curso. Nesse sentido, aspectos como interação com os colegas e com os tutores/tutoras no ambiente do Curso; a realização das atividades solicitadas e a participação nos debates das questões propostas de forma analítica foram alguns dos pontos observados no processo de avaliação.

Como previsto no Projeto do Curso, além dessa avaliação, os alunos apresentaram como trabalho final uma proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA, tendo como objetivo contribuir para o Plano Estratégico da Agenda Territorial do Estado e Distrito Federal ao qual se vinculava.

h) Avaliação do Curso

O Curso foi avaliado mediante a implementação de um Projeto de Avaliação e foi uma experiência extremamente exitosa, pois possibilitou informações importantes aos responsáveis pela oferta de formação ao longo do processo.

Foi realizada no decorrer do Curso e teve como objetivo avaliar o Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA. Para isso, considerou o seu processo de formulação, implementação e seus resultados, a fim de indicar as contribuições do curso para a formação e a atuação dos gestores sociais da EJA, para o fomento de políticas públicas para a modalidade, bem como a sua relevância para a constituição e consolidação de uma Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em gestão da EJA.

Utilizou-se de instrumentos próprios, visando apurar seus resultados e impactos do ponto de vista dos atores. Para isso, foram colocados questionários específicos no ambiente do Curso, em cada Módulo, para que os participantes pudessem dar sua contribuição.

O Relatório da Avaliação, juntamente com este Relatório Técnico, respectivamente, 1ª Parte e 2ª parte do presente Relatório, compõe o conjunto de documentos fundamentais destinados à comunicação e análise dos resultados do Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA.

i) Financiamento

O Curso foi financiado pelo Ministério da Educação com recursos advindos da transferência voluntária do MEC/SECAD para a FUB em forma de descentralização de crédito, em 2010. Foi repassado o valor de R\$ 365.520,00 (trezentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e vinte reais) para desenvolvimento das três etapas de oferta do Curso, uma em 2010 e duas em 2011, conforme projeto e termo de cooperação aprovados.

Quadro 3. Demonstrativo de receita da descentralização de crédito MEC/SECAD

Rubrica		Elemento de Despesa	Valor (r\$)
Custeio	33.90.30	Material de Consumo	R\$ 30.000,00
	33.90.36	Pessoa Física	R\$ 279.600,00
	33.91.47	Encargos Sociais	R\$ 55.920,00
Total			R\$ 365.520,00

Para a primeira etapa, realizada de 06 de outubro de 2010 a 03 de janeiro de 2011, de que trata o presente relatório, foram utilizados recursos no valor de R\$ 140.640,00 (cento e quarenta mil, seiscentos e quarenta reais). Foram devolvidos ao MEC/SECAD recursos na ordem de R\$ 22.092,60 (vinte e dois mil, noventa e dois reais e sessenta centavos) destinados a material de consumo, considerando que não houve

tempo hábil para os trâmites relacionados à execução da despesa requeridos pela adesão a processo licitatório para compra do material de consumo no final do exercício de 2010. A reprogramação desses recursos está em negociação com a SECAD/MEC. Existe, portanto, um saldo de recursos no valor de R\$ 224.880,00 (duzentos e vinte e quatro mil, oitocentos e oitenta reais) para uso nas próximas etapas do Curso, previstas para 2011. O quadro abaixo sintetiza o desempenho da utilização dos recursos repassados.

Quadro 4. Demonstrativo de despesa da descentralização de crédito MEC/SECAD – utilização dos recursos (2010)

Receita (Repasse 2010)	Despesa 2010	Saldo para 2011	Observação
R\$ 365.520,00	R\$ 140.640,00	R\$ 224.880,00	Os recursos relativos a material de consumo devolvidos, no valor de R\$ 22.092,60, poderão ser reprogramados para uso em 2011, dependendo da aprovação do MEC/SECAD.

O quadro abaixo demonstra o detalhamento dos recursos gastos e devolução de recursos na primeira etapa do Curso, em 2010, e os saldos a serem utilizados em 2011.

Quadro 5. Demonstrativo de despesa da descentralização de crédito MEC/SECAD – detalhamento de gastos/devolução (2010)

Rubrica	Elemento de despesa	Gastos/devolvidos	Saldo	Detalhamento Gastos / Devolução
33.90.30	Material de Consumo	R\$ 30.000,00	-----	- Gastos 7.907,40 - Devolvidos 22.092,60
33.90.36	Pessoa Física	R\$ 92.200,00	R\$187.400,00	1º pag 26/10/10= 43.600,00
33.91.47	Encargos Sociais	R\$ 18.440,00	R\$ 37.480,00	2º pag 10/11/10= 48.600,00
				1º pag 26/10/10= 8.720,00 2º pag 10/11/10= 9.720,00
SubTotal		R\$ 140.640,00	R\$ 224.880,00	-----
Total		R\$ 365.520,00		

A especificação do saldo a ser utilizados em 2011 encontra-se no quadro a seguir apresentado.

**Quadro 6. Demonstrativo de despesa Convênio MEC/SECAD – saldo para 2011**

Rubrica	Elemento de despesa	Valor	Observação
33.90.30	Material de Consumo	-----	R\$ 22.092,60 (em negociação com o MEC para reprogramação do recurso)
33.90.36	Pessoa Física	R\$ 187.400,00	
33.91.47	Encargos Sociais	R\$ 37.480,00	
Total		R\$ 224.880,00	Não computados os 22.092,60 (em fase de negociação com o MEC)

É importante registrar que, neste item sobre o financiamento do Curso, não se computou recursos de outras fontes, notadamente aqueles utilizados e geridos pelos parceiros, particularmente, a UNESCO.

Ressalte-se, ainda, que, embora não tenha sido objeto de atenção nesse momento, é recomendável que possam ser realizados estudos de custos diretos e indiretos relacionados ao Curso, com vistas a gerar informações sobre o custo-cursista, de modo a orientar decisões sobre futuras ofertas, especialmente considerando a especificidade da organização, gestão e avaliação de cursos na modalidade a distância.



2ª PARTE

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

1. Diretrizes norteadoras do processo de avaliação

A avaliação do Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA está fundamentada no entendimento de que a pesquisa avaliativa centra-se na análise da adequação e relevância de projetos, com vistas à identificação de fatores tutores ou inibidores do seu desenvolvimento.

Segundo Belloni *et all* (2007), avaliar é um instrumento para conhecer, compreender, aperfeiçoar e orientar ações. Assim, a avaliação é um “processo sistemático de análise de uma atividade, fatos ou coisas que permite compreender, de forma contextualizada, todas as suas dimensões e implicações, com vistas a estimular seu aperfeiçoamento” (p. 15). Logo, para avaliar o Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, serão observados os processos de formulação e implementação das ações previstas, e os resultados alcançados, histórica e socialmente contextualizados.

Como pressuposto teórico-filosófico de avaliação, optou-se pelo da avaliação formativa, que tem como objetivos o autoconhecimento e a tomada de decisão. O autoconhecimento refere-se ao conhecimento dos processos e resultados da atividade avaliada, por parte dos formuladores, executores e os usuários da atividade. Já a tomada de decisão permite ajustes ou reformulações da atividade avaliada na perspectiva de sua continuidade.

Neste pressuposto, admite-se o caráter emancipatório e participativo da avaliação. Para Leite (2005) o formato de avaliação participativa compreende: a) como principais destinatários os atores interessados do curso; b) como objetivos ou acordos a avaliação institucional, a prática da negociação e de transformação, a transparência e legitimidade no processo, e decisão coletiva; c) como produto, avaliação interna e externa, autonomia, aprendizagem política e conhecimento social.

Neste formato, há fundamentos da epistemologia subjetiva com uma democracia direta forte. Logo, a autora define aproximações características da avaliação participativa, a saber: a) avaliação participativa exige sensibilização e pactuação ou negociação política; b) a avaliação participativa se constitui um instrumento epistemológico para o pensamento e ação política no espaço público; c) avaliação participativa envolve a criação de uma comunidade do bem público; d) avaliação participativa se exerce através da co-gestão e do autogoverno de diferentes atores; e) avaliação participativa institui autonomias dos sujeitos, dos coletivos e da instituição; f) avaliação participativa nutre-se da autocrítica, autovigilância e autolegislação permanentes; g) avaliação exige seu tempo próprio. Vale ressaltar que esses princípios corroboram a prática de gestão vivenciada no

Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA e, portanto, mantendo coerência na articulação gestão e avaliação.

Na perspectiva da avaliação como uma criação coletiva, esta pesquisa também se realiza em um movimento que, de acordo com Saul (2006), articula três momentos: o da expressão e descrição da realidade; o da crítica do material exposto; e a criação coletiva. O momento da expressão e descrição da realidade compreende a verbalização e a problematização do curso a ser avaliado, revelando as posições dos participantes acerca do processo de formação. A crítica do material exposto, aqui entendido como multimídia, possibilita um olhar reflexivo acerca do curso, evidenciando as contradições do processo. Por fim, a criação coletiva, baseada no princípio da autogestão, faz o delineamento de alterações necessárias no curso avaliado, com vistas à sua continuidade.

Para subsidiar as análises da avaliação foram adotados os seguintes critérios, com base em Belloni e Belloni (2003): eficiência, eficácia e efetividade social. O critério de eficiência é entendida como a otimização dos recursos utilizados para os fins visados. A eficácia da atividade é compreendida como o resultado efetivamente alcançado na implementação. E, como último critério, a avaliação da efetividade social do programa, que consiste na “adequação da educação e produção científica, simultaneamente às necessidades técnicas do desenvolvimento e às necessidades sociais de todos os cidadãos” (BELLONI e BELLONI, 2003, p. 22).

Considerando que o Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA acontece em momentos presenciais e a distância, o processo avaliativo também admite os componentes equipe multidisciplinar, aparato tecnológico, formas de comunicação e infra-estrutura, convergindo o foco para a aprendizagem colaborativa e suas possibilidades de interatividade no seu processo de aprendizagem.

2. Do objeto da avaliação

O objeto de avaliação deste relatório é o **Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA**, uma parceria da Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (UnB/FE), Ministério da Educação / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (MEC/SECAD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura UNESCO/ICAE e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O curso prevê a formação continuada de 180 gestores sociais da EJA dos diferentes estados e regiões brasileiras, sendo 60 no 2º semestre de 2010, 60 no 1º

semestre de 2011 e outros 60 no 2º semestre de 2011. Sua abrangência, no entanto, se amplia, considerando o compromisso desses sujeitos com a ação multiplicadora nos estados e no Distrito Federal no âmbito das Comissões Estaduais e Distrital da Agenda Territorial de EJA e dos Fóruns Estaduais e Distrital de EJA.

Como objetivo geral, o curso visa formar sujeitos sociais da Educação de Jovens e Adultos para que atuem como multiplicadores locais de ações da gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA, na perspectiva da formação de uma Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em gestão da EJA. Para o atendimento desse objetivo, o curso pretende: delimitar os marcos estratégicos das ações de EJA no contexto nacional; propiciar espaços de reflexão, presencialmente e no ambiente virtual de aprendizagem, para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA; e, favorecer a construção de projetos de intervenção em gestão social de políticas educacionais em EJA, no âmbito da Agenda Territorial local.

O curso está sendo realizado em três etapas: a 1ª etapa, no 2º semestre de 2010, a 2ª no 1º semestre de 2011 e a 3ª no 2º semestre de 2011. Em cada uma dessas etapas serão formadas duas turmas de 30 alunos, perfazendo um total de 180 participantes. Cada etapa consta de 4 módulos, sendo que o primeiro, o terceiro e o quarto são oferecidos a distância. O primeiro terá o formato de uma webconferência, na qual os representantes das instituições parceiras (UnB, MEC/SECAD, UNESCO e MDA) apresentaram os marcos estratégicos das ações de EJA. O segundo módulo foi presencial, em forma de uma oficina, estando sob a responsabilidade da UNESCO, através do ICAE.

Os demais foram desenvolvidos no ambiente virtual de aprendizagem - AVA Moodle, sendo o terceiro coordenado pelo MDA e o quarto pela UnB/FE.

3. Objetivos da avaliação

A pesquisa avaliativa teve como por objetivo avaliar o **Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA**. Para isso, considera o seu processo de formulação, implementação e seus resultados, a fim de indicar as contribuições do curso para a formação e a atuação dos gestores sociais da EJA, para a fomentação de políticas públicas para a modalidade, bem como a sua relevância para a constituição e consolidação de uma Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em gestão da EJA.

4. Metodologia da avaliação

Para Belloni *et all* (2007), a pesquisa avaliativa assemelha-se ao tipo de pesquisa desenvolvido nas ciências humanas por atender dois princípios básicos: contribuir para o avanço do conhecimento em relação ao objeto de avaliação e submeter-se ao rigor conceitual e metodológico do método científico atendendo aos critérios de validade e confiabilidade.

Nesta perspectiva, esta pesquisa avaliativa segue as delimitações metodológicas propostas por Belloni e Belloni (2003). Assim, para a avaliação do Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA é considerada a percepção dos sujeitos acerca de três aspectos: a) condições para o desenvolvimento do curso; b) processos desenvolvidos ao longo do curso; e c) resultados alcançados.

Os aspectos a que se referem as condições para o desenvolvimento do curso são: os objetivos do curso; conteúdos propostos e desenvolvidos; adequação dos conteúdos aos objetivos do curso e ao público-alvo; organização do curso; qualidade do processo de ensino; apoio institucional: infra-estrutura física, técnica e administrativa para o desenvolvimento do curso.

Quanto aos processos desenvolvidos ao longo do curso, são observados: atuação do corpo docente; operacionalização do curso; avaliação; atuação e formação dos alunos.

Por fim, os resultados alcançados versam sobre a execução e eficácia do curso; processo formativo dos alunos; qualidade global do curso.

4.1 Dimensões avaliativas

Após a identificação dos aspectos considerados na avaliação, as dimensões avaliativas foram operacionalizadas da seguinte forma:

- Perfil do Cursista e suas Expectativas em relação ao Curso
- Avaliação dos Módulos, contemplando a inter-relação Coordenação-Tutores-Tutores-Cursistas
- Avaliação Final do Curso

4.2 Constituição dos Indicadores

A partir das dimensões, foram considerados os seguintes indicadores:

- I. *Perfil do Cursista e suas Expectativas em relação ao Curso*
 - a. Idade
 - b. Sexo
 - c. Formação Acadêmica

- d. Conhecimento e Uso em Informática
 - e. Principal Ocupação
 - f. Tempo de atuação na EJA
 - g. Motivo da participação no curso
 - h. Expectativa em relação ao curso
- II. Avaliação dos Módulos
- a. Planejamento do Módulo
 - b. Estratégias didático-pedagógicas
 - c. Relacionamento Facilitador (professor)-Tutor-Cursista
 - d. Avaliação da Aprendizagem
 - e. Auto-avaliação
 - f. Pontos positivos e pontos a melhorar
- III. Avaliação Final do Curso
- a. Atendimento dos objetivos do curso
 - b. Adequação da carga horária do curso
 - c. Relevância dos conteúdos abordados
 - d. Adequação da estrutura do curso à área de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA
 - e. Atendimento da coordenação, secretaria e suporte técnico
 - f. Acessibilidade do Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA
 - g. Resultados alcançados
 - h. Grau de satisfação do cursista
 - i. Participação na discussão do projeto de curso
 - j. Eficácia do Sistema de Comunicação
 - k. Clima organizacional
 - l. Evasão do curso

4.3 Operacionalização da avaliação

Para a análise avaliativa, foram considerados os princípios de representatividade quantitativa e qualitativa dos dados. Por esta razão, as informações estão sendo coletadas por meio de análise de documentos e questionários.

4.3.1 Análise de Documentos

A análise de documentos tem por objetivo esclarecer os significados e implicações das diretrizes, estratégias e linhas de ação do objeto da avaliação. Os documentos analisados foram o projeto do curso e materiais de apoio dos módulos.

4.3.2 Questionários

Com a finalidade de levantar a percepção dos sujeitos envolvidos no desenvolvimento do curso, foram disponibilizados no Ambiente Virtual de Aprendizagem, por meio de um banco de dados, cinco questionários de avaliação do curso, a saber:

- Formulários respondidos pelos cursistas:
 - Formulário 1 – Perfil do Cursista e suas expectativas em relação ao curso (Anexo 8)
 - Formulário 2 – Avaliação do Módulo I (Anexo 9)
 - Formulário 3 – Avaliação do Módulo II (Anexo 10)
 - Formulário 4 – Avaliação dos Módulos III (Anexo 11)
 - Formulário 5 – Avaliação do Módulo IV (Anexo 12)
 - Formulário 6 – Avaliação Final do Curso (Anexo 13)

A variedade de formulários justifica-se pela intenção de levantar um perfil dos cursistas e suas perspectivas iniciais em relação ao curso, o que permitiu o cruzamento de informações quando da finalização do curso. Além disso, cada módulo, exceto III e IV, possui uma estrutura diferenciada, o que requereu questões diferenciadas para a avaliação, além de permitir um olhar específico de cada etapa do processo formativo. Por fim, a avaliação final do curso permitiu compreender a percepção dos cursistas sobre todo o processo do curso.

- Formulário respondido pela equipe gestora:
 - Formulário 7 – Avaliação do Processo de Gestão do Curso (Anexo 14)
Este formulário permitiu compreender a percepção da equipe gestora do curso quanto ao seu processo de gestão e de sua execução, a fim de se avaliar a perspectiva de gestão proposta na formulação do curso e de sua continuidade por meio da Comunidade de Trabalho-Aprendizagem em gestão da EJA.

5. AVALIAÇÃO DO CURSO

Os itens a seguir versam sobre análises do Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, após a finalização do mesmo. Para isso, foram aplicados sete formulários, obtendo-se os seguintes quantitativos de respostas:

Formulários	Número de Respondentes	% em relação ao Total de Participantes
Perfil do Cursista e suas expectativas em relação ao curso	59	98%
Avaliação do Módulo I	60	100%
Avaliação do Módulo II (questionário ICAE)	52	87%
Avaliação do Módulo II	53	88%
Avaliação do Módulo III	48	80%
Avaliação do Módulo IV	47	78%
Avaliação Final do Curso	53	88%
Avaliação do Processo de Gestão do Curso	7	47%

5.1 AVALIAÇÃO DO MÓDULO I – Marcos estratégicos das ações da EJA

O módulo I - Marcos estratégicos das ações da EJA Educacionais foi realizado por meio de webconferência, de acordo com a seguinte pauta:

Objetivo Geral: Delimitar os marcos estratégicos das ações de EJA.

Objetivos específicos:

1) Motivar os parceiros para uma ação integrada de articulação, formulação, execução e acompanhamento da política pública de EJA, pela gestão social entre governos e sociedade civil organizada.

2) Informar sobre a abordagem pedagógica do curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais e sua continuidade no âmbito da Agenda Territorial.

Data: 6/10/2010

Horário: das 14:30 às 16:00

Local: Ministério da Educação/ SECAD, Bloco L, Ed. sede, sala 201, 2º andar

Participantes convidados: secretários André Lázaro (MEC), Paul Singer (MTE), Humberto Oliveira (MDA), Oviromar Flores (Decano de Extensão da UnB), Vincent Defourny (Representante da UNESCO no Brasil).



ATIVIDADES

1. Abertura e Objetivos da Webconferência no contexto da CNAEJA, Agenda Territorial e Marco de Ação de Belém.

5 min. de trabalho: André Luiz Lázaro – secretário SECAD/MEC

2. Marcos Estratégico das Ações de EJA

Mediador: Timothy Ireland (UNESCO)

10 minutos por exposição. Expositores: Vincent Defourny (Representante da UNESCO no Brasil), Humberto Oliveira (MDA), Paul Singer (MTE), Oviomar Flores (Decano de Extensão da UnB), André Lázaro (MEC)

3. Informar sobre a Abordagem Pedagógica do Curso de Gestão Social e sua continuidade no âmbito da Agenda Territorial

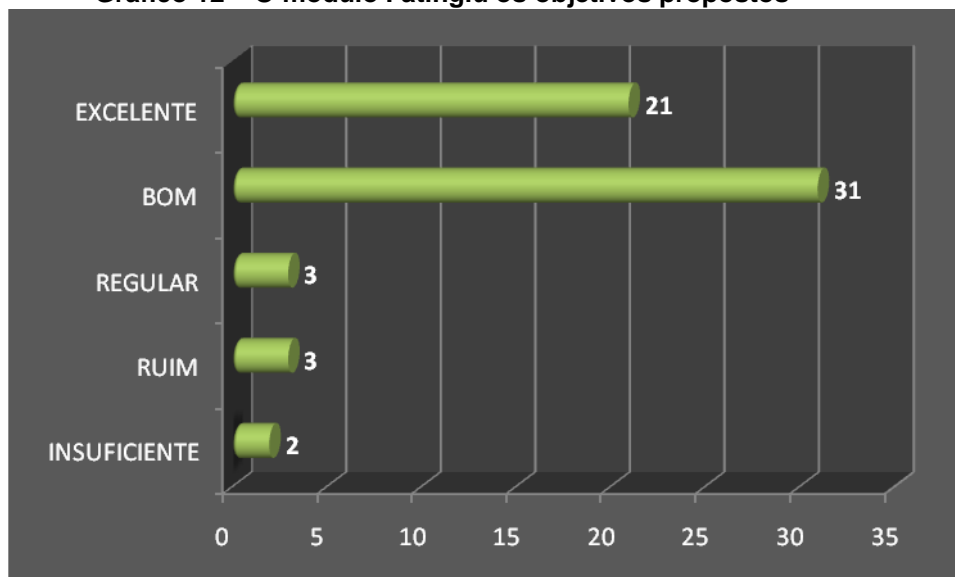
30 minutos de exposição. Expositores: Carmenisia Jacobina Aires – Diretora da Faculdade de Educação da UNB, Ruth Gonçalves de F. Lopes - Coordenadora do Curso pela UnB, Jorge Teles – DPEJA/SECAD.

Para a avaliação do módulo I, foram consideradas as informações obtidas por meio de questionário disponibilizado no AVA. Este questionário foi respondido por 60 cursistas, correspondente a 100% do total de cursistas participantes do curso.

Com base nas informações coletadas, verificou-se que:

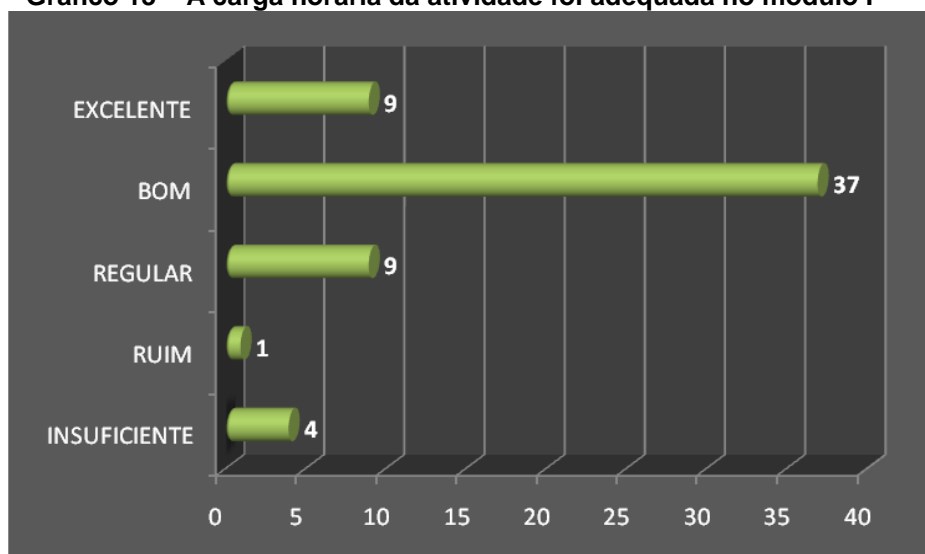
1. Quanto ao planejamento da webconferência:

- a) 92% dos respondentes consideraram que o módulo atingiu os objetivos propostos, nos níveis regular, bom e excelente, de acordo com o gráfico a seguir:

Gráfico 12 – O módulo I atingiu os objetivos propostos

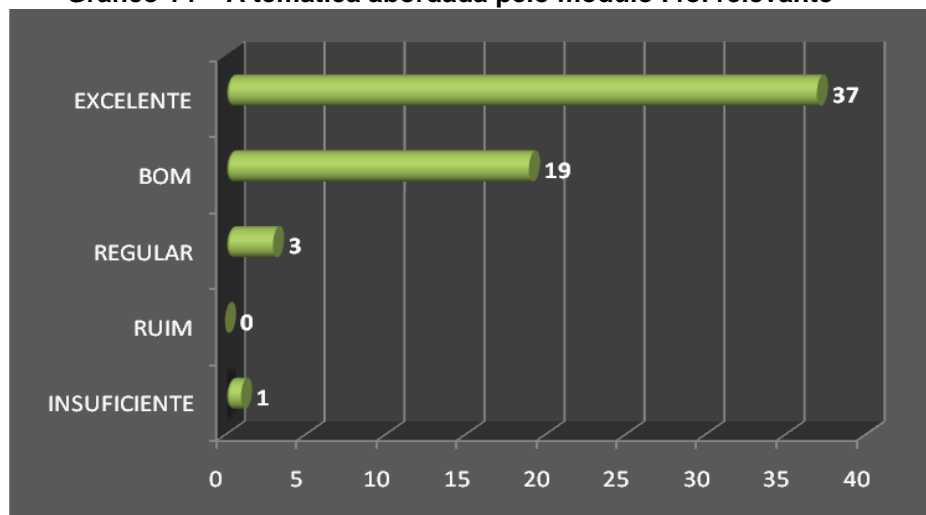
Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 92% dos respondentes consideraram que a carga horária da atividade foi adequada, nos níveis regular, bom e excelente, seguida de 8% que avaliou a carga horária inadequada, nos níveis ruim e insuficiente.

Gráfico 13 – A carga horária da atividade foi adequada no módulo I

Fonte: Pesquisa de Campo

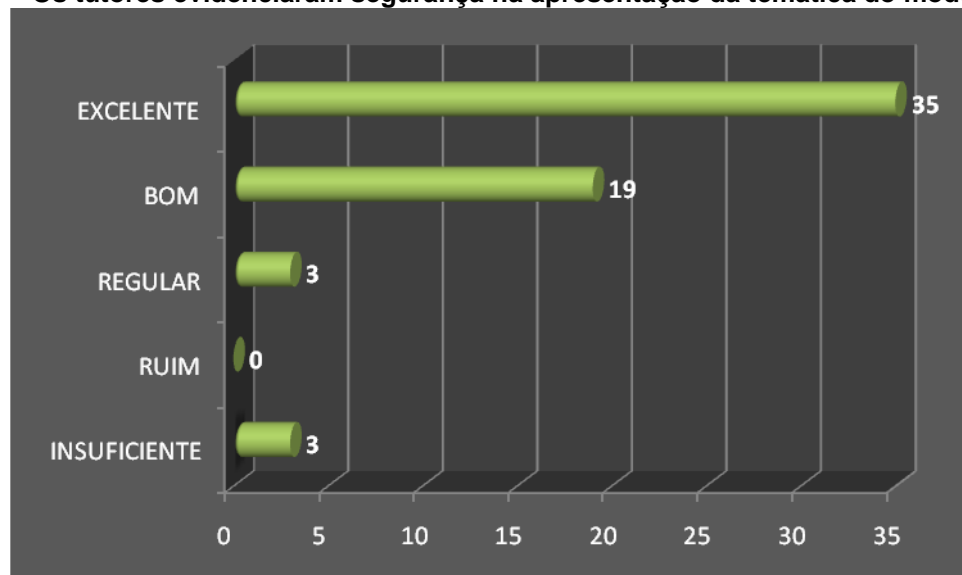
- c) 93% dos respondentes avaliaram que a temática abordada no módulo foi relevante para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 14 – A temática abordada pelo módulo I foi relevante

Fonte: Pesquisa de Campo

2. Quanto ao desenvolvimento da webconferência:

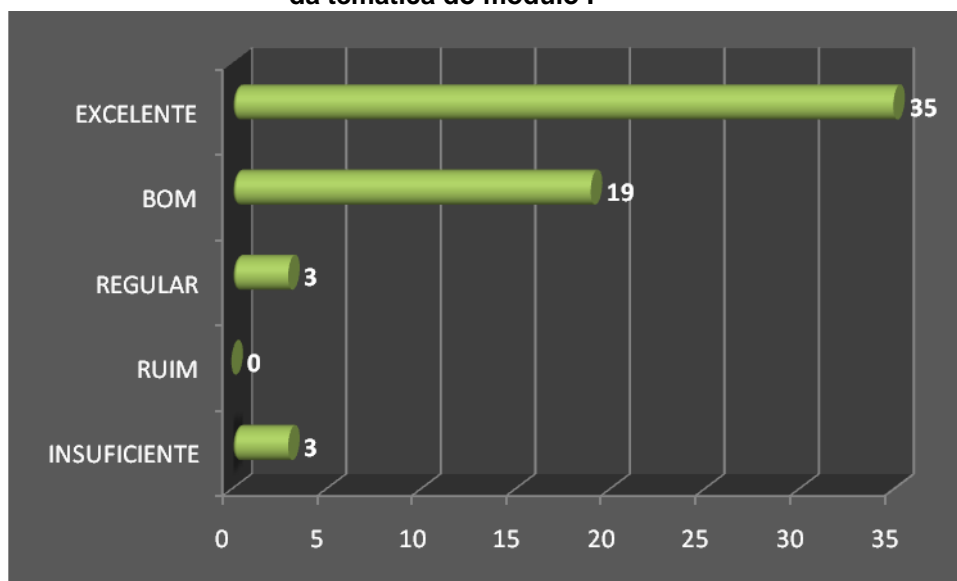
- a) 90% dos respondentes disseram que os tutores evidenciaram segurança na apresentação da temática do módulo, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 15 – Os tutores evidenciaram segurança na apresentação da temática do módulo I

Fonte: Pesquisa de Campo

- a) 90% dos respondentes consideraram que os tutores fizeram uso de linguagem acessível para uma melhor compreensão da temática, nos níveis bom e excelente.

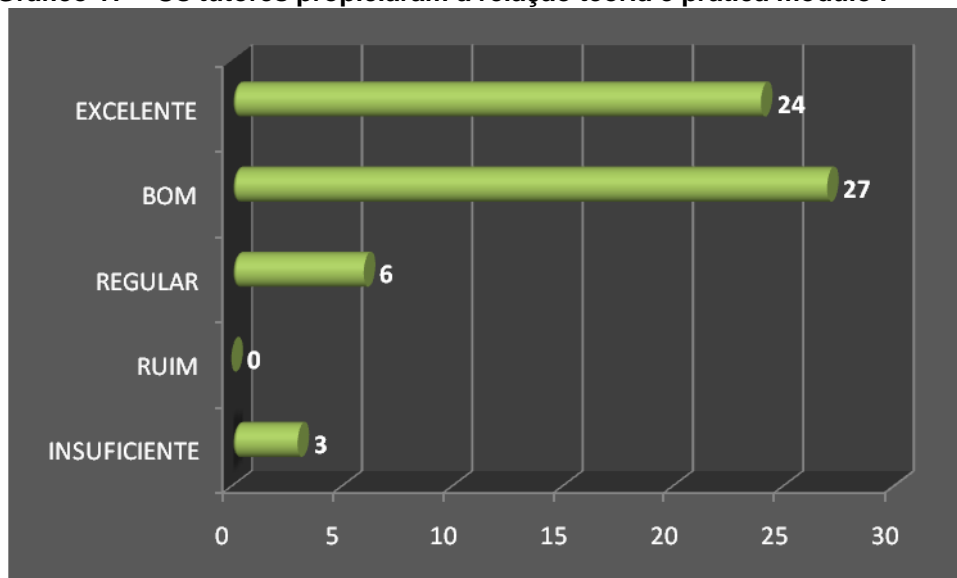
Gráfico 16 – Os tutores fizeram uso de linguagem acessível para uma melhor compreensão da temática do módulo I



Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 85% dos respondentes avaliaram, com conceito bom e excelente, se os tutores propiciaram a relação teoria e prática.

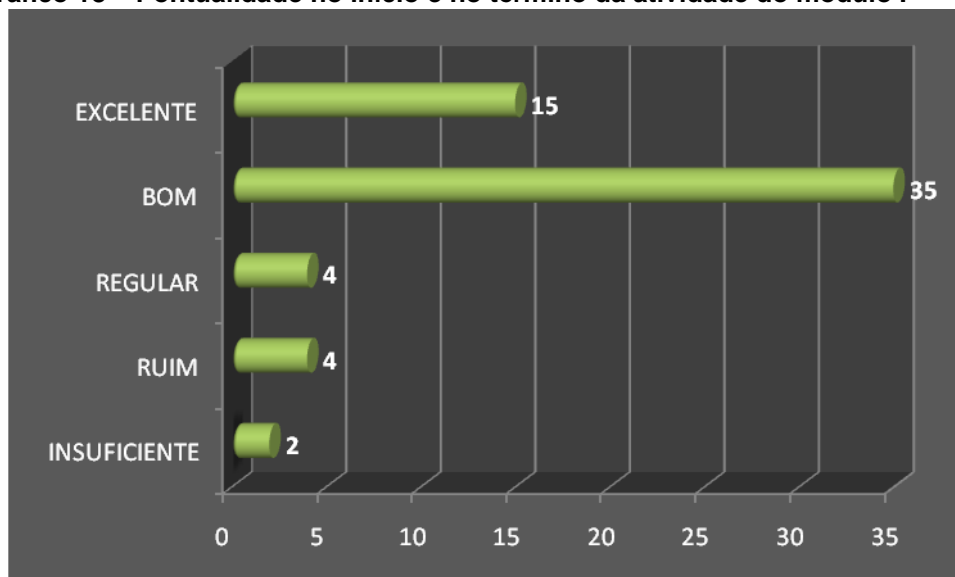
Gráfico 17 – Os tutores propiciaram a relação teoria e prática módulo I



Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 83% dos respondentes consideraram que houve pontualidade no início e no término da atividade, nos níveis bom e excelente.

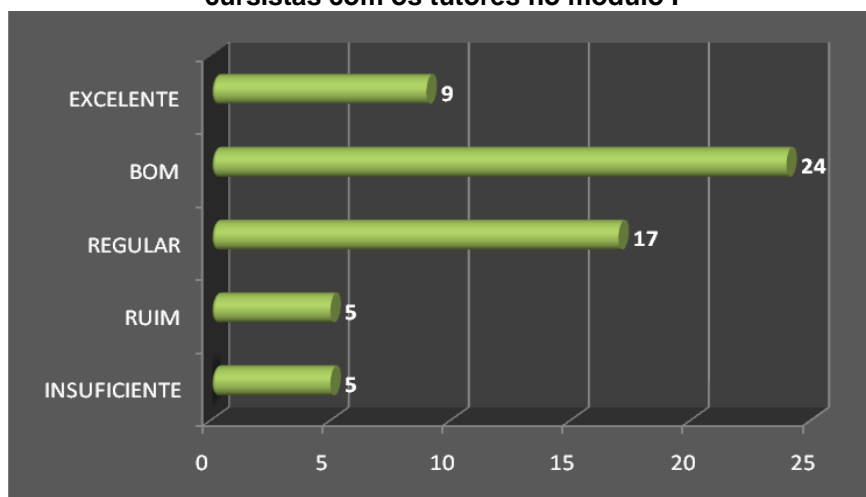
Gráfico 18 – Pontualidade no início e no término da atividade do módulo I



Fonte: Pesquisa de Campo

- c) O desenvolvimento de estratégias que promoveram a interatividade dos cursistas com os tutores foi avaliada positivamente por 55% dos respondentes. No entanto, houve um percentual significativo de 28% dos cursistas que consideraram o atendimento do item REGULAR.

Gráfico 19 – Foram desenvolvidas estratégias que promoveram a interatividade dos cursistas com os tutores no módulo I

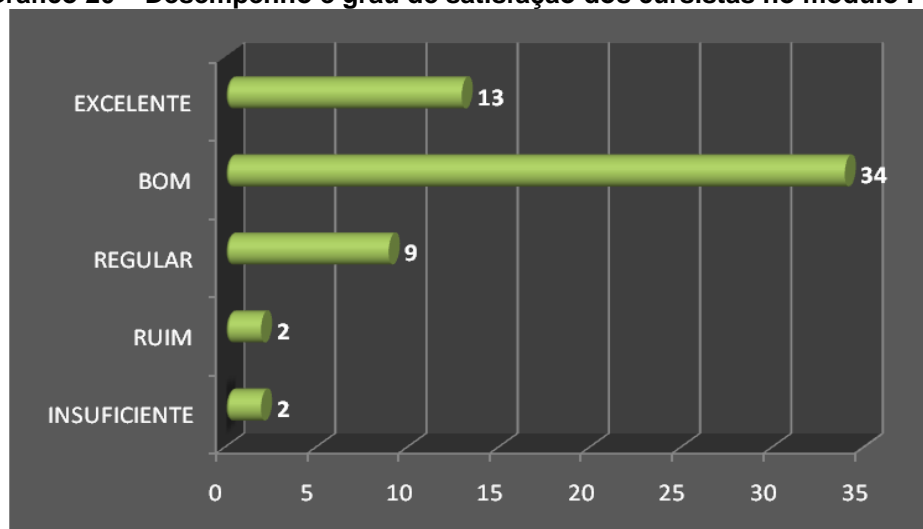


Fonte: Pesquisa de Campo

3. Quanto ao desempenho e o grau de satisfação dos cursistas no módulo:

- a) 79% dos respondentes afirmaram que tiveram um EXCELENTE/BOM nível de aproveitamento do módulo, seguido de 15% com aproveitamento REGULAR e 6% com aproveitamento RUIM ou INSUFICIENTE.

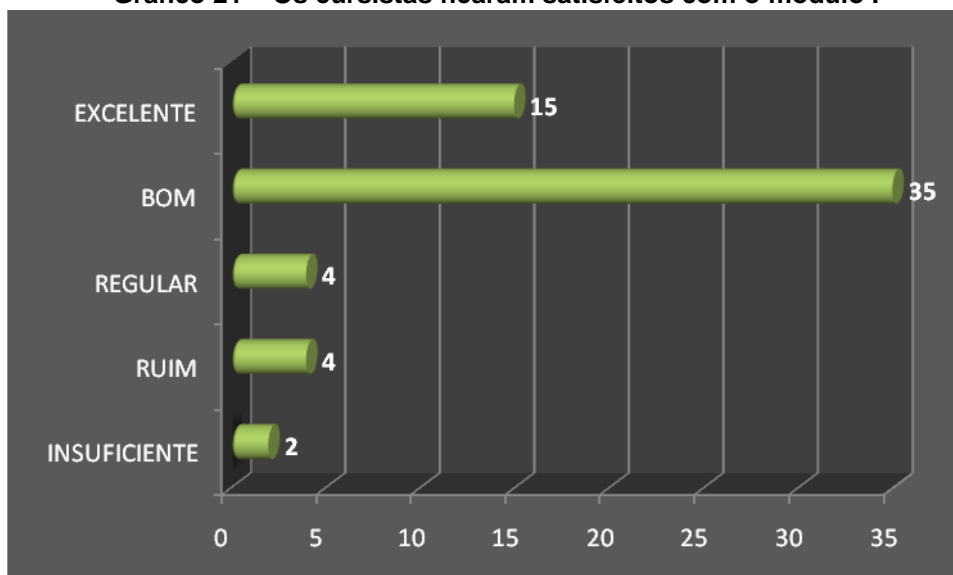
Gráfico 20 – Desempenho e grau de satisfação dos cursistas no módulo I



Fonte: Pesquisa de Campo

- c) 83% dos respondentes ficaram satisfeitos com o módulo, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 21 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o módulo I



4. Comentários adicionais dos respondentes:

Os respondentes indicaram com pontos positivos, principalmente, a escolha dos conferencistas, as temáticas abordadas, a participação da UnB e o apoio do AVA ao módulo.

Os pontos negativos indicados foram as falhas no áudio da transmissão, as dificuldades de acesso à webconferência, a interatividade insuficiente com os tutores, bem como a participação dos cursistas em tempo real

Para a melhoria do módulo, foram sugeridos:

- a) Melhorar a interatividade durante a webconferência e o contato com os conferencistas após a atividade.
- b) Observar as condições de infra-estrutura local para a recepção da webconferência, posto que em locais que não possuem internet banda larga, a transmissão ficou prejudicada.
- c) Disponibilizar maior tempo para debate com os conferencistas.
- d) Aumentar a carga horária do módulo.
- e) Disponibilizar a transcrição das falas da webconferência. (Ressalta-se que esta ação foi realizada a posteriori, ficando disponível no AVA do curso)

5.2 AVALIAÇÃO DO MÓDULO II – Advocacy, Controle Social e Gestão Social de Políticas Educacionais

O módulo II - Advocacy, Controle Social e Gestão Social de Políticas Educacionais foi realizado em duas etapas. No período de 11 a 15 de outubro de 2010 ofertado para a Turma 1 do curso na cidade de Recife/PE, e no período de 08 a 12 de novembro de 2010, ofertado para a Turma 2 do curso na cidade de Brasília - DF.

Este módulo objetivou propiciar espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA. Foi realizado na forma de oficina, em que especialistas convidados com ampla experiência nas temáticas tratadas estiveram debatendo com os cursistas assuntos relacionados à incidência em políticas públicas de educação ao longo da vida.

Para a avaliação do módulo, foram considerados os dados obtidos por meio de tabulação das respostas ao questionário aplicado pelo ICAE ao final do módulo. Foram respondidos 31 questionários pela turma 1 e 21 questionários pela turma 2.

Com base nas informações coletadas na turma 1, verificou-se que:

5. Em relação à Impressão Geral sobre o curso:

28 dos 31 respondentes tiveram boa impressão sobre o curso, seguido de 2 opiniões não expressas e 1 avaliação regular do curso. Foram, também,

evidenciados pontos positivos e sugestões de melhoria para o curso. Quanto aos aspectos positivos, destacam-se:

- a) *Aprofundamento das temáticas abordadas no módulo*: 35% dos respondentes indicaram como fator positivo o nível de aprofundamento das temáticas abordadas no módulo
- b) *Reflexão crítica sobre o papel que executam nos Fóruns e nas Agendas Territoriais de EJA*: 23% dos respondentes destacaram, como fator positivo, a possibilidade deles repensarem suas atuações nos Fóruns e nas Agendas Territoriais de EJA.
- c) *Socialização de experiências*: 13% dos respondentes evidenciaram o curso como espaço de socialização de experiências e promotor de novas possibilidades de atuação em EJA.
- d) *Outros aspectos destacados*: com incidências menores, foram indicados positivamente: o planejamento do curso; a organização do curso em módulos; a qualificação dos professores e o perfil dos cursistas.

Quanto aos aspectos a serem melhorados, foram identificados, sem incidência significativa de algum: *a pouca carga horária disponibilizada para o módulo; a falta da participação do MEC na discussão das temáticas; a existência de algumas exposições longas e cansativas, por parte dos professores; e, a pequena exposição de experiências de advocacy na área.*

Desses aspectos, destaca-se o registro da importância das temáticas abordadas no módulo para a área de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA.

6. Em relação aos Fatores Tutores da aprendizagem:

Os fatores tutores da aprendizagem indicados pelos respondentes foram:

- a) *A metodologia adotada pelos mediadores*: 52% dos respondentes avaliaram a metodologia adotada pelos mediadores como fator facilitador do processo de aprendizagem.
- b) *Interação do grupo e Socialização de Experiências*: 52% relevaram a importância da interação do grupo e da troca de experiências no processo de aprendizagem
- c) *Qualificação dos mediadores*: 42% dos respondentes consideraram fator facilitador a qualificação dos mediadores

- d) *Qualidade dos textos e dos conteúdos abordados*: 35% dos respondentes destacaram a qualidade dos textos e dos conteúdos do módulo como fator facilitador da aprendizagem.
- e) *Outros aspectos indicados*, sem incidência significativa: a possibilidade de interação on line e as experiências acumuladas em EJA.

7. Em relação aos Fatores Inibidores da aprendizagem:

Os fatores inibidores da aprendizagem indicados pelos respondentes foram:

- a) Demora no recebimento dos textos do módulo: 26% dos respondentes tiveram dificuldades no processo de aprendizagem em razão da não leitura prévia dos textos do módulo, que segundo os mesmos foram disponibilizados muito próximo à realização do curso.
- b) Carga horária do módulo foi insuficiente: 26% dos respondentes consideraram a carga horária do módulo insuficiente para aprofundar todas as temáticas propostas.
- c) Pouca utilização de recursos tecnológicos pelos professores: 26% dos respondentes consideraram como fator inibidor a pouca utilização de recursos tecnológicos pelos professores, os quais privilegiaram aulas expositivas sem apoio desses recursos.
- d) Desconhecimento prévio de referenciais teóricos e conceitos utilizados pelos mediadores: 16% dos respondentes apontaram como elemento inibidor da aprendizagem a dificuldade de compreensão de conceitos utilizados pelos mediadores nas suas exposições.
- e) Cansaço pessoal: 10% dos respondentes consideraram o cansaço pessoal como fator inibidor da aprendizagem, principalmente ao final de cada período.
- f) Conversas paralelas: 10% dos respondentes apontaram as conversas paralelas durante as aulas como elemento de dispersão.
- g) Espaço físico: 10% dos respondentes consideraram o espaço físico utilizado nas aulas insatisfatório, o que dificultou o seu processo de aprendizagem.
- h) Outros aspectos apontados, sem incidência significativa: ausência de atividades do módulo no AVA; não realização do módulo I.

8. Em relação às Contribuições dos cursistas à aprendizagem do Curso:

As contribuições dos respondentes à aprendizagem do curso foram sintetizadas em dois aspectos:

- a) *Participação nos debates e nas atividades em grupo*: 65% dos respondentes consideraram sua participação nos debates e nas atividades em grupo como contribuição à aprendizagem do curso.
- b) *Socialização de experiências*: 48% dos respondentes consideraram a socialização de suas experiências como contribuição à aprendizagem do curso.

Em relação às Áreas que precisam ser aprofundadas no curso

As áreas que necessitam de um maior aprofundamento, segundo os respondentes, são:

- a) Monitoramento e Controle Social: indicada por 58% dos respondentes.
- b) Financiamento da Educação/EJA: indicada por 23% dos respondentes
- c) Experiências de lutas sociais: indicada por 19% dos respondentes
- d) Direitos Humanos: indicada por 13% dos respondentes
- e) Legislação da EJA: indicada por 6% dos respondentes
- f) Outras áreas indicadas:
 - i. Orçamento público
 - ii. Advocacy
 - iii. Tecnologia e Trabalho
 - iv. Planejamento Estratégico
 - v. Avaliação de Resultados
 - vi. Educação Profissional
 - vii. Observatório da Cidadania
 - viii. Análise de Dados
 - ix. Diversidade
 - x. Processo de Institucionalização da EJA
 - xi. Formação de Liderança
 - xii. Conjuntura e Estrutura Política Social
 - xiii. Interseccionalidade
 - xiv. Fóruns de EJA

Sobre essas áreas, sugere-se, portanto, o aprofundamento destas nos próximos módulos.

9. Sugestões para o próximo encontro presencial

As sugestões apresentadas pelos respondentes foram:

- a) Aumento da carga horária do módulo/Melhor distribuição da carga horária do módulo: sugerido por 32% dos respondentes.
- b) Aprofundamento de temáticas, incluindo experiências e estratégias mais focadas em EJA: sugerido por 29% dos respondentes.
- c) Disponibilizar os textos em tempo hábil para leitura prévia antes da realização do módulo: sugerido por 26% dos respondentes.
- d) Utilização de recursos tecnológicos pelos mediadores: sugerido por 16% dos respondentes.
- e) Realização de momentos culturais: sugerido por 13% dos respondentes.
- f) Outras sugestões: participação de mais gestores de EJA; continuidade do módulo II; mais atividades em grupo; possibilidade de registro diário na plataforma pelos cursistas; conhecer in loco um experiência local de advocacy; realização do módulo no mesmo hotel em que os cursistas estiverem hospedados.

Quanto às sugestões, destaca-se que os itens a, b, c e d se relacionam a fatores inibidores de aprendizagem apontados pelos cursistas, apresentando-se, portanto, como resolução dessas dificuldades. O item b também se identifica com as análises em relação às áreas tratadas no curso e que necessitam de maior aprofundamento.

10. Sugestões logísticas para o próximo encontro presencial

As sugestões logísticas apresentadas pelos respondentes foram:

- a) *Melhoria do espaço físico para realização do módulo* (salas mais amplas, maior número de mesas, condições para uso de notebooks, cadeiras mais confortáveis): sugerido por 77% dos respondentes
- b) *Melhoria do serviço de traslados*: sugeridos por 6% dos respondentes
- c) Outras sugestões: *realização do módulo em uma cidade da Amazônia; disponibilização de CD com slides das exposições dos professores; disponibilização de espaço para trabalho em grupo; financiamento de passagens terrestres.*

11. Resposta às expectativas iniciais dos cursistas

Para 87% dos respondentes, o módulo correspondeu às expectativas dos cursistas, seguido de 13% que responderam que o módulo atendeu parcialmente as suas expectativas. Como justificativas, foram apresentadas: o pouco tempo para o aprofundamento das temáticas; a disponibilização tardia dos textos e a falta de relatos de experiências em EJA.

Com base nas informações coletadas na turma 2, verificou-se que:

12. Em relação à Impressão Geral sobre o curso:

100% dos respondentes tiveram boa impressão sobre o curso. Foram, também, evidenciados pontos positivos e sugestões de melhoria para o curso. Quanto aos aspectos positivos, destacam-se:

- a) *Aprofundamento das temáticas abordadas no módulo*: 38% dos respondentes indicaram como fator positivo o nível de aprofundamento das temáticas abordadas no módulo
- b) *Reflexão crítica sobre o papel que executam nos Fóruns e nas Agendas Territoriais de EJA*: 24% dos respondentes destacaram, como fator positivo, a possibilidade deles repensarem suas atuações nos Fóruns e nas Agendas Territoriais de EJA.
- c) *Socialização de experiências*: 10% dos respondentes evidenciaram o curso como espaço de socialização de experiências e promotor de novas possibilidades de atuação em EJA.

Observa-se, portanto, a coincidência de fatores positivos destacados por ambas as turmas.

13. Em relação aos Fatores Tutores da aprendizagem:

Os fatores tutores da aprendizagem indicados pelos respondentes foram:

- a) *A metodologia adotada pelos mediadores*: 24% dos respondentes avaliaram a metodologia adotada pelos mediadores como fator facilitador do processo de aprendizagem.
- b) *Interação do grupo e Socialização de Experiências*: 81% relevaram a importância da interação do grupo e da troca de experiências no processo de aprendizagem
- c) *Qualificação dos mediadores*: 29% dos respondentes consideraram fator facilitador a qualificação dos mediadores
- d) *Debates*: 48% dos respondentes destacaram os debates ocorridos durante as aulas como fator facilitador da aprendizagem.
- e) *Leitura prévia dos materiais*: 10% dos respondentes destacaram a possibilidade de leitura prévia dos textos do módulo como fator facilitador da aprendizagem.
- f) *Outro aspecto indicado, sem incidência significativa*: a possibilidade de interação on line por meio do ambiente virtual de aprendizagem.

14. Em relação aos Fatores Inibidores da aprendizagem:

Os fatores inibidores da aprendizagem indicados pelos respondentes foram:

- a) Carga horária do módulo foi insuficiente: 38% dos respondentes consideraram a carga horária do módulo insuficiente para aprofundar todas as temáticas propostas e para o desenvolvimento dos debates.
- b) Cansaço pessoal: 19% dos respondentes consideraram o cansaço pessoal como fator inibidor da aprendizagem, principalmente ao final de cada período.
- c) Espaço físico: 10% dos respondentes consideraram o espaço físico utilizado nas aulas insatisfatório, o que dificultou o seu processo de aprendizagem.
- d) Outros aspectos apontados, sem incidência significativa: não cumprimento dos horários previstos e a impossibilidade de acesso à internet no local do curso.

15. Em relação às Contribuições dos cursistas à aprendizagem do Curso:

As contribuições dos respondentes à aprendizagem do curso foram sintetizadas em dois aspectos:

- a) *Participação nos debates e nas atividades em grupo*: 48% dos respondentes consideraram sua participação nos debates e nas atividades em grupo como contribuição à aprendizagem do curso.
- b) *Socialização de experiências*: 52% dos respondentes consideraram a socialização de suas experiências como contribuição à aprendizagem do curso.

16. Em relação às Áreas que precisam ser aprofundadas no curso

As áreas que necessitam de um maior aprofundamento, segundo os respondentes, são:

- a) Financiamento da Educação/EJA: indicada por 10% dos respondentes
- b) Educação Popular: indicada por 19% dos respondentes
- c) Educação ao longo da vida: indicada por 10% dos respondentes
- d) Economia solidária: indicada por 10% dos respondentes
- e) Intersetorialidade: indicada por 10% dos respondentes
- f) Advocacy: indicada por 10% dos respondentes
- g) Experiências de EJA: indicada por 17% dos respondentes
- h) Outras áreas indicadas:

- i. Monitoramento
- ii. Planejamento Estratégico para os Fóruns
- iii. Papel do Gestor em Movimentos Sociais
- iv. Agenda territorial
- v. Povos indígenas e Quilombolas
- vi. Educação do Campo
- vii. Educação Especial
- viii. Legislação educacional
- ix. Capacitação para o AVA

Sobre essas áreas, percebe-se a diferenciação dos temas sugeridos pela turma 1. Disto, sugere-se que esta diferenciação se dê em razão das diferenças regionais entre as turmas, aspecto importante a ser considerado na próxima oferta do curso.

17. Sugestões para o próximo encontro presencial

As sugestões apresentadas pelos respondentes foram:

- a) Aumento da carga horária do módulo/Melhor distribuição da carga horária do módulo, com mais momentos de interação do grupo: sugerido por 29% dos respondentes.
- b) Cumprimento dos horários: sugerido por 10% dos respondentes
- c) Outras sugestões: aprofundamento das temáticas indicadas no item anterior; definição de um currículo de EJA; realização de momentos culturais; espaço para apresentação e experiências em EJA; maior participação da UnB.

18. Sugestões logísticas para o próximo encontro presencial

As sugestões logísticas apresentadas pelos respondentes foram:

- d) *Melhoria do espaço físico para realização do módulo* (condições para uso de notebooks, cadeiras mais confortáveis): sugerido por 24% dos respondentes
- e) *Melhoria do serviço de traslados*: sugeridos por 14% dos respondentes
- f) *Organização melhor dos horários*: sugeridos por 10% dos respondentes
- g) *Melhoria dos serviços de hotel*: sugeridos por 10% dos respondentes
- h) *Disponibilidade de internet no local do curso*: sugeridos por 33% dos respondentes
- i) Outras sugestões: *local para hospedagem mais próximo do local do curso*.

19. Resposta às expectativas iniciais dos cursistas

Para 95% dos respondentes, o módulo correspondeu às expectativas dos cursistas. 5% não respondeu à questão.

20. Comentários gerais sobre o módulo

Os respondentes apresentaram comentários positivos sobre o módulo, a saber:

- a) Troca de experiências entre os participantes;
- b) Qualidade dos materiais do módulo;
- c) Qualidade dos palestrantes

Como sugestão, foi indicada a realização de debates em grupos menores.

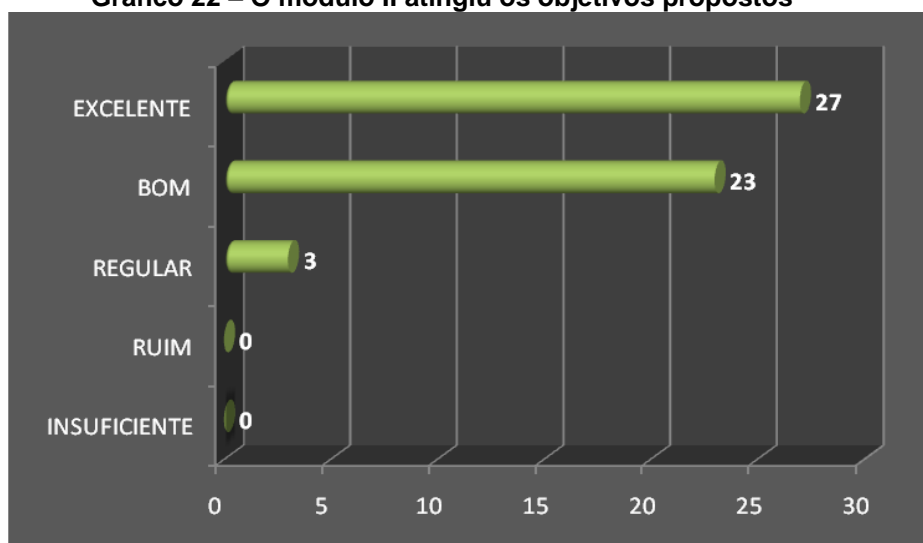
Ainda para a avaliação do módulo II, foram consideradas as informações obtidas por meio de questionário disponibilizado no AVA. Este questionário foi respondido por 53 cursistas, correspondente a 88% do total de cursistas participantes do curso.

Com base nas informações coletadas, verificou-se que:

21. Quanto ao planejamento do módulo:

- a) 100% dos respondentes consideraram que o módulo atingiu os objetivos propostos, nos níveis regular, bom e excelente, de acordo com o gráfico a seguir:

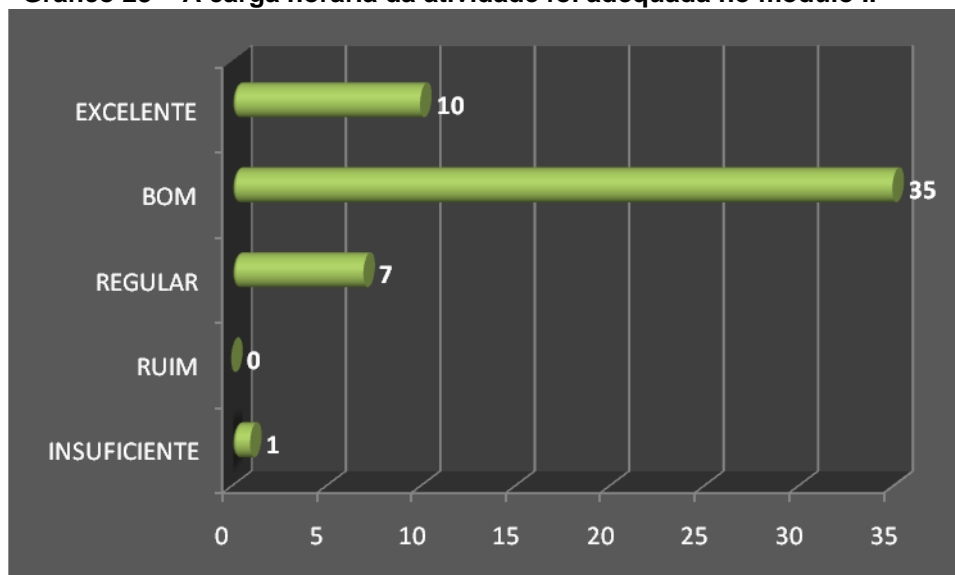
Gráfico 22 – O módulo II atingiu os objetivos propostos



Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 98% dos respondentes consideraram que a carga horária da atividade foi adequada, nos níveis regular, bom e excelente.

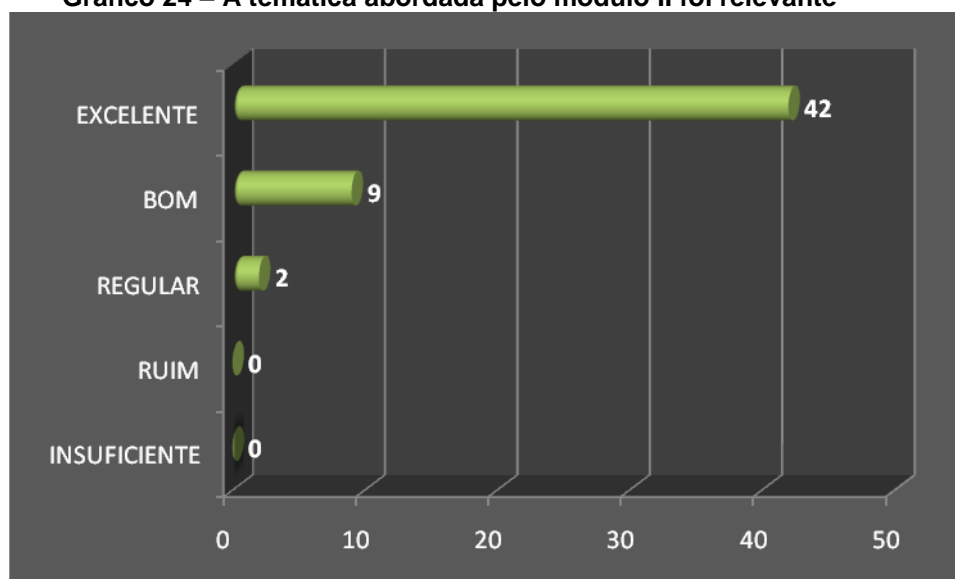
Gráfico 23 – A carga horária da atividade foi adequada no módulo II



Fonte: Pesquisa de Campo

- c) 96% dos respondentes avaliaram que a temática abordada no módulo foi relevante para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA, nos níveis bom e excelente.

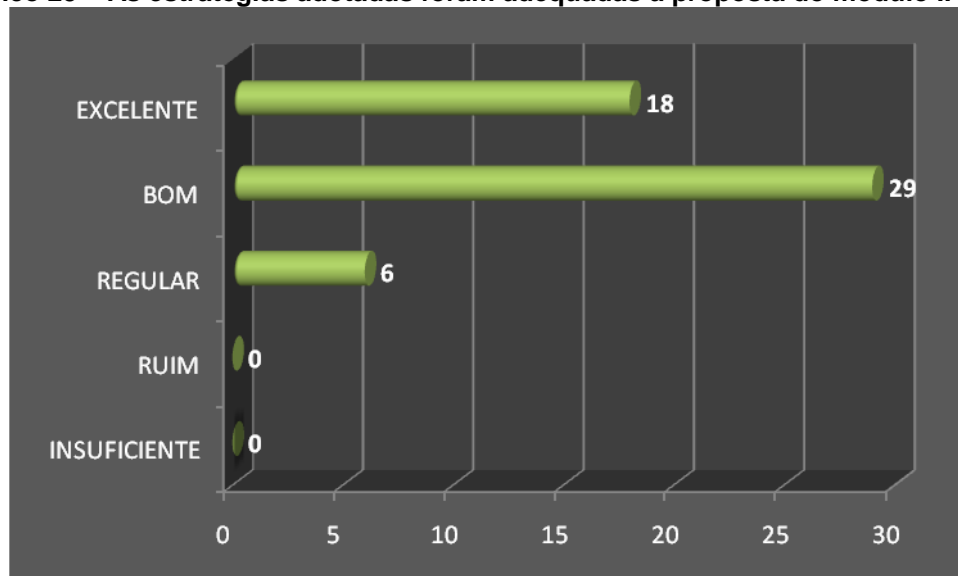
Gráfico 24 – A temática abordada pelo módulo II foi relevante



Fonte: Pesquisa de Campo

- d) 89% dos respondentes avaliaram que as estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 25 – As estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo II

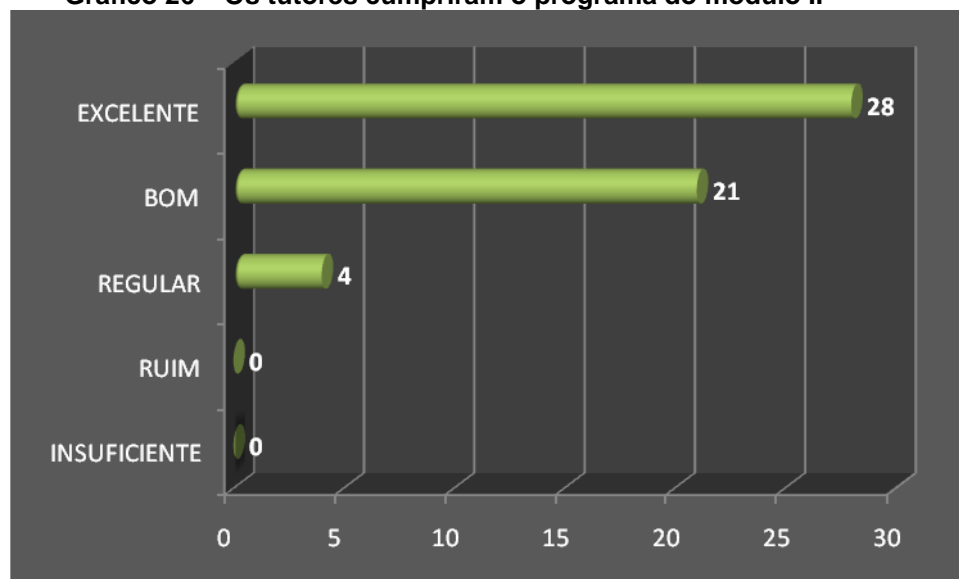


Fonte: Pesquisa de Campo

22. Quanto ao desempenho dos tutores:

- a) 92% dos respondentes disseram que os tutores cumpriram o programa do módulo, nos níveis bom e excelente.

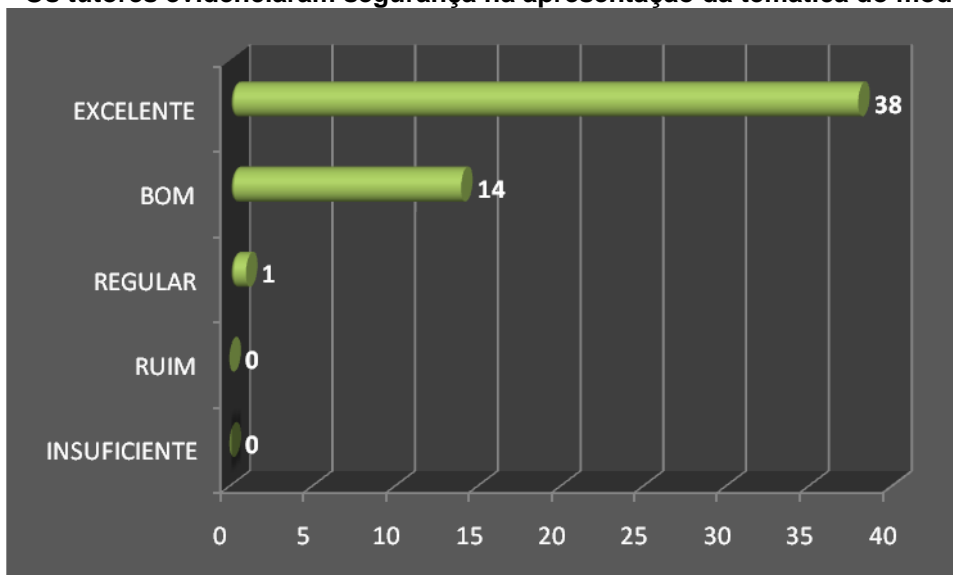
Gráfico 26 – Os tutores cumpriram o programa do módulo II



Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 98% dos respondentes consideraram que os tutores evidenciaram segurança na apresentação da temática do módulo, nos níveis bom e excelente.

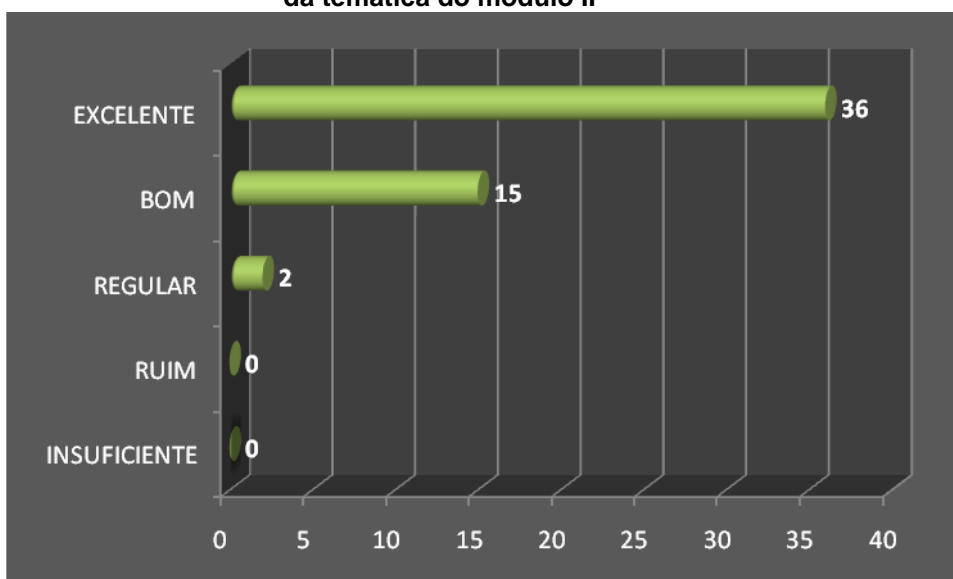
Gráfico 27 – Os tutores evidenciaram segurança na apresentação da temática do módulo II



Fonte: Pesquisa de Campo

- c) 96% dos respondentes consideraram que os tutores fizeram uso de linguagem acessível para uma melhor compreensão da temática, nos níveis bom e excelente.

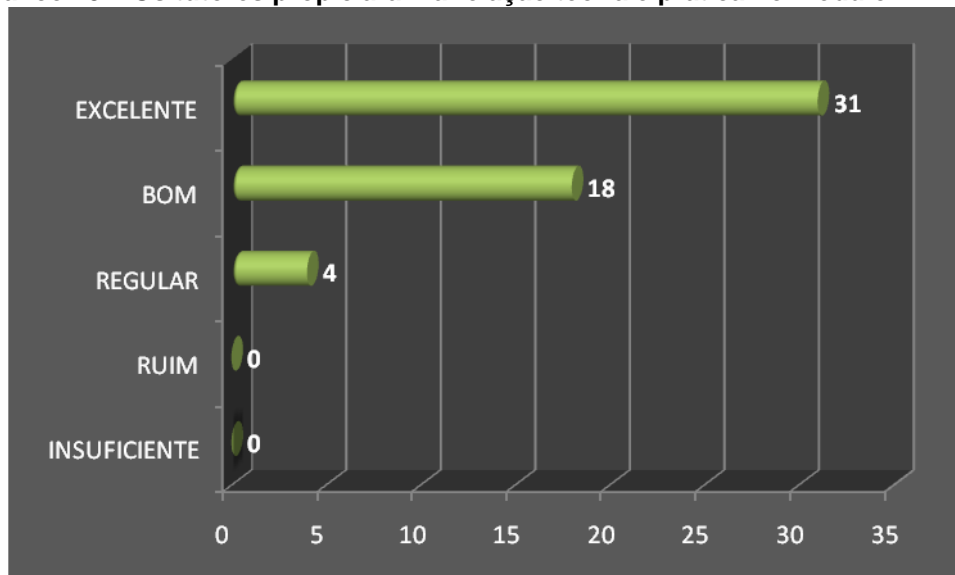
Gráfico 28 – Os tutores fizeram uso de linguagem acessível para uma melhor compreensão da temática do módulo II



Fonte: Pesquisa de Campo

- d) 92% dos respondentes avaliaram, com conceito bom e excelente, se os tutores propiciaram a relação teoria e prática, nos níveis bom e excelente.

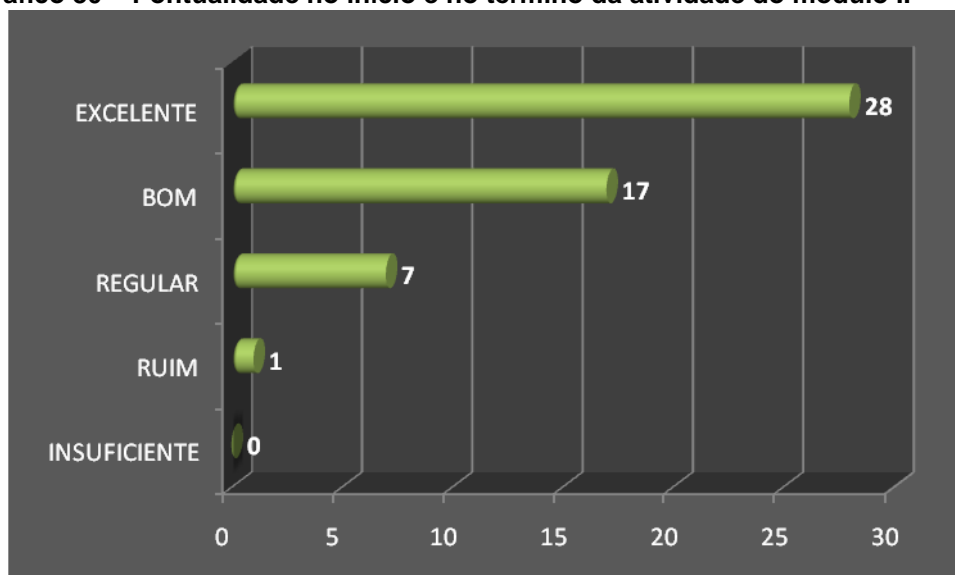
Gráfico 29 – Os tutores propiciaram a relação teoria e prática no módulo II



Fonte: Pesquisa de Campo

- e) 85% dos respondentes consideraram que houve pontualidade no início e no término da atividade, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 30 – Pontualidade no início e no término da atividade do módulo II

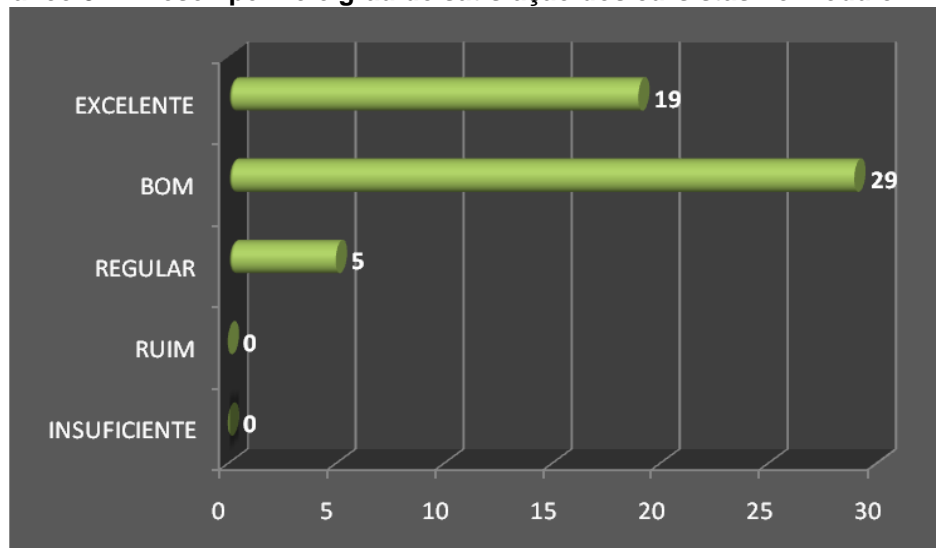


Fonte: Pesquisa de Campo

23. Quanto ao desempenho e o grau de satisfação dos cursistas no módulo:

- a) 91% dos respondentes afirmaram que tiveram um EXCELENTE/BOM nível de aproveitamento do módulo, seguido de 5% com aproveitamento REGULAR.

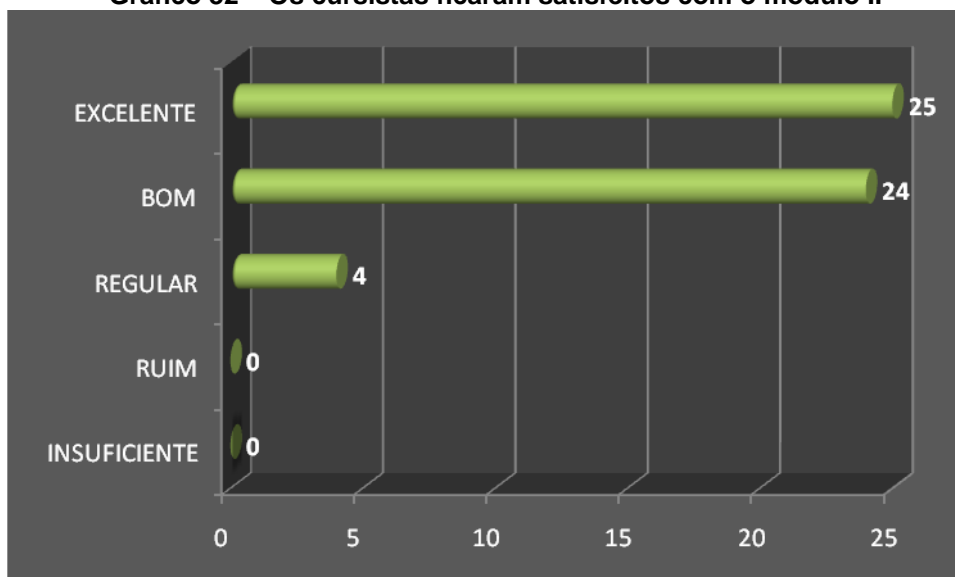
Gráfico 31 – Desempenho e grau de satisfação dos cursistas no módulo II



Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 92% dos respondentes ficaram satisfeitos com o módulo, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 32 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o módulo II



Fonte: Pesquisa de Campo

- c) **Comentários adicionais dos respondentes:**

Os respondentes indicaram com pontos positivos do módulo II:

- A alimentação;
- A interação com os participantes;
- A pontualidade dos expositores os tutores;
- Os temas foram muito interessantes;
- O espaço onde ocorreu o curso;
- A atuação da coordenação da UnB;
- A troca de experiência dos participantes;
- O nível de participação dos cursista;
- A organização para as discussões e apresentações dos trabalhos em grupo.

Para a melhoria do módulo, foram sugeridos:

- Participação mais representantes da sociedade civil;
- Proatividade no desempenho da empresa encarregada da parte logística;
- Prever, com a colaboração dos cursistas, atividades multi e interculturais para momentos diversos, inclusive para depois do trabalho;
- Disponibilizar os textos a serem trabalhados com maior antecedência;
- Prever momento de confraternização da turma;
- Disponibilizar mais tempo para debates dos cursistas, considerando a quantidade de informações e leituras;
- Maior aprofundamento das temáticas abordadas;
- Abordar mais as questões da EJA em sua forma prática;
- Definir melhor a participação das professoras da UNB que estiveram no módulo;
- Utilização de recursos tecnológicos na exposição de algumas temáticas;
- Melhorar as condições do espaço físico para o curso;
- Disponibilizar acesso à internet;
- Realizar mais trabalhos em grupo;
- Realizar um momento final de culminância com as duas turmas.

5.3 AVALIAÇÃO DO MÓDULO III – Desenvolvimento Territorial Sustentável e Gestão Social de Políticas Públicas

O módulo III foi organizado em dois tópicos principais. O primeiro tratou do enfoque territorial, desenvolvimento sustentável e gestão social de políticas públicas, em que, em um momento inicial, buscou-se trazer os fundamentos da discussão sobre a relação entre essas temáticas; para depois, centrar no aprofundamento e ampliação de conhecimentos sobre os conceitos, principais elementos e princípios da gestão social de políticas públicas à luz do que foi visto no Módulo II, sobre participação, cidadania, advocacy e controle social. Os dois enfoques trouxeram conteúdos e metodologias que possibilitaram teorizar, refletir, propor e trocar estratégias coletivas que visem ao aprimoramento de formas de atuar na defesa do direito à Educação de Jovens e Adultos em cada canto do País.

O segundo tópico retomou a atenção para a constituição dos Fóruns estaduais e distrital de EJA, das Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e dos Conselhos estaduais e municipais (nas capitais) de Educação.

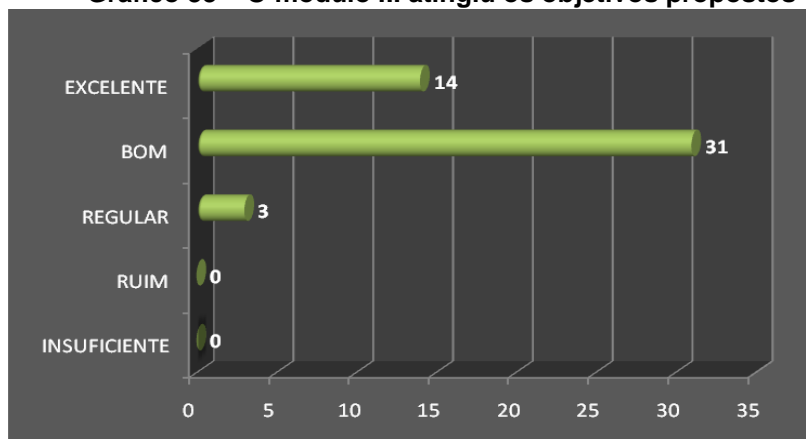
Foi desenvolvido no ambiente virtual com foco na interação em fóruns de discussão fundamentada na leitura de textos, visionamento de slides, análise de documentos e mapeamentos da realidade.

Para a avaliação do módulo III, foram consideradas as informações obtidas por meio de questionário disponibilizado no AVA. Este questionário foi respondido por 48 cursistas, correspondente a 80% do total de cursistas participantes do curso.

Com base nas informações coletadas, verificou-se que:

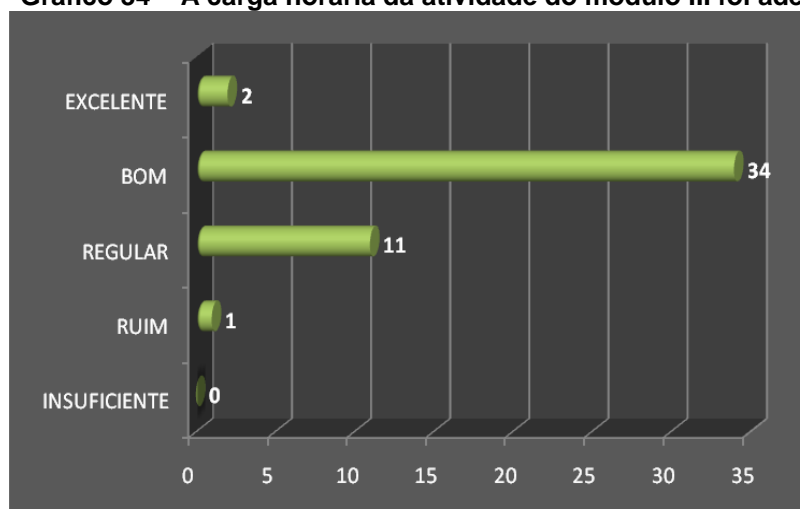
1. Quanto ao planejamento do módulo:

- a) 100% dos respondentes consideraram que o módulo atingiu os objetivos propostos, nos níveis regular, bom e excelente, de acordo com o gráfico a seguir:

Gráfico 33 – O módulo III atingiu os objetivos propostos

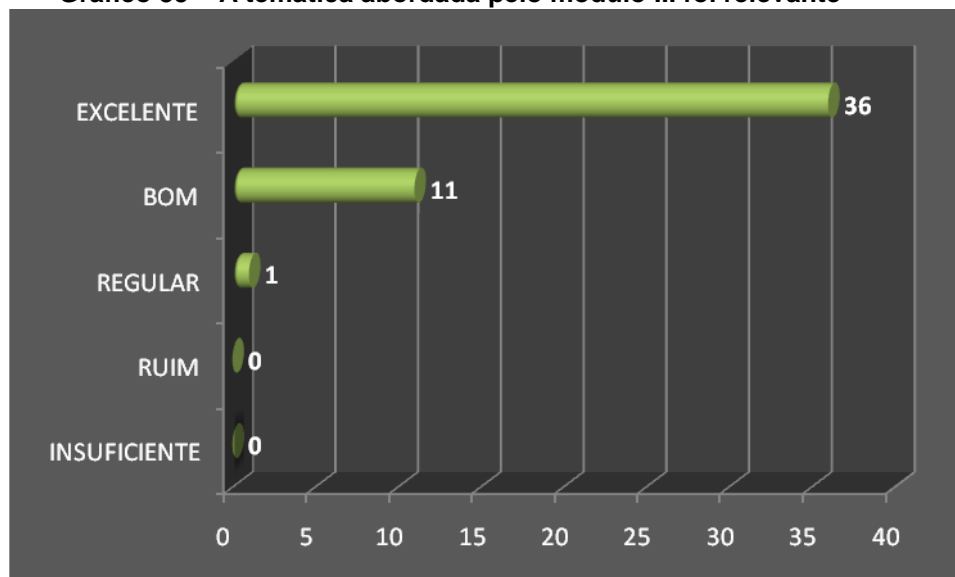
Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 98% dos respondentes consideraram que a carga horária da atividade foi adequada, nos níveis regular, bom e excelente.

Gráfico 34 – A carga horária da atividade do módulo III foi adequada

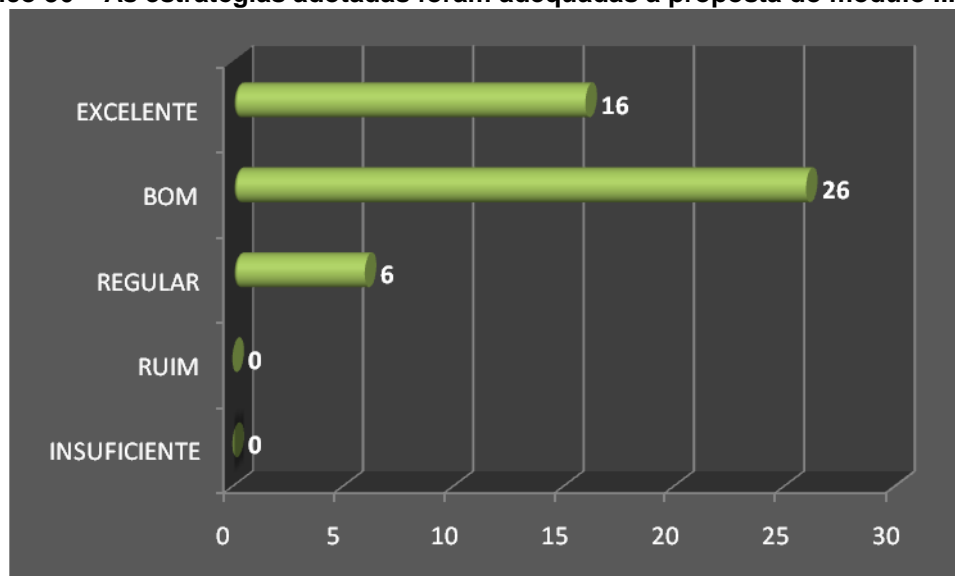
Fonte: Pesquisa de Campo

- c) 98% dos respondentes avaliaram que a temática abordada no módulo foi relevante para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 35 – A temática abordada pelo módulo III foi relevante

Fonte: Pesquisa de Campo

- d) 88% dos respondentes avaliaram que as estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo, nos níveis bom e excelente.

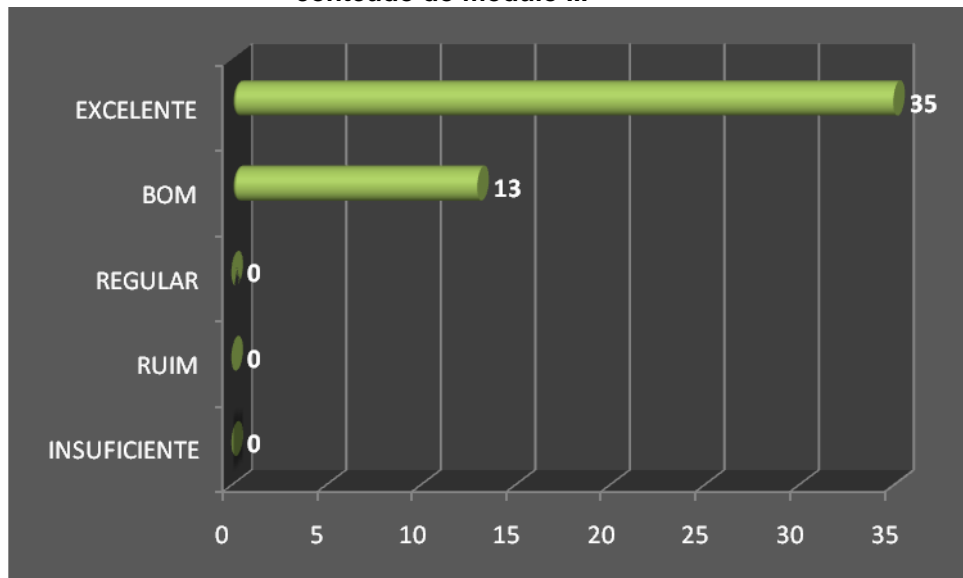
Gráfico 36 – As estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo III

Fonte: Pesquisa de Campo

2. Quanto aos materiais do módulo:

- a) 100% dos respondentes disseram que os materiais do módulo possuem linguagem acessível para uma melhor compreensão conteúdo.

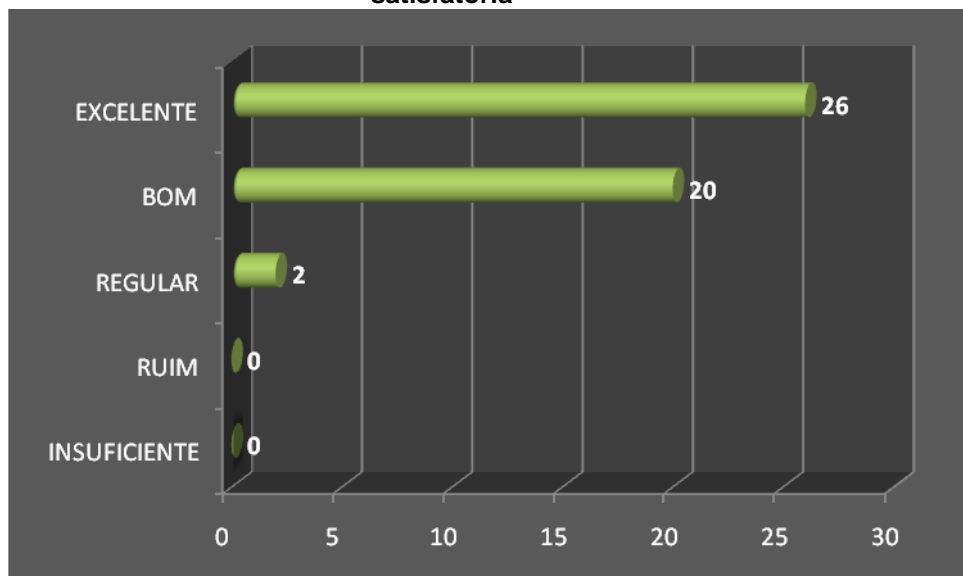
Gráfico 37 – Os materiais possuem linguagem acessível para uma melhor compreensão do conteúdo do módulo III



Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 96% dos respondentes disseram que os materiais do módulo apresentam e discutiram a temática do módulo de maneira satisfatória, nos níveis bom e excelente.

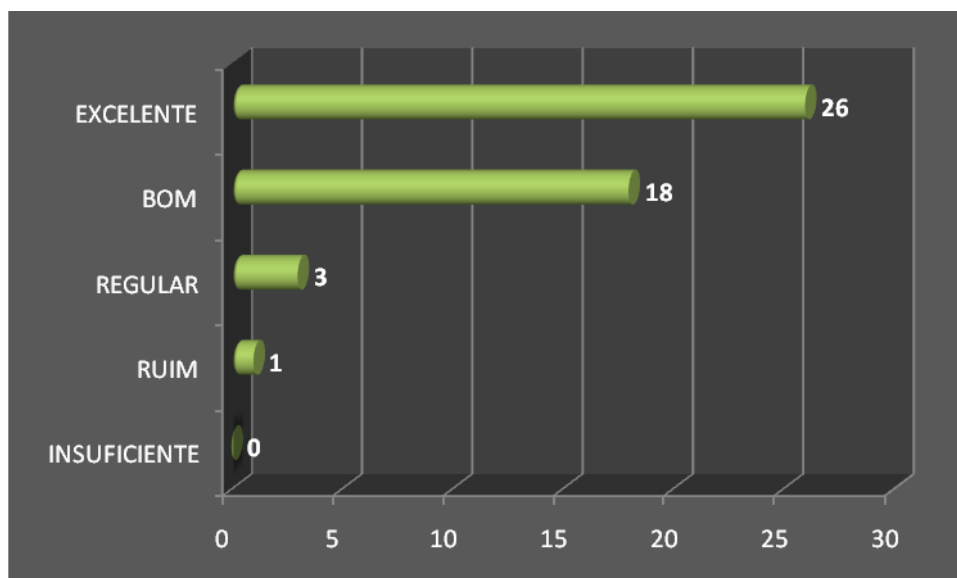
Gráfico 38 – Os materiais apresentaram e discutiram a temática do módulo III de maneira satisfatória



Fonte: Pesquisa de Campo

- c) 92% dos respondentes disseram que os materiais do módulo propiciaram a relação teoria e prática, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 39 – Os materiais propiciaram a relação teoria e prática no módulo III

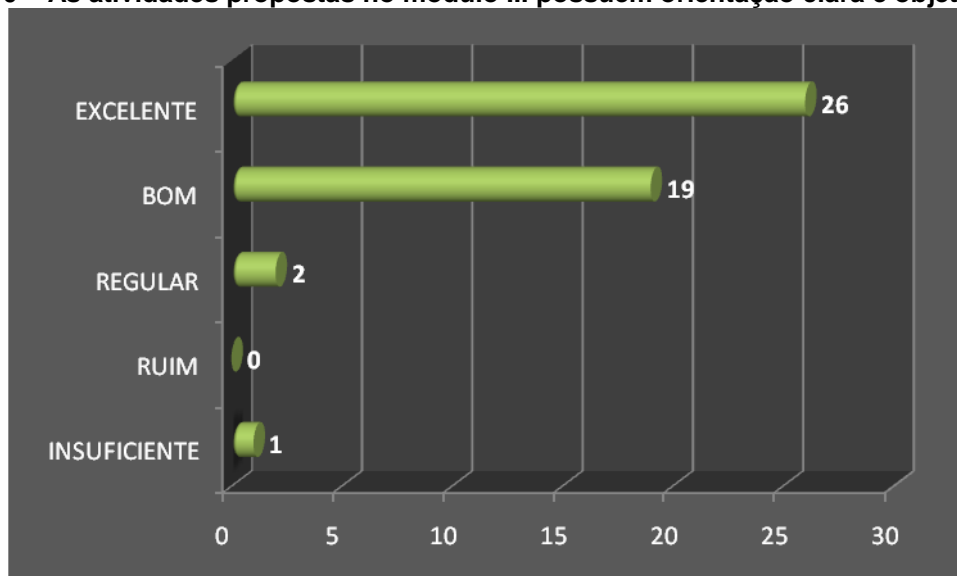


Fonte: Pesquisa de Campo

3. Quanto às atividades propostas no módulo:

- d) 94% dos respondentes consideraram que as atividades propostas no módulo possuem orientação clara e objetiva, nos níveis bom e excelente.

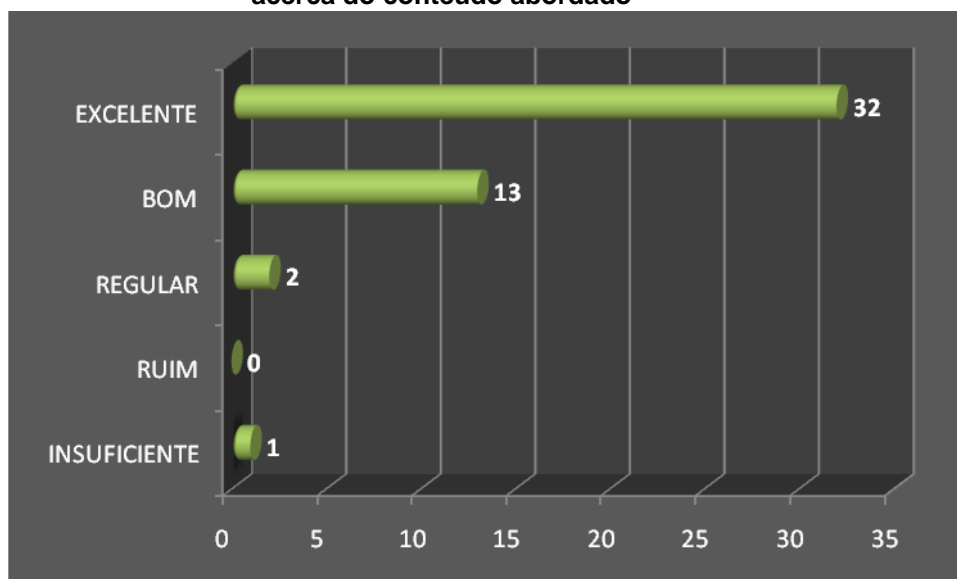
Gráfico 40 – As atividades propostas no módulo III possuem orientação clara e objetiva



Fonte: Pesquisa de Campo

- e) 94% dos respondentes consideraram que as atividades propostas no módulo possibilitaram refletir criticamente acerca do conteúdo abordado, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 41 – As atividades propostas no módulo III possibilitaram refletir criticamente acerca do conteúdo abordado

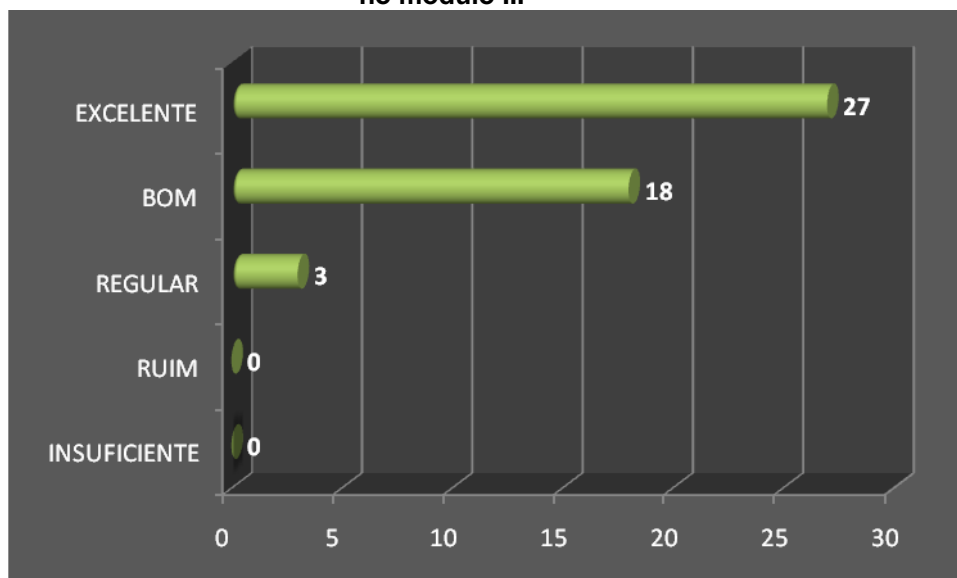


Fonte: Pesquisa de Campo

4. Quanto ao desempenho dos tutores (professores):

- a) 94% dos respondentes disseram que os tutores (professores) responderam às dúvidas dentro do tempo esperado (24h), nos níveis bom e excelente.

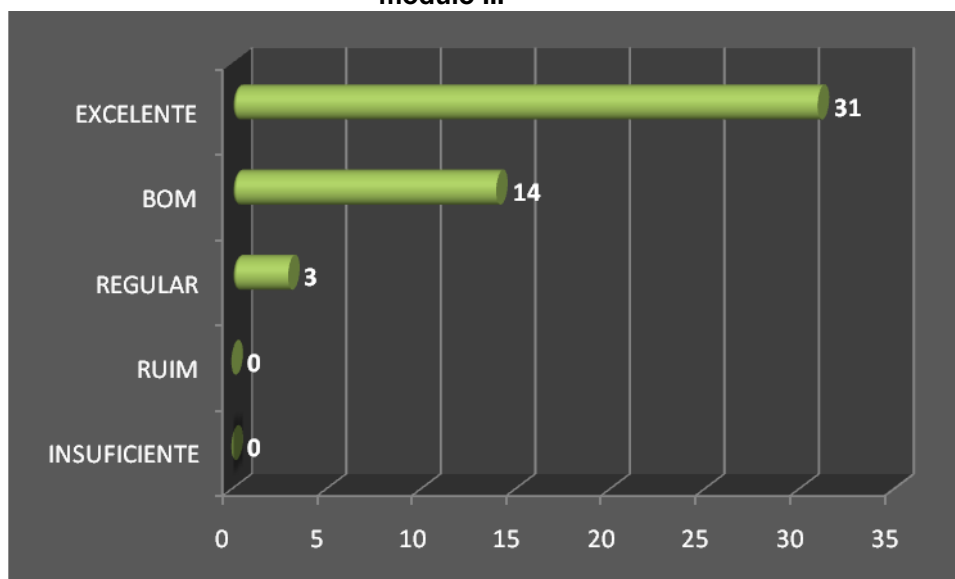
Gráfico 42 – Os tutores (professores) responderam às dúvidas dentro do tempo esperado no módulo III



Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 94% dos respondentes consideraram que os tutores (professores) evidenciaram segurança no conteúdo ministrado, nos níveis bom e excelente.

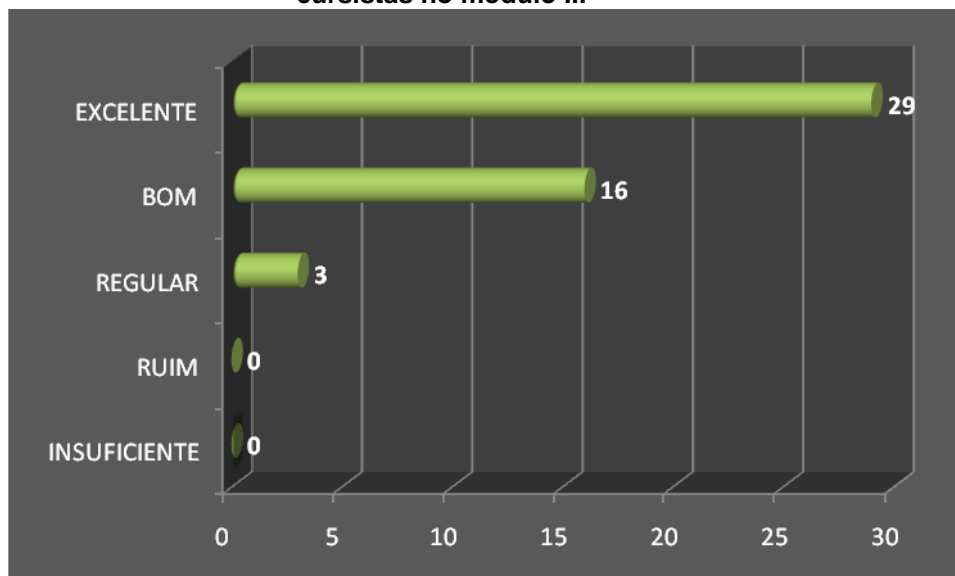
Gráfico 43 – Os tutores (professores) evidenciaram segurança no conteúdo ministrado no módulo III



Fonte: Pesquisa de Campo

- c) 94% dos respondentes consideraram que os tutores (professores) estabeleceram bom relacionamento virtual com os cursistas, nos níveis bom e excelente.

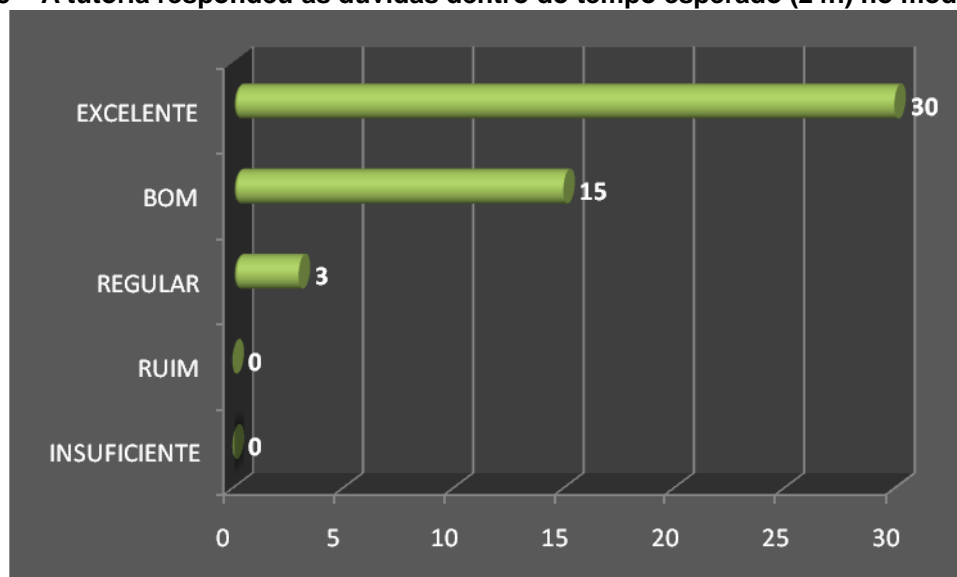
Gráfico 44 – Os tutores (professores) estabeleceram bom relacionamento virtual com os cursistas no módulo III



Fonte: Pesquisa de Campo

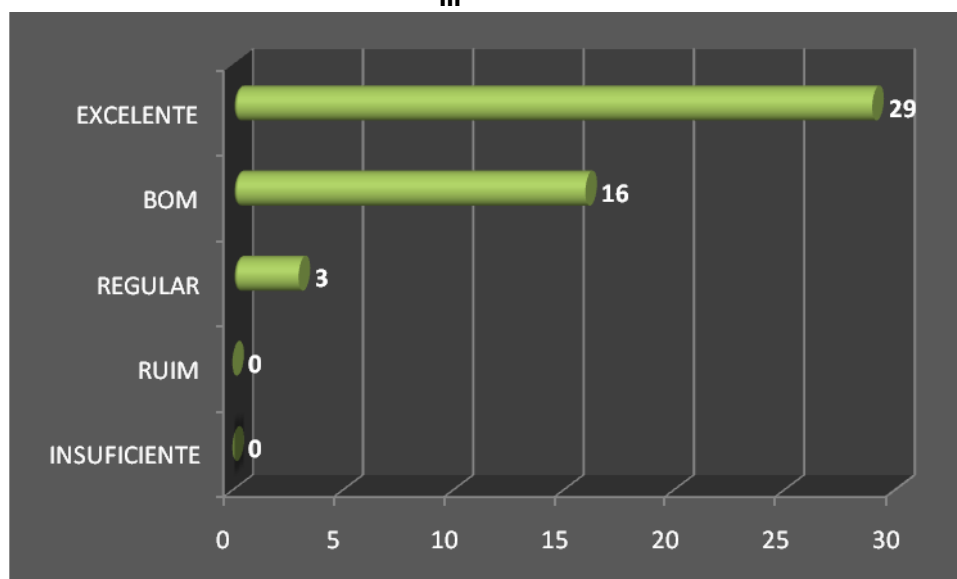
5. Quanto ao desempenho da tutoria:

- a) 94% dos respondentes afirmaram que a tutoria respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 45 – A tutoria respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado (24h) no módulo III

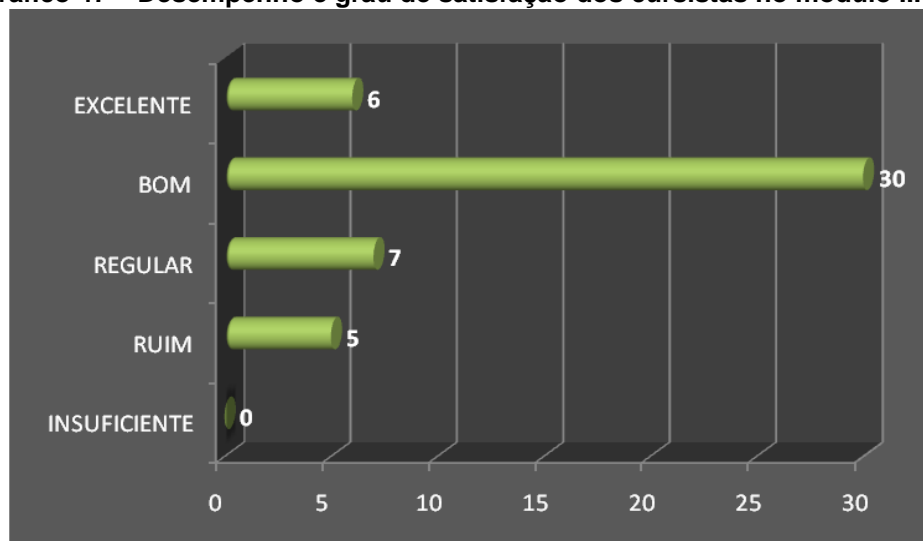
Fonte: Pesquisa de Campo

- d) 94% dos respondentes afirmaram que a tutoria estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 46 – A tutoria estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas no módulo III

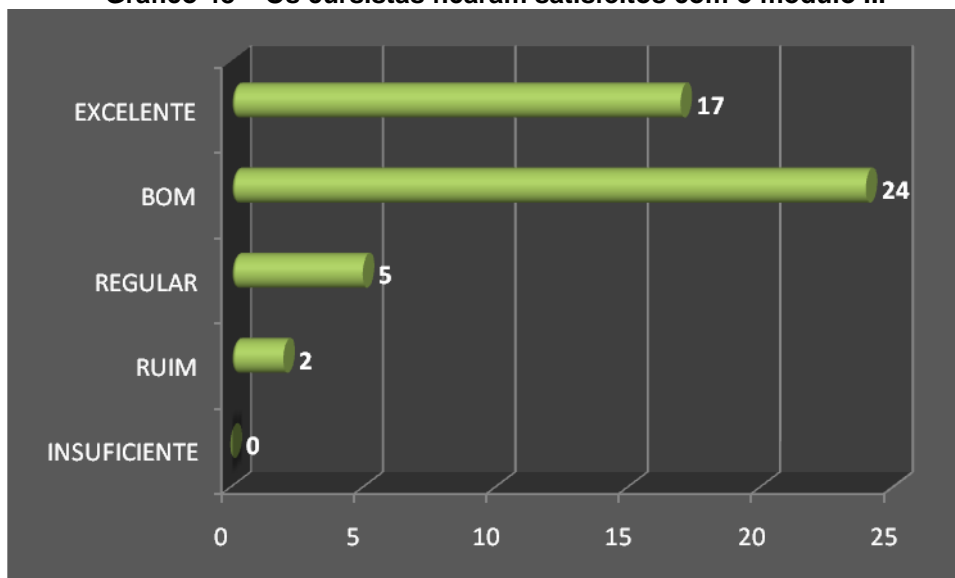
Fonte: Pesquisa de Campo

- b) **Quanto ao desempenho e o grau de satisfação dos cursistas no módulo:**
- a) 75% dos respondentes afirmaram que tiveram um EXCELENTE/BOM nível de aproveitamento do módulo, seguido de 15% com aproveitamento REGULAR e 10% com aproveitamento RUIM.

Gráfico 47 – Desempenho e grau de satisfação dos cursistas no módulo III

Fonte: Pesquisa de Campo

- e) 85% dos respondentes ficaram satisfeitos com o módulo, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 48 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o módulo III

Fonte: Pesquisa de Campo

c) Comentários adicionais dos respondentes:

Os respondentes indicaram com pontos positivos, principalmente, a qualidade do material disponibilizado na biblioteca sobre sustentabilidade e território, e a interlocução entre Fórum e Agenda

O ponto negativo indicado pela maioria dos respondentes foi a carga horária insuficiente para o aprofundamento das temáticas do módulo e para a conclusão das atividades, considerando o período de realização do módulo (final de ano letivo).

Para a melhoria do módulo, foram sugeridos:

- Melhorar a fundamentação de gestão em espaço popular e no gerenciamento de redes;
- Retorno às tarefas enviadas em tempo hábil.

5.4 AVALIAÇÃO DO MÓDULO IV – Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais em EJA

Este módulo discutiu o planejamento e a gestão educacional em EJA e objetivou favorecer a construção de projetos de intervenção em gestão social de políticas educacionais em EJA, no âmbito da Agenda Territorial local.

Partiu do pressuposto de que a política pública pode ser resultante do tensionamento entre a desigualdade social e a diversidade social na/da educação. Nessa direção, as conquistas normativas e as políticas públicas mais relevantes em âmbito federal, estadual e municipal são decorrência da participação transformadora nos ambientes coletivos organizados, inclusive virtuais, com vistas a construção de uma educação centrada nos interesses dos trabalhadores como classe.

Com base no conceito de desenvolvimento sustentável com enfoque territorial, apontou a intersetorialidade como condição para a formulação de políticas públicas de EJA. Para tanto, considerou como necessários diagnósticos intersetoriais de oferta e demandas em EJA e de políticas públicas setoriais para definição de metas intersetoriais como gestão social. Isso implica em articulação e parcerias, privilegiando os espaços organizados de decisão (Fóruns Estaduais e Distrital de EJA, Agenda Territorial e Conselhos) com efetiva representação social.

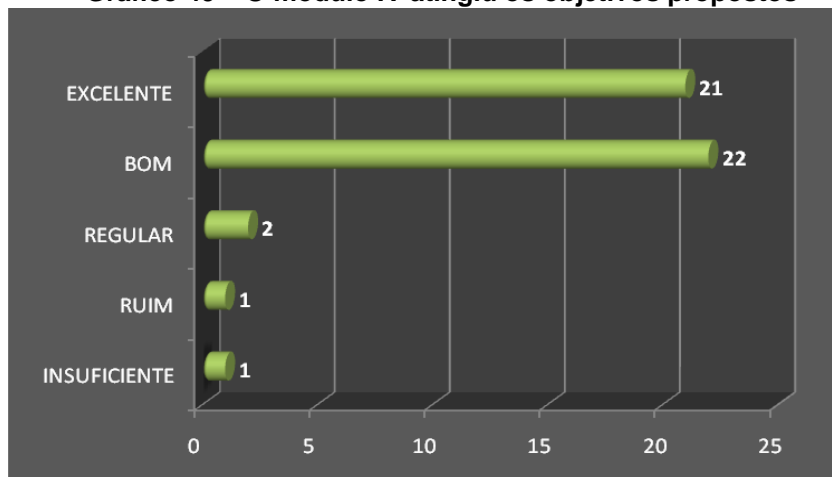
Dessa forma, tendo como base a (re)leitura de documentos de pactuação, da legislação e de documento de referência da EJA, bem como os materiais e tarefas já realizadas, a atividade básica deste módulo e atividade final do curso correspondeu à construção de uma proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA para subsidiar o Plano Estratégico da Agenda Territorial.

Para a avaliação do módulo IV, foram consideradas as informações obtidas por meio de questionário disponibilizado no AVA. Este questionário foi respondido por 47 cursistas, correspondente a 78% do total de cursistas participantes do curso. Com base nas informações coletadas, verificou-se que:

1. Quanto ao planejamento do módulo:

- a) 96% dos respondentes consideraram que o módulo atingiu os objetivos propostos, nos níveis regular, bom e excelente, de acordo com o gráfico a seguir:

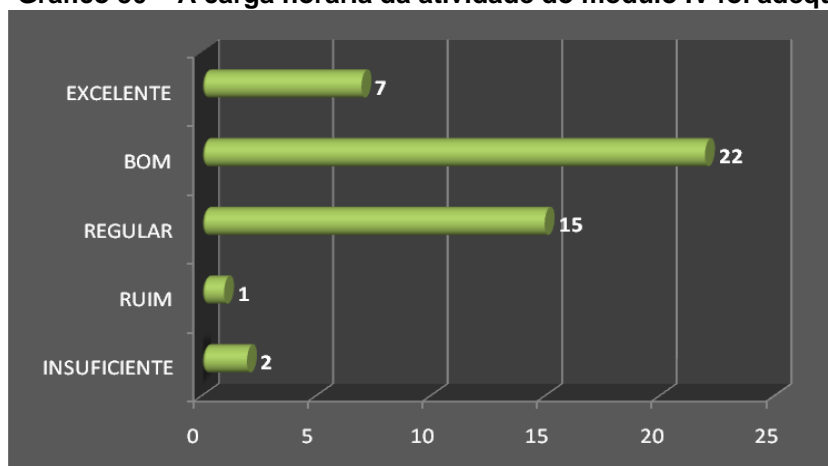
Gráfico 49 – O módulo IV atingiu os objetivos propostos



Fonte: Pesquisa de Campo

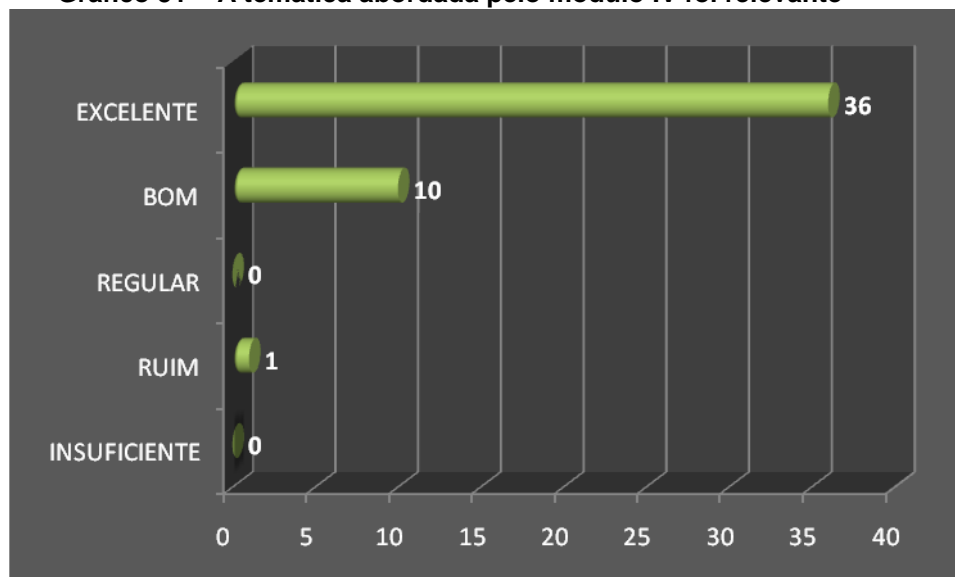
- b) 94% dos respondentes consideraram que a carga horária da atividade foi adequada. Ressalta-se que destes, 47% consideraram BOM e 32%, REGULAR.

Gráfico 50 – A carga horária da atividade do módulo IV foi adequada



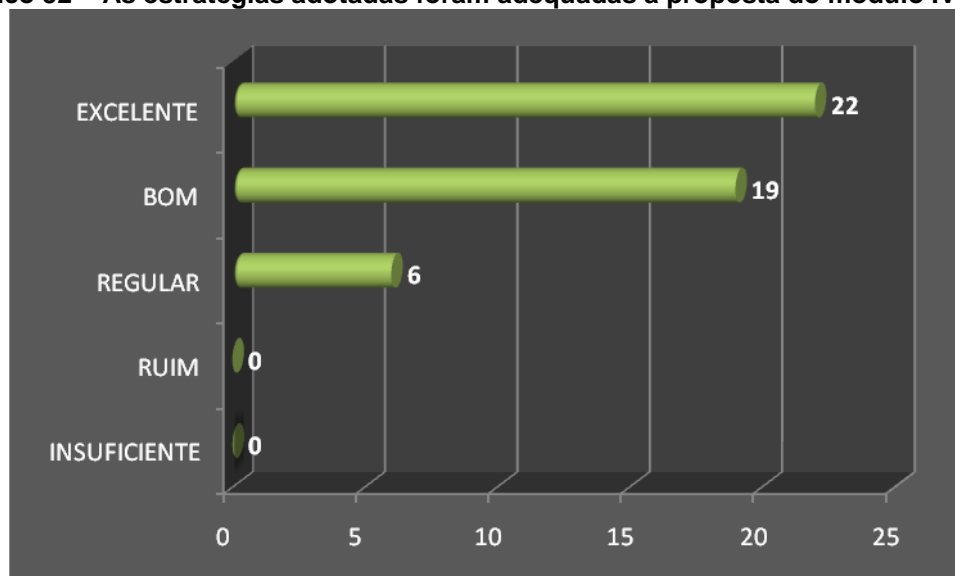
Fonte: Pesquisa de Campo

- c) 98% dos respondentes avaliaram que a temática abordada no módulo foi relevante para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 51 – A temática abordada pelo módulo IV foi relevante

Fonte: Pesquisa de Campo

- d) 87% dos respondentes avaliaram que as estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo, nos níveis bom e excelente.

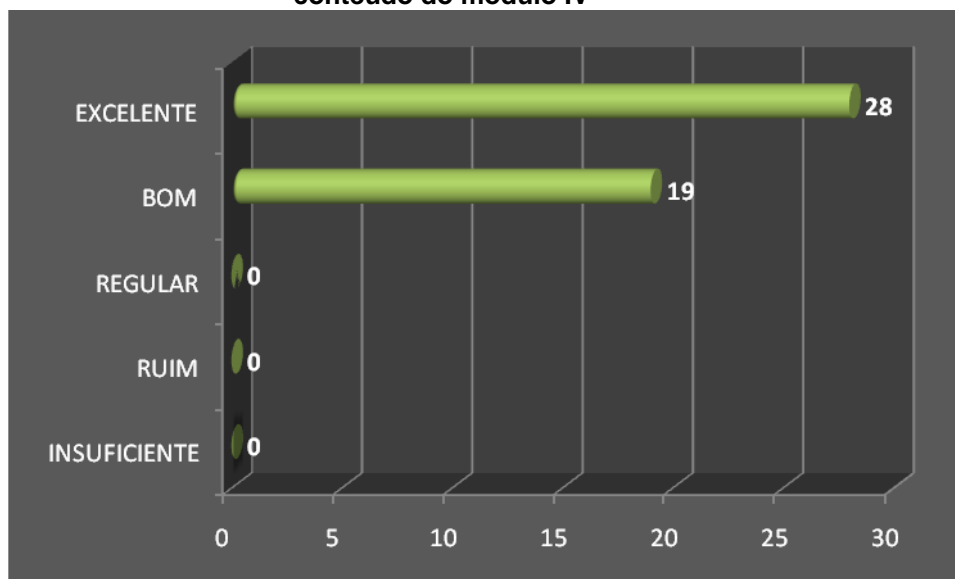
Gráfico 52 – As estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo IV

Fonte: Pesquisa de Campo

2. Quanto aos materiais do módulo:

- a) 100% dos respondentes disseram que os materiais do módulo possuem linguagem acessível para uma melhor compreensão conteúdo.

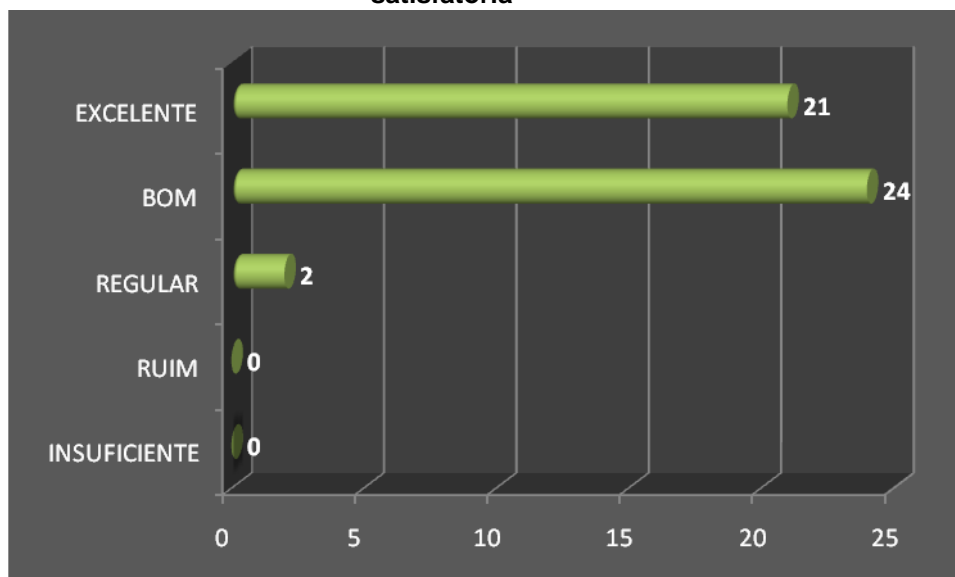
Gráfico 53 – Os materiais possuem linguagem acessível para uma melhor compreensão do conteúdo do módulo IV



Fonte: Pesquisa de Campo

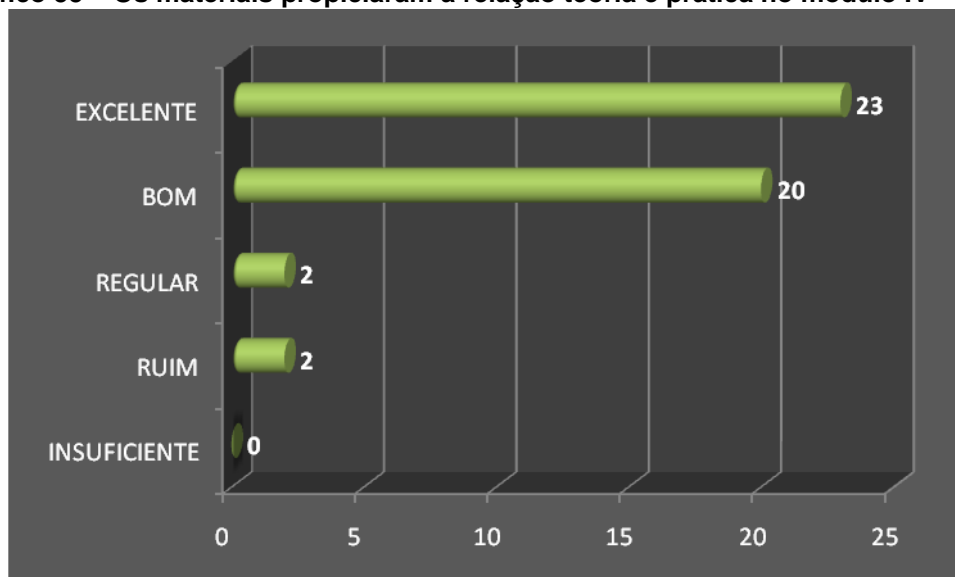
- f) 96% dos respondentes disseram que os materiais do módulo apresentam e discutiram a temática do módulo de maneira satisfatória, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 54 – Os materiais apresentaram e discutiram a temática do módulo IV de maneira satisfatória



Fonte: Pesquisa de Campo

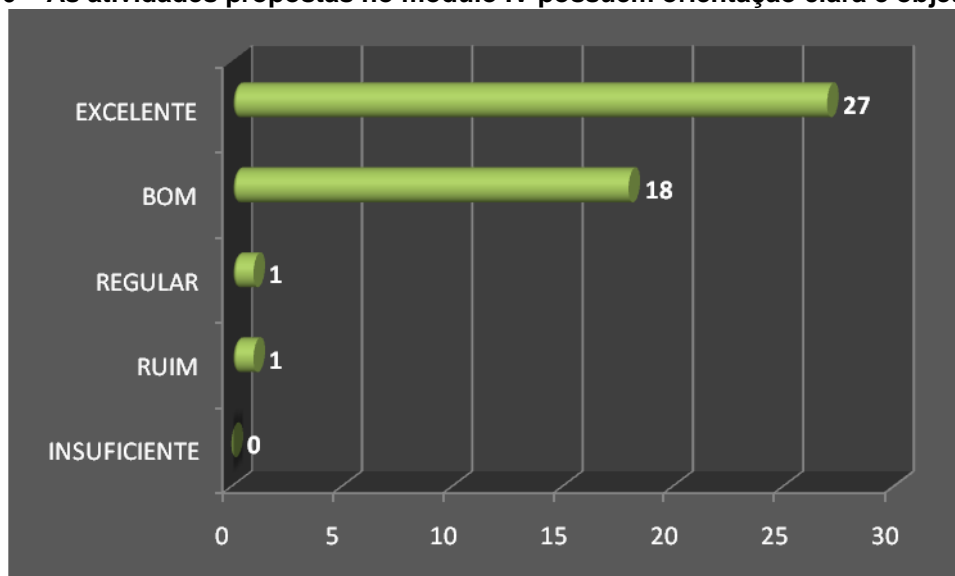
- g) 91% dos respondentes disseram que os materiais do módulo propiciaram a relação teoria e prática, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 55 – Os materiais propiciaram a relação teoria e prática no módulo IV

Fonte: Pesquisa de Campo

3. Quanto às atividades propostas no módulo:

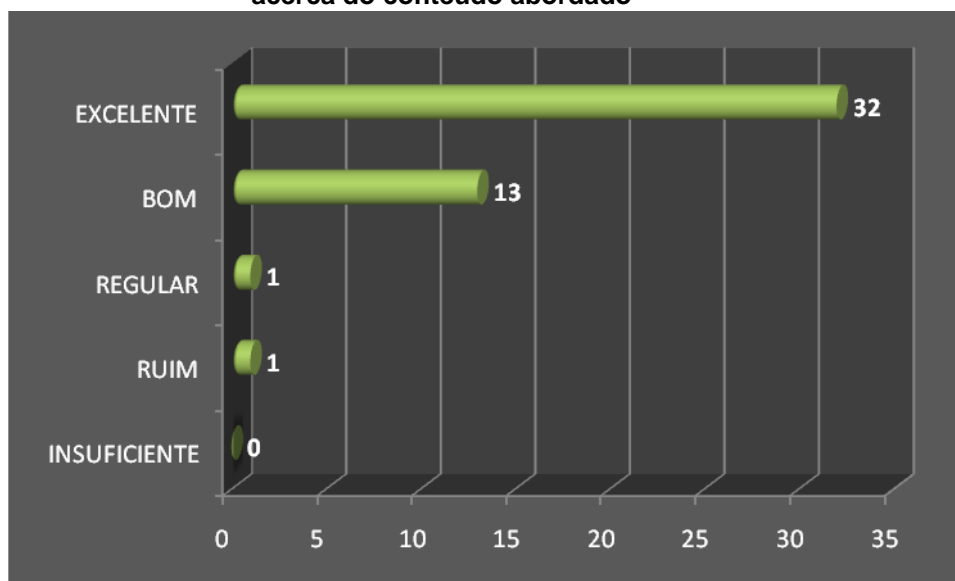
- h) 96% dos respondentes consideraram que as atividades propostas no módulo possuem orientação clara e objetiva, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 56 – As atividades propostas no módulo IV possuem orientação clara e objetiva

Fonte: Pesquisa de Campo

- i) 96% dos respondentes consideraram que as atividades propostas no módulo possibilitaram refletir criticamente acerca do conteúdo abordado, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 57 – As atividades propostas no módulo IV possibilitaram refletir criticamente acerca do conteúdo abordado

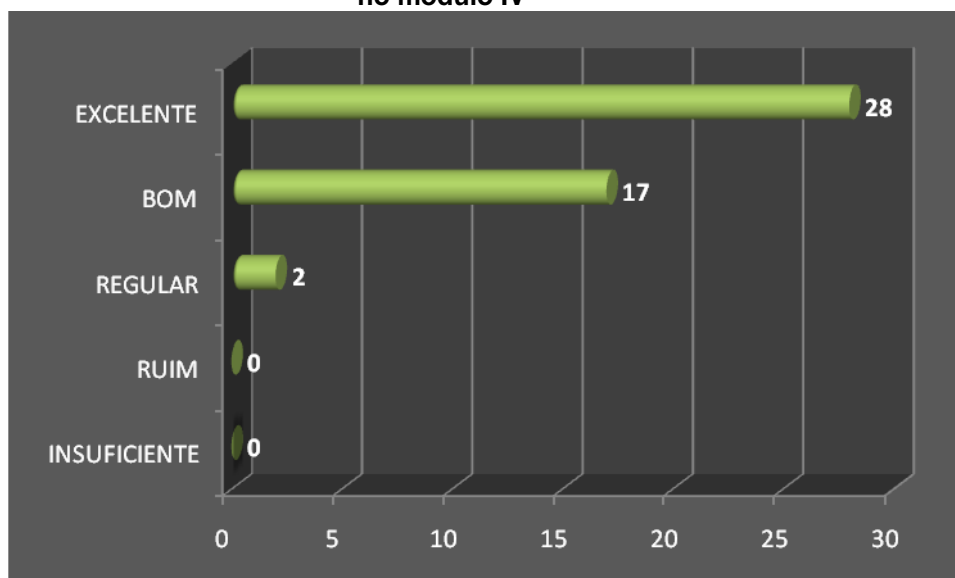


Fonte: Pesquisa de Campo

4. Quanto ao desempenho dos tutores (professores):

- j) 96% dos respondentes disseram que os tutores (professores) responderam às dúvidas dentro do tempo esperado (24h), nos níveis bom e excelente.

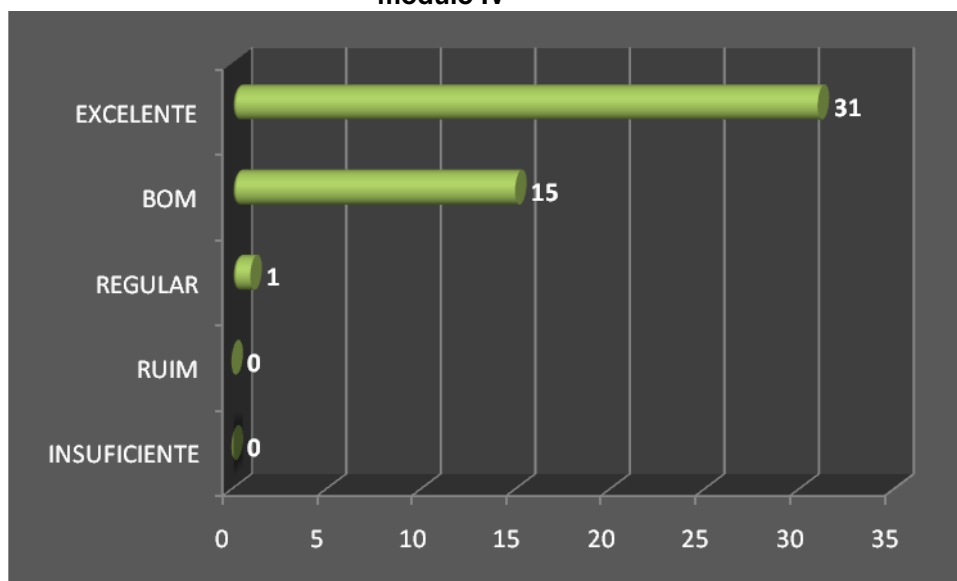
Gráfico 58 – Os tutores (professores) responderam às dúvidas dentro do tempo esperado no módulo IV



Fonte: Pesquisa de Campo

- a) 98% dos respondentes consideraram que os tutores (professores) evidenciaram segurança no conteúdo ministrado, nos níveis bom e excelente.

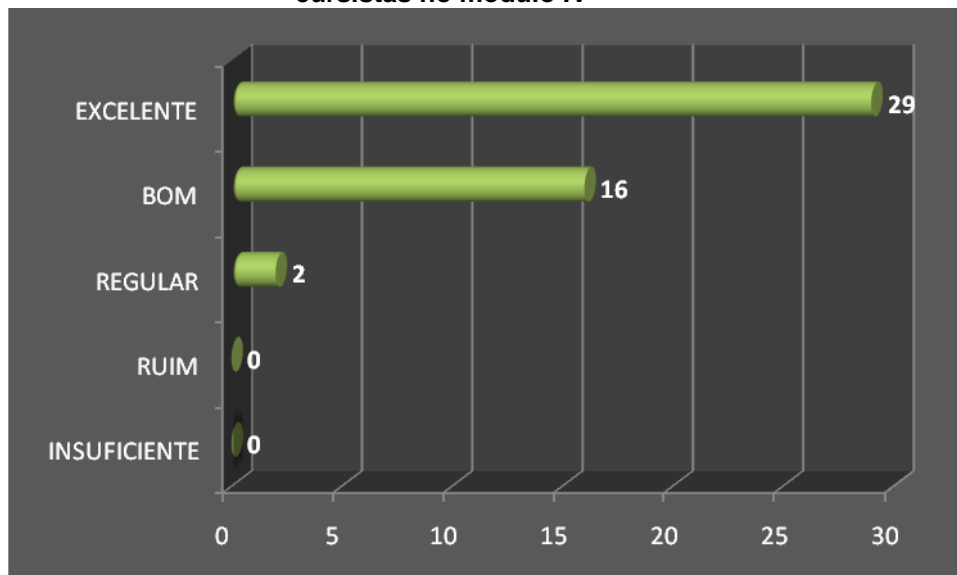
Gráfico 59 – Os tutores (professores) evidenciaram segurança no conteúdo ministrado no módulo IV



Fonte: Pesquisa de Campo

- k) 96% dos respondentes consideraram que os tutores (professores) estabeleceram bom relacionamento virtual com os cursistas, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 60 – Os tutores (professores) estabeleceram bom relacionamento virtual com os cursistas no módulo IV

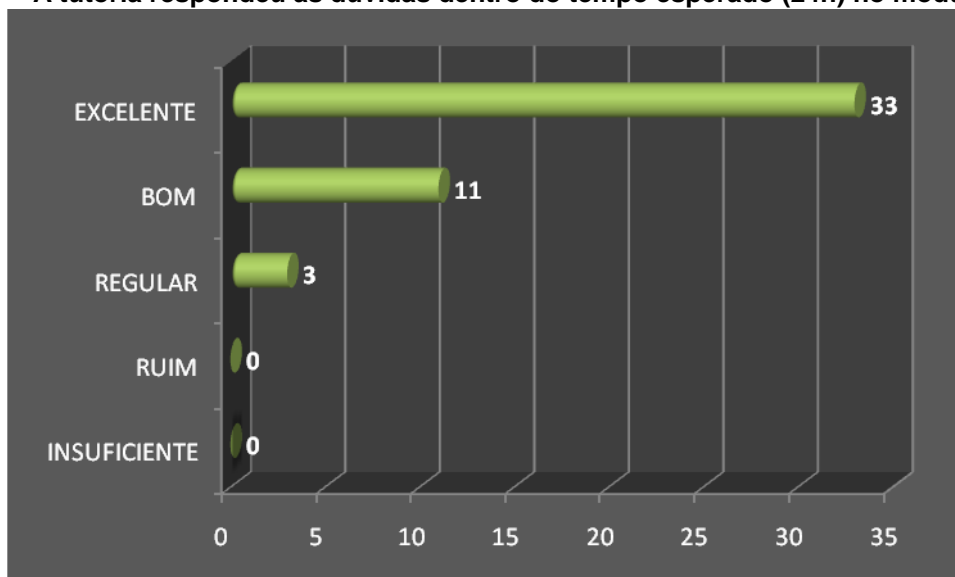


Fonte: Pesquisa de Campo

5. Quanto ao desempenho da tutoria:

- l) 94% dos respondentes afirmaram que a tutoria respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado, nos níveis bom e excelente.

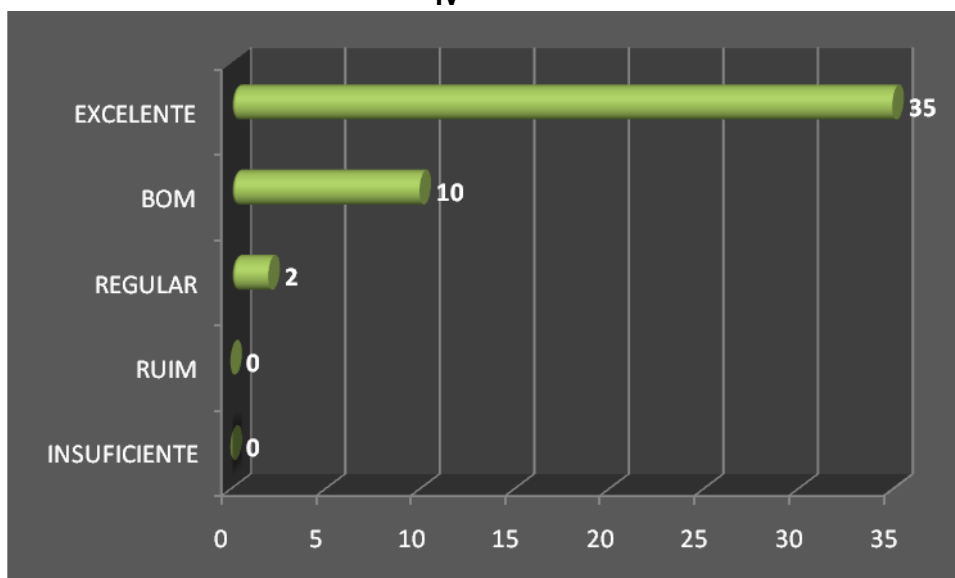
Gráfico 61 – A tutoria respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado (24h) no módulo IV



Fonte: Pesquisa de Campo

- m) 96% dos respondentes afirmaram que a tutoria estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas, nos níveis bom e excelente.

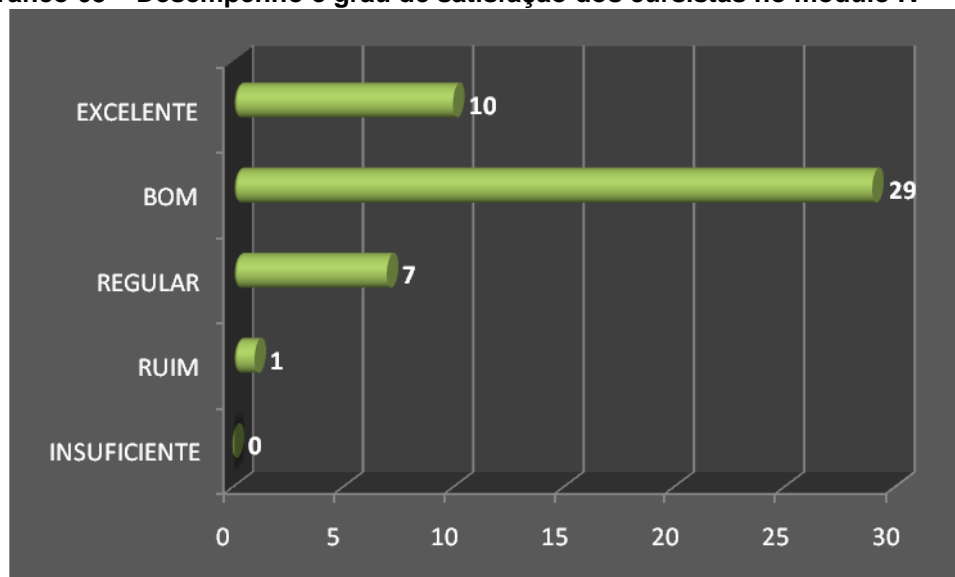
Gráfico 62 – A tutoria estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas no módulo IV



Fonte: Pesquisa de Campo

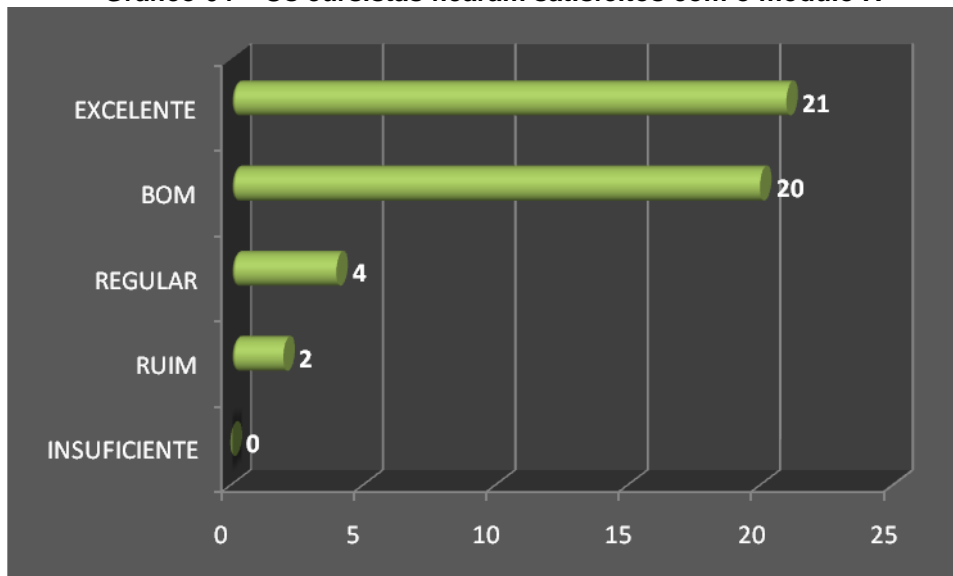
6. Quanto ao desempenho e o grau de satisfação dos cursistas no módulo:

- a) 83% dos respondentes afirmaram que tiveram um EXCELENTE/BOM nível de aproveitamento do módulo, seguido de 15% com aproveitamento REGULAR.

Gráfico 63 – Desempenho e grau de satisfação dos cursistas no módulo IV

Fonte: Pesquisa de Campo

- n) 87% dos respondentes ficaram satisfeitos com o módulo, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 64 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o módulo IV

Fonte: Pesquisa de Campo

7. Comentários adicionais dos respondentes:

Os respondentes indicaram com pontos positivos:

- Qualidade do material do módulo;
- O diálogo entre as instituições, CEE, UFAL, SEE e FAEJA;
- Interação do grupo;
- A construção do plano estratégico;

- A mediação dos tutores.

Os pontos negativos indicados pelos respondentes foram:

- Pouco tempo para leituras e realização de tarefas;
- Período de realização do módulo coincidiu com atividades de final de ano e com mudanças no plano político nacional.

Para a melhoria do módulo, foram sugeridos:

- Disponibilizar mais tempo para a realização do módulo.
- Ter um encontro presencial para avaliação do curso.

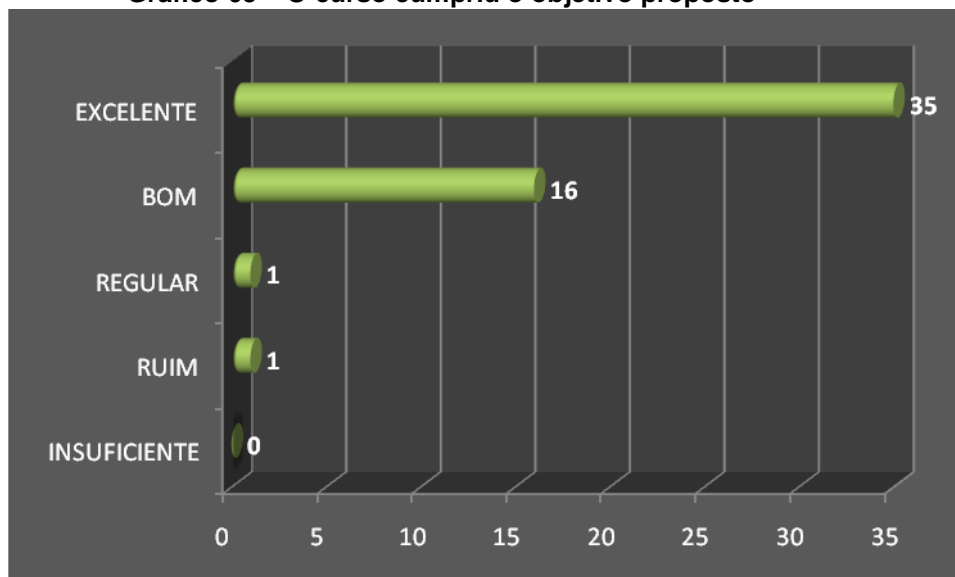
5.5 AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO PELOS CURSISTAS

Para a avaliação final do curso, foram consideradas as informações obtidas por meio de questionário disponibilizado no AVA. Este questionário foi respondido por 53 cursistas, correspondente a 88% do total de cursistas participantes do curso. Com base nas informações coletadas, verificou-se que:

1. Quanto aos objetivos do curso:

- a) 98% dos respondentes consideraram que o curso cumpriu o objetivo de formar sujeitos sociais da Educação de Jovens e Adultos para que atuem como multiplicadores locais de ações da gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA, na perspectiva da formação de uma comunidade de Trabalho/Aprendizagem em Rede em EJA:

Gráfico 65 – O curso cumpriu o objetivo proposto

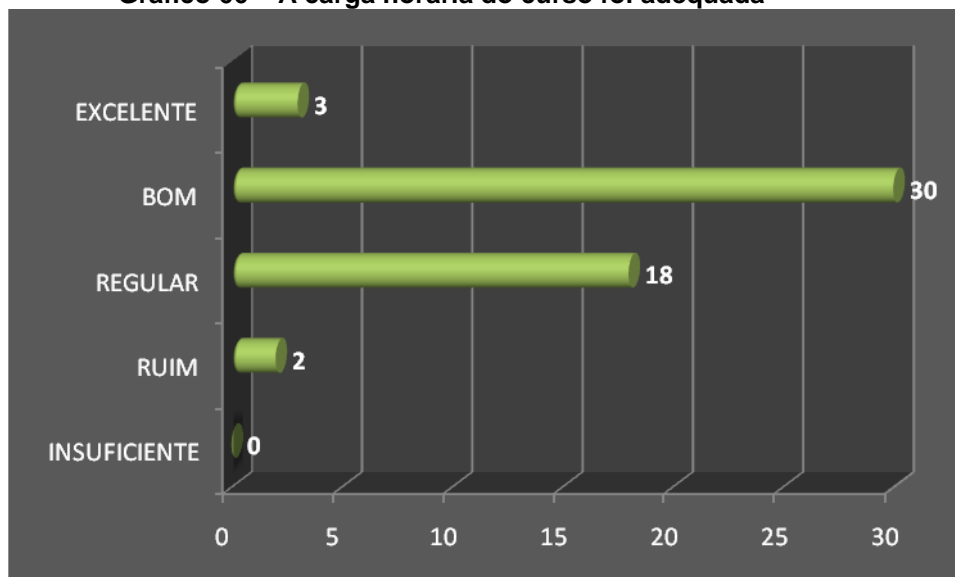


Fonte: Pesquisa de Campo

2. Quanto à carga horária do curso:

- a) 62% dos respondentes consideraram que a carga horária do curso foi adequada (EXCELENTE/BOM), seguido de 34% que consideraram o atendimento ao item REGULAR.

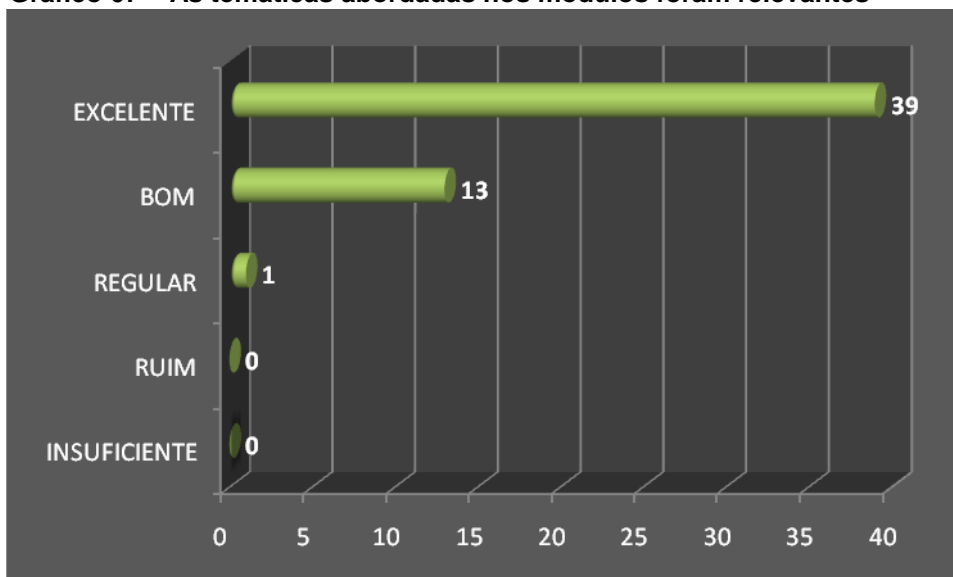
Gráfico 66 – A carga horária do curso foi adequada



Fonte: Pesquisa de Campo

3. Quanto à relevância das temáticas abordadas nos módulos:

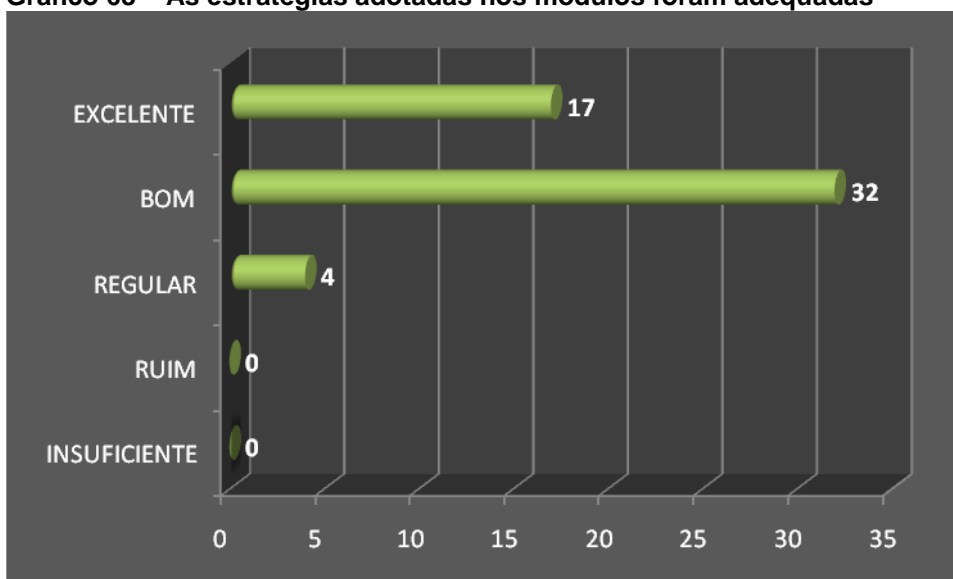
- o) 98% dos respondentes consideraram que as temáticas abordadas nos módulos foram relevantes para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 67 – As temáticas abordadas nos módulos foram relevantes

Fonte: Pesquisa de Campo

4. Quanto às estratégias adotadas nos módulos:

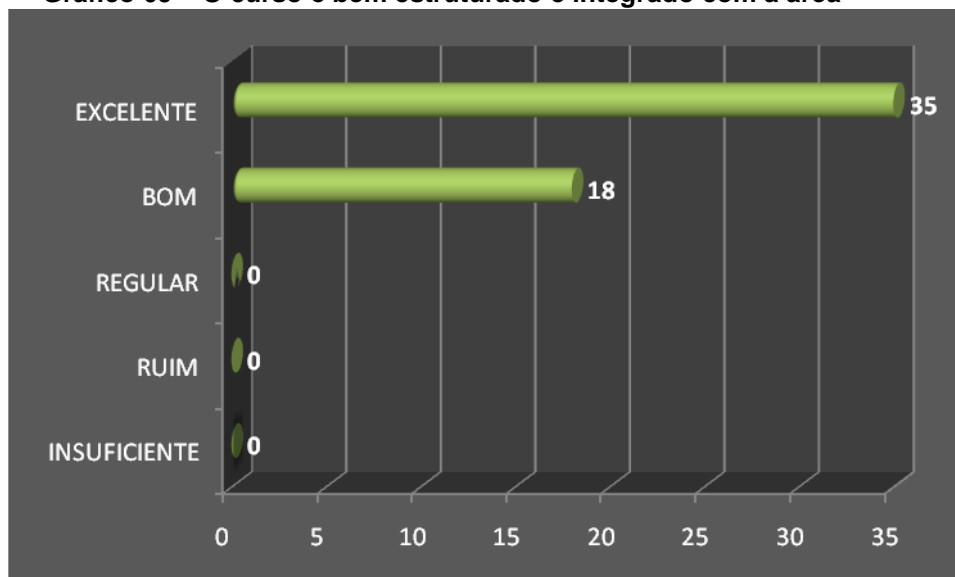
- p) 92% dos respondentes consideraram que as estratégias adotadas nos módulos foram adequadas à proposta do curso, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 68 – As estratégias adotadas nos módulos foram adequadas

Fonte: Pesquisa de Campo

5. Quanto à estrutura e integração do curso com a área de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA:

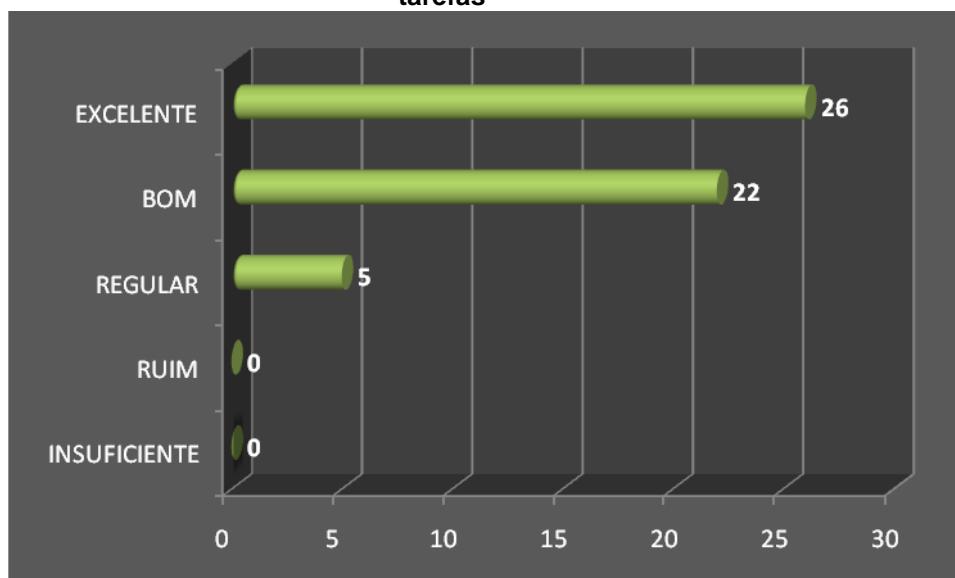
- a) 100% dos respondentes consideraram que o curso é bem estruturado e integrado com a área de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA.

Gráfico 69 – O curso é bem estruturado e integrado com a área

Fonte: Pesquisa de Campo

6. Quanto ao ambiente virtual de aprendizagem (Moodle):

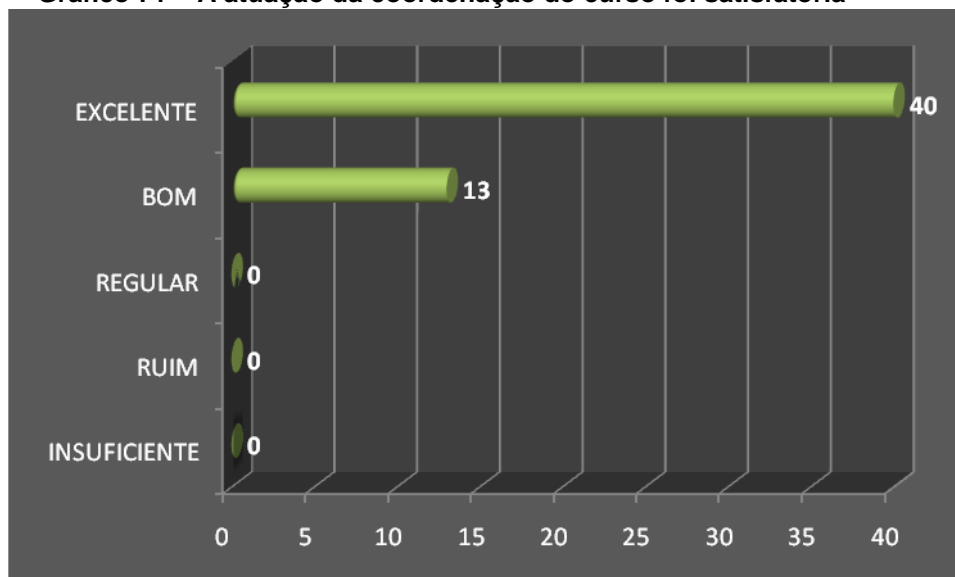
- q) 91% dos respondentes consideraram que o ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) apresentou facilidade na obtenção das informações e nos fluxos das tarefas, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 70 – O AVA apresentou facilidade na obtenção das informações e nos fluxos das tarefas

Fonte: Pesquisa de Campo

7. Quanto à atuação da coordenação do curso:

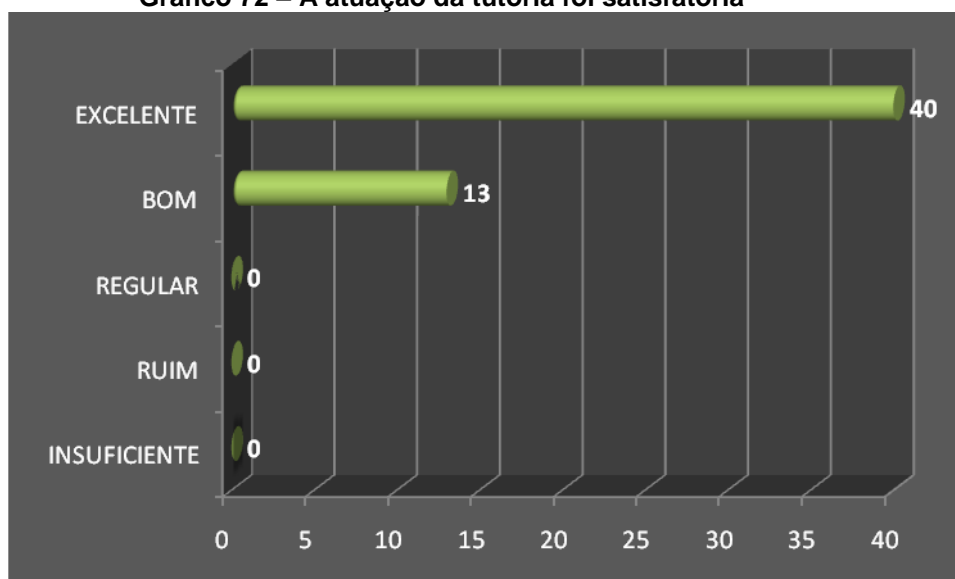
- a) 100% dos respondentes consideraram que a atuação da coordenação do curso foi satisfatória ao longo do curso.

Gráfico 71 – A atuação da coordenação do curso foi satisfatória

Fonte: Pesquisa de Campo

8. Quanto à atuação da tutoria:

- a) 100% dos respondentes consideraram que a atuação da tutoria foi satisfatória ao longo do curso.

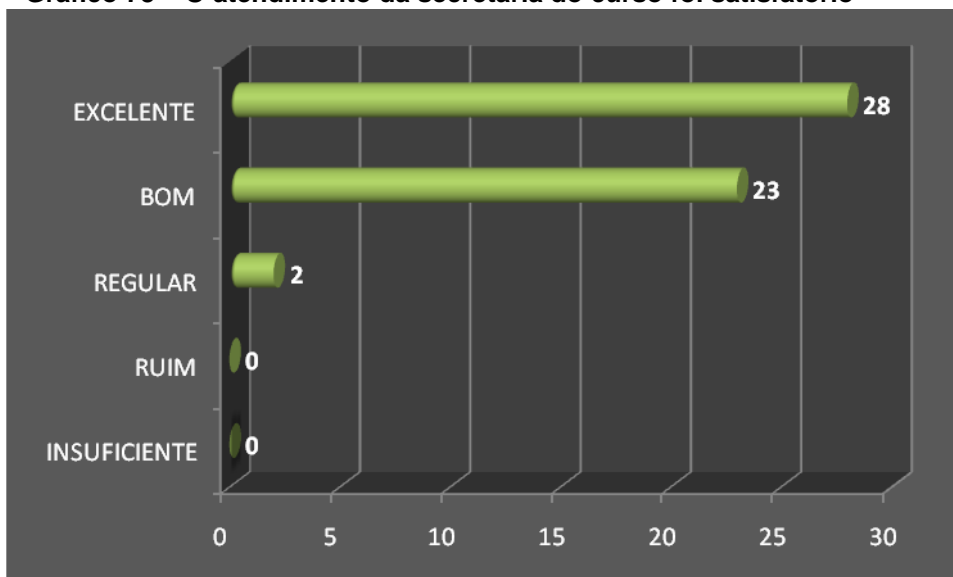
Gráfico 72 – A atuação da tutoria foi satisfatória

Fonte: Pesquisa de Campo

9. Quanto ao atendimento da secretaria do curso:

- r) 96% dos respondentes consideraram que a secretaria do curso prestou atendimento satisfatório ao longo do curso, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 73 – O atendimento da secretaria do curso foi satisfatório

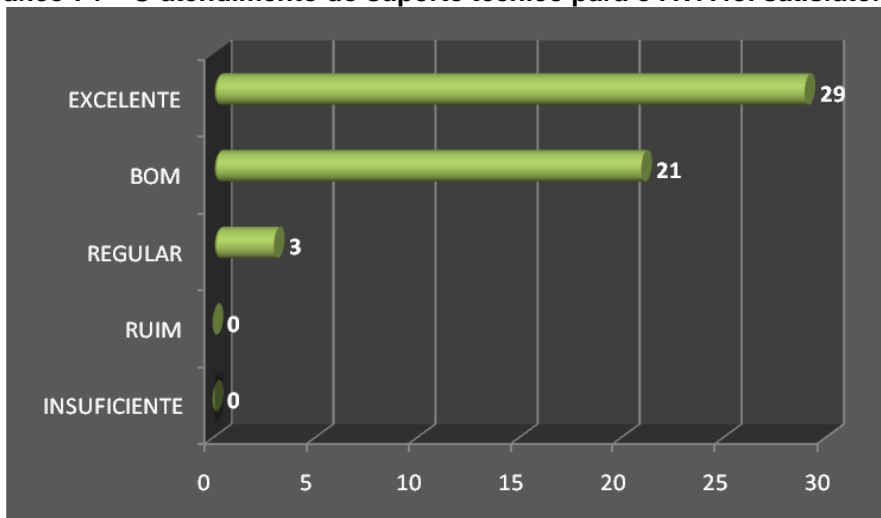


Fonte: Pesquisa de Campo

10. Quanto ao atendimento do suporte técnico para o AVA:

- s) 94% dos respondentes consideraram que o suporte técnico para o AVA prestou atendimento satisfatório ao longo do curso, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 74 – O atendimento do suporte técnico para o AVA foi satisfatório

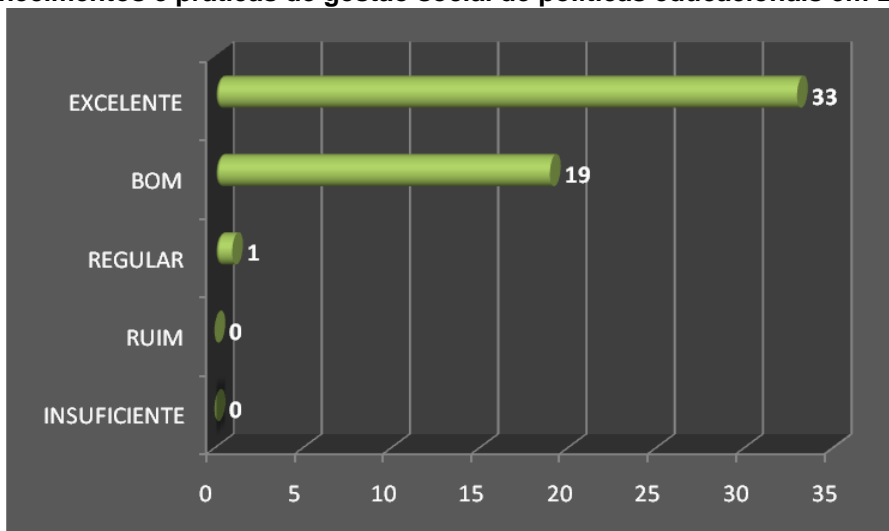


Fonte: Pesquisa de Campo

11. Quanto à propiciação de espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA:

- t) 98% dos respondentes consideraram que o curso propiciou aos cursistas espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 75 – O curso propiciou espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA

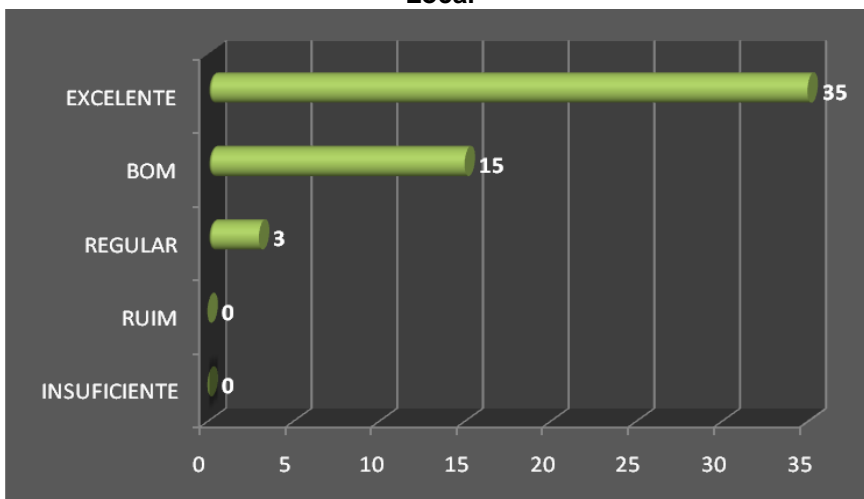


Fonte: Pesquisa de Campo

12. Quanto ao favorecimento de análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA:

- u) 94% dos respondentes consideraram que o curso favoreceu a análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, que subsidiem o plano estratégico no âmbito da Agenda Territorial Local, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 76 – O curso favoreceu a análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, que subsidiem o plano estratégico no âmbito da Agenda Territorial Local

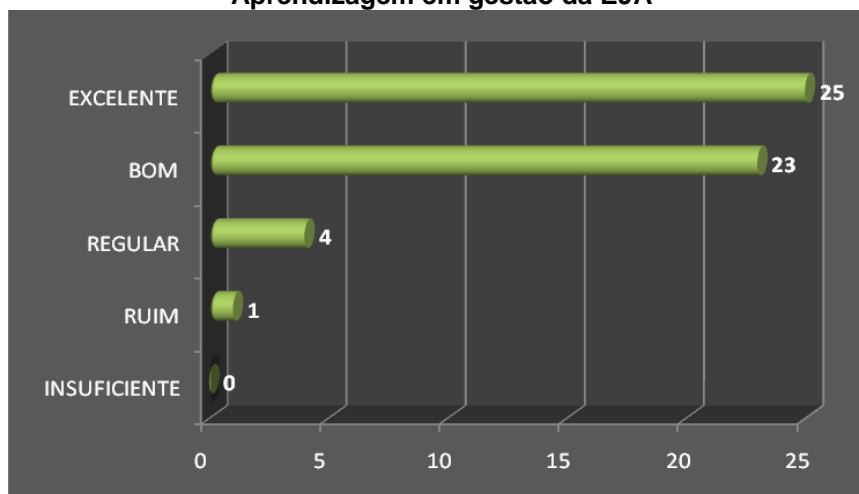


Fonte: Pesquisa de Campo

13. Quanto ao fomento de construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em Rede em Gestão da EJA:

- v) 91% dos respondentes consideraram que o curso fomentou a construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em Rede em Gestão da EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 77 – O curso fomentou a construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em gestão da EJA

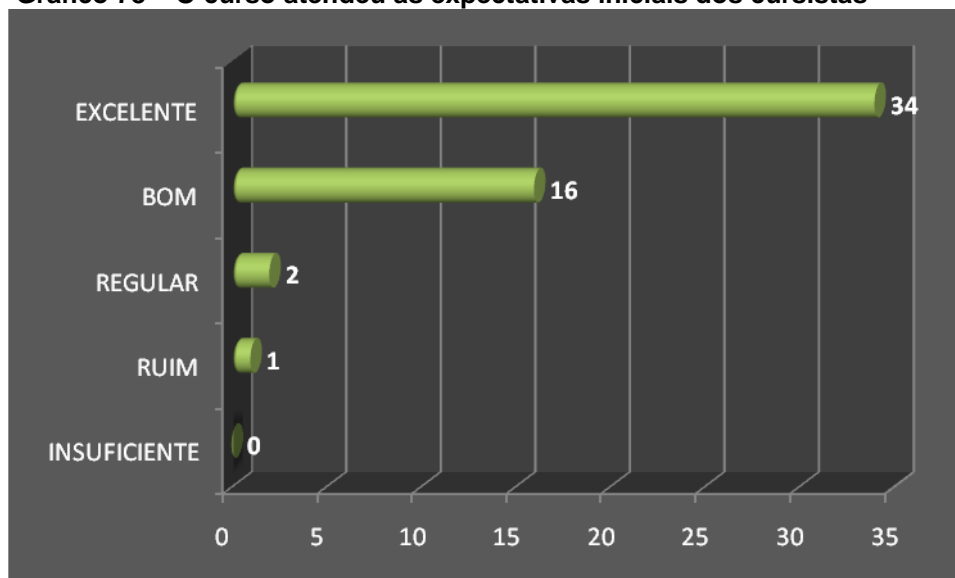


Fonte: Pesquisa de Campo

14. Quanto ao atendimento das expectativas iniciais dos cursistas:

- w) 94% dos respondentes consideraram que o curso atendeu às suas expectativas iniciais, nos níveis bom e excelente.

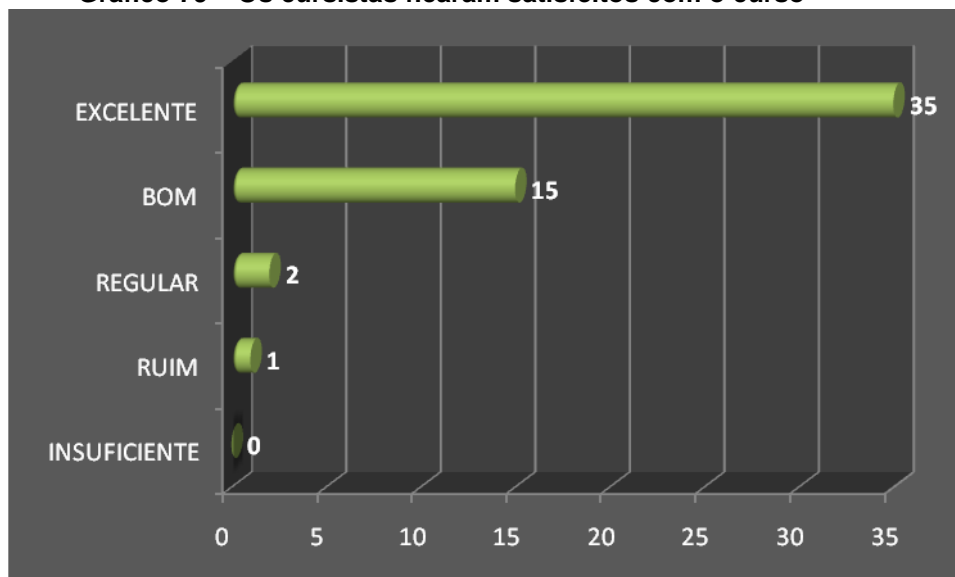
Gráfico 78 – O curso atendeu às expectativas iniciais dos cursistas



Fonte: Pesquisa de Campo

15. Quanto ao nível de satisfação dos cursistas em relação ao curso:

- x) 94% dos respondentes ficaram satisfeitos com o curso, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 79 – Os cursistas ficaram satisfeitos com o curso

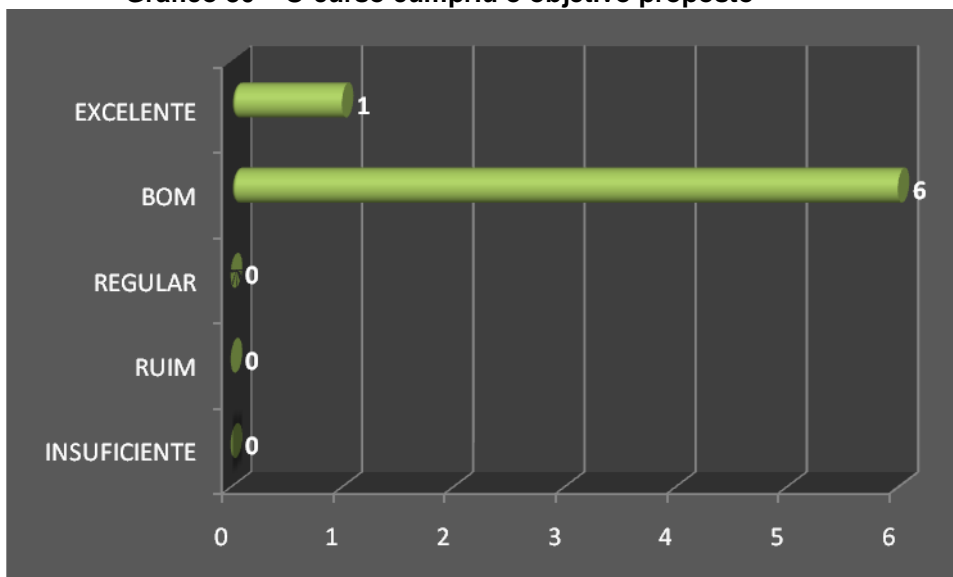
Fonte: Pesquisa de Campo

5.6 AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO PELA EQUIPE GESTORA DO CURSO

Para a avaliação final do curso, foram consideradas as informações obtidas por meio de questionário disponibilizado no AVA. Este questionário foi respondido por 7 membros da equipe. Com base nas informações coletadas, verificou-se que:

1. Quanto aos objetivos do curso:

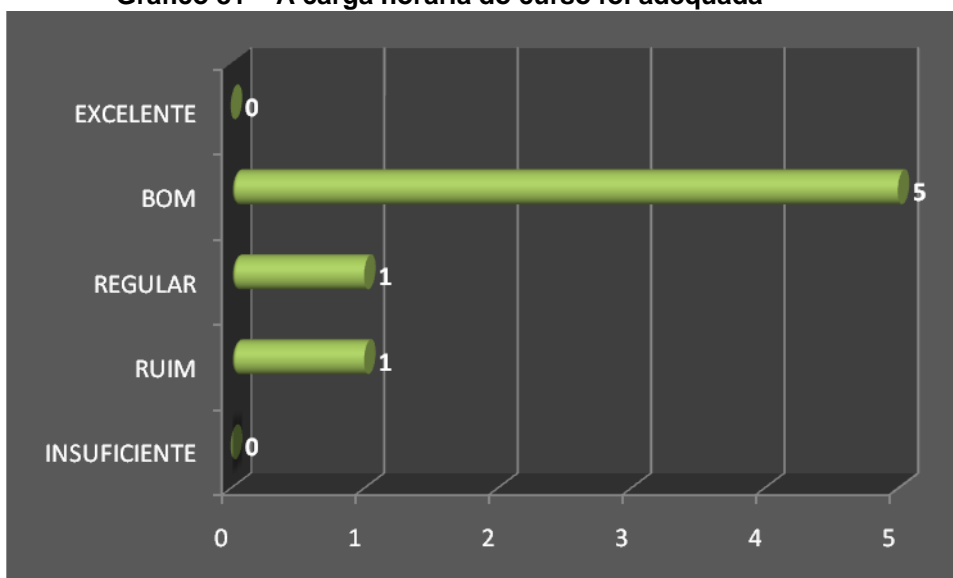
- a) 100% dos respondentes consideraram que o curso cumpriu o objetivo de formar sujeitos sociais da Educação de Jovens e Adultos para que atuem como multiplicadores locais de ações da gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA, na perspectiva da formação de uma comunidade de Trabalho/Aprendizagem Rede em Gestão da EJA:

Gráfico 80 – O curso cumpriu o objetivo proposto

Fonte: Pesquisa de Campo

2. Quanto à carga horária do curso:

- 71% dos respondentes consideraram que a carga horária do curso foi adequada (BOM), seguido de 29% que consideraram o atendimento ao item REGULAR/RUIM.

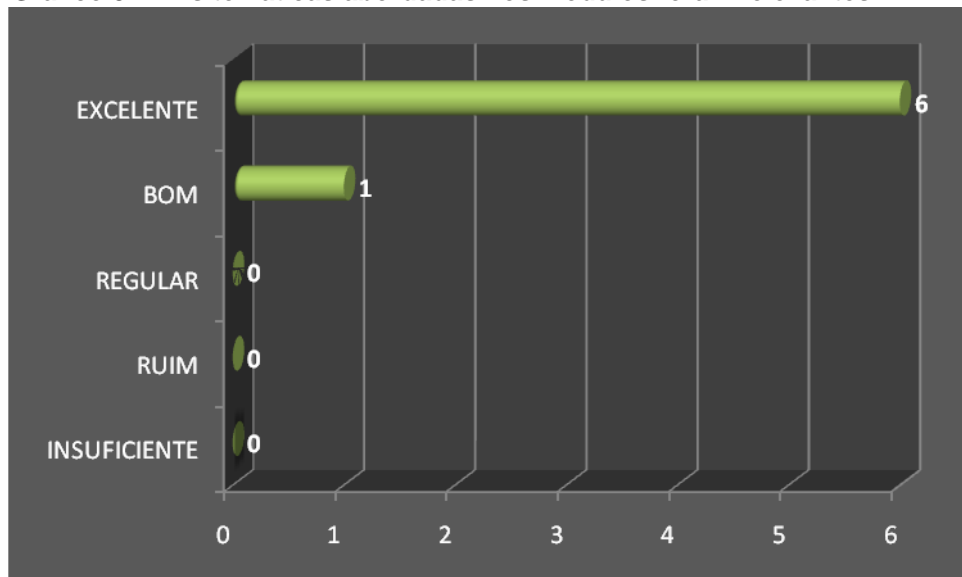
Gráfico 81 – A carga horária do curso foi adequada

Fonte: Pesquisa de Campo

3. Quanto à relevância das temáticas abordadas nos módulos:

- 100% dos respondentes consideraram que as temáticas abordadas nos módulos foram relevantes para a atuação profissional do Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 82 – As temáticas abordadas nos módulos foram relevantes

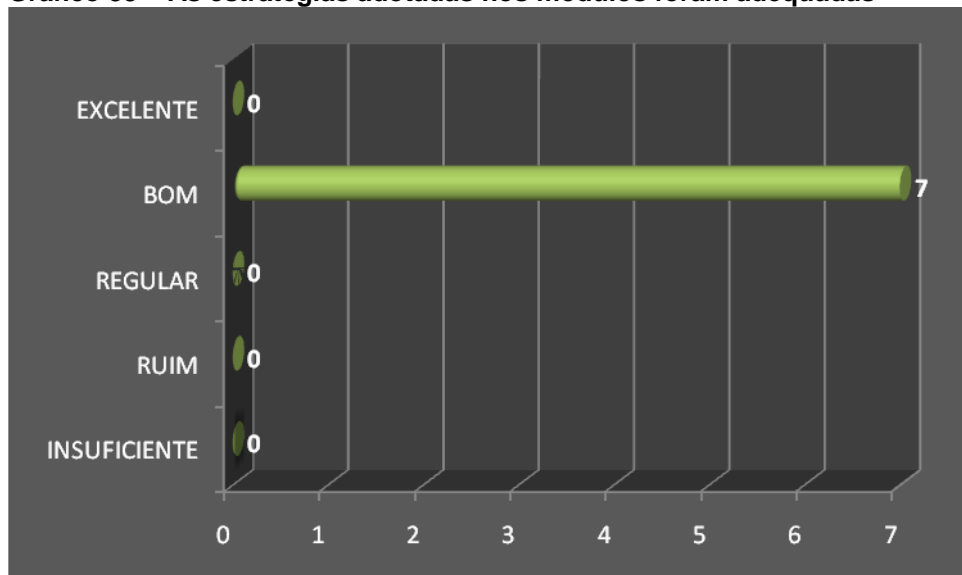


Fonte: Pesquisa de Campo

4. Quanto às estratégias adotadas nos módulos:

- a) 100% dos respondentes consideraram que as estratégias adotadas nos módulos foram adequadas à proposta do curso, no nível bom.

Gráfico 83 – As estratégias adotadas nos módulos foram adequadas

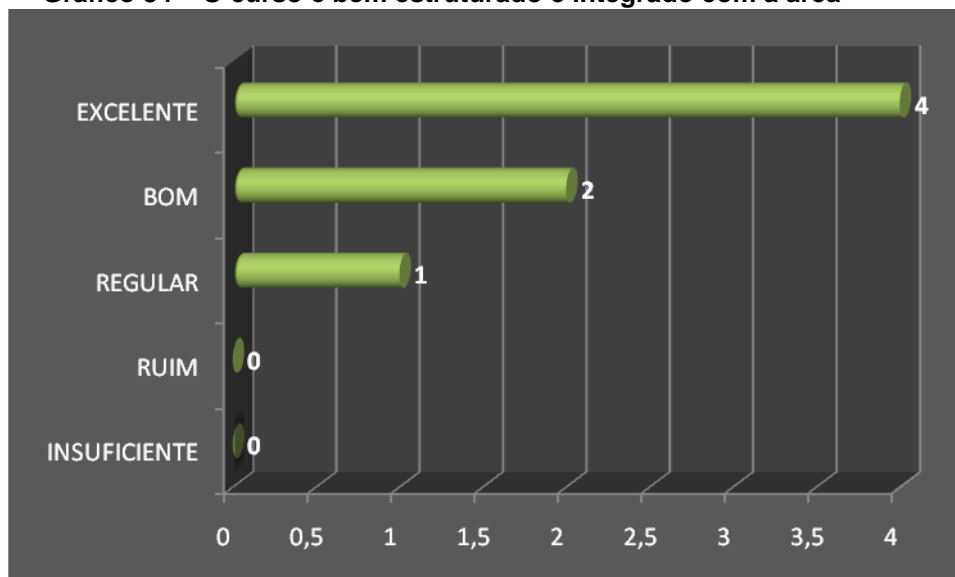


Fonte: Pesquisa de Campo

5. Quanto à estrutura e integração do curso com a área de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA:

- a) 86% dos respondentes consideraram que o curso é bem estruturado e integrado com a área de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 84 – O curso é bem estruturado e integrado com a área

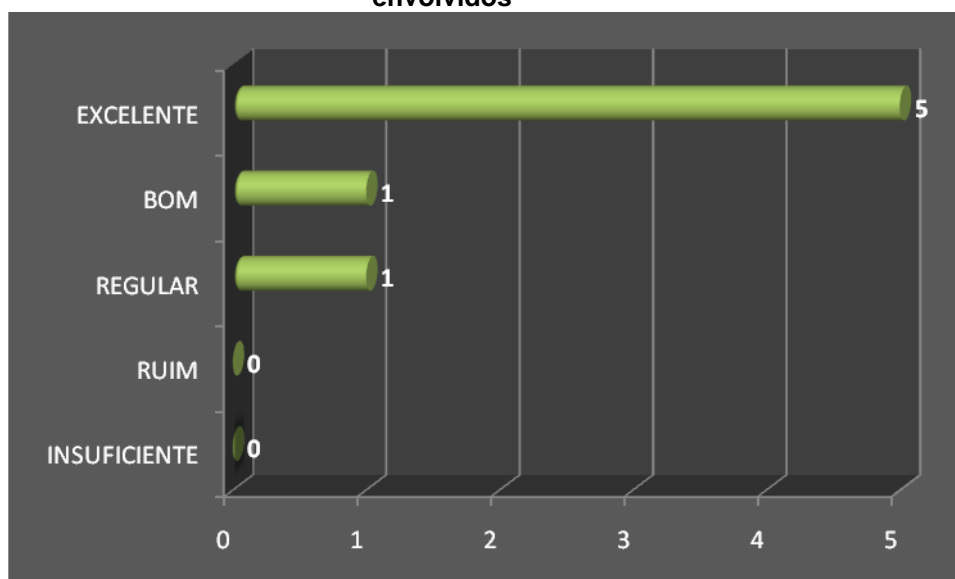


Fonte: Pesquisa de Campo

6. Quanto à gestão do curso:

- a) 86% dos respondentes consideraram que a discussão do projeto do curso incluiu a participação de todos os parceiros envolvidos, nos níveis bom e excelente.

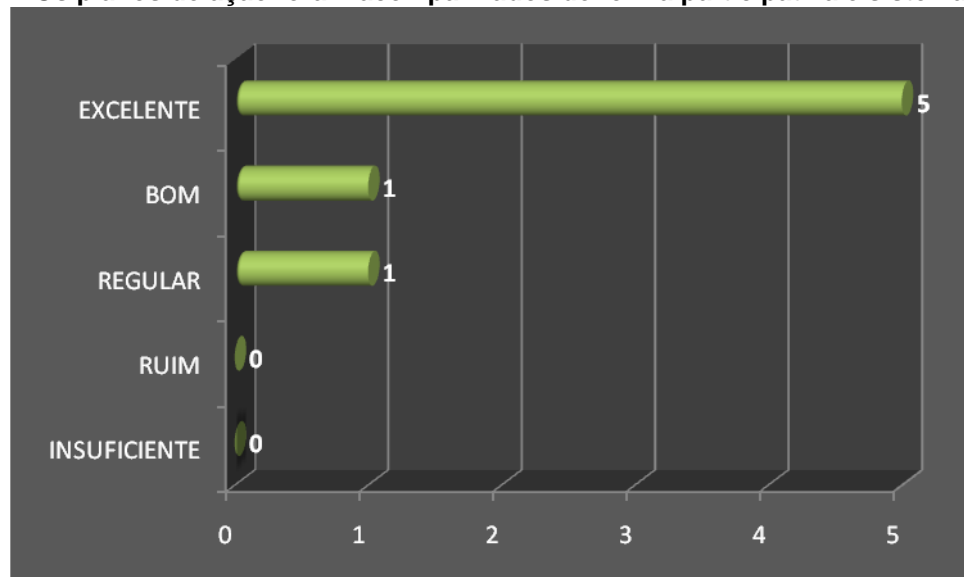
Gráfico 85 – A discussão do projeto do curso envolveu a participação de todos os parceiros envolvidos



Fonte: Pesquisa de Campo

- b) 86% dos respondentes consideraram que os planos de ação foram acompanhados de forma participativa e sistemática, nos níveis bom e excelente.

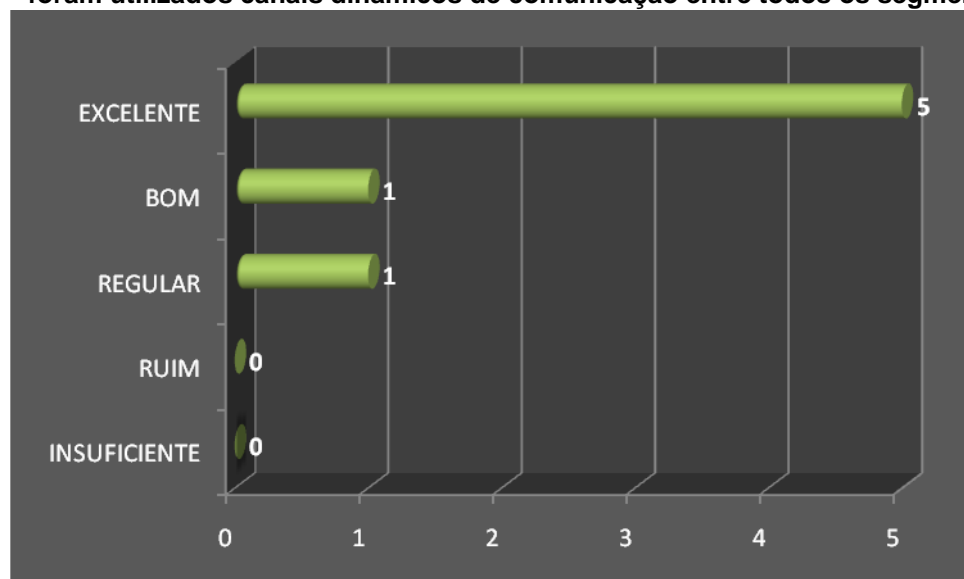
Gráfico 86 – Os planos de ação foram acompanhados de forma participativa e sistemática



Fonte: Pesquisa de Campo

- c) 86% dos respondentes consideraram que foram utilizados canais dinâmicos de comunicação entre todos os segmentos, a fim de se garantir transparência do processo de gestão, nos níveis bom e excelente.

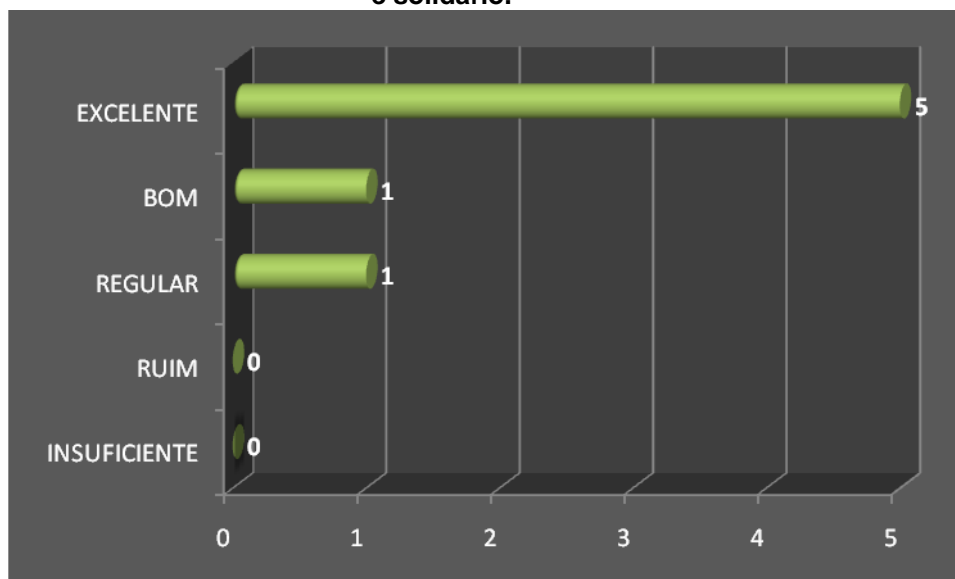
Gráfico 87 – foram utilizados canais dinâmicos de comunicação entre todos os segmentos



Fonte: Pesquisa de Campo

- d) 100% dos respondentes consideraram que o curso promoveu um clima organizacional de compromisso ético, cooperativo e solidário, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 88 – O curso promoveu um clima organizacional de compromisso ético, cooperativo e solidário.

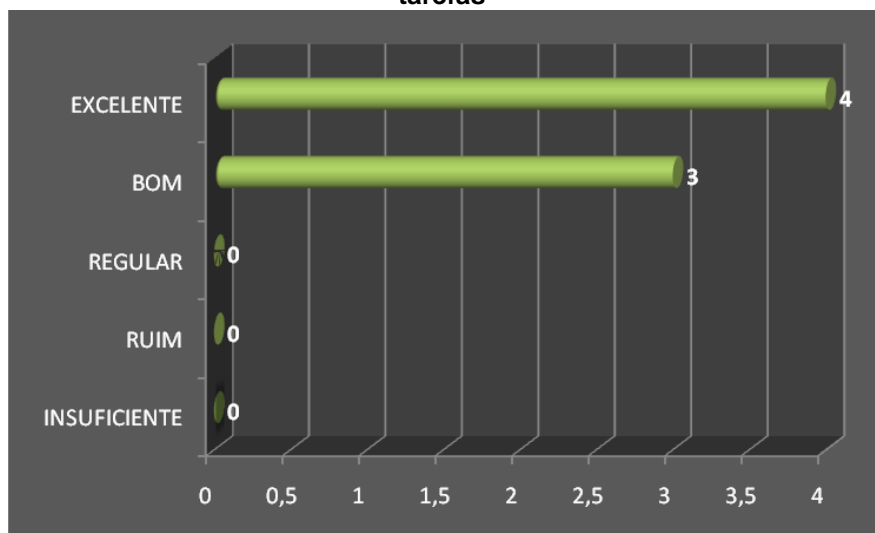


Fonte: Pesquisa de Campo

7. Quanto ao ambiente virtual de aprendizagem (Moodle):

- a) 100% dos respondentes consideraram que o ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) apresentou facilidade na obtenção das informações e nos fluxos das tarefas, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 89 – O AVA apresentou facilidade na obtenção das informações e nos fluxos das tarefas



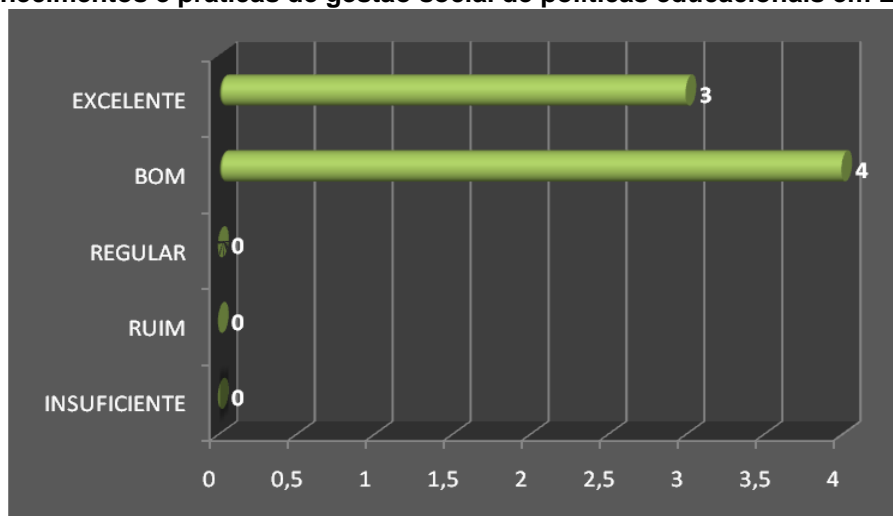
Fonte: Pesquisa de Campo

8. Quanto à propiciação de espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA:

- a) 100% dos respondentes consideraram que o curso propiciou aos cursistas espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas

de gestão social de políticas educacionais em EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 90 – O curso propiciou espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA

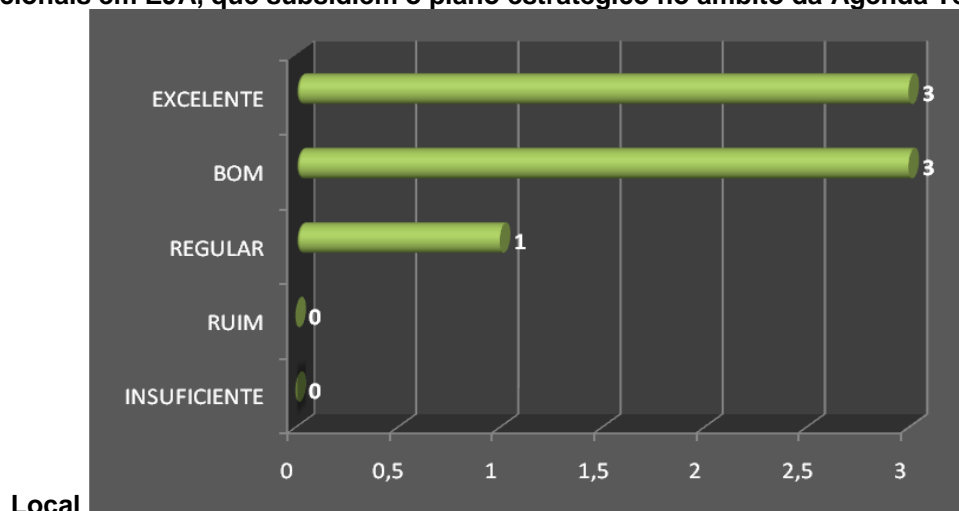


Fonte: Pesquisa de Campo

9. Quanto ao favorecimento de análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA:

- a) 86% dos respondentes consideraram que o curso favoreceu a análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, que subsidiem o plano estratégico no âmbito da Agenda Territorial Local, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 91 – O curso favoreceu a análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, que subsidiem o plano estratégico no âmbito da Agenda Territorial



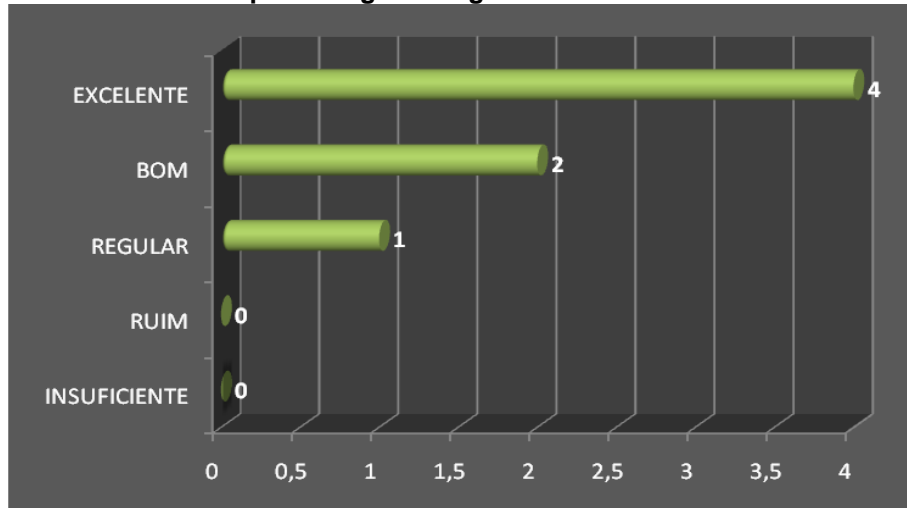
Local

Fonte: Pesquisa de Campo

10. Quanto ao fomento de construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em Rede em Gestão da EJA:

- a) 86% dos respondentes consideraram que o curso fomentou a construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em gestão da EJA, nos níveis bom e excelente.

Gráfico 92 – O curso fomentou a construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em gestão da EJA



Fonte: Pesquisa de Campo

11. Pontos positivos do curso apontados pelos respondentes:

- A possibilidade de conhecer a diversidade da realidade de cada Estado e as ações relacionadas aos espaços de discussão da EJA
- A articulação e interação das instituições participantes do processo
- A oportunidade da troca de saberes e de novos aprendizados
- A possibilidade de repetir e ampliar a experiência
- Pioneirismo do Curso como Introdutório a um Programa de Formação continuada
- Desafio do calendário de transição de governos federal e estaduais
- Proposta pedagógica-CTAREJA em gestão referida, oportunamente, à Agenda Territorial com "ensaio" de infográfico interativo
- Coordenação colegiada inovadora em cooperação internacional UNESCO-ICAE
- Seleção dos professores
- Composição do público-alvo (gestores públicos e representantes de Fóruns),
- Ambiente virtual combinando Moodle e Portal dos Fóruns de EJA com disponibilização imediata
- Webconferência de abertura
- O curso permitiu a discussão de temáticas novas no campo das políticas da EJA, propiciando a formação de quadros e (re) ativando as agendas territoriais.

- n. Ctarejagestao foi fomentada, com esforço de trazer a discussão e a participação dos cursistas para dentro dos fóruns, deixando os e-mails para apoios mais privados.
- o. O encaminhamento da reflexão sobre as agendas/fóruns no âmbito estadual/distrital fomentou articulações nesses âmbitos, além de trocas mais amplas, ampliando as aprendizagens e construções para os âmbitos regional/nacional.
- p. Abriu-se o espaço para continuidade da reflexão temática no âmbito do Portal dos Fóruns de EJA, com a disponibilização dos materiais/produções do Curso. O Curso proporcionou excelentes construções e aprendizagens para orientar as ações de gestão social de políticas educacionais em EJA não só no âmbito das Agendas e dos Fóruns de EJA, mas também na própria gestão dos governos locais.

12. Pontos a serem melhorados e sugestões apontados pelos respondentes:

- a. O calendário não favoreceu a todos
- b. O encontro presencial separado para as 2 turmas. Sugere-se a realização do encontro presencial juntos, numa mesma data e loca, estratégia mais proveitosa para os cursistas e para a interação entre todas/os, contribuindo para o estabelecimento da rede.
- c. Que sejam incluídos em próximas ofertas os líderes locais de assentamentos, de acampamentos, de tribos, de quilombolas, de responsáveis por implementação dos direitos humanos nas localidades
- d. Vivência integrativa (Rio Aberto) no Encontro presencial
- e. Consolidação da Coordenação colegiada garantindo a participação internacional ao longo do Curso
- f. Redefinição dos papéis de professores, tutores e coordenação. Criar uma coordenação de tutoria.
- g. Repensar a formação do tutor, de forma que este se aproprie mais consistente das discussões teóricas do curso
- h. Controle sistemático da interatividade na construção efetiva da CTAR com análise qualitativa (sujeitos/conteúdos)
- i. Organização do acervo multimídia no Portal com vistas aos próximos Cursos
- j. Webconferência com participação internacional
- k. Adequação da carga horária à proposta dos módulos

- l. Estimular maior interação nos fóruns, a partir mesmo do módulo I, especialmente no módulo II, aprofundando a discussão de conteúdos e construção de conhecimento, inclusive com maior participação dos professores
- m. Rever estratégias do módulo II, dando maior dinamicidade ao mesmo, por ser presencial e concentrado, o que pode torná-lo cansativo. Repensar, inclusive, a necessidade de fazê-lo presencialmente.
- n. Repensar o momento presencial no Curso, não o limitando ao módulo II. Participação dos parceiros no planejamento do Curso
O tempo destinado ao planejamento do Curso, a partir do envolvimento da equipe da UnB no processo, foi extremamente reduzido, exigindo uma dedicação excepcional desde a negociação com os parceiros, elaboração dos projetos e dos planos até a tramitação institucional requerida para a oferta, considerando a especificidade de uma oferta a distância.
- o. Promover maior articulação na divulgação do Curso e no processo seletivo.
- p. Rever o formulário de inscrição, inserindo componentes necessários para o levantamento do perfil do cursista nesse momento
- q. Rever distribuição de tarefas/remuneração entre os envolvidos, considerando sua disponibilidade de tempo para dedicação ao Curso (ambiente virtual e presencial).
Melhorar a coordenação colegiada, com discussões/acompanhamento e avaliação sistemáticos do desenvolvimento do curso (reuniões presenciais semanais e espaço próprio no ambiente virtual - sala de coordenação), coerente com a proposta de construção coletiva e concepção pedagógica adotada (ctarejagestao).
- r. Melhorar a coordenação colegiada entre os parceiros interinstitucionais, com reuniões sistemáticas, com uso, inclusive de webconferências e comunicação via skype para contato internacional. A participação do MEC/SECAD ficou prejudicada em momentos importantes como no Módulo II.
- s. Incrementar reuniões nos momentos de finalização do Curso. Melhorar a avaliação do curso no processo, com a possibilidade de identificação de envio de respostas pelos participantes, com a utilização de entrevistas com os participantes e análise do conteúdo/interação dos fóruns.
- t. Explicitar os critérios de avaliação em cada módulo, conforme as orientações, bem como esclarecida a forma de avaliação e a pontuação das atividades.
- u. Reorganização do AVA para melhorar navegabilidade

6. CONCLUSÃO

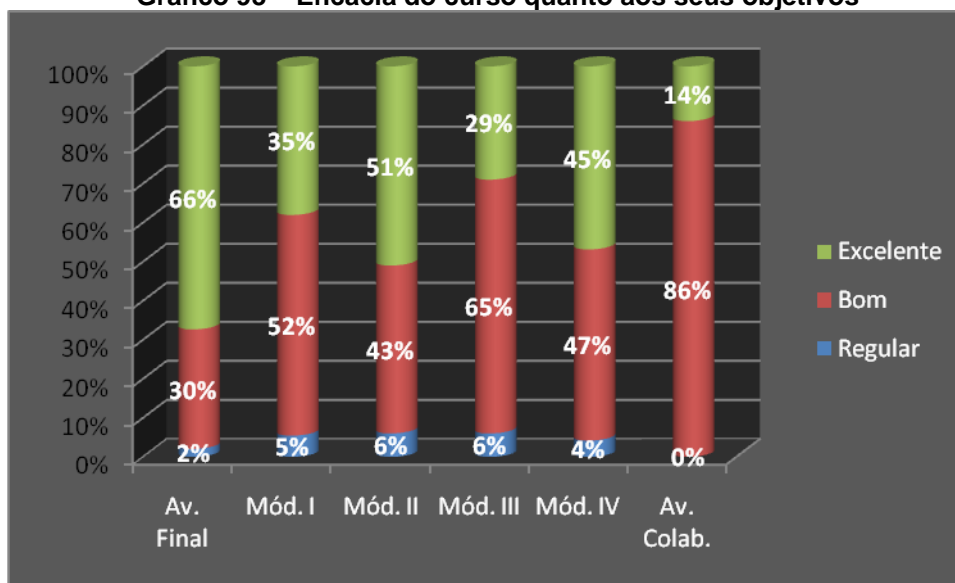
Este relatório teve como objetivo demonstrar os resultados da pesquisa avaliativa aplicada ao Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA. A partir dos dados obtidos, foi possível sintetizar as análises desta avaliação considerando três critérios: eficácia, eficiência e efetividade social, descritos a seguir.

6.1 EFICÁCIA DO CURSO

Segundo Belloni (2007), o critério de eficácia refere-se ao nível ou qualidade do resultado efetivamente alcançado em ocorrência de uma ação.

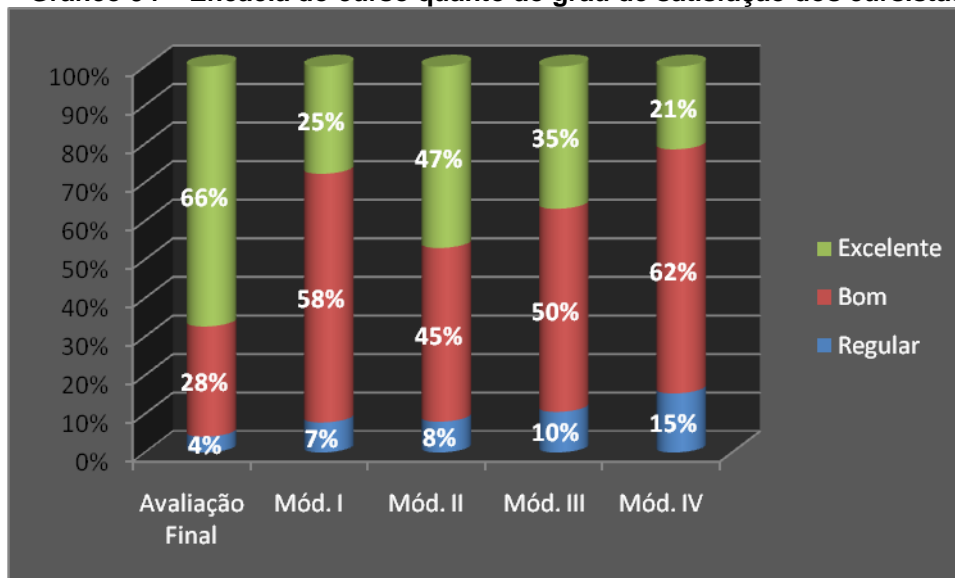
Em relação aos objetivos do curso, 98% dos respondentes do questionário de avaliação final do curso consideraram que o curso cumpriu com os objetivos propostos, seguido de 100% dos colaboradores. A análise desse indicador na avaliação de cada módulo do curso também revela a eficácia do curso, conforme gráfico a seguir:

Gráfico 93 – Eficácia do curso quanto aos seus objetivos



Fonte: Pesquisa de Campo

Outro indicador que serve como subsídio para análise da eficácia do curso é o grau de satisfação dos cursistas em relação ao curso. Neste sentido, 98% dos respondentes do questionário de avaliação final do curso declararam que ficaram satisfeitos com o curso, bem como os índices dos módulos avaliados individualmente, de acordo com o gráfico seguinte:

Gráfico 94 – Eficácia do curso quanto ao grau de satisfação dos cursistas

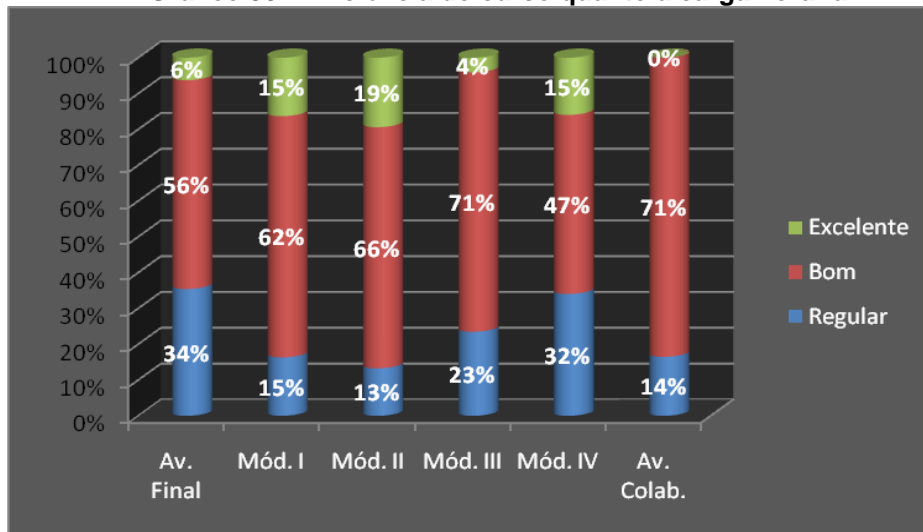
Fonte: Pesquisa de Campo

Desta forma, conclui-se que o curso atendeu ao critério de eficácia, considerando o alcance de seus objetivos e o grau de satisfação dos cursistas. No entanto, vale ressaltar que, quanto ao grau de satisfação dos cursistas, observa-se o aumento do conceito regular ao longo dos módulos e a diminuição do conceito excelente, exceto no módulo II.

6.2 EFICIÊNCIA DO CURSO

De acordo com Belloni (2007), o critério de eficiência refere-se à otimização dos recursos disponibilizados para o curso. Para a análise da eficiência do curso, foram considerados os indicadores: adequação da carga horária; relevância das temáticas abordadas pelo curso; atuação dos tutores; estratégias utilizadas; atuação da coordenação, da secretaria e do suporte técnico do curso.

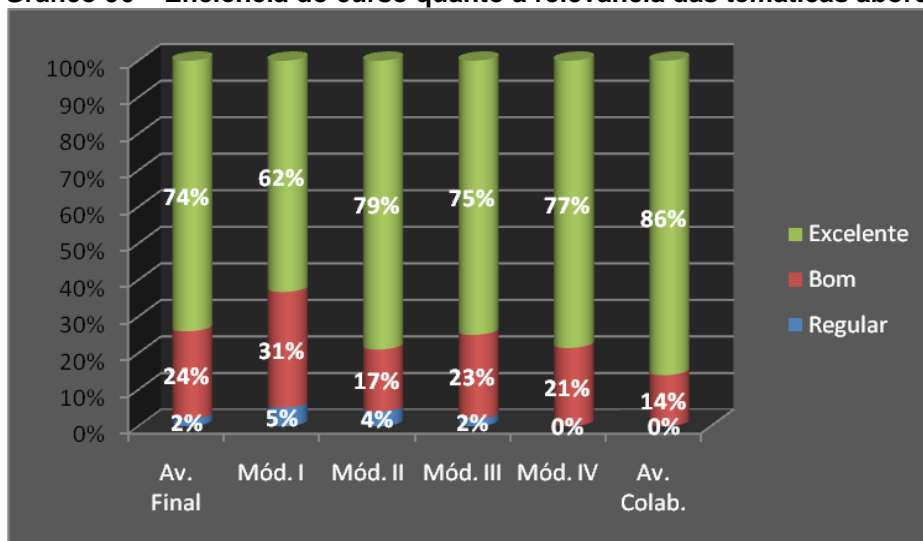
Quanto à **adequação a carga horária do curso**, 96% dos respondentes do questionário de avaliação final do curso afirmaram ter sido adequada, coincidindo com a opinião dos cursistas que avaliaram os módulos individualmente, e com 86% dos colaboradores. O gráfico 95 nos traz esses dados:

Gráfico 95 – Eficiência do curso quanto à carga horária

Fonte: Pesquisa de Campo

O gráfico acima nos permite inferir que o indicador adequação da carga horária, mesmo tendo sido considerado satisfatório, precisa ser repensado em próximas ofertas do curso, principalmente no módulo IV.

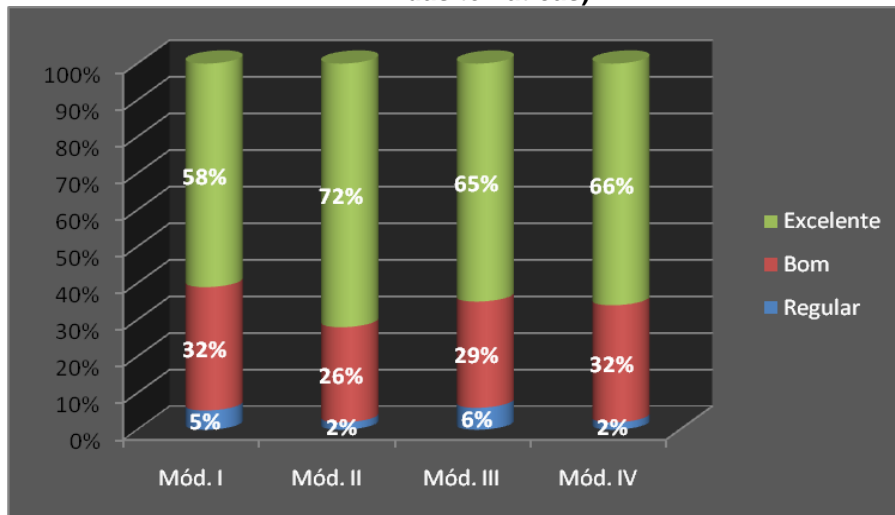
Quanto à **relevância das temáticas abordadas no curso**, 98% dos respondentes do questionário de avaliação final do curso considerou as temáticas abordadas no curso relevantes para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA, estando de acordo com a opinião dos cursistas que avaliaram os módulos individualmente, e com 100% dos colaboradores, segundo o gráfico 96.

Gráfico 96 – Eficiência do curso quanto à relevância das temáticas abordadas

Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto à **atuação os tutores (professores)**, o gráfico a seguir revela que os cursistas consideraram que os tutores demonstraram segurança na apresentação das temáticas.

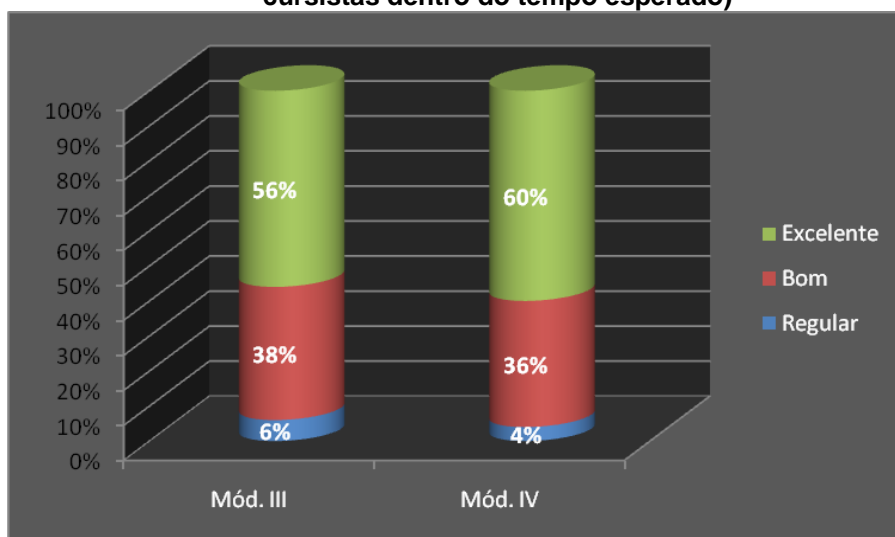
Gráfico 97 – Eficiência do curso quanto à atuação dos tutores (segurança na apresentação das temáticas)



Fonte: Pesquisa de Campo

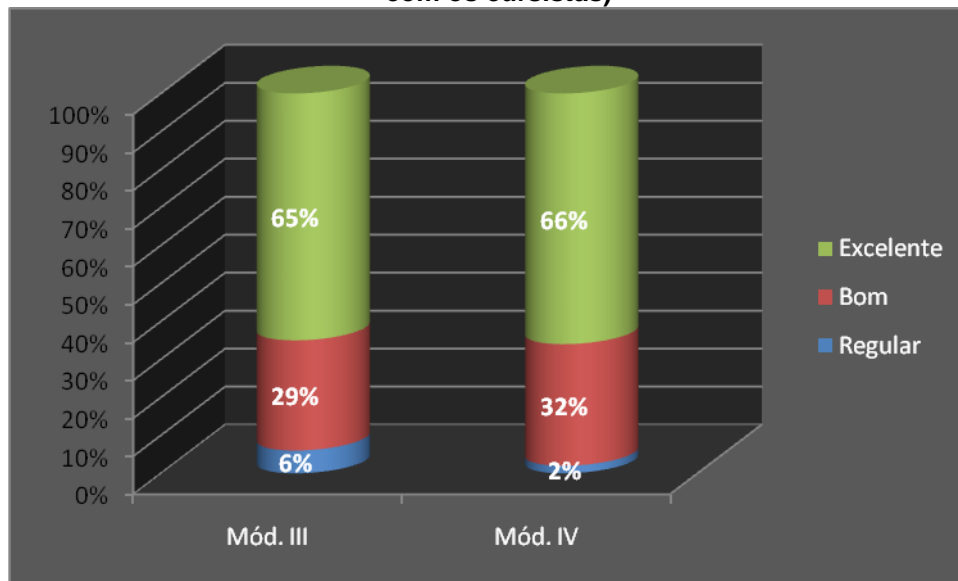
Nos módulos desenvolvidos por meio do ambiente virtual de aprendizagem, os tutores demonstraram ter tido bom relacionamento virtual com os cursistas e responderam às dúvidas dentro do tempo esperado, conforme gráficos a seguir:

Gráfico 98 – Eficiência do curso quanto à atuação dos tutores (resposta à dúvidas dos cursistas dentro do tempo esperado)



Fonte: Pesquisa de Campo

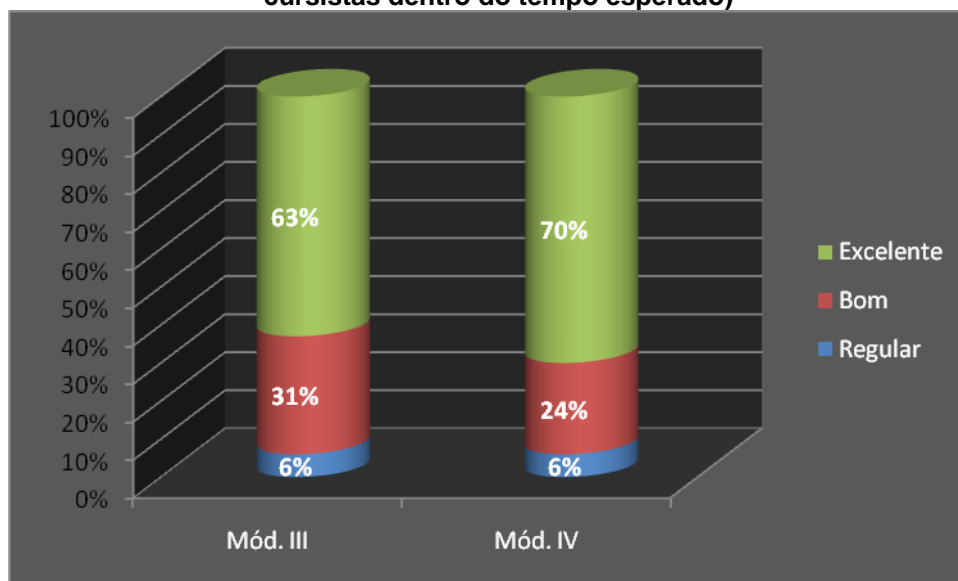
Gráfico 99 – Eficiência do curso quanto à atuação dos tutores (bom relacionamento virtual com os cursistas)



Fonte: Pesquisa de Campo

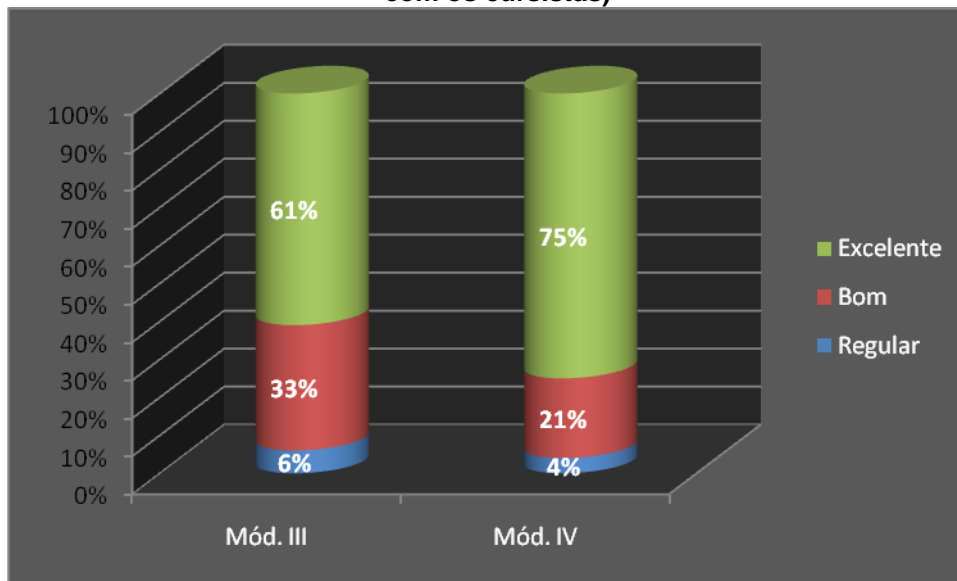
Quanto à **atuação da tutoria**, o gráfico 72 revela que 100% dos respondentes consideraram que a atuação da tutoria foi satisfatória ao longo do curso. Nos módulos III e IV, os cursistas também consideraram a atuação da tutoria satisfatória no que se refere à resposta às dúvidas dos cursistas dentro do tempo esperado (24h) e ao bom relacionamento virtual com os cursistas (ver gráficos a seguir).

Gráfico 100 – Eficiência do curso quanto à atuação da tutoria (resposta à dúvidas dos cursistas dentro do tempo esperado)



Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 101 – Eficiência do curso quanto à atuação dos tutores (bom relacionamento virtual com os cursistas)



Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto à **atuação da coordenação do curso**, o gráfico 71 revela que 100% dos respondentes consideraram que a atuação da coordenação do curso foi satisfatória ao longo do curso.

Quanto ao **atendimento da secretaria do curso**, o gráfico 73 revela que 96% dos respondentes consideraram o atendimento da secretaria do curso satisfatório ao longo do curso, nos níveis bom e excelente.

Quanto ao **atendimento do suporte técnico do curso**, o gráfico 74 revela que 94% dos respondentes consideraram o atendimento do suporte técnico do curso satisfatório ao longo do curso, nos níveis bom e excelente.

Quanto às **estratégias adotadas nos módulos**, o gráfico 68 revela que 94% dos respondentes consideraram que as estratégias adotadas nos módulos foram adequadas à proposta do curso, nos níveis bom e excelente.

Considerando os indicadores descritos anteriormente, é possível inferir que o curso obteve eficiência no seu processo de realização.

6.3 EFETIVIDADE SOCIAL DO CURSO

Conforme Belloni (2007), o critério de efetividade social refere-se aos resultados objetivos e práticos da política junto aos setores visados. Para a análise da efetividade social do curso, ainda que esta pesquisa não abrangeu a continuidade das ações dos cursistas pós curso, foram considerados os indicadores: propiciação de espaços de

reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA, favorecimento de análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, e fomento de uma construção de uma comunidade de trabalho-aprendizagem em rede em EJA.

Quanto à **propiciação de espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA**, os gráficos 75 e 90 revelaram que 98% dos cursistas respondentes e 100% dos colaboradores consideraram o atendimento desse indicador nos níveis bom e excelente.

Quanto ao **favorecimento de análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA**, os gráficos 76 e 91 revelaram que 94% dos cursistas respondentes e 86% dos colaboradores consideraram o atendimento desse indicador nos níveis bom e excelente.

Quanto ao **fomento de uma construção de uma comunidade de trabalho-aprendizagem em rede em EJA**, os gráficos 77 e 92 revelaram que 91% dos cursistas respondentes e 86% dos colaboradores consideraram o atendimento desse indicador nos níveis bom e excelente.

Assim, até a finalização do curso, o mesmo atendeu ao critério de efetividade social.

Portanto, tais análises permitem concluir que o curso foi eficaz, eficiente e efetivo socialmente.

6.4 RECOMENDAÇÕES

O referencial teórico-metodológico adotado nesta pesquisa tem como pressuposto o de que a avaliação serve à tomada de decisão, mediante resultados obtidos, e leva à melhoria dos processos numa perspectiva formativa. Diante disto, este relatório se encerra com algumas recomendações para o próprio aprimoramento das próximas ofertas do curso, algumas sínteses de propostas dos cursistas e dos colaboradores, o que não exclui as sugestões destes nas avaliações dos módulos. São elas:

1. Referentes à estrutura e orientações pedagógicas do curso:
 - a) Que sejam realizadas atividades culturais nos momentos presenciais.
 - b) Que seja repensada a adequação de carga horária do curso em relação aos objetivos e metodologia adotados.
 - c) Que os critérios de avaliação sejam discutidos e apresentados aos cursistas logo ao início do curso.
 - d) Que os próximos cursos envolvam os ex-cursistas na CTAREjagestão.

2. Referentes ao apoio tecnológico:

- a) Que sejam criadas possibilidades interativas no módulo I, permitindo, inclusive, comunicação síncrona durante a webconferência e assíncrona após essa atividade.
- b) Que seja disponibilizado um período de ambientação dos cursistas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, para um melhor desempenho na utilização da ferramenta.
- c) Que a pesquisa avaliativa do curso seja realizada por meio de recurso do AVA, a fim de otimizar a operacionalização dos dados.

3. Referentes à logística do curso:

- a) Que os serviços terceirizados para a logística do módulo II sejam de melhor qualidade.

4. Referentes à gestão do curso:

- a) Que a coordenação colegiada possa garantir a participação internacional ao longo do curso.
- b) Que seja criada uma coordenação de tutoria.
- c) Que seja proposto apoio da CAPES para pesquisa na área do curso, com formação de mestres e doutores, envolvendo a UNILA e UNILAB.
- d) Que haja articulação com os Centros de Referência de Memória Viva de Educação Popular e EJA para registro de experiências de Gestão Social.
- e) Que haja continuidade e ampliação de outras ações de formação continuada na área, considerando as análises do perfil do cursista, inclusive com versão bilíngue.
- f) Que haja um monitoramento da implementação dos planos desenvolvidos no módulo IV, mediante ações dos Fóruns e da Agenda Territorial de EJA, bem como da constituição da comunidade trabalho-aprendizagem em rede em EJA.
- g) Que haja permanente disponibilização do Curso no Portal como referência e constituição da CTAREjagestão.
- h) Que se construa a CTAREjagestão por temáticas de interesse no Portal.



3ª PARTE

PRINCIPAIS PRODUTOS

É fundamental ressaltar a importância dos produtos gerados no processo de formação como o mapeamento político da composição dos Fóruns estaduais e distrital de EJA, das Agendas Territoriais e dos Conselhos de Educação, bem como as propostas de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA, uma contribuição efetiva ao Plano Estratégico da Agenda Territorial dos Estados participantes.

1- Mapeamento Fóruns estaduais e distrital de EJA, das Agendas Territoriais e dos Conselhos de Educação

No contexto da realização de estudos e reflexões individuais e coletivas, o Módulo III do Curso retomou a atenção dos cursistas para a constituição dos Fóruns estaduais e distrital de EJA, das Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e dos Conselhos estaduais e municipais (nas capitais) de Educação.

Tomando a construção coletiva como princípio para a constituição e intervenção nesses espaços, que são relacionados ao acompanhamento e controle das políticas públicas voltadas para o público da EJA, o Módulo teve, entre seus objetivos, o de aprimorar, nos cursistas, a capacidade de posicionamento como representantes e, desse modo, qualificar suas intervenções nas realidades estaduais. Para tanto, colocou como desafios:

a) mapear, utilizando o Formulário próprio, quais segmentos e instituições constituíam os Fóruns Estaduais e distrital de EJA e as Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA e, a partir daí, analisar que medida essas composições favorecem o desenvolvimento efetivo da EJA nos Estados;

b) considerando a relevância dos Conselhos estaduais e municipais (nas capitais) de Educação no que se refere à normatização das ações de EJA nos sistemas de ensino, investigar a composição do Conselho Pleno dos Conselhos Estaduais e Municipais (nas capitais) de Educação de cada unidade federada, utilizando o Formulário disponibilizado, a fim de verificar o contrapeso *das instituições de Estado (poderes legislativo, executivo e judiciário) e representações da sociedade civil* (movimentos e entidades) na definição das orientações que os sistemas de ensino devem seguir.

c) analisar o mapeamento, com base nas questões: Quais aspectos positivos na composição do Fórum estadual ou distrital de EJA e da Agenda Territorial?; Da forma como estão compostos, o Fórum estadual ou distrital de EJA e a Agenda favorecem às ações voltadas à EJA numa perspectiva sustentável e de desenvolvimento territorial? Por que?; O que é necessário ser feito para que a composição do Fórum estadual ou distrital,

da Agenda e do Conselho estadual e municipal (nas capitais) de Educação se torne mais plural e mais favorável ao atendimento das demandas sociais do público da EJA?

Assumindo que, embora se trate de uma listagem preliminar e incompleta, o mapeamento se constituía como importante fonte de pesquisa para contatos necessários, de modo a aprofundar a perspectiva intersetorial e politicamente plural, que se deseja para nossos Fóruns estaduais e distrital, Agendas Territoriais e Conselhos estaduais e municipais (nas capitais) e Educação.

O trabalho resultou em um mapeamento dos Fóruns Estaduais de dezenove estados e do Distrito Federal, bem como das Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA desses estados e DF. Também, no levantamento da composição do Conselho Pleno dos Conselhos Estaduais e Municipais (nas capitais) de Educação dessas vinte unidades federadas, conforme mostra o Anexo 15 do presente Relatório.

2- Propostas de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA

Partindo do pressuposto de que a política pública pode ser resultante do tensionamento entre a desigualdade social e a diversidade social na/da educação e de que as conquistas normativas e as políticas públicas mais relevantes em âmbito federal, estadual e municipal são decorrência da participação transformadora nos ambientes coletivos organizados, inclusive virtuais, com vistas a construção de uma educação centrada nos interesses dos trabalhadores como classe, o Módulo IV retomou o princípio da construção coletiva para a constituição e intervenção nesses espaços, que são relacionados ao acompanhamento e controle das políticas públicas voltadas para o público da Educação de Jovens e Adultos.

O objetivo foi retomar as reflexões realizadas nos módulos anteriores, considerando que durante esse “percurso”, se avançou bastante na discussão da Agenda Territorial e dos desafios da EJA no Brasil, que inclui a construção da ação articulada para o controle social de políticas públicas na perspectiva dos sujeitos da EJA, as estratégias político-didático-pedagógicas, a gestão e financiamento o Sistema Nacional de educação e a intersetorialidade da EJA.

Dessa forma, com base no conceito de desenvolvimento sustentável com enfoque territorial, compreendeu-se a intersetorialidade como condição para a formulação de políticas públicas de EJA e a necessidade de diagnósticos intersetoriais de oferta e demandas em EJA e de políticas públicas setoriais para definição de metas intersetoriais como gestão social. Além disso, a articulação e parcerias, privilegiando os espaços

organizados de decisão (Fóruns Estaduais e Distrital de EJA, Agenda Territorial e Conselhos) com efetiva representação social.

Nesse sentido, a atividade avaliativa deste módulo e atividade final do curso correspondeu à construção de uma proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA como síntese das leituras, reflexões, discussões e atividades desenvolvidas ao longo do Curso. Esta foi a contribuição efetiva dos cursistas para o Plano Estratégico da Agenda Territorial do Estado ao qual se vincula como representante da Agenda Territorial/Fórum de EJA, resultante de sua participação nesse processo formativo.

Foram geradas vinte e quatro propostas, organizadas por grupos constituídos pelos cursistas representantes das Agendas e Fóruns de vinte e três estados e do Distrito Federal, anexados no presente relatório como anexo 16.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente relatório teve como objetivo apresentar o percurso realizado e os resultados do Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA, com seus limites, problemas e possibilidades, oferecido com o objetivo de formar sujeitos sociais da educação de jovens e adultos para atuar como multiplicadores de ações de gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a agenda territorial de EJA, na perspectiva da constituição de uma Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em gestão da EJA- CTAREjagestão.

Nesse sentido, o relatório apresenta o processo de construção e implementação do curso, nos diferentes aspectos, os problemas apresentados, as soluções encontradas, os resultados obtidos, inclusive com a avaliação feitas pelos diferentes atores envolvidos. Nesse processo, sem ter a pretensão de esgotar todos os limites que dificultaram o percurso e nem os que tornaram a caminhada exitosa, é importante ressaltar alguns dos aspectos que contribuíram para a sua implementação e outros que a serem repensados na oferta da próxima turma.

Dentre aqueles aspectos que podemos apontar como favoráveis destacamos:

- a coordenação colegiada e o trabalho colaborativo de todos os envolvidos;
- as reuniões semanais nas quais debatemos as ações desenvolvidas e planejamos novas ações;
- os encontros presenciais e as experiências vividas e trocadas nesse momento;
- o compromisso dos cursistas e a qualidade dos professores que trabalharam no curso;

- as reuniões e trocas de experiências entre a equipe de coordenação, tutores e alguns professores externos que trabalharam em alguns módulos do curso, especialmente os módulos III e IV;
- o processo de avaliação do curso que foi sendo realizado em cada etapa;
- o compromisso de cada parceiro.

O relatório de avaliação do curso traz um conjunto de recomendações para melhoria do mesmo, quais sejam: criação de possibilidades interativas no módulo I, permitindo, inclusive, comunicação síncrona durante a webconferência e assíncrona após essa atividade; serviços terceirizados para a logística do módulo II de melhor qualidade; realização de atividades culturais nos momentos presenciais e atividades integrativas com linguagem corporal; adequação de carga horária do curso em relação aos objetivos e metodologia adotados; disponibilização de um período de ambientação dos cursistas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, para um melhor desempenho na utilização da ferramenta; discussão e apresentação dos critérios de avaliação aos cursistas logo ao início do curso; realização da pesquisa avaliativa do curso por meio de recurso do AVA, a fim de otimizar a operacionalização dos dados; garantia, pela coordenação colegiada, da participação internacional ao longo do curso; criação de uma coordenação de tutoria; proposição de apoio da CAPES para pesquisa na área do curso, com formação de mestres e doutores, envolvendo a UNILA e UNILAB; manutenção e desenvolvimento do Portal dos Fóruns de EJA Brasil; articulação com os Centros de Referência de Memória Viva de Educação Popular e EJA para registro de experiências de Gestão Social; continuidade e ampliação de outras ações de formação continuada na área, considerando as análises do perfil do cursista, inclusive com versão bilíngüe; monitoramento da implementação dos planos desenvolvidos no módulo IV, mediante ações dos Fóruns e da Agenda Territorial de EJA, bem como da constituição da comunidade trabalho-aprendizagem em EJA.

Ressaltamos, aqui, entre outros, aspectos que entendemos precisam ser repensados na oferta de um curso dessa natureza e com essa envergadura:

- o curto período destinado a preparação e implementação do curso contribui muito para alguns percalços que tivemos no percurso;
- o processo de seleção e os compromissos dos cursistas precisam ser melhor articulados;
- um curso precisa ser pensado no seu todo. Assim, o fato do módulo II ter sido pensando separadamente, tendo em vista que quando entramos no processo esse módulo já tinha sido planejado, exigiu maiores ajustes. O

módulo foi de muita qualidade e teria contribuído ainda mais no processo de formação dos cursistas, se tivesse sido planejado com a equipe dos demais módulos, sobretudo qualificando a presencialidade com o registro audiovisual, incluindo a vivência integrativa;

- o posicionamento da equipe de coordenação e parceiros sobre o modelo de comunicação pedagógica, destacadamente o papel dos professores e tutores, é fundamental para aprimorar as estratégias de mediação pedagógica no curso;
- a ampliação da interlocução dos parceiros com os movimentos sociais e instituições de fomento, tanto para apoiar o registro de experiências e orientar ações de formação continuada como para possibilitar a realização de pesquisas na área.

Finalizando, como tem sido prática da UnB/FE nas ofertas de cursos em EJA, também este Curso está disponibilizado no Portal dos Fóruns de EJA do Brasil como demonstração de seu caráter público e multiplicador como referência a outras iniciativas de formação em EJA, na perspectiva da constituição de uma Comunidade de Trabalho Aprendizagem em Rede na gestão da EJA - CTAREjagestão .

REFERÊNCIAS

[HISTORIA Confintea]. [S.l.: s.n.], [2009?]. 14 slides. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Historia_Confintea_port.pps>
Acesso em: 6 jun. 2011

“MULTIDISCRIMINAÇÃO e interseccionalidade”. [Montevideo]: ICAE, 2010. 30 slides.
Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/pp_interseccionalidad_Cecilia.ppt>
Acesso em: 6 jun. 2011

A Construção Coletiva In: CNBB.SETOR PASTORAL SOCIAL. Brasil: Alternativas e Protagonistas. - Consulta Popular. Vozes, 1999 Disponível em:<
<http://forumeja.org.br/construcaocoletiva>> Acesso em: 6 jun. 2011

AGENDA Territorial de desenvolvimento integrado de alfabetização e educação de jovens e adultos. [S.l.: s.n.], [20--?]. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Documentos_de_Referencia_/AGENDA_TERRITORIAL_DE_DESENVOLVIMENTO_INTEGRADO_DE.doc> Acesso em: 6 jun. 2011

AIRES, Carmenísia Jacobina. *Gestión Escolar y Nuevas Tecnologías en el Sistema Público de Enseñanza*. Tese de Doutorado, Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED), Facultad de Educación, Departamento de Didáctica, Organización Escolar y Didácticas Especiales, Madrid, 2009.

ALMEIDA, Maria das Graças Correia de (Org.). **Sujeitos Sociais e Institucionalidades no Processo de Gestão Social do Desenvolvimento**. Brasília: 2010. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Basico_-_SUJEITOS_SOCIAIS_E_INSTITUCIONALIDADES_NO_PROCESSO_DE_GESTAO_SOCIAL_DO_DESENVOLVIMENTO.doc> Acesso em: 6 jun. 2011

ALMEIDA, Maria das Graças Correia de; BUCHMANN Eriberto (Orgs.) **Refletindo sobre desenvolvimento sustentável**. Brasília:, 2010. Disponível em:<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Basico_-_REFLETINDO SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL.doc> Acesso em: 6 jun. 2011

ANGELIM, M.L.P. *Educar é descobrir - um estudo observacional exploratório*. Brasília. Universidade de Brasília (Dissertação de Mestrado), 1988. 2v.

_____. *A Teleducação nos tempos da internet*. In MELO, J. M. et al

(orgs.) *Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mário Kaplún*. São

Bernardo Campo: Cátedra UNESCO: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

BALLARA, Marcela. *Uma verdade incômoda: as crises entrecruzadas e seu impacto na educação, na saúde e no acesso aos alimentos*. In: ICAE DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO: "A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE MÚLTIPLA". 2009, Montevideo. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/M_Ballara-Uma_verdade_incomoda.PDF> Acesso em: 6 jun. 2011

BELLONI, Isaura; BELLONI, José Ângelo. *Questões e Propostas para uma Avaliação Institucional Formativa*. In: FREITAS, Luis Carlos de (org.). *Avaliação de escolas e universidades*. São Paulo: Komedi, 2003.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luzia Costa de. *Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BISSIO, Roberto. *Cumbres borrascosas*. **Agenda Global**, Montevideo, n. 169, set. 2010. Disponível em:<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Cumbres_borrascosas_Roberto_Bissio.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

BORDO, Adilson Aparecido. et al. **As diferentes abordagens do conceito de território**. [São Paulo?]: FCT/UNESP, [20--?]. Disponível em:<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Complementar-As_diferentes_abordagens_do_territorio_-_ADILSON_APARECIDO_BORDO_et_all.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro, de 2009. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Legislacao_/decreto_6755_Institui_a_Politica_Nacional_de_Formacao_de.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº3, de 2010. Disponível em:<
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Legislacao /Diretrizes Operacionais Resolucao 3.pdf>>
Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 6, de 2010. Disponível em:<
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Legislacao /Diretrizes Operacionais Parecer 6.pdf>>
Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério da Educação. **Documento base CONAE**. [Brasília]: MEC, 2010. Disponível em:
<<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Documentos de Pactuacao /Documento final Conae.pdf>> Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução/CD/FNDE nº 38, de 2009. Disponível em:
<<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Legislacao /Alimentacao esclar.pdf>> Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 69, de 2009. Disponível em:<
http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Legislacao /pnate_res069_29122009.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 51, de 2009. Disponível em: <
http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Legislacao /res051_16092009 PNLD EJA.pdf>
Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica**. [Brasília]: MEC. [2009?]. Disponível em:<
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Legislacao /Plano Nac Form Professores.pdf>> Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério da Educação. Portaria Normativa nº 9, de 2009. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Legislacao /port_normt_09_300609 Institui o Plano Nacional de Formacao dos. Professores da Educacao Basica.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério Da Educação. Secretaria De Educação Continuada, Alfabetização E Diversidade. **Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA**. Brasília, 2008. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/DOCUMENTO BASE NACIONAL PREPARATORIO a VI CONFINTEA.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA)**. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Margarida 4 CONFINTEA portugueses_final 1 .pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Coordenação Geral de Órgãos Colegiados. [Sem título]. [S.l.: s.n.], [20--?]14 slides. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Apresentacao_Institucional_CGOC2008_1_.ppt> Acesso em: 6 jun. 2011

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Oficina Territorial: Organização como Elemento da Gestão Social. [S.l.: s.n.], [20--?]. 9 slides. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Apresent_OficinaGestaoSocial_I.ppt> Acesso em: 6 jun. 2011

CARA, Daniel. A educação no federalismo brasileiro. [São Paulo]: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, [2010?]. 16 slides. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/ICAE-Unesco-Federalismo.ppt> Acesso em: 6 jun. 2011

CARRILLO, Alfonso Torres. Educación Popular y paradigmas emancipadores. **La Piragua**: Revista Latinoamericana de Educación y Política, Panamá, n.30, p.11-32, dez. 2009. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Educacion_Popular_y_paradigmas_emancipadores.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

CARTA de compromisso com a educação de jovens e adultos no Brasil. In: Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos, 2010. Brasília: Consed. **Carta...** Brasília: [s.n.], 2010. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Documentos_de_Pactuacao_/Carta_ao_Consed.doc> Acesso em: 6 jun. 2011

CARTA de compromisso da Agenda Territorial de desenvolvimento integrado de alfabetização e educação de jovens e adultos. Natal: [s.n.], 2008. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Documentos_de_Pactuacao_/CARTA_DE_COMPROMISSO_AT_Natal_2008.doc> Acesso em: 6 jun. 2011

CAUCUS da sociedade civil: Da retórica à ação coerente. In: CONFINTEA VI. 2009, Belém. [S.l.], Blog do FISC, 2009. Disponível em:<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/DA_RETORICA_A_ACAO_COERENTE.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

CTAR Group. A distance education alternative: work community/online learning. In LITTO F.M.&MARTHOS, B.R. (Orgs.) Distance learning in Brazil:Best Practices 2006.1.ed.-São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CURSO de Extensão m Gestão Social de Políticas Públicas de EJA. Incidência em políticas públicas de educação ao longo da vida. Recife: 2010. 12 slides. Disponível em:
<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/impactos_confiteas.pps> Acesso em: 6 jun. 2011

DIAS, Marcelo Miná. **Gestão social, participação política, conselhos e desenvolvimento deliberativo**. [Viçosa?]: DER/UFV, [20--?]. Disponível em:<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Complementar_-_Gestao_Social_Participacao_politica_Conselhos_e_desenvolvimento_deliberativo_-_MARCELO_MINA_DIAS.doc> Acesso em: 6 jun. 2011

ECCHER, Celita. Aprendizagem nas redes. [Montevideo]: ICAE, 2010. 52 slides.

Disponível em: <

http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/REDES_DE_INCIDENCIA_PARA_A_SEGUNDA_FEIRA_1.ppt> Acesso em: 6 jun. 2011

ECCHER, Celita. Complexo de governança global. [Montevideo]: ICAE, 2010. 23 slides.

Disponível

em:<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/complejogovernanza_port_2.ppt

> Acesso em: 6 jun. 2011

ELEMENTOS e princípios da gestão social. [S.l.: s.n.], [20--?] 1 slide. Disponível em:<

http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/APRESENTACAO_CICLO_DA_GESTAO_SOCIAL_Resumo.ppt> Acesso em: 6 jun. 2011

GRZYBOWSKI, Cândido. Mudar mentalidades e práticas: um imperativo. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo; ed. 27, out. 2009. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Mudar_mentalidades_e_praticas_um_imperativo.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

HADDAD, Sérgio. A **participação da sociedade civil brasileira na educação de jovens e adultos e na CONFINTEA VI**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 41, Ago. 2009. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/A_participacao_da_sociedade_civil_na_VI_Confinteia_Se.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

INCIDÊNCIA e ativismo: campanhas de acompanhamento. [São Paulo]: Campanha Nacional pelo Direito à Educação, [2010?]. 31 slides. Disponível

em:<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/ICAE-Unesco_Daniel_Cara.ppt>

Acesso em: 6 jun. 2011

INTERNATIONAL COUNCIL FOR ADULT EDUCATION. [Educacion para la Inclusion]. Montevideo: [20--]. Disponível em: <

http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Educacion_para_la_Inclusion.pdf>

Acesso em: 6 jun. 2011

IRELAND, Timothy; SPEZIA, Carlos. **Marco de ação de Belém**. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2010. Disponível em: <

http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Belem_Framework_Final_ptg.pdf>

Acesso em: 6 jun. 2011

JESUS, Janaína de. **Encontro Preparatório à VI CONFINTEA Região Centro-Oeste**.

Cuiabá: MEC/ SECAD, 2008. 53 slides. Disponível em:<

http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Diagnosticos_Regionais_CO_NE/Diagnostico_Regiao_Centro-Oeste.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

JESUS, Janaína de. Encontro regional de educação de jovens e adultos - pró VI CONFINTEA diagnóstico da educação de jovens e adultos – Região Nordeste. Salvador: [s.n.], 2008. 60 slides. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Diagnosticos_Regionais_CO_NE/Diagnostico_Regional_Nordeste_Final.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

JESUS, Janaina. Indicadores de EjaI, mecanismos de participação e caminhos conjuntos para o exercício da persuasão necessária para o fortalecimento da EJA no Brasil...[S.l.: s.n.], 2010. 24 slides. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Janaina_slides.ppt> Acesso em: 6 jun. 2011

JIMÉNEZ, Javier. Arejar a Casa, Algumas Mudanças Inadiáveis. In: ICAE DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO: "A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE MÚLTIPLA". 2009, Montevideo. Disponível em: <

http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/JavierJimenez-Arejar_a_casaalgumas_mudancas_inadiaveis.PDF> Acesso em: 6 jun. 2011

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na America Latina**: o debate adiado. São Paulo: Cortez Editora; Brasília: UNESCO, 2000. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Complementar_-_Desigualdade_na_America_Latina_-_BERNARADO_KLIKSBERG.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

LEITE, Denise. *Reformas universitárias: avaliação institucional participativa*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIMA, Licínio C. **Aprendizagem? Que aprendizagem?** In: ICAE DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO: "A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE MÚLTIPLA". 2009, Montevideo. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Licinio_Lima_Que_aprendizagem.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

LOPES, Ruth Gonçalves de Faria. Los procesos formativos en la educación superior a distancia: estudio de una experiencia docente de construcción coletiva. Tese de Doutorado. Universidad Nacional de Educacion a Distancia (UNED), Madrid, 2009.

MACHADO, Maria Margarida. A atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de Educação de Jovens e Adultos: "o saber de experiência feito" Camões e Paulo Freire!!!. In: Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, IX. 2007, Faxinal do Céu, PR. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Margarida_3_Texto_IX_ENEJA.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

MACHADO, Maria Margarida. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96**: a possibilidade de constituir-se como política pública.[S.l.: s.n.], [2009?]. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Margarida_5_Texto_2_-_EJA_pos_LDB.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

MUÑOZ, Vernor. [Sem título]. In: ICAE DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO: "A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE MÚLTIPLA". 2009, Montevideo. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Contribuicao_ao_seminario_virtual_do_ICAE.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

MUÑOZ, Vernor. **Educación sexual, derecho humano**: La piedra y el viento. El derecho humano a la educación sexual integral .Prólogo de Moriana Hernández. Montevideo: CLADEM, 2010. Disponível em: <

http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/LA_PIEDRA_Y_EL_VIENTO1.pdf>

Acesso em: 6 jun. 2011

PAIVA, Jane. A construção coletiva da política de EJA no país. [S.l.: s.n.], [2009?].

Disponível

em:<[http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Margarida_6_ArtigoJanePaiva.p](http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Margarida_6_ArtigoJanePaiva.pdf)

[df](http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Margarida_6_ArtigoJanePaiva.pdf)> Acesso em: 6 jun. 2011

PAREDES, Antônio Bento Pereira. et al. **Território, organização social e sustentabilidade de populações indígenas.** [Campo Grande]: UCDB, [20--?]

Disponível em:<

http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Complementar_-_Territorio_organizacao_social_sustentabilidade_populacoes_indigenas_PAREDESet.all.pdf>

Acesso em: 6 jun. 2011

PAZ, Rosângela. Os desafios atuais da participação popular. [S.l.: s.n.], 2007. 30 slides.

Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Participacao_e_Controle_social_3_pt

[pt](http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Participacao_e_Controle_social_3_pt)> Acesso em: 6 jun. 2011

PEREIRA, Eva Waisros. Formação de Professores a Distância: Experiências Brasileiras. Tese de Doutorado. Universidade Aberta de Portugal, 2002.

PHANEM, Tolba. A Canção dos Homens. [S.l.: s.n.], [20--?] 4 slides. Disponível em:<

http://www.forumeja.org.br/files/a_cancao_dos_homens_0.ppt> Acesso em: 6 jun. 2011

PONTUAL, Pedro. Desafios à construção da democracia participativa no Brasil: a prática dos conselhos de gestão das políticas públicas. **Cadernos da Cidade**, Porto Alegre, v.12, n.14, 2008. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Desafios_a_construcao_da_democracia_participativa_no_Brasil.pdf

[pdf](http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Desafios_a_construcao_da_democracia_participativa_no_Brasil.pdf)> Acesso em: 6 jun. 2011

PONTUAL, Pedro. Educação Popular e incidência em Políticas Públicas. In: Reunião Anual da ANPED, 33., 2010, Caxambu. **Resumo...** Caxambu: ANPED, 2010. Disponível em:

<http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Educacao_Popular_e_incidencia_em_Politiclas_Publicas.pdf

[pdf](http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Educacao_Popular_e_incidencia_em_Politiclas_Publicas.pdf)> Acesso em: 6 jun. 2011

POTÊNCIA de 10: Do micro ao macrocosmo. Reorganizado por Ricardo Lyra. [S.l.: s.n.], [20--?]. 68 slides. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/files/DoMacroaoMicro.pps> > Acesso em: 6 jun. 2011

PROCESSO preparatório: Confitea VI. [Montevideo]: ICAE, [2009?]. 16 slides.

Disponível em:<

http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/preparatorio_da_confitea.pps>

Acesso em: 6 jun. 2011

REIS, Renato Hilário dos. A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos. Tese de doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/reis.pdf>

> Acesso em: 6 jun. 2011

RUIZ, Luis M. EL PARADIGMA DEL SUMAK KAUSAY O BUEN VIVIR. São Paulo, fev. 2010. 14 slides. Disponível em:<
http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/EL_PARADIGMA_DEL_SUMAK_KAUSAY_O_BUEN_VIVIR.ppt> Acesso em: 6 jun. 2011

SABBAH, Refaat. [Sem título]. In: ICAE DEBATE SOBRE A EDUCAÇÃO: "A EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA CRISE MÚLTIPLA". 2009, Montevideo. Disponível em:<
http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/A_EDUCACAO_NO_CONTEXTO_DA_CRISE_MULTIPLA.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

SALES, Luís Gustavo de Lima. et al. O território como um dos conceitos-chave para o entendimento da relação sociedade/natureza. In: ENCONTRO DA ANPPAS, III.,2006, Brasília. **Paper...** Brasília,2006. Disponível em:<
http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Complementar_-_O_Territorio_como_um_dos_Conceitos_Chave_SALES_et.all.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

SANTOS, Catarina. A expansão da educação superior rumo à expansão do capital: interfaces com a educação a distância. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SAUL, Ana Maria. Avaliação Participante – Uma abordagem crítico-transformadora. In:RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Secretaria Nacional de Articulação Social. **Conferências nacionais realizadas (1941 - 2010)**. [S.l.: s.n.], [20--?]. Disponível em: <
http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Conselhos_Comissoes_Conferencias_Nacionais_CONFERENCIAS_NACIONAIS_REALIZADAS_1941_-_2010_.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Secretaria Nacional de Articulação Social. **Conselhos Nacionais**. [S.l.: s.n.], [20--?]. Disponível em: <
http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/5/Conselhos_Comissoes_Conferencias_Nacionais_Consehos_e_Comissoes_Nacionais_OUT2010.pdf> Acesso em: 6 jun. 2011

SEN, Gita. O que é advocacy? In: Seminário Internacional “Mulheres em movimento pelo direito à educação”. 2008, Montevidéo. **Exposição...** Montevidéo: GEO/ICAE, 2008. Disponível em:<
http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Gita_Sen_O_que_e_advocacy.PDF> Acesso em: 6 jun. 2011

SOUZA, A. M. de, FIORENTINI, L. M. R. e RODRIGUES, A. M. (orgs). Educação superior a distância: Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR). Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Editora da Universidade de Brasília, 2010.

SPEZIA, Carlos. Relatório Global sobre Aprendizagem e Educação de Adultos. Brasília: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2010. 156p. Disponível em:< <http://www.unesco.org/pt/confinteavi/grale>> Acesso em: 6 jun. 2011

USSENE, Valerio. Lições aprendidas antes e depois de CONFITEA VI e FISC. [Belém]: [2009?]. 5 slides. Disponível em:<



http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Licoes_aprendidas_Valerio.pps>

Acesso em: 6 jun. 2011

VIEIRA, Maria Clarisse. Memória, História e Experiência: trajetórias de educadores Jovens e Adultos no Brasil. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.



ANEXOS



ANEXO 1- Programação Encontro Presencial Módulo II – Turma 1



Universidade de Brasília – UnB Faculdade de Educação – FE Departamento de Planejamento e Administração - PAD
Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA
Parceria UnB-MEC/SECAD-MDA-UNESCO/ICAE

Módulo II: Incidência em políticas públicas de educação ao longo da vida - Turma 1 - 11-15 Outubro 2010- Recife

HORÁRIO	SEGUNDA 11	TERÇA 12	QUARTA 13	QUINTA 14	SEXTA 15
8.30 – 10.30	-Abertura e apresentação do programa do curso Elaine Filomena Chagas Cáceres - MEC Ruth Gonçalves de Faria Lopes - UNB Timothy Ireland - UNESCO Celita Eccher – ICAE - Apresentação de participantes e expectativas - Apresentação dos objetivos e do programa de trabalho Módulo II Cecilia Fernández	Novos paradigmas Pedro Pontual	Incidência e ativismo: Campanhas de acompanhamento (Confintea)- Lições aprendidas Daniel Cara	Interseccionalidade de temas e agendas Cecilia Fernández Lições aprendidas no caminho para e depois da CONFINTEA - FISC Celita Eccher Valerio Ussene	Papel dos Fóruns- Conquistas e limitações Indicadores de EJA no Brasil e mecanismos de participação Margarida Machado
10.30 – 10.45	Café				
10.45 – 12.30	No marco do processo preparatório da CONFINTEA VI: Espaços de governança global, regional- Nações Unidas e outros atores globais - Celita Eccher	Governos da América Latina/Democracia Participativa/limites e possibilidades Pedro Pontual	Relação entre o nacional e o estadual Relação entre o executivo-legislativo e judicial – Daniel Cara	Agenda global e agenda local Celita Eccher – Cecilia Fernández - Valerio Ussene	Construindo uma agenda de advocacy nacional Margarida Machado
12.30 – 14.00	Almuerzo				
14.00-15.30	As CONFINTEAs e os impactos no âmbito nacional (Os Fóruns EJA e o documento brasileiro) Timothy Ireland	Educação ao longo de toda a vida – Educação Popular Pedro Pontual	Marco dos Direitos Humanos – DESC – Direito à educação Experiência da relatoria do direito à educação no Brasil Denise Carreira	Apresentação sobre Controle Social – Monitoramento – Acompanhamento Atila Roque INESC	Continuação Construindo uma agenda de advocacy nacional Margarida Machado
15.30 – 15.45	Café				
15.45 – 17.30	ESTADO e SOCIEDADE CIVIL – Definições e papel de cada um. Organizações da sociedade civil – Redes - Pedro Pontual	O que é ADVOCACY? Estratégias e ferramentas de advocacy Celita Eccher - Cecilia Fernández	Continuação	Apresentação geral Experiência do Social Watch no Brasil – Atila Roque - INESC	Avaliação do curso



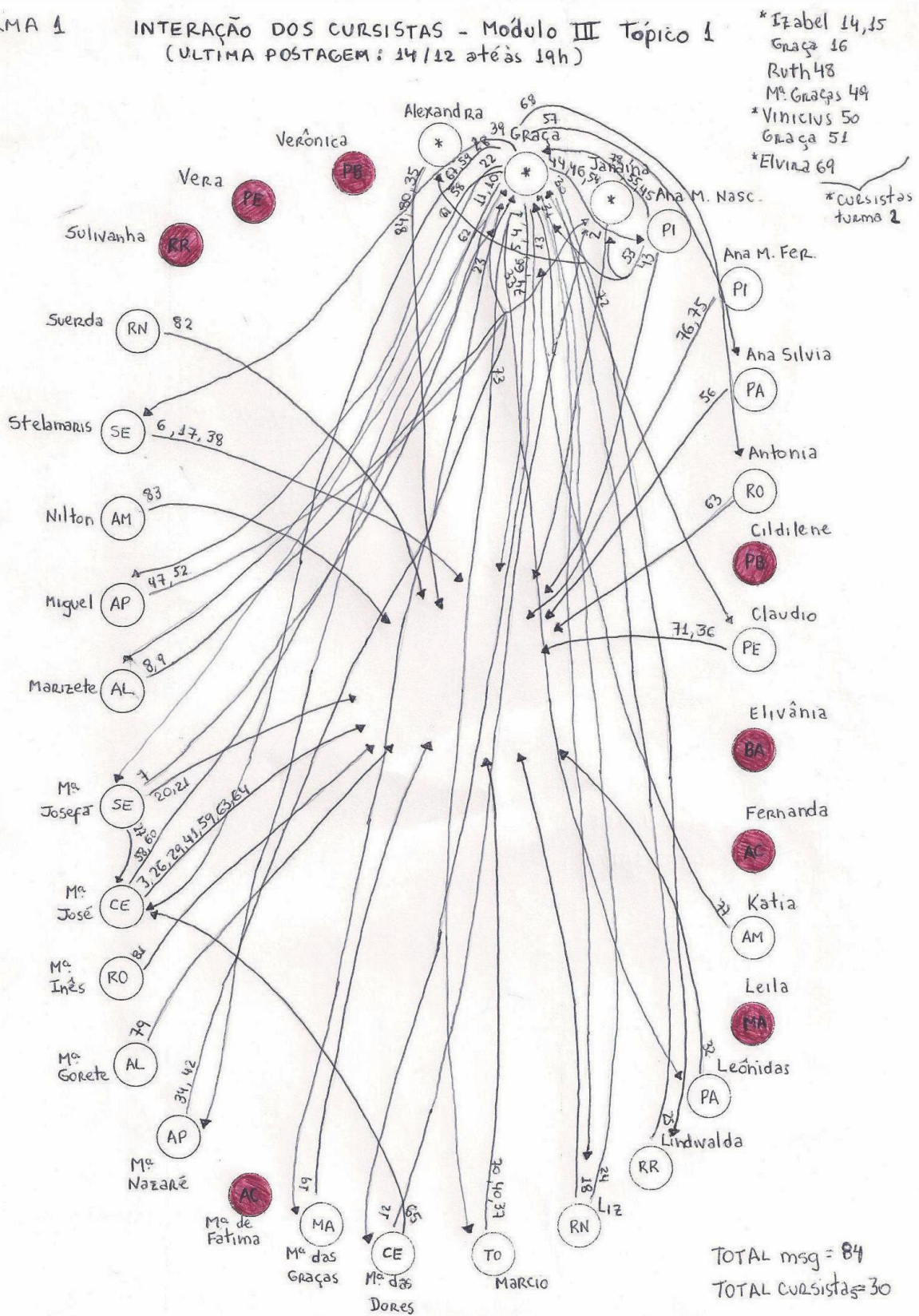
ANEXO 2- Programação Encontro Presencial Módulo II – Turma 2

Universidade de Brasília – UnB Faculdade de Educação – FE Departamento de Planejamento e Administração - PAD
Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA Parceria UnB-MEC/SECAD-MDA-UNESCO/ICAE
Módulo II: Incidência em políticas públicas de educação ao longo da vida
Turma 2 8-12 Novembro 2010 – Brasília

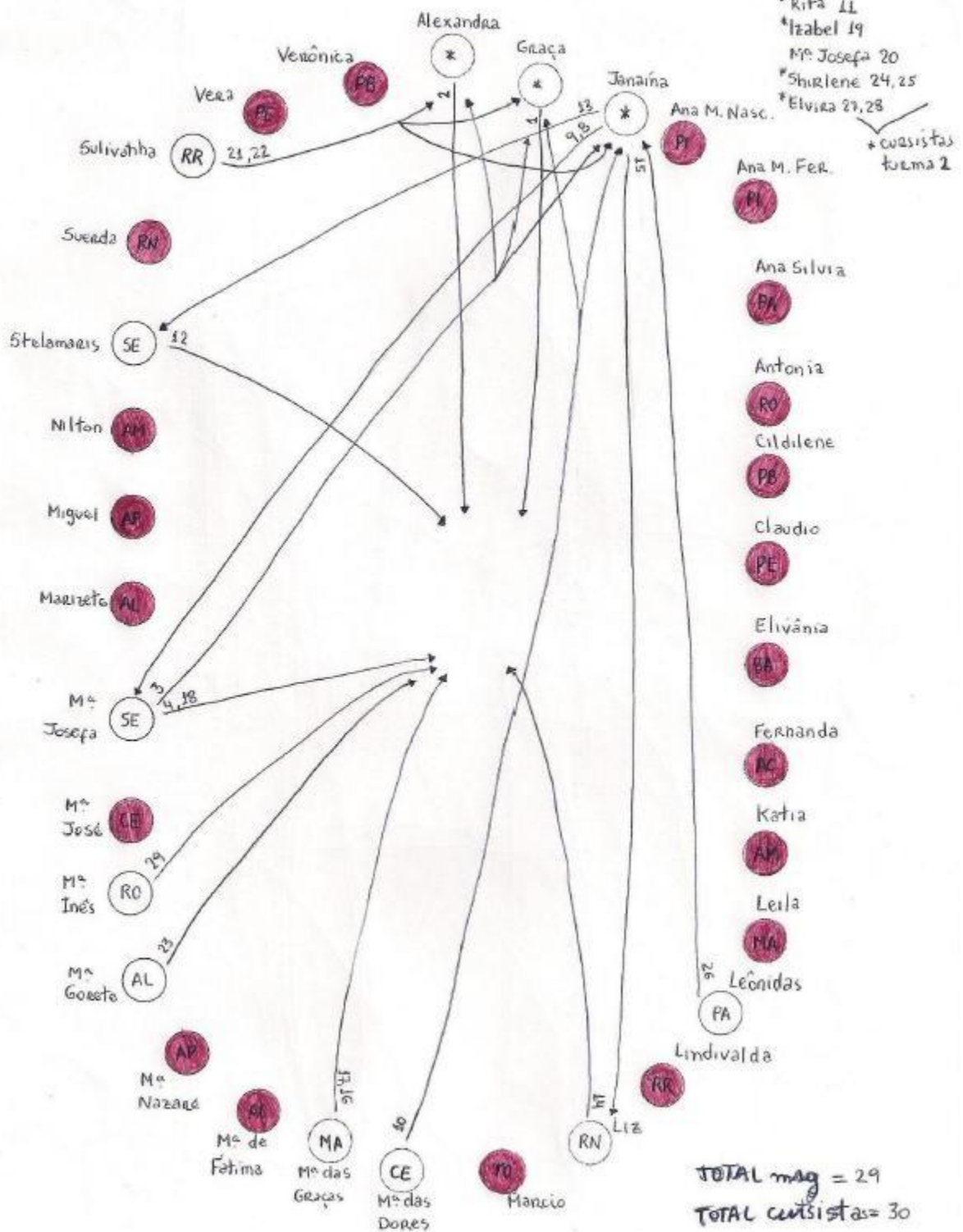
HORÁRIO	SEGUNDA 8/11	TERÇA 9/11	QUARTA 10/11	QUINTA 11/11	SEXTA 12/11
8.30 – 10.30	- Abertura e apresentação do programa do curso <i>Jorge Teliz, MEC</i> <i>Ruth Gonçalves de Faria Lopes, UnB</i> <i>Timothy Ireland, UNESCO</i> <i>Cellita Eccher, ICAE</i> - Apresentação de participantes e expectativas - Apresentação dos objetivos e do programa de trabalho Módulo II <i>Nicole Bidegain, ICAE</i>	Novos paradigmas <i>Pedro Pontual, CEAAL</i>	Incidência e ativismo: Campanhas de acompanhamento (Confinteia) Lições aprendidas <i>Daniel Cara, Campanha Nacional pelo Direito a Educação</i>	Interseccionalidade de temas e agendas <i>Celita Eccher e Nicole Bidegain, ICAE</i>	Indicadores de EJA no Brasil e mecanismos de participação <i>Janaína Cristina de Jesus</i>
10.30 – 10.45	Café				
10.45 – 12.30	No marco do processo preparatório da CONFINTEA VI: Espaços de governança global, regional. Nações Unidas e outros atores globais <i>Cellita Eccher, ICAE</i>	Governos da América Latina. Democracia Participativa, limites e possibilidades <i>Pedro Pontual, CEAAL</i>	Relação entre o nacional e o estadual Relação entre o executivo, legislativo e judicial <i>Daniel Cara</i>	Marco dos Direitos Humanos e justiciabilidade do direito à educação <i>Camila Crosso, CLADE</i>	Painel de debate: Papel dos Fóruns EJA, conquistas e limitações <i>Janaína Cristina de Jesus, Leila de Jesus e Timothy Ireland</i>
12.30 – 14.00	Almuerzo				
14.00-15.30	As CONFINTEAs e os impactos no âmbito nacional (Os Fóruns EJA e o documento brasileiro) <i>Timothy Ireland, UNESCO</i>	Educação ao longo de toda a vida e Educação Popular <i>Pedro Pontual, CEAAL</i>	Continuação Relação entre o nacional e o estadual Relação entre o executivo, legislativo e judicial <i>Daniel Cara</i>	Lições aprendidas na incidência a nível nacional e regional pelo direito à educação e no caminho para e depois da CONFINTEA e FISC <i>Camila Crosso, CLADE</i>	Debate sobre agenda de advocacy dos Fóruns EJA no futuro <i>Timothy Ireland</i>
15.30 – 15.45	Café				
15.45 – 17.30	ESTADO e SOCIEDADE CIVIL Definições e papel de cada um. Organizações da sociedade civil e Redes <i>Pedro Pontual, CEAAL</i>	O que é ADVOCACY? Estratégias e ferramentas de advocacy <i>Celita Eccher, Nicole Bidegain</i>	O que é Monitoramento? <i>Nicole Bidegain</i> Apresentação geral Experiência do Social Watch no Brasil <i>Atila Roque, INESC</i>	A construção permanente de uma rede <i>Camila Crosso, CLADE</i>	Avaliação do curso

ANEXO 3- Acompanhamento interatividade nos Fóruns

TURMA 1

INTERAÇÃO DOS CURSISTAS - Módulo III Tópico 1
(ULTIMA POSTAGEM: 14/12 até às 19h)

TURMA 1

INTERAÇÃO DOS CURSISTAS - Módulo III Tópico 2
(ÚLTIMA Postagem: 14/10 até às 17h)



Módulo III

PERÍODO: 16 a 05 / 12/ 2010

Fórum da Turma 2 do Curso GSPE-EJA Espaço de Interação com a Tutora

Juliana Alves de Araújo Bottechia

Alunos: 28

Professoras: 2 Tutora: 1 Módulo pesquisado: Fórum de Interação com a Tutora

Mensagens da tutora de incentivo: 12 Mensagens de orientação das professoras:

- a) Tópico 1: G14, J3, Ju4 e R1
- b) Respostas dos alunos: 11 alunos em 14 mensagens
- c) Tópico 2: J2, G14, Ju2 e R1
- d) Respostas dos alunos: 5 alunos em 7 mensagens Mensagens

administrativas da tutora: 9

- a) Interação: Ju 10
- b) Respostas dos alunos: 3 alunos em 4 mensagens

Justificativas devido ao trabalho: 7 (mensagens e postagens)

Outras justificativas: 1 óbito na família 1 perdeu acesso 1 ainda não conseguiu acessar

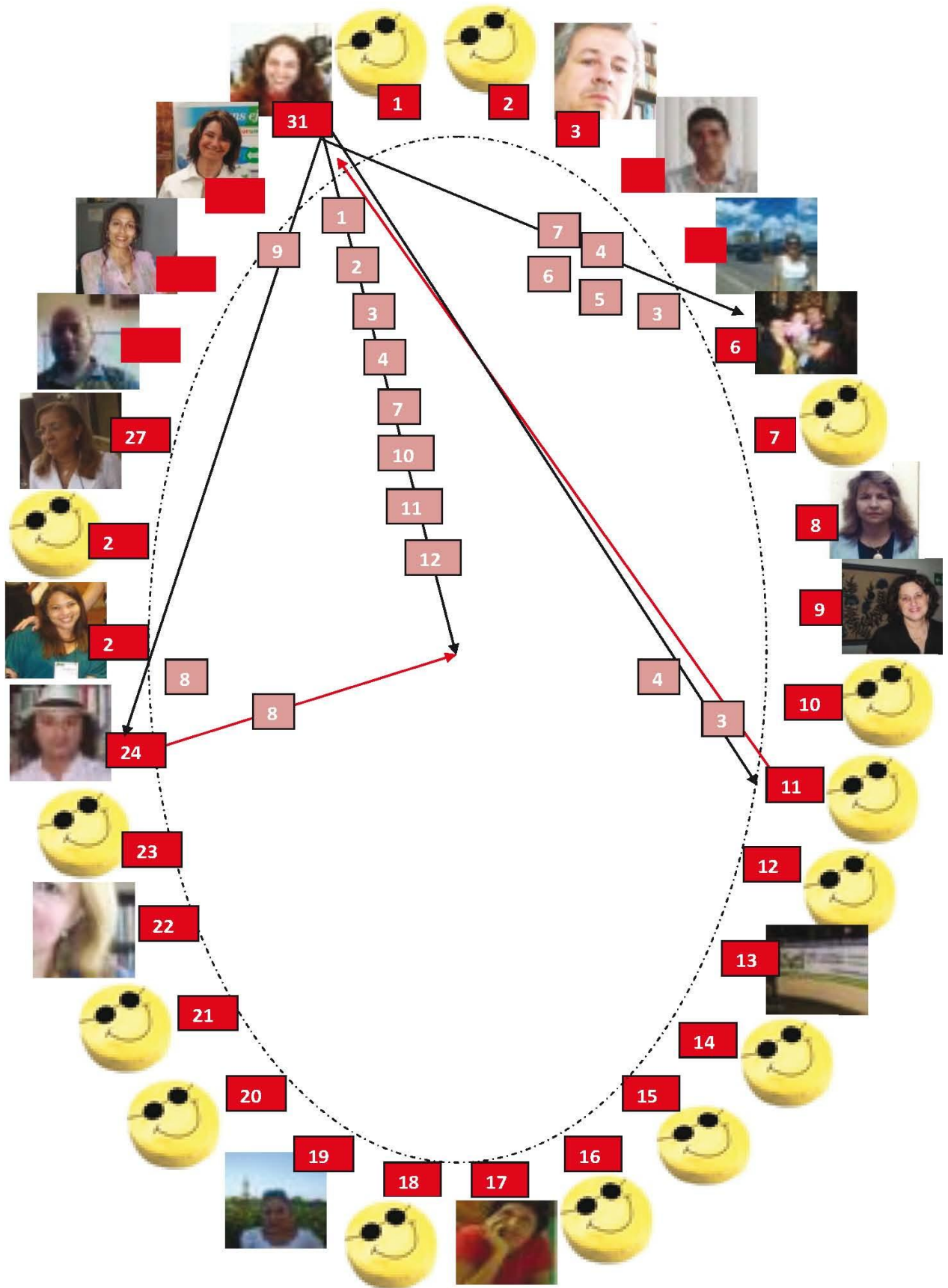
Considerações: O tempo disponível para estes alunos participarem é muito restrito no dia a dia e o período disponibilizado para este Módulo III foi curto, tanto assim a opção para Interação foi, diariamente, de incentivá-los nas leituras para que se apropriassem dos conhecimentos e encaminhá-los aos Tópicos de Discussão da Turma 2 para socializar suas reflexões e ampliar a partir das intervenções dos colegas de turma e das professoras responsáveis. Desta forma, obteve-se uma boa participação nos Tópicos de Discussão, sem sobrecarregar com mais um tópico de entrada obrigatória e as reflexões finais ainda estão sendo postadas.



1.	MG	ANALISE DE JESUS DA SILVA
2.	PI	ANTONIO FERREIRA DE SOUSA SOBRINHO
3.	MT	ANTÔNIO MARCOS PASSOS DE MATTOS
4.	PB	BRENO TRAJANO DE ALMEIDA
5.	RO	CHIRLANE NOBRE BELO
6.	ES	CUSTODIO JOVÊNCIO BARBOSA FILHO
7.	BA	EDITE MARIA DA SILVA DE FARIA
8.	RN	ELMA TEIXEIRA GADELHA
9.	TO	ELVIRA NOREDINA GEMELLI HERBERTS
10.	RS	EVERTON FÊRRÊR DE OLIVEIRA
11.	DF	JOSÉ EDILSON RODRIGUES DA FONSECA
12.	SE	JOSE GENIVALDO MATIRES
13.	AL	JOSÉ RUBENS SILVA LIMA
14.		LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO
15.	MA	MÁRCIA GARDÊNIA FÉLIX DE SOUZA
16.	GO	MARCIA PEREIRA MELO
17.	AC	MARIA AUGUSTA BEZERRA ROSAS VERÇOSA
18.	BA	MARIA DE FÁTIMA MOTA URPIA
19.	AM	MARIA DO CARMO SIMÕES PACHECO
20.	MS	MARIA JOANA DURBEM MARECO
21.	PE	MÍRIAN PATRICIA BURGOS
22.	PR	NEURA MARIA WEBER MARON
23.	PA	RAFAELA DIAS PIRES
24.	SC	RAMIRO MARINHO COSTA
25.	CE	RITA DE CÁSSIA LIMA ALVE
26.	RJ	SANDRA REGINA CARDOSO DE BRITO
27.	AP	SHIRLENE DA SILVA CORREIA
28.	SP	VINICIUS XAVIER ZAMMATARO

SUJEITOS

29 -JANAINA CRISTINA DE JESUS (professora) 30 -MARIA DAS GRAÇAS CORREIA
(professora) 31 -JULIANA ALVES DE ARAÚJO BOTTECHIA (tutora)

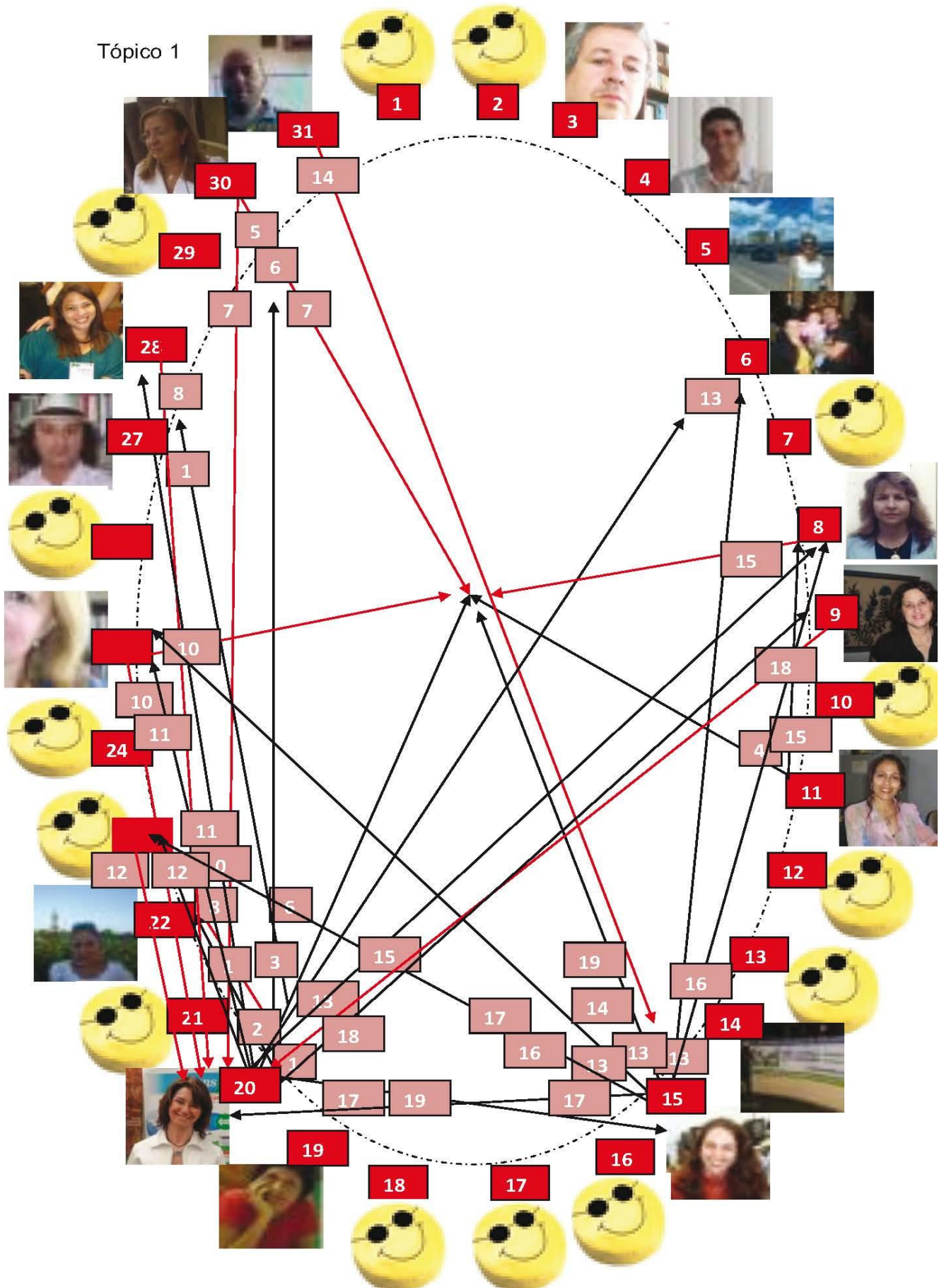


1.	MG	ANALISE DE JESUS DA SILVA
2.	PI	ANTONIO FERREIRA DE SOUSA SOBRINHO
3.	MT	ANTÔNIO MARCOS PASSOS DE MATTOS
4.	PB	BRENO TRAJANO DE ALMEIDA
5.	RO	CHIRLANE NOBRE BELO
6.	ES	CUSTODIO JOVÊNCIO BARBOSA FILHO
7.	BA	EDITE MARIA DA SILVA DE FARIA
8.	RN	ELMA TEIXEIRA GADELHA
9.	TO	ELVIRA NOREDINA GEMELLI HERBERTS
10.	RS	EVERTON FÊRRÊR DE OLIVEIRA
11.	Professora	JANAINA CRISTINA DE JESUS
12.	DF	JOSÉ EDILSON RODRIGUES DA FONSECA
13.	SE	JOSE GENIVALDO MATIRES
14.	AL	JOSÉ RUBENS SILVA LIMA
15.	Tutora	JULIANA ALVES DE ARAÚJO BOTTECHIA
16.	RR	LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO
17.	MA	MÁRCIA GARDÊNIA FÉLIX DE SOUZA
18.	GO	MARCIA PEREIRA MELO
19.	AC	MARIA AUGUSTA BEZERRA ROSAS VERÇOSA
20.	Professora	MARIA DAS GRAÇAS CORREIA
21.	BA	MARIA DE FÁTIMA MOTA URPIA
22.	AM	MARIA DO CARMO SIMÕES PACHECO
23.	MS	MARIA JOANA DURBEM MARECO
24.	PE	MÍRIAN PATRICIA BURGOS
25.	PR	NEURA MARIA WEBER MARON
26.	PA	RAFAELA DIAS PIRES
27.	SC	RAMIRO MARINHO COSTA
28.	CE	RITA DE CÁSSIA LIMA ALVE
29.	RJ	SANDRA REGINA CARDOSO DE BRITO
30.	AP	SHIRLENE DA SILVA CORREIA
31.	SP	VINICIUS XAVIER ZAMMATARO

Módulo III PERÍODO: 16 a 05 / 12/ 2010 -Fórum da Turma 2 do Curso GSPE-EJA

Considerações: O tempo disponível para estes alunos participarem é muito restrito no dia a dia e o período disponibilizado para este Módulo III foi curto, tanto assim a opção para Interação foi, de diariamente, incentivá-los nas leituras para que se apropriassem dos conhecimentos e encaminhá-los aos Tópicos de Discussão da Turma 2 para socializar suas reflexões e ampliar a partir das intervenções dos colegas de turma e das professoras responsáveis. Desta forma, obteve-se uma boa participação nos Tópicos de Discussão, sem sobrecarregar com mais um tópico de entrada obrigatória e as reflexões finais ainda estão sendo postadas. Justificativas de atraso: trabalho: 7, óbito na família: 1, perdeu acesso: 1, sem acesso: 1

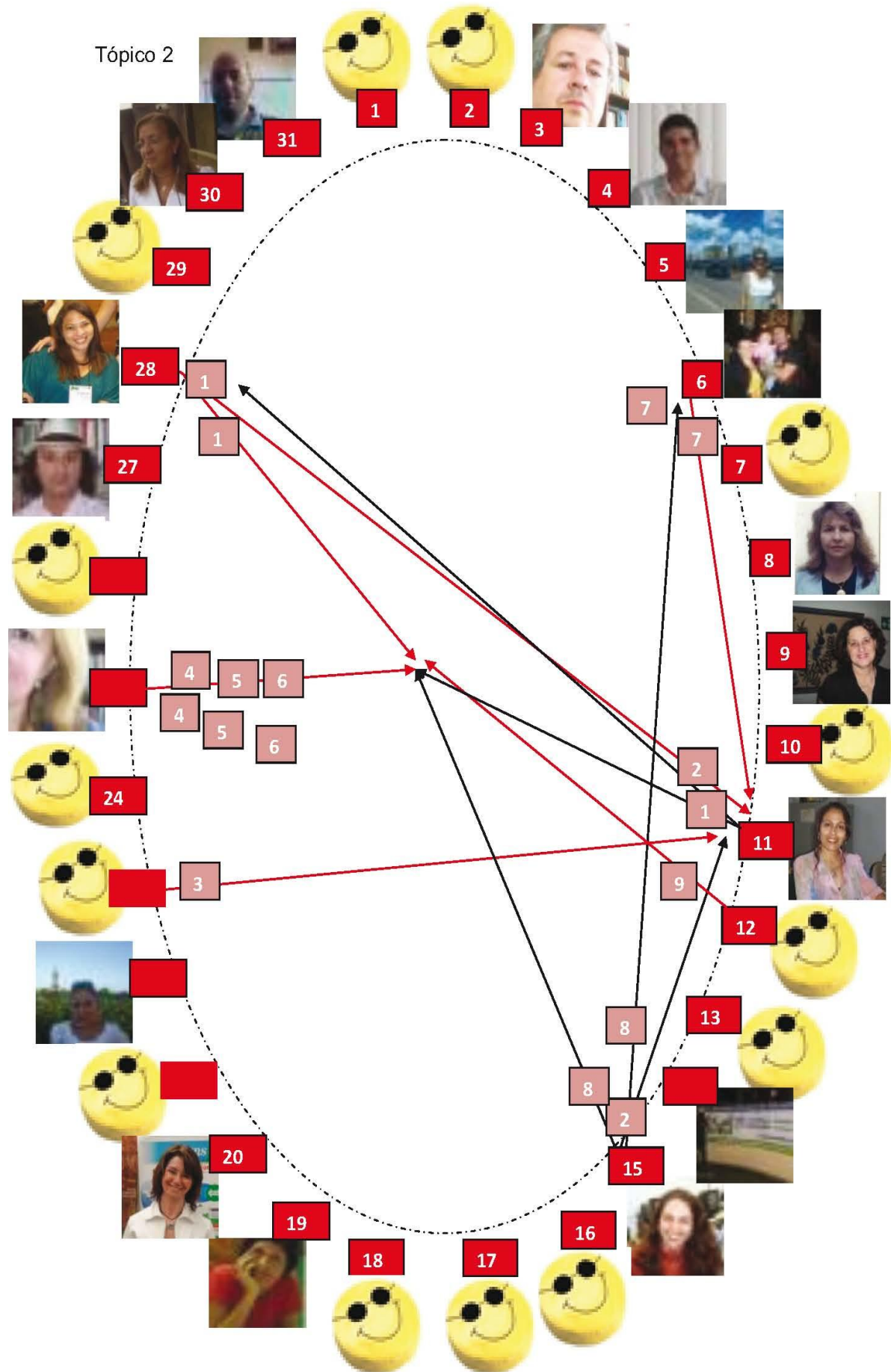
Tópico 1



1.	MG	ANALISE DE JESUS DA SILVA
2.	PI	ANTONIO FERREIRA DE SOUSA SOBRINHO
3.	MT	ANTÔNIO MARCOS PASSOS DE MATTOS
4.	PB	BRENO TRAJANO DE ALMEIDA
5.	RO	CHIRLANE NOBRE BELO
6.	ES	CUSTODIO JOVÊNCIO BARBOSA FILHO
7.	BA	EDITE MARIA DA SILVA DE FARIA
8.	RN	ELMA TEIXEIRA GADELHA
9.	TO	ELVIRA NOREDINA GEMELLI HERBERTS
10.	RS	EVERTON FÊRRÊR DE OLIVEIRA
11.	Professora	JANAINA CRISTINA DE JESUS
12.	DF	JOSÉ EDILSON RODRIGUES DA FONSECA
13.	SE	JOSE GENIVALDO MATIRES
14.	AL	JOSÉ RUBENS SILVA LIMA
15.	Tutora	JULIANA ALVES DE ARAÚJO BOTTECHIA
16.	RR	LEILA SOARES DE SOUZA PERUSSOLO
17.	MA	MÁRCIA GARDÊNIA FÉLIX DE SOUZA
18.	GO	MARCIA PEREIRA MELO
19.	AC	MARIA AUGUSTA BEZERRA ROSAS VERÇOSA
20.	Professora	MARIA DAS GRAÇAS CORREIA
21.	BA	MARIA DE FÁTIMA MOTA URPIA
22.	AM	MARIA DO CARMO SIMÕES PACHECO
23.	MS	MARIA JOANA DURBEM MARECO
24.	PE	MÍRIAN PATRICIA BURGOS
25.	PR	NEURA MARIA WEBER MARON
26.	PA	RAFAELA DIAS PIRES
27.	SC	RAMIRO MARINHO COSTA
28.	CE	RITA DE CÁSSIA LIMA ALVE
29.	RJ	SANDRA REGINA CARDOSO DE BRITO
30.	AP	SHIRLENE DA SILVA CORREIA
31.	SP	VINICIUS XAVIER ZAMMATARO

Módulo III PERÍODO: 16 a 05 / 12/ 2010 -Fórum da Turma 2 do Curso GSPE-EJA

Considerações: O tempo disponível para estes alunos participarem é muito restrito no dia a dia e o período disponibilizado para este Módulo III foi curto, tanto assim a opção para Interação foi, de diariamente, incentivá-los nas leituras para que se apropriassem dos conhecimentos e encaminhá-los aos Tópicos de Discussão da Turma 2 para socializar suas reflexões e ampliar a partir das intervenções dos colegas de turma e das professoras responsáveis. Desta forma, obteve-se uma boa participação nos Tópicos de Discussão, sem sobrecarregar com mais um tópico de entrada obrigatória e as reflexões finais ainda estão sendo postadas. Justificativas de atraso: trabalho: 7, óbito na família: 1, perdeu acesso: 1, sem acesso: 1





ANEXO 4- Roteiro Orientador para elaboração de proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA – Módulo IV



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Educação - FE

Departamento de Planejamento e Administração - PAD

Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA

Parceria UnB-MEC/SECAD-MDA-UNESCO/ICAE

ROTEIRO ORIENTADOR PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA/ESTRATÉGIA DE AÇÃO EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EJA – MÓDULO IV

Prezado(a) Cursista,

Conforme já explicitado na orientação do Módulo IV, a atividade avaliativa deste módulo corresponderá à construção de uma proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA como síntese de suas leituras, reflexões, discussões e atividades desenvolvidas ao longo do Curso. Nesse sentido, será a sua contribuição efetiva para o Plano Estratégico da Agenda Territorial do Estado ao qual se vincula como representante da Agenda Territorial/Fórum de EJA, resultante de sua participação nesse processo formativo.

Este roteiro para a realização da referida atividade corresponde a essa intenção e tem como objetivo orientá-lo na construção da proposta/estratégia para o seu Estado, conjuntamente com seus colegas de sua Unidade Federada. Veja a organização dos grupos no Fórum de Discussão deste Módulo. Acesse o Tópico de seu Estado para a interação com seus colegas de grupo e suas orientadoras (professora e tutora). Resumidamente, a proposta deve conter:

- uma reflexão sobre os limites e possibilidades do Fórum Estadual ou Distrital e da Agenda de intervenção na realidade da EJA de seu Estado como espaços de construção de política pública para a EJA;
- uma análise reflexiva sobre o Diagnóstico da EJA no Estado, elaborado em 2008 no contexto das atividades preparatórias para a VI CONFINTEA, com proposição de estratégias de ação concreta para atualização do mesmo numa perspectiva intersetorial;
- o estabelecimento de metas para a EJA estadual ou distrital, considerando os dados e informações disponíveis e a serem construídos;
- a indicação de estratégias de ação nos âmbitos dos espaços de decisão dos poderes executivo, legislativo e dos movimentos sociais.

Consulte a Biblioteca Virtual dos Módulos I, II, III e, em particular, deste Módulo IV.

Estaremos juntos(as) nesse processo, até o dia 20 de dezembro.
Bom trabalho e aprendizagem!

Professoras Carmenísia, Catarina, Maria Clarisse e Ruth
Tutoras Alexandra e Juliana



1- Dados de identificação do(s) proponente(s):

1.1- Estado:

Informe a unidade federada dos proponentes.

1.2- Nome(s)

Informe o nome das pessoas que estão fazendo a proposta, esclarecendo, sobre cada uma, a função (gestor, fórum,...) e instituição que representa na Agenda/Fórum.

1.3- Informações para contato:

Informe telefones e e-mail do(s) proponente(s).

2- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital

Retome as reflexões dos módulos anteriores no que se refere ao Fórum Estadual ou Distrital de EJA e Agenda Territorial, apontando, com base em seus papéis, os limites e possibilidades dos mesmos na construção da política pública de educação de jovens e adultos, considerando estratégias já em curso.

Com base nos mapeamentos realizados no Módulo III, aponte aspectos positivos na composição do Fórum Estadual ou Distrital de EJA e da Agenda Territorial que possam favorecer ações voltadas à EJA, considerando o desenvolvimento sustentável de base territorial e destacando o que é necessário ser feito para que a composição do Fórum, da Agenda e do Conselho Estadual e Municipal (nas capitais) de Educação se torne mais plural e mais favorável ao atendimento das demandas sociais do público da EJA.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

Retome o Diagnóstico da EJA em seu Estado, elaborado em 2008, para desenvolver análise e propor estratégias para sua atualização com uma visão intersetorial. Consulte também os Diagnósticos Regionais.

a) Análise

- Desenvolva reflexões sobre alguns dos desafios colocados para a EJA: alfabetização e continuidade de estudos, articulação da oferta da EJA e educação profissional, formação docente, fontes de financiamento, intersectorialidade e qualidade da formação docente.
- Indique fontes de pesquisa sobre demanda de EJA, fontes de pesquisa sobre programas setoriais e fontes de pesquisa sobre base normativa para a EJA.

b) Estratégias para atualização do diagnóstico na perspectiva da intersectorialidade

- Exponha seu entendimento sobre desenvolvimento sustentável e a perspectiva da intersectorialidade nas ações de EJA.
- Proponha estratégias para atualização do diagnóstico (principais ações, parceiros, prazos...)

4- Metas para a EJA no Estado ou Distrito Federal a:

Com base em diagnósticos disponíveis e em documentos orientadores, estabeleça metas para a EJA em seu Estado. Busque apoio nos documentos de pactuação, documentos de referência, legislação e documentos sobre conselhos, comissões e conferências, indicados neste Módulo IV e disponibilizados na Biblioteca Virtual, bem como nas discussões e reflexões realizadas nos Módulos anteriores.

Metas são resultados previstos quantificados e delimitados no tempo, propostas a partir de diagnóstico e diretrizes para uma área específica.

a) curto prazo

Considerando a especificidade das ações de EJA, no âmbito desta atividade, considera-se curto prazo: um período de tempo que vai da ação imediata até 2 anos.

b) médio prazo

Médio prazo: de 3 a 5 anos.

c) longo prazo

Longo prazo: de 6 a 10 anos.

5- Estratégias de ação

A partir das metas que você estabeleceu, proponha estratégias de ação concreta, correspondente a cada período estabelecido, nos âmbitos dos poderes locais.

- Poder executivo, especialmente nos espaços de órgãos decisórios como os Conselhos de Educação e Conselhos Escolares, Conselho Fiscal do Fundeb, Conselhos de Saúde e outros;
- Poder legislativo, considerando, sobretudo, mecanismos com audiências públicas e ação popular.
- Movimentos sociais, mormente as ações que propiciam o fortalecimento do Fórum / Agenda de EJA.

6- Considerações Finais

Apresente suas considerações finais, reforçando pontos que julgue relevantes e apresentando perspectivas e expectativas em relação à proposta.

7- Referências

Apresentar, segundo normas da ABNT, as referências bibliográficas e documentais consultadas e utilizadas para a realização da atividade.

ANEXO 5- Lista dos Cursistas -Turma 1

Estado	Nome Cursista
PI	Ana Maria Bezerra do Nascimento
PI	Ana Maria Bezerra Ferreira
PA	Ana Sílvia de Souza Oliveira
RO	Antonia Szymczak
PB	Cidilene César de Andrade
PE	Cláudio Roberto Azevedo da Silva
BA	Elivânia Reis de Andrade Alves
AC	Fernanda Maria dos Santos Alves
AM	Katia Regina Menezes Mendes
MA	Leila de Jesus Tajra Assunção
PA	Leônidas dos Santos Martins
RR	Lindivalda Sales de Souza Feitosa
RN	Liz Araujo Lima
TO	Marcio Frota da Silva
CE	Maria das Dôres Ayres Feitosa
MA	Maria das Graças Santos Ferreira
AC	Maria de Fátima Miranda Lima
AP	Maria de Nazaré Ribeiro Soares
AL	Maria Gorete Rodrigues de Amorim
RO	Maria Inês Coelho Babiretzki
CE	Maria José Barbosa
SE	Maria Josefa de Menezes Almeida
AL	Marizete Maria de Melo Santos
AP	Miguel Arcanjo Caetano Victorino
AM	Nilton Carlos da Silva Teixeira
SE	Stelamaris Torres Melo
RN	Suerda Maria Nogueira do Nascimento
RR	Sulivanha Lira Souza
PE	Vera Alves Crispim Capucho
PB	Verônica Pessoa da Silva

**Anexo 6 – Lista de Cursistas -Turma 2**

Estado	Nome Cursista
MG	Analise de Jesus da Silva
PI	Antonio Ferreira de Sousa Sobrinho
MT	Antônio Marcos Passos de Mattos
PB	Breno Trajano de Almeida
RO	Chirlane Nobre Belo
ES	Custodio Jovêncio Barbosa Filho
BA	Edite Maria da Silva de Faria
RN	Elma Teixeira Gadelha
TO	Elvira Noredina Gemelli Herberts
RS	Everton Fêrrêr de Oliveira
SE	Izabel Cristina Santos da Silva
DF	José Edilson Rodrigues da Fonseca
AL	José Rubens Silva Lima
RO	Leila Soares de Souza Perussolo
MA	Márcia Gardênia Félix De Souza
GO	Márcia Pereira Melo
AC	Maria Augusta Bezerra Rosas Verçosa
BA	Maria de Fátima Mota Urpia
AM	Maria do Carmo Simões Pacheco
MS	Maria Joana Durbem Mareco
PE	Mírian Patrícia Burgos
PR	Neura Maria Weber Maron
PA	Rafaela Dias Pires
SC	Ramiro Marinho Costa
CE	Rita de Cássia Lima Alves
RJ	Sandra Regina Cardoso de Brito
AP	Shirlene da Silva Correia
SP	Vinicius Xavier Zammataro

ANEXO 7 – Lista de cursistas por região/estado que elaboraram proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA – Módulo IV

Região	Estado	Aluno
Norte	AC	Fernanda Maria dos Santos Alves
		Maria Augusta Bezerra Rosas Verçosa
	AM	Katia Regina Menezes Mendes
		Nilton Carlos da Silva Teixeira
		Maria do Carmo Simões Pacheco
	AP	Maria de Nazaré Ribeiro Soares
		Miguel Arcanjo Caetano Victorino
		Shirlene da Silva Correia
		Rafaela Dias Pires
	RO	Antonia Szymczak
		Maria Inês Coelho Babiretzki
		Chirlane Nobre Belo
		Leila Soares de Souza Perussolo
	RR	Lindivalda Sales de Souza Feitosa
		Sulivanha Lira Souza
	TO	Marcio Frota da Silva
		Elvira Noredina Gemelli Herberts
	Nordeste	AL
Marizete Maria de Melo Santos		
José Rubens Silva Lima		
BA		Elivânia Reis de Andrade Alves
		Edite Maria da Silva de Faria
CE		Maria das Dôres Ayres Feitosa
		Maria José Barbosa
		Rita de Cássia Lima Alves
MA		Leila de Jesus Tajra Assunção
		Maria das Graças Santos Ferreira
PE		Cláudio Roberto Azevedo da Silva
		Vera Alvescrispim Capucho
		Mírian Patrícia Burgos
PB		Cidilene César de Andrade
		Verônica Pessoa da Silva
		Breno Trajano de Almeida
PI		Ana Maria Bezerra do Nascimento
		Ana Maria Bezerra Ferreira
RN		Liz Araújo Lima
		Suerda Maria Nogueira do Nascimento
		Elma Teixeira Gadelha
SE	Maria Josefa de Menezes Almeida	
	Stelamaris Torres Melo	
	Izabel Cristina Santos da Silva	
Centro-oeste	DF	José Edilson Rodrigues da Fonseca
	MT	Antônio Marcos Passos de Mattos
	MS	Maria Joana Durbem Mareco
Sudoeste	SP	Vinicius Xavier Zammataro
	ES	Custodio Jovêncio Barbosa Filho
Sul	RS	Everton Fêrrêr de Oliveira
	SC	Ramiro Marinho Costa
	PR	Neura Maria Weber Maron



ANEXO 8 - FORMULÁRIO 1 – PERFIL DO CURSISTA E SUAS EXPECTATIVAS EM RELAÇÃO AO CURSO

Car@ Alun@,

Com o objetivo de traçar um perfil dos cursistas do **Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA**, bem como suas expectativas em relação ao curso, solicitamos, por gentileza, que você responda as questões a seguir

1. Qual a sua idade?

- a) Até 34 anos.
- b) De 35 a 41 anos
- c) De 42 a 48 anos
- d) De 49 a 55 anos
- e) De 55 a 62 anos
- f) Mais de 62 anos

2. Qual o seu sexo?

- a) Masculino
- b) Feminino

3. Qual é o seu maior nível de formação acadêmica?

- a) Ensino Fundamental
- b) Ensino Médio
- c) Graduação
- d) Pós-graduação *Lato Sensu*
- e) Mestrado
- f) Doutorado

4. Onde você utiliza o computador com mais frequência?

- a) Em casa.
- b) No trabalho
- c) Não utilizo

5. Indique seu domínio na área de informática

- a) Internet.
- b) Word, Excel e Internet.
- c) Nenhuma das alternativas acima.
- d) Além destes, outros mais específicos.

6. Você possui acesso à internet?

- a) Sim (acesso discado)
- b) Sim (acesso banda larga)
- b) Não

7. Você já participou de algum curso a distância?

- a) Não
- b) Sim. Indique a(s) tecnologia(s) utilizada(s):
 - () Internet
 - () TV
 - () Rádio
 - () Material Impresso
 - () Outra. Especifique:

8. Qual sua principal ocupação?

- a) Funcionário público da Administração direta ou indireta do Governo Federal, Estadual ou Municipal
- b) Empregado de empresa comercial, industrial, bancária, agrícola ou prestadora de serviço
- c) Sócio ou proprietário de empresa comercial, industrial, bancária, agrícola ou prestadora de serviço



- d) Trabalho remunerado por conta própria, com auxílio de parentes e/ou familiares
- e) Outros. Especifique: _____

9. Qual seu espaço de atuação em EJA?

- a) Membro das Comissões Estaduais da Agenda Territorial de EJA
- b) Membro da Comissão Distrital da Agenda Territorial de EJA
- c) Membro dos Fóruns Estaduais de EJA
- d) Membro do Fórum Distrital de EJA

10. Quanto tempo você atua na EJA?

- a) Até 1 ano
- b) Mais de 1 ano e até 2 anos
- c) Mais de 2 e até 5 anos
- d) Mais de 5 e até 10 anos
- e) Mais de 10 e até 15 anos
- f) Mais de 15 e até 20 anos
- g) Mais de 20 anos

11. Qual o motivo principal que o influenciou na escolha do curso?

- a) Porque desejo adquirir conhecimentos específicos sobre Gestão Social em Educação de Jovens e Adultos
- b) Porque necessito do curso para as atividades profissionais que exerço
- c) Outro. Especifique.

12. Qual sua principal expectativa em relação ao curso?



ANEXO 9 - FORMULÁRIO 2 – AVALIAÇÃO DO MÓDULO 1

Car@ Alun@,

Convidamos você para responder este questionário, o qual contém indicadores sobre o desenvolvimento do módulo que você realizou. O módulo 1 teve como objetivo **delimitar os marcos estratégicos das ações de EJA no contexto nacional**.

Você deve preencher a opção com os conceitos que você julgar mais adequado:

1 – INSUFICIENTE 2 – RUIM 3 – REGULAR 4 – BOM 5 – EXCELENTE

A. Quanto ao planejamento da webconferência, você considera que

1. Atendeu ao objetivo proposto
2. A carga horária da atividade foi adequada
3. A temática abordada foi relevante para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA

B. Quanto ao desenvolvimento da webconferência

4. Os tutores evidenciaram segurança na apresentação da temática do módulo
5. Os tutores fizeram uso de linguagem acessível para uma melhor compreensão da temática
6. Os tutores propiciaram a relação teoria e prática
7. Houve pontualidade no início e no término da atividade
8. Foram desenvolvidas estratégias que promoveram a interatividade dos cursistas com os tutores

C. Quanto ao seu desempenho e sua satisfação no módulo

9. Tive um bom nível de aproveitamento do módulo
10. Fiquei satisfeito(a) com o módulo

D. Este espaço está aberto para que você indique pontos positivos e pontos a serem melhorados no módulo:



ANEXO 10 - FORMULÁRIO 3 – AVALIAÇÃO DO MÓDULO 2

Car@ Alun@,

Convidamos você para responder este questionário, o qual contém indicadores sobre o desenvolvimento do módulo que você realizou. O módulo 2 teve como objetivo **propiciar espaços de reflexão, presencialmente e em ambiente virtual de aprendizagem, para aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais.**

Você deve preencher a opção com os conceitos que você julgar mais adequado:

1 – INSUFICIENTE 2 – RUIM 3 – REGULAR 4 – BOM 5 – EXCELENTE

A. Quanto ao planejamento do módulo, você considera que este

1. Atendeu ao objetivo proposto
2. A carga horária do módulo foi adequada
3. A temática abordada foi relevante para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA
4. As estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo

B. Quanto ao desempenho dos tutores

5. Cumpriram o programa do módulo
6. Evidenciaram segurança na apresentação da temática do módulo
7. Usaram de linguagem acessível para uma melhor compreensão do conteúdo
8. Propiciaram a relação teoria e prática
9. Foram pontuais no início e no término da atividade

C. Quanto ao seu desempenho e sua satisfação no módulo

10. Tive um bom nível de aproveitamento do módulo
11. Fiquei satisfeito(a) com o módulo

D. Este espaço está aberto para que você indique pontos positivos e pontos a serem melhorados no módulo:



ANEXO 11 - FORMULÁRIO 4 – AVALIAÇÃO DO MÓDULO 3

Car@ Alun@,

Convidamos você para responder este questionário, o qual contém indicadores sobre o desenvolvimento do módulo que você realizou. O módulo 3 teve como objetivo **propiciar espaços de reflexão, presencialmente e em ambiente virtual de aprendizagem, para aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais.**

Você deve preencher a opção com os conceitos que você julgar mais adequado:

1 – INSUFICIENTE 2 – RUIM 3 – REGULAR 4 – BOM 5 – EXCELENTE

A. Quanto ao planejamento do módulo, você considera que este

1. Atendeu ao objetivo proposto
2. A carga horária do módulo foi adequada
3. A temática abordada foi relevante para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA
4. As estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo

B. Quanto aos materiais do módulo, você considera que

5. Possuem linguagem acessível para uma melhor compreensão do conteúdo
6. Apresentaram e discutiram a temática do módulo de maneira satisfatória
7. Propiciaram a relação teoria e prática

C. Em relação às atividades propostas no módulo, você considera que

8. Possuem orientação clara e objetiva
9. Possibilitam refletir criticamente acerca do conteúdo abordado

D. Em relação ao(a) facilitador(a):

10. Respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado (24h)
11. Evidenciou segurança no conteúdo ministrado
12. Estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas

E. Em relação ao(a) tutor(a):

13. Respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado (24h)
14. Estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas

F. Quanto ao seu desempenho e sua satisfação no módulo

15. Tive um bom nível de aproveitamento do módulo
16. Fiquei satisfeito(a) com o módulo

D. Este espaço está aberto para que você indique pontos positivos e pontos a serem melhorados no módulo:



ANEXO 12 - FORMULÁRIO 5 – AVALIAÇÃO DO MÓDULO 4

Car@ Alun@,

Convidamos você para responder este questionário, o qual contém indicadores sobre o desenvolvimento do módulo que você realizou. O módulo 4 teve como objetivo **favorecer a análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, que subsidiem o plano estratégico no âmbito da agenda territorial local.**

Você deve preencher a opção com os conceitos que você julgar mais adequado:

1 – INSUFICIENTE 2 – RUIM 3 – REGULAR 4 – BOM 5 – EXCELENTE

A. Quanto ao planejamento do módulo, você considera que este

1. Atendeu ao objetivo proposto
2. A carga horária do módulo foi adequada
3. A temática abordada foi relevante para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA
4. As estratégias adotadas foram adequadas à proposta do módulo

B. Quanto aos materiais do módulo, você considera que

5. Possuem linguagem acessível para uma melhor compreensão do conteúdo
6. Apresentaram e discutiram a temática do módulo de maneira satisfatória
7. Propiciaram a relação teoria e prática

C. Em relação às atividades propostas no módulo, você considera que

8. Possuem orientação clara e objetiva
9. Possibilitam refletir criticamente acerca do conteúdo abordado

D. Em relação ao(a) facilitador(a):

10. Respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado (24h)
11. Evidenciou segurança no conteúdo ministrado
12. Estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas

E. Em relação ao(a) tutor(a):

13. Respondeu às dúvidas dentro do tempo esperado (24h)
14. Estabeleceu bom relacionamento virtual com os cursistas

F. Quanto ao seu desempenho e sua satisfação no módulo

15. Tive um bom nível de aproveitamento do módulo
16. Fiquei satisfeito(a) com o módulo

D. Este espaço está aberto para que você indique pontos positivos e pontos a serem melhorados no módulo:



ANEXO 13- FORMULÁRIO 6 – AVALIAÇÃO FINAL DO CURSO

Car@ Alun@,

Convidamos você para responder este questionário, o qual contém indicadores sobre o desenvolvimento do curso que você realizou.

Você deve preencher a opção com os conceitos que você julgar mais adequado:

1 – INSUFICIENTE 2 – RUIM 3 – REGULAR 4 – BOM 5 - EXCELENTE

Agradecemos, desde já, sua participação neste processo de construção coletiva.

Você considera que

1. O curso cumpriu o objetivo de formar sujeitos sociais da Educação de Jovens e Adultos para que atuem como multiplicadores locais de ações da gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA, na perspectiva da formação de uma comunidade de Trabalho/Aprendizagem em EJA.
2. A carga horária do curso foi adequada
3. As temáticas abordadas nos módulos foram relevantes para a sua atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA
4. As estratégias adotadas nos módulos foram adequadas à proposta do curso.
5. O curso é bem estruturado e integrado com a área de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA
6. O ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) apresentou facilidade na obtenção das informações e dos fluxos das tarefas
7. A atuação da coordenação do curso foi satisfatória ao longo do curso
8. A atuação da tutoria foi satisfatória ao longo do curso
9. A secretaria do curso prestou atendimento satisfatório ao longo do curso
10. O suporte técnico para o ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) prestou atendimento satisfatório ao longo do curso
11. O curso propiciou aos cursistas espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA.
12. O curso favoreceu a análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, que subsidiem o plano estratégico no âmbito da Agenda Territorial Local.
13. O curso fomentou a construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em EJA
14. O curso atendeu às minhas expectativas iniciais
15. Fiquei satisfeito(a) com o curso

Este espaço está aberto para que você indique pontos positivos e pontos a serem melhorados no curso:



ANEXO 14 - FORMULÁRIO 7 – AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO CURSO

Car@ Colaborad@r,

Convidamos você para responder este questionário, com o objetivo de avaliar o processo de gestão do Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA e, assim, possibilitar melhorias e novas decisões em relação ao curso. Você deve preencher a opção com os conceitos que você julgar mais adequado:

1 – INSUFICIENTE 2 – RUIM 3 – REGULAR 4 – BOM 5 – EXCELENTE

Agradecemos, desde já, sua participação neste processo de construção coletiva.

Você considera que

1. O curso cumpriu o objetivo de formar sujeitos sociais da Educação de Jovens e Adultos para que atuem como multiplicadores locais de ações da gestão social de políticas públicas, com vistas a fortalecer a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA, na perspectiva da formação de uma comunidade de Trabalho/Aprendizagem em EJA.
2. A carga horária do curso foi adequada
3. As temáticas abordadas nos módulos foram relevantes para a atuação profissional como Gestor Social de Políticas Educacionais em EJA
4. As estratégias adotadas nos módulos foram adequadas à proposta do curso.
5. O curso é bem estruturado e integrado com a área de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA
6. A discussão do projeto do curso envolveu a participação de todos os parceiros envolvidos.
7. Os planos de ação foram acompanhados de forma participativa e sistemática.
8. Foram utilizados canais dinâmicos de comunicação entre todos os segmentos, a fim de se garantir transparência do processo de gestão.
9. O curso promoveu um clima organizacional de compromisso ético, cooperativo e solidário.
10. O ambiente virtual de aprendizagem (Moodle) apresenta facilidade na obtenção das informações e dos fluxos das tarefas
11. O curso propiciou aos cursistas espaços de reflexão para o aprimoramento de conhecimentos e práticas de gestão social de políticas educacionais em EJA.
12. O curso possibilitou a análise de experiências em gestão social de políticas educacionais em EJA, no âmbito da Agenda Territorial Local.
13. O curso fomentou a construção de uma comunidade de Trabalho-Aprendizagem em EJA

Este espaço está aberto para que você indique pontos positivos e pontos a serem melhorados no curso:



ANEXO 15- MAPEAMENTO POLÍTICO DA COMPOSIÇÃO DOS FÓRUNS ESTADUAIS E DISTRITAL DE EJA



ACRE

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA³

Unidade da Federação: ACRE				
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fórum Estadual de EJA
Total de componentes	22	12		
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos				
EJA 1ª Segmento-EF	0	0		0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0		0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0		0
Ensino Fundamental-EF	0	0		0
Ensino Médio-EM	0	0		0
Educadores escola pública				
EJA 1ª Segmento - EF	0	0		0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0		0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0		0
Ensino Fundamental-EF	0	0		0
Ensino Médio-EM	0	0		0
Educação Básica		05		0
Educadores escola particular				
EJA 1ª Segmento - EF	0	0		0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0		0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0		0
Ensino Fundamental-EF	0	0		0
Ensino Médio-EM	0	0		0
Universidades				
Pública	Federal	02	0	2
	Estadual	0	0	0
	Municipal	0	0	0
Comunitária	0	0		0
Particular	0	0		0
Governo				
Estadual	04	01		4
Municipal	02	0		2
Outros				
UNDIME	02	01		2
UNCME	0	0		0
Movimento Popular – Fórum EJA	02	0		1
Educação Profissional	02	01		2

³ Prezado@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.

Administração Penitenciária	02	0		2
CEE	02	0		2
Família				
Pai	0	0		0
Mãe	0	0		0
Responsáveis	0	0		0
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação	0	02		2
CNTE	0	0		
Educação Privada		01		
Outros sindicatos				
Sindicato de Trabalhadores Rurais	02	0		2
Sistema S				
SENAI	0	0		0
SENAC	0	0		0
SESI	02	0		2
SESC	0	0		0
SENAT	0	0		0
SEST	0	0		0
SENAR	0	0		0
Sistema S	0	01		0
ONG				
Total	22	12		23

ANÁLISE DAS COMPOSIÇÕES QUANTO AO FAVORECIMENTO EFETIVO DA EJA NO ACRE

A Agenda Territorial do Acre e o Fórum Estadual de EJA são considerados na atualidade os espaços de maior articulação e diálogo na defesa pela política pública de EJA no Estado. Seus segmentos representativos, por terem atuação direta com o público jovem e adulto e por estarem desenvolvendo em suas instituições ações de Alfabetização e EJA possuem envolvimento com a causa, persistindo na busca de torná-la mais efetiva e institucionalizada.

No entanto, embora todos tenham uma ação qualificada em suas instituições, torna-se necessário investir na formação de seus pares para que as ações voltadas à EJA sejam desenvolvidas numa perspectiva sustentável e de desenvolvimento territorial, pois durante muitos anos predominaram as práticas educativas supletivas e isoladas, centradas na elevação da escolaridade. Por outro lado, é preciso ainda contar com a participação de representantes de outros órgãos que tenham ação direta com a cultura, a saúde, o trabalho e a assistência



social, de modo que a intersetorialidade na EJA seja reconhecida e venha contribuir no processo educativo.

Observa-se, pela composição atual, que os espaços do Fórum, da Agenda e do Conselho Estadual devem ser ampliados para os segmento educandos e educadores, bem como para outros movimentos sociais como de empregadas domésticas, associações de bairros, além de representantes de escolas particulares, UNCME, faculdades particulares, SESC, SENAC, SENAI, dentre outros. Acredita-se que, quanto mais diversificada a representação, maior será a possibilidade de tornar as discussões cada vez mais qualificadas e coerentes com a realidade vivida pelos sujeitos da EJA no Acre, de modo a atender às suas necessidades e anseios.

Vale salientar que, mesmo com uma representação ainda restrita, a Comissão Estadual que está à frente da Agenda Territorial do Acre já apresenta resultados positivos, dentre eles podemos destacar: a construção de um plano estratégico para a alfabetização e EJA; a realização do Seminário Estadual de Alfabetização e EJA que culminou com a assinatura de uma carta compromisso pelas diferentes instituições que participaram; a realização de estudos relacionados às problemáticas da EJA; a formulação de propostas para a consolidação da EJA enquanto política de Estado.

Por fim, ressalta-se que os 22 membros que participam da Agenda Territorial representam 10 segmentos, estando de acordo com os critérios estabelecidos pelo MEC, quanto à composição mínima. No entanto, como sua composição foi feita com base nos critérios demandados pela SECAD, deixou-se de incluir segmentos importantes como educandos e educadores, sendo que os mesmos terão representatividade a partir de 2011.

Quanto à composição do Conselho Estadual de Educação, percebe-se também que não contempla segmentos como educandos, família e educadores de escolas particulares. No entanto, embora não tenha representatividade da EJA, o CEE tem dedicado especial atenção às temáticas relacionadas a essa modalidade de ensino, sendo bastante atuante na defesa do direito à educação aos jovens e adultos.

Fernanda Maria dos Santos Alves

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA⁴

Unidade da Federação: Alagoas					
Entidade/instituições		Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA
Total de componentes					
Segmento		Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos					
Rede Privada:			<i>02 titulares + 01 suplente</i>	<i>01 titular + 01 suplente</i>	
Rede Pública:			<i>04 titulares + 01 suplente</i>	<i>03 titulares + 03 suplentes</i>	
EJA 1ª Segmento-EF					
EJA 2ª Segmento-EF					
EJA 3ª Segmento-EM					
Ensino Fundamental-EF					
Ensino Médio-EM					
Educadores escola pública					
			<i>04 titulares + 01 suplente</i>	<i>02 titulares + 02 suplentes</i>	<i>01 representante</i>
EJA 1ª Segmento - EF					
EJA 2ª Segmento-EF					
EJA 3ª Segmento-EM					
Ensino Fundamental-EF					
Ensino Médio-EM					
Educadores escola particular					
			<i>02 titulares + 01 suplente</i>	<i>01 titular + 01 suplente</i>	
EJA 1ª Segmento - EF					
EJA 2ª Segmento-EF					
EJA 3ª Segmento-EM					
Ensino Fundamental-EF					
Ensino Médio-EM					
Universidades					
Pública	Federal	<i>01 titular + 01 suplente</i>	<i>04 titulares + 01 suplente</i>	<i>01 titular + 01 suplente</i>	<i>02 representantes</i>
	Estadual	<i>01 titular + 01 suplente</i>			<i>01 representante</i>
	Municipal				
Comunitária					
Particular			<i>02 titulares + 01 suplente</i>		
Governo					

⁴ Prezado@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.



Estadual	04 titulares	04 titulares + 01 suplente		04 representantes
Municipal			03 titulares + 03 suplentes	03 representantes
Outros				
UNDIME	01 titular + 01 suplente			01 representante
UNCME				01 representante
Movimento Popular	02 titulares + 02 suplente			01 representante
Conselho Estadual de Educação	01 titular + 01 suplente			01 representante
Conselho dos Direitos dos Deficientes			01 titular + 01 suplente	
Conselho da Criança			01 titular + 01 suplente	
Conselho Tutelar			01 titular + 01 suplente	
Fórum do Campo	01 titular + 01 suplente			01 representante
Fórum da Diversidade				01 representante
IF-AL				01 representante
CORED				01 representante
Secretaria Municipal de Pilar				01 representante
NEDER				01 representante
Família				
Pai/ Mãe		Rede Privada: 02 titulares + 01 Suplente Rede Pública: 04 titulares + 02 suplentes	03 titulares + 03 suplentes	
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da Educação		Rede Privada: 02 titulares + 01 Suplente Rede Pública: 04 titulares + 02 suplentes		
CNTE				
CUT				01 representante
Outros sindicatos				
Dos Diretores			01 titular + 01 suplente	
Administrativos do SINTEAL			01 titular + 01 suplente	
FETAG	01 titular + 01 suplente			
SENAI				
SENAC				



SESI	01 titular + 01 suplente			01 representante
SESC				01 representante
SENAT				
SEST				
SENAR				
ONG				
Mulungu				01 representante
Total				

Realizado por Marizete Maria de Melo Santos



AMAPÁ

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA⁵

Atividade realizada em conjunto por:
Turma 1 - Maria de Nazaré Soares / Miguel Victorino
Turma 2 – Shirlene Correia

Unidade da Federação: Amapá.				
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA
Total de componentes				
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos				
EJA 1ª Segmento-EF	----		----	----
EJA 2ª Segmento-EF	----		----	----
EJA 3ª Segmento-EM	----		----	----
Ensino Fundamental-EF	----		----	----
Ensino Médio-EM	----		----	----
Ensino Superior		02	----	----
Rep. Alunos c/ transtorno		02		
Educadores escola pública				
EJA 1ª Segmento - EF	----		----	01
EJA 2ª Segmento-EF	----		----	
EJA 3ª Segmento-EM	----		----	
Ensino Fundamental-EF	----		----	
Ensino Médio-EM	----		----	
Educadores escola particular				
EJA 1ª Segmento - EF	----		----	
EJA 2ª Segmento-EF	----		----	
EJA 3ª Segmento-EM	----		----	
Ensino Fundamental-EF	----		----	
Ensino Médio-EM	----		----	
Universidades				
Pública	Federal	02		
	Estadual	02	02	02
	Municipal			
Comunitária				
Particular	02			
Governo				
Estadual	04	02		02
Municipal	02			02
Outros				

⁵ Prezad@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.



UNDIME	02	02		
UNCME	02			
Movimento Popular	02			02
Rede das escolas famílias		02		
Família				
Representante Pai de alunos		02		
Responsáveis				
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação	02	02		02
CNTE		02		
Outros				
Rep. Escolas particulares		02		
Rep. Comunidades indígenas		02		
Rep. Quilombolas		02		
Sistema S				
SENAI				
SENAC				
SESI	02			02
SESC	02			02
SENAT				
SEST				
SENAR				
ONG				
Total	24	26		15

AMAZONAS

Mód. III

Tópico 02

Cursista: Nilton Carlos e Kátia Mendes (turma 01)

Maria do Carmo Simões (turma 02)

Mapeamento do representante /instituições Agenda Territorial e Fórum

Secretaria Estadual de Educação 03 representantes

Secretaria Municipal de Educação 01 representante

Universidade Estadual – 03 representantes

Universidade Federal 02 representantes

IFAM -02 representantes

CEE/AM 01 representantes

Sistema S 01 representantes

Movimentos Sociais 01 representantes

UNCME – 01 representantes

UNDIME 01 representantes

Educação do Campo 01 representantes

Fórum de EJA – 01 representante

O Fórum e a Agenda Territorial possuem a mesma representatividade , considerando as Instituições e Movimentos (populares e sociais)

O Fórum Estadual de EJA /Amazonas , foi constituído em 23 de junho de 2003, a partir da participação de dois representantes no Encontro realizado em Belo Horizonte , onde no referido evento os representantes do Estado se comprometeram em organizar o Fórum Estadual .

Desde então o Fórum tem mantido sua organização , participando com seus membros das programações e eventos organizados tanto no estado (e municípios) , assim como a nível nacional . Tendo sempre sua pauta voltada para as discussões das políticas para educação de pessoas jovens e Adultas , na perspectiva da garantia de seu direito.

O Fórum mantém uma agenda de reunião sistemática. As reuniões atualmente estão sendo realizadas no Conselho Estadual de Educação , e tem contado sempre com a participação da Presidente , que também é membro titular do Fórum .

Consideramos que a participação desse coletivo de representações tem favorecido e muito, as questões de políticas no que diz respeito a EJA no Estado , pois na medida do possível temos realizado ações que visam dar visibilidade aos educandos/educandas da EJA.

Procuramos ainda nesse espaço de reunião, discutir o papel e posturas das Instituições enquanto representantes no Fórum .

Consideramos ainda como uma das nossas fragilidades e ao mesmo desafio, a participação mais efetivas dos educandos no Fórum , e isso se dá por inúmeros fatores, que no momento não convêm elencar .

Nosso desafio : vencer essa fragilidade da participação dos educandos , ampliar a participação , disseminar representações do Fórum em todos os Municípios do Estado , ressaltando que na disseminação o Portal terá um papel de fundamental importância, em que irá trazer tanto para o Fórum quanto para a Agenda a representatividade de outras Secretarias (Direitos Humanos , Juventude , Cultura, Esporte, Segurança Publica , outros movimentos sociais , sindicatos entre outros).

Enfim, podemos pontuar como pontos positivos a participação das Universidades e dos Conselhos (Estadual e Municipal) de Educação nos espaços de discussão , considerando que as Universidades tem o papel formador dos educadores e educadoras que irão trabalhar com os educandos e educandas, e os Conselhos como órgãos normatizadores da legislação e das políticas da educação.

Em relação ao papel de cada representante relacionados às questões do desenvolvimento sustentável , acreditamos que da forma como estamos organizados e constituídos (Fórum e Agenda) tem favorecido,de alguma forma, para que cada um, em suas instituições possam levar para mesa de discussões as questões consideradas urgentes e necessárias e que devem ser pensadas por todos para que tenhamos garantido de fato, o direito pela educação dessa camada da população .

Universidade de Brasília - Unb
Faculdade de Educação - FE
Departamento de Planejamento de Administração - PAD
Parceria UnB- MEC/SECAD- MDA - UNESCO/ICAE
Participante: Elivânia Reis de Andrade Alves

BAHIA**Módulo III****Tópico 2- Gestão social das políticas educacionais e controle social: Fóruns de EJA
Agenda Territorial e Conselhos de Educação****MAPEAMENTO DOS INTEGRANTES DA AGENDA, CONSELHOS DE
EDUCAÇÃO E FÓRUNS DE EJA**

Membros que constam na Publicação	Instituição
Arlene Andrade Malta	Titular EDUCADOR/Fórum EJA
Jean Mário Araújo Costa	UNDIME
Sandra Maria Marinho Siqueira	Titular UFBA
Maria José de Faria Lins	Suplente Fórum/EJA BA
Maria de Fátima Mota Urpia	Titular Fórum/EJA BA
Cristiane Santos da Luz	Suplente Educador/Fórum EJA
Frederika Steffen Benfica Menezes	Suplente SEC / Coord. Indígena
Nádia Maria Cardoso da Silva	SEC/Coord.Educação e Diversidade
Verônica Santana	Titular SECULT / PMS
Rosilene Cruz de Araújo	Titular SEC/Cood. Indígena
Francisca Elenir Alves	Titular SEC/TOPA
Membros que atuam (aguardando nova Publicação)	Instituição
Mara Alba Guedes M. Mello	Conselho Estadual de Educação
a indicar suplente	Conselho Estadual de Educação
a indicar suplente	UFBA

Valmicélia Silva de Afonso	UNDIME(suplente)
Maria Telma da Silva Ferreira	TOPA/SEC(suplente)
Isaura Fonseca Souza	UNCME/BA
a indicar suplente	UNCME/BA
Valmicélia Silva de Afonso	UNDIME(suplente)
Marlene Souza Silva	Titular SEC/Coord Ed. Jovens e Adultos Coordenadora da Agenda Territorial
Isa Maria Fonseca Castro	Suplente SEC/Coord Ed. Jovens e Adultos
Telma Cruz Costa	Suplente SECULT / PMS
Péricles Fernandes	Titular Fund. Péricles Fernandes/Fund. Palmares (Assoc. Quilombola)
Ivânia Paula Freitas de Souza	Titular Inst. Rumos Ed./Semi Árido
Carmen Angélica Costa Melo	Suplente Inst. Rumos Ed./Semi Árido

Ressalto que existe uma carência de representação dos movimentos sociais na Agenda e também no Fórum EJA Bahia.

Para que o Fórum Estadual, a Agenda e os Conselhos se configurem em um espaço mais plural faz-se necessário uma maior participação dos diversos segmentos da sociedade civil. Da forma como está a sua composição não apresenta este perfil.

Como pontos positivos sinalizo a inserção e participação significativa de membros da agenda e do Fórum Estadual em diversos encontros sobre Educação de Jovens e Adultos em nível nacional e internacional .

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA⁶

Unidade da Federação: Ceará				
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA
Total de componentes	20			-
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos				
EJA 1ª Segmento-EF	-			
EJA 2ª Segmento-EF	-			
EJA 3ª Segmento-EM	-			
Ensino Fundamental-EF	-			
Ensino Médio-EM	-			
Educadores escola pública				
EJA 1ª Segmento - EF				
EJA 2ª Segmento-EF				
EJA 3ª Segmento-EM				
Ensino Fundamental-EF	01			02
Ensino Médio-EM	01			
Educadores escola particular				
EJA 1ª Segmento - EF				
EJA 2ª Segmento-EF				
EJA 3ª Segmento-EM				
Ensino Fundamental-EF				
Ensino Médio-EM				
Universidades				
Pública	Federal	02		
	Estadual	03		
	Municipal			
Comunitária				
Particular				
Governo				
Estadual	04			
Municipal	02			02
Outros				
UNDIME	02			
UNCME	02			
Movimento Popular	02			

⁶ Prezad@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.



Família				
Pai				
Mãe				
Responsáveis				
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação				
CNTE				
Outros sindicatos				
Sistema S				
SENAI				
SENAC				
SESI				
SESC				
SENAT				
SEST				
SENAR				
ONG				
Total				

Obs. O Fórum não tem um número fixo de participantes possui uma coordenação de 04 pessoas. As reuniões, seminários, encontros tem número e segmentos variados. Há uma concentração de técnicos em educação, professores

Realizado por: Maria José Barbosa

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA⁷

DISTRITO FEDERAL

Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA	
Total de componentes				
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral	
Educandos				
EJA	02			
Educadores escola pública				
Diretor	01	01		
EJA	08		02	
Educadores escola particular				
Diretor		04		
Universidades				
Pública	Federal	03	01	02
	Estadual			
	Municipal			
Comunitária				
Particular	01	02		
Instituições de Ensino Superior	02			
Estudante	02			
Governo				
Estadual		01	02	
Municipal	05	04		
Conselho de Educação do DF	01			
Outros				
UNDIME				
UNCME				
Movimento Popular	03		06	
Associação Brasileira de Educação a Distância		01		
Sociedade Brasileira de Educação Comparada		01		
Presidente da Câmara de Legislação e Normas		01		
Representante de Notório Saber		01		
Família				
Pai				
Mãe				
Responsáveis				
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação	02		02	
CNTE				
Outros sindicatos				
Sindicato dos Estabelecimentos	01			

⁷ Prezado@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.



Particulares do DF			
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	01		
Sistema S			
SENAI	01		
SENAC	01	01	
SESI	01		
SESC	02		01
SENAT			
SEST			
SENAR			
ONG			
ONG	01		
Instituto Agostin Castejón			02
Total			

Realizado por José Edilson Rodrigues da Fonseca

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA⁸

Unidade da Federação: Espírito Santo					
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA	
Total de componentes					
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral	
Educandos					
EJA 1ª Segmento-EF	--	--	--	01	
EJA 2ª Segmento-EF	--	--	--	02	
EJA 3ª Segmento-EM	--	--	--	--	
Ensino Fundamental-EF	--	--	--	--	
Ensino Médio-EM	--	--	--	--	
Educadores escola pública			00		
EJA 1ª Segmento - EF	00	00	03		
EJA 2ª Segmento-EF	--	--	--	05	
EJA 3ª Segmento-EF	--	--	--	09	
EJA 3ª Segmento-EM	--	--	--	--	
Ensino Fundamental-EF	--	--	--	--	
Ensino Médio-EM	--	--	--	--	
Educadores escola particular			00		
EJA 1ª Segmento – EF	00	00	14		
EJA 2ª Segmento-EF	--	--	--	--	
EJA 3ª Segmento-EF	--	--	--	--	
EJA 3ª Segmento-EM	--	--	--	--	
Ensino Fundamental-EF	--	--	--	--	
Ensino Médio-EM	--	--	--	--	
Universidades					
Pública	Federal	01	--	--	02
	Estadual	--	--	--	--
	Municipal	--	--	--	--
Comunitária	--	--	--	--	--
Particular	--	--	--	--	01
Governo			00		
Estadual	01	00	03		
Municipal	02	--	--	--	42
Municipal	01	--	--	--	26
Outros			02		
68					
UNDIME	01	01	01	--	--
UNCME	--	--	--	--	--
Movimento Popular	--	--	--	--	--
MST	--	--	--	--	02

⁸ Prezado@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.

Ifes	--	--	--	03
Conselho Estadual de Educação	01	--	--	--
Comitê Estadual de Educação do Campo	01	--	--	02
Família 07	02	01	01	
Pai				
Mãe				
Responsáveis				
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação	--	--	--	--
CNTE	--	--	--	--
Outros sindicatos				
Sistema S				
SENAI	--	--	--	--
SENAC	--	--	--	--
SESI	01	--	--	--
SESC	--	--	--	--
SENAT	--	--	--	--
SEST	--	--	--	--
SENAR	--	--	--	--
ONG				
Total	08	01	01	95

No Fórum a estratégia de levantamento de dados se deu por meio das listas de frequências dos últimos encontros, esta metodologia também ocorreu com a comissão estadual da agenda territorial no Espírito Santo. Já o conselho estadual e municipal de educação fez consulta aos mesmo o não consegui dados deste dois espaços, mas ainda tentarei produzir este dados por outros meios. Diante disso, minha opção em fazer um mapeamento sobre a ausência de alguns segmentos nos espaços de debate da EJA deixa claro que há um grande caminho a ser ainda percorrido na discussão e nas ações de tencionar o Estado para a melhoria na proposição de políticas públicas e na busca de visibilizar as ações do Fórum e da Agenda Territorial. Com isso, poderíamos conquistar a partir da “ocupação” ainda aberto para os segmentos de EJA nestes espaços um lugar para intensificarmos o debate da EJA em nível estadual. E mesmo no Fórum de EJA que consegue mobilizar um grupo maior e também uma diversidade de segmentos, a minha leitura é que precisamos fazer com que estes membros do fórum tome este espaço de debate como um lugar também de proposição e não apenas de formação pedagógica.

Realizado por Custódio Jovêncio Barbosa Filho

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA⁹

Unidade da Federação: MARANHÃO					
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA	
Total de componentes	22	15	07	20	
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral	
Educandos					
EJA 1ª Segmento-EF			----	----	
EJA 2ª Segmento-EF			----	----	
EJA 3ª Segmento-EM			----	----	
Ensino Fundamental-EF			----	----	
Ensino Médio-EM			----	----	
Educadores escola pública					
EJA 1ª Segmento - EF			----	01	
EJA 2ª Segmento-EF			----	01	
EJA 3ª Segmento-EM			----		
Ensino Fundamental-EF			----		
Ensino Médio-EM			----		
Educadores escola particular					
EJA 1ª Segmento - EF			----		
EJA 2ª Segmento-EF			----		
EJA 3ª Segmento-EM			----		
Ensino Fundamental-EF			----		
Ensino Médio-EM			----		
Universidades					
Pública	Federal	02	02	----	01
	Estadual	02	01	----	03
	Municipal			----	
Comunitária			----		
Particular		01	----		
Governo					
Estadual	13	01	----	03	
Municipal			02	05	
Outros					
UNDIME	01		----		
UNCME	01		----	01	
Movimento Popular	02		----	02	
Sociedade civil			02		
Câmara de vereadores			01		
Conselho Estadual de educação	01				

⁹ Prezado@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.



Conselho Estadual Indígena	0	01		
Família				
Pai				
Mãe				
Responsáveis				
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação		01	02	03
CNTE				
Outros sindicatos				
Sindicato da rede particular		01		
Sistema S				
SENAI				
SENAC				
SESI				
SESC				
SENAT				
SEST				
SENAR				
ONG				
ASSOCIAÇÃO DE PAIS		01		
Total				

OBS: O CME DE SÃO LUÍS, ESTÁ INFELIZMENTE DESATIVADO, COM SUA COMPOSIÇÃO INCOMPLETA, EM PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE SUA LEI DE CRIAÇÃO.

NO CEE SEIS INDICAÇÕES SÃO DE LIVRE ESCOLHA DO(A) GOVERNADOR(A).

Realizado por: Maria das Graças Santos Ferreira

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

PROFESSORES:

Maria das Graças C. de Almeida (MDA)

Janaina Cristina de Jesus (PUC-GO)

PERÍODO: de 16/11 a 05/12

Verônica Pessoa da Silva

(Aluna do Curso de Gestão Social e Membro da Comissão Estadual da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos da Paraíba).

Tópico 2- Gestão social das políticas educacionais e controle social: Fóruns de EJA, Agenda Territorial e Conselhos de Educação

REFLEXÕES ANALÍTICAS SOBRE A COMPOSIÇÃO DA AGENDA TERRITORIAL, DO FÓRUM DE EJA E DOS CONSELHOS MUNICIPAL E ESTADUAL NO ESTADO DA PARAÍBA

No levantamento das informações requeridas e composição do quadro exposto abaixo, identificamos os seguintes dados: A Comissão da Agenda Territorial, atualmente em fase de expansão, possui 21 membros; O Conselho Estadual de Educação por 16 membros; O Conselho Municipal por 12 membros e o Fórum de EJA por 17 membros.

Com exceção do Fórum de EJA, as demais representações indicam Instituições distintas. No caso do Fórum, há representações repetidas e, ao que se percebe, a adesão das pessoas/Instituições se dá, sobretudo, muito mais por identidade e militância, do que por uma representação formal.

Ainda, nesta direção, dois dados são marcantes: a) a diversidade de Instituições e representações, pois há um número considerável e com contribuições de diversos lugares da educação; b) a tímida representatividade da sociedade civil organizada, dos segmentos educandos e educadores, bem como dos Movimentos Sociais e dos Povos do Campo – quilombolas, indígenas, ribeirinhos, negros, gênero e campo.

No entanto, a Comissão da Agenda Territorial e Desenvolvimento Integrado, Alfabetização e EJA do Estado da Paraíba tem dado passos largos na busca de um diálogo

mais plural e de uma maior representatividade. Para tanto, elaborou um convite destinado a entidades como: IFPB, Territórios da Cidadania, Secretaria Estadual de Saúde, Sistema S – Sesc, ONG que atua no campo da EJA, ao segmento educandos e educadores. Isto será efetivado no início do ano de 2011.

O Fórum de EJA da Paraíba, neste ano de 2010, assumiu o desafio de constituir uma gestão colegiada, passando a ser coordenado por 03 membros. Este processo será avaliado, coletivamente, para deliberarmos as novas constituições para 2011. Mesmo assim, o Fórum passa por um momento de redefinições. Na atualidade o Grupo Articulador faz uma discussão sobre o papel e a identidade do Fórum da Paraíba, para que o mesmo tenha uma ação mais propositiva, avançando na linha do controle social – monitoramento e avaliação - da política pública de EJA no Estado. Também se ressenete da ausência de um regimento interno orientador de suas ações e de realização de momentos de estudos. Outra problemática que nos preocupa a todos é a discussão e criação de mecanismos e estratégias que permitam a autonomia financeira do Fórum financeira. Certamente este será um caminho a partir do qual o Fórum deverá seguir.

Outro quesito importante no trato das ausências é a discussão sobre o tema do desenvolvimento sustentável. Em nossa análise percebemos que o mesmo que vem sendo tratado de forma muito tênue na agenda de debate, estudos, assim como nas estratégias analisadas. Uma hipótese razoável para esta realidade, talvez, seria a não presença dos Movimentos do Campo neste grupo, pois nos últimos tempos, estes vêm tratando à questão das territorialidades e desenvolvimento sustentável como um dos temas centrais.

Por fim, de um modo geral, registro certa desarticulação na ação dos Conselhos, do Fórum de EJA e da Agenda Territorial. Se estes grupos atuassem de forma conjunta, colocando em pauta objetivos e diálogos comuns, teríamos uma maior incidência e melhores resultados em prol da EJA. Reconheço que a Agenda pode ser este elo entre as diversas instituições para a consolidação da política pública de EJA no Estado, mas apesar de 02 (dois) anos de sua existência, ainda não saiu da instância do planejamento, da retórica, para uma ação qualificada.

Acredito que este tempo virá: a esperança e a utopia Freireanas não permitem o desânimo, mas alimentam a firme convicção de que a transformação precisa de mãos fortes; de homens e mulheres dispostos a realizá-la. O horizonte nos espera!



Unidade da Federação: PARAÍBA – PB					
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fórum do Estado da Paraíba	
Total de componentes	21	16	12	17	
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral	
Educandos					
EJA 1ª Segmento-EF	1 (será Convidado)	0	0	0	
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	1	0	
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	1	
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0	
Ensino Médio-EM	0	1	0	0	
Educadores escola pública					
EJA 1ª Segmento – EF	1 (será Convidado)	0	0	0	
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	1	5	
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0	
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0	
Ensino Médio-EM	0	0	0	0	
Ensino Federal	0	0	0	1	
Educadores escola particular					
EJA 1ª Segmento – EF	0	1	0	0	
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	0	0	
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0	
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0	
Ensino Médio-EM	0	0	0	1	
Universidades					
Pública	Federal	1	0	1	2
	Estadual	1	1	0	2
	IFPB	1 (será Convidado)	0	0	1
Comunitária	0	0	0	0	
Particular	0	1	0	0	
Governo					
Estadual	2	2	1	1	
Municipal	1	0	3	1	
Gestor Municipal	0	0	1	0	
Gestor do E. Privado	0	0	1	0	
Outros					
Poder Público	0	5	0	0	
UNDIME	1	1	0		
UNCME	1	0	0	0	
Movimento Popular	1	2	0	2	
Territórios da Cidadania	1 (Será convidado)	0	0	0	
Secretaria Estadual de Saúde	1 (será Convidado)	0	0	0	
Secretaria de Desenvolvimento Social	0	0	1	0	
Sistema Prisional	1	0	0	0	
Ministério Público	1	0	0	0	
Comitê do Campo	1	0	0	0	
Família					
Pai	0	0	0	0	
Mãe	0	0	1	0	



Responsáveis	0	0	0	0
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação	0	2	0	0
Conselho Municipal de Educação	1	0	0	0
Sistema S				
SENAI	0	0	0	0
SENAC	0	0	0	0
SESI	0	0	0	1
SESC	1 (será Convidado)	0	0	1
SENAT	0	0	0	0
SEST	0	0	0	0
SENAR	0	0	0	0
ONG				
ONG; Projeto de Educação; Órgão Ligado as ações com a criança e o adolescente.	1 (será Convidado)	0	1	3
Fórum de EJA	1	0	0	0
Total	21	16	12	17

Fonte:

1. As informações relativas ao Fórum de EJA e a Agenda Territorial foram construídas a partir de minhas inserção/participação nestes espaços;
2. As informações relativas ao Conselho Estadual de Educação foram fornecidas por Lúcia Oliveira, Assessora Administrativa do CEE;
3. Os dados sobre o Conselho Municipal de Educação (capital) foram retiradas no site: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/conselhos/educacao/#comp>. Acesso em: 05/12/2010 as 20:00 horas.

PARANÁ

Olá professora e colegas,

Vai um adendo à Atividade 1 do Tópico 2 sobre a composição dos Conselho Municipal de Educação de Curitiba.

Segundo resposta à solicitação de mais informações, a presidência descreve a composição conforme abaixo.

A composição do Conselho Municipal de Educação de Curitiba segundo a Lei Municipal nº 12081/2006 está assim constituída:

Art. 2º. O CME será constituído por 15 (quinze) membros titulares e respectivos suplentes, representativos dos seguintes segmentos:

I - 7 (sete) representantes do Poder Executivo Municipal, com formação e experiência nas diferentes áreas da educação, indicados pelo Prefeito Municipal;
II - 1 (um) representante das instituições de educação infantil conveniadas, indicado pelo seu órgão representativo;

III - 1 (um) representante dos servidores da educação, indicado pelo Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba - SISMUC;

IV - 1 (um) representante indicado pelo Sindicato dos Servidores do Magistério do Município de Curitiba - SISMMAC;

V - 1 (um) representante dos pais de alunos, membro de entidade que os congrega junto à Rede Municipal de Educação e Ensino e que, prioritariamente, seja integrante:

a) do Conselho de uma Escola Municipal - EM;

b) do Conselho de um Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI;

c) de uma Associação de Pais, Professores e Funcionários - APPF;

d) de uma Associação de Pais e Funcionários - APF.

VI - 1 (um) representante das escolas particulares de Educação Infantil, indicado pelo Sindicato das Escolas Particulares do Estado do Paraná - SINEPE-PR, ou equivalente;

VII - 1 (um) representante do Sistema Estadual de Ensino;

VIII - 1 (um) representante das Instituições de Ensino Superior de Curitiba, formadoras do Magistério;

IX - 1 (um) representante da Câmara Municipal de Curitiba, indicado pelo seu Presidente.

Desdobrando do inciso I do Artigo 2º:

I - 7 (sete) representantes do Poder Executivo Municipal, com formação e experiência nas diferentes áreas da educação, indicados pelo Prefeito Municipal;

1 – Área da Educação Especial

1 diretor de centro municipal de atendimento especializado (CMAE) (T)

1 diretor de escola especial (S)

2 – Representantes da SME

1 assessora do gabinete da SME (T)



1 diretora de escola de Ensino fundamental e Educação Infantil (S)

3 - Representantes da SME

Chefe de Núcleo Regional de Educação (T)

Chefe de Núcleo Regional de Educação (S)

4 - Representantes da SME

Coordenação de Estrutura e Funcionamento do Ensino (T)

Departamento de Difusão e Tecnologia Educacional (S)

5 - Representantes da SME

Departamento de Educação Infantil (T)

Diretora de Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) (S)

6 - Representantes da SME

Diretora de Escola de Ensino Fundamental e Educação Infantil (T)

Pedagoga de Núcleo Regional de Educação (S)

7 – Representantes do Segmento dos Profissionais da Educação Aposentados

1 profissional aposentado (T)

1 profissional aposentado (S)

NOTA:

(T) = Titular

(S) = Suplente

Neura Maria Weber Maron

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA¹⁰

Unidade da Federação: PERNAMBUCO				
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA
Total de componentes				
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos				
EJA 1ª Segmento-EF				
EJA 2ª Segmento-EF				2
EJA 3ª Segmento-EM				
Ensino Fundamental-EF				
Ensino Médio-EM				
Educadores escola pública				
EJA 1ª Segmento - EF				2
EJA 2ª Segmento-EF				2
EJA 3ª Segmento-EM				3
Ensino Fundamental-EF				
Ensino Médio-EM				
Educadores escola particular				
EJA 1ª Segmento - EF				
EJA 2ª Segmento-EF				1
EJA 3ª Segmento-EM				
Ensino Fundamental-EF				
Ensino Médio-EM				
Universidades				
Pública	Federal	1		1
	Estadual	1		1
	Municipal			1
Comunitária				
Particular				
Governo				
Estadual				20
Municipal				25
Outros				
UNDIME	1			1
UNCME				
Movimento Popular	3			10
Família				
Pai				

¹⁰ Prezad@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.



Mãe				
Responsáveis				
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação	1			5
CNTE				
Outros sindicatos				
SINDICATO DOS PROFESSORES DE OLINDA				1
Sistema S				
SENAI				
SENAC				
SESI	1			1
SESC	1			
SENAT				
SEST				
SENAR				
ONG				
MOVA PERNAMBUCO				2
CENTRO PAULO FREIRE				1
Total				

Realizado por: Claudio Roberto Azevedo da Silva

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA¹¹

Unidade da Federação:RIO GRANDE DO NORTE				
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA
Total de componentes	8		0	2 est. 1 dist
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos				
EJA 1ª Segmento-EF		Negou-se a responder		
EJA 2ª Segmento-EF		Negou-se a responder		
EJA 3ª Segmento-EM		Negou-se a responder		
Ensino Fundamental-EF		Negou-se a responder		
Ensino Médio-EM		Negou-se a responder		
Educadores escola pública				
EJA 1ª Segmento - EF		Negou-se a responder		
EJA 2ª Segmento-EF		Negou-se a responder		
EJA 3ª Segmento-EM		Negou-se a responder		
Ensino Fundamental-EF		Negou-se a responder		
Ensino Médio-EM		Negou-se a responder		
Educadores escola particular				
EJA 1ª Segmento - EF		Negou-se a responder		
EJA 2ª Segmento-EF		Negou-se a responder		
EJA 3ª Segmento-EM		Negou-se a responder		
Ensino Fundamental-EF		Negou-se a responder		
Ensino Médio-EM		Negou-se a responder		
Universidades				
Pública	Federal	2	Negou-se a responder	
	Estadual		Negou-se a responder	
	Municipal		Negou-se a responder	
Comunitária		Negou-se a responder		
Particular		Negou-se a responder		
Governo				
Estadual	2	Negou-se a responder		
Municipal		Negou-se a responder		
Outros				
UNDIME	1	Negou-se a responder		
UNCME		Negou-se a responder		
Movimento Popular	1	Negou-se a responder		
		Negou-se a responder		
		Negou-se a responder		
		Negou-se a responder		
Família				

¹¹ Prezad@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.



Pai		Negou-se a responder		
Mãe		Negou-se a responder		
Responsáveis		Negou-se a responder		
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação	1	Negou-se a responder		
CNTE				
Outros sindicatos				
Sistema S				
SENAI				
SENAC				
SESI	1			
SESC				
SENAT				
SEST				
SENAR				
ONG				
Total				

Obs; A AT hoje esta representada por oito instituições, porem em 2011 a perspectiva é de inclusão de mais representantes que são – Conselho do FUNDEB, SEJUC, Movimentos estudantis, CEE, CME, Secretaria de educação do município de Natal, Educação do campo etc.

O CEE se negou a responder, inclusive achando desacato por ter perguntado se existia participação de alunos no grupo.

Percebemos que essa dinâmica de democratização, de coletividade e de construção conjunta numa perspectiva sustentável esta fora dos padrões mercantilistas que se apresentam na realidade da maioria das organizações estatais. Ainda é muito presente a burocratização e a centralização das decisões, o que enrijece o transito das propostas.

Realizado por: Liz Araújo Lima

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA¹²

Composição

1.1 Agenda Territorial

- a) *Que medidas essas composições favorecem o desenvolvimento efetivo da EJA no Estado de Rondônia?*

No Estado de Rondônia, a comissão da Agenda Territorial é composta por 11 membros. Sendo 03 da Secretaria de Educação, 03 do fórum de EJA, 03 da Uncme, 01 da Universidade e 01 da Undime. Consideramos como pontos positivos: os diálogos com a Secretaria de Estado da Educação uma vez que é a secretaria executiva das políticas de EJA na rede estadual, com a Universidade Federal quanto a formação e ao fomento de pesquisas e com a UNDIME que tem articulado a comunicação com os secretários municipais. O fórum tem participado efetivamente na elaboração do plano, na mobilização social e participando de todas as rodas de diálogo sempre que convidado. Apesar de não compor a comissão, o conselho estadual de educação participou de algumas reuniões, encaminhou as normatizações e convidou membros da comissão a participar de uma reunião técnica sobre a Resolução 03/ CNE com a proposta de elaborar uma Minuta de Resolução sobre o atendimento da EJA. O Conselho abrir suas portas para dialogar com os agentes da EJA foi uma grande conquista. A participação do Conselho Estadual e Municipais de Educação é de suma importância, pois normatizam a Educação no Estado e no Município e também na abertura do espaço de dialógico em EJA.

2.2 Fórum

O Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos – FREJA foi criado em 2003, com 06 membros composto pelas seguintes instituições: Secretaria de Estado da Educação, Secretaria Municipal de Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Conselho Estadual de Educação, Sindicato dos Trabalhadores em Educação e Universidade Federal de Rondônia. Cada instituição tem apenas um (01) representante. Os membros das instituições participam das reuniões, convidam o fórum para participar das atividades: formações, mesas de debates, palestras...e contribuem para as ações do fórum. Neste ano, realizou-se em parceria com as instituições o Seminário Estadual de EJA.

2.3 Conselho Estadual de Educação

O conselho é composto por 18 membros, a saber: Governo do Estado (06), Secretaria de Estado da Educação (02), Universidade Federal (01), Faculdade Privada (01), UNDIME (01), pais (02), representante indígena (01), Sindicato dos professores (01). CNTE (01) e SENAI (01). Em minha pesquisa sobre os aspectos positivos desta composição para o desenvolvimento da EJA, não obtive resposta. Constatei que a EJA faz parte da Câmara da Educação Profissional e que os

¹² Prezad@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.

gestores da EJA da rede Estadual ou Municipal não compõem esta câmara ou outro espaço no conselho.

- b) *O contrapeso das instituições de Estado (poderes legislativo, executivo e judiciário) e representações da sociedade civil (movimentos e entidades) na definição das orientações que os sistemas de ensino devem seguir.*

Diante da composição acima apresentada, evidencia-se a ausência da sociedade civil nos espaços de diálogo sobre EJA. Mesmo o fórum que deveria mobilizar os movimentos sociais e os sujeitos da EJA tem representação totalmente institucionalizada, não há representantes da sociedade civil.

- c) *Da forma como estão compostos, o Fórum estadual de EJA e a Agenda favorecem as ações voltadas à EJA numa perspectiva sustentável e de desenvolvimento territorial? Por quê?*

Não. Tanto o fórum quanto a Agenda tem composição de membros da capital sem articulação territorial. Um dos compromissos do fórum nesta atual gestão é a de mediar a composição de fóruns territoriais e a composição de um colegiado. Agenda em seu primeiro plano de ação previa justamente a articulação territorial. Penso ser incompatível com a proposta de trabalho um foco distanciado dos agentes e sujeitos da EJA. A falta de apoio logístico foi um dos motivos que inviabilizaram esta ação, pois nem o fórum e tão pouco a Agenda/RO tinham recursos para esta ação.

- d) *O que é necessário ser feito para que a composição do Fórum estadual, da Agenda e do Conselho estadual e municipal (nas capitais) de Educação se torne mais plural e mais favorável ao atendimento das demandas sociais do público da EJA?*

Penso que o sistema nacional de educação seja a grande prioridade e nossa bandeira de luta durante a aprovação do PNE. Outro fator é a efetiva participação dos movimentos da sociedade civil que atuam na EJA e que ainda não compõem o Fórum, a Agenda e CEE. Ou seja, maior mobilização da social.

Realizado por: Chirlane Nobre Belo

RORAIMA

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA¹³

Unidade da Federação: Roraima – RR					
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA	
Total de componentes					
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral	
Educandos					
EJA 1ª Segmento-EF	-	-	-	-	
EJA 2ª Segmento-EF	-	-	-	-	
EJA 3ª Segmento-EM	-	-	-	-	
Ensino Fundamental-EF	-	-	-	-	
Ensino Médio-EM	-	-	-	-	
Educadores escola pública					
EJA 1ª Segmento - EF	-	-	-	01	
EJA 2ª Segmento-EF	-	-	-	02	
EJA 3ª Segmento-EM	-	-	-	04	
Ensino Fundamental-EF	-	-	-	-	
Ensino Médio-EM	-	-	-	-	
Educadores escola particular					
EJA 1ª Segmento - EF	-	-	-	-	
EJA 2ª Segmento-EF	-	-	-	-	
EJA 3ª Segmento-EM	-	-	-	-	
Ensino Fundamental-EF	-	-	-	-	
Ensino Médio-EM	-	-	-	-	
Universidades					
Pública	Federal (UFRR - IFRR)	02	-	-	05
	Estadual (UERR/UNIVIRR)	02	-	-	03
	Municipal	-	-	-	-
Comunitária	-	-	-	-	
Particular	-	-	-	-	
Governo					
Estadual	05	01	-	-	
Municipal	01	-	01	01	
Outros					
UNDIME	01	-	-	-	
UNCME	01	-	-	01	
Movimento Popular	-	-	-	-	
Fórum de Formação dos	01	-	-	01	

¹³ Prezad@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.

Docentes de Roraima				
INCRA	01	-	-	01
Assembléia Legislativa	01	-	-	-
SESAU	01	-	-	-
SEJUC	01	-	-	-
SETRABES	01	-	-	-
Família				
Pai	-	-	-	-
Mãe	-	-	-	-
Responsáveis	-	-	-	-
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação	01	-	-	01
CNTE	-	-	-	-
Outros sindicatos				
STTRR	01	-	-	01
Sistema S				
SENAI	-	-	-	-
SENAC	-	-	-	-
SESI	01	-	-	01
SESC	01	-	-	01
SEST/SENAT	01	-	-	-
SENAR	-	-	-	-
ONG				
Total	23	01	01	23

Análise referente ao questionário acima.

Diante do quadro existente, podemos perceber algumas fragilidades:

- 1- a não participação de educandos e educadores ativos em sala de aula, dos familiares e ONGs;
- 2- a Agenda e o Fórum EJA são totalmente regido pelo segmento governamental devido seus atores serem prestadores de serviços públicos de confiança e que nem sempre estão disponíveis para as ações do Fórum e da Agenda;
- 3- os sindicatos presentes na composição não são atuante, e quase sempre não estão presentes nas reuniões e não respondem aos e-mail ou outras formas de comunicações;
- 4- a UNDIME que seria o segmento mais forte nesta composição está desarticulada e não contribui na articulação de desenvolvimento do plano estratégico ou políticas para a EJA.

Contudo, considerar o desenvolvimento territorial sustentável na perspectiva proposta no aspecto social, econômico, ecológico, cultural, espacial, política e ambiental para a EJA é quase utopia ao processo de articulação entre o Fórum EJA e a Agenda Territorial, mas com o fortalecimento e envolvimento dos demais segmentos CME, CEE e sociedade civil organizada parece ser muito mais eficiente partindo do compromisso social das instituições educacionais.



Sobre os aspectos positivos na composição do Fórum e da Agenda Territorial.

Pode-se considerar bastante positiva a participação efetiva da UERR, SECD/RR, SMEC/BV, SESC, Fórum EJA/RR para o processo de fomento das políticas para a EJA, porém podemos ressaltar que há participação esporádica de outros segmentos que sempre que participam contribuem. Outro fator relevante é a heterogeneidade dos segmentos o que nos faz ter olhares diferenciados a clientela que a EJA atende.

Da forma como estão compostas a Agenda e o Fórum da EJA favorecem as ações voltadas para a EJA numa perspectiva sustentável e de desenvolvimento territorial? Por que?

Ao se pensar na composição tanto do Fórum EJA como da Agenda no estado de Roraima pensamos em ter o maior número possível de segmentos que atendam a EJA, porém não conseguimos efetivar as ações que repercutam na prática, devido a representatividade destes segmentos serem instáveis e rotativos, isso dificulta o efetivo desenvolvimento das ações fazendo com que não avancemos na efetivação das ações propostas para a sustentabilidade da EJA em Roraima.

O que necessário ser feito para que a composição do Fórum EJA e Agenda se tornem mais plural e mais favorável a atendimento das demandas sociais do público da EJA?

O Estado de Roraima desde o início tem a visão de inserir na composição do Fórum EJA e da Agenda o máximo de segmentos que atuam na EJA, por saber que devemos ter uma visão ampla do que queremos para esta modalidade, o que nos falta, entretanto seria uma dedicação e disponibilidade tempo maior para investirmos na mobilização, divulgação e sensibilização dos gestores maiores das instituições que são parceiros nesta luta.

Componentes:

Leila Perussolo – Turma 2

Lindivalda Feitosa – turma 1

Sulivanha Lira – turma 1

Conselho Estadual de Educação de **São Paulo**

"É, assim, no estabelecimento de doutrina sobre os assuntos que são de sua competência, no simultâneo acompanhamento de casos e experiências, essencial para a avaliação de suas posições e medidas, que o CEE vai encontrar formas de definir, no momento atual e para a situação contemporânea, as funções que a lei estabelece para ele.

Também é função importante deste Conselho minimizar os eventuais danos advindos da descontinuidade da ação governamental, o que poderá ser grandemente atenuado nos seus efeitos por uma atuação perseverante do Conselho, no sentido de fixar posições doutrinárias sobre as principais questões educacionais"

<http://www.ceesp.sp.gov.br/#>

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA do CEESP

Presidente: SÉRGIO TIEZZI JÚNIORI

Vice-Presidente: MARIA AUXILIADORA ALBERGARIA P. RAVELI

Conselheiros: ANA LUÍSA RESTANI

ARTHUR FONSECA FILHO

FRANCISCO JOSÉ CARBONARI

MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO

MAURO DE SALLES AGUIAR

NEIDE CRUZ

SUELY ALVES MAIA

SUZANA GUIMARÃES TRÍPOLI

O senhor SÉRGIO TIEZZI JÚNIORI é também conselheiro no conselho de administração do IPT e também suplente do representante do governo estadual no conselho regional do SESI SP. É também Membro Fundador do Instituto Via Pública (<http://www.viapublica.org.br/historico.html>). Foi suplente da Secretaria Estadual de Desenvolvimento no Conselho Deliberativo do CIETEC em 2007 (http://www.cietec.org.br/images/down/arquivos/relatorio_anual_2007.pdf)

Em 2006 estava no:

CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Ata da Décima Quinta Reunião do Conselho

Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, Instituído por força da Lei Estadual 11.688,

de 19-5-2004

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e



seis, às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Gabinete da Secretaria da Casa Civil, segundo andar do Palácio dos Bandeirantes, foi realizada a décima quinta reunião do Conselho Gestor do Prognograma de Parcerias Público-Privadas - PPP, instituído por força da Lei Estadual nº 11.688, de 19.05.2004, tendo, como Presidente, o Senhor Secretário de Economia e Planejamento, Dr. FERNANDO CARVALHO BRAGA,, Dr. SÉRGIO TIEZZI JÚNIOR, Chefe de Gabinete da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, na qualidade de representante da titular, ...
(<http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Certificacao/GatewayCertificaPDF.aspx?notarizacaoID=4fa153a2-9f99-48e5-ae2c-e0d327d4b984>)

Essa notícia também é esclarecedora:

<http://humbertocapellari.wordpress.com/2009/08/03/novo-conselho-estadual-de-educacao-de-sp-tem-irmao-de-kassab-como-um-de-seus-membros/>

Vinícius Xavier Zammataro

Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA

SANTA CATARINA

Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA	
Total de componentes				
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral	
Educadores escola pública				
Diretor de Escola de EJA			13	
Professores de EJA	02		07	
Educadores escola particular				
Diretor		02		
Universidades				
Pública	Federal	02	01	03
	Estadual	02	01	02
	Municipal		01	02
Comunitária		02		
Particular		01		
Instituições de Ensino Superior		01		
Governo				
Estadual	02	06		
Municipal	02	02	04	
Conselho Estadual de Educação	01			
Outros				
UNDIME	02			
UNCME	02			
Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos/FEEJA	02			
Fórum Estadual do Campo/FOCEC	02		02	
Movimento Popular			06	
Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação		02		
Outros sindicatos				
Sindicato dos Estabelecimentos Particulares		04		
Sistema S				
SENAI		01		
SESI		01		
SESC		01	02	
Total	19	26	41	

O Fórum de EJA de Santa Catarina é constituído por representantes de instituições ou de segmentos sociais que possuem vínculo com a Educação de

Jovens e Adultos. É um espaço democrático e de militância permanente pela efetivação e ampliação de políticas educacionais na área da Educação de Jovens e Adultos. Não há limitação para o número de participantes por segmentos de pessoas que atuam na EJA, todavia estão ausentes do Fórum representantes de alunos de EJA, e os representantes da Secretaria de Estado da Educação. A ausência destes últimos, ocorre devido a determinação do Secretário de Estado da Educação que considera o Fórum numa instituição sem importância e que só atrapalha. Sou técnico da Secretaria de Estado da Educação e participo do Fórum representando o segmento educadores.

A Agenda Territorial de EJA em Santa Catarina, vem funcionando desde o final do ano de 2009. Eu sou um dos representantes da Secretaria de Estado da Educação na Comissão da Agenda Territorial de EJA em Santa Catarina, desde o início de sua instituição. Agenda vem funcionando basicamente entorno das atividades desenvolvidas pelo Comitê da Agenda Territorial. Já foi elaborado o Plano Estratégico para Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina e o Plano de Aplicação de Recursos da Agenda, ambos aprovados pela Comissão Estadual da Agenda de Fortalecimento e Integração da Alfabetização a Educação de Jovens e Adultos. Todavia as metas e estratégias previstas nos planos, ainda não foram efetivadas. Dos segmentos que participam da Comissão, instituídos por portaria, nem todos apresentam participação efetiva, por isso a Comissão resolveu ampliar o número de participantes, convidando para compor a Agenda outras instituições, representantes de governos e da sociedade civil.

O Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina - CEESC, foi criado pela Lei Estadual nº. 2.975, de 18 de dezembro de 1961 e instalado oficialmente em 15 de maio de 1962. É órgão de deliberação coletiva, com jurisdição em todo o Estado, tem por finalidade deliberar sobre matéria relacionada com o ensino, na forma da legislação pertinente. É órgão normativo-jurisdicional, consultivo e de assessoramento superior, tem por finalidade deliberar sobre matéria relacionada com a educação e o ensino, na forma da legislação pertinente. O CEESC tem como competências aprovar o Plano Estadual de Educação e sua reformulação, supervisionando e controlando sua execução, na forma da legislação vigente. Compete também ao CEESC regulamentar a Educação de Jovens e Adultos, aprovar normas e programas para a adoção de técnicas a serem associadas aos programas de alfabetização de adultos, visando a iniciação profissional dos interessados; aprovar as normas para o preparo de pessoal docente, adequando às características da Educação de Jovens e Adultos. Pela atual estrutura e representação, o CEESC carece de participação de educadores e educandos das escolas públicas, bem como de educadores e educandos da área da Educação de Jovens e Adultos. Para representar o verdadeiros anseios da Educação de Jovens e Adultos, o CEESC precisa ser reestruturado de modo a permitir a representação efetiva da EJA.

Quais aspectos positivos verificados na composição do Fórum Estadual de EJA e na Agenda Territorial?

Como aspectos positivos do Fórum de EJA, ressalto a realização de reunião e encontros sistemáticos voltados para a análise e reivindicação do atendimento da demanda de EJA no Estado. Em suas reuniões, o FEEJA/SC procura realizar ações de monitoramento da EJA, mediante o acompanhamento de matrículas nos cursos

das redes municipais e estadual de ensino. As ações e estratégias definidas nos Plano Estratégico e no Plano de Aplicação de Recursos da Agenda Territorial tem como foco: atender a demanda existente na zona rural, urbana (centro e periferias das cidades); alfabetizar jovens com mais de 15 anos, assim como, adultos e idosos; assegurar a continuidade dos estudos aos egressos do Programa Brasil/SC Alfabetizada; assegurar oferta de continuidade da escolarização básica; garantir nos espaços onde acontecem as aulas um ambiente de estudo e pesquisa para os educandos com mobiliários e iluminação adequados, bibliotecas e salas informatizadas; regulamentar a oferta de EJA por meio de resolução própria; Propor a implantação e a implementação de programas de formação continuada; fomentar linha de pesquisa em EJA na pós-graduação *stricto sensu*; estabelecer uma política de formação continuada em EJA nas redes de ensino; ampliar e fomentar junto às instituições formadoras de professores o debate sobre a inclusão da EJA como objeto de estudos nas licenciaturas; propor a Implantação de Programas de formação inicial em EJA; fomentar, junto aos sistemas públicos de ensino, por meio de convênios, políticas públicas de formação de educadores de EJA.

Da forma como estão compostos, o Fórum Estadual de EJA e a Agenda Territorial favorecem às ações voltadas à EJA numa perspectiva sustentável e de desenvolvimento territorial? Por quê?

Entendo que esse composição tanto do FEEJA/SC, com da Agenda Territorial, favorecem às ações voltadas à EJA numa perspectiva sustentável e de desenvolvimento territorial. No entanto é necessário que haja um amplo envolvimento e colaboração efetiva, de todos os segmentos que compõem tanto ao Fórum, com o a Agenda Territorial, na luta pela institucionalização e implementação de políticas educacionais de Educação de Jovens e Adultos.

O que é necessário ser feito para que a composição do Fórum Estadual de EJA, da Agenda Territorial e do Conselho Estadual de Educação, se torne mais plural e mais favorável ao atendimento das demandas sociais do público da EJA?

Vontade política e compromisso social com a EJA por parte dos governos e gestores, bem como pressão e controle social por parte dos militantes da EJA junto aos governos, gestores e instituições responsáveis em favorecer o atendimento às demandas de EJA. Há que ocupar espaços nas discussões municipais, estaduais e nacionais, mediante mobilização de educandos e educadores da área de EJA. Também se faz necessário promover debates com governos, parlamentos, judiciários e sociedade civil para reivindicar a efetivação das políticas públicas de EJA, assim como fiscalizar a aplicação dos recursos assegurados no FUNDEB para essa modalidade de ensino.

Aluno: Ramiro Marinho Costa – Santa Catarina – Tópico II, Módulo III.

SERGIPE**ATIVIDADE – MÓDULO III**

a) mapear, utilizando o Formulário disponibilizado na Biblioteca Virtual deste Módulo III, quais segmentos e instituições constituem atualmente os Fóruns Estaduais e distrital de EJA e as Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA e, a partir daí, analisarmos em que medida essas composições favorecem o desenvolvimento efetivo da EJA nos Estados;

1 – O Fórum de EJA em Sergipe é um espaço plural e aberto a adesões em qualquer época. Por assim ser, não define em sua composição o número de participantes por segmento. Atualmente o FPEJA/SE propõe a discussão e revisão de suas diretrizes, renovação de lideranças representativas e redefinição de suas metas. Vários segmentos têm representação no movimento do Fórum: Coordenação Estadual de EJA da Secretaria de Estado da Educação e de Secretarias Municipais de Educação de alguns Municípios; Conselho Estadual de Educação; UNDIME; Instituto Superior de Educação; Universidade Federal de Sergipe; SESI; Comitê Estadual de Educação do Campo; Sindicatos dos Profissionais da Educação do Estado e do Município; Coordenação do MOVA/SE; Educador; Educando; Redes de Educação; Movimentos Sociais e Sindicais Urbanos e do Campo, no entanto ultimamente a frequência às reuniões ordinárias tem sido bastante irregular, merecendo um efetivo trabalho de advocacy para a retomada do processo de crescimento do Fórum.

Com relação à Agenda Territorial, o Fórum tem duas representantes e a professora Izabel é quem participa da Comissão. Retomei há pouco tempo às atividades do Fórum e ao retornar do módulo presencial deste curso realizado em Recife, assisti a apenas uma reunião onde presenciei a participação de alguns segmentos que também fazem parte do Fórum, porém não conseguiria preencher o formulário com as informações precisas.

Quais aspectos positivos verificamos na composição do nosso Fórum estadual ou distrital de EJA e de nossa Agenda Territorial?

Como aspecto positivo na composição do Fórum e da Agenda Territorial, vemos:

- espaço garantido aos segmentos, para articulação e mobilização desses em prol do controle social das políticas públicas promovidas pelas instituições;
- possibilidades de contribuições do coletivo para a formulação de estratégias político-educacionais;
- oportunidades para construção de planejamentos viáveis a partir de necessidades e expectativas reais;
- oportunidade para a troca de informações e partilha de saberes;
- parcerias e integração interinstitucional em ações na perspectiva da promoção do desenvolvimento territorial sustentável e solidário;

- Da forma como estão compostos, o Fórum estadual ou distrital de EJA e a Agenda favorecem às ações voltadas à EJA numa perspectiva sustentável e de desenvolvimento territorial? Por que?

Sim. Tanto o Fórum quanto a Agenda têm foco na demanda de EJA e na política de Educação ao longo da vida e para além da escolarização. Acredito nas ações discutidas e

planejadas no coletivo e a composição dos Fóruns e Agenda Territorial, por terem perspectiva de monitoramento, acompanhamento e controle social das políticas públicas; por possuírem representantes de segmentos diversos, dos quais fazem parte os sujeitos da EJA, portanto conhecedores dos seus desejos e necessidades de cidadania plena, certamente o conhecimento e as ações de cada segmento, se bem integradas e negociadas, contribuirão muito com a superação das fragilidades e potencializarão habilidades, democratizarão decisões e fortalecerão as políticas públicas de EJA no sentido da sustentabilidade do desenvolvimento territorial. O ponto principal a ser reforçado é a efetiva e consciente PARTICIPAÇÃO, o que representa um importante ato de cidadania.

- O que é necessário ser feito para que a composição do Fórum estadual ou distrital, da Agenda e do Conselho estadual e municipal (nas capitais) de Educação se torne mais plural e mais favorável ao atendimento das demandas sociais do público da EJA?

Nos três casos, um trabalho de advocacy para novas adesões seria uma alternativa. Em relação ao Conselho Estadual, existe regulamentação legal para sua composição e nela não está prevista a participação popular. Nesse caso seria necessário um movimento da sociedade civil na perspectiva de garantir a sua representatividade. Na Agenda Territorial acredito que seria importante que houvesse um dispositivo legal, garantindo a representação da sociedade civil organizada em percentual superior a das instituições públicas, para garantir os seus objetivos de controle social.

Stelamaris Torres Melo.



Unidade da Federação: Piauí				
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distrital de EJA
Total de componentes	09	10	16	
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos				
EJA 1ª Segmento-EF				
EJA 2ª Segmento-EF				
EJA 3ª Segmento-EM				
Ensino Fundamental-EF			02	01
Ensino Médio-EM				01
Educadores escola pública				
SEDUC/SEMEC	01		02	
EJA 1ª Segmento - EF				
EJA 2ª Segmento-EF				
EJA 3ª Segmento-EM				02
Ensino Fundamental-EF			02	
Ensino Médio-EM		01		
Educação no Campo	01			
Educação e Diversidade	01			
Educadores escola particular				
EJA 1ª Segmento - EF				



EJA 2ª Segmento-EF					
EJA 3ª Segmento-EM					
Ensino Fundamental-EF				02	01
Ensino Médio-EM					
Universidades					
Pública	Federal	01	01	01	05
	Estadual	01	01		02
	Municipal				
Comunitária					
Particular				01	
Governo					
Estadual			01		03
Municipal				02	04
Outros					
UNDIME		01			01
UNCME					
Movimento Popular/ONG		01			02
Conselho Tutelar				01	
Diretores das escolas SEMEC				01	
Família					
Pai					
Mãe					
Responsáveis			01	01	
Sindicatos de trabalhadores					



Profissionais da educação	01	01	01	
CNTE				01
Outros sindicatos				
Sistema S				
SENAI				
SENAC				
SESI				02
SESC	01			02
SENAT				
SEST				
SENAR				
ONG				
				01
Total	09	10	16	27

Realizado por: Ana Maria Bezerra Ferreira e Ana Maria Bezerra do Nascimento

[1] Prezad@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-

TOCANTINS

Márcio Frota da Silva

INTRODUÇÃO

O Estado do Tocantins situa-se no sudoeste da região norte do país e faz parte da Amazônia Legal, limitado a leste com o Piauí, nordeste com o Maranhão, sudeste com a Bahia, ao sul com o Goiás, ao sudoeste com o Mato Grosso e a noroeste com o Pará. Anteriormente fazendo parte do Estado de Goiás, o Estado do Tocantins foi criado através da promulgação da última Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988 e ocupa área de 278.420,7 km². O relevo é formado por depressões na maior parte do território, sendo que na parte sul e nordeste encontram-se áreas de planaltos, com grande ocorrência de erosões, enquanto na parte central predominam extensas e belas planícies. As maiores altitudes localizam-se a leste e ao sul, onde se encontram as Serras do Estrondo, Lajeado, do Carmo e do Paraíso, com altitude média entre 360 e 600 metros.

A bacia hidrográfica abrange, aproximadamente, dois terços da área da bacia do Rio Tocantins e um terço do Rio Araguaia, além de várias sub-bacias importantes, fazendo do Tocantins um dos Estados mais ricos do Brasil em recursos hídricos. Os rios Araguaia, Tocantins, do Sono, Balsas e Paranã são os mais importantes do Estado. No rio Araguaia encontra-se a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo.

O clima do Estado do Tocantins é tropical, com temperaturas médias anuais de 26°C nos meses de chuva: outubro a março, e 32°C na estação seca: abril a setembro. O volume de precipitação média é de 1.800mm/ano nas regiões norte e leste do Estado, e de 1.000mm/ano na sua região sul.

Embora pertença formalmente à região norte, no Estado de Tocantins encontra-se a vegetação de Cerrado e a Floresta Amazônica. Essa característica fica evidente na fauna e flora locais, onde se misturam animais e plantas das duas regiões.

A população do Estado de Tocantins é de 1.295,345 habitantes/2009, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 3,30 habitantes por km². Entre as cidades mais populosas do Estado encontram-se Araguaína, Gurupi e Palmas a capital. A faixa etária de 0 a 14 anos representa 41,7% dos habitantes, entre 15 e 59 anos corresponde 52,7% e acima de 60 anos representam 5,6% do total da população. As mulheres representam 48,8% e os homens 51,2% da população.

O índice de mortalidade no Estado é de 2,60 por mil habitantes e a taxa de mortalidade infantil é de 25,6 óbitos por cada grupo de mil habitantes nascidos vivos, a taxa de analfabetismo a partir dos 15 anos é de 13,5 em 2009.

As principais atividades econômicas baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz, milho, soja, mandioca e cana-de-açúcar. A pecuária é significativa, bovinos, suínos, eqüinos, bubalinos e também a piscicultura. Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, a construção civil, móveis e madeireiras. Possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

Palmas é Capital do Estado do Tocantins desde janeiro de 1990, e ocupa área de 2.745 km², a uma altitude de 260 metros, na região central do Estado. Sua construção foi iniciada no dia 20 de maio de 1989. A população residente em sua área metropolitana é de aproximadamente 188, 686 habitantes, sendo 55,5% de homens e 44,4% de mulheres.

Entre as principais atrações turísticas de Palmas encontram-se as belas e tranqüilas praias fluviais, com destaque às Praias da Graciosa e do Prata próximas do centro da cidade dotadas de infra-estrutura necessária à comodidade dos freqüentadores.

A Reserva Ecológica da Serra do Lajeado, distante 18 km do centro da cidade, tem 1.500 km² de área e se caracteriza por traços ambientais da caatinga, do cerrado e da floresta tropical úmida. Possui diversas cachoeiras que formam piscinas apropriadas para a prática da natação, destacando-se a do Roncador e a do Brejo da Lagoa, ambas com 70 metros de altura. Palmas com sua arquitetura, em estilo contemporâneo, assemelha-se à de Brasília, tendo como exemplo o Palácio Araguaia, sede do Governo e cartão de visitas da cidade. Embora pouco explorado, o setor de restaurantes, bares e casas noturnas oferece opções razoáveis ao turista.

O Tocantins possui a maior ilha fluvial do mundo, a ilha do Bananal nome em razão da existência de extensos bananais em seu território. Reserva ambiental desde 1959, a ilha é formada pelos rios Araguaia e Javés, possuindo área de mais de 1.916, 225 hectares. Esta subdivide-se em duas partes: ao norte, o Parque Nacional do Araguaia, com quase a totalidade da área da ilha, abrangendo também parte dos municípios de Pium, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia. Sua sede administrativa fica na localidade de Macaúba, à margem direita do Rio Araguaia. Ao sul, o Parque Indígena do Araguaia, criado em 1971, possui 1.600 hectares, onde vivem índios das tribos Javaés e Carajás. Sua flora é típica do cerrado e da floresta Amazônica. Na ilha são ainda encontradas onças-pintadas, antas, capivaras, lobos, veados, ariranhas, gaviões-reais, águias-pescadoras e araras-azuis, entre outras espécies ameaçadas de extinção.

As cidades mais expressivas nas áreas econômicas, social e cultural são: Araguaína, que se desenvolveu a partir da construção da rodovia Belém-Brasília na década de 70, destaca-se como grande criadora de gado bovino, sendo por isso conhecida como "a Capital do Boi Gordo". É a cidade com maior população no Estado e em seu município encontra-se em vias de implantação, uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), localizada a 384 km da capital, Palmas. E Xambioá, situada no extremo norte do Estado, a

502 km da cidade de Palmas, a cidade está localizada na região conhecida como "Bico-de-papagaio". Xambioá, que em tupi-guarani quer dizer "pássaro veloz", é uma pacata cidade da beira do Rio Araguaia, com grandes extensões de praias e diversas ilhas fluviais ao longo do rio, como a ilha do Paletó e ilha do Campo.

Outra cidade que se destaca é Natividade, situada 218 km ao sul da capital do estado, numa região descoberta em 1728, foi sede provisória da Comarca do Norte de Goiás, no período de 1809 a 1815. Ainda no século XIX, foi o berço das primeiras manifestações para a separação da região norte do Estado de Goiás. Tombada em 1984 pelo Patrimônio Histórico Nacional, a cidade conserva, em antigos casarões e ruas estreitas, a sua arquitetura colonial de influência portuguesa e francesa. O Centro Histórico de Natividade é considerado o mais importante e bem conservado acervo arquitetônico do Estado de Tocantins. Temos também o Jalapão que é um lugar de descobertas permanentes. Em plena mata de transição entre o cerrado e caatinga, onde predomina uma vegetação rasteira similar às savanas, surgem cachoeiras, rios de águas cristalinas, corredeiras, grandes chapadas e formações de cores e formas variadas, destacam-se dunas de areias douradas, com até 30 metros de altura, o que levou o lugar a ser chamado de deserto do Jalapão. Seria deserto se o Jalapão não fosse também um paraíso das águas e um lugar onde a presença de flores e animais exóticos que salta aos olhos, um convite de contemplação e aventura.

Temos também a Ferrovia Norte Sul no trecho entre Açailândia e Araguaína com 361 km de extensão, outro trecho beneficiando Araguaína a Palmas com 359 km de extensão. Esta Ferrovia vem beneficiar o Tocantins através do escoamento expressivo de grãos, atingindo o patamar de 4,9 milhões de toneladas desde o início da operação comercial. O escoamento da produção pela ferrovia representa para o produtor local uma redução no custo do frete calculada em torno de 30 % em relação ao praticado pelo modal rodoviário.

O Parque Cantão com a conservação do patrimônio natural existente no Estado, localizado no município de Caseara, a 260 km de Palmas, enriquece o conhecimento dos visitantes sobre os atrativos naturais e estimula a valorização do meio ambiente e da cultura local, incluindo também as atividades de pesquisas científicas; acampamentos e recreação na temporada de praias.

Existe uma população de aproximadamente 7mil índios no Estado do Tocantins, distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.171.028 hectares. Desse total, 630.948 hectares já foram demarcados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Cerca de 74% das terras indígenas, que correspondem aproximadamente a 1.795.080 hectares, incluem apenas duas áreas que ainda estão em processo de demarcação, embora já estejam ocupadas pelos Javés e Boto Velhos.



O grupo indígena mais numeroso é o dos Krahôns, que ocupa área de 302.533 hectares já demarcada pela FUNAI, nos municípios de Goiatins e Itacajá. Os Xeretes representam o segundo grupo em tamanho. Ocupam área também já demarcada pela FUNAI, de 167.542 hectares, no município de Tocantínia.

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S):

1.1- ESTADO:

- Tocantins

1.2- NOME(S):

- Elvira N. Gemelli Herberts
Diretora - Diversidade/SEDUC
Coordenadora da Agenda Territorial/TO
- Márcio Frota da Silva
Membro do Fórum da EJA/TO
Representante dos Egressos de EJA

1.3- INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

- Elvira N. Gemelli Herberts
E-mail: elviraeducacao@gmail.com
Tel: 063 – 3218-1462 ou 8415-3019
- Márcio Frota da Silva
E-mail: semfrota@hotmail.com.br
Tel: 063 – 8462-5780

2 - CARACTERIZAÇÃO DA AGENDA E DO FÓRUM ESTADUAL OU DISTRITAL: limites e possibilidades dos mesmos na construção da política pública de educação de jovens e adultos no Estado do Tocantins

Lançado em 2000 o Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos do Tocantins – FPEJA-TO é um espaço, de âmbito estadual, articulação, socialização intervenção na realidade da educação de jovens e adultos do estado, portanto, aberto às discussões e aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações empenhadas na construção da EJA de qualidade.

Sendo assim, agrega educadores, professores, entidades dos poderes públicos, universidades, ONGs, movimentos sociais e entidades empresariais interessados na articulação das práticas em Educação de Jovens e Adultos no âmbito do Estado do Tocantins.

O FPEJA-TO vem fomentando as ações em EJA desde 2000. A instalação resultou da iniciativa das seguintes entidades: SEDUC, SESI, ULBRA, UNITINS, FECIPAR, SEMEC de Araguaína, SEMEC de Palmas e UNDIME-TO.

As atividades e ações do FPEJA-TO são norteadas pelos seguintes princípios fundamentais:

- Compromisso com os dispositivos da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e Diretrizes Curriculares da EJA.

- Respeito à identidade, à autonomia e à dinâmica própria de cada entidade-membro.

O FPEJA-TO tem por finalidade acompanhar e avaliar a efetividade das políticas públicas de EJA, visando subsidiar o estado e os municípios tocantinenses na implementação e acompanhamento das políticas públicas em EJA, tornando público posições e propostas discutidas no FPEJA-TO no sentido de subsidiar os projetos e políticas no campo da EJA, encaminhando tais proposições aos representantes do poder público.

O FPEJA-TO no ano de 2000 a 2005 realizou anualmente Encontros Estaduais oportunizando aos professores e educadores de EJA de nosso estado a participação em palestras, oficinas e mini-cursos ministradas por pessoas renomadas no cenário nacional de Educação de Jovens e Adultos do nosso país como: Jamil Cury, Jane Paiva, Ester Pillar Grossi, Maria Clara Di Pierro, Leôncio Soares, Margarida Machado, Renato Hilário, Jeannete Beauchamp e Leda Sefrin. Reunindo um público de aproximadamente 800 pessoas em cada edição.

O FPEJA-TO realiza atualmente reuniões mensais com a participação da coordenação executiva, momentos em que se faz o diagnóstico (desafios, avanços e retrocessos da EJA empreendida no estado) e um encontro anual que é aberto à Instituições, Entidades, Movimentos Sociais e pessoas que estejam diretamente ligados ou que tenham afinidade com a EJA. O Encontro Anual é organizado a contemplar uma mesa política de abertura, palestras, exposições, atividades culturais, grupos de trabalho, relatos de experiências, mesa redonda, oficinas pedagógicas e plenária final.

As atividades de acompanhamento, avaliação e implementação da efetivação das políticas públicas serão estruturadas no plano de ação anual elaborado pelo FPEJA-TO e relatório anual entregue pelas entidades envolvidas sobre as ações desenvolvidas no decorrer do ano sobre a Educação de Jovens e Adultos.

O FPEJA-TO esteve presente em todos os ENEJA – Encontros Nacionais de EJA com apresentações, exposições de ações realizadas dentro do estado e nas plenárias.

O FPEJA-TO agregou várias novas entidades, tendo uma expansão significativa, atualmente com as seguintes instituições: ITEPAC, SEDUC, SEMEC de Palmas, SESI, SESC, UFT, ULBRA, UNDIME-TO e UNIRG. Todas as entidades participantes desenvolvem significativas ações no campo da EJA, tais como conforme os segmentos:

Governo:

- Formação Permanente de professores;
- Ação alfabetizadora de jovens e adultos junto ao Programa Brasil Alfabetizado – MEC/SECAD;
- Ensino fundamental e médio na modalidade de EJA;
- Educação do campo (Saberes da Terra, Pronera, Arca das letras, alfabetização, 1º e 2º segmento nos assentamentos)
- Educação no sistema prisional (Casa de Custódia, Presídio de Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Gurupi, Presídio das Mulheres em Palmeiras e Tocantinópolis);
- Exames supletivos do Ensino Fundamental e Médio em todas as cadeias do estado;
- Educação dos Quilombolas (Remanescentes dos quilombos Mocambo, Brejinho de Nazaré e Cocalinho);
- Educação Indígena;
- Educação Inclusiva para alunos portadores de necessidades especiais;
- Orientação sobre os projetos e programas financeiros do Governo Federal para ações da EJA no estado e municípios;
- Educação Profissional Inclusiva;
- Formação inicial e continuada presencial e à distância;
- Sistema EaD para EJA
- Proposição de uma nova estrutura de EJA para o estado.

Universidades – IES

- Realização de pesquisas e desenvolvimento de atividades de extensão em EJA;
- Formação continuada de alfabetizadores via apoio financeiro do MEC/SESU/PROEXT;

- Ação alfabetizadora de jovens e adultos junto ao Programa Brasil Alfabetizado – MEC/SECAD;
- Oferta da disciplina de EJA nas estruturas curriculares dos Curso de Pedagogia das Instituições de ensino superior;
- Discussão no âmbito dos Cursos de licenciatura sobre a inclusão da disciplina de EJA em suas estruturas curriculares;
- Seminários de alfabetização, exposição sobre vida e obra de Paulo Freire;
- Universidade Aberta a Melhor Idade e Universidade da Maturidade;
- Criação de núcleo de EJA nas universidades agregando a participação de alunos e, conseqüentemente estimulando a produção de TCC na área de EJA;
- Turmas de EJAS no Rodoshopping (shopping popular localizado em área periférica da cidade de Palmas-TO);
- Atuação na associação de pescadores;
- Produção literária dos alunos da EJA (Sarau literário)
- Apresentação de trabalhos em congressos científicos;
- Ação alfabetizadora no sistema prisional – Arraias-TO.
- Realização de Oficinas pedagógicas de EJA.
- Formação professores e agente prisionais para a educação prisional do Estado.

Sistema S

- Formação inicial e continuada de professores;
- Ação alfabetizadora de jovens e adultos;
- Ensino fundamental e médio na modalidade de EJA;
- Educação Profissional;
- Formação inicial e continuada presencial e à distância;
- Sistema EaD para EJA.

Por fim, observa-se que as Instituições componentes do FPEJA-TO têm um atuação significativa no âmbito da educação de jovens e adultos, o que corresponde a atuação significativa de seus representantes no interior do FPEJA-TO. O grande desafio posto ao FPEJA-TO está na necessidade de agregar outros segmentos que desenvolvem ações no campo da EJA e que participam apenas dos Encontros Estaduais, como as ONG's,

Movimentos Sociais, Sindicatos, educadores, educandos. A ampliação dos segmentos FPEJA-TO se impõe como a possibilidade de ampliação da atuação do FPEJA-TO como movimento social.

Além da ampliação da participação de outros segmentos, outro desafio para o qual o FPEJA-TO encontra-se aberto, visto já regulamentado em seu Regimento, refere-se a ampliação dos debates nos Encontros Estaduais, formalizando a plenária final e a elaboração de relatório síntese das discussões e posições havidas no encontro. Desafio este que enfrentaremos no próximo Encontro Estadual a realizar-se nos dias 17 e 18 de setembro de 2006. Considerando o mapeamento realizado sobre a composição dos respectivos Fórum e Agenda, constata-se a necessidade de trazer os próprios alunos e também representantes da sociedade civil para o processo de garantia da EJA. Atualmente esses espaços de discussões contam apenas com membros representantes de instituições como, por exemplo, poderes legislativos, executivos e instituições privadas.

Disponível em: <http://forumeja.org.br/to/node/3>

Acesso em: 13 de janeiro de 2011 às 09:04.

3 - Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA¹⁴

Unidade da Federação: ESTADO DO TOCANTINS				
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distritais de EJA
Total de componentes	20	12	-	11
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos				
EJA 1ª Segmento-EF	0	0	0	0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	0	0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0
Ensino Médio-EM	0	0	0	0

¹⁴ Prezad@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.



			0	0
Educadores escola pública				
EJA 1ª Segmento - EF	0	0	0	0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	0	0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0
Ensino Médio-EM	0	0	0	0
Educadores escola particular				
EJA 1ª Segmento - EF	0	0	0	0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	0	0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0
Ensino Médio-EM	0	02	0	0
Universidades				
Pública	Federal	02	0	02
	Estadual	01	0	01
	Municipal	01	0	0
Comunitária	0	0	0	
Particular	01	01	0	01
Governo				
Estadual	04	04	0	02
Municipal	0	0	0	
Outros				
UNDIME	01	01	0	01
UNCME	0	0	0	
Movimento Popular	01	0	0	01
FORUM-EJA-TO	01	0	0	
CONS. EST. EDUCAÇÃO	01			01
P. B. Alfabetizado	01			
Povos Indigenas	01			
Família				
Pai	0	01		
Mãe	0	01		
Responsáveis	0			
Sindicatos de trabalhadores -				
Profissionais da educação	01- SINTET-TO	01-SINTET-TO		
CNTE				
Outros sindicatos				
OAB		01		
Sistema S				
SENAI	01			
SENAC	01			
SESI	01			01



SESC	01			01
SENAT				
SEST				
SENAR				
ONG				
Total	20	12		11



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PLANO DE AÇÃO - AGENDA TERRITORIAL

SITUAÇÃO PROBLEMA	AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO/TÉRMINO	META FÍSICA	META FINANCEIRA	FONTE
ESTABELECE MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	Realizar levantamento dos municípios que possuem EJA regulamentado e Conselho Municipal de Educação	Através da UNDIME/TO e ASMET/ SEDUC Entrar em contato com os 139 municípios para mapear o atendimento de EJA e regularizar os Conselhos Municipais de Educação, desta forma fortalecer a política de EJA em cada município.	UNDIME/TO SEDUC /ASMET	Dezembro /2010	139 MUNICÍPIOS	-	-
	Realizar 13 audiências públicas com conselhos municipais de educação existentes.	Após o mapeamento realizar audiências para a conscientização da importância da EJA nos municípios e enfatizar o papel do conselho nos municípios. Criar estratégias para a implantação do 1º segmento de EJA e fortalecimento da EJA em todos os municípios que são atendidos pelo Programa Brasil Alfabetizado.	comissão e conselhos municipais	Fevereiro a dezembro/ 2011	200 PESSOAS	R\$ 12.384	11



	Implantação dos comitês Municipais	Formar 13 comitês regionais para alicerçar as atividades da Agenda Territorial nos municípios.	Representantes das DREs	Dezembro /2010	13 REGIONAIS	-	-
ESTABELECE MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	Publicar no Portal do FORUM/EJA/TO e SEDUC as ações e recursos da Agenda Territorial	Ficará a cargo do coordenador do FORUM de EJA e coordenador EJA SEDUC publicarem todas as ações desenvolvidas pela Comissão da Agenda Territorial como também os recursos destinados a mesma.	FORUM - EJA	Março a dezembro/ 2011	-	Sem custo para agenda	FNDE
	Publicação do Plano Estratégico da Agenda Territorial.	Após a aprovação e avaliação do Plano Estratégico da Agenda Territorial, a Comissão Estadual da Agenda ficará responsável em publicar e divulgá-lo em todos os municípios.	Comissão Estadual		-	-	-
REALIZAR FORMAÇÃO/LOCAL REALIZAR FORMAÇÃO/LOCAL	Estimular as Instituições de Ensino Superior a criação de cursos de formação ou especialização para professores da EJA	As Instituições de Ensino Superior serão convidadas pela Comissão da Agenda Territorial a refletir sobre a necessidade da formação dos professores de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos no Estado de acordo com a demanda.	Comissão da Agenda Territorial	Dezembro /2010	139 municípios	-	SEDUC
	Capacitação dos membros de comitês regionais de alfabetização de jovens e adultos.	Realizar formação na sede das 13 regionais de ensino com membros de comitês regionais de alfabetização de jovens e adultos.	Membros dos comitês.	07/03/2011	200	R\$ 14.616,00	
	Elaborar o diagnóstico	Elaborar o instrumento de diagnóstico para conhecimento do perfil do público alvo de EJA e AJA do To	Comissão	Fevereiro / 2011	Alunos EJA e AJA	-	-



ELABORAÇÃO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DE EJA ELABORAÇÃO DOS PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DE EJA	Realizar diagnóstico	Aplicação de instrumentos de coleta de dados nos 139 municípios do Estado. Aquisição de informações através de e-mail e fax.	Comissão	março/2011	139 municípios	-	-
	Tabulação dos dados	Sistematizar os dados coletados dos municípios, utilizando os instrumentos de coleta, e informações adquiridas com o diagnóstico. Criar gráficos	Comissão	junho/2011	139 municípios	-	-
	Reunião com a comunidade	Realizar reuniões com os técnicos das DRE's, presidentes dos conselhos, membros de educação e representantes da sociedade.	Comissão	março/2011	13 DRE's		
	Monitorar a distancia os Comitês quanto à pesquisa de campo.	Dar suporte e orientação quanto à aplicabilidade do diagnóstico, através de monitoramento e acompanhamento in-loco.	Membros da Comissão	Março a abril/2011	139 municípios		SEDUC
	Acompanhar o planejamento, implementação e elaboração dos Planos Estratégicos de EJA nos municípios.	Oferecer condições pedagógicas e metodológicas para execução do plano estratégico nos municípios. Através de reuniões, monitoramento, fóruns de discussões, formação continuada e relatórios.	Comitê e Comissão Estadual	Março a novembro-2011	139 municípios		

4. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO

O inciso I do art. 214 da Constituição Federal estabelece como um dos objetivos do Plano Estadual de Educação a interação de ações do Poder Público que conduzam a erradicação do analfabetismo.

Até os anos 80, o território onde foi criado o Estado do Tocantins se caracterizava como um espaço geográfico abandonado por ações de Governo.

Assim, baseado na Resolução CNE/CEB N° 1, de 5 julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, em conformidade com o disposto no Art. 9º, 1º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, o Tocantins buscou inovar e articular ações que promovessem a Educação de Jovens desde a Alfabetização até o 3º segmento da EJA.

Nas escolas estaduais do Estado do Tocantins, temos expandido turmas do Programa Brasil Alfabetizado, buscando parceria com os 139 municípios do Estado. Nessa mobilização estamos também, reforçando a necessidade de prosseguimento através da EJA, modalidade ofertada nas escolas da Rede Estadual e municipal do Tocantins, sendo ofertada na rede estadual a modalidade que no momento atual se caracteriza da seguinte forma:

PROEJA

Contamos com duas salas em funcionamento na cidade de Palmas, na área de Manutenção e suporte em informática, na Escola Estadual Novo Horizonte, zona urbana. Progressivamente ofertaremos em 2011 mais 30 escolas nas áreas de demanda do município, incluindo escolas indígenas, sendo os cursos: Agropecuária, Agronegócio, Cooperativismo, Manutenção e suporte em informática, Administração, Informática, Biotecnologia, Música/Instrumentos Musicais, Enfermagem, Segurança no Trabalho, Refrigeração e Climatização, Mecânica, Panificação, Apicultura, Aqüicultura, Controle Ambiental, Fruticultura, Mineração, Artesanato, Pesca, Farmácia, Trânsito e Secretariado.

Matriz Curricular PROEJA – Regime Seriado/Semestral (Período), turno noturno, carga horária total de 3.860 h.

EJA - 1° AO 3° SEGMENTO

Com a matriz curricular do 3ºseg de 1500 horas/aula, ensino diurno e noturno, com duração das aulas de 50 minutos/diurno/noturno 48 minutos, dias letivos 100, semanas letivas 20 e dias letivos semanais 05. O 2º segmento tem cargas horárias total de 2000 horas/aula, ensino diurno e noturno, com duração das aulas de 50 minutos/diurno/noturno 48 minutos, dias letivos 100, semanas letivas 20 e dias letivos semanais 05. O 1ºsegmento tem carga horária de 1600 horas/aula, ensino noturno e diurno, com duração das aulas de 60 minutos, dias letivos 100, semanas letivas 20 e dias letivos semanais 05.

EDUCAÇÃO EM AMBIENTE DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

A modalidade de educação ofertada nas prisões é EJA; nas Regionais de Araguaína, Gurupi, Palmas, Porto Nacional e Paraíso.

Atendimento hoje, em seis unidades prisionais, uma média de 260 alunos matriculados, sendo ensino fundamental e médio;

Os alunos das Unidades Prisionais são atendidos da mesma forma que os alunos das Unidades Escolares do ensino regular; são desenvolvidos projetos de leitura, pintura em tela, demais atividades culturais, além de feiras de ciências que contribuem para o desenvolvimento intelectual e cultural dos alunos;

Há bibliotecas que serão incrementadas com a aquisição de acervo com recursos do PAR. É desenvolvido um processo de formação continuada que envolve professores e agentes do sistema, afim de que a educação seja discutida e desenvolvida em parceria; em 2007 foram realizados 04 módulos; em 2008 02 módulos e em 2009 a previsão é que seja realizado 01 módulo de formação que integre os gestores agentes e professores.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos contribui no ensino da educação dos quilombolas e na educação especial da rede estadual de ensino, tendo uma expressiva participação dos mesmos.

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

O Programa de alfabetização de Jovens e Adultos do Estado do Tocantins foi implantado em 1999 através da mobilização de vários setores da sociedade nos 139 municípios. O Programa funciona com servidores voluntários e professores da educação básica da rede estadual e municipal de ensino, tendo por objetivo superar o analfabetismo. Em mais de uma década de trabalho o Programa de alfabetização de Jovens e Adultos já alfabetizou mais de 140 mil pessoas. Este Programa tem duração de oito meses com carga horária de 320 horas e exige Formação Inicial para os alfabetizadores com carga horária mínima de 40 horas e Formação Continuada de 60 horas. A cada Etapa de Alfabetização o MEC edita uma nova RESOLUÇÃO, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e para o pagamento de bolsas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Constituição Federal de 1988 – Art. 208.

No Brasil existem 20 milhões de adultos analfabetos. A capacitação para o uso da leitura e escrita torna-se cada vez mais importante para a expressão plena da cidadania. Na região norte o índice de analfabetismo é 14%. O total da população do Estado do Tocantins a partir de 15 anos corresponde a 805.508 habitantes, segundo a PENAD/2002. O número de alunos matriculados na EJA (1º segmento) em 2004, segundo dados do Censo Escolar 2005, corresponde a 3.291 na rede estadual e somando as redes municipais e privada corresponde a 11.089 alunos. Em 2006, segundo dados da modulação do sistema estadual, estão matriculados nas escolas estaduais 3.731 alunos da EJA 1º segmento.

A população jovem e adulta analfabeta provém, em sua maioria, da zona rural, com experiência em trabalhar com a terra, migram pra cidade em busca de melhores condições de vida (escola, saúde), são expulsos pela expansão do latifúndio de monocultura e trazem em sua bagagem o empírico passado.

Ao atrair o adulto para a escola, é preciso garantir que ele não a abandone. As altas taxas de evasão (menos de 30% concluem os cursos) têm origem no uso de material didático inadequado para a faixa etária, nos conteúdos sem significado, nas metodologias infantilizadas aplicadas por professores despreparados e em horários de aula que não respeitam a rotina de quem estuda e trabalha. Problemas como esses podem ser resolvidos quando o professor conhece as especificidades desse público e usa a realidade do aluno como eixo condutor das aprendizagens, como você verá nas próximas páginas. Após a alfabetização, garantir a continuidade dos estudos é outro desafio. "Quem já sabe ler e escrever quer também fazer o Ensino Fundamental e o Médio", afirma Vera Masagão Ribeiro, coordenadora da organização não governamental Ação Educativa, responsável pela elaboração do material didático de EJA distribuído pelo MEC. Por isso as parcerias nessa área são bem-vindas. Na edição do próximo mês você conhecerá alguns projetos presenciais e a distância desenvolvidos por secretarias de educação e pela sociedade civil e como a especialização em EJA tem sido preocupação dos institutos de formação de docentes.

EJA no Brasil número de matrículas	
1999	3071906
2000	3410830
2001	3777989
2002	3779593
2003	4240703
<i>FONTE: INEP</i>	

Analfabetos na sociedade letrada: diferenças culturais e modos de pensamento ¹

*Marta Kohl de Oliveira**

Quando nos referimos ao analfabeto na sociedade letrada, isto é, a esse sujeito que vive no mundo urbano, escolarizado, industrializado e burocratizado e que não tem o domínio da palavra escrita, estamos nos referindo, na verdade, a um grupo social extremamente homogêneo. É um grupo composto, em sua maioria, por migrantes de zonas rurais, principalmente região Nordeste do país, trabalhadores em ocupações pouco qualificadas e com uma história descontínua e mal-sucedida de passagem pela escola; seus pais também eram trabalhadores em ocupações braçais não-qualificadas (principalmente lavoura) e com nível instrucional muito baixo (geralmente também analfabetos). A caracterização desse grupo cultural repete-se nas várias situações escolares e de pesquisa que lidam com esse personagem que designamos genericamente como "analfabeto": ele tem um lugar social específico, que vai combinar-se com a sua incapacidade de utilizar o sistema simbólico da escrita.

Se quanto a suas características socioculturais sabemos claramente o que é o analfabeto, quanto ao domínio do sistema de escrita, parece que não estamos lidando com um grupo formado por indivíduos muito semelhantes entre si. Os adultos que chamamos de analfabetos, imersos no mundo letrado, vão sendo contaminados pelas informações desse mundo e acumulam conhecimentos sobre suas regras de funcionamento e sobre o próprio sistema de escrita.

Numa sociedade tão saturada de escrita como a grande cidade contemporânea, raramente encontramos pessoas completamente analfabetas. Obviamente que, como consumidor da palavra escrita, o analfabeto está em desvantagem em relação àqueles indivíduos que, tendo passado por um processo regular de escolarização, dominam a lógica do mundo letrado. Mas ele sabe coisas sobre esse mundo, tem consciência de que domina completamente o sistema de leitura e escrita e está, ativamente, buscando estratégias pessoais para lidar com os desafios que enfrenta nas esferas da vida que exigem competências letradas. Frequentemente esses indivíduos sabem escrever o próprio nome, muitas vezes reconhecem ou sabem escrever algumas letras, conhecem o formato de algumas palavras, conhecem os números. Alguns conhecem letra de forma, mas não letra cursiva, outros têm dificuldades de saber onde "termina uma palavra e começa outra", outros, ainda, conhecem as letras, mas não sabem "juntá-las". O rótulo "analfabeto" não identifica, pois, um estágio de alfabetização bem definido. Poderíamos trabalhar, na verdade, com a idéia de "graus de analfabetismo": exposto de uma forma particular aos estímulos do mundo letrado, submetido ou não a algum tipo de treino escolar ou instrução por parte de pessoas mais escolarizadas, usando sua capacidade de reflexão sobre o contexto em que vive e sobre seu próprio conhecimento, cada indivíduo constitui uma combinação específica de capacidades, não havendo a formação de um grupo homogêneo quanto ao domínio do sistema de leitura e escrita.

A consideração do lugar social do analfabeto, juntamente com a idéia dos diferentes graus de analfabetismo, coloca a questão do analfabetismo no mundo letrado menos como um problema que diz respeito às relações entre culturas e modos de pensamento. Isto é, o analfabeto não é qualquer indivíduo tecnicamente definível como privado da capacidade de leitura e escrita e, portanto, necessitado de uma ação alfabetizadora que simplesmente lhe



permita o acesso ao sistema simbólico da escrita. Ao contrário, a questão central parece ser o enfrentamento de um grupo cultural de origem iletrada (e rural, tradicional, sem qualificação profissional) com o modo de pensar dominante na sociedade letrada e urbana, escolarizada, industrializada, marcada pelo conhecimento científico e tecnológico).



5 - Metas para a EJA no Estado:

EIXO: OFERTA DE VAGAS DE ALFABETIZAÇÃO DE EJA NAS ZONAS RURAL E URBANA								
Situação-problema	Ação	Estratégias	Objetivos	Metas	Recursos	Responsável	Período	Avaliação
	2-Realizar 13 audiências Públicas:	2-Promover reuniões com vereadores, prefeitos e secretários municipais de Educação, visando ações articuladas de alfabetização e educação de jovens e adultos	Ampliar o atendimento de Alfabetização e EJA		R\$ 15.000,00	Coordenadoria de EJA	Janeiro de 2011 a março de 2014	Avaliação será bimestralmente conforme o compromisso das Prefeituras em firmar parceria com o Estado para expansão da EJA 1º Segmento .
	3- Realizar campanhas no rádio,T.V, carro de som, panfletos, outdoor, para sensibilizar jovens e adultos para completar os estudos	3- Divulgação da oferta do 1º segmento de EJA através do rádio, carro de som, panfletos.			Recurso da Agenda Territorial R\$ 50,000,00			
Falta de Inserção dos egressos do Programa Brasil	4-Proporcionar abertura de turmas do 1º segmento de EJA, nos municípios onde apresentam	4- Levantamento da demanda em cada município: Buscar		139 Municípios	R\$ 59.000,00 FONTE	Coordenadoria de EJA	Janeiro de 2011 a março de 2014	



Alfabetizado no 1º Segmento da EJA zona urbana e rural.	demanda	parceria com entidades para proporcionar um ambiente propício a aprendizagem.			14			
	5-Implantar Comitês Municipais de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. 6-Organizar encontros para divulgar e fortalecer a política de EJA. Estaduais	5-Formar 13 Comitês nas DREs para articular as atividades de Alfabetização e Educação de jovens e Adultos						
Estratégia inadequada de matrícula para a modalidade EJA.	Elaborar proposta de reestruturação da estratégia de matrícula da EJA	Promover reuniões para rever a estratégia de matrícula da EJA com o CEE, CME e Coord. de Legislação e Certificação da Seduc representantes de seguimento da EJA(Secretaria Municipais de	Construir uma estratégia de matrícula da modalidade de EJA atendendo as suas especificidades.	Atender 100% das Diretorias Regionais de Ensino e 100% das Secretarias Municipais de		Coordenadora da EJA	março2011 a dez2010	Após analisada e aprovada a Estratégia de Matrícula, a avaliação será semestralmente através do acompanhamento a demanda de turmas e permanência do aluno.



		Educação, Fórum, Agenda Territorial, Universidades)		Educação.				
Falta de política que garanta espaço físico, professores com	Realizar levantamento e condensar os dados das U.E que ofertam a modalidade EJA.	Apresentar no seminário, a proposta do ambiente próprio para educação de Jovens e	Implantar o Centro de Específico da EJA no Estado	Atender alunos de EJA em todos os turnos	R\$335.000,00 80.000,00 FONTE 14	Coordenadoria da EJA	Março 2011 a dez\2014	Bimestralmente observando o desempenho dos alunos,



dedicação exclusiva na EJA e carga horária específica.	Realizar anualmente seminário de Práticas Pedagógicas na Alfabetização, Sistema Prisional e 1º ao 3º da EJA.	Adultos, com professores de dedicação exclusiva em EJA(com carga horária diferenciada e atendimento direcionado através de monitor\tutor)	do Tocantins através de experiência piloto.					integração e nível de satisfação da equipe da Unidade Escolar, no processo ensino aprendizagem, através do acompanhamento dos índices de aproveitamento.
--	--	--	---	--	--	--	--	--

EIXO METODOLOGIA ADEQUADO AO PÚBLICO DE EJA								
Problema situação	Ação	Estratégias	Objetivo	Metas	Recursos	Responsável	Período	Avaliação



Falta de matriz de referência teórico-pedagógica unificada para a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos(1°, 2° e 3° segmento)	Reestruturar a Proposta Pedagógica da Alfabetização, do Sistema prisional e a proposta curricular do 1° ao 3° Segmento da EJA, tornando-a matriz de referência curricular da modalidade EJA	Coleta das propostas das 13 Diretorias Regionais de Ensino	Embasar teórico-metodologicamente os profissionais que atuam na Alfabetização de Jovens e Adultos através do Referencial Curricular da EJA.	Atender todas as escolas da rede pública de ensino		Coordenadoria da EJA	Médio prazo	Acompanhamento da aplicabilidade e da matriz de referência in loco, verificação da participação dos alunos nas atividades pedagógicas e redução do índice de abandono
	Implantar a matriz de referência em todas as Unidades Escolares que ofertam a modalidade EJA	Reuniões técnicas com a Equipe do Currículo SEDUC para reestruturação da matriz de referência da modalidade EJA	Nortear os profissionais que atuam na educação de Jovens	Atender todas as escolas da rede pública de ensino dos 100%		Coordenadoria da EJA	fev\11 A Dez 11	



			e Adultos	municípios				
	Publicar 2000 exemplares do referencial Unificado da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.	Distribuir um exemplar do Referencial para cada profissional da EJA.	Acompanhar o desenvolvimento acadêmico dos alunos da Alfabetização e EJA.					
Falta de Monitoramento	Realizar monitoramento nas turmas de alfabetização mensalmente;	Estabelecer plano de trabalho enfatizando o monitoramento e intervenção nas turmas de Alfabetização e educação de Jovens e adultos.			R\$ 117.000,00			
	Realizar monitoramento nas turmas de Educação de Jovens e Adultos bimestralmente.				R\$ 95.000,00			

EIXO: INSERÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO



Situação-problema	Ação	Estratégias	Objetivos	Metas	Recursos	responsável	Período	Avaliação
Falta de proposta adequada aos alunos da EJA nos cursos profissionalizantes	Encaminhar os alunos da EJA para participarem de cursos profissionalizantes	Buscar parcerias com o sistema S e Secretaria da Juventude e Proeja	Preparar os alunos da modalidade EJA para inserção no mercado de trabalho.	100% das escolas da rede estadual de ensino que ofertam a modalidade EJA.		Coordenadora da EJA	Jan 2011 a Dez 2014	Será mediada .através da melhoria do nível de aprendizagem do aluno bimestralmente
Falta sensibilizar aos alunos quanto à escolha profissional	Realizar palestras motivacional e oficinas de orientação vocacional	Buscar parcerias com SEBRAE, Ruraltins, Sistema S, Secretaria da Juventude e Ação Social	Orientar os alunos da modalidade EJA para o mercado de trabalho		R\$50.000,00 Programa 49 Fonte 00			Trimestralmente através da valorização da Educação de Jovens e Adultos, observando a satisfação, auto-estima e permanência do aluno com sucesso na escola.
Falta de oferta de cursos	Adquirir equipamentos	Proporcionar aos	Preparar o	50% das escolas da		Coordenadora da EJA	Mar 2011 a	Mensal através da



alternativos com horário adequado ao tempo escolar do aluno	para realização de oficinas laborais.	alunos da EJA participações em feiras das profissões promovidas pelas universidades	aluno da modalidade EJA para o campo de trabalho.	rede estadual de ensino que ofertam a modalidade EJA			Dez 2014	participação contínua e envolvimento dos alunos nas atividades laborais e pedagógica, resultando na melhoria do desempenho
---	---------------------------------------	---	---	--	--	--	-----------	--

Eixo: Formação continuada para professores de EJA

Situação-problema	Ação	Estratégia	Objetivos	Metas	Recursos	Responsável	Período	Avaliação
Falta cursos de especialização para professores da Modalidade EJA	<p>Proporcionar curso de especialização em EJA.</p> <p>Firmar convênio com Instituições de Ensino Superior para aplicabilidade do curso.</p> <p>_____</p> <p>Aquisição bibliográfica literárias, culturais, legislações e educacionais voltadas para Educação de</p>	<p>Fortalecer as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Buscar parcerias junto as universidades Estaduais e Federais</p> <p>_____</p> <p>Ampliar e enriquecer a prática pedagógica dos profissionais</p>	Qualificar os profissionais que atuam na EJA.	Atender 500 professores da rede pública de ensino		Coordenadoria da EJA	Jan 2011 a Dez 2014	A Avaliação será realizada durante o curso, observando a participação do cursista e aplicabilidade do conhecimento adquirido no fazer pedagógico em sala de aula



Falta de acervo bibliográfico para os profissionais que atuam em EJA.	Jovens e Adultos.(Priorizar autores regionais). Incentivar os profissionais que atuam na EJA a desenvolverem projetos com impacto na aprendizagem através de premiações	que atuam na EJA através de fonte de pesquisa. Instituir uma comissão para estabelecer os critérios de elaboração, desenvolvimento e execução para seleção de projetos com resultados impactantes na aprendizagem.	Melhoria do desempenho acadêmico da EJA. Enriquecer as aulas através dos recursos audiovisuais Incentivar e valorizar os profissionais que atuam na EJA Destacar a importância da EJA no cenário da Educação no Estado.		R\$12.000,00 FONTE 14	Coordenadoria da EJA	Jan\2011 a Dez\2014	A avaliação será realizada mediante o acompanhamento ao uso do acervo bibliográfico pelos profissionais da EJA, utilizando-o no planejamento e desenvolvimento de projetos, ensino de aprendizagem nas unidades Escolares.
Falta de valorização dos profissionais que atuam na EJA				100 % das escolas da rede estadual de ensino que ofertam aEJA.		Coordenadoria da EJA	Jan\2011 a Dez\ 2014	Através da demanda de inscritos para apresentações dos projetos , melhoria do desempenho dos profissionais no processo ensino aprendizagem da EJA.



Falta de materiais didático pedagógicos adequados para o Ensino Fundamental modalidade EJA 1º, 2º segmento.	Adquirir Kits de materiais didático pedagógico para subsidiar os alunos da modalidade EJA	Oferecer melhores condições de escolarização nos alunos da EJA.	Melhorar o desempenho acadêmico e diminuir a evasão escolar.	100% dos alunos da EJA de 1º e 2º segmento.	R\$ 170.000,00 FONTE 14	Coordenadoria da EJA.	Jan\2011 a Dez\2014	Através do gerenciamento dos dados de melhoria de desempenho escolar do aluno; aprovação, reprovação e abandono.
Falta de materiais pedagógicos adequados para o Ensino Médio modalidade EJA de 3º segmento.	Adquirir Kts de materiais didático pedagógicos para subsidiar os alunos da Modalidade EJA.	Oferecer melhores condições de escolarização nos alunos da EJA	Melhorar o desempenho acadêmico e diminuir a evasão escolar	100% dos alunos do Ensino Médio modalidade EJA de 3º segmento.				
Dificuldade de acesso e permanência do aluno trabalhador da EJA.	Valorização dos alunos do 3º segmento com bolsa-auxílio com 75% de frequência escolar.	Viabilizar através de políticas públicas a inclusão social do aluno trabalhador.	Diminuir os índices de evasão escolar.	Reduzir em 5% ao ano o índice de evasão em 80% das Unidades escolares que ofertam EJA.		Coordenadoria da EJA	Jan\2011 a Dez\2014	Será realizada através do monitoramento da frequência, participação e aprendizagem do aluno por meio de instrumento informativo da vida escolar do aluno de EJA.
	Realizar Formação	Oferecer formação em	Melhorar o desempenho	Capacitar 100% dos		Coordenadoria da EJA	Jan\2011 a	Através do gerenciamento



	Continuada específica para os profissionais da .	serviço e em períodos determinados para os professores da	acadêmico e diminuir evasão escolar dos alunos da EJA.	professores da EJA			Dez\2014	dos dados de melhoria de desempenho escolar do aluno aprovação, reprovação e abandono.
--	--	---	--	--------------------	--	--	----------	--

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permitiu-nos o Curso de Gestão Social e Políticas Educacionais em EJA, compreender o processo educativo com práticas da educação popular, alcançamos o mínimo de convivência, entre as atividades propostas tanto em sala ou *online*, onde além de respirarmos um clima agradável, respiramos cultura, saberes, respeito à diversidade e assim permitam-me falar de Rubem Alves, “saber com sabor”, dessa forma nos sentimos nesse curso.

Entre os eixos temáticos trabalhados através dos módulos tais como: marcos estratégicos das ações da EJA, incidência de políticas públicas de educação ao longo da vida, desenvolvimento territorial sustentável, gestão social de políticas públicas, planejamento e gestão social de projetos educacionais em EJA, estes eixos nos permitiram planejar mudanças e construí-las de modo democrático e solidário, partindo da história diária dos homens e mulheres do nosso meio.

No entanto, sabemos que isso não é suficiente, pois os atuais desafios sociais e educativos estão exigindo uma revisão profunda das práticas, além da elaboração de ações ou cursos de capacitações, nos quais assumimos o desafio de melhorar e transformar a realidade dos educandos e educadores.

Entendemos, também, que cada vez mais a comunicação em rede é necessária e a discussão das partes que envolva as Secretarias estaduais e municipais Conselhos, Agenda Territorial, Fórum da EJA, Universidades, comunidade, acadêmicos, sindicatos e outros buscando, juntos, práticas e ambiente em que os educandos não se sintam excluídos e possam desenvolver plenamente suas potencialidades.

Com certeza podemos afirmar que dentro de cada um de NÓS, brotou a semente do entusiasmo, da força e luta pelas causas da Educação de Jovens e Adultos ao longo da vida proporcionando sustentabilidade às iniciativas no cotidiano do nosso estado.

Desse modo, esperamos que o Plano Estratégico de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos proporcione uma educação de qualidade aos alunos desta modalidade, levando em consideração os dados coletados e analisados, pois através deles detectamos as deficiências e as dificuldades enfrentadas.

Na certeza de que aperfeiçoar a metodologia aplicada em sala, proporcionando aos Profissionais de Educação de Jovens e Adultos, formação continuada em serviço estimula o educador(a) a construir e buscar conhecimentos e técnicas apropriadas para trabalhar com a modalidade EJA e suas especificidades. Bem como **sensibiliza** o educador (a)



quanto à importância do acompanhamento do educando para sua permanência na sala de aula.

Dessa maneira, o Plano Estratégico contempla ações que serão executadas por esta Coordenadoria/ Diretoria da Diversidade/**SEDUC** juntamente com as Diretorias Regionais de Ensino/ **SEDUC** e Unidades Escolares, para a valorização da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e conseqüentemente a melhoria do ensino aprendizagem.

7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

_____. Educação para Jovens e Adultos: **Ensino Fundamental: Proposta Curricular - 1º e 2º segmento/coordenação e texto final Vera Masagão Ribeiro**. São Paulo: Ação Educativa: Brasília/DF.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 2007.**

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 2008.**

_____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Brasília, 1995.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade**. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CINFINTEA)/ Ministério da Educação (MEC) – Brasília: MEC, Goiânia: FUNAPE/UFG/2009.

_____. **VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) – Marco de Ação de Belém – revisado por: Timothy Ireland e Carlos Spezia – UNESCO – Brasília / DF. 2010.**

FREIRE, **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a prática Educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

TOCANTINS -**PES- Sare** – Secretaria da Educação e Cultura – 2009.



ANEXO 16- PROPOSTAS DE AÇÃO EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EJA



Curso de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA

PLANO DE AÇÃO PARA ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO ACRE

Fernanda Maria dos Santos Alves
Maria Augusta Bezerra Rosas Verçosa

RIO BRANCO-AC - 2011

Dados de identificação do(s) proponente(s):

1.1- Estado: Acre

1.2- Nomes e Informações para contato:

- Fernanda Maria dos Santos Alves: (68) 8115 5442; 3213 2368; Email: fernandamaria.santos@hotmail.com

- Maria Augusta Bezerra Rosas Verçosa: (68) 9975 8361; 3226 1376; e-mail augusta-rosas@hotmail.com

2- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual:

A instituição da Agenda Territorial no Estado do Acre deu-se no ano de 2009, com a constituição da Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos através de Portaria publicada pela Secretaria de Estado de Educação, de acordo com orientações recebidas da SECAD. Inicialmente, a Comissão foi constituída por representantes das instituições Conselho Estadual de Educação, Secretaria de Estado de Educação (Alfabetização e EJA), Universidade Federal do Acre, UNDIME, SESI representando o Sistema S, Secretaria Municipal de Educação de Rio Branco, INCRA e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, vindo mais tarde contar com a participação do Fórum EJA Acre, Instituto de Administração Penitenciária e Instituto de Educação Profissional Dom Moacir Grech.

Foi a partir de várias reuniões, com muita persistência de instituições como SEE, UNDIME, CEE e SESI que a Agenda Territorial foi sendo incorporada pelos seus representantes, vencendo a resistência de alguns segmentos e se firmando como um espaço de interação, discussão, estudo e articulação para as ações de Alfabetização e EJA.

Assim, imbuídos pelo espírito de compromisso que propõe a Agenda, a partir dos debates proporcionados pelas Oficinas de Formação que a SECAD ofereceu nos anos de 2009 e 2010 é que hoje a Comissão mantém constituída uma sistemática de reuniões que viabiliza o desenvolvimento de ações para a efetivação e manutenção da Agenda Territorial no Estado. Além disso, tornou-se possível a construção de um plano estratégico e a realização em dezembro de 2010 do "Seminário Estadual de EJA: pactuando responsabilidades e vencendo desafios" com o propósito de fortalecermos as ações de políticas educacionais voltadas para o público de jovens, adultos e idosos. Na ocasião, também foi assinada uma carta compromisso pela Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos entre as instituições presentes.

Vale ressaltar que a Agenda Territorial no Acre constituiu-se ainda numa estratégia de fortalecimento para o Fórum Estadual, resgatando a representatividade e atuação ativa de seus representantes. Este, apesar de ter sido criado oficialmente em 2004, com estatuto e representação de dez segmentos, não vinha avançando enquanto movimento da EJA devido ausência das instituições representadas.

Portanto, a Agenda Territorial possibilita a rearticulação do Fórum Estadual de EJA, o qual pode ser um espaço a mais a somar na busca da consolidação das políticas educacionais para a EJA e sua sustentabilidade nas políticas públicas do governo estadual.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

a) Análise

A Educação de Jovens e Adultos destina-se aos alunos que não tiveram acesso à educação ou não deram continuidade aos seus estudos em nível de Ensino Fundamental e/ou Ensino Médio na idade própria, sendo oferecida pelo sistema público de ensino, com oportunidades educacionais apropriadas, através de cursos no formato presencial, estruturados em Módulos de Ensino, sem seriação. Além dos cursos, também são oferecidos exames supletivos, em nível de Ensino Fundamental e Médio, conforme critérios estabelecidos pelo Conselho Estadual de Educação.

De acordo com a Resolução Nº 26/2007 do Conselho Estadual de Educação, são considerados aptos a ingressar nos cursos presenciais da EJA alunos que, no ato da matrícula, estejam com idade mínima de 15 (quinze) anos completos para o Ensino Fundamental, e de 18 (dezoito) anos completos para o Ensino Médio.

A oferta de cursos da EJA na rede estadual está regulamentada no documento “A Política e Organização da Educação de Jovens e Adultos no Acre”, aprovada através do Parecer CEE/AC nº 88/2008 e Resolução CEE/AC Nº 36/2009, de 16/02/2009. O referido documento também é utilizado pelos sistemas municipais de Educação para a oferta de cursos EJA I e Ensino Fundamental, mediante adaptação à realidade dos Municípios e apresentação no CEE.

Para garantir o amplo direito à educação e o atendimento a todos os jovens e adultos no Estado do Acre, os cursos da EJA podem ser ofertados em escolas da rede estadual de ensino, escolas municipais, no Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, espaços alternativos cedidos pela comunidade, empresas, instituições governamentais e não-governamentais, sindicatos, associações, centros de medidas socioeducativas e sistema prisional, mediante autorização da Secretaria de Estado de Educação ou Secretaria Municipal de Educação. Os profissionais da educação que atuam nesses espaços passam por processo de formação em serviço, de modo a garantir o desenvolvimento de capacidades que permitam melhor compreender o universo jovem e adulto, bem como a metodologia adequada às suas especificidades. Além disso, é realizado sistematicamente pela equipe técnica das secretarias acompanhamento e monitoramento às turmas da EJA.

No Acre, além dos espaços governamentais, a EJA também é ofertada através de instituições como SESI e SESC, os quais possuem proposta pedagógica específica, sistema de acompanhamento e formação continuada de professores, sendo organizados de modo a contemplar, prioritariamente, as necessidades e demandas da área comercial e industrial, expansível aos jovens e adultos da comunidade em geral.

As ações de Alfabetização no Estado, em sua grande maioria, são desenvolvidas através da Secretaria de Estado de Educação, em parceria com governos municipais. O financiamento das ações é custeado com recursos próprios do Estado e Programa Brasil Alfabetizado.

Embora o Estado tenha desenvolvido ações estratégicas para o combate ao analfabetismo, dados da PNAD 2008 apontam ainda que numa população de 458.288 pessoas com 15 anos ou mais de idade, 13.8% dessa população permanece ainda estão

na condição de analfabetos, ou seja, 63.092 pessoas não sabem ler e escrever. O quadro abaixo apresenta a posição do Estado do Acre em relação à região Norte e ao Brasil.

RANKING	TAXA DE ANALFABETISMO						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	11,8	11,5	11,4	11,1	10,4	10	10,1
Norte	10,4	10,6	12,7	11,5	11,3	10,8	8,4
Acre	7,6	16,9	18,1	21,1	17,6	15,8	13,8

Fonte: PNAD/IBGE 2008

Assim, embora se evidencie um crescente decréscimo no índice de analfabetismo no Estado observa-se que ainda há muito que fazer para superar o índice Norte e Brasil. No entanto, para garantir o processo de alfabetização a todas essas pessoas, além das parcerias com os governos municipais e sociedade civil, do fator geográfico, das populações rarefeitas e da dificuldade de acesso às localidades mais isoladas, é preciso considerar alguns fatores que contribuem para a evasão de alunos nos programas de alfabetização, dentre os quais se destacam: a migração de alfabetizandos para as frentes de trabalho oferecidas pelo Governo do Estado, construtoras e empresas privadas da construção civil, no período das aulas; o deslocamento dos alunos para as áreas rurais nos períodos de plantio e colheita agrícola; a frequência irregular às aulas devido compromissos nas igrejas; a falta de residência fixa, devido às ofertas de trabalho para os homens que obrigam as mulheres a ficarem mais em casa, deixando a escola para outra oportunidade; a falta de perspectiva de vida futura que tenha como alicerce o estudo; a baixa escolaridade de alguns educadores que atuam na zona rural, devido à falta de pessoas qualificadas; a procura de um salário fixo por parte dos educadores voluntários, além do atraso no pagamento da bolsa benefício.

Finalmente, ciente dos desafios impostos pelas adversidades, é importante ressaltar que desde 2009, com a constituição da Comissão Estadual de Alfabetização e EJA, ações estratégicas têm sido identificadas e planejadas com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo no Estado, integrar a Alfabetização à modalidade EJA, bem como garantir a continuidade de estudos aos egressos dos programas de alfabetização. Para tanto, necessário se faz rever compromissos e metas assumidas pelo Estado e Municípios, além de buscar novas parcerias que contribuam para a implementação do Plano Estratégico para a modalidade EJA no Estado do Acre, conforme previsto na Agenda Territorial.

b) Estratégias para atualização do diagnóstico na perspectiva da intersetorialidade

O documento nacional da VI CONFINTEA sinaliza que *"reconhecer a intersetorialidade da EJA e potencializá-la implica múltiplos desafios e requer parcerias e envolvimento no processo educativo, com a integração de todas as esferas governamentais (federal, estadual, municipal e distrital) e da sociedade civil, relacionadas com o campo do trabalho, da saúde, do meio ambiente, da segurança pública, da assistência social, das culturas da comunicação, entre outras"*.

Nesse sentido, para possibilitar a ampliação do acesso aos cursos da EJA necessário se faz o estabelecimento de parcerias com instituições governamentais, não-governamentais e sociedade civil organizada, com o objetivo de mapear a demanda potencial existente, uma vez que os números apresentados através da PNAD 2008 ainda são questionáveis pelo executivo estadual, face os atendimentos realizados através do Alfa 100-PBA, EJA e programas especiais desenvolvidos para a redução dos índices de distorção idade-série nos últimos dez anos.

Para atualização do diagnóstico serão consideradas as seguintes estratégias:

- Viabilização de parceria com instituições de ensino superior para realização de pesquisa diagnóstica da população que não concluiu o ensino fundamental ou médio, na faixa etária para ingresso na EJA;
- Levantamento de dados através do CADÚNICO, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento para a Inclusão Social;
- Levantamento de informações sobre o número de eleitores analfabetos em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral;
- Mapeamento dos egressos dos programas de alfabetização através do Sistema SIGE e SAGE;
- Realização de diagnóstico nas unidades penitenciárias do Estado e casas de medidas socioeducativas;
- Levantamento de informações dos dados de escolarização dos jovens e adultos cadastrados no SINE, sindicato da construção civil, FIEAC e FECOMERCIO.

4- Metas para a EJA no Estado do Acre a:

a) Curto prazo (ação imediata até 2 anos)

1. Incluir a Alfabetização como etapa inicial da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, respeitando suas especificidades.
2. Implantar uma política de formação, valorização do magistério e demais profissionais da Educação de Jovens e Adultos.
3. Elaborar um novo desenho curricular articulado com o mundo do trabalho, que atenda a diversidade da EJA, respeitando as especificidades e identidades de cada segmento como: pessoas urbanas, privadas de liberdade, pescadores, ribeirinhos, seringueiros, agricultores e indígenas.
4. Definir responsabilidades entre os diferentes dirigentes de órgãos governamentais, não-governamentais, instituições que integram o Sistema S e sociedade civil organizada, no sentido de desenvolver ações estratégicas para ampliar oportunidades de oferta da EJA, a partir das recomendações nacionais e internacionais.

5. Implantar cursos de Ensino Fundamental e Médio EJA desenvolvidos por meio da EAD para jovens e adultos da capital e, gradativamente dos demais municípios, mediante as condições tecnológicas adequadas.
6. Ampliar o atendimento através do Programa Olhar Brasil, em parceria com a Secretária de Saúde do Estado, para alunos matriculados nos cursos EJA I e Ensino Fundamental EJA.
7. Acompanhar a implantação da aplicação dos recursos da contribuição compulsória na oferta da modalidade EJA articulada com a Educação Profissional entre as instituições SENAI e SENAC.
8. Ampliar a oferta de cursos presenciais na modalidade EJA a cada ano para a população de 15 anos ou mais que não concluiu todo o ciclo da educação básica.
9. Garantir a continuidade de estudos aos jovens e adultos egressos da alfabetização.

b) Médio prazo (de 3 a 5 anos)

10. Aperfeiçoar mecanismos de regulação e controle social sobre a política de Educação de Jovens e Adultos no Estado.
11. Reconhecer a importância da Educação de Jovens e Adultos para alcançar o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável para o Estado do Acre, na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.
12. Implantar políticas intersetoriais para a oferta de cursos técnicos no Ensino Médio EJA visando à profissionalização de alunos matriculados nas unidades penitenciárias, no Programa Projovem Urbano, e, gradativamente, para alunos egressos do Ensino Fundamental EJA.
13. Implantar sistema de avaliação externa para a modalidade EJA observando-se indicadores de qualidade instituídos nacionalmente.

c) Longo prazo (de 6 a 10 anos)

14. Reduzir os índices de analfabetismo da população que se encontra na faixa etária de 15 anos ou mais.

5- Estratégias de ação:

- META 1 - Incluir a Alfabetização como etapa inicial da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, respeitando suas especificidades:
 - Adequação do calendário de matrícula da Alfabetização ao calendário aplicado na EJA;

- Inserção da Alfabetização no Projeto Político Pedagógico das escolas, como etapa inicial da modalidade EJA;
- Garantia de recursos financeiros oriundos de outras fontes financiadoras que possam complementar o orçamento do Programa Brasil Alfabetizado.
- META 2 - Implantar uma política de formação, valorização do magistério e demais profissionais da Educação de Jovens e Adultos.
 - Construção da matriz de competências para o desenvolvimento de formação continuada de professores, qualificando-os para o trabalho com as especificidades da EJA, a realização de pesquisa e uso inteligente das tecnologias;
 - Articulação com instituições de ensino superior visando à redefinição dos currículos das licenciaturas e Pedagogia, face à análise contextual das políticas públicas de EJA;
 - Equiparação da política salarial dos professores da EJA com outros profissionais de nível superior do Estado;
 - Revisão da política salarial para educadores voluntários do programa Alfa 100/PBA;
 - Implantação de cursos de especialização em EJA através de parceria com a UFAC ou outras instituições de ensino superior com recursos dos entes federados e outras parcerias;
 - Formulação de programa de formação de nível médio em magistério para educadores que atuem em Alfabetização e 1º Segmento.
- META 3 - Elaborar um novo desenho curricular articulado com o mundo do trabalho, que atenda a diversidade da EJA, respeitando as especificidades e identidades de cada segmento como: pessoas urbanas, privadas de liberdade, pescadores, ribeirinhos, seringueiros, agricultores e indígenas.
 - Redimensionamento do currículo de EJA para a integração com a Educação Profissional e o mundo do trabalho, desde a Alfabetização do Ensino Médio;
 - Produção de material que contemple as especificidades das pessoas urbanas, privadas de liberdade, pescadores, ribeirinhos, seringueiros, agricultores e indígenas;
 - Viabilização de parceria com as instituições que atuam no campo da educação profissional para a oferta de cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC para alunos da EJA, desde a Alfabetização ao Ensino Médio;
 - Definição de incentivo pecuniário para os professores e demais profissionais que trabalham nas escolas da modalidade EJA, de difícil acesso, unidades penitenciárias e centros de medidas socioeducativas;

- META 4 - Definir responsabilidades entre os diferentes dirigentes de órgãos governamentais, não-governamentais, instituições que integram o Sistema S e sociedade civil organizada, no sentido de desenvolver ações estratégicas para ampliar oportunidades de oferta da EJA, a partir das recomendações nacionais e internacionais:
 - Definição e implantação do regime de colaboração para a oferta de EJA, desde a Alfabetização ao Ensino Médio, com definição de papéis dos entes federativos, instituições não-governamentais e sociedade civil organizada;
 - Definição de metas de atendimento na Alfabetização e EJA através da assinatura de termo de compromisso (PROMUNICIPIO), visando à redução do analfabetismo e o prosseguimento dos estudos;
 - Criação de um Comitê Gestor com a responsabilidade de acompanhar e avaliar as ações referentes ao regime de colaboração e Plano Estratégico de Alfabetização e EJA do Estado.
- META 5 - Implantar cursos de Ensino Fundamental e Médio EJA desenvolvidos por meio da EAD para jovens e adultos da capital e, gradativamente dos demais municípios, mediante as condições tecnológicas adequadas:
 - Realização de pesquisa por amostragem para identificação de demanda potencial para a oferta de cursos de EJA desenvolvidos por meio da EAD;
 - Elaboração da proposta pedagógica e materiais para os cursos de EJA desenvolvidos por meio da EAD;
 - Viabilização de recursos e parcerias para a oferta de cursos de EJA desenvolvidos por meio da EAD;
 - Implantação do projeto piloto para a oferta de cursos de EJA desenvolvidos por meio da EAD, inicialmente na Capital e, progressivamente para os demais Municípios.
- META 6 - Incluir os alunos da EJA no Programa Olhar Brasil, em parceria com a Secretária de Saúde do Estado:
 - Ampliação do atendimento através do Programa Olhar Brasil para alunos matriculados nos cursos EJA I (1º Segmento) e Ensino Fundamental (2º Segmento);
- META 7 - Acompanhar a implantação da aplicação dos recursos da contribuição compulsória na oferta da modalidade EJA articulada com a Educação Profissional entre as instituições SENAI e SENAC:
 - Articulação com as instituições SENAI e SENAC visando à inclusão de alunos da EJA nos cursos oferecidos pelas respectivas instituições, gratuitamente.

- Acompanhamento da aplicação dos recursos da contribuição compulsória através do Comitê Gestor, em articulação com a Comissão Estadual de Alfabetização e EJA e Fórum de EJA.
- META 8 - Ampliar a oferta de cursos presenciais na modalidade EJA a cada ano para a população de 15 anos ou mais que não concluiu todo o ciclo da educação básica.
 - Realização de campanha publicitária semestral para matrícula nos cursos da EJA, em parceria com as instituições que compõem a Comissão Estadual e Fórum de EJA;
 - Garantia de recursos financeiros oriundos de outras fontes financiadoras para a oferta de cursos FIC e projetos culturais;
 - Garantia de inclusão da modalidade EJA no Projeto Político Pedagógico das escolas;
 - Fiscalização por parte dos órgãos colegiados, Comissão Estadual e Fórum de EJA para que o percentual destinado para a Educação de Jovens e Adultos seja efetivamente aplicado nesta modalidade;
 - Aplicação dos padrões mínimos de qualidade custo/aluno- CAQI para a garantia, permanência e qualidade a jovens e adultos para a conclusão da educação básica;
 - Garantia do direito à organização do atendimento a jovens e adultos em tempos e espaços pedagógicos diferenciados.
- META 9 - Garantir a continuidade de estudos aos jovens e adultos egressos da alfabetização:
 - Realização de censo para identificar o número de alfabetizandos que não deram continuidade nos estudos após serem alfabetizados;
 - Definição de uma política estadual de atendimento para jovens e adultos envolvendo todas as escolas das instituições governamentais e não governamentais.
 - Garantia de espaços pedagógicos diferenciados e insumos necessários para a matrícula desses alfabetizandos no sistema estadual ou municipal de ensino;
 - Articulação com as comissões municipais de Alfabetização e EJA para o acompanhamento desses egressos na Educação de Jovens e Adultos;
 - Realização de formação continuada específica para os professores;
 - Inclusão das ações do Plano Estratégico de EJA no programa PROACRE para atendimento à clientela dessa modalidade em articulação com os serviços básicos oferecidos nas ZAPs.

- META 10 - Aperfeiçoar mecanismos de regulação e controle social sobre a política de Educação de Jovens e Adultos no Estado:
 - Criação de um Comitê Gestor com a responsabilidade de acompanhar e avaliar as ações referentes ao regime de colaboração e Plano Estratégico de Alfabetização e EJA do Estado, em articulação com a Comissão Estadual e Fórum de EJA;
 - Fortalecimento do Fórum EJA em todo o Estado, enquanto espaço de regulação e controle social da política de EJA;
 - Participação da UNCME na Comissão Estadual e Fórum de EJA;
 - Realização de formação para os técnicos que compõem as comissões municipais de Alfabetização e EJA e Fóruns de EJA;
 - Estabelecimento de diálogo permanente com o Conselho Estadual de Educação e/ou Municipais, visando à normatização e oficialização das diferentes Propostas Pedagógicas das escolas que ofertam EJA;
 - Estabelecimento de critérios para normatização e fiscalização da oferta de EJA.
- META 11 - Reconhecer a importância da Educação de Jovens e Adultos para alcançar o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável para o Estado do Acre, na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida:
 - Definição de uma política estadual de atendimento para jovens e adultos envolvendo todas as instituições governamentais e não governamentais;
 - Garantia de recursos de outras fontes financiadoras para as ações desenvolvidas através da Educação de Jovens e Adultos no Estado;
 - Publicação semestral dos resultados alcançados na EJA através de audiências públicas e mídia local;
 - Integração das ações desenvolvidas na Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional e Economia Solidária;
 - Viabilização de parcerias para inserção dos alunos egressos de cursos da EJA no mundo do trabalho;
 - Apoio técnico aos municípios, por parte do Estado, com o objetivo de fortalecer a capacidade gestora municipal, visando sua autonomia;
 - Estabelecimento de critérios para normatização e fiscalização da oferta de EJA.
- META 12 - Implantar políticas intersetoriais para a oferta de cursos técnicos no Ensino Médio EJA visando à profissionalização de alunos matriculados nas unidades penitenciárias, no Programa Projovem Urbano, e, gradativamente, para alunos egressos do Ensino Fundamental EJA:

- Estabelecimento de parceria com IFAC, IDEP-DM e instituições que compõem o Sistema S para a oferta de cursos técnicos aos alunos da EJA;
- Aprovação de proposta pedagógica no Conselho Estadual de Educação para a oferta de cursos técnicos na EJA integrados à Educação Profissional;
- Garantia de recursos para financiamento das ações decorrentes da oferta de cursos técnicos aos alunos da EJA.
- META 13 - Implantar sistema de avaliação externa para a modalidade EJA observando-se indicadores de qualidade instituídos nacionalmente:
 - Definição de indicadores de qualidade para a modalidade EJA;
 - Inclusão dos alunos da EJA (rede estadual e municipal) no sistema de avaliação institucional da Secretaria de Estado de Educação, respeitando suas especificidades.
- META 14 - Reduzir os índices de analfabetismo da população que se encontra na faixa etária de 15 anos ou mais:
 - Inserção da Alfabetização na modalidade EJA, como etapa inicial;
 - Adequação do calendário de matrícula da Alfabetização ao calendário aplicado na EJA e às especificidades regionais;
 - Lotação de professores nas turmas de alfabetização em substituição aos educadores voluntários;
 - Garantia de recursos financeiros oriundos de outras fontes financiadoras que possam complementar o orçamento do Programa Brasil Alfabetizado;
 - Estabelecimento de parceria com instituições de ensino superior para desenvolvimento da formação continuada dos professores alfabetizadores;
 - Revisão da política salarial para educadores voluntários do programa Alfa 100/PBA;
 - Formulação de programa de formação de nível médio em magistério para educadores que atuem em Alfabetização e 1º Segmento;
 - Integração das ações de alfabetização com a Educação Profissional e o mundo do trabalho;
 - Realização de acompanhamento pedagógico sistemático ao trabalho desenvolvido pelos professores.

6- Considerações Finais

A integração da Alfabetização à modalidade EJA, a garantia de continuidade de estudos e a ampliação de oportunidades para jovens e adultos desenvolverem capacidades que lhes permitam concluir todo o ciclo da Educação Básica e serem inseridos



no mundo do trabalho se constituem na atualidade como grandes desafios para os sistemas estaduais, municipais e sociedade civil organizada.

Desta forma, a partir das metas e estratégias de ação apresentadas neste plano, espera-se viabilizar condições para a efetivação de políticas que correspondam aos anseios de um público que, ao longo de décadas, carrega consigo marcas de exclusão social e de discriminação.

Contudo, a efetivação das políticas requer acompanhamento e rigoroso controle social, sendo necessária a articulação de conselhos, fóruns, comitês e colegiados que possibilitarão as mediações entre interesses locais, de segmentos populacionais e de grupos sociais específicos, durante os processos de elaboração de políticas públicas. Com isso, espera-se ainda aproximar os sistemas formais dos não-formais, criando redes sociais de comunicação e articulação que estejam pautadas nos princípios da coletividade, da inclusão, da solidariedade, da sustentabilidade e no compromisso pela construção de uma sociedade mais justa e economicamente sustentável.

7- Referências

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

Brasil. Ministério da Educação. Documento Final CONAE. Brasília: MEC, 2010.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD, IBGE. População analfabeta e que não completou o nível fundamental e o médio. 2008

SECAD/MEC. Registros Administrativos e Sistema do Brasil Alfabetizado. Dados do Programa Brasil Alfabetizado.

Censo Escolar da Educação Básica/INEP – Matrículas

PLANO DE AÇÃO - Trabalho do Módulo IV

1- Dados de identificação do(s) proponente(s):

1.1- Estado

- Alagoas

1.2- Nome(s)

- **Cursistas:** José Rubens Silva Lima; Maria Gorete Amorim e Marizete Santos.
- **Colaboradores:** Valéria Campos (FAEJA); Marinaide Lima (UFAL)

1.3- Informações para contato (telefones e e-mail)

NOME	E-MAIL	FONE
José Rubens Silva Lima	jrubenssl@hotmail.com	(82) 9331-4637
Maria Gorete Rodrigues Amorim	goreteramorim@gmail.com	(82) 9982-9189
Marizete Maria de Melo Santos	marizetedocetente57@hotmail.com	(82) 8865-0220
Valéria Campos Cavalcante (Colaboradora – FAEJA)	yccavalcante1@hotmail.com	(82) 8824-3895
Marinaide Lima de Queiroz Freitas (Colaboradora UFAL)	naide12@hotmail.com	(82) 9928-2144

2- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital

Os Fóruns de EJA nascem a partir da ação preparatória para a V CONFINTEA, conforme constatado por PAIVA (2010, p.17):

Justamente no desenvolvimento da metodologia de trabalho proposta em preparação à V CONFINTEA, o Rio de Janeiro, na etapa estadual, promoveu o encontro de estudiosos e educadores dispersos pelo território fluminense, desde a extinção da Fundação Educar. O encontro acontece pela determinação de técnicos da então Delegacia Regional do MEC (Demec/RJ), que conseguiu mobilizar o poder estadual, quando a EJA ocupava um lugar marginal na política brasileira. Desse encontro, nasce o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Rio de Janeiro, articulação informal de entidades públicas, não governamentais e de educadores em geral, inaugurando um movimento novo da sociedade – estratégia de incorporação da EJA aos direitos expressos em políticas públicas –,

revelador da disposição de luta, com formas e táticas de resistência para tirar a EJA do lugar a que estava relegada.

Encontramos nessa citação elementos fundantes da caracterização dos Fóruns de EJA, ou seja, surge como uma estratégia de luta, se configurando como um novo movimento da sociedade em busca do direito à educação.

Nessa perspectiva, quando nos referimos a Fóruns de EJA, estamos falando de coletivos de composição plural, por congregar atores de diferentes espaços sociais, de âmbito governamental e não governamental, Sistema S, Movimentos Sociais e outros, se constituindo espaço aberto ao diálogo em torno da luta pela garantia e exercício do direito humano à educação para jovens e adultos.

Os fóruns acumulam experiência de mais de 10 anos de luta com inúmeras conquistas, a exemplo da inclusão da EJA no FUNDEB, programas de transporte, alimentação escolar e livro didático, mas ainda existem limites e desafios, principalmente no campo da política pública para EJA assumida pelos entes federados no País, a exemplo da política pública de aplicação dos recursos do FUNDEB na EJA, contraditoriamente lutamos pelo tratamento isonômico da EJA no referido Fundo, mas ainda não conseguimos garantir que o percentual de 15% destinado a essa modalidade de ensino fosse utilizado.

Em síntese os fóruns de EJA:

Têm modos de organização e de operação distintos, exigindo, por isso mesmo, estudos e conhecimento de suas formas de gestão, de participação e da consciência do lugar político que ocupam educadores, como constituidores de novos núcleos de poder e de resistência. (PAIVA, 2010, p. 20)

Em Alagoas é espaço de mobilização, socialização e intervenção, esse é o tripé de sustentação das ações do Fórum Alagoano de Educação de Jovens e Adultos, atualmente composto por educadores e educadoras de EJA, bem como as seguintes instituições: Conselho Estadual de Educação – CEE/AL; Fórum Estadual Permanente de Educação do Campo - FEPEC; Fórum da Diversidade; Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL; Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEE/AL; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Social do Comércio - SESC; ONGs; Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED-Maceió; União Nacional de Conselhos Municipais de Educação - UNCME; Instituto Federal de Alagoas – IF-AL.

Quanto a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, embora tenha sido criada com a finalidade de integrar ações de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, e se constitua um coletivo com representações do governo, órgãos não governamentais, movimentos sociais, conselhos, fóruns e outros, representa uma iniciativa governamental, coordenada por representante do governo, ou seja, sua autonomia é relativa. A possibilidade de integração acontece através da criação de uma Comissão Estadual, sendo esta uma mesa de proposições de ações para cada Instituição presente na Comissão, fazendo também o acompanhamento e a mobilização social de setores da sociedade civil que possam intervir nas políticas educacionais para EJA.

A Comissão Estadual de Alagoas foi constituída em 2008, passando por uma reformulação em 2009. Estando agora em 2011 se reconstituindo para ser publicada em Diário Oficial do Estado. Por seu caráter não ser um ente executor, nem gerenciador de recursos financeiros diretamente, seu planejamento de ações fica dependente dos fluxos dos processos internos da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, pois é esta que recebe os recursos e exerce o papel de gerenciamento financeiro e administrativo.

Atualmente Agenda está esperando a publicação da nova Comissão para que se constitua um grupo Gestor.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

a) Análise

Em pesquisa realizada recentemente pelo Grupo de Pesquisa Teorias e Práticas em Educação de Jovens e Adultos – CEDU/UFAL-AL¹⁵, “foi identificado que a oferta de alfabetização no Estado de Alagoas permanece federalizada e, ainda desarticulada do processo de continuidade”. Prosseguindo o diagnóstico a pesquisa aponta que:

Embora a meta apresentada pela Secretaria de Educação seja atender por cada ano 50 mil educandos, que corresponde a atender 50% da meta do Plano Estadual de Educação, [...] contraditoriamente, a matrícula de EJA no Ensino Fundamental vem sendo reduzida a cada ano. Dessa forma, a perspectiva da Agenda Territorial, que prevê a articulação das ações de alfabetização e escolarização em estados e municípios brasileiros, em Alagoas não tem havido avanço, afirma o gestor: “É... uma questão que entra, assim... o processo

¹⁵ Pesquisa intitulada: “A Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: incursões na história das políticas - ações e concepções em âmbito governamental (1980-2000)”. Financiada pelo MEC-SECAD-ANPED através da UFPe, sob a coordenação geral da Professora Márcia Ângela Aguiar (2009).

burocrático pra que de fato seja dado o pontapé inicial na execução da Agenda Territorial”.

Ao fazer o diagnóstico em âmbito dos municípios alagoanos, a pesquisa aponta que:

São muitos os que atuam de forma federalizada, no campo da EJA. A União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/AL não dispõem de estudos que possam dar conta das iniciativas existentes [...].

A maioria dos municípios alagoanos atuam com vários projetos/programas [...], havendo ainda muita dificuldade na continuidade dos estudos da demanda existente. O MEC registra que as matrículas de EJA - I Segmento, no Brasil, tem diminuído, enquanto as de alfabetização têm aumentado consideravelmente. Tomando como exemplo o Ministério apresenta com base no censo escolar de 2007 e o PNAD 2006 que a oferta no primeiro segmento de EJA foi de 1.098.469, para uma demanda de 1.473.319 em Alfabetização. Destaca, também, que a evolução das matrículas de EJA nos anos de 2002 a 2008, foram muito flutuantes, com quedas significativas nos anos de 2002, 2007 e 2008.

Dentre os inúmeros fatores sócio-políticos que impedem a implementação de políticas de EJA no âmbito dos municípios alagoanos, ainda há inexistência em alguns municípios e coordenadorias regionais de educação, de equipes que coordenem as ações de EJA nas redes, o que tem disseminado a cultura da pulverização de ações desarticuladas de alfabetização e escolarização de EJA.

A tabela abaixo traz uma radiografia da população alagoana e o seu grau de escolarização, este dado foi construído a partir do levantamento da PNAD/2008. A faixa etária de corte começa com a população de 10 anos em relação a condição de analfabeto, pois este grupo de pessoas com certeza são candidatos a alunos de EJA.

Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo, cor ou raça e grupos de idade

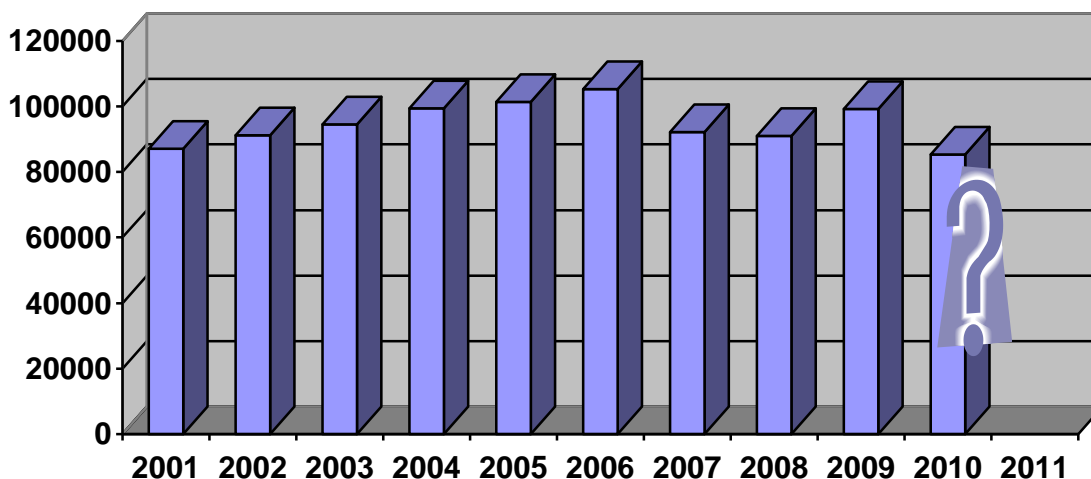
Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	Grupos de anos de estudo	Grupos de idade	Variável	
			Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)
Alagoas	Sem instrução e menos de 1 ano	Total	509.116	23,5
		10 a 14 anos	51.731	2,39
		15 a 19 anos	38.335	1,77
		20 a 24 anos	41.392	1,91
		25 a 39 anos	119.119	5,5
		40 a 59 anos	143.687	6,63
		60 anos ou mais	114.853	5,3
	1 a 3 anos	Total	615.261	28,4
		10 a 14 anos	179.656	8,29
		15 a 19 anos	90.518	4,18
		20 a 24 anos	63.730	2,94
		25 a 39 anos	130.003	6
		40 a 59 anos	109.630	5,06
		60 anos ou mais	41.725	1,93
	4 a 7 anos	Total	569.648	26,29

		10 a 14 anos	97.476	4,5
		15 a 19 anos	133.515	6,16
		20 a 24 anos	84.851	3,92
		25 a 39 anos	147.445	6,81
		40 a 59 anos	79.478	3,67
		60 anos ou mais	26.883	1,24
		Total	197.487	9,12
	8 a 10 anos	10 a 14 anos	1.922	0,09
		15 a 19 anos	53.291	2,46
		20 a 24 anos	43.415	2
		25 a 39 anos	66.576	3,07
		40 a 59 anos	26.247	1,21
		60 anos ou mais	6.037	0,28

Fonte: IBGE/PNAD 2008.

Com o gráfico abaixo é percebido que para o ensino fundamental, as matrículas da educação de jovens e adultos não consegue garantir o acesso a demanda e o seu fluxo não é contínuo, pois o comportamento das colunas indicam subidas e quedas, principalmente nos últimos 04 (quatro) anos. Estes dados foram coletados na página do INEP, trazendo um retrato de uma década. Para o início não só de mais um ano, mas de uma nova década, fica uma interrogação para os gestores, qual será o atendimento, sabendo que acima é existente uma demanda real.

MATRÍCULA DE EJA EM ALAGOAS



Fonte: MEC/INEP, 2001 - 2010

b) Estratégias para atualização do diagnóstico na perspectiva da intersetorialidade

01 - Contratação de 01 (uma) Instituição com capacidade técnica em pesquisa acadêmica e administração de recursos públicos. A qual caberá realizar as seguintes ações:

– Realizar diagnóstico sobre a Alfabetização e EJA nos 102 municípios através de pesquisa e análise dos dados coletados, atendendo a Resolução CD/FNDE nº 65, de 13

dezembro de 2007 (Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos);

– Realizar levantamento de instituições não governamentais que ofertam ações de EJA por município alagoano, identificando tipo de ação, demanda atendida e impacto causado;

02 – Mobilizar todas as instituições que ofertam ações de EJA para participação no Fórum Alagoano de Educação de Jovens e Adultos;

04 – Acompanhar e monitorar em parceria com a Comissão de Defesa do Direito a Educação Pública, o Comitê de Educação do Campo e o Fórum Estadual de EJA as políticas desenvolvidas na educação de jovens e adultos em Alagoas.

05 – Diagnosticar junto à população freqüente em turmas de EJA, mas que evadem, os motivos deste fenômeno, com a elaboração de documento propositivo a partir das falas dos trabalhadores-alunos.

4- Metas para a EJA no Estado a:

a) Curto Prazo (ação imediata até 2 anos)

- Promover acesso e permanência com sucesso à rede pública de educação, de 100% dos alunos egressos de programas e projetos de alfabetização inicial, desenvolvidos por organizações governamentais e não-governamentais.**
- Criar, em todas as Secretarias Municipais de Educação, no prazo mínimo de dois anos, um setor específico responsável pela EJA com profissionais com experiência na área.
- Propor calendários especiais, sempre que a necessidade exigir, para atender às especificidades de EJA.
- Articular políticas de educação com outras políticas sociais, que assegurem ao jovem e adulto trabalhador, o acesso a programas de formação profissionalizante, de geração de emprego/trabalho e renda, assistência à saúde e outras medidas, possibilitando a sua permanência na escola.
- Oferecer, por meio de instituições públicas, oportunidades de formação inicial e continuada para profissionais de EJA.**

b) Médio Prazo (de 3 a 5 anos)

- Garantir continuidade da escolarização de 50% da população que não concluiu o ensino fundamental nos próximos cinco anos e, progressivamente, o ensino médio no período de dez anos.
- Implantar a ampliação da oferta do segundo segmento do ensino fundamental nas modalidades presencial, a distância e por meio de exames supletivos, nas redes públicas de educação estadual e municipais.
- Oferecer, por meio de instituições públicas, oportunidades de formação inicial e continuada para profissionais de EJA.
- Promover articulação das Secretarias de Educação com instituições de ensino superior, visando à realização de pesquisas na área da EJA.
- Promover articulação das Secretarias de Educação com instituições de ensino superior, visando à realização de pesquisas na área da EJA. **

c) Longo Prazo (de 6 a 10 anos)

- Reduzir em 50%, no período de dez anos, o analfabetismo **absoluto** das pessoas de 15 anos de idade ou mais, por meio de ações articuladas entre o Estado, os municípios e organizações da sociedade civil.*
- Reduzir em 50%, no período de dez anos, o analfabetismo **funcional** das pessoas de 15 anos de idade ou mais, por meio de ações articuladas entre o Estado, os municípios e organizações da sociedade civil.*
- Redirecionar o ensino noturno existente nas redes públicas estadual e municipais, para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, imediatamente após a aprovação desse Plano.**

5- Estratégias de ação

- ❑ Ampliar e fortalecer a Comissão Estadual interinstitucional e intersetorial de EJA;
- ❑ Pactuar as responsabilidades de cada instituição;
- ❑ Fazer uma Chamada Pública,
- ❑ Utilizar os meios tecnológicos de informação (internet, televisão, rádio, jornais ...) para divulgar e conscientizar a população do seu direito a educação de jovens e adultos;
- ❑ Acompanhar a utilização dos recursos transferidos para a Agenda Territorial;

* Iniciativa do Poder Público Estadual.

* Iniciativa do Poder Público Estadual.



- ❑ Articular nas instâncias municipais a inserção dos egressos da alfabetização no primeiro segmento da modalidade de EJA;
- ❑ Acompanhar a efetiva aplicação dos recursos previstos no FUNDEB destinados à EJA;
- ❑ Realizar encontros com os integrantes da comissão para alinhamento dos conhecimentos sobre a EJA;
- ❑ Ampliar a oferta e garantir o acesso da demanda de EJA na Educação Básica
- ❑ Acompanhar as ações desenvolvidas para EJA nos municípios
- ❑ Criar uma metodologia de avaliação permanente para monitorar as ações da EJA desenvolvidas pelos sistemas de ensino no Estado;
- ❑ Promover audiências públicas na Assembléia Legislativa e Câmara dos Vereadores de Maceió, na defesa do direito à educação para EJA, em parceria com a Comissão de Defesa do Direito à Educação, Fórum de EJA-AL e movimentos populares;
- ❑ Promover estratégias de divulgação e de controle social das políticas de EJA;
- ❑ Acompanhar as estratégias adotadas pelo poder público que são voltadas para a elevação dos índices de aprendizagem na EJA;
- ❑ Estabelecer canais de comunicação com os gestores das instâncias municipais e estadual (secretários, prefeitos e governador), tendo em vista a institucionalização e implementação de políticas públicas de Estado para a EJA ;
- ❑ Acompanhar e monitorar em parceria com a Comissão de Defesa do Direito a Educação Pública, o Comitê de Educação do Campo e o Fórum Estadual de EJA as políticas desenvolvidas na educação de jovens e adultos em Alagoas;
- ❑ Acompanhar as ações dos conselhos municipais e estadual de educação apoiando-os no exercício do controle social das políticas públicas de educação de jovens e adultos;
- ❑ Acompanhar a oferta da matrícula de EJA em cursos profissionalizantes no sistema S e os curso de formação profissional do IF-AL bem como a rede Certific.;
- ❑ Monitorar a efetividade e a qualidade dos cursos e certificação da EJA de acordo com a legislação vigente.
- ❑ Implementar as pesquisas da EJA;

- ❑ Acompanhar o desenvolvimento da pesquisa e apropriar-se dos resultados para promover intervenções pertinentes às situações identificadas;
- ❑ Socializar os resultados da pesquisa através de eventos envolvendo os coordenadores e gestores de EJA;
- ❑ Elaborar publicações com os principais resultados da pesquisa, para serem trabalhadas nas escolas, no sentido de ajudar na construção de novas estratégias de educação e aprendizagem dos jovens e adultos;
- ❑ Utilizar os resultados da pesquisa na revisão de políticas, programas, projetos e ações voltadas para EJA.
- ❑ Articular com as Universidades e o IF-AL a oferta de cursos de formação inicial e continuada para os professores e gestores de EJA;
- ❑ Debater com as instituições de ensino superior a necessidade da inserção de disciplinas de EJA no currículo dos cursos de pedagogia e nas licenciaturas;
- ❑ Realizar encontros de educadores para estudar, refletir e discutir as políticas desenvolvidas em EJA, os documentos oficiais produzidos pelos governos e outras instituições do sistema educacional, bem como apresentação de experiências em EJA.

6- Considerações Finais

As considerações finais neste trabalho, não serão consideradas como um ponto final, mas enquanto uma vírgula, pois quando falamos em educação de jovens e adultos no Brasil e para nós alagoanas (os), temos um quadro de não só décadas de exclusão do sistema educacional e sim de séculos de negação do direito humano que é vivenciado por crianças, jovens, adultos e idosos que no percurso de suas não tiveram oportunidades de acesso a escolarização ou foram sutilmente excluído no caminhar escolar.

No marco legal as conquistas tem sido grande, inicialmente pela Constituição de 1988, a educação é um direito público subjetivo para todos. Este ponto é reforçado pela LDB de 1996. Em 2001 temos as Diretrizes Curricular de EJA, destacando as funções reparadora, equalizadora e qualificadora. E nos anos de 2008 e 2009, realizou-se uma mobilização nacional preparatória a VI CONFINTEA, que talvez tenha sido única no mundo, graças ao poder mobilizador dos Fóruns de EJA, resultando na elaboração do Documento Nacional com recomendações as Instituições.



Para a efetivação das conquistas legais, a realidade tem demonstrado que governos estaduais e municipais estão vivendo um jogo de empurra-empurra em assumir responsabilidades efetivas de oferta de escolarização para jovens e adultos, principalmente quando a oferta de alfabetização só acontece por intervenção do governo federal, ou seja, a problemática do analfabetismo é vista como um problema de todos, mas que não é de ninguém no assumir o seu enfrentamento. A inclusão das matrículas de EJA, enquanto geradora de recursos financeiros dentro do FUNDEB, tem gerado um fenômeno estranho, pois as matrículas tem dito quedas constantes e a aplicação dos recursos na modalidade não são explícitas e efetivas.

Para os governos um fator importante é reconhecer a diversidade da/na EJA no sentido de garantir a execução de políticas públicas de estado, para além de programas de governos, assim a efetivação de oportunidades para eliminar as desigualdades sociais e econômicas existentes, ofertando acesso aos bens sociais e ao exercício da cidadania.

Os Fóruns de EJA do Brasil foram os atores principais no momento de preparação para a VI CONFINTEA, demonstrando ser mais que um "espaço de fiscalização e de cobrança", sendo propositivo e mobilizador, mostrando que as ausências governamentais não trouxeram a inviabilização do processo, pois a credibilidade deste movimento plural esta para além das pessoas que fazem parte dos Fóruns.

Com a institucionalização de Comissões Estaduais para a implantação de Agendas Territoriais, os Fóruns não podem correr no perigo da acomodação, fazendo uma transferência de responsabilidade política, no sentido da articulação e da intervenção para o que agora se chama Comissão da Agenda Territorial. Nossa estratégia de luta utilizar bem todas as possibilidades e recursos que a Agenda esta oferecendo para fortalecer o movimento.

7- Referências

ALAGOAS. Lei nº 6.757, de agosto de 2006. Aprova o **Plano Estadual de Educação para o período de 2006 a 2015**.

FREITAS, Marinaide Queiroz, MOURA, Tânia Maria de Melo e AMORIM, Maria Gorete Rodrigues de. **A Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: incursões na história das políticas - ações e concepções em âmbito governamental (1980-2000)**. Financiada pelo MEC-SECAD-ANPED através da UFPe, sob a coordenação geral da Professora Márcia Ângela Aguiar. 2009.



PAIVA, Jane. **A construção coletiva da política de EJA no país.** http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Margarida_6_ArtigoJanePaiva.pdf desd e a extinção da Fundação Educar2). 2010.

1. Dados de Identificação dos Proponentes:

1.1 **Estado** : AMAZONAS

1.2 **Nomes**: Kátia Regina Menezes Mendes – SEDUC ;

Maria do Carmo Simões Pacheco – UEA

Nilton Carlos da Silva Teixeira – Fórum de EJA

1.3 **Contatos** : katiaregina@seduc.am.gov.br (92) 9985-4903

menspacheco@uea.edu.br (92) 9193-3119

nsilvateixira@yahoo.com.br (92) 9996-3918

2. Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual

Secretaria Estadual de Educação 03 representantes

Secretaria Municipal de Educação 01 representante

Universidade Estadual – 03 representantes

Universidade Federal 02 representantes

IFAM -02 representantes

CEE/AM 01 representantes

Sistema S 01 representantes

Movimentos Sociais 01 representantes

UNCME – 01 representantes

UNDIME 01 representantes

Educação do Campo 01 representantes

Fórum de EJA – 01 representante

O Fórum e a Agenda Territorial possuem a mesma representatividade , considerando as Instituições e Movimentos (populares e sociais)

O Fórum Estadual de EJA /Amazonas , foi constituído em 23 de junho de 2003, a partir da participação de dois representantes no Encontro realizado em Belo Horizonte , onde no referido evento os representantes do Estado se comprometeram em organizar o Fórum Estadual .

Desde então o Fórum tem mantido sua organização , participando com seus membros das programações e eventos organizados tanto no estado (e municípios) , assim como a nível nacional . Tendo sempre sua pauta voltada para as discussões das políticas para educação de pessoas jovens e Adultas , na perspectiva da garantia de seu direito.

O Fórum mantém uma agenda de reunião sistemática. As reuniões atualmente estão sendo realizadas no Conselho Estadual de Educação , e tem contado sempre com a participação da Presidente , que também é membro titular do Fórum .

Consideramos que a participação desse coletivo de representações tem favorecido e muito, as questões de políticas no que diz respeito a EJA no Estado , pois na medida do possível temos realizado ações que visam dar visibilidade aos educandos/educandas da EJA.

Procuramos ainda nesse espaço de reunião, discutir o papel e posturas das Instituições enquanto representantes no Fórum .

Consideramos ainda como uma das nossas fragilidades e ao mesmo desafio, a participação mais efetivas dos educandos no Fórum , e isso se dá por inúmeros fatores, que no momento não convêm elencar .

Nosso desafio : vencer essa fragilidade da participação dos educandos , ampliar a participação , disseminar representações do Fórum em todos os Municípios do Estado , ressaltando que na disseminação o Portal terá um papel de fundamental importância, em que irá trazer tanto para o Fórum quanto para a Agenda a representatividade de outras Secretarias (Direitos Humanos ,



Juventude , Cultura, Esporte, Segurança Pública , outros movimentos sociais , sindicatos entre outros).

Enfim, podemos pontuar como pontos positivos a participação das Universidades e dos Conselhos (Estadual e Municipal) de Educação nos espaços de discussão , considerando que as Universidades tem o papel formador dos educadores e educadoras que irão trabalhar com os educandos e educandas, e os Conselhos como órgãos normatizadores da legislação e das políticas da educação.

Em relação ao papel de cada representante relacionados às questões do desenvolvimento sustentável , acreditamos que da forma como estamos organizados e constituídos (Fórum e Agenda) tem favorecido, de alguma forma, para que cada um, em suas instituições possam levar para mesa de discussões as questões consideradas urgentes e necessárias e que devem ser pensadas por todos para que tenhamos garantido de fato, o direito pela educação dessa camada da população .

3. Diagnóstico da EJA no Amazonas/2008

Base econômica do Estado

A economia do Amazonas é marcada pela exploração da borracha no século XIX, que trouxe grande riqueza para a região Amazônica. Seu declínio ocorreu no século XX, com a decadência econômica da borracha, e sua exploração em massa nas colônias inglesas e holandesas do oriente, notadamente na Malásia, o Amazonas sofreu um período de estagnação econômica.

A partir de 1950, Manaus começou gradativamente a retomar o crescimento, por meio de incentivos do Governo Federal que deu origem a Zona Franca de Manaus em 1967.

Com o rápido crescimento da economia do país, e a intensificação das atividades portuárias e, sua integração no contexto da economia internacional, exigiu uma reestruturação dos espaços urbanos nas capitais que tinham que atender um modelo econômico, levando em conta o social.

Com o modelo de Zona Franca, Manaus teve que acompanhar essas exigências. Em 1967 inicia o processo de crescimento urbano e começa a enfrentar o maior de todos os problemas sociais a “falta de moradia”. Foi pensando neste inchaço que foi criado o projeto Cidade Nova, para a população de baixa renda.

Os oito objetivos de Desenvolvimento do Milênio adotados pela ONU em 2000, incluem a redução da pobreza extrema da fome, o acesso universal à educação primária, a promoção da igualdade entre homens e mulheres, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna e saneamento básico. Quanto à água potável cerca de 90% dos brasileiros tem acesso com relação aos países com alto índice de IDH.

O nível de qualidade de vida de uma sociedade é difícil de ser mensurado, contudo pode ser avaliado por meio de indicadores como o IDH e o PIB que oferece contrapontos quem devem ser considerados quando comparados a estados com o PIB altíssimo e que nem sempre corresponde ao IDH dos mesmos.

Em 2000 o IDH do Amazonas foi de 0,717, sua economia correspondeu a 3,4 do Produto Interno Bruto nacional. Manaus (onde se concentram as grandes fábricas), detém o 4º PIB entre os municípios brasileiros, o faturamento anual das indústrias chega a 18,9 bilhões de dólares, com exportações superiores a 2,2 bilhões de dólares.

Ao todo são mais de 500 mil empregos diretos e indiretos (fonte: SUFRAMA). Só em Manaus, são 120 mil empregos.¹⁶

Em 2004, o PIB do Amazonas foi o maior da região Norte, chegou a R\$ 35.889.111,00, ultrapassando o Pará. Assim, o Amazonas é o estado mais rico da Amazônia e o terceiro mais rico das regiões Norte e Nordeste, ficando atrás apenas da Bahia e Pernambuco. O Amazonas ocupa a 11ª posição dos estados mais ricos do país, assumindo enorme importância para o crescimento da economia nacional, por ser um estado com grandes relações econômicas internacionais e com constante crescimento.

¹⁶ Fonte: SUFRAMA.



Em 2005, as indústrias do Pólo Industrial de Manaus, faturaram aproximadamente US\$ 18 bilhões o que representa o crescimento de 29% em relação a 2004, oferecendo 103 mil vagas de empregos diretos, ultrapassados as 91 mil vagas de trabalho direto de 2004¹⁷.

As exportações do PIM em 2005 alcançaram uma outra marca histórica de US\$ 2,0 bilhões, representando um crescimento de 81% maior em relação a 2004, que foi de US\$ 1,1 bilhão, a expectativa é que nos próximos anos seja ultrapassado esta marca, por conta de 275 projetos industriais realizado pelo CAS (Conselho de administração da Suframa), sendo 98 implantação de novas empresas e 177 ampliação.

Na economia do Estado também se destacam as atividades de extrativismo, mineração e pesca. Na agricultura os principais produtos são: juta, malva, guaraná, mandioca, banana, cana-de-açúcar, feijão, laranja, cacau, cupuaçu, milho e pimenta-do-reino. No Sul do estado se destaca a pecuária, nos municípios de Apuí, Humaitá, Novo Aripuanã e Manicoré, incluindo os municípios de Autazes e Careiro da Várzea.

Quanto ao extrativismo vegetal se destaca a exploração da madeira, borracha, castanha-do-pará, cacau, essências, óleos de copaíba e andiroba, piaçava e açaí. A extração mineral continua crescendo com os produtos: bauxita, ferro, sal-gema, manganês, linhita, ouro e cassiterita. Nos municípios de Presidente Figueiredo e Novo Aripuanã, são extraídos diamantes, níquel, cobre, calcário, gipsita, chumbo, caulim e estanho. Atualmente, com o incentivo do Governo do Estado através da Petrobrás, o Município de Coari vem se destacando com a extração de petróleo e gás da Bacia de Urucu, sendo mais um grande potencial econômico para a região.

O ecoturismo tem sido uma outra potencialidade econômica, com o crescimento de 6% ao ano. No Estado encontram-se hotéis de selva de nível internacional, além de empresas que oferecem cruzeiros fluviais e pesca esportiva.

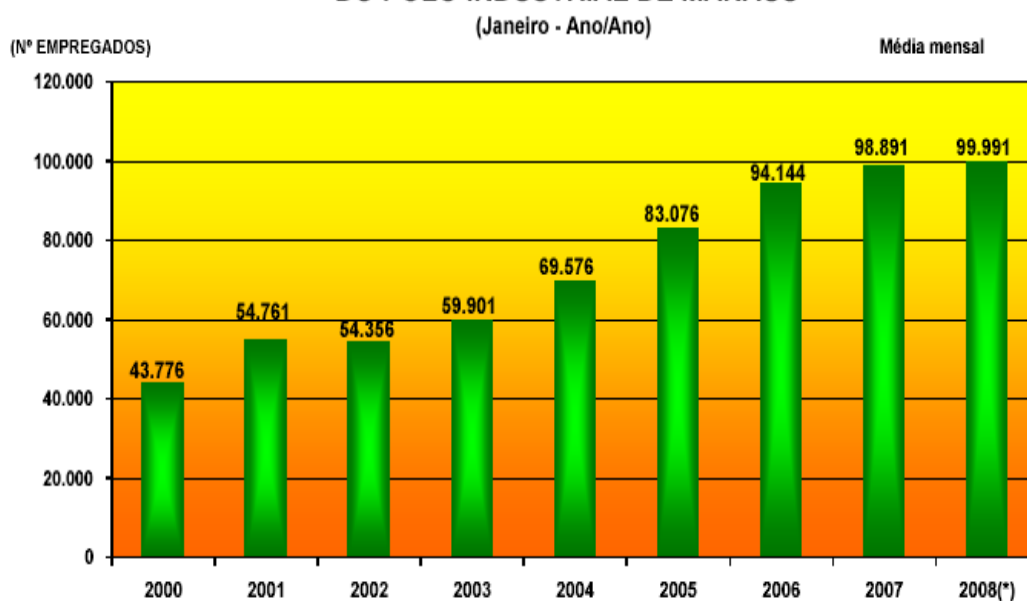
Outra atividade econômica da população amazônica é a pesca, por ser o peixe um dos principais alimentos dos povos. As espécies que se destacam são: o tucunaré, o dourado amazônico, a pescada, a piranha, o jaraqui, o pirarucu e o tambaqui.

Anualmente, a Feira Nacional e Internacional da Amazônia – FIAM, na Suframa, atrai investidores, brasileiros e de outros países, a investirem nos diferentes pólos tecnológicos, existentes na região e, principalmente, no Pólo Industrial de Manaus (PIM), onde os estrangeiros podem conhecer grandes oportunidades de negócios e potencial econômico. Através da Feira, conhecem também sua infra-estrutura, mão-de-obra qualificada e várias outras vantagens competitivas proporcionadas pelo Estado.

Portanto, o Amazonas representa um exemplo de crescimento econômico para o país, que vive hoje um desafio de crescimento sustentável, respeitando o meio-ambiente.

¹⁷ Fonte: Jornal do Comércio

COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS



(*) Janeiro - Dados parciais

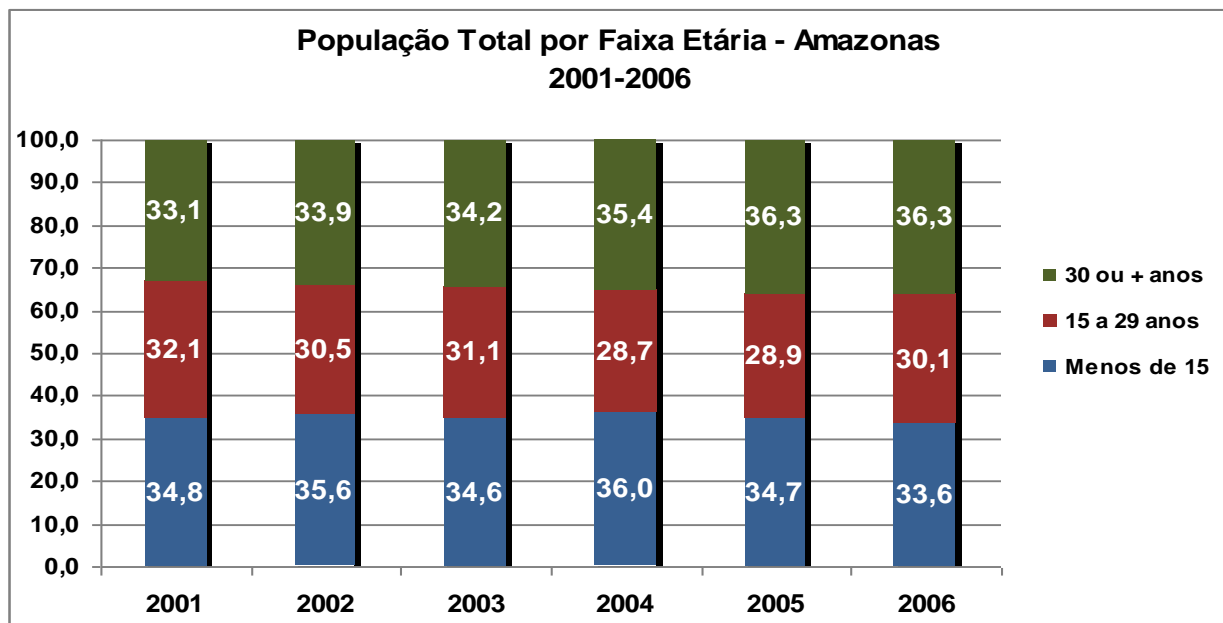
População Residente por Localização e Faixa Etária - Amazonas

Situação de Domicílio	Grupos de idade	Ano					
		2001	2002	2003	2004	2005	2006
TOTAL	Menos de 15 anos	763.000	815.000	820.000	1.147.000	1.137.000	1.124.000
	15 a 29 anos	702.000	699.000	737.000	914.000	946.000	1.009.000
	30 ou + anos	725.000	777.000	811.000	1.129.000	1.189.000	1.217.000
	Total	2.190.000	2.291.000	2.368.000	3.190.000	3.272.000	3.350.000
URBANA	Menos de 15 anos	763.000	815.000	820.000	827.000	839.000	838.000
	15 a 29 anos	702.000	699.000	737.000	742.000	780.000	813.000
	30 ou + anos	725.000	777.000	811.000	875.000	902.000	951.000
	Total	2.190.000	2.291.000	2.368.000	2.444.000	2.521.000	2.602.000
RURAL	Menos de 15 anos	-	-	-	319.000	297.000	287.000
	15 a 29 anos	-	-	-	173.000	167.000	196.000

30 ou + anos	-	-	-	254.000	282.000	267.000
Total	-	-	-	746.000	746.000	750.000

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Nota: Até 2003, exclusive a população da área rural Amazonas.



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Nota: Até 2003, exclusive a população da área rural Amazonas.

Na tabela percebemos certo equilíbrio nos grupos de idade, percebendo que há um maior número no grupo de menos de 15 anos e de 30 ou + anos. Essa população reside principalmente na zona urbana. Entre homens e mulheres, por situação de domicílio, há pouco diferença no valor total.

População residente (Pessoas) Ano = 2000

Abrangência Geográfica	Situação do domicílio	População
Amazonas	Total	2.812.557
	Urbana	2.107.222
	Rural	705.335
Manaus	Total	1.405.835
	Urbana	1.396.768
	Rural	9.067

Fonte: IBGE - Censo Demográfico



Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Devido ao pólo industrial, na Capital Manaus, percebemos o grande êxodo rural, a maioria da população concentra-se na zona urbana

Produto Interno Bruto *per capita*

UF e Municípios / 2002-2005

UF e Municípios	Per Capita (R\$)			
	2002	2003	2004	2005
Amazonas	7 253	8 100	9 658	10 320
Alvarães	4 455	4 170	3 902	3 112
Amaturá	2 078	2 197	2 390	2 684
Anamá	2 359	2 509	3 113	2 791
Anori	1 845	1 995	2 206	2 537
Apuí	2 570	3 599	3 991	5 623
Atalaia do Norte	1 919	2 130	2 317	2 570
Autazes	3 152	3 289	2 775	3 687
Barcelos	2 372	1 923	1 985	2 238
Barreirinha	2 094	2 151	2 347	2 628
Benjamin Constant	2 746	2 912	3 076	3 135
Beruri	2 181	2 309	2 647	2 680
Boa Vista do Ramos	2 092	2 044	2 191	3 054
Boca do Acre	3 353	3 920	3 773	5 283
Borba	1 731	1 931	2 048	2 363
Caapiranga	1 985	2 085	2 303	3 222
Canutama	2 606	2 651	2 920	2 995
Carauari	2 473	2 285	2 422	2 962
Careiro	3 894	4 089	3 377	3 550
Careiro da Várzea	3 181	3 394	3 538	4 259
Coari	6 861	7 614	9 114	11 626
Codajás	2 021	2 149	2 375	2 517
Eirunepé	2 446	1 931	2 083	2 518



Envira	1 727	2 057	2 836	2 971
Fonte Boa	3 144	3 373	3 045	2 951
Guajará	2 791	2 819	3 473	3 030
Humaitá	2 279	2 461	2 761	4 297
Ipixuna	2 135	2 159	2 371	2 668
Iranduba	2 176	2 394	2 513	3 376
Itacoatiara	2 451	2 738	4 764	5 682
Itamarati	3 384	3 405	3 559	3 414
Itapiranga	1 930	2 051	2 256	2 783
Japurá	1 674	1 629	1 799	2 080
Juruá	2 229	2 482	2 670	3 074
Jutaí	2 731	2 774	2 896	2 219
Lábrea	2 221	2 376	2 400	3 654
Manacapuru	1 928	2 177	2 453	3 372
Manaquiri	2 247	2 294	2 494	3 477

UF e Municípios	Per Capita (R\$)			
	2002	2003	2004	2005
Manaus	11 765	13 260	15 995	16 547
Manicoré	2 752	3 399	2 929	5 449
Maraã	2 820	2 671	2 783	2 244
Maués	1 931	2 103	2 390	3 291
Nhamundá	2 277	2 490	2 603	4 205
Nova Olinda do Norte	2 858	2 938	2 819	2 568
Novo Airão	2 453	2 708	3 102	3 711
Novo Aripuanã	3 587	3 871	4 064	2 931
Parintins	2 027	2 061	2 257	2 861
Pauini	2 154	2 166	2 536	2 315
Presidente Figueiredo	6 831	8 093	7 782	12 857
Rio Preto da Eva	2 019	2 191	2 324	3 210
Santa Isabel do Rio Negro	3 000	3 444	3 634	3 181
Santo Antônio do Içá	1 704	1 766	1 855	1 958
São Gabriel da Cachoeira	2 369	2 345	2 694	3 261
São Paulo de Olivença	2 271	2 345	2 561	2 370
São Sebastião do Uatumã	2 073	2 085	2 415	2 460
Silves	4 049	4 140	4 163	4 472
Tabatinga	1 581	2 091	2 199	2 655
Tapauá	2 098	2 059	2 505	2 968
Tefé	2 491	1 884	2 025	3 331
Tonantins	1 900	1 950	2 120	2 039
Uarini	3 083	3 136	3 178	4 628
Urucará	2 206	2 389	2 473	2 648
Urucurituba	2 962	3 477	3 838	4 610

Fonte: PNUD



Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)
Alvarães	0,646
Amaturá	0,631
Anamá	0,637
Anori	0,634
Apuí	0,677
Atalaia do Norte	0,559
Autazes	0,661
Barcelos	0,593
Barreirinha	0,645
Benjamin Constant	0,640
Beruri	0,575
Boa Vista do Ramos	0,642
Boca do Acre	0,611
Borba	0,599
Caapiranga	0,624
Canutama	0,546
Carauari	0,575
Careiro	0,630
Careiro da Várzea	0,658
Coari	0,627
Codajás	0,593
Eirunepé	0,562
Envira	0,513
Fonte Boa	0,532
Guajará	0,504
Humaitá	0,678
Ipixuna	0,486
Iranduba	0,694
Itacoatiara	0,711
Itamarati	0,505
Itapiranga	0,693
Japurá	0,577
Juruá	0,545
Jutaí	0,533
Lábrea	0,598
Manacapuru	0,663
Manaquiri	0,663
Manaus	0,774

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)
Manicoré	0,621
Maraã	0,560
Maués	0,689
Nhamundá	0,656
Nova Olinda do Norte	0,629
Novo Airão	0,656
Novo Aripuanã	0,624
Parintins	0,696
Pauini	0,496
Presidente Figueiredo	0,741
Rio Preto da Eva	0,677
Santa Isabel do Rio Negro	0,548
Santo Antônio do Içá	0,525
São Gabriel da Cachoeira	0,673
São Paulo de Olivença	0,536
São Sebastião do Uatumã	0,659
Silves	0,675
Tabatinga	0,699
Tapauá	0,498
Tefé	0,662
Tonantins	0,587
Uarini	0,599
Urucará	0,698
Urucurituba	0,663

Fonte: PNUD

Levando em consideração os indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, **educação**, **longevidade** e **renda**, pode-se perceber que 59 municípios do Estado do Amazonas estão entre 0,500 a 0,799. Este índice estabelece um valor de médio desenvolvimento, tendo em vista que o valor considerado alto é de 0,800 a 1. Os municípios de Tapauá, Pauini e Ipixuna, apresentam um IDH abaixo de 0,499.

2. DADOS DE ESCOLARIZAÇÃO DA POPULAÇÃO JOVENS E/OU ADULTA.

Taxa de Analfabetismo 15 ou mais anos de idade por sexo e faixa etária

Sexo	Grupos de idade	Taxa de Analfabetismo (%)					
		2001	2002	2003	2004	2005	2006
Total	15 a 24 anos	2,6	1,4	1,7	2,8	1,6	2,7
	25 ou + anos	10,6	8,8	9,2	11,9	8,9	10,0
	Total	7,7	6,3	6,7	9,0	6,8	7,8
Homem	15 a 24 anos	2,8	1,2	1,5	3,1	1,6	2,6
	25 ou + anos	10,6	8,7	8,8	13,5	8,8	10,0

	Total	7,7	6,1	6,2	10,1	6,7	7,7
Mulher	15 a 24 anos	2,3	1,2	2,0	2,8	1,3	2,8
	25 ou + anos	10,5	9,0	9,5	10,4	8,6	10,1
	Total	7,7	6,4	7,1	8,0	6,5	8,0

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Nota: Até 2003, exclui-se a população da área rural Amazonas.

Na tabela, percebe-se uma oscilação no índice de crescimento da população analfabeta. O percentual de analfabeto é maior no grupo de idade de 25 ou + anos.

Taxa de Analfabetismo Funcional de 10 e mais anos - BRASIL, NORTE, AMAZONAS e MANAUS - 2000

Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação	Total		Homem		Mulher	
	Menos de 25 anos	De 25 e mais anos	Menos de 25 anos	De 25 e mais anos	Menos de 25 anos	De 25 e mais anos
BRASIL	21,7	35,5	32,1	34,4	13,8	38,8
NORTE	27,6	44,5	30,6	45,8	15,5	40,3
AMAZONAS	24,9	38,8	28,1	40,1	13,5	34,8
MANAUS	11,3	22,0	11,9	20,2	9,8	25,8

Fonte: IBGE-Censo Demográfico/2000

É notável o alto índice de analfabetismo funcional no Estado, pois 63,7% da população está nesta condição. O número eleva-se principalmente no grupo de 25 ou + anos. É visível que no grupo de menos de 25 anos, predomina o sexo masculino.

Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade por situação, sexo e grupos de idade.

Brasil, Região Geográfica e Unidade da Federação	Total						Urbana						Rural					
	Total		Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Brasil	6,6	6,8	6,5	6,6	6,8	7,0	7,2	7,3	7,1	7,2	7,2	7,4	4,1	4,2	3,8	4,0	4,3	4,5
Norte	6,0	6,2	5,7	5,9	6,3	6,5	6,7	6,8	6,4	6,6	6,9	7,0	4,1	4,3	3,8	4,1	4,4	4,6
Amazonas	6,7	6,9	6,6	6,8	6,8	7,1	7,3	7,5	7,3	7,4	7,3	7,6	4,5	4,8	4,3	4,8	4,8	4,9

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Nota: Excluídas as informações das pessoas com anos de estudo não-determinados ou sem declaração.

Percebemos que os índices do Estado estão dentro da média nacional, embora estes índices não sejam o ideal, principalmente em se tratando da zona rural.

Taxa de aprovação, reprovação e evasão no Ensino Fundamental e Médio.

Rede Estadual

LOCAL	MR	APROVADOS		REPROVADOS		ABANDONO	
		ABS	%	ABS	%	ABS	%
CAPITAL	15.693	6.703	42,7	2.032	12,9	6.958	44,3
INTERIOR	31.861	18.979	59,6	2.032	6,4	10.850	34,1
ESTADO	47.554	25.682	54,0	4.064	8,5	17.808	37,4

Fonte: 1-SEDUC/DEPLAN/SIGTEAM/GEPES (Escolas da Capital)

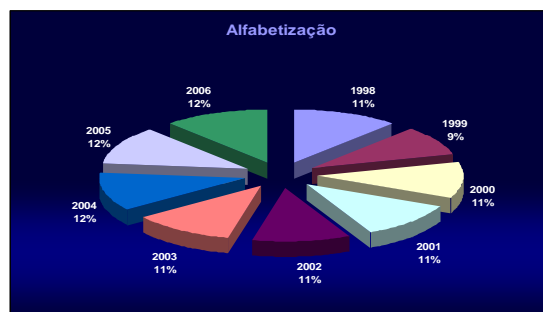
2-SEDUC/DEPLAN/GEPES - Estabelecimentos de Ensino (Escolas do Interior)

O grande desafio a ser considerado no que tange a este índice, diz respeito ao alto número de abandono e reprovação dos alunos de EJA.

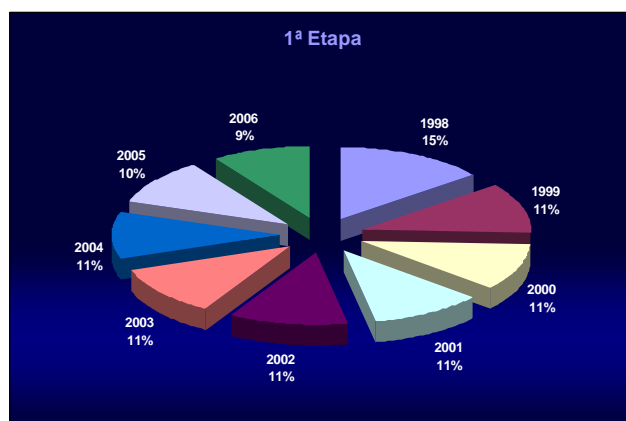
Capital – Manaus

Os gráficos abaixo correspondem à matrícula por fase, nos anos entre 1998 e 2006.

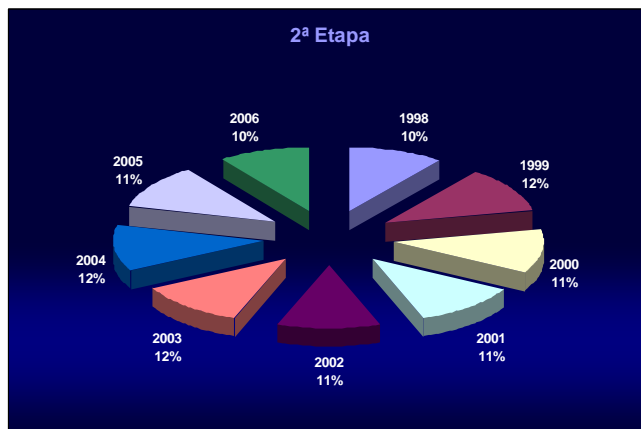
De acordo com os dados apresentados pela SEMED, a alfabetização durante esses anos não apresentou grande evolução, apenas uma diferença de 3% entre a menor e a maior matrícula (1999, 9% e 2004-2006, 12%).



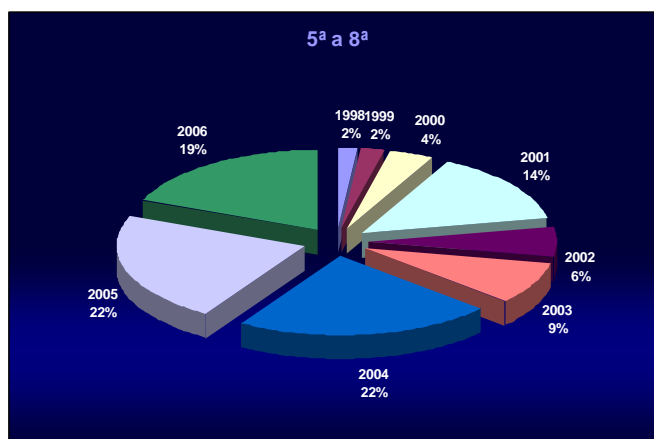
Com relação aos matriculados na 1ª Etapa, houve uma diferença de 6% entre 1998 e 2006. Sendo que de 1999 a 2004, a média de matrícula se estabilizou em 11%.



Fase apresentou um crescimento de 2% logo no segundo ano. E a diferença não ultrapassou esses 2% nos anos posteriores.



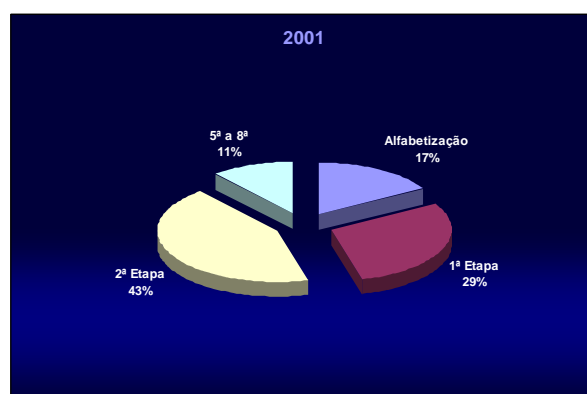
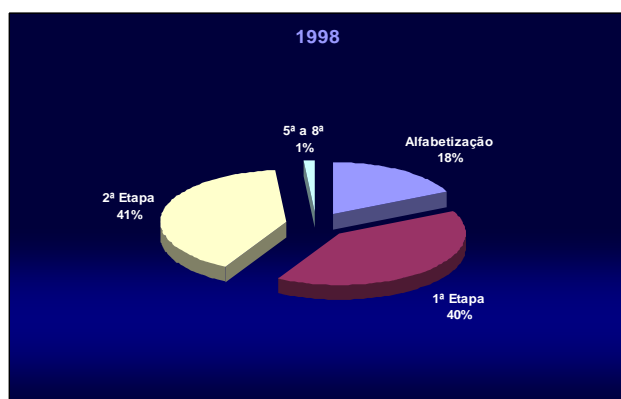
Quanto de 5ª a 8ª séries, a matrícula sofreu uma grande evolução entre 1998 e 2006. A diferença entre o maior e o menor índice de matrícula foi de 20%.

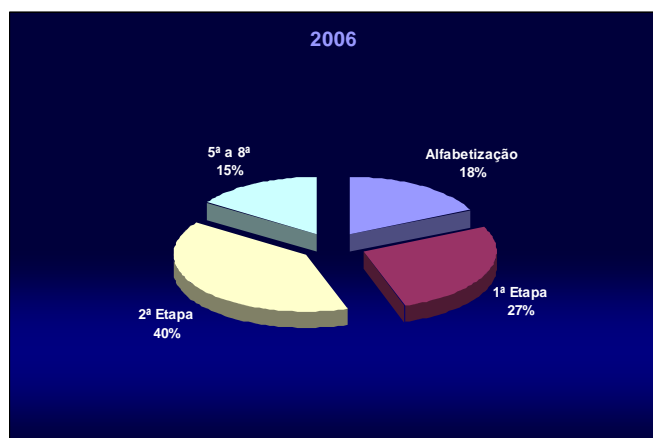
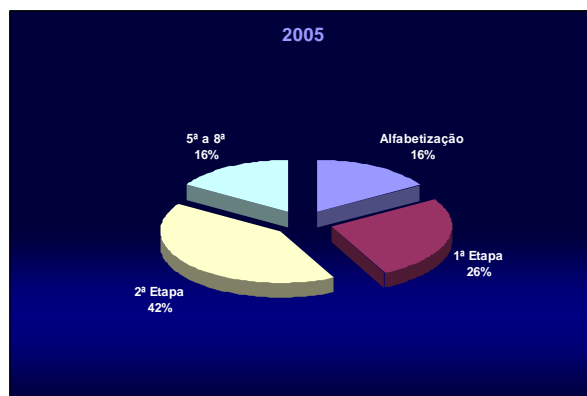
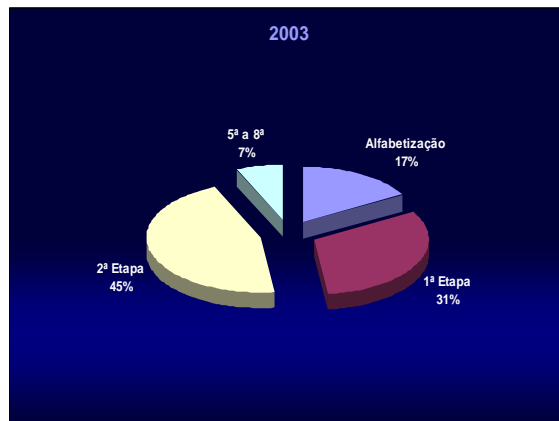
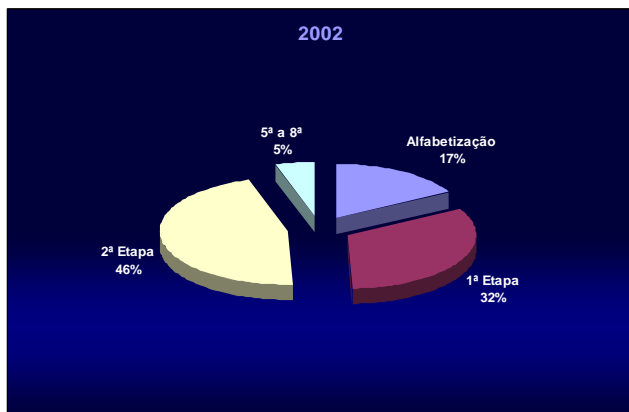


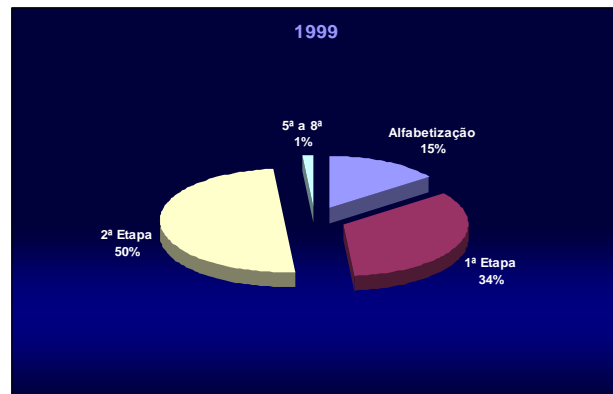
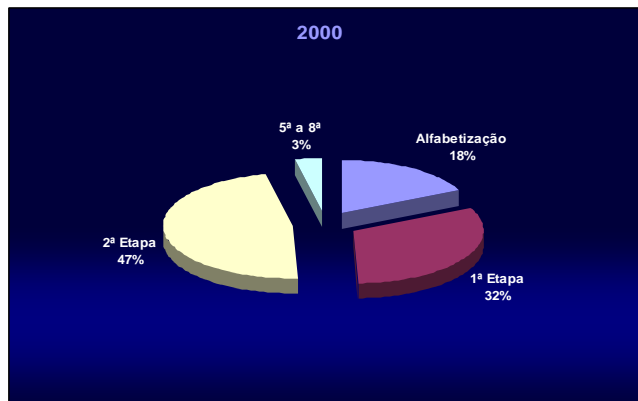
Os gráficos abaixo correspondem a evolução da matrícula anual, por fase, durante os anos de 1998 e 2006.

Podemos observar que o número de matriculados na 2ª Etapa durante esses nove anos corresponde ao maior índice. Seguido da 1ª Etapa, alfabetização e 5ª a 8ª Série, respectivamente.

No entanto, a evolução significativa aconteceu nas matrículas de 5ª a 8ª séries, com uma diferença de 14% entre os anos de 1998 e 2006. O mesmo aconteceu com a alfabetização, embora menos significativa a evolução foi de 3% entre o primeiro e o último ano. Já na matrícula de 1ª e 2ª Etapas houve uma queda de 7% e 10% respectivamente.







Índice de Fragilidade Educacional de Jovens e Adultos (Ifeja) - 2000

Unidade da Federação	I_Func	I_Fund	I_Analf	IFEJA
AMAZONAS	0,63	0,35	0,85	0,61
MANAUS	0,79	0,50	0,94	0,74

Fonte: IBGE

Considerando que o pior valor possível do IFEJA é 100%, e o menor valor para o indicador será de 0%, o Estado do Amazonas apresenta um indicador de 0,61, valor considerado alto.

3. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA DE EJA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO E POR INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL.

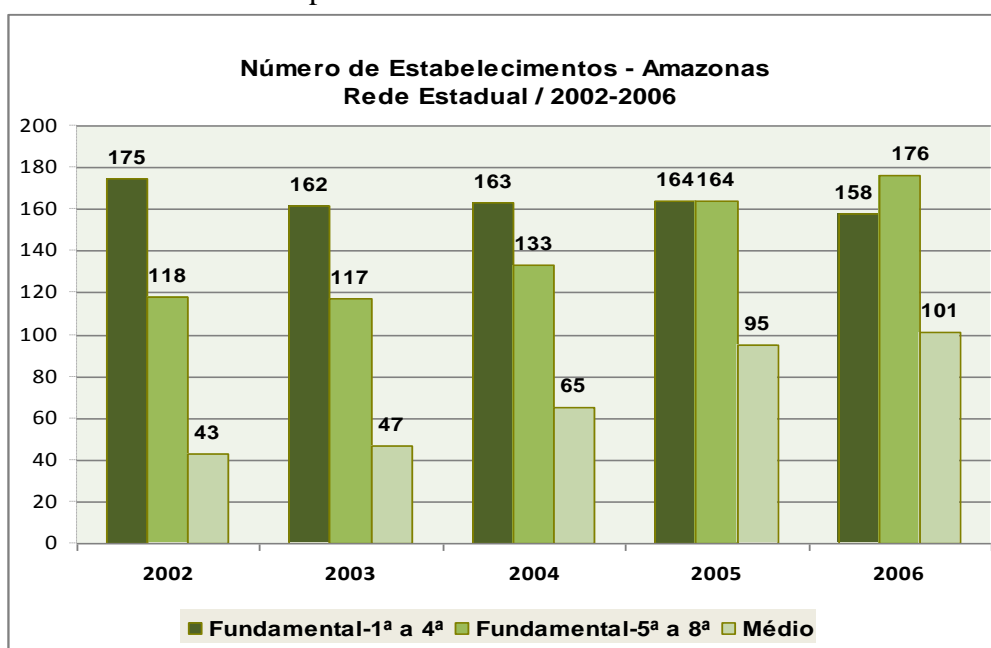
Número de Estabelecimentos de Ensino por Nível de Ensino - Amazonas

Rede Estadual / 2002-2006

Nível de Ensino					
	2002	2003	2004	2005	2006
Alfabetização	26	29	0	0	42
Fundamental-1ª a 4ª	175	162	163	164	158
Fundamental-5ª a 8ª	118	117	133	164	176
Médio	43	47	65	95	101
Total	213	202	217	248	256

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

Nota: O mesmo estabelecimento pode ter mais de um nível de ensino.



Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

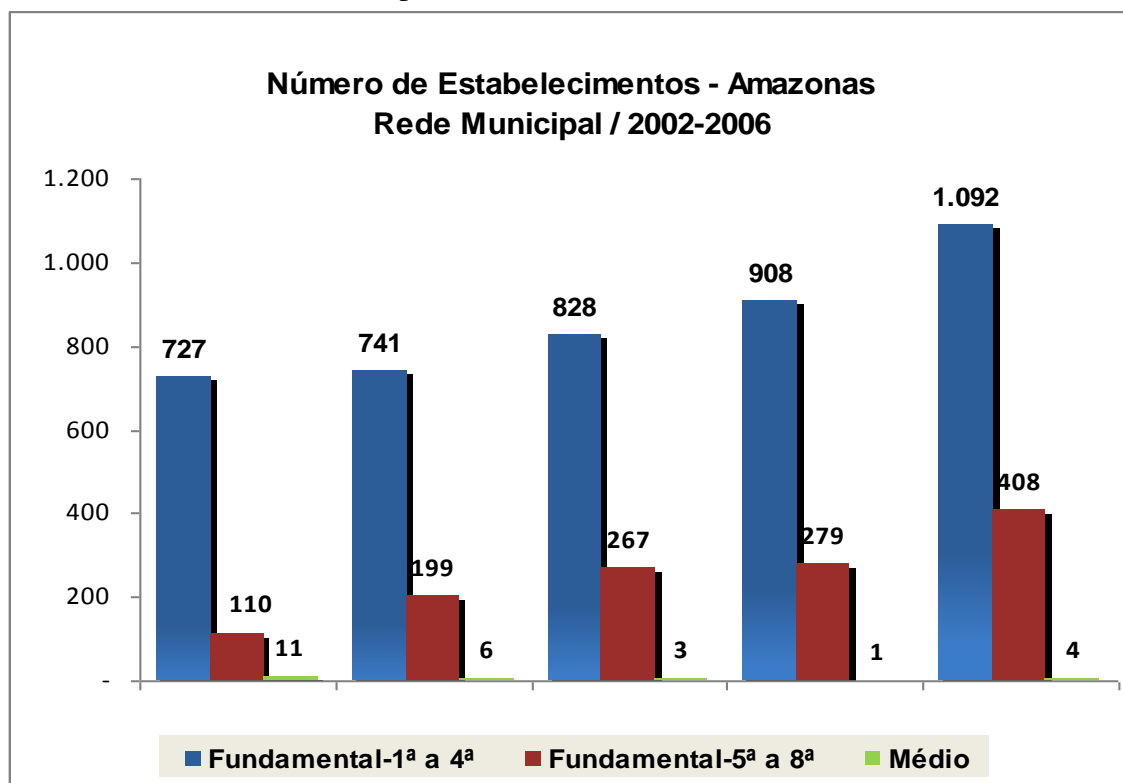
Nota: O mesmo estabelecimento pode ter mais de um nível de ensino.

Rede Municipal / 2002-2006

Nível de Ensino	2002	2003	2004	2005	2006
Alfabetização	153	200	-	-	143
Fundamental-1ª a 4ª	727	741	828	908	1.092
Fundamental-5ª a 8ª	110	199	267	279	408
Médio	11	6	3	1	4
Total	831	896	971	1.055	1.286

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

Nota: O mesmo estabelecimento pode ter mais de um nível de ensino.



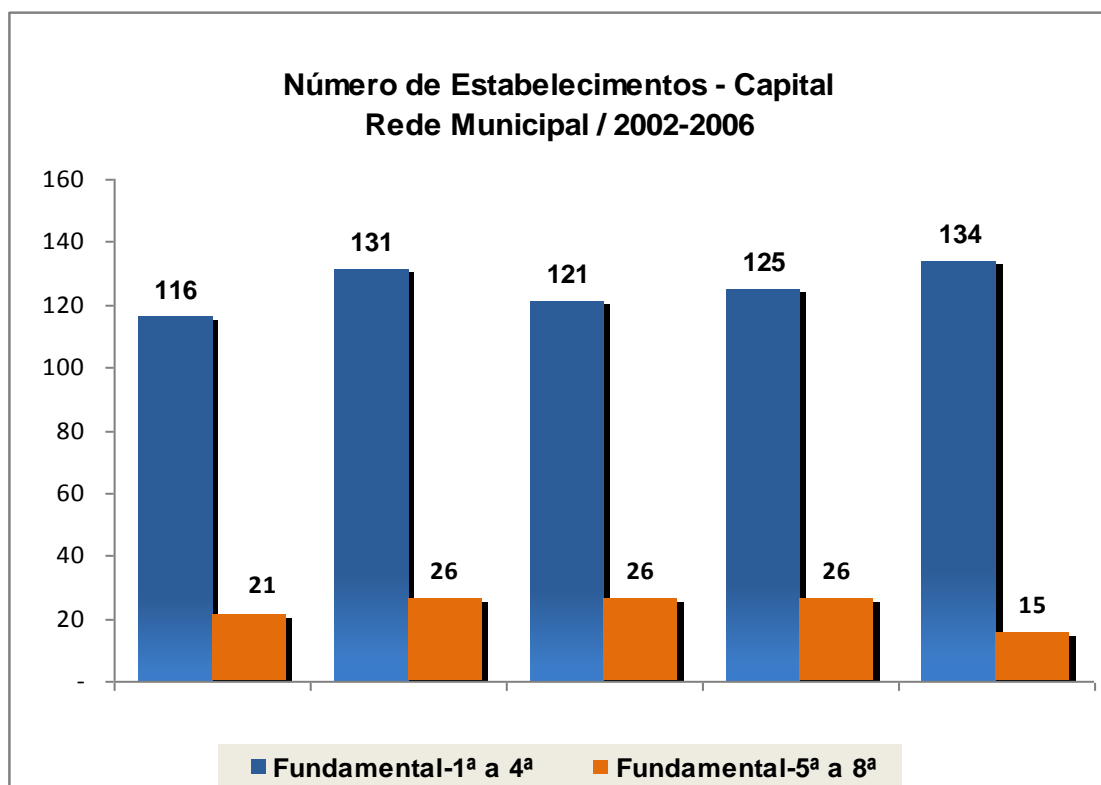
Nota: O mesmo estabelecimento pode ter mais de um nível de ensino.

Rede Municipal - Capital / 2002-2006

Nível de Ensino	2002	2003	2004	2005	2006
Alfabetização	79	91	-	-	86
Fundamental-1ª a 4ª	116	131	121	125	134
Fundamental-5ª a 8ª	21	26	26	26	15
Total	125	140	128	132	136

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

Nota: O mesmo estabelecimento pode ter mais de um nível de ensino.



Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

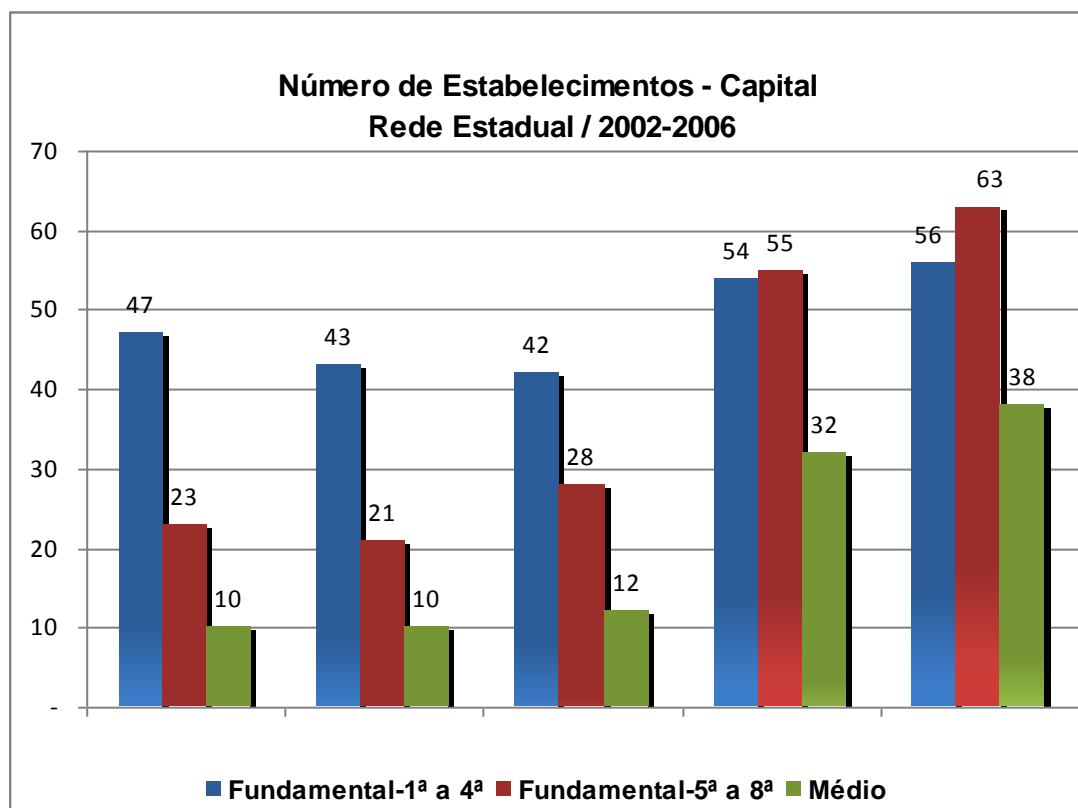
Nota: O mesmo estabelecimento pode ter mais de um nível de ensino.

Rede Estadual - Capital / 2002-2006

Nível de Ensino	2002	2003	2004	2005	2006
Alfabetização	11	17	-	-	21
Fundamental-1^a a 4^a	47	43	42	54	56
Fundamental-5^a a 8^a	23	21	28	55	63
Médio	10	10	12	32	38
Total	52	47	49	83	93

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

Nota: O mesmo estabelecimento pode ter mais de um nível de ensino.



Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

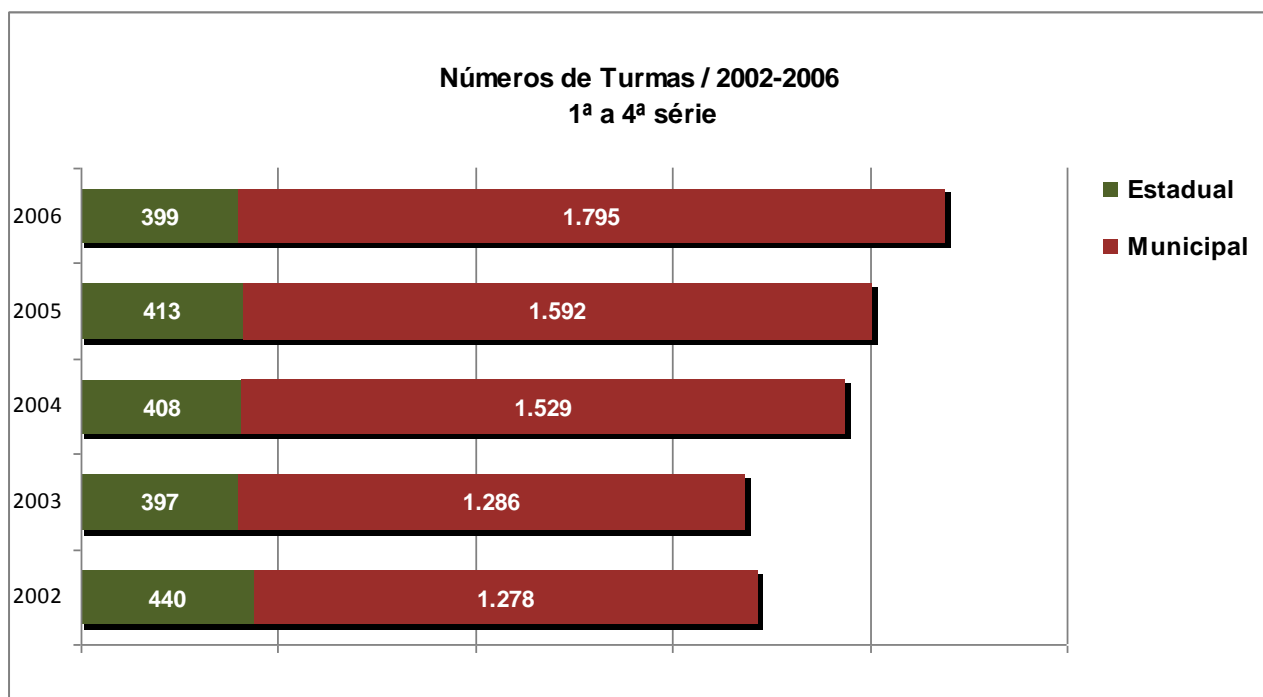
Nota: O mesmo estabelecimento pode ter mais de um nível de ensino.

Número de Turmas - Educação de Jovens e Adultos – 1^a a 4^a série / 2002-2006



Localização	Dep. Adm.	2002	2003	2004	2005	2006
ESTADO	Estadual	440	397	408	413	399
	Municipal	1.278	1.286	1.529	1.592	1.795
	Pública	1.718	1.683	1.937	2.005	2.194
CAPITAL	Estadual	142	127	148	180	188
	Municipal	382	396	487	471	478
	Pública	524	523	635	651	666
INTERIOR	Estadual	298	270	260	233	211
	Municipal	896	890	1.042	1.121	1.317
	Pública	1.194	1.160	1.302	1.354	1.528

Fonte: MEC/INEP



Fonte: MEC/INEP

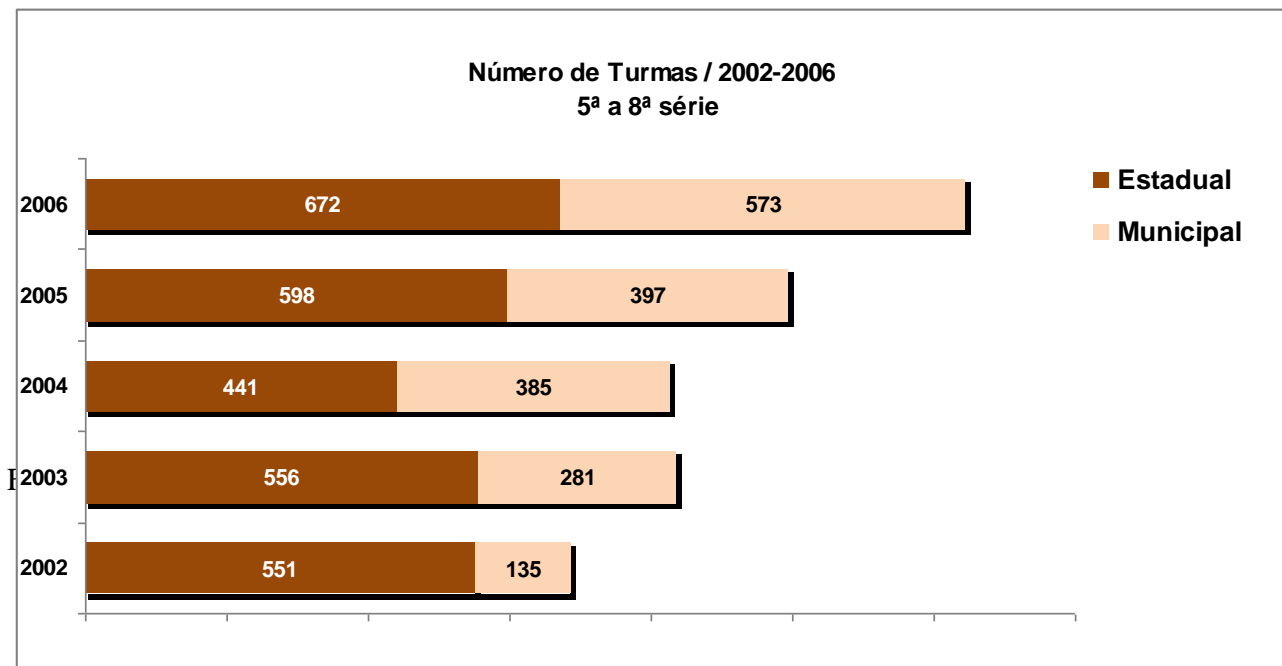
Número de Turmas - Educação de Jovens e Adultos - 5ª a 8ª série / 2002-2006

Localização	Dep. Adm.	2002	2003	2004	2005	2006
ESTADO	Estadual	551	556	441	598	672



	Municipal	135	281	385	397	573
	Pública	686	837	826	995	1.245
CAPITAL	Estadual	240	238	109	251	314
	Municipal	28	51	64	37	24
	Pública	268	289	173	288	338
INTERIOR	Estadual	311	318	332	347	358
	Municipal	107	230	321	360	549
	Pública	418	548	653	707	907

Fonte: MEC/INEP

**Número de Turmas e Matrícula Inicial - Educação de Jovens e Adultos - Médio**

Localização	Dep. Adm.	2002	2003	2004	2005	2006
ESTADO	Estadual	298	332	228	317	343
	Municipal	21	9	3	1	4
	Pública	319	341	231	318	347
CAPITAL	Estadual	191	201	39	89	99
	Municipal	-	-	-	-	-



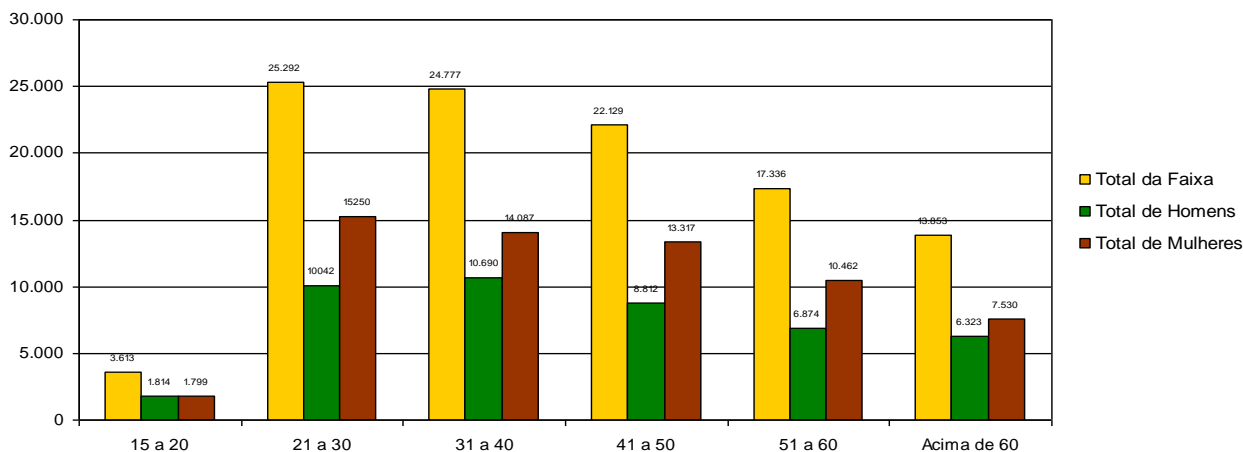
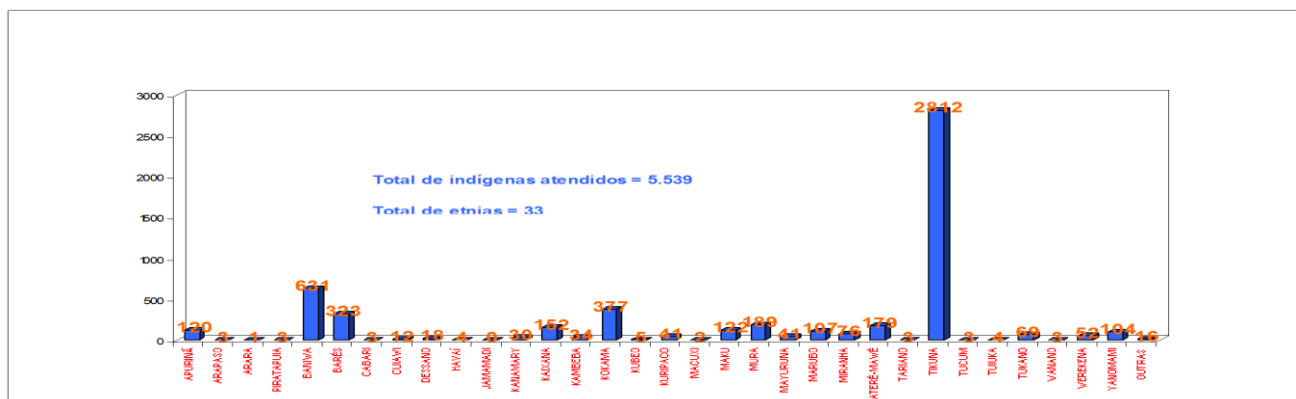
	Pública	191	201	39	89	99
INTERIOR	Estadual	107	131	189	228	244
	Municipal	21	9	3	1	4
	Pública	128	140	192	229	248

Fonte: MEC/INEP

Número de turmas do Programa Brasil Alfabetizado atendidas no Estado

✓ Programa de Letramento "Reescrevendo o Futuro"

Ano	Matrícula Inicial	Evadidos	Matrícula Final	Alfabetizados	Não Alfabetizados
2003	25.050	847	24.203	20.171	4.032
2004	32.000	2.630	29.370	21.693	7.677
2005	25.000	2.903	22.147	16.939	5.208
2006	22.818	904	21.914	17.370	4.544
TOTAL	104.868	7.284	97.634	76.173	21.461

Etnias atendidas em 2003 a 2006

Taxa de Atendimento - 2000

Faixa Etária	Atendimento		
	População*	Matrícula Inicial	%
15 a 24 anos	625.067	35.685	5,71
25 ou mais anos	1.094.325	27.653	2,53

Fonte: IBGE-Censo Demográfico/2000

É perceptível que o percentual de jovens e adultos atendidos ainda é baixo, principalmente na faixa etária de 25 ou + anos.

Outros programas/formas de atendimento ao público de EJA**Educação Prisional**

Em Manaus, dentro do Sistema Prisional temos uma escola estadual, Geovanni Figliuolo, que atende jovens e adultos com cursos do Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) e Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

População carcerária em Manaus 2.258

Estudando 472

As instituições abaixo relacionadas oferecem cursos presenciais, em nível Ensino Fundamental (1º e 2º segmento) e Ensino Médio.

Convênios:

Empresas do Distrito Industrial de Manaus

Universidade Federal do Amazonas

Universidade do Estado do Amazonas

Universidades Privadas

Escola Técnica Federal do Amazonas – CEFET

Hospitais Públicos

Batalhão de Polícia Militar do Amazonas

Corpo de Bombeiro do Amazonas

Companhia Interativa Comunitária de Manaus

Centro Social Arar

Centro de Desenvolvimento Comunitário do Coroado III

Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia

Exame Supletivo (Provão) – O Exame é ofertado anualmente, a nível de Ensino Fundamental (para maiores de 15 anos) e Ensino Médio (para maiores de 18 anos) para candidatos que desejam elevar a escolaridade.

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL				ENSINO MÉDIO			
	Capital		Interior		Capital		Interior	
	Nº de Insc.	Nº de Aprov.	Nº de Insc.	Nº de Aprov.	Nº de Insc.	Nº de Aprov.	Nº de Insc.	Nº de Aprov.
1997	42.287	12.181	871	402	63.376	26.546	950	220
1998	12.648	2.526	3.822	2.675	18.559	4.631	2.106	1.474
1999	10.135	1.262	284	55	14.157	1.937	253	26



2000	31.804	655	5.661	87	35.855	2.208	4.363	132
2001	-	-	3.324	78	45.536	1.235	11.906	1.138
2002	-	-	448	24	-	-	856	155
2003	-	-	593	212	-	-	1.129	48
2004	-	-	26	25	-	-	33	25
2005	-	-	-	-	-	-	-	-
2006	-	-	203	92	-	-	173	86
2007	-	-	1.574	341	-	-	1.887	152

Fonte: SEDUC/GEJA

Exame de Dependência –É realizado em caráter de exame supletivo (somente os componentes do núcleo comum), para alunos que ficaram reprovados em até 02 (duas) disciplinas no 9º ano do Ensino Fundamental e em até 03 (três) disciplinas no 3º ano do Ensino Médio. É amparado pela Resolução Nº 175/01 CEE/AM.

ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO	
	Nº de Inscritos	Nº de Aprovados p/ disc.	Nº de Inscritos	Nº de Aprovados p/ disc.
2002	568	387	348	216
2003	685	148	582	211
2004	97	24	51	15
2005	802	532	983	436
2006	801	460	745	465
2007	712	330	776	229
2008	596	453	519	350

Fonte: SEDUC/GEJA

Exame Excepcional – Esta modalidade de exame é direcionado para candidatos que foram aprovados no vestibular, em concurso público ou que necessitam comprovar conclusão de curso para permanência ou ingresso em emprego. O aluno é submetido a um exame em até 02 (dois) componentes, sendo aprovado receberá a certificação.



ANO	ENSINO FUNDAMENTAL		ENSINO MÉDIO	
	Capital			
	Nº de Insc.	Nº de Aprov.	Nº de Insc.	Nº de Aprov.
2002	1.076	860	2.333	1.983
2003	652	521	1.537	1.229
2004	613	490	1.686	1.348
2005	638	510	1.326	1.060
2006	421	336	820	656
2007	365	292	625	505

Fonte: SEDUC/GEJA

Exame de 1ª a 4ª série – Para candidatos que por motivos adversos não possuem documento de conclusão de 1ª a 4ª série e que desejam prosseguimento de estudo.

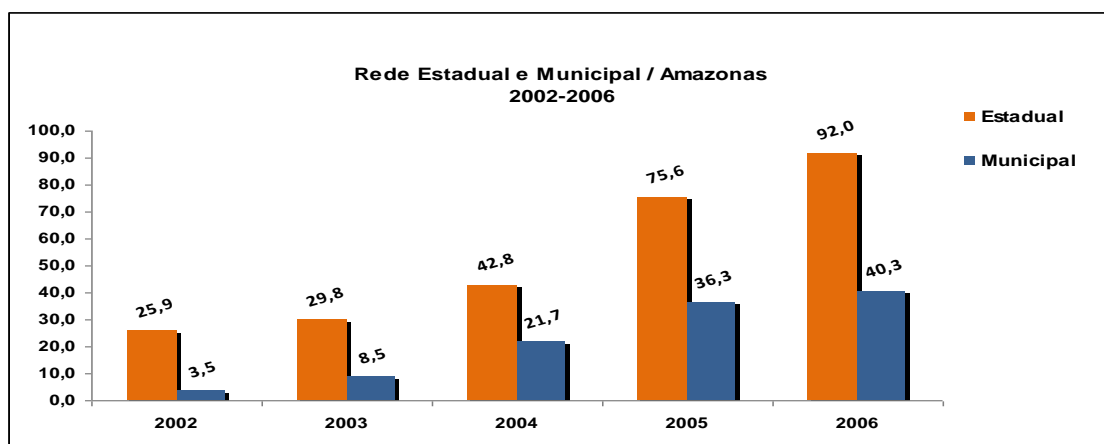
ANO	1ª A 4ª SÉRIE	
	Nº de Inscritos	Nº de Aprovados
1997	57	42
1998	249	220
1999	190	182
2000	618	562
2001	452	406
2002	785	714
2003	752	684
2004	790	727
2005	760	694
2006	520	481
2007	823	740

Fonte: SEDUC/GEJA

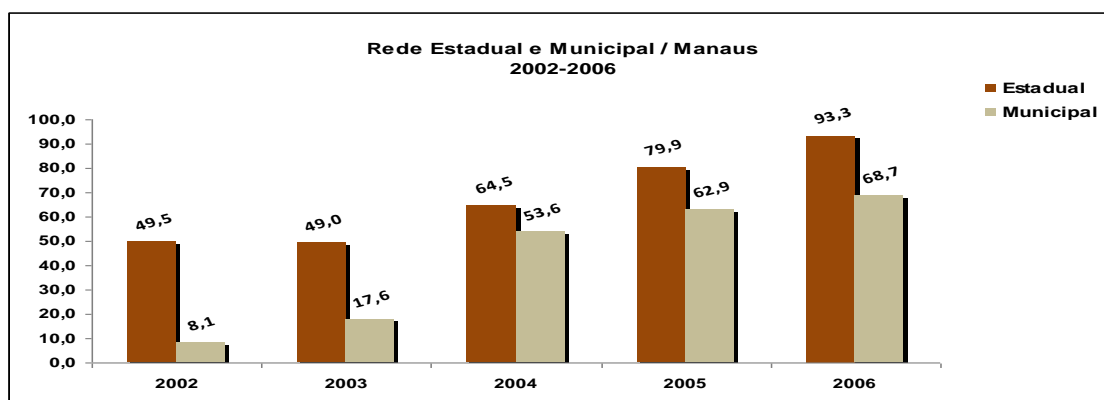
Percentual de Docentes com nível superior - Educação de Jovens e Adultos

Localização	Dep. Adm.	2002	2003	2004	2005	2006
ESTADO	Estadual	25,85	29,77	42,84	75,62	92,01
	Municipal	3,45	8,50	21,67	36,31	40,31
	Pública	13,47	17,03	30,27	53,56	60,59
CAPITAL	Estadual	49,51	48,96	64,54	79,86	93,32
	Municipal	8,08	17,63	53,55	62,85	68,73
	Pública	28,71	31,08	58,77	72,44	83,32
INTERIOR	Estadual	11,06	20,07	31,63	72,43	90,86
	Municipal	1,33	4,61	9,59	26,99	32,89
	Pública	5,40	10,61	17,91	44,06	50,41

Fonte: MEC/INEP



Fonte: MEC/INEP



Fonte: MEC/INEP

O aumento gradativo do índice de professores com ensino superior tem sido notável, tanto na rede estadual quanto municipal. No ano de 2001 tínhamos apenas 21,9% de graduados, 2006 esse percentual elevou-se para 92%. Na rede municipal esse crescimento foi de 5,1% para 40,3%.

**Condições específicas de oferta de EJA nas Redes de Ensino:**✓ **Recursos financeiros disponíveis às escolas que ofertam EJA;**

EXERCÍCIO	VALOR
1996	4.620,00
1997	12.574,40
1998	109.536,00
1999	1.859.388,00
2000	947.211,33
2001	356.007,68
2002	300.085,00
2003	2.159.828,69
2004	7.190.717,00
2005	697.492,00
2006	4.553.985,00
TOTAL	18.191.445,10

Fonte: Contabilidade
Balanco geral – SEDUC

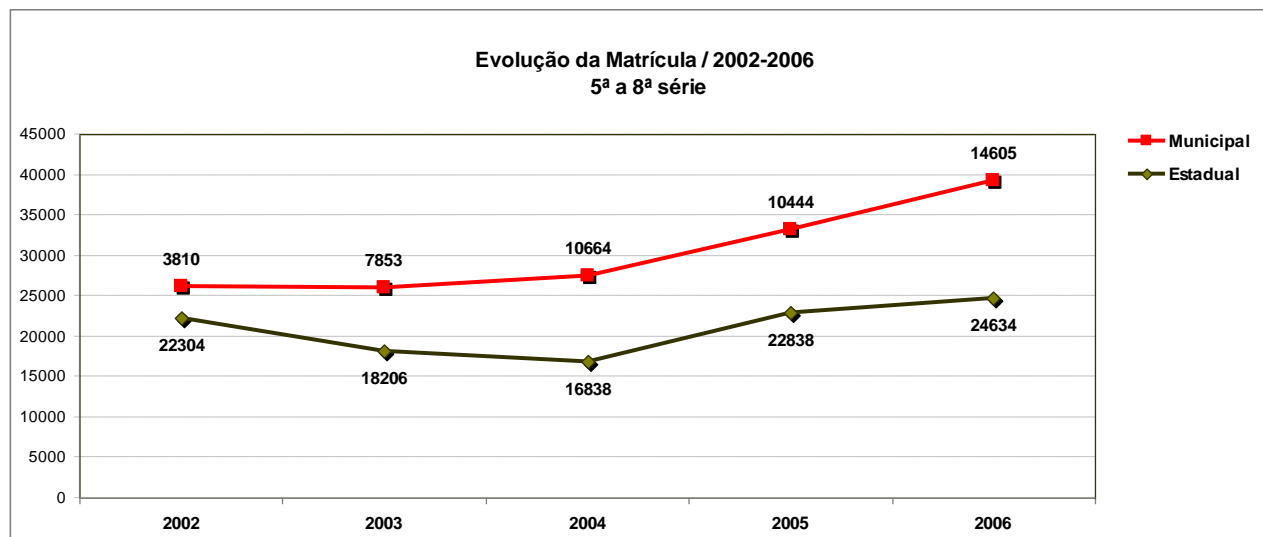
✓ **Programas de apoio disponíveis aos estudantes;****Período: 2001 a 2006**

Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Educação de Jovens e Adultos – Fazendo Escola: somente para compra de livro didático para alunos da EJA do Ensino Fundamental; Formação continuada para professores; Aquisição de gêneros alimentícios; Pagamento de professores.



- ✓ **Forma de atendimento da população do campo: PRONERA Convênios INCRA, UEA e UFAM, com apoio da FETAGRI – Período: Dezembro de 2001 a Março de 2008.**

Curso	IES	ANO	Número de Alunos				
			INICIAL	DESISTENTES	FINAL	APROV.	N APROV.
ALFABETIZAÇÃO	UFAM	2002/2003	680	270	410	410	00
ALFABETIZAÇÃO	UFAM	2005/2006	426	256	170	170	00
1º SEGMENTO	UFAM	2005/2007	536	347	189	116	73
ALFABETIZAÇÃO	UEA	2006/2007	2.077	590	1.487	970	517
1º SEGMENTO	UEA	2008/2010	1.200	EM CURSO			
TOTAIS			4.919	1.463	2.256	1.666	590



✓ **Custo aluno – EJA na Capital / Estado;**

Nível de Ensino	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1ª a 4ª ⁽¹⁾	333,00	363,00	418,00	446,00	537,71	564,86	569,83
5ª a 8ª ⁽¹⁾	349,65	381,14	438,90	468,30	564,60	593,11	598,32
Médio ⁽²⁾	802,09	877,80	1.007,19	1.082,48	1.173,30	1.232,55	1.266,64

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

Nota: (1) MEC/FUNDEF

(2) Custo anual calculado pelo SEDUC/DEPLAN/GEPIE e corrigido pelo INPC (Índice de Preço ao Consumidor) até dez/2007.

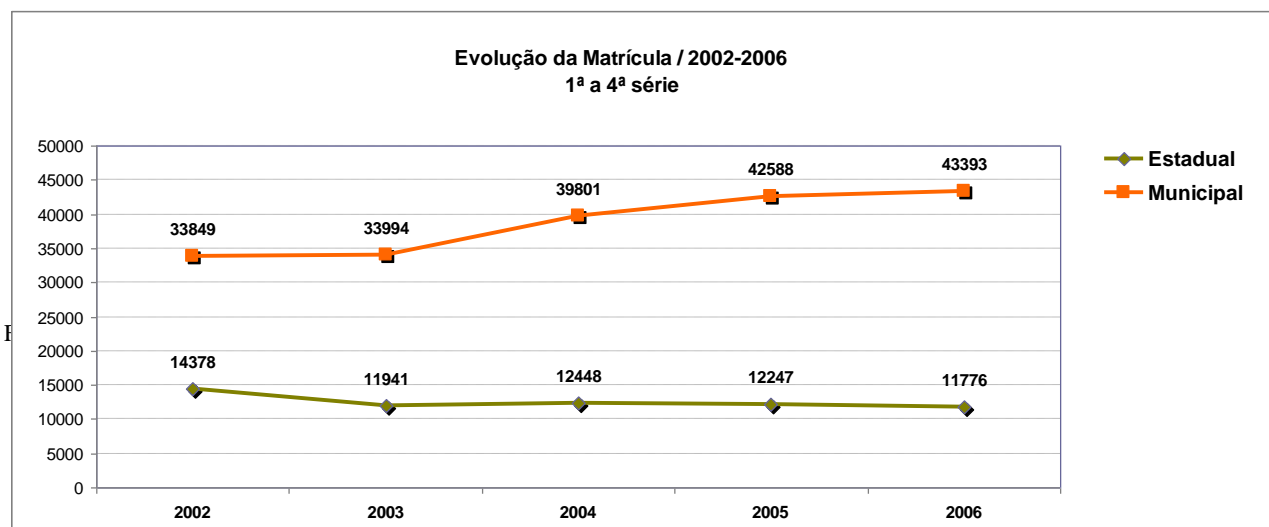
✓ **Número médio de alunos por turma de EJA;**

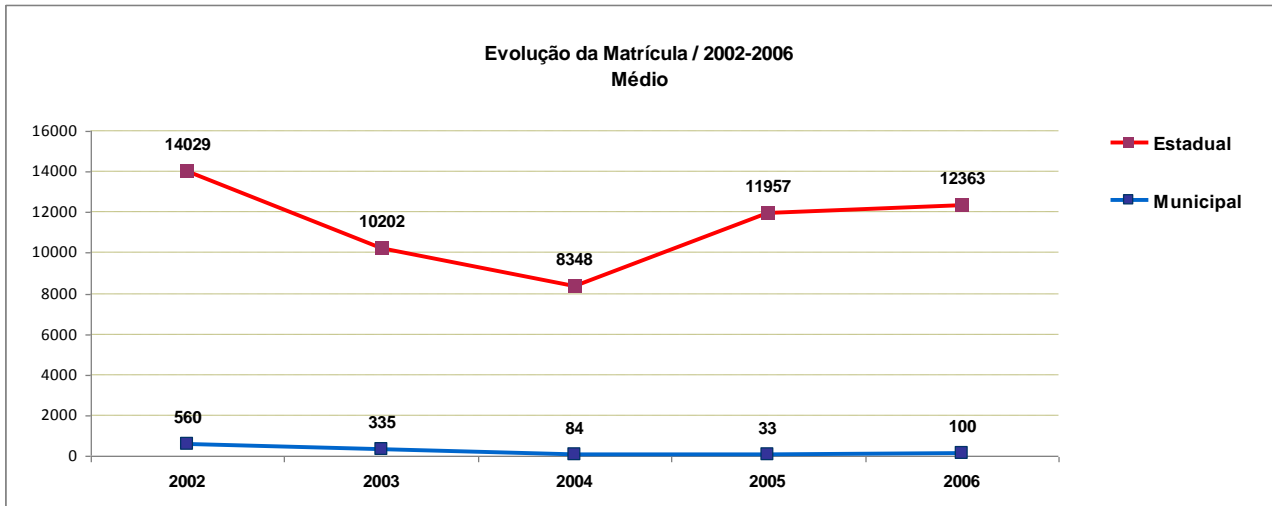
Localização	Dep. Adm.	2002	2003	2004	2005	2006
1ª a 4ª série	Estadual	33	30	31	30	30
	Municipal	26	26	26	27	24
	Total	28	27	27	27	25
5ª a 8ª série	Estadual	40	33	38	38	37
	Municipal	28	28	28	26	25
	Total	38	31	33	33	32
Médio	Estadual	47	31	37	38	36
	Municipal	27	37	28	33	25
	Total	46	31	37	38	36

Fonte: MEC/INEP

Condições de oferta de EJA por parte da sociedade civil:

✓ **Quantitativo de educandos atendidos;**





Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

✓ **Matrícula em curso semipresencial, por nível - Rede Estadual e Municipal / 2002-2006**

Dependência	Ano	Total	EJA Semipresencial	
			Fundamental	Médio
Estadual	2004	9.155	4.392	4.763
	2005	11.132	6.175	4.957
	2006	11.022	4.848	6.174
Subtotal		31.309	15.415	15.894
Municipal	2004	1.320	1.320	-
	2005	2.028	2.028	-
	2006	1.837	1.837	-
Subtotal		5.185	5.185	-
Total Geral		36.494	20.600	15.894

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPIE

✓ **Atendimentos da EJA no Serviço Social do Comércio – SESI**

Empresas do Pólo Industrial de Manaus

Empresas da Construção Civil

Empresas do Interior do Estado do Amazonas

Centro Integrado de Educação do Trabalhador (CIET)

Governo (Prefeituras Municipais – Instituições Federais)

Dioceses (Instituições Religiosas)

Comunidades (Associação de Bairros e outros)

✓ **Concluintes dos Cursos Presenciais por nível de ensino, segundo a localização.****Rede Estadual – 2000 / 2004**

Nº de Concluintes / Eja				
Ano	Localização	Ensino Fundamental		Ensino Médio
		4ª série	8ª série	
2000	Capital	691	3.193	2.008
	Interior	2.635	1.899	525
	Estado	3.326	5.092	2.533
2001	Capital	413	1.094	840
	Interior	3.048	1.917	720
	Estado	3.461	3.011	1.560
2002	Capital	1.299	4.416	4.527
	Interior	6.316	3.199	1.169
	Estado	7.615	7.615	5.696
2003	Capital	1.157	886	605
	Interior	2.531	3.343	1.466
	Estado	3.688	4.229	2.071
2004	Capital	848	470	644
	Interior	1.792	2.830	1.519
	Estado	2.640	3.300	2.163
2005	Capital	1.230	1.494	644
	Interior	2.500	2.601	2.524
	Estado	3.730	4.095	3.168

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPES

Rede Municipal – 2000 / 2005

Nº de Concluintes / Eja				
Ano	Localização	Ensino Fundamental		Ensino Médio
		4ª série	8ª série	
2000	Capital	4.248	13	-
	Interior	1.835	151	-
	Estado	6.083	164	-
2001	Capital	4.521	452	-
	Interior	1.991	381	-
	Estado	6.512	833	-
2002	Capital	3.950	172	-
	Interior	2.939	608	-
	Estado	6.889	780	-
2003	Capital	4.352	436	-
	Interior	4.288	1.153	-
	Estado	8.640	1.589	-
2004	Capital	3.887	272	-
	Interior	3.088	1.349	-
	Estado	6.975	1.621	-
2005	Capital	3.453	963	-
	Interior	3.537	1.036	-



Estado	6.990	1.999	-
--------	-------	-------	---

Fonte: MEC/INEP/SEDUC/DEPLAN/GEPE

4. Metas para EJA no Estado.

Eixos	Metas	Estratégias	Prazo
Acesso e Permanência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento técnico-pedagógico para os 62 municípios que oferecem Educação de Jovens e Adultos. ▪ Realização de Exame Supletivo em nível de Ensino Fundamental e Médio em 10 municípios. ▪ Expansão do Sistema Eletrônico de Avaliação na Capital (Coordenadorias III e IV) e nos seguintes municípios: Itacoatiara, Coari, Parintins, Tabatinga. ▪ Fortalecimento do acervo bibliográfico de 16 unidades prisionais do estado do Amazonas. ▪ Elaboração e implementação do Plano Estadual de Educação Prisional. <ul style="list-style-type: none"> • Regulamentar as políticas de educação em EJA de acordo com a legislação Federal (leis e resoluções); 	Acompanhamento técnico-pedagógico para os 62 municípios que oferecem Educação de Jovens e Adultos, procurando estabelecer uma política que contribua com um trabalho significativo no atendimento da EJA,	As ações propostas serão realizadas todas a curto prazo
Formação Inicial e Continuada de Educadores e Educadoras	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação de profissionais da Educação de Jovens e Adultos em fóruns, congressos, seminários e cursos regionais e nacionais. ▪ Formação continuada em Educação de Jovens e Adultos - EJA, com 120 horas, para 1.000 professores do Ensino Fundamental nos 62 municípios. <p>a) Projetos de Extensão: Ciclo de Formação em EJA</p>	Estabelecimento de Parceria com as Universidades, Instituições de Ensino Superior, Secretarias de Educação, Institutos Federais, ONG's entre outros, na perspectiva de estabelecer uma política de formação inicial e continuada para as educadoras e os educadores da EJA	Ações de curto e médio prazo



	<ul style="list-style-type: none">• Curso de Especialização Lato Sensu: EJA e Educação Popular, articulado com IFAM/UEA/UFAM (gratuito). Promover estudos , encontros , seminários ;• Organizar seminários sobre as diretrizes da educação nas prisões ;		
Política Intersetorial	<ul style="list-style-type: none">▪ Coordenação e execução das ações voltadas para a Agenda Territorial de desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos – EJA.• Consolidar as ações de Plenária itinerante nos municípios do Rio Preto da Eva;Manacapuru;São Gabriel da Cachoeira para consolidar o pacto de colaboração ,apresentação da agenda ;• Organizar a comissão técnica da EJA para avaliação e elaboração de minuta de resolução articulação das normativas da EJA,incluindo nessa comissão a presença de representantes da agenda ;• Acompanhar e participar da elaboração dos Planos de Educação<ul style="list-style-type: none">• Fortalecer os conselhos	<p>Estabelecer uma articulação de política intersetorial que possa estabelecer ações que contribuam para a melhoria não somente para a educação ,mas para qualidade de vida de todos e todas os cidadão e cidadã .</p> <p>Encaminhar convites para outras Instituições, Secretarias , Movimentos Sociais e outros atores da sociedade civil organizada para que participem da Agenda Territorial.</p>	As ações serão realizadas a curto e médio prazo



	<p>municipais de educação existentes para proceder ao efetivo acompanhamento, fiscalização e normatização das políticas educacionais voltadas para a educação infantil e ensino fundamental, incluindo a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, através de uma política de formação e atualização de conselheiros;</p> <ul style="list-style-type: none">• a criação dos seus CME's objetivando acompanhar, fiscalizar e normatizar as políticas para 1ª e 2ª etapas da educação básica, inclusive para modalidade Educação Jovens e Adultos amoldando à legislação federal (leis e resoluções do CNE);• Fortalecer as parcerias entre Conselhos estadual e municipais de educação do Amazonas, através regime de cooperação técnica, atendendo as necessidades locais dos municípios;• Acompanhamento e controle das ações previstas no plano da		
--	--	--	--



	<p>agenda;</p> <ul style="list-style-type: none">• Articulação com as comissões de Educação da Câmara e Assembléia Legislativa ;• Divulgação nas Instituições do Documento marco de Belém ;• Articulação com Fóruns : Movimento Negro ; Conselho de Educação , Economia Solidaria . como forma de fortalecimento das políticas de Educação .• Reconfigurar a Agenda com novos atores que possam contribuir na construção de uma política efetiva da EJA no Estado		

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. CARTA DE COMPROMISSO COM A AGENDA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL. *Reunião Técnica da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos*, realizada de 8 a 13 de dezembro de 2008, em Natal-RN.

___ **Agendas Estaduais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos . SECAD/MEC. Brasília: DF, 2009**

___ **AGENDA TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA, ALFABETIZAÇÃO E DIVERSIDADE – SECAD DIRETORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EJA**

___ **PLANO ESTRATÉGICO PARA IMPLANTAÇÃO E/OU FORTALECIMENTO DA EJA MUNICIPAL E ESTADUAL PROPOSTA DE ROTEIRO . MEC/SECA. Brasília: DF, 2009**

___ **Diagnostico socio,economico e educacional do estado do Amazonas. IBGE/2010**

PLANO DE AÇÃO - Trabalho do Módulo IV

3- Dados de identificação do(s) proponente(s):

1.1- Estado

- Alagoas

1.2- Nome(s)

- **Cursistas:** José Rubens Silva Lima; Maria Gorete Amorim e Marizete Santos.
- **Colaboradores:** Valéria Campos (FAEJA); Marinaide Lima (UFAL)

1.3- Informações para contato (telefones e e-mail)

NOME	E-MAIL	FONE
José Rubens Silva Lima	jrubenssl@hotmail.com	(82) 9331-4637
Maria Gorete Rodrigues Amorim	goreteramorim@gmail.com	(82) 9982-9189
Marizete Maria de Melo Santos	marizetedocetente57@hotmail.com	(82) 8865-0220
Valéria Campos Cavalcante (Colaboradora – FAEJA)	vccavalcante1@hotmail.com	(82) 8824-3895
Marinaide Lima de Queiroz Freitas (Colaboradora UFAL)	naide12@hotmail.com	(82) 9928-2144

4- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital

Os Fóruns de EJA nascem a partir da ação preparatória para a V CONFINTEA, conforme constatado por PAIVA (2010, p.17):

Justamente no desenvolvimento da metodologia de trabalho proposta em preparação à V CONFINTEA, o Rio de Janeiro, na etapa estadual, promoveu o encontro de estudiosos e educadores dispersos pelo território fluminense, desde a extinção da Fundação Educar. O encontro acontece pela determinação de técnicos da então Delegacia Regional do MEC (Demec/RJ), que conseguiu mobilizar o poder estadual, quando a EJA ocupava um lugar marginal na política brasileira. Desse encontro, nasce o Fórum de Educação de Jovens e

Adultos do Estado do Rio de Janeiro, articulação informal de entidades públicas, não governamentais e de educadores em geral, inaugurando um movimento novo da sociedade – estratégia de incorporação da EJA aos direitos expressos em políticas públicas –, revelador da disposição de luta, com formas e táticas de resistência para tirar a EJA do lugar a que estava relegada.

Encontramos nessa citação elementos fundantes da caracterização dos Fóruns de EJA, ou seja, surge como uma estratégia de luta, se configurando como um novo movimento da sociedade em busca do direito à educação.

Nessa perspectiva, quando nos referimos a Fóruns de EJA, estamos falando de coletivos de composição plural, por congregar atores de diferentes espaços sociais, de âmbito governamental e não governamental, Sistema S, Movimentos Sociais e outros, se constituindo espaço aberto ao diálogo em torno da luta pela garantia e exercício do direito humano à educação para jovens e adultos.

Os fóruns acumulam experiência de mais de 10 anos de luta com inúmeras conquistas, a exemplo da inclusão da EJA no FUNDEB, programas de transporte, alimentação escolar e livro didático, mas ainda existem limites e desafios, principalmente no campo da política pública para EJA assumida pelos entes federados no País, a exemplo da política pública de aplicação dos recursos do FUNDEB na EJA, contraditoriamente lutamos pelo tratamento isonômico da EJA no referido Fundo, mas ainda não conseguimos garantir que o percentual de 15% destinado a essa modalidade de ensino fosse utilizado.

Em síntese os fóruns de EJA:

Têm modos de organização e de operação distintos, exigindo, por isso mesmo, estudos e conhecimento de suas formas de gestão, de participação e da consciência do lugar político que ocupam educadores, como constituidores de novos núcleos de poder e de resistência. (PAIVA, 2010, p. 20)

Em Alagoas é espaço de mobilização, socialização e intervenção, esse é o tripé de sustentação das ações do Fórum Alagoano de Educação de Jovens e Adultos, atualmente composto por educadores e educadoras de EJA, bem como as seguintes instituições: Conselho Estadual de Educação – CEE/AL; Fórum Estadual Permanente de Educação do Campo - FEPEC; Fórum da Diversidade; Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL; Secretaria de Estado da Educação e do Esporte - SEE/AL; Serviço Social da Indústria - SESI; Serviço Social do Comércio - SESC; ONGs; Secretaria Municipal de Educação de Maceió – SEMED-Maceió; União

Nacional de Conselhos Municipais de Educação - UNCME; Instituto Federal de Alagoas – IF-AL.

Quanto a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, embora tenha sido criada com a finalidade de integrar ações de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, e se constitua um coletivo com representações do governo, órgãos não governamentais, movimentos sociais, conselhos, fóruns e outros, representa uma iniciativa governamental, coordenada por representante do governo, ou seja, sua autonomia é relativa. A possibilidade de integração acontece através da criação de uma Comissão Estadual, sendo esta uma mesa de proposições de ações para cada Instituição presente na Comissão, fazendo também o acompanhamento e a mobilização social de setores da sociedade civil que possam intervir nas políticas educacionais para EJA.

A Comissão Estadual de Alagoas foi constituída em 2008, passando por uma reformulação em 2009. Estando agora em 2011 se reconstituindo para ser publicada em Diário Oficial do Estado. Por seu caráter não ser um ente executor, nem gerenciador de recursos financeiros diretamente, seu planejamento de ações fica dependente dos fluxos dos processos internos da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte, pois é esta que recebe os recursos e exerce o papel de gerenciamento financeiro e administrativo.

Atualmente Agenda está esperando a publicação da nova Comissão para que se constitua um grupo Gestor.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

a) Análise

Em pesquisa realizada recentemente pelo Grupo de Pesquisa Teorias e Práticas em Educação de Jovens e Adultos – CEDU/UFAL-AL¹⁸, “foi identificado que a oferta de alfabetização no Estado de Alagoas permanece federalizada e, ainda desarticulada do processo de continuidade”. Prosseguindo o diagnóstico a pesquisa aponta que:

Embora a meta apresentada pela Secretaria de Educação seja atender por cada ano 50 mil educandos, que corresponde a atender 50% da meta do Plano Estadual de Educação, [...] contraditoriamente, a matrícula de EJA no Ensino Fundamental vem sendo reduzida a cada ano. Dessa forma, a perspectiva da Agenda Territorial, que prevê a articulação das ações de alfabetização e escolarização em estados e municípios brasileiros, em Alagoas não tem havido avanço, afirma o

¹⁸ Pesquisa intitulada: “A Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: incursões na história das políticas - ações e concepções em âmbito governamental (1980-2000)”. Financiada pelo MEC-SECAD-ANPED através da UFPe, sob a coordenação geral da Professora Márcia Ângela Aguiar (2009).

gestor: “É... uma questão que entra, assim... o processo burocrático pra que de fato seja dado o pontapé inicial na execução da Agenda Territorial”.

Ao fazer o diagnóstico em âmbito dos municípios alagoanos, a pesquisa aponta que:

São muitos os que atuam de forma federalizada, no campo da EJA. A União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/AL não dispõem de estudos que possam dar conta das iniciativas existentes [...].

A maioria dos municípios alagoanos atuam com vários projetos/programas [...], havendo ainda muita dificuldade na continuidade dos estudos da demanda existente. O MEC registra que as matrículas de EJA - I Segmento, no Brasil, tem diminuído, enquanto as de alfabetização têm aumentado consideravelmente. Tomando como exemplo o Ministério apresenta com base no censo escolar de 2007 e o PNAD 2006 que a oferta no primeiro segmento de EJA foi de 1.098.469, para uma demanda de 1.473.319 em Alfabetização. Destaca, também, que a evolução das matrículas de EJA nos anos de 2002 a 2008, foram muito flutuantes, com quedas significativas nos anos de 2002, 2007 e 2008.

Dentre os inúmeros fatores sócio-políticos que impedem a implementação de políticas de EJA no âmbito dos municípios alagoanos, ainda há inexistência em alguns municípios e coordenadorias regionais de educação, de equipes que coordenem as ações de EJA nas redes, o que tem disseminado a cultura da pulverização de ações desarticuladas de alfabetização e escolarização de EJA.

A tabela abaixo traz uma radiografia da população alagoana e o seu grau de escolarização, este dado foi construído a partir do levantamento da PNAD/2008. A faixa etária de corte começa com a população de 10 anos em relação a condição de analfabeto, pois este grupo de pessoas com certeza são candidatos a alunos de EJA.

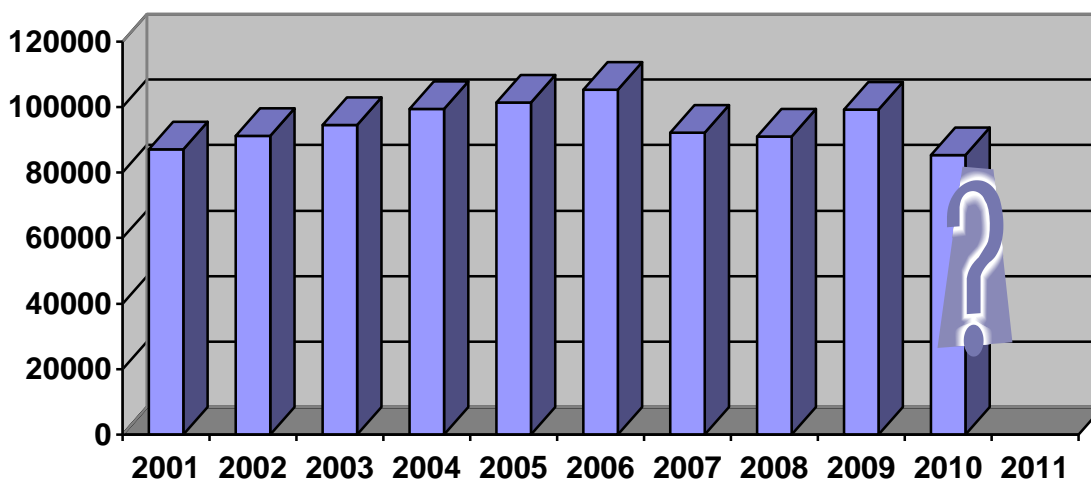
Pessoas de 10 anos ou mais de idade por grupos de anos de estudo, cor ou raça e grupos de idade				
Brasil, Região Geográfica, Unidade da Federação e Município	Grupos de anos de estudo	Grupos de idade	Variável	
			Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Pessoas)	Pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)
Alagoas	Sem instrução e menos de 1 ano	Total	509.116	23,5
		10 a 14 anos	51.731	2,39
		15 a 19 anos	38.335	1,77
		20 a 24 anos	41.392	1,91
		25 a 39 anos	119.119	5,5
		40 a 59 anos	143.687	6,63
		60 anos ou mais	114.853	5,3
	1 a 3 anos	Total	615.261	28,4
		10 a 14 anos	179.656	8,29
		15 a 19 anos	90.518	4,18
		20 a 24 anos	63.730	2,94
		25 a 39 anos	130.003	6
		40 a 59 anos	109.630	5,06
	4 a 7 anos	Total	569.648	26,29
		10 a 14 anos	97.476	4,5

		15 a 19 anos	133.515	6,16
		20 a 24 anos	84.851	3,92
		25 a 39 anos	147.445	6,81
		40 a 59 anos	79.478	3,67
		60 anos ou mais	26.883	1,24
	8 a 10 anos	Total	197.487	9,12
		10 a 14 anos	1.922	0,09
		15 a 19 anos	53.291	2,46
		20 a 24 anos	43.415	2
		25 a 39 anos	66.576	3,07
		40 a 59 anos	26.247	1,21
60 anos ou mais	6.037	0,28		

Fonte: IBGE/PNAD 2008.

Com o gráfico abaixo é percebido que para o ensino fundamental, as matrículas da educação de jovens e adultos não consegue garantir o acesso a demanda e o seu fluxo não é contínuo, pois o comportamento das colunas indicam subidas e quedas, principalmente nos últimos 04 (quatro) anos. Estes dados foram coletados na página do INEP, trazendo um retrato de uma década. Para o início não só de mais um ano, mas de uma nova década, fica uma interrogação para os gestores, qual será o atendimento, sabendo que acima é existente uma demanda real.

MATRÍCULA DE EJA EM ALAGOAS



Fonte: MEC/INEP, 2001 - 2010

b) Estratégias para atualização do diagnóstico na perspectiva da intersectorialidade

01 - Contratação de 01 (uma) Instituição com capacidade técnica em pesquisa acadêmica e administração de recursos públicos. A qual caberá realizar as seguintes ações:

- Realizar diagnóstico sobre a Alfabetização e EJA nos 102 municípios através de pesquisa e análise dos dados coletados, atendendo a Resolução CD/FNDE nº 65, de 13 dezembro de 2007 (Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos);

- Realizar levantamento de instituições não governamentais que ofertam ações de EJA por município alagoano, identificando tipo de ação, demanda atendida e impacto causado;
- 02 – Mobilizar todas as instituições que ofertam ações de EJA para participação no Fórum Alagoano de Educação de Jovens e Adultos;
- 04 – Acompanhar e monitorar em parceria com a Comissão de Defesa do Direito a Educação Pública, o Comitê de Educação do Campo e o Fórum Estadual de EJA as políticas desenvolvidas na educação de jovens e adultos em Alagoas.
- 05 – Diagnosticar junto à população freqüente em turmas de EJA, mas que evadem, os motivos deste fenômeno, com a elaboração de documento propositivo a partir das falas dos trabalhadores-alunos.

4- Metas para a EJA no Estado a:

a) Curto Prazo (ação imediata até 2 anos)

- Promover acesso e permanência com sucesso à rede pública de educação, de 100% dos alunos egressos de programas e projetos de alfabetização inicial, desenvolvidos por organizações governamentais e não-governamentais.**
- Criar, em todas as Secretarias Municipais de Educação, no prazo mínimo de dois anos, um setor específico responsável pela EJA com profissionais com experiência na área.
- Propor calendários especiais, sempre que a necessidade exigir, para atender às especificidades de EJA.
- Articular políticas de educação com outras políticas sociais, que assegurem ao jovem e adulto trabalhador, o acesso a programas de formação profissionalizante, de geração de emprego/trabalho e renda, assistência à saúde e outras medidas, possibilitando a sua permanência na escola.
- Oferecer, por meio de instituições públicas, oportunidades de formação inicial e continuada para profissionais de EJA.**

b) Médio Prazo (de 3 a 5 anos)

- Garantir continuidade da escolarização de 50% da população que não concluiu o ensino fundamental nos próximos cinco anos e, progressivamente, o ensino médio no período de dez anos.



- Implantar a ampliação da oferta do segundo segmento do ensino fundamental nas modalidades presencial, a distância e por meio de exames supletivos, nas redes públicas de educação estadual e municipais.
- Oferecer, por meio de instituições públicas, oportunidades de formação inicial e continuada para profissionais de EJA.
- Promover articulação das Secretarias de Educação com instituições de ensino superior, visando à realização de pesquisas na área da EJA.
- Promover articulação das Secretarias de Educação com instituições de ensino superior, visando à realização de pesquisas na área da EJA. **

c) Longo Prazo (de 6 a 10 anos)

- Reduzir em 50%, no período de dez anos, o analfabetismo **absoluto** das pessoas de 15 anos de idade ou mais, por meio de ações articuladas entre o Estado, os municípios e organizações da sociedade civil.*
- Reduzir em 50%, no período de dez anos, o analfabetismo **funcional** das pessoas de 15 anos de idade ou mais, por meio de ações articuladas entre o Estado, os municípios e organizações da sociedade civil.*
- Redirecionar o ensino noturno existente nas redes públicas estadual e municipais, para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, imediatamente após a aprovação desse Plano.**

5- Estratégias de ação

- ❑ Ampliar e fortalecer a Comissão Estadual interinstitucional e intersetorial de EJA;
- ❑ Pactuar as responsabilidades de cada instituição;
- ❑ Fazer uma Chamada Pública,
- ❑ Utilizar os meios tecnológicos de informação (internet, televisão, rádio, jornais ...) para divulgar e conscientizar a população do seu direito a educação de jovens e adultos;
- ❑ Acompanhar a utilização dos recursos transferidos para a Agenda Territorial;
- ❑ Articular nas instâncias municipais a inserção dos egressos da alfabetização no primeiro segmento da modalidade de EJA;
- ❑ Acompanhar a efetiva aplicação dos recursos previstos no FUNDEB destinados à EJA;

* Iniciativa do Poder Público Estadual.

- ❑ Realizar encontros com os integrantes da comissão para alinhamento dos conhecimentos sobre a EJA;
- ❑ Ampliar a oferta e garantir o acesso da demanda de EJA na Educação Básica
- ❑ Acompanhar as ações desenvolvidas para EJA nos municípios
- ❑ Criar uma metodologia de avaliação permanente para monitorar as ações da EJA desenvolvidas pelos sistemas de ensino no Estado;
- ❑ Promover audiências públicas na Assembléia Legislativa e Câmara dos Vereadores de Maceió, na defesa do direito à educação para EJA, em parceria com a Comissão de Defesa do Direito à Educação, Fórum de EJA-AL e movimentos populares;
- ❑ Promover estratégias de divulgação e de controle social das políticas de EJA;
- ❑ Acompanhar as estratégias adotadas pelo poder público que são voltadas para a elevação dos índices de aprendizagem na EJA;
- ❑ Estabelecer canais de comunicação com os gestores das instâncias municipais e estadual (secretários, prefeitos e governador), tendo em vista a institucionalização e implementação de políticas públicas de Estado para a EJA ;
- ❑ Acompanhar e monitorar em parceria com a Comissão de Defesa do Direito a Educação Pública, o Comitê de Educação do Campo e o Fórum Estadual de EJA as políticas desenvolvidas na educação de jovens e adultos em Alagoas;
- ❑ Acompanhar as ações dos conselhos municipais e estadual de educação apoiando-os no exercício do controle social das políticas públicas de educação de jovens e adultos;
- ❑ Acompanhar a oferta da matrícula de EJA em cursos profissionalizantes no sistema S e os curso de formação profissional do IF-AL bem como a rede Certific.;
- ❑ Monitorar a efetividade e a qualidade dos cursos e certificação da EJA de acordo com a legislação vigente.
- ❑ Implementar as pesquisas da EJA;
- ❑ Acompanhar o desenvolvimento da pesquisa e apropriar-se dos resultados para promover intervenções pertinentes às situações identificadas;
- ❑ Socializar os resultados da pesquisa através de eventos envolvendo os coordenadores e gestores de EJA;

- ❑ Elaborar publicações com os principais resultados da pesquisa, para serem trabalhadas nas escolas, no sentido de ajudar na construção de novas estratégias de educação e aprendizagem dos jovens e adultos;
- ❑ Utilizar os resultados da pesquisa na revisão de políticas, programas, projetos e ações voltadas para EJA.
- ❑ Articular com as Universidades e o IF-AL a oferta de cursos de formação inicial e continuada para os professores e gestores de EJA;
- ❑ Debater com as instituições de ensino superior a necessidade da inserção de disciplinas de EJA no currículo dos cursos de pedagogia e nas licenciaturas;
- ❑ Realizar encontros de educadores para estudar, refletir e discutir as políticas desenvolvidas em EJA, os documentos oficiais produzidos pelos governos e outras instituições do sistema educacional, bem como apresentação de experiências em EJA.

6- Considerações Finais

As considerações finais neste trabalho, não serão consideradas como um ponto final, mas enquanto uma vírgula, pois quando falamos em educação de jovens e adultos no Brasil e para nós alagoanas (os), temos um quadro de não só décadas de exclusão do sistema educacional e sim de séculos de negação do direito humano que é vivenciado por crianças, jovens, adultos e idosos que no percurso de suas não tiveram oportunidades de acesso a escolarização ou foram sutilmente excluído no caminhar escolar.

No marco legal as conquistas tem sido grande, inicialmente pela Constituição de 1988, a educação é um direito público subjetivo para todos. Este ponto é reforçado pela LDB de 1996. Em 2001 temos as Diretrizes Curricular de EJA, destacando as funções reparadora, equalizadora e qualificadora. E nos anos de 2008 e 2009, realizou-se uma mobilização nacional preparatória a VI CONFINTEA, que talvez tenha sido única no mundo, graças ao poder mobilizador dos Fóruns de EJA, resultando na elaboração do Documento Nacional com recomendações as Instituições.

Para a efetivação das conquistas legais, a realidade tem demonstrado que governos estaduais e municipais estão vivendo um jogo de empurra-empurra em assumir responsabilidades efetivas de oferta de escolarização para jovens e adultos, principalmente quando a oferta de alfabetização só acontece por intervenção do governo federal, ou seja, a problemática do analfabetismo é vista como um problema de todos, mas que não é de ninguém no assumir o seu enfrentamento. A inclusão das matriculas de



EJA, enquanto geradora de recursos financeiros dentro do FUNDEB, tem gerado um fenômeno estranho, pois as matrículas tem dito quedas constantes e a aplicação dos recursos na modalidade não são explícitas e efetivas.

Para os governos um fator importante é reconhecer a diversidade da/na EJA no sentido de garantir a execução de políticas públicas de estado, para além de programas de governos, assim a efetivação de oportunidades para eliminar as desigualdades sociais e econômicas existentes, ofertando acesso aos bens sociais e ao exercício da cidadania.

Os Fóruns de EJA do Brasil foram os atores principais no momento de preparação para a VI CONFINTEA, demonstrando ser mais que um "espaço de fiscalização e de cobrança", sendo propositivo e mobilizador, mostrando que as ausências governamentais não trouxeram a inviabilização do processo, pois a credibilidade deste movimento plural esta para além das pessoas que fazem parte dos Fóruns.

Com a institucionalização de Comissões Estaduais para a implantação de Agendas Territoriais, os Fóruns não podem correr no perigo da acomodação, fazendo uma transferência de responsabilidade política, no sentido da articulação e da intervenção para o que agora se chama Comissão da Agenda Territorial. Nossa estratégia de luta utilizar bem todas as possibilidades e recursos que a Agenda esta oferecendo para fortalecer o movimento.

7- Referências

ALAGOAS. Lei nº 6.757, de agosto de 2006. Aprova o **Plano Estadual de Educação para o período de 2006 a 2015**.

FREITAS, Marinaide Queiroz, MOURA, Tânia Maria de Melo e AMORIM, Maria Gorete Rodrigues de. **A Educação de Jovens e Adultos em Alagoas: incursões na história das políticas - ações e concepções em âmbito governamental (1980-2000)**. Financiada pelo MEC-SECAD-ANPED através da UFPe, sob a coordenação geral da Professora Márcia Ângela Aguiar. 2009.

PAIVA, Jane. **A construção coletiva da política de EJA no país**. http://www.fe.unb.br/ejagestao/file.php/3/Biblioteca_virtual/Margarida_6_ArtigoJanePaiva.pdf desd e a extinção da Fundação Educar2). 2010.



ATIVIDADE DO IV MÓDULO
PROPOSTA PARA CONSTRUÇÃO



PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS
EDUCACIONAIS EM EJA

POR:

Edite Maria da Silva de Faria

Elivânia Reis de Andrade Alves

PROFESSORES:

- Carmenísia Jacobina Aires
- Catarina de Almeida Santos
- Maria Clarisse Vieira
- Ruth Gonçalves de Faria Lopes

TUTORAS:

- Juliana [Alves de Araújo Bottechia](#)
- Catarina de Almeida Santos



Janeiro/2011

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S):

ESTADO: Bahia- BA

NOMES E INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

- Edite Maria da Silva de Faria (71) 8156-8766

e-mail: fariaedaite@hotmail.com

- Elivânia Reis de Andrade Alves (75)9119-2588

e-mail reisdeandradealves@yahoo.com.br

PERÍODO: 06/12/2010 a 03/01/2011



1. INTRODUÇÃO

Os profetas não são homens ou mulheres desarrumados, desengonçados, barbudos, cabeludos, sujos, metidos em roupas andrajosas e pegando cajados.

Os profetas são aqueles e aquelas que se molham de tal forma nas águas da sua cultura e da sua história, da cultura e da história de seu povo, dos dominados do seu povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles mais que adivinham, realizam...

Eu diria aos educadores e educadoras, ai daqueles e daquelas, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar.

Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o agora, se atrelam a um passado, de exploração e de rotina.

Paulo Freire

Neste registro buscamos destacar os saberes e fazeres construídos coletivamente, de forma contínua, dinâmica e prazerosa, através da materialização das ações, atividades, debates e discussões (virtual e presencialmente), que permearam todo o curso. Isso só foi possível pelo trabalho (com)partilhado entre nossos pares, com os professores/as e as tutoras no Curso de Gestão Social de Políticas Públicas Educacionais em Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Somos militantes e a partir das nossas vivências e experiência na EJA, particularmente como professoras e pesquisadoras neste área, desejamos e somos também responsáveis pela construção da política pública de EJA no Estado da Bahia a partir da relação indissociável entre a Agenda Territorial da EJA com o Fórum EJA da Bahia.

2-CARACTERIZAÇÃO DA AGENDA E DO FÓRUM ESTADUAL:

No primeiro momento caracterizaremos como se estrutura, se organiza a Agenda Territorial, procurando destacar as diretrizes, como ocorreu a sua implantação, de que forma é composta, o seu histórico, as ações desenvolvidas, além de apontar seus desafios presentes e futuros.

2.1. A Agenda Territorial de EJA

Agenda Territorial enquanto:

- Ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação;
- Instrumento para fortalecer as articulações de alfabetização e de educação de jovens e adultos nos território;
- Mecanismo de apoio para estruturação e institucionalização das ações de educação de jovens e adultos.

TEM COMO DIRETRIZES

- Promover a articulação entre as demandas sociais e ofertas de políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos – a educação como ação articuladora das políticas sociais;
- Estimular a constituição de redes sociais de cooperação visando ao protagonismo dos atores sociais na construção de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos – rede que se consubstancia por meio das Comissões Estaduais;
- Estimular a integração das políticas de educação formal e não formal, no âmbito da política de Educação de Jovens e Adultos;
- Apoiar processos educativos que favoreçam a produção do conhecimento, sistematização, socialização das experiências, a partir da realidade local e do respeito à diversidade cultural, de gênero, etnia e de ecossistemas;
- Apoiar experiências inovadoras de Educação de Jovens e Adultos no âmbito da economia solidária e sustentável.

IMPLANTAÇÃO DA AGENDA:

- Secretarias Estaduais de Educação: coordenação da estruturação das Agendas, instituição das Comissões Estaduais e apresentação de Plano de Ação;

- SECAD: apoio técnico e financeiro para estruturação das Agendas, promoção da articulação entre as Comissões Estaduais e acompanhamento das ações previstas nos Planos.

HISTÓRICO:

1ª Oficina Nacional – Natal / Dezembro - 2008

Reuniões entre SEDUC e Pré-Comissões

Reuniões com Coordenadores de EJA e representantes dos Fóruns de EJA

Videoconferências Interestaduais

Reuniões Estaduais com Comissões ou Pré-Comissões

Reuniões Estaduais com Comissões e Pré-Comissões, com a participação da SECAD/MEC

4ª Oficina Nacional – Brasília / Novembro - Dezembro / 2010

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES ESTADUAIS

Secretaria Estadual de Educação;

Representantes dos Secretários Municipais de Educação (Undime);

Representante do Conselho Estadual de Educação;

Representante do Fórum Estadual de EJA;

Representante da sociedade civil organizada.

Regulamentação: Membros da Comissão Estadual regulamentada pela Portaria SEC nº 16856/09 publicada no DOE de 21 e 22/11/2009, página 12. Aguardando publicação de nova portaria com a atualização conforme quadro abaixo, encaminhada pela CJA, a ser publicada em Janeiro/2011.

MAPEAMENTO DOS INTEGRANTES DA AGENDA, CONSELHOS DE EDUCAÇÃO E FÓRUNS DE EJA

Membros que constam na Publicação	Instituição
Arlene Andrade Malta	Titular EDUCADOR/Fórum EJA
Jean Mário Araújo Costa	UNDIME
Sandra Maria Marinho Siqueira	Titular UFBA
Maria José de Faria Lins	Suplente Fórum/EJA BA
Maria de Fátima Mota Urpia	Titular Fórum/EJA BA
Cristiane Santos da Luz	Suplente Educador/Fórum EJA
Frederika Steffen Benfica Menezes	Suplente SEC / Coord. Indígena
Nádia Maria Cardoso da Silva	SEC/Coord.Educação e Diversidade
Verônica Santana	Titular SECULT / PMS
Rosilene Cruz de Araújo	Titular SEC/Cood. Indígena
Francisca Elenir Alves	Titular SEC/TOPA
Membros que atuam	Instituição

		(aguardando nova Publicação)	
AÇÕES	As pautas realizadas centraram-se na Plano constam de	Mara Alba Guedes M. Mello	Conselho Estadual de Educação
		a indicar suplente	Conselho Estadual de Educação
		a indicar suplente	UFBA
		Valmicélia Silva de Afonso	UNDIME(suplente)
		Maria Telma da Silva Ferreira	TOPA/SEC(suplente)
		Isaura Fonseca Souza	UNCME/BA
		a indicar suplente	UNCME/BA
		Valmicélia Silva de Afonso	UNDIME(suplente)
		Marlene Souza Silva	Titular SEC/Coord Ed. Jovens e Adultos Coordenadora da Agenda Territorial
		Isa Maria Fonseca Castro	Suplente SEC/Coord Ed. Jovens e Adultos
		Telma Cruz Costa	Suplente SECULT / PMS
		Péricles Fernandes	Titular Fund. Péricles Fernandes/Fund. Palmares (Assoc. Quilombola)
		Ivânia Paula Freitas de Souza	Titular Inst. Rumos Ed./Semi Árido
Carmen Angélica Costa Melo	Suplente Inst. Rumos Ed./Semi Árido		

DESENVOLVIDAS:
das reuniões mensalmente, Elaboração do Estratégico

encaminhamentos relativos às Resoluções publicadas pelo MEC com vistas a construção do Plano Estratégico para aplicação do Plano de Ação, cujas ações são:

Ação 1. Levantamento da demanda de EJA no Estado da Bahia para a construção do plano estratégico - A Agenda vem fazendo um levantamento para construção do diagnóstico em função de dados que já se concretizam em função das ações desenvolvidas como índices de analfabetismo trazidos pelo Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), diagnósticos da EJA, através das ações da Coordenação de Jovens e Adultos da Secretaria da Educação e Cultura (CJA/SEC), índices referentes as comunidades quilombolas e indígenas, através das instituições e representações da SEC que acompanham essas ações e do Fórum EJA como ponto de partida para a construção do diagnóstico com a participação dos Territórios de Identidade, que estão se aproximando da Agenda Territorial.

Ação 2. Seminário Estadual para mobilização e organização do Comitê da Agenda Territorial – Foi a ação eleita como prioritária pela Comissão em função de se caracterizar a mobilização para a aproximação da sociedade civil organizada na Agenda Territorial que ainda tinha uma participação muito institucional.

Ação 3. Formação Continuada da Comissão para assessorar os Comitês da Agenda Territorial – ainda feita como um dos pontos das pautas de reuniões mensais, mas já prevista como ação a ser efetivada com contratação de consultoria/formação.

Ação 4. Reunião mensal da comissão para planejar as ações da Agenda Territorial - As reuniões da Comissão Estadual ocorreram mensalmente, de forma itinerante, tendo a cada mês sede em uma instituição que integra a Agenda, as quais são registradas através de Lisas de Presença e Atas, arquivadas na CJA/SEC.

Ação 5. Encontros por pólos nos Territórios de Identidade para elaboração dos planos, acompanhamento e avaliação dos Comitês Estaduais da Agenda Territorial – ação a ser implementada em 2001, partindo das articulações feitas em 2010 e discutidas no I Seminário de MOBILIZAÇÃO.

Ação 6. Publicação de documentos para universalização e melhoria da qualidade da EJA na Bahia- prevista para implementação em 2011.

DESAFIOS E PERSPECTIVAS:

O plano de Ação está sendo revisado em função de adaptação a aplicação dos recursos previstos sendo feito pela Comissão de forma coletiva, em função das práticas de cada representante/instituição.

Como ação prioritária para 2011, firmada na última reunião da Comissão em 09/12/2010 está prevista a elaboração do Regulamento da Agenda Territorial.

O foco da Agenda Territorial da EJA-Bahia foi à aproximação dos Movimentos da Sociedade Civil, através de instituições e representações dos Territórios de Identidade.

A escolha do livro didático /PNLD EJA, foi um ponto forte, através da aproximação das Comissões de escolha do livro didático com a comissão da Agenda Territorial sendo incluídos os membros da Comissão no Seminário de Mobilização visando articular as ações de ambas as comissões.

2.2. Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Bahia

Na Bahia, o processo de criação do Fórum Estadual iniciou-se em 1999, como resultado da mobilização dos Encontros Nacionais da Educação de Jovens e Adultos – ENEJAs. Esse processo envolveu participantes das Secretarias Municipais de Educação de Alagoinhas e de Salvador, da Secretaria Estadual da Educação, de ONGs, de Movimentos Sociais, do Serviço Social da Indústria (SESI), do Fórum de Educação no Campo, do Instituto Integrar, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O contato foi feito inicialmente com uma representante de um grupo de trabalho do SESI, participante do movimento originado pelos ENEJAs. Ela convocou participantes do Núcleo Temático Trabalho e Educação (NUTE) da Faculdade de Educação da UFBA, na intenção de

buscar parceiros para a criação do Fórum EJA do Estado da Bahia. Estes integrantes logo juntaram-se a outros sujeitos da Secretaria da Educação do Estado, ampliando a mobilização e resultando na criação do Pré-Fórum em 2001. O Pré-Fórum se transforma, posteriormente, em Pró-Fórum e, finalmente, em 2002, com a realização do I Encontro Nacional da Educação de Jovens e Adultos da Bahia, é estabelecido o Fórum EJA da Bahia.

As entidades que representavam vários segmentos em que trabalhavam com a EJA na Bahia, decidiram instituir o Fórum de Educação de Jovens e Adultos da Bahia, tomando como exemplo os 14 Estados que haviam implementado seus Fóruns. Sua criação iniciou-se especificamente em agosto de 2001 (o Pré-Fórum) que fazia reuniões regulares, realizando discussões para a criação do Fórum. Depois do IV ENEJA, ocorrido em 2002, passou a chamar-se Pró-Fórum cujo objetivo era implementar o então, Fórum.

A mobilização para a criação do Fórum Estadual ocorreu em paralelo ao processo de instituição de outro Fórum da EJA na região do extremo sul da Bahia. Assim, em 2001, no I Encontro do Fórum Regional de EJA, na sede do Campus X da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), é instituído o Fórum Regional de Teixeira de Freitas. Atualmente, esse Fórum junto com os Fóruns das regiões de Alagoinhas e do Território do Sisal compõem o quadro dos Fóruns Regionais da EJA na Bahia.

Queremos destacar nesta caracterização o Fórum Regional de EJA do Território do Sisal, espaço de atuação e militância de nós duas. E que observamos como espaço embrionário fértil para implementar o plano de ação numa perspectiva de participação coletiva e emancipatória, baseada numa concepção de desenvolvimento sustentável e “humanizado”.

O Fórum Regional de EJA do Território do Sisal: Espaço de Atuação de Homens e Mulheres de Fibra

Desde o VI Encontro Estadual do Fórum de EJA da Bahia, que aconteceu entre 30 e 31 de julho de 2007, no Instituto Anísio Teixeira (IAT), diversos segmentos presentes neste encontro e pertencentes ao Território do Sisal movidos pelo desejo e necessidade, decidiram organizar e sistematizar o Pré-Fórum de EJA do Território do Sisal. Desde 10 de agosto de 2007 vem ocorrendo, sistematicamente, reuniões no Departamento de Educação, Campus XIV, Conceição do Coité com representantes de vários segmentos da EJA.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), visando intensificar e cumprir o seu papel social buscou o diálogo junto aos representantes dos diversos segmentos da EJA, dos municípios do Território do Sisal. Um dos grandes objetivos era conhecer e socializar as ações materializadas e desenvolvidas em EJA dentro dos municípios do Território do Sisal.



Um dos grandes desafios foi superar a fragmentação e pulverizações de informações. Uma das primeiras ações tomadas nas reuniões do Pré-Fórum foi constituir uma comissão para estabelecer diálogo com os municípios do território, além de pensar, discutir e articular os diferentes segmentos em prol da implantação e fortalecimento do Fórum Regional.

Em 13 de junho de 2008 foi implantado o Fórum Regional de EJA do Território do Sisal, o local foi na UNEB, Campus XIV. Estiveram presentes os representantes dos municípios de: Conceição do Coité, Santa-Luz, São Domingos, Serrinha, Quijingue, Valente, Ichu, Retilândia, Queimadas, Nordestina e Salvador. A presença dos movimentos sociais, poder público, educandos e educadores da EJA, gestores e a sociedade civil deram um caráter democrático ao encontro.

Motivados pela realização dos Encontros Estaduais de Educação de Jovens e Adultos, e pelas ações locais de EJA, entidades parceiras e representações dos diversos segmentos (estado, município, igrejas, universidade, entidades governamentais, ONG e movimentos sociais e populares) que compõem o Fórum Regional de EJA do Território do Sisal e atuam na EJA no Território do Sisal/Ba, discutem, mobilizam, articulam e pretendem intervir nas ações locais e regionais de EJA, objetivando fortalecer os espaços de debates e reflexões no campo da Educação de Jovens e Adultos. Atualmente, a UNEB, Instituto ARIRI, FATRES, DIREC 12, CODES, e as Secretarias Municipais de Conceição do Coité, São Domingos, Santa Luz e Serrinha, compõem, fortalecem e dinamizam o Fórum Regional de EJA do Território do Sisal, que constitui-se como itinerante, visto o tamanho do Território do Sisal, buscando assim atender às demandas e especificidades dos “homens e mulheres de fibra” dos 20 municípios sisaleiros.

O Fórum Regional de EJA constitui-se como espaço público, permanente, não estatal e não institucional de articulação de entidades públicas, privadas e do terceiro setor; caráter regional, participação aberta e representação por entidade coletiva; constituído e organização por segmentos, possui uma direção colegiada, composta pela Universidade; Alunos e Professores de EJA; SEC/Estadual e Municipal; Movimentos Sociais e ONG.

Como metas, o Fórum Regional pretende traçar a Geografia da EJA do Território do Sisal, mapear as ações desenvolvidas em EJA nos diversos segmentos, organizar um Banco de Dados fazendo um levantamento de Temas e Referências- Estado da Arte das Pesquisas em EJA no Território do Sisal, disponibilizando as pesquisas: graduação, especialização, mestrado e doutorado e organizar Seminários Temáticos Semestrais (Socialização de Experiências). Com a implantação do Fórum Regional de EJA do Território do Sisal, existe o desejo e a necessidade de fortalecer a rede de parcerias e estabelecer de fato a intersetorialidade na EJA, materializada numa interlocução permanente com diferentes setores que atuam nessa área, em prol do desenvolvimento de ações no contexto da educação de pessoas jovens e adultas dentro do Território do Sisal.

3. Diagnóstico da EJA na Bahia (2008): analisando o percurso

Segundo dados do Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA, organizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação e Cultura, o Brasil chega ao século XXI ainda com importantes déficits a serem superados. Em 2006, apesar do índice de analfabetismo ter baixado 3,8% pontos percentuais em relação a 1996, o IBGE registrou a cifra de 14,4 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais no país. Ainda que os dados mostrem que houve redução das taxas de analfabetismo em todas as regiões do país, persiste, contudo, grande variação entre elas.

O Nordeste, em pior situação, com uma taxa de 20,7% em 2006; seguido pelo Norte (11,3%); Centro-Oeste (8,3%); Sudeste (6,0%) e Sul (5,7%). Em termos absolutos, a região Nordeste tem o maior número de analfabetos, chegando a 2006 com 7,6 milhões de analfabetos na faixa etária dos 15 anos ou mais, seguida pelo Sudeste (3,7 milhões), Sul (1,2 milhão), Norte (1,1 milhão) e Centro-Oeste (0,8 milhão).

Segundo dados do IBGE (2005), a taxa de analfabetismo⁴ da população acima de 15 anos na Bahia é de 18,8% quase o dobro da taxa nacional e muito próxima da taxa da região Nordeste que é de 21,9%.

A população total do Estado de Bahia é de 13.070.250 de habitantes, de acordo com o *Censo Demográfico de 2000*, realizado pelo IBGE. A Densidade Demográfica é de 23,16 habitantes por km². A área é de 564.273 km², representando 36,31% da região Nordeste e 6,27% de todo o território brasileiro.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,792 segundo o *Relatório de desenvolvimento humano* (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2005). Infelizmente a taxa de analfabetismo desta população na zona rural ainda é uma das mais altas do país – 31,6%. Quando analisadas as taxas de analfabetismo funcional, esse quadro se torna mais vergonhoso. A Bahia praticamente dobra a média geral, indo para 35,6%, sendo que no campo a taxa sobe para 55,6%.

O Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB), divulgado em abril de 2007, expressa em valores de 0 a 10 o andamento dos sistemas de ensino. A média do Brasil, medida em 2005, é de 3,8, o que significa que ainda está distante da média que corresponde a um sistema educacional com qualidade semelhante à de países desenvolvidos, ou seja, 6,0. A Bahia com 2,6 ficou entre os cinco estados cuja média está abaixo da nacional, apontando a emergência de responder às demandas, particularmente dos homens e mulheres dos setores populares tanto do campo como da cidade. A consciência do direito à educação cresce entre a população jovem e adulta excluída do sistema escolar, e faz com que suas demandas sejam consideradas na conformação de projetos político-pedagógicos e de políticas públicas a eles destinadas. Quem são esses sujeitos? Como se expressam

no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam?

O panorama educacional do nosso país, e em especial o da Bahia, é preocupante. Cabe aos estados e municípios assumir de fato a coordenação da política pública de educação de jovens e adultos. A elaboração de políticas de alfabetização e educação de pessoas adultas deve atender as condições de estudo dos sujeitos e à pluralidade das necessidades de aprendizagem específicas aos diversos grupos de jovens e adultos, considerando a diversidade sociocultural, tais como: vivência campo ou cidade, renda, gênero, geração, etnia, ocupação, etc.

A pressão de políticas públicas educacionais comprometidas com jovens e adultos das camadas populares, mobilização e militância dos movimentos sociais do campo/cidade, e particularmente, o respaldo da contraditória legislação em vigor explicam que o Conselho Nacional de Educação tenha afirmado o perfil próprio da EJA, como um modo de ser e fazer específicos (Parecer CNE/CEB n. 11/2000).

Na análise da Lei nº9394/96, observa-se uma estrutura ainda fragmentária e hierárquica, inviabilizando a idéia de sistema nacional de educação. A Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional, a Educação Infantil e a Educação Especial recebem um tratamento desarticulado da educação escolar regular. Um dos desafios na construção de um sistema nacional de educação é assegurar a articulação entre os sistemas de ensino e isto certamente remete a uma discussão política da organização, estrutura e funcionamento da educação nacional.

As políticas governamentais buscam minimizar a exclusão, entretanto, a EJA tem estado restrita à questão do analfabetismo, sem relacioná-la com o ensino básico como um todo, reproduzindo mais uma vez a história da educação de adultos no cenário brasileiro. A alfabetização e educação básica são partes indissociáveis de um mesmo processo, infelizmente, ainda ocorre dicotomia, tornando-se assim um desafio na construção de políticas públicas para EJA no país.

Ao longo da história brasileira, ideologias de longa data discriminam jovens e adultos e legitimam políticas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), revelando-se continuamente sob novas roupagens, que se reproduzem até hoje. Verifica-se isso nas orientações políticas neoliberais do Estado Brasileiro, as quais buscam minimizar a presença do Estado, retirando os serviços sociais de sua responsabilidade e repassando-os para a sociedade civil.

Esta é uma herança histórica que naturaliza as diferenças como desigualdades sociais, pondo-as como inferioridade natural. As políticas de EJA são colocadas continuamente no campo da filantropia e do assistencialismo. Assim, apresentam soluções insatisfatórias e parciais, com práticas que alimentam e legitimam ações benevolentes no contexto da EJA, considera-se normal e banaliza-se a existência de um grande número de brasileiros excluídos do acesso à escolarização.

As estratégias políticas que esses programas engendram contribuem para uma alfabetização que ocorrem de forma aligeirada, centradas somente na decodificação do sistema alfabético. A tendência ao estabelecimento de parceria entre instituições governamentais, não governamentais e sociedade civil, com a finalidade de desenvolver ações no campo da EJA, acaba reforçando e validando os programas de duração curta. Não é preciso muito esforço para inferir que os jovens e adultos frequentadores desses programas poderão tornar-se candidatos em potencial a não ultrapassar a sua condição de *analfabeto absoluto e funcional* e que os mecanismos de bolsas aos alfabetizadores constituem-se em uma estratégia de precarização das relações de trabalho em tempos neoliberais.

Ao se analisar a Educação de Jovens e Adultos em um sentido mais amplo, tomando-se como referência a pluralidade dos sujeitos que dela fazem parte, verifica-se que, longe de estar servindo à democratização das oportunidades educacionais, ela ainda é vista como lugar dos marginais, oprimidos, excluídos e miseráveis. De um modo geral, os sujeitos da EJA são tratados como uma massa de alunos, sem identidade, qualificados sob diferentes nomes, relacionados diretamente ao chamado “fracasso escolar”.

4. Metas e Estratégias para a EJA na Bahia:

METAS	CURTO PRAZO	MÉDIO PRAZO	LONGO PRAZO	ESTRATÉGIA DE AÇÃO
Elaborar diagnóstico da EJA no Estado da Bahia. Incluir a Alfabetização como etapa inicial da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, respeitando suas peculiaridades e especificidades. Mobilizar os segmentos que atuam em EJA dentro do estado na construção de uma rede e democratizar a participação na Agenda. Elaborar currículo contextualizado, que atenda a diversidade da EJA, respeitando as especificidades e identidades dos jovens, adultos e idosos que vivem no campo e na cidade. Solicitar às universidades que inclua no currículo dos cursos de licenciatura, a temática Educação de jovens e Adultos e que se criem cursos de pós-	X			Atualizar o diagnóstico estadual construído em 2008, primando pela relação quantitativo-qualitativo, isto é, construindo um diagnóstico que contemple as subjetividades dos sujeitos da EJA; Mapear os segmentos que atuam em EJA dentro dos Estado da Bahia, através do Fórum Estadual e também dos Fóruns Regionais; Identificar e socializar as experiências significativas na EJA que possibilitem o desejo dos sujeitos em educar-se ao longo da vida; Intensificar o diálogo <i>horizontal</i> entre Governo (estadual e municipal, além do federal) numa perspectiva



<p>graduação em Educação de Jovens e Adultos. Exigir que o Governo do Estado avalie a concepção do programa Todos pela Educação (TOPA), no que diz respeito (Remuneração, qualificação dos alfabetizadores contratados, material didático e condições de trabalho destes alfabetizadores) além de uma avaliação interna do Programa.</p>				<p>de mudança de paradigma.</p>
<p>Propor às redes municipais e estaduais de ensino que haja formação continuada em EJA para todos os professores sem distinção entre concursados e contratados. Aperfeiçoar mecanismos de regulação e controle social sobre a política de Educação de Jovens e Adultos no Estado. Buscar junto ao Poder Legislativo e Executivo do Estado, maiores investimentos na EJA.</p>		<p>X</p>		<p>Fomentar a articulação entre as redes (municipais e estaduais) na construção de políticas públicas, particularmente as voltadas à formação de educadores em EJA;</p> <p>Articulação permanente da Agenda com o Fórum de EJA do Estado da Bahia, buscando intensificar o monitoramento, avaliação e controle social da política de Educação de Jovens e Adultos no contexto baiano.</p>
<p>Ampliar as bases de atuação e diálogo com atores/instituições que atuam no Estado, buscando estender parcerias e ações, sobretudo nos Movimentos da Campanha Nacional de Educação e de aprovação e discussão das políticas na EJA. Construir e assegurar políticas públicas em EJA onde estejam pautados o desenvolvimento (territorial e humano) numa perspectiva emancipatória.</p>			<p>X</p>	<p>Ampliar as bases de atuação e diálogo com atores/instituições/segmentos que atuam no campo da EJA no cenário baiano.</p> <p>Promover a articulação entre as demandas sociais e ofertas de políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos – a educação como ação articuladora das políticas sociais.</p> <p>Fortalecimento dos Comitês Territoriais compostos por: poder executivo, especialmente nos espaços de órgãos decisórios como os Conselhos de Educação e Conselhos Escolares, Conselho Fiscal do Fundeb, Conselhos de Saúde e outros;</p> <p>poder legislativo, considerando, sobretudo, mecanismos com audiências</p>



				públicas e ação popular. - movimentos sociais , mormente as ações que propiciam o fortalecimento do Fórum / Agenda de EJA e a sociedade civil dos Territórios de Identidade.
--	--	--	--	--

5- Considerações Finais

A nossa participação no Curso de Extensão em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA foi importantíssima dentro do nosso processo formativo. As discussões e reflexões contribuíram extraordinariamente dentro dos nossos saberes e fazeres no campo da EJA.

O direito à educação foi, ao longo dos anos, negado às classes mais pobres da população brasileira, dando origem à luta por uma educação que respeite e atenda as necessidades dos povos do campo os mais atingidos pela exclusão educacional. Essa realidade tem gerado, ao longo dos anos, a situação de precariedade em que vive a escola do campo, seus resultados pedagógicos insuficientes e altos índices de evasão responsáveis em boa parte pelo contingente de pessoas jovens e adultas fora da escola e ainda um grande contingente de pessoas não alfabetizadas.

Ao longo da história brasileira, ideologias de longa data discriminam jovens e adultos e legitimam políticas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), revelando-se continuamente sob novas roupagens, que se reproduzem até hoje. Verifica-se isso nas orientações políticas neoliberais do Estado Brasileiro, as quais buscam minimizar a presença do Estado, retirando os serviços sociais de sua responsabilidade e repassando-os para a sociedade civil.

Esta é uma herança histórica que naturaliza as diferenças como desigualdades sociais, pondo-as como inferioridade natural. As políticas de EJA são colocadas continuamente no campo da filantropia e do assistencialismo. Assim, apresentam soluções insatisfatórias e parciais, com práticas que alimentam e legitimam ações benevolentes no contexto da EJA; considera-se normal e banaliza-se a existência de um grande número de brasileiros excluídos do acesso à escolarização.

O analfabetismo é visto como um desafio a ser superado, e configura-se num problema (doença) predominantemente rural, apesar de existir também nas grandes cidades. Alguns denominam o meio rural como um *hospedeiro poderoso da reprodução do analfabetismo*. O que se observa é que os excluídos da escola são também excluídos de outros direitos básicos: direito à saúde, alimentação, ao trabalho, saneamento, habitação, organização, lazer, à terra, aos bens de produção e às riquezas que produzem. Seus saberes são sempre considerados como difusos e desorganizados. Logo, a divergência é tratada como ignorância e como atraso; portanto, não é considerada legítima. Enfim, além de excluídos do âmbito escolar, são também privados das decisões e da participação.

A ausência de políticas efetivas de combate às desigualdades sociais acaba comprometendo os ideais igualitários do discurso político da educação, tão propagados. *Entender o processo de exclusão da educação é fundamental para entendermos o problema das desigualdades no Brasil, assim como entender o contexto das desigualdades no Brasil é fundamental para entendermos o processo de exclusão na educação* (HADDAD, 2008, p. 10).

Corrigir este quadro de privação de direitos implica desconstruir toda uma estrutura que historicamente colocou a educação a serviço dos interesses políticos de perpetuação de poder, assegurando a manutenção das desigualdades que tanto afrontam o povo brasileiro. Neste contexto, a Educação de Jovens e Adultos é potencializada e exige novos debates, maiores e melhores investimentos para a consecução de espaços de aprendizagem, além da própria escola para jovens e adultos, que seja capaz de investir no processo de emancipação dos seus sujeitos.

Neste curso pudemos aprofundar na análise e particularmente fomos convidados para ousar, isto é, tomar de fato a bandeira da EJA e elaborar marcos/princípios como base para nossas ações, através da construção de rede de comunicação interna e externa buscando: Sensibilizar/Mobilizar/Participar (ativa e efetivamente).

Um desafio permanente nas pesquisas e práticas educativas da Educação do Campo consiste em investigar a identidade dos sujeitos, particularmente dos jovens, adultos e idosos. Os/as professores (as) / pesquisadores (as) de jovens e adultos populares necessitam partir das vivências, processos, identidades, lutas, saberes e fazeres construídos historicamente pelos sujeitos nas relações sociais, culturais e políticas vivenciadas nos diferentes espaços de sociabilidade: família, trabalho, grupos culturais, movimentos sociais e militância política.

6- Referências

ALVES, Elivânia Reis de Andrade. **A educação de jovens e adultos e a formação para a cidadania: a experiência do Programa Alfabetização Solidária**. 2007. 93f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, 2007.

BRASIL. Marco de Ação de Belém. VI Conferência Internacional de Educação de Adultos. Brasília: UNESCO/MEC, 2010.

BRASIL. MEC. SECAD. Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA. “Brasil: Educação e aprendizagem de jovens e adultos ao longo da vida” Brasília, Maio de 2008.

MEC/SECAD. Documento de referência da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

Faria, Edite Maria da Silva de. *Trajetória escolar e de vida de egressos do Programa AJABahia: herdeiros de um legado de privações e resistências: Laginha - Conceição do Coité - Bahia*. 2008.

1- Dados de identificação do(s) proponente(s):

1.1- Estado: Ceará

1.2- Nome(s):

- Maria José Barbosa** (Representante titular do Fórum na Agenda Territorial);
- Maria das Dôres Ayres Feitosa** (Membro do Fórum – Representando educação do campo – INCRA/PRONERA);
- Rita de Cássia Lima Alves** (representante suplente do Fórum na Agenda Territorial – Membro da Coordenação Geral do Fórum de EJA).

1.3- Informações para contato:

- Rita de Cássia Lima Alves – cassialalves@yahoo.com.br – 085 3286.6790/ 88898897
- Maria José Barbosa – sampa.ce@uol.com.br – 085 3235.1532/ 86977451
- Maria das Dôres Ayres Feitosa – castromd@uol.com.br – 085 3299.1365/ 99807839

2- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital

2.1 O FÓRUM DE EJA

O Fórum de EJA do Estado do Ceará foi criado em novembro de 2003. Inicialmente foi conduzido por um grupo articulador, formado por cinco pessoas, participou dos ENEJA a partir do número 04, Cuiabá-MT. Tem em sua composição: instituições públicas de ensino superior, gestores, técnicos e educadores da rede pública estadual e municipal de ensino, Sistema S, Sindicato, APEOC, MOVA, MST.

Nos primeiros anos de sua formação promoveu encontros de educadores de EJA, onde foram debatidos temas recentes da EJA e ou documentos elaborados voltados para a modalidade, também eram troca de experiências. Nos anos seguintes os encontros reduziram-se a um encontro por ano, dado as atividades dos organizadores e a dificuldade em reorganizar o fórum elegendo um novo grupo articulador.

Participamos e organizamos a 1ª Feira de EJA do estado do Ceará, realizada em 2005. Realizamos o primeiro Encontro Regional Norte e Nordeste de EJA, tivemos três delegados na VI Confintea, dois eleitos pelo Fórum e outro membro esteve presente indicado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA compondo o Grupo de Trabalho Interministerial. Tomamos parte no processo de organização das Conferências Municipais e Estadual de Educação e fomos representados na CONAE por dois delegados. Em parceria com a Comissão de Defesa do Direito a Educação tomamos parte na elaboração do Relatório de Matrícula, o qual aponta queda nos números de matrícula da EJA no estado, o mesmo foi apresentado a Secretaria de Educação do Estado e a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

A partir de 2007 foram criados dois Fóruns Regionais: Iguatu e Quixeramobim. Um avanço foi a criação do Grupo de Estudo sediado na Universidade Estadual do Ceará, um espaço de formação do Fórum, onde são estudadas as Legislações, documentos elaborados nos encontros de EJA Nacional e Internacional e obras de autores renomados da EJA. Também são apresentados trabalhos científicos como teses e dissertações de mestrados sobre EJA. A cada semestre são levantados entre os participantes os temas de interesse e a cada encontro um grupo se responsabiliza pela condução dos estudos, com distribuição prévia do material de estudo.

Atualmente, o Fórum está em fase de reorganização, e concluindo um regimento interno. Em janeiro de 2011 será eleito o novo grupo articulador, formado por cinco membros, com um mandato de três anos. São mantidos representantes do fórum na Agenda Territorial (02), na Comissão de Defesa dos Direitos a Educação (02), no Comitê de Educação do Campo (01).

2.2 A AGENDA TERRITORIAL

A comissão de EJA do estado do Ceará foi formalizada em Março de 2009, com decreto publicado em Diário Oficial do Estado, tem a participação de membros da Secretaria de Educação do Estado, Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, UNDIME, UNCME, Conselho do FUNDEB, Conselho Estadual de Educação, MST, Fórum de EJA, Comitê de Educação do Campo, Universidade Federal e Estadual do Ceará.

Já realizou três eventos de apresentação e sensibilização para a agenda territorial de EJA no estado, com a participação dos secretários de educação dos municípios e coordenadores de EJA. Elaborou uma pesquisa diagnóstica sobre a EJA no estado do Ceará. Está organizando seu plano estratégico de trabalho. Algumas ações já foram implementadas.

2.3 Os limites

2.3.1 Agenda Territorial

Não envolvimento total dos segmentos que compõem a comissão, impedindo a elaboração de uma agenda de trabalho onde as instituições atuem de forma integrada. As instituições aceitam sentar-se à mesa, divulgar e esclarecer ações sobre EJA, mas não concretizam políticas.

2.3.2 Fórum de EJA

Predominam pessoas das instituições públicas na composição do Fórum, havendo dificuldade em atuar como agente de controle social, cobrando da instituição de origem o desenvolvimento das políticas de EJA.

Rotatividade das pessoas que participam das atividades do Fórum, sendo fixos os membros da coordenação ou grupo articulador, a rotatividade impede o fortalecimento do grupo que está sempre tendo que explicar o que é o Fórum, seus objetivos, sua organização. Também não há uma sequência na participação, com exceção dos membros da coordenação, os demais membros têm dificuldade em conciliar o tempo de trabalho com o tempo para ações do Fórum.

Sente-se a necessidade de um acordo com os gestores estaduais e municipais para a liberação dos profissionais de educação (técnicos e educadores) para os momentos do fórum, como: grupo de estudo, reuniões ordinárias, seminários, etc.

2.4 Possibilidades dos mesmos na construção da política pública de educação de jovens e adultos, considerando estratégias já em curso.

2.4.1 Agenda

O apoio recebido do governo federal, a disponibilização de recursos, a união de instituições governamentais e não governamentais, são mecanismo que favorecem o desenvolvimento de ações de formação, gestão, pesquisa e controle social.

2.4.2 Fórum

A união de educadores, técnicos, gestores e educandos na luta pelos mesmos ideais, é um potencial de pressão para os gestores das esferas federal, estadual e municipal. Os documentos já produzidos, a força já mostrada na mobilização dos fóruns por diversas ações, deram visibilidade e respeito aos fóruns de EJA.

Divulgação dos documentos de pactuação básicos da EJA como: Documento Brasileiro Preparatório para VI Confinteia e Marco de Belém.

2.5 Com base nos mapeamentos realizados no Módulo III, aponte aspectos positivos na composição do Fórum Estadual ou Distrital de EJA e da Agenda Territorial que possam favorecer ações voltadas à EJA, considerando o desenvolvimento sustentável de base territorial e destacando o que é necessário ser feito para que a composição do Fórum, da Agenda e do Conselho Estadual e



Municipal (nas capitais) de Educação se torne mais plural e mais favorável ao atendimento das demandas sociais do público da EJA.

Após as leituras sobre desenvolvimento e sustentabilidade, fizemos algumas reflexões a cerca de como buscar melhoria das políticas públicas para EJA e o desenvolvimento do nosso estado. E como a composição do Fórum, Agenda e conselhos podem influenciar no atendimento das demandas sociais do público de EJA.

No momento, as políticas educacionais do Ceará, estão voltadas para a profissionalização e a melhoria na alfabetização de crianças. A profissionalização porque necessitamos de mão de obra qualificada para o pólo industrial que está se estruturando em volta de um novo porto - Porto do Pecém – onde teremos refinaria, siderúrgica e a ampliação dos transportes de mercadorias requeridos pelo porto. Outro aspecto é o turismo, que é muito explorado no estado devido as praias e agora incrementado pela Copa Mundial de Futebol, da qual seremos sede de um dos jogos.

Não identificamos nas ações até agora desenvolvidas o compromisso coletivo e solidário que caracteriza a sustentabilidade. A integração institucional entre governo, suas secretarias, a indústria e o comércio, se dá no sentido de otimizar os ganhos de capital.

O aspecto ambiental foi colocado de lado, em nome do desenvolvimento econômico. Um exemplo é a implantação de uma refinaria em uma região praieira, apesar de estudos técnicos confirmarem que a refinaria estará localizada em uma área ambiental de mangue, região esta, onde está localizada uma aldeia indígena. As negociações estão correndo no sentido de deslocar os índios, tirar espécies vegetais e reproduzi-las em outro local.

Temos no estado experiências de territórios da cidadania e rurais e economia solidária. Através de informações trazidas pela representante do INCRA, soubemos da existência de uma Comissão de Articulação Interinstitucional que atua com ações na zona rural do estado. Esta comissão está atrelada a outras comissões denominadas temáticas e aos colegiados territoriais, que apresentam proposições de acordo com as demandas identificadas in loco.

As lutas se dão isoladas, com alguns segmentos mais fortalecidos e outros mais fragilizados, como é o caso da EJA.

O Fórum como elemento instigador de controle social encontra-se muito fragilizado para encabeçar lutas, por isto está se associando a outros grupos, como é o caso da Comissão em Defesa da Educação, visando aumentar seu poder de pressão.

A Agenda Territorial ainda não conseguiu se estabelecer e encontra-se em fase de organização, fortalecimento e divulgação de sua existência e diagnóstico da realidade da EJA no estado.

O Conselho de Educação do Estado do Ceará está passando por um momento de transição, deixando de ser um órgão apenas normativo para também ser um órgão propositivo de políticas públicas. Suas ações estão voltadas mais para as ações rotineiras, não abraçando causas. Atua pressionando atitudes quando instigado por ações particulares.

No caso do Fórum e da Agenda o que poderia melhorar a atuação dos membros seriam momentos de formação, pois o estudo e as reflexões, ampliarão a visão dos integrantes e motivarão a tomada de posição.

O Conselho Municipal que no momento está se firmando, encontrando-se em fase de organização. Sentimos nos dois conselhos forte ligação com os governos estadual e municipal, o que não os leva a pressões mais incisivas contra os mesmos ao detectar falhas nas políticas desenvolvidas.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

Para responder a este item não utilizamos o diagnóstico feito para a VI Confinteia, pois disponibilizamos de alguns dados mais atualizados do Censo Escolar (2009) de nosso estado, disponibilizado pela Secretaria de Educação.

Fizemos também uma pesquisa no site do IBGE e coletamos dados da PNAD sobre a população de nosso estado. Os mesmos são apresentados a seguir com o fim de oferecer um perfil do estado.

3.1 População do Estado do Ceará

EXTRATIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO POR LOCALIZAÇÃO, SEXO E RAÇA OU COR

Raça	Localização					
	Urbana (1.000 hab)			Rural (1.000 hab)		
	Homens	Mulheres	total	Homens	Mulheres	Total
Branca	955	1.161	2.116	270	270	539
Preta	96	89	185	27	20	47
Parda	2.075	2.233	4.308	697	662	1.359
Amarela	3	6	9	-	-	-
Indígena	1	3	4	1	-	1
TOTAL	3.130	3.492	6.622	995	952	1.947

Fonte: IBGE/PNAD 2009

Observa-se pelos valores acima descritos que há concentração populacional na zona urbana do estado.

3.2 Estratificação da População por Domicílio, Sexo e Grupos de idade

POPULAÇÃO RESIDENTE NO ESTADO DO CEARÁ, POR SITUAÇÃO DE DOMICILIO, SEXO E GRUPOS DE IDADE

Grupos de idade	Situação de domicílio			
	Urbana		Rural	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0 a 14 anos	869	871	285	299
15 a 19 anos	304	330	117	100
20 a 24 anos	315	334	87	67
25 a 29 anos	288	304	68	73
30 a 34 anos	236	271	67	62
35 a 39 anos	211	245	58	56
40 a 44	197	241	50	49

anos				
45 a 49 anos	189	204	57	48
50 a 54 anos	130	174	45	44
55 a 59 anos	102	138	43	36
60 a 64 anos	84	111	31	33
65 a 69 anos	75	83	30	27
70 anos ou mais	130	185	55	58
TOTAL	3.130	3.491	993	952

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios. 2009

Na estratificação da população destacamos o elevado número de habitantes no grupo de idade situado entre 0 a 14 anos, ressaltando-se que já foi bem maior.

3.3 Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação de domicílio, sexo, alfabetização e grupos de idade

Grupo s de idade	Situação de domicílio							
	Urbana				Rural			
	Alfabetizado		Não-alfabetizado		Alfabetizado		Não alfabetizado	
	Home m	Mulhe r	Home m	Mulhe r	Home m	Mulhe r	Homem	Mulh er
5 a 14 anos	498	509	111	104	144	172	73	42
15 a 19 anos	296	326	8	4	107	98	10	2
20 a 24 anos	300	326	15	8	77	63	10	3
25 a 29 anos	272	293	15	10	58	62	10	10
30 a 39 anos	384	474	64	42	81	93	44	25
40 a 49 anos	305	388	81	57	54	66	53	31



anos								
50 a 59 anos	166	234	65	78	38	47	50	34
60 anos ou mais	163	231	126	149	34	46	81	72
TOTAL	2.386	2.781	485	452	594	648	330	220

Fonte: IBGE/PNAD 2009

Chamamos atenção para o fato de que a medida em que se eleva a idade da população aumenta também o número de analfabetos. Na zona rural nos intervalos a partir de 40 anos o número de analfabetos entre os homens chega a ser equivalente ou superior ao número de alfabetizados.

3.4 Número médio de anos de estudo das pessoas com mais de 10 anos de idade.

Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência	
10 a 14 anos	4,1
15 anos ou mais	6,3
15 a 17 anos	6,6
18 anos ou mais	6,3
18 ou 19 anos	7,9
20 anos ou mais	6,2
20 a 24 anos	8,5
25 anos ou mais	5,8
25 a 29 anos	8,0
30 a 39 anos	6,6
40 a 49 anos	5,8
50 a 59 anos	4,3
60 anos ou mais	2,4
Idade ignorada	-
Total	6,2

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Observa-se que o número médio de anos de estudo da população é baixo, se considerarmos o número de anos de estudo da educação básica que é de 12 anos. Nos intervalos de idade a partir de 30 anos, que corresponde a 45% da população do estado, o número médio de anos de estudo vai diminuindo. Na questão de gêneros observamos que os homens nos intervalos a partir de 30 anos tem menos anos de estudo que as mulheres.

Após darmos informações sobre a população cearense, vamos apresentar os dados disponibilizados pelo INEP sobre a Educação no Ceará.

DEMANDA E MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM EJA NO ESTADO DO CEARÁ

Ano	Nº pessoas c/ 15 ou mais que sem o fundamental completo.	% das pessoas 15 anos ou + que não completaram o fundamental	Evolução das matrículas na modalidade EJA na rede pública - Total	Evolução das matrículas na modalidade EJA na rede pública- Fund.	Evolução das matrículas na modalidade EJA na rede pública -



					Médio
2004	3.447.778	61,38	291.263	226.851	64.412
2005	3.434.691	59,83	273.454	226.383	47.071
2006	3.368.571	57,37	272.390	232.817	39.573
2007	3.299.541	55,08	204.153	176.509	27.644
2008	3.265.561	52,69	173.732	156.579	17.153

Fonte: Edudata. MEC/INEP

Ano	Nº pessoas c/ 15 ou mais	Nº analfabetos c/15 anos ou +	Taxa de Analfabetismo	Alfabetizados cadastrados	% de cadastrados	Recursos do Programa
2005	5.617.221	1.224.391	21,8	294.262	24,0	23.647.535,99
2006	5.740.673	1.298.105	22,61	194.751	15,0	14.363.894,78
2007	5.872.128	1.212.052	20,64	151.220	12,5	22.809.940,00
2008	5.990.560	1.148.223	19,17	108.728	9,5	23.913.231,25
2009	6.197.328	1.181.453	19,06	110.657	9,4	8.933.143,75

Os dados apresentados na tabela que se em seu conteúdo se refere a continuidade

de de estudos, vemos a persistência das grandes diferenças entre a demanda e a oferta. Em quatro anos temos a diferença de percentual em torno de 8,5%, em cinco anos, temos menos de 2% de decréscimo, uma queda que pode ser considerada até como natural, não como fruto de ações de oferta de escolaridade.

DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO DE ANALFABETISMO NO ESTADO DO CEARÁ – PERÍODO 2005 a 2009

Observando a quantidade de pessoas com 15 anos denominados analfabetos e o número de analfabetos cadastrados, percebe-se que ainda não conseguimos alcançar índices de atendimento da demanda que ultrapassem 25%. Agravando a situação observa-se que o número de alfabetizados cadastrados vem diminuindo ano a ano, numa variação de percentuais de 15% do ano de 2005 para o ano de 2009, mesmo tendo um programa voltado para o atendimento dessa demanda.

Após, vemos a realidade entre a demanda e a oferta vamos observar o que está disponibilizado no censo escolar de 2009 disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará.

Alguns dados fizeram falta neste diagnóstico do estado, como por exemplo a matrícula no sistema prisional, a matrícula dos Projovens Urbano e do Campo- Saberes da Terra, a matrícula do Proeja (ensino médio)- IFES, a matrícula do sistema S, e de outros Programas que existem no estado.

Quanto as áreas de assentamento do estado, constatou-se através de dados da pesquisa realizada em 2005 pelo INCRA/MDA/PRONERA, em nível nacional, que dos 8.163 jovens na faixa etária de 15 a 17 anos, 1.489(18%) encontram-se fora da escola e desses, 96 (6,5%) nunca freqüentou, não lê/não escreve. E dos 50.947 jovens e adultos assentados acima de 18 anos, 39.710 (77,9%) encontram-se fora da escola. Desses, 4.802 (12%) nunca freqüentou, não lê/não escreve.

3.5 Educação Indígena

Em um documento publicado e organizado pelo Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômica do Ceará, os dados disponibilizados em 2006 pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI, o Estado do Ceará tem uma população de 11.726 indígenas

que se encontram principalmente nos Municípios de Poranga, Aquiráz, Crateús, Trairi, Itarema, Maracanaú, Pacatuba, Viçosa do Ceará e Caucaia. Contudo, de acordo com dados da PNAD-IBGE, a população indígena estimada no Ceará é de aproximadamente 21.015 pessoas em 2006.

Matrícula nas Escolas Indígenas do Estado do Ceará

MUNICÍPIO	1º SEGMENTO	2º SEGMENTO	3º SEGMENTO
Acarau	7	-	-
Aquiraz	-	27	-
Aratuba	13	27	-
Caucaia	93	50	-
Crateus	160	-	-
Itarema	39	-	-
Maracanaú	33	30	58
Monsenhor Tabosa	325	202	-
Novo Oriente	68		
Pacatuba	32	28	28
Poranga	19		
Quiterianópolis	21		
São Benedito	08	17	
	818	381	86

Fonte: Banco de Dados da Secretaria de Educação do Estado do Ceará

Se considerarmos a população de 21.015 indígenas disponibilizados na PNAD/IBGE, vemos que apenas 6,11% destes freqüentam escolas de EJA. Conhecendo a realidade dos povos indígenas, temos algumas possibilidades: jovens e adultos indígenas podem estar matriculados em escolas regulares em cursos seriados, ou assim como os demais jovens e adultos o atendimento da demanda é baixo.

3.6 Educação Especial

Esta é uma realidade para qual não temos disponibilidade de dados, talvez em um estudo mais aprofundado do Censo 2010 possamos conseguir informações mais detalhada sobre a população com alguma deficiência e assim, possamos fazer uma análise da escolarização dos jovens e adultos especiais.

Educação Especial na Educação de Jovens e Adultos.

NÍVEL DE ESTUDO	REDE DE ENSINO			
	MUNICIPAL	Municípios Envolvidos	ESTADUAL	Municípios Envolvidos
1ª a 4ª série	344	10	53	03
5ª a 8ª série	20	02	06	01
TOTAL	364	12	59	04

Fonte: Coordenadoria de avaliação e acompanhamento da avaliação. SEDUC, 2009.

O número de aprendizes da educação especial na EJA é muito pequeno, limitado as séries iniciais. Na capital o número de aprendizes resume-se a 87 apenas nas séries iniciais. Não nenhum registro de EJA médio para educação especial.

Alunos com deficiências possuem muitas limitações para freqüentar a escola: o turno em que as aulas são ofertadas, o espaço físico escolar, a metodologia, a preparação dos professores, o material didático. Etc.

3.7 Ensino Semi-presencial

Apesar de ainda guardar características de ensino supletivo, o ensino presencial é a metodologia que é ofertada com maior qualidade no Ceará, pela qualidade dos espaços, a formação dos professores e a flexibilidade de atendimento a demanda dos alunos trabalhadores.

O ensino semi-presencial para o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio é ofertado nos Centro de Educação de Jovens e Adultos, distribuídos em mais de vinte municípios do estado.

EJA SEMI- PRESENCIAL

NIVEL DE ESTUDO	REDE DE ENSINO			
	MUNICIPAL	Nº DE MUNICIPIOS	ESTADUAL	Nº DE MUNICIPIOS
1ª a 4ª série	624	25	1.737	09
5ª a 8ª série	4.627	42	9.432	25
Médio	5.083	28	22.282	28
TOTAL				

Fonte: Coordenadoria de avaliação e acompanhamento da avaliação. SEDUC, 2009.

3.8 Educação Presencial

Educação de Jovens e Adultos Presencial

NIVEL DE ESTUDO	REDE MUNICIPAL	Nº DE MUNICIPIOS	REDE ESTADUAL	Nº DE MUNICIPIOS
1ª a 4ª série	64.986	172	4.342	46
5ª a 8ª série	51.681	1 71	17.168	52
Médio	1.251	08	39.663	51
TOTAL	117.918	-	61.173	-

Fonte: Coordenadoria de avaliação e acompanhamento da avaliação. SEDUC, 2009.

Encontramos o registro de EJA na forma presencial em 180 municípios. O nível fundamental é ofertado por 95,6% (N=172) dos municípios que registraram matrícula em EJA fundamental. A rede estadual ainda oferta EJA fundamental em 28,8% (N=52) dos municípios e a EJA nível médio 28,3% (N=51) dos municípios que apresentaram registro de matrícula em EJA.

PROGRAMAS DE EJA DESENVOLVIDOS NO ESTADO:

PROEJA, Projovem Urbano e Projovem Campo Saberes da Terra, PRONERA, Brasil Alfabetizado, Formação de Educadores a nível de especialização desenvolvidos pelas Universidades Federal e Estadual do Ceará e Instituto Federal de Tecnologia em EJA, Educação Indígena, Educação nas Prisões, Saberes da Terra.

O PRONERA, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, executado pelo INCRA em parceria com as universidades e movimentos sociais e sindicais do campo, vem atuando nos assentamentos de reforma agrária em todo o Brasil, atendendo as demandas de escolarização de jovens a adultos de 15 a mais de 60 anos, possibilitando a elevação da escolaridade bem como a continuidade dos estudos dessa

população através de cursos de ensino fundamental, ensino médio, cursos técnicos, cursos superiores e especialização, nas mais diversas áreas do conhecimento.

No Ceará foram concluídos: curso de licenciaturas plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará-UFC em 2008, curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo - Residência Agrária, além de Ensino Fundamental de I e II segmento. Pela Universidade estadual do Ceará- UECE foram realizados curso de Formação em Magistério- nível médio, além de curso de escolarização em I segmento do ensino fundamental.

Hoje no âmbito do PRONERA, estão em vigência pela UFC um curso de Nível superior bacharelado em Jornalismo e dois projetos de escolarização, de I e de II segmento do ensino fundamental. Com a UECE, está em vigência um projeto de II segmento.

Não encontramos informações disponíveis sobre os outros Programas, eles ocorrem de forma paralela e sem troca de informações. Acreditamos que em uma pesquisa mais aprofundada, o que deverá ser feito pela Agenda Territorial do Ceará, teremos estas informações detalhadas.

3.9 Desafios da EJA no Estado

Alfabetização e continuidade de estudos

O índice de analfabetismo no estado registrado em 2009 é de 19,06% e número de matriculados é de 9,4%, num total de 110.657 educandos. Pelo Censo Escolar 2009, a oferta de ensino de 1ª a 4ª série é fica em torno de 69.328 educandos, nota-se aí uma defasagem entre aqueles que foram alfabetizados e os que deram continuidade, que é de 41.329.

As dificuldades ficam por conta da disparidade entre os calendários da alfabetização e da oferta de continuidade seriado, a oferta da continuidade apenas em escolas e a exigência de números de educandos por sala de aula, a prioridade local para educação infantil.

Articulação da oferta da EJA e educação profissional

A educação profissional no momento é ofertada pelo Sistema S e o IFECE. O estado oferece educação profissional com turno integral, limitada ao ensino médio.

Os desafios ficam por conta de colocar educação profissional em todos os cursos de EJA, da alfabetização ao ensino médio. Envolvendo o município e estado com suas secretarias de educação, trabalho, ação social e desenvolvimento agrário.

Formação docente

No momento temos no estado do Ceará, cursos de especialização desenvolvidos em parcerias do MEC/SECAD com as universidades públicas Federal e Estadual e Instituto Federal Tecnológico. Nas áreas de EJA, Educação Quilombola, Educação Indígena, Educação nas Prisões, no entanto, sentimos que são cursos que se desenvolvem de forma isolada, não há uma troca de experiência entre os professores.

Nas licenciaturas apenas o curso de Pedagogia coloca a EJA como disciplina obrigatória. Isto não ocorre em todos os centros de educação da Universidade Estadual e na Federal a formação em EJA é obrigatória no turno da noite.

A formação do Brasil Alfabetizado é dada na maioria dos casos por consultorias contratadas pelos municípios, não há um controle da qualidade destas formações, no entanto já se observa manifestações nas secretarias municipais sobre a qualidade destas formações.

Fontes de Financiamento

O Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica foi um ganho para EJA e uma grande perda, pois os municípios não estão esclarecidos sobre os recursos e acostumados com os programas, ainda não conseguem direcionar recursos do FUNDEB



diretamente para EJA; o Estado também colocou outras prioridades e apenas manteve algumas ações sem apresentar reforços.

A alfabetização de adultos é mantida apenas pelo governo federal, mesmo havendo reclamações gerais pelo valor da bolsa para o professor, a recusa dos professores da rede em trabalhar pelo valor pago, não há manifestação de nenhum município em complementar a bolsa.

O ProJovem atende a população de 18 a 29 anos, novamente estado e municípios desenvolvem o programa dentro dos limites estabelecidos nos acordos estabelecidos com os outros parceiros, sem ampliá-lo com recursos próprios.

3.10 Estratégias para atualização do diagnóstico na perspectiva da intersectorialidade.

A Agenda Territorial do Ceará tem um projeto de pesquisa diagnóstica da EJA que caso não seja desenvolvido pelo comitê da Agenda, será desenvolvido pelo Núcleo de Referência em EJA da Universidade Federal do Ceará. A pesquisa é quantitativa e qualitativa e se propõem a delinear o quadro da EJA no estado.

4 Metas

4.1 Alfabetização

A curto prazo –

- Fazer chamada pública para matrícula em cursos de alfabetização, com especial atenção para os grupos minoritários como indígenas, quilombolas, deficientes físicos, privados de liberdade, moradores das zonas rurais e idosos;
- Fazer levantamento do número de analfabetos e chamar para os cursos de alfabetização pessoas de grupos organizados como: **funcionários das prefeituras, membros de grupos religiosos, de associações comunitárias, agremiações esportivas, feirantes, etc.**
- Através das agentes de saúde fazer a divulgação dos cursos de alfabetização e o levantamento do número real de analfabetos;
- Oferecer cursos de alfabetização associado à formação profissional.

A médio prazo

- Organizar projetos de alfabetização associados a projetos de melhoria de renda e agricultura familiar para as periferias e a zona rural.
- Associar a alfabetização de adultos ao atendimento de saúde de idosos através do educador familiar.
- Organizar em parceria com IES, movimentos sociais, sindicatos e Fórum de EJA estratégias de alfabetização que possam atingir o maior número de pessoas

A longo prazo

- Pesquisar experiências bem sucedidas de alfabetização desenvolvidas por outros estados nos setores governamentais e não-governamentais que atendam a diversidade de educandos: quilombolas, indígenas, assentados, privados de liberdade, idosos, deficientes físicos, moradores de área de risco, regiões praias e zona rural.

Continuidade de Estudos

A curto prazo



- Fazer chamada pública para **matrícula** em escolas municipais, (zonas urbanas e rurais), centros de educação de jovens e adultos;
- Discutir com professores, gestores e educandos currículos e metodologias que atendam as necessidades dos educandos jovens e adultos e das escolas onde serão dadas as aulas;

A médio prazo

- Implantar nas escolas da zona rural cursos de continuação de estudos associados com cursos de qualificação, geração de renda e formação profissional.
- Ofertar cursos de ensino fundamental e médio de EJA em todos os turnos;
- Oferecer continuidade de estudo nos mesmos locais onde funcionavam as turmas de alfabetização;

A longo prazo

- Implantar metodologias das tecnologias da informação no ensino fundamental e médio de forma a atender o maior número de pessoas possível em variados espaços.
- Oferecer cursos de educação continuada para adultos que não desejem ir além da educação básica, mas que desejem ampliar seus conhecimentos.

Educação Profissional.

A curto prazo

- Envolver outras secretarias municipais e estaduais na escolarização de jovens e adultos;
- Fazer parcerias com o Sistema S e instituições privadas para formação profissional nas escolas.

A médio prazo

- Desenvolver ações de geração de renda com os educandos da EJA, através de integração destes com outros segmentos como: instituições de ensino superior, secretarias municipais e estaduais, economia solidária.

A longo prazo

- Formação de Professores.

A curto prazo

- Formação política dos professores e técnicos da EJA, ofertada pelo Fórum de EJA e agenda Territorial;
- Discutir com os professores a validade das formações que vem recebendo para o bom desenvolvimento da EJA;
- Buscar junto a professores e educando as motivações para o elevado número de evasão na EJA;
- Provocar reflexões nas instituições de ensino superior e consultorias sobre as formações que vem desenvolvendo na EJA em todos os níveis;



- Incentivar as Secretarias de Educação Municipal a manterem momentos de formação continuada em EJA como parte da carga horária dos educadores;
- Formar professores para educação especial;

A médio prazo

- Modificar os currículos das disciplinas de EJA das licenciaturas e dos cursos de pedagogia;

A longo prazo

- Manter convênio entre Secretarias e Universidades públicas para formação dos professores nos níveis de especialização e mestrado, de forma que as pesquisas realizadas respondam as demandas da EJA.
- Fazer chamada para concurso público de educadores com formação e experiência em educação de jovens e adultos;

Financiamento

A curto prazo

- Orientar as secretarias de educação dos municípios sobre os recursos destinados a EJA no FUNDEB, o livro didático, merenda e transporte escolar;
- Incentivar a aplicação de recursos na EJA como forma de qualificar a mão de obra ativa do município e/ou do estado;

A médio prazo

- Estabelecer parcerias entre municípios e instituições privadas, Sistema S e/ou governo federal para desenvolvimento de cursos de educação não formal para jovens e adultos.

A longo prazo

5- Estratégias de ação.

- Atuar através dos membros da Comissão de EJA da Agenda Territorial e Fórum de EJA para pressionar a Undime no sentido que a mesma esclareça aos secretários municipais de educação sobre:
 - a necessidade de atuar com mais responsabilidade na EJA, fazendo a chamada de pessoas que são analfabetos e ou não concluíram a educação básica para que procurem os espaços escolares;
 - a orientação aos diretores de escola sobre as necessidades da EJA e suas características peculiares, a fim de que possam repensar junto com técnicos e professores, currículos e metodologias que atendam as necessidades e características identificadas;
 - o provimento de material didático, livros didáticos e para-didáticos para EJA, assim como adequação dos espaços escolares;
 - a necessidade de observar a diversidade dos educandos – quilombolas, indígenas, deficientes físicos, moradores de zonas de risco, regiões praianas, zona rural, para promover a inclusão dos mesmos a partir do atendimento das suas necessidades;
 - Promover a intersetorialidade nas ações de EJA combinando a escolarização com ações de saúde, trabalho, desenvolvimento agrário e ação social.

- Atuar junto aos Conselhos Estadual e Municipais de Educação e Conselho do Fundeb, para que observem a aplicação da legislação da EJA elaboradas nos âmbitos federal, estadual e municipais;
- Multiplicar a formação recebida no Curso de Gestão Social de Políticas Públicas de EJA para técnicos das secretarias, Conselheiros, gestores de escola, membros da agenda territorial, membros do Fórum de EJA, educadores, fortalecendo a atuação dos mesmos no controle social das políticas públicas de EJA;
- Pressionar através da Agenda Territorial a Secretaria de Educação do Estado para que atue na EJA com mais eficiência, realizando ações de escolarização formal e não-formal de EJA, incentivando os municípios a atuarem da mesma forma;
- Negociar junto a Secretaria da Fazenda para que o prêmio dado aos municípios que melhor atendem no Ensino Fundamental que estendam o campo de atuação as ações de EJA;
- Desenvolver através da Agenda Territorial e do Núcleo de referencia em EJA – UFC, pesquisa diagnostica sobre EJA no estado do Ceará;
- Comunicar os resultados da pesquisa diagnostica através dos meios de comunicação, de seminários, apresentação de trabalhos, principalmente para gestores e legisladores estaduais e municipais;
- Cobrar das instituições públicas de ensino superior de nosso estado a inserção obrigatória da EJA nos currículos das Licenciaturas e dos cursos de Pedagogia;
- Acompanhar através da comissão de EJA a formação dos educadores do Brasil Alfabetizado, investigando a validade da mesma para a qualidade do trabalho do professor;

- Poder legislativo.

- Promover através da Comissão de EJA da Agenda Territorial em parceria com a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará Audiência Pública para debater a queda da matrícula de EJA no estado e o fechamento do turno da noite em escolas da redes estadual e municipais do Ceará;
- Solicitar via Fórum de EJA e Comissão de EJA ao Ministério Público que promova ação contra Estado e Prefeituras pela diminuição de matricula de EJA no estado e nos municípios;

- Movimentos sociais, mormente as ações que propiciam o fortalecimento do Fórum / Agenda de EJA.

- Realizar com o apoio da Aprece e da Comissão de Educação da Assembléia em parceria com a Comissão de EJA da Agenda Territorial, encontro de EJA com palestra e troca de experiências para provocar acumulo de informações sobre EJA, além de sensibilização para a demanda contida de pessoas que não concluíram a educação ou não são alfabetizados no estado.

6- Considerações Finais

A organização de nossa proposta está pautada nos documentos estudados, mas principalmente na nossa vivência na EJA como educadoras da educação básica e como gestora de projetos de EJA.

Sabemos da fragilidade com que são desenvolvidas as ações de EJA principalmente por ser uma política com grande demanda para qual não existem

reclames de ações. Gestores estaduais e municipais usam os números de procura por matrícula e de evasão para provarem que as ações de EJA dão prejuízo para os cofres públicos e que não há interesse de estudo nas pessoas que não estudaram na idade “certa”.

Acreditamos que nosso maior trabalho deve ser o de esclarecer. Esclarecer a técnicos, gestores, educadores e educandos, só esclarecidos dos deveres e dos direitos é que haverá cobrança e, após um trabalho exaustivo de chamada a ação podemos passar por outra etapa que é a de diagnosticar as mudanças necessárias na metodologia, no currículo e nos espaços da EJA, atentando para a necessidade de ofertar educação formal e não formal, da articulação entre escolarização/formação para o trabalho/geração de renda.

A comissão pode ser a peça chave para provocar estas ações, pois possuem um potencial de envolvidos, assim como recursos para detonar campanhas, pesquisas e eventos de divulgação e sensibilização, assim como para cobrar a ação, partindo da cobrança as instituições que delas fazem parte.

O Fórum de EJA pode ser o agente que fiscaliza o controle social, visto que pode exercer o controle enquanto membro da agenda e fiscalizar as ações da agenda, chamando a atenção da mesma quando necessário.

7 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria das Graças Correia de; BUCHMANN, Eriberto . (orgs.) **Refletindo sobre Desenvolvimento Sustentável**. Texto elaborado para subsidiar discussões sobre Desenvolvimento Sustentável no Curso de Extensão sobre Gestão Social de Políticas Educacionais – UNB/MEC/UNESCO/SDT-MDA. Disponível na biblioteca virtual do Módulo III, no site: <http://www.fe.unb.br/ejagestao/mod/resource/view.php?id=78>. Acessado em Nov/2010.

ALMEIDA, Maria das Graças Correia de. (org.) **Sujeitos Sociais e Institucionalidades no processo de Gestão Social do Desenvolvimento**. Texto organizado para subsidiar discussões sobre Gestão Social de Políticas Públicas no Curso de Extensão sobre Gestão Social de Políticas Educacionais – UNB/MEC/UNESCO/SDT-MDA - Módulo III – Brasília/DF, Novembro de 2010. Tendo como referencia documentos institucionais da SDT/MDA elaborados por Maria das Graças C. De Almeida, Carlos Douglas Oliveira, Colmar Domingues, Carlos Osório e Aico Nogueira. Disponível na biblioteca virtual do curso. Módulo III. Site:http://www.fe.unb.br/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Básico_-_Sujeitos_Sociais_E_Institucionais_5. Acessado em Novembro/2010

BRASIL. Dados relativos a educação no Ceará. Disponíveis em <HTTP://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=fundeb.html>. Acessado em junho/2010.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar – PNAD – 2009**. Disponível in: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/suppme/de_fault_educacao.shtm. Acessado em junho/2010.

BRASIL. **Documento brasileiro preparatório para VI Confinteia**. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade – SECAD. Brasília, jun/2008.

BORDO, Adilson Aparecido. **As Diferentes Abordagens Do Conceito De Território**. Texto complementar do módulo III do Curso de Gestão Social de Políticas Públicas de EJA, disponível na biblioteca virtual do site:

[HTTP://www.fe.unb.br/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Complementar - O Território como um dos conceitos chave SALES et all.pdf](HTTP://www.fe.unb.br/file.php/4/Biblioteca_Virtual/Complementar_-_O_Territorio_como_um_dos_conceitos_chave_SALES_et_all.pdf)

Acessado em novembro/2010.



CEARÁ. **Censo Escolar de 2009 do Estado do Ceará.** Secretaria de Educação Básica. Dados disponibilizados pela Coordenadoria de avaliação e acompanhamento da avaliação. SEDUC, 2009.

CEARÁ. **Marco Referencial dos Povos Indígenas do Estado do Ceará. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE.** Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Planejamento e Gestão. Disponível em

[HTTP://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/swapii/salvuardas/marco_logico_indigenas.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/SWAP/swapii/salvuardas/marco_logico_indigenas.pdf).

Acessado em: 30.12.2010.

PRONERA – INCRA-MDA. Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO-INCRA, BSB-DF, 2004.

PRONERA – INCRA-MDA. Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária, Ceará, 2005.

UNESCO. Marco de Belém. Documento da VI Confinteia. UNESCO, 2009.



PROPOSTA DE AÇÃO AO PLANO ESTRATÉGICO DA AGENDA TERRITORIAL NO ESPÍRITO SANTO

1 – Dados de identificação do(s) proponente(s):

O Plano estratégico foi elaborado pelos membros da Agenda Territorial tendo como Coordenação a Secretaria de Estado da Educação, hoje sob a responsabilidade do atual secretário. Como o Espírito Santo por meio desta secretaria não fez adesão ao Programa Brasil Alfabetizado, ficamos sem ter a certeza se tanto a proposta do plano estratégico como propriamente a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos iriam se efetivar no estado.

1.1- Estado

Espírito Santo

1.2- Informações para contato (telefones e e-mail)

Márcia Machado do Nascimento – Sub-gerente de EJA/SEDU

Coordenadora da Comissão Estadual da Agenda Territorial – Espírito Santo

Tel: (27) 36367622

e-mail: mmnascimento@sedu.es.gov.br

2 - Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual

O estado do Espírito Santo buscou um alinhamento da indução do MEC/SECAD no que tange a Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Vem se constituindo como um espaço institucionalizado onde os segmentos que discutem, propõem e incidem nas políticas de EJA no estado deveriam assumir seus papéis na busca por uma melhoria na condução e incidência das políticas públicas de EJA.

Já o Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo – Fórum EJA/ES, é um movimento aberto, plural e com representação de diversos segmentos da sociedade civil envolvidos com a educação de jovens e adultos. É um espaço que propicia discussões, reivindicações e trocas de experiências no campo das políticas e práticas de EJA no Espírito Santo.

Sou participante dos dois espaços que tem discutido e proposto caminhos para intensificar o debate e a melhoria nas políticas de EJA no estado. Hoje, percebo a importância destes dois espaços tanto um movimento que busca por meio dos aparatos legais do estado chamar a todos, quer seja da sociedade civil, como da sociedade política para assumirem suas responsabilidades no processo da construção de uma educação de jovens e adultos, mais justa, igualitária, de qualidade e no encontro da equidade necessária e urgente, como nas formações, debates, reflexões e proposições de políticas feitas pelo movimento do Fórum EJA/ES.

3 - Diagnóstico da EJA no Espírito Santo

Observando os principais desafios pontuados no processo de elaboração do diagnóstico do estado do Espírito Santo no ano de 2008 para elaboração do documento preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA), destaca-se a dificuldade de continuidade dos estudos na escolarização, sabendo que não é proporcionada a perspectiva de prosseguimento na escola para os sujeitos da EJA, tanto da cidade quanto do campo, nos tempos espaços adequados a eles.

Além desse desafio o diagnóstico também pontua que a oferta de EJA tem que atentar para a melhoria das condições educacionais dos jovens e adultos, ampliando a eficiência e da qualidade



dos sistemas escolares, municipais e estadual, de forma a potencializar as ações que serão asseguradas para o setor e em especial para os Jovens e Adultos.

Outro desafio destacado no diagnóstico é a necessidade de formação específica para os educadores alfabetizadores de EJA que na sua formação inicial não discutem a modalidade suas especificidades.

A questão da distância entre as escolas que ofertam o ensino e o local de moradia dos sujeitos é um dos problemas que dificultam o acesso e permanência, comprometendo o atendimento dos jovens, adultos e idosos, pois nem sempre esses sujeitos têm transportes adequados e funcionando para que sejam atendidos e/ou esta forma de oferta não atendem suas necessidades de formação.

O diagnóstico aponta ainda a necessidade urgente de articulação e diálogos propositivos entre a Educação Especial e a Educação de Jovens e Adultos. Essa demanda tem se ampliado nas escolas do Sistema Municipal de Ensino de Vitória. A falta de estudos específicos voltados para jovens e adultos que apresentam essa demanda tem sido um agravante na construção de uma referência de atendimento.

Outro problema enfrentado pelos municípios consiste na falta de material didático específico, isto é, voltado para Educação de Jovens e Adultos o que muitos educadores por não ter uma formação específica acabam assumindo e utilizando material do ensino regular o que muitas vezes levam a infantilização do ensino.

Embora não tenhamos dados específicos sobre o fluxo de jovens e adolescentes matriculados na EJA, esse aparece como um dado visivelmente crescente em nossas escolas. Essa demanda consiste basicamente de alunos em defasagem escolar que são transferidos para o ensino noturno. Somado a essa demanda, também se apresentam vários casos de menores em conflito com a lei.

Apesar dos inúmeros desafios que a EJA no Brasil refletindo também no ES, destacamos também avanços e resultado de lutas históricas e políticas dos movimentos sociais organizados, que deverão prosseguir com os avanços no campo legal, normativo, e na formulação de políticas públicas que garantam a efetivação do direito, o que demanda concebê-la como política pública de Estado. Outro avanço no que tange os desafios especificados é a abertura do diálogo e aproximação com os diversos setores da sociedade.

4- Estratégias de Ação

O compromisso para a elaboração de um plano estratégico vai além da indicação de ações por apenas um membro da comissão da Agenda Territorial. Para dar maior credibilidade e qualidade, aponto algumas ações pensadas pela comissão em reunião no dia 29 de dezembro de 2010. Esta estratégia de ação pensada tenta dar conta de dialogar com todos os segmentos da sociedade política. No executivo, temos nos empenhados enquanto Agenda Territorial para fazer com que este setor reconheça tanto as ações da Comissão Estadual tem pontuado como as ações do Fórum de



EJA. Para tanto, haverá uma reunião nos próximos dias com esse setor do governo para demarcar quais serão as responsabilidades deixadas pelo governo anterior e ele sendo da mesma linha sucessória assumirá ou não com este movimento.

Quanto ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e os Conselhos Municipais, apesar de ter na agenda uma representação do CEE que de fato não assumiu sua condição e papel nesta ação. A coordenação da Comissão Estadual da Agenda estará encaminhando uma carta ofício com um breve histórico das ações da agenda e informando a importância de ter esta representatividade na comissão.

O poder legislativo, por falta de uma articulação mais orquestrada buscando o apoio de todos que poderiam e ainda poder incidir nas políticas de EJA, tem estado ausente nos nossos debates e articulações das ações, entretanto, estaremos também encaminhando carta ofício para solicitar a presença deste setor que para nós é de suma importância no fortalecimento das políticas de EJA.

Apesar do Fórum EJA está próximo da Agenda Territorial com representação, temos sentido a falta de outros movimentos que poderiam nos auxiliar e que fazem acontecer outras formas de EJA na qualidade da não formalidade. Estes movimentos também foram lembrados nas nossas ações estratégicas para o ano de 2011. Movimentos como de: Educação Popular; Movimento negro; movimento das mulheres; reforçar o convite ao Fórum de Economia Solidária que tem estado ausente nas nossas reuniões; movimentos sociais do campo, representados pelo Comitê Estadual de Educação do Campo.

Com essas ações que está sendo fortemente apontadas no nosso plano de ação para 2011, teremos como qualificar nossa participação nas incidências das políticas para a educação de jovens e adultos no estado do Espírito Santo.

A construção de Comunidades de Trabalho e Aprendizagens em Rede em Gestão Social de EJA – CTAREjagestão traz muitos pontos importantes para pensarmos alguns desafios que a Educação de Jovens e Adultos apontam aqui no estado. Além das já destacadas acima, apontamos também a dificuldade de conhecer outras experiências e poder dialogar de forma mais intensa para ir além de conhecer, mas realmente trocar experiências com outros estados e municípios. Essas trocas de experiências são importantes para poder conhecer as dificuldades e como foi feita para superá-las na gestão da EJA.

O plano estratégico - (plano de ação) denominado pela assessoria da UNESCO em visita ao estado - , elaborado aqui no Espírito Santo pelos membros da Agenda Territorial compostas pela Secretaria do Estado da Educação (SEDU - Coordena a comissão estadual), Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Espírito Santo (Fórum EJA/ES), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Serviço Social da Indústria (SESI), Secretaria do Estado da Justiça (SEJUS), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Conselho Estadual de Educação (CEE), Fórum de



Economia Solidária, Representação dos movimentos sociais do campo, Secretaria Municipal da Capital (Vitória), aponta quais serão os próximos passos desse coletivo com vistas a conhecer a realidade dessa Modalidade no estado a partir de um diagnóstico.

A comissão tomou como ponto de partida para os trabalhos o Diagnóstico que o Estado do Espírito Santo, construiu em 2008, no momento de preparação da VI CONFINTEA. Este documento foi revisto e reformulado nos dando base para a elaboração do Formulário Diagnóstico de oferta e demanda de EJA no estado. Este instrumento foi aplicado aos 78 municípios do Estado, ampliando aos seguintes órgãos: Instituto Federal do Espírito Santo, Secretaria Estadual de Justiça, Instituto de Atendimento Sócio-Educativo do Espírito Santo, Serviço Social da Indústria e Secretaria de Estado da Educação.

Com esses dados em mãos a comissão elaborou um plano de ação para tabular, analisar e apresentar os dados aos gestores municipais e estadual. Entretanto, como já é sabido que o Espírito Santo não conseguiu o recurso para o tratamento dos dados, devido a não adesão ao Programa Brasil Alfabetizado pela Secretaria de Estado da Educação, ou seja, estamos com as informações dos municípios em mãos, mas sem ainda conseguir tratar.

A questão posta seria. Qual poderia ser nossa ação enquanto militante do Fórum de EJA na execução deste plano? Como o curso de gestão poderia nos ajudar nesta ação? Refletimos um pouco e tomamos a decisão de na IV Oficina da Agenda Territorial de Desenvolvimento de Integração da Alfabetização com a Educação de Jovens e Adultos questionar o Diretor das Políticas de EJA no MEC/SECAD sobre a possibilidade de conseguir este recurso por outros caminhos e ele nos deu algumas dicas. Entre elas de mandar o plano de ação ao MEC/SECAD para o setor de projetos especiais logo no início do ano de 2011.

Esta opção abriu para nós a possibilidade do diálogo com os(as) companheiras(os) da comissão estadual da Agenda Territorial para podermos tomar a decisão que seja conveniente a todos(as), mas que principalmente ajude no desenvolvimentos das ações a política de EJA no estado. Este a meu ver é um movimento que o curso nos proporcionou, pois se há muitas ações a serem feitas no que tange a política de EJA no Espírito Santo, precisamos saber como elas estão ocorrendo nos municípios, no estado e principalmente nas instituições de cunho misto como o sistema S (SESI).

Outra ação efetiva que discutimos na última reunião da Comissão Estadual da Agenda, ocorrida na dia 29 de dezembro de 2010, foi a ampliação dos membros e que o convite a participação nessa comissão seja feita de forma oficializada e institucionalizada para que as instituições assumam ou não explicitamente seus papéis na discussão e proposições estratégicas para as incidências nas políticas públicas de EJA no estado. Para tal, nesta reunião criamos uma agenda para ano de 2011 com reuniões até fevereiro quinzenais, depois haverá uma avaliação sobre a necessidade de ser quinzenal ou se ampliaríamos para mensal.

Outras definições neste dia de reuniões foram agendar um encontro com o atual Secretário de Estado da Educação para apresentar a Agenda Territorial e suas futuras ações, chamando esta secretaria a assumir seu papel na coordenação desta comissão. O seguinte ponto de pauta foi a discussão da criação do nosso Estatuto da Agenda com o apoio de todos os atuais membros e ficou para ser apreciado na próxima reunião da Comissão estadual que ocorrerá no dia 31 de janeiro de 2011.

5 - Considerações Finais

A ênfase dada na proposta de ação para a Agenda vem ao encontro com o próprio movimento dos Fóruns de EJA e isto ajuda ainda mais o fortalecimento dessa modalidade no Espírito Santo. Tomando como inspiração a carta apresentada a Casa Civil na IV Oficina da Agenda Territorial, pelo movimento dos Fóruns do Brasil que no conteúdo do documento, além de fazer um apanhado histórico sobre a caminhada de luta pela melhoria nas políticas de EJA no Brasil. Faz diversas cobranças para que as conquistas dessas políticas conseguidas na CONAE e VI CONFITEA sejam efetivadas não como benesses de um governo sensível a esses sujeitos, mas como Direito que já está garantido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) também levaremos ao atual secretário este documento com algumas adaptações e especificidade existentes no estado do Espírito Santo.

6 - Referências Bibliográficas

BRASIL. Documento da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Adultos (VI CONFITEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

Carta de compromisso da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Natal, 12 de dezembro de 2008.

Carta de Compromisso com a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, retirada no Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos promovido pelo Consed, com o apoio do MEC, realizado no período de 19 a 21 de maio de 2010, em Brasília.

SEDU; FÓRUM EJA/ES. Relatório do Encontro estadual Preparatório para a VI Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos, Vitória/ES, 2008.

UNESCO. Marco de Ação de Belém, (VI CONFITEA). Brasília, 2010.



ESTADO DO MARANHÃO

Curso de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA

Proposta de Ação em Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA

São Luís

**2010****1- Dados de identificação do(s) proponente(s):****1.1- Estado:** Maranhão**1.2- Nome(s):**

Leila de Jesus Tarja Assunção – Gestora do PBA – SEDUC/Agenda Territorial

Maria das Graças Santos ferreira - Fórum EJA/ Agenda Territorial

1.3- Informações para contato:

NOME	EMAIL	TELEFONE
Leila	leilajta@educacao.ma.gov.br	(98) 8840-5278 ou (98) 3235-6120
Graça	mariagsf@gmail.com	(98) 81909179

2- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital

A Agenda Territorial tem como compromisso ser uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta.

Ela foi criada como um instrumento para consolidar as estratégias de articulação territorial das ações de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, estruturadas nas dimensões técnica, de planejamento e de controle social, possibilitando e articulando também a continuidade das aprendizagens dos jovens e adultos, não se contentando apenas com o processo inicial de alfabetização.

Um dos seus objetivos é ser parte integrante do Programa Brasil Alfabetizado e da EJA, na definição de uma política pública, a partir do diálogo com os mais diversos parceiros.

A Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Maranhão foi constituída pela Portaria 495, de 26 de abril de 2010 e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 29 de abril do mesmo ano. É composta por 21 membros representantes da Secretaria Estadual de Educação e outros órgãos do governo estadual, União dos Dirigentes Municipais, Conselho Estadual de Educação, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, Fórum Estadual de EJA, Universidades Federais e Estaduais e Centro de Cultura Negra. É importante ressaltar que esta composição está



em processo de reformulação para que a mesma possa ter uma participação efetiva de seus membros e seja mais democrática agregando outras representações.

Dentre as ações planejadas e executadas pela referida Comissão, destacamos:

- Elaboração, aprovação e publicação do Regimento interno;
- Elaboração do Plano de Ação e Aplicação;
- Elaboração do calendário de reuniões;
- Contratação de uma empresa especializada para realização do diagnóstico;
- Elaboração dos instrumentos de aplicação do diagnóstico.

O Fórum de Educação de Jovens e Adultos é um movimento plural, espaço formativo, de diálogo, tensão e intenção, onde se congrega os mais diversos segmentos objetivando elaborar estratégias de fortalecimento da política pública de educação de jovens e adultos.

Segundo LUFT (1991, p.304), o fórum ou foro é designado como a praça pública na Antiga Roma, onde se tratavam assuntos de interesse público. Em nossas discussões, a representação por diversos membros de diferentes instituições são os atores que compõem o público desse espaço; a praça são os Estados – locais que devem observar sua realidade particular, em seus aspectos histórico, social, cultural, de gênero, raça, etc; e o assunto de interesse público em discussão: a alfabetização de jovens, adultos e porque não acrescentar idosos, anda adormecido no âmago da mente do nosso povo analfabeto ou analfabeto funcional.

O Fórum de EJA do Maranhão foi criado em outubro de 2003 no encerramento do Telecongresso Internacional de Educação do SESI com as seguintes instituições: SENAI, SENAC, SESI, Universidade Federal do Maranhão, Secretaria Municipal de Educação de São Luís, Viana e Itapecuru, Secretaria de Estado da Educação, Instituição Adventista de Ensino, Irmãs Capuchinas de Madre Rubatto, ONG Plan Internacional e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Os encontros eram mensais e objetivavam fomentar as discussões sobre a política educacional para EJA neste estado.

O ano de 2004 foi um momento de fragilidade do movimento com poucas reuniões e pouca representatividade das instituições. Em junho de 2005 retomamos o trabalho com a construção do relatório síntese preparatório ao VII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos e participação no referido encontro com 15 delegados. A partir de então, as reuniões se consolidaram mensalmente, de forma articulada à Agenda Nacional

fazendo-se participar nas reuniões técnicas do MEC, nas audiências públicas do CNE e outros eventos estaduais e nacionais que discutem as políticas da EJA.

Ampliou-se significativamente a representatividade das instituições com o ingresso do movimento popular, sindicatos, universidade estadual, educandos, educadores e Conselho Estadual de Educação.

Acompanhando o cenário nacional e internacional, com a realização dos Encontros Preparatórios à VI CONFITEA, o Fórum contribuiu significativamente na organização do Encontro Estadual, na mobilização dos atores que atuam nessa modalidade de ensino e na discussão e elaboração de propostas a partir do Documento Base. Esse movimento fortaleceu a atuação do FEJA-MA. A partir daí foi construído e aprovado o Regimento Interno e eleita uma representação em modelo de gestão participativa, com representação de várias instituições e segmentos.

Após este fortalecimento e participação em tantas outras ações, inclusive na CONFITEA VI, percebe-se hoje uma fragilidade em sua atuação considerando que a participação é cíclica e que apesar de todos os esforços neste momento alguns segmentos estão ausentes, inclusive educandos.

Neste contexto, ao se pensar em desenvolvimento territorial sustentável numa perspectiva social, econômica, ecológica, cultural, espacial, política e ambiental e sua articulação com o Fórum EJA, Agenda Territorial e Conselhos de Educação do Maranhão, percebe-se uma dificuldade pela fragilidade desses movimentos/instituições, por sua composição ainda não representar a participação cidadã. Que espaços de tensão são criados em instituições/movimentos que não retratam também o conjunto da sociedade civil? Se são espaços de discussão, de reflexão e construção de políticas e sua representação é frágil, quais atores defenderão as políticas de inclusão social e as demandas do público da EJA? Como exercer o papel de controle social da gestão pública se existe fragilidade na capacidade de mobilização e participação? . Alguns Conselhos de Educação ainda são compostos de forma burocrática, com forte indicação política, pouca representatividade democrática e pouca autonomia sendo movidos pelas políticas de governo.

Na contramão ou no entrelaçamento deste contexto, estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que o número absoluto de analfabetos brasileiros com 15 anos ou mais caiu 7% entre os anos de 2004 e 2009. No entanto, no mesmo período cinco estados registraram aumento deste contingente. Hoje, o Brasil tem 14.104.984 de analfabetos. Em números absolutos, a redução de analfabetos corresponde a pouco mais de um

milhão de pessoas em todas as regiões do país. Em termos relativos, a taxa de analfabetismo passou de 11,5% para 9,7%.

Diante desta realidade, e na perspectiva do conceito de Desenvolvimento Sustentável como aquele que deve “atender às necessidades da atual geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em prover suas próprias demandas” (Almeida; Buchmann, 2010), faz-se reflexões: Que itens deve pautar a Agenda Territorial e os Fóruns EJA? Qual compromisso deve ser assumido por todos? Deve-se propiciar principalmente à sociedade civil o espaço para reflexões e a participação na construção de políticas públicas para os jovens, adultos e idosos que historicamente estão excluídos dos direitos à educação. São 14.104.984 brasileiros que não tiveram acesso à educação na idade/série regular de decidir seus futuros, dando a eles não apenas bolsas assistenciais, com valores mensais que garantam um mínimo de dignidade, mas também vinculando esse benefício à educação formal.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

De acordo com o Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos em 2008, a Região Nordeste possui 1.558.196 km² de área e 51.609.027 habitantes. É a região brasileira que possui a maior quantidade de estados. O Estado do Maranhão tem como vizinhos o Piauí, Tocantins e Pará. Sua população em 2006: 6.184.538 habitante distribuída numa área de 331.918,0 km, com 217 municípios, tendo uma expectativa de vida por volta dos 66 anos.

Segundo o IPEA a população maranhense de 15 anos ou mais em 2009 é de 4.482.523, destes, 805.307 são analfabetos o que corresponde a 19,1% dessa faixa etária, embora o índice seja elevado houve uma queda de 4% no período de 2004 para 2009. Neste mesmo estudo os dados para o analfabetismo funcional na faixa etária abordada é de 12,9% em 2009, também com uma diminuição de 4% em relação a 2004.

De forma contraditória, a matrícula da EJA no período de 2006 a 2008 teve uma queda acentuada no nível do Ensino Fundamental de 225.883 para 172.968 e um acréscimo nas matrículas do Ensino Médio de 18800 para 21008, associado a isto ainda é tímida a absorção dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado na referida modalidade de ensino.

A Educação de Jovens e Adultos historicamente passou por significativas mudanças expressas por diversas ações, programas e projetos, no entanto, percebe-se a ausência de uma política de formação inicial e continuada, retratada em cursos pontuais

de acordo com o compromisso ou possibilidade financeira do estado e municípios e uma fragilidade na oferta de formação pelos Institutos Federais de Ensino Superior.

Em relação ao financiamento, embora esteja assegurado no montante dos recursos financeiros do FUNDEB, na prática existe uma insatisfação por parte dos coordenadores de EJA por não executar seu plano de ação utilizando estes recursos, considerando que não há uma divisão por nível e modalidade e os mesmos sentem-se fragilizados para requerê-lo;

A articulação do currículo com a educação profissional é frágil, o PROEJA, o Brasil profissionalizado e outros programas do governo federal não atende toda a demanda dos educandos.

Neste contexto, como afirmar que existe intersectorialidade? Para OLIVEIRA, *intersectorialidade* significa em primeiro instante que: “... a EJA só terá sucesso quando articulada a outras políticas públicas – sociais e econômicas que visem reduzir as enormes disparidades que existem na sociedade brasileira.”

Em outro aspecto reflexivo ela acrescenta: “Segundo Ireland (apud Oliveira), do ponto de vista da oferta, um elemento fundante na consolidação da EJA é a necessária orquestração entre atuação dos governos federal, estaduais e municipais, articulando entre outros órgãos representativos, o MEC, CONSED, UNDIME como parceiros na construção de uma política pública de EJA.”

4- Metas e Estratégias de Ação para a EJA no Estado:

a) curto prazo - ação imediata até 2 anos		
METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
Divulgação nos municípios maranhenses sobre o que é a Agenda Territorial, o papel dos Fóruns, Comitê e Comissões Estaduais	Realização de fóruns com equipe técnica e gestores municipais para apresentação do papel a Agenda Territorial, dos Fóruns, Comitê e Comissões Estaduais.	Março, abril e maio /2011.
Fomentar a criação de comitês nos municípios, ou, agregá-lo nos comitês já existentes	Reuniões com Prefeitos, Secretários de Educação e demais responsáveis pelas políticas Públicas nos municípios,	Abril, maio e junho/2011.



	incentivando e orientando sobre a criação dos comutes municipais.	
Realizar um diagnóstico da alfabetização e EJA no estado do Maranhão;	Organização de instrumentos que possibilitem diagnosticar alfabetização no Estado, a partir de parceria com entidades municipais que parceria com conselhos de Educação e conselhos Escolares.	Maio a novembro;2011
Realizar uma chamada pública para matrícula na EJA dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado e demais sujeitos educandos que estão excluídos do processo educativo.	Utilização dos meios de comunicação: (rádio, TV, carros de som, bike som) para divulgação do período de matrícula em EJA.	Agosto a dezembro/2011
Promoção de campanhas educativas sobre os índices de analfabetismos e os impactos sociais em cada município maranhense.	Divulgação a partir de jornais, panfletos, seminários, encontros, reuniões e outras formas de informação que mostrem os índices de analfabetismos nos municípios e esclareçam os impactos social causado.	Maio a setembro/2011.
Informar às comunidades da zona rural e urbana sobre o que é Desenvolvimento Sustentável e como promovê-lo em seu município	Em parceria com equipe técnica municipal, Conselhos de Saúde e outros, organizar mini-cursos sobre as vantagens do Desenvolvimento Sustentável.	Junho a agosto/2011
Fomentar nos sistemas estadual e municipal a implantação de uma política de formação inicial e continuada para os educadores de EJA em parceria com os Institutos	Em articulação com as IES, programar cursos de formação inicial e continuada para os educadores de EJA.	De fevereiro a dezembro/2011.



de Ensino Superior;		
Expandir a oferta da educação profissional integrada à educação básica.	Solicitar mapeamento da oferta de educação profissional aos municípios e expandir aos interessados.	Junho a dezembro/2011.
b) METAS/PRAZO: médio prazo - 3 a 5 anos		
METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
Buscar apoio financeiro em empresas e instituições que possam promover o desenvolvimento sustentável de acordo com a economia local dos municípios maranhenses;	Firmar convênios e parcerias com empresas e instituições, para promoção de desenvolvimento sustentável nos municípios.	Junho 2011 a agosto/2013.
Realizar Encontros Municipais com a população de agricultores, pescadores, rendeiras, quilombolas, mães solteiras, e outros segmentos sociais excluídos do processo alfabetizador ou analfabetos funcionais para programação de estratégias de crescimento educacional, social, cultural e de empregos.	Sensibilizar os vários segmentos da sociedade para promoção de estratégias de crescimento educacional, social, cultural e de empregos	Junho 2011 a outubro 2013.
c) METAS/PRAZO: longo prazo - 6 a 10 anos.		
METAS	ESTRATÉGIAS	PERÍODO
Encontros periódicos de avaliação e reprogramação de políticas públicas educacionais de jovens,	Organização de encontros e avaliações semestrais das políticas públicas em EJA em	Fevereiro/2011 a fevereiro/2016



adultos e idosos.	parceria com Conselho Fiscal do FUNDEB.	
Diminuição do índice de analfabetismo entre a população a partir de 15 anos dos municípios prioritários.	Ampliação do atendimento dos jovens, adultos e idosos no Programa Brasil Alfabetizado e demais ações de alfabetização oferecidas pelos municípios e movimentos populares	Fevereiro/2011 a fevereiro/2016

6- Considerações Finais

Em virtude dos fatos mencionados, vale ressaltar que o trabalho em regime de colaboração entre governos federal, estadual e municipal é fato relevante para que o Estado alcance resultados positivos a partir das propostas citadas neste plano, visto que as conquistas caracterizam-se em vitórias e progresso para todo o país.

Destaca-se a necessidade de fortalecer as políticas de Educação profissional, associada à formação continuada, por entender-se que a capacitação do professor/alfabetizador, contribui de forma relevante à formação do aluno/alfabetizando, podendo inclusive fomentar no aluno o incentivo à continuidade e fortalecendo as turmas de EJA.

Outro ponto a considerar é que para efetivar ações faz-se necessário apresentação a nível municipal da importância da Agenda Territorial, bem como a imediata criação dos comitês municipais, como forma de agilizar o alcance das metas.

Espera-se que este plano sirva para a real implementação no Estado do Maranhão, pois o compromisso dos cursistas e membros da Agenda é colaborar com aqueles que se interessam pela diminuição do índice de analfabetismo em nosso Estado.

Entretanto, deixamos em aberto a possibilidade para questionamentos, novas propostas, novas pesquisas e alterações de dados contidos neste documento, pois



acreditamos que até a implementação das ações tenhamos dados mais recentes e atualizados.

7- Referências

Alfabetização de jovens e adultos: lições da prática. Brasília: UNESCO -2008

ALMEIDA, Maria das Graças Correia; BUCHMANN, Eriberto(org.) Refletindo sobre desenvolvimento sustentável. Doc. Institucionais SDT e MDA – 2010.

DI PIERRO, Maria Clara; VOVIO Claudia; ANDRADE, Eliane Ribeiro.

Documento Base Nacional Preparatório à IV CONFINTEA – Brasília – DF – 2008.

Ecos da Notícia, disponível em: <<http://www.ecosdanoticia.com.br>

FELIPE, João. A construção coletiva – Brasil: Alternativas e Protagonistas. Consulta popular – SP -1999.

IPEA. Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil. Período 2004-2009. Brasília. 2010.

LUFT. **Mini-dicionário**. São Paulo: Ática, 1991.

OLIVEIRA, Leonor Viana de. **Intersectorialidade da EJA**. Palestra proferida no Encontro Estadual preparatório à VI CONFINTEA – Conferência Internacional sobre Educação para Adultos . São Luís – MA, em 12 de abril de 2008.

PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: movimentos pela consolidação de direitos – Revista de Educação de jovens e adultos – 2007.

SOARES, Leôncio José. O surgimento dos fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. Alfabetização e cidadania, SP-2004.

PROPOSTA DE AÇÃO EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EJA para o Estado de Mato Grosso



Dados de identificação do proponente:

Antônio Marcos Passos de Mattos, professor das Redes Estadual de Mato Grosso e da Municipal de Cuiabá, cedido por cooperação técnica à Rede Estadual para atuar na função de técnico da Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos do Estado de Mato Grosso, Gerente de Organização dos Exames Supletivos, a partir de 14/01/11 e atual secretário do Fórum Permanente de Debates de Educação de Jovens e Adultos - FPDEJA/MT.

Contatos:

Endereços eletrônicos - antonio.mattos@seduc.mt.gov.br ou ampmattos@gmail.com ou demattosamp@ymail.com

telefones: (todos - 65) 3613-6447 / 3613-6325 (fone e FAX); celulares 9992-3363 / 8139-4895

Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual

O Comitê da Agenda Territorial foi instituído em Mato Grosso através da Portaria Nº.189/2009/GS/SEDUC/MT, pelo Secretário de Estado de Educação, a época, o Dr. Ságuas Moraes Sousa, no uso de suas atribuições legais, com vista a elaboração do plano estratégico de implantação e fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos no Estado Mato Grosso, como instrumento

de implementação e gestão da EJA, com a coordenação executada pela Gerência Curricular de Educação de Jovens e Adultos. Compõe o comitê, integrantes da Seduc, UNCME, UNDIME, CEE, FORUM DA DIVERSIDADE ASSESSORIA PEDAGÓGICA, IES, SINTEP. A referida Portaria foi publicada no DO de Mato grosso na data de 14 de maio de 2009.

Ficando estabelecido por essa portaria que a AGENDA TERRITORIAL estruturar-se-á em duas dimensões complementares: uma delas para o Planejamento e Controle Social, operacionalizada por intermédio da comissão Estadual Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos e a outra uma dimensão técnica, operacionalizada por intermédio das ações COMITÊS TÉCNICOS, formado por Assessores Pedagógicos da SEDUC nos municípios com; representantes das Secretarias Municipais de Educação, representantes Municipais do FPDEJA e representante da Subsede do SINTEP.

Podendo, também, integrá-las outros atores da sociedade identificadas com a EJA em seus respectivos espaços e/ou áreas de atuação.

Mato Grosso, terceiro estado do País em extensão, localiza-se na Região Centro-Oeste e tem a cidade de Cuiabá como capital. Limita-se ao norte, com os estados do Amazonas e do Pará; ao Oeste, com o estado de Rondonia e a Bolívia; ao leste com os estados de Tocantins e Goiás e, ao sul; com o estado de Mato Grosso do Sul, conforme mostra o mapa abaixo.



O Estado apresenta 5 (cinco) Mesorregiões e 22 (vinte e duas). Compõe-se de 141 municípios em uma área total de 903 357,908 km² - maior do que vários países da América do Sul e Central, **como por exemplo, Uruguai, Paraguai, Guianas, Panama, Cuba** etc - e com uma população estimada, em 2009, de 3.033.911 habitantes o que corresponde a 19º (décima nona) e uma densidade populacional de 3,32 hab./km², o que representa a 25º (vigésima quinta) do País. Tem o 14º (décimo quarto) PIB, que o localiza exatamente no centro da classificação dos estados. Tem uma renda per capita que o põe em 7º lugar (sétimo), entre os estados do Brasil. Tais dados analisados de forma pouco mais cuidadosa indicam contrastes. É possível que com características diferentes quanto ao restante do País, dados as riquezas naturais, flora e fauna, etc. Por exemplo, com relação a alimentação, as cidades em geral são muito arborizadas com árvores frutíferas, inclusive praças e outros espaços, quer do campo, quanto e/ou urbanos, com produção diversificada abrangendo praticamente todo o ano. Neste aspecto, Mato Grosso, tem suas vantagens, apesar do Agronegócio, agricultura e a pecuária. De outro lado, paradoxalmente, é justo este, o Agronegócio, que o coloca entre uma forte economia dos País, PIB e renda per capita, como visto acima.

Com algumas situações escamoteadas e outras necessidades imediatas mais ou menos resolvidas, parte da população mais carente se submete e legitima a realidade, à medida que, como escrevia Magda Soares, entre muitos autores, o pobre acredita que a culpa por ser pobre é exclusivamente sua, uma vez que não estudou, entre outros fatores e acaba introjetando isso. Como algumas condições de sobrevivência estão postas, muitos se acomodam. Inclusive em relação a educação, que aliada a outras práticas, que tem se efetivado como culturais, dificultam em parte, que parte da população analfabeta, vislumbra possibilidades de mudança de vida a partir dela, por outras razões entre elas, como se não houvesse maneira de recuperar o tempo (considerado perdido, ao invés de reconhecê-los, são inúmeros saberes construídos, apenas distintos do saber escolar.

O índice de Analfabetismo em Mato Grosso encontra-se em torno de 10,2% da sua população. Taxa que deixa Mato Grosso em 15º (décimo quinto) lugar no ranking. Segundo a própria Coordenadoria de Educação de Jovens e Adultos, ainda que Mato Grosso, ano a ano, conforme dados da Seduc, venha ampliando o atendimento aos sujeitos da EJA. Pesquisas ao que parecem

mais recentes de outras fontes tem mostrado que o analfabetismo em Mato Grosso tem, também, se ampliado, segundo outras pesquisas como publicado pelo ESTADO DE SÃO PAULO.

Considerando que Mato Grosso a algum tempo tem sido um Estado do País com alta taxa de migração, entende-se que parte significativa desta população migrante, tem vindo nesta condição. Fato que não alivia em nada a responsabilidade do Estado com a educação da sua população de jovens e adultos, independentemente da origem e causas.

Tal situação, no entanto, merece cuidados e pesquisas, para identificar estas causas. Refutar ou afirmar a hipótese de que a ampliação dos índices se dêem concretamente em virtude da migração. Mato grosso, de acordo com dados de 2005, apresenta um IDH de 0,796, considerado, médio e que situa o Estado na 11º (décima primeira) posição no ranking nacional¹⁹.

O clima no Estado é Equatorial e tropical e sua capital encontra-se entre as mais quentes do Brasil dado sua localização geográfica, uma **depressão no Planalto central VER** ...

As cidades mais importantes são Cuiabá, Várzea Grande, Rondonópolis, Barra do Garças, Sinop, Tangará da Serra, Cáceres, Primavera do Leste, Alta Floresta e Sorriso, entre outras. Extensas planícies e amplos planaltos dominam a área, a maior parte (74%) se encontra abaixo dos 600 metros de altitude.

A história do fórum de Mato Grosso tem suas origens no parecer 11, embora tenha sido criado mais tarde. Para atender o que determinava este Parecer, o Estado, sob responsabilidade do CEE, normatizou a EJA através da instituição da Resolução nº 180. Cumprindo um dispositivo desta Resolução o Estado instituiu uma comissão Interinstitucional para elaborar um Programa de Educação de Jovens e Adultos para o Sistema Estadual de Ensino, através da Portaria N.º 204/2000

A Comissão em pauta foi composta por representantes da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/MT, Secretarias Municipais de Educação de Cuiabá e Várzea Grande, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME/MT, Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público – SINTEP/MT e Central Única dos Trabalhadores – CUT, estabeleceu um cronograma de ações.

Sob orientação dessa comissão foram realizados, em Abril / 2001, Seminários Regionais, congregando representações dos municípios e unidades escolares que oferecem essa modalidade de ensino.

Atualmente o CEE/MT se encontra em fase de elaboração de outra Resolução, substitutiva à Resolução n. 180, para normatizar a Modalidade em nosso Estado, haja vista as adequações necessárias à Resolução n.3 do CNE/CEB/MEC/2010.

Agenda da Agenda Territorial de Mato Grosso

A Comissão estadual da Agenda Territorial designou ao Fórum de EJA Estadual, devido sua capilaridade e capacidade de organização e de mobilização, a tarefa de através de diálogo persuasivo, que chamaríamos de Advocacy, sensibilizar, os municípios que ainda não assumiram a Educação de Jovens e Adultos, como ação importante para o desenvolvimento local.

Entender a oferta de Educação de Jovens e Adultos como condição importante, não apenas para a emancipação dos cidadãos, como do próprio município e região, à medida que pode favorecer à participação social, política e econômica desta população que de certa forma esteve e permanece excluída destes processos em questão.

O Comitê da Agenda entende a educação como um processo que se realiza ao longo da vida e, portanto, não se resume ao tempo e espaço da escola. Assim, considera de suma importância o envolvimento de outros setores – governamentais ou não – essenciais a que a educação, nesta

¹⁹ Todos os dados acima foram retirados do site do governo do Estado de Mato Grosso, www.mt.gov.br

perspectiva, possa se realizar. Com base em Paulo Freire diríamos que a educação sozinha não dá conta de promover a autonomia do ser humano e transformar a realidade, todavia, tampouco sem ela, a sociedade é capaz de se transformar.

Independente da Agenda, o FPDEJA, ao longo da sua existência, tem procurado, ora com sucesso ora não, estabelecer e encurtar relações com diversos atores do Estado e da sociedade civil organizada, a fim de cumprir os papéis para os quais fora inaugurado, ou seja, o de proposição de políticas públicas à Modalidade e o controle social destas e de outras políticas.

Justo esta interação entre governo e sociedade, através dos diversos atores, é o que se entende por Gestão Social. Sem sobreposição de um e de outro. Cada qual ocupando o espaço de direito de forma responsável e consciente.

Destarte, a educação, em perspectiva mais ampla. Como por exemplo, a que propõe a leitura do mundo, não se realiza apenas na e com a escola. Exige outros espaços e tempos educativos, outros atores, bem como de outras instituições. Este exercício de aproximação, basicamente de sedução, coube ao Fórum.

O Fórum estadual se constitui pelo coletivo de 18 (dezoito) Fóruns Regionais, distribuídos pelo Estado, com razoável abrangência. Tem se organizado de forma a aglutinar seus 141 municípios, praticamente todos estão representados nos Fóruns regionais, com maior ou menor número de acordo com a população e localização geográfica. Alguns municípios do Estado são de difícil acesso. Ainda assim, parte significativa deles, está presente nos regionais.

Desafios e Metas

Praticamente todos os municípios do Estado ofertam a EJA. Todavia, poucos são os municípios que assumiram a oferta. Muitas das ofertas existentes nos municípios, inclusive as de 1º Segmento, que corresponde alfabetização e início do ensino fundamental são realizadas através do Estado de Mato Grosso. Em 2010, a Secretaria de Estado de Educação, para cumprir acordos assumidos com o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep/MT), entende a necessidade estado e municípios assumam, cada um, a parcela de responsabilidade que lhe cabe, quanto ao direito de oferta educativa. Cabe ao Estado a oferta do 2º Segmento e do Ensino Médio e aos municípios a oferta inicial, conforme destaque acima.

Depois de alguma queda de braço e interferência do Fórum, com indisposição, é lógico, considerando, o mesmo, “chapa branca”²⁰, a Secretaria resolveu, onde o município inclinasse a impossibilidade de atendimento este ano, 2011, fazer o atendimento, mas deixar o município de aviso prévio, digamos assim, para organizar-se ao longo deste ano e ano que vem, existindo a demanda, ele próprio fazer o atendimento deste público.

O desafio posto é o da ampliação da oferta, uma vez que há indicadores de que embora a oferta à Modalidade tenha se expandido, o analfabetismo, como vimos, se ampliou.

Em curto prazo a meta estabelecida pela Agenda é a de reduzir o índice de analfabetismo no Estado para apenas um dígito, e a médio, pela metade.

Para cumprir com a sua função. O Comitê da Agenda, delegou ao Fórum a organização das Oficinas com vista a organizar por sua vez a oferta de EJA em nosso Estado, a partir da oferta de cada município à Modalidade.

Com este fim, o Fórum estadual realizou, a partir da sua mobilização e capilaridade, 18 (oficinas da Agenda, com a participação de representantes de aproximadamente 120 municípios. Uma oficina na Capital, com a presença de 16 (dezesesseis) dos 18 (dezoito) coordenadores regionais e praticamente toda coordenação, envolvendo 7 (sete) dos 8 (oito) articuladores, apenas uma ausência, por problemas de saúde.

Foram realizadas oficinas em 17 (dezesete) dos 18 (dezoito) Fóruns Regionais com média de participação de 85% dos municípios. Segundo relatório dos articuladores e dos membros da coordenação presentes nas oficinas, a aceitação da Agenda, por parte da maioria absoluta dos municípios presentes, foi muito boa.

Favorável a constituição dos Comitês onde estes ainda não existiam ou reativação dos mesmos onde estes se encontram ociosos.

Nenhum município presente colocou objeção política ao desenvolvimento e realização da Agenda. Os impedimentos postos, dizem respeito, segundo os relatos, mais as questões geográficas, que propriamente outras.

²⁰ Termo que indica a presença de muitos gestores públicos no Fórum, em especial, nas várias funções da coordenação. Incluindo a mim. Fomos chamados a atenção, algumas vezes em público, quanto a postura que precisávamos ter enquanto gestores. Não poderíamos confundir os papéis, melhor seria se nos retirássemos do Fórum ou da Secretaria. Por ora, continuamos em ambos, em que pese embates necessários em certas circunstâncias.



Vários dos municípios já encaminharam o diagnóstico ao Coordenador da Agenda. Contudo, o trabalho de sistematização dos dados ainda não está feito, até porque outros, ainda não enviaram este diagnóstico. O Comitê tem como prática, desde o ano passado, realizar uma reunião ordinária toda primeira quarta-feira do mês, passando para a segunda, se esta for feriado.

Ainda não se reuniu durante este ano, em virtude de que a maioria se trata de professores, mesmo em outros órgãos e na maioria se encontram de férias. Outro fator que contribui para este quadro é o do momento político de transição.

Desde a constituição do Comitê, tem se buscado, a presença de representantes de vários setores governamentais de não governamentais, como condição propícia à intersectorialidade pretendida e necessária os sucesso da Educação de Jovens e Adultos.

Considerações finais



CURSO DE GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EJA

MÓDULO IV – PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS EM EJA

1- Dados de identificação do (s) proponente (s):

1.1- Estado: Mato Grosso do Sul

1.2- Nome(s):

Nome: Maria Joana Durbem Mareco

Função: Gestora da Educação de Jovens e Adultos/Brasil Alfabetizado da Secretaria de Estado de Educação

Vice Coordenadora do Fórum da Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso do Sul

Membro da Agenda Territorial de Mato Grosso do Sul

1.3- Informações para contato:

Telefones: (67) 3318-2231 / 3318-2277

Celular: (67) 9624-5993

E-mail: joanadurbem@hotmail.com

2- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital

O Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado é um espaço de interlocução entre os diversos segmentos da sociedade, com o objetivo de discutir, diante das práticas que são realizadas, as ações destinadas à EJA e propor ações que contribuam na construção de políticas públicas democráticas, que contemplem as especificidades que a área possui. Sua atuação é expressiva no que diz respeito à mobilização de educadores e de outros integrantes da sociedade.

Um dos principais objetivos do Fórum EJA/MS é garantir a ampla e democrática participação da sociedade civil na elaboração de políticas públicas para a área de EJA, em luta pela melhoria da situação educacional da maioria da população, consolida-se como um espaço plural

para uma articulação entre todos os diferentes atores sociais envolvidos no campo da educação de jovens e adultos.

Em Mato Grosso do Sul o Fórum é composto por:

Segmentos da Gestão Municipal e Estadual;

Sistema S;

Movimentos Sociais;

Universidade Federal e particulares;

Professor;

ONG;

Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul;

Sindicato dos Professores de Campo Grande.

Dentre os aspectos que necessitam de fortalecimento no Fórum de Mato Grosso do Sul destaca-se a necessidade de uma maior mobilização da sociedade civil para a participação na construção, monitoramento, fiscalização e controle social das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos.

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos tem o objetivo de firmar um pacto social, para melhorar e fortalecer a educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil.

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos em Mato Grosso do Sul consolida as estratégias para articulação territorial das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, valendo-se de análise diagnóstica, definição de objetivos e metas que subsidiem a implementação e gestão destas ações, para atendimento aos diferentes sujeitos: negros, mulheres, camponeses, acampados, assentados, indígenas, ribeirinhos e aos privados de liberdade.

A composição da Agenda Territorial em Mato Grosso do Sul

Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul – FETEMS;

Universidade Católica Dom Bosco;

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS;

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS;

Secretaria de Estado de Educação – Educação de Jovens e Adultos – EJA – Coordenadora Estadual da Agenda Territorial;

SESC – Serviço Social do Comércio;

Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário;

Fórum de Educação de Jovens e Adultos – FEJA/MS;

Secretaria Municipal de Educação de Campo Grande/MS;



Obras Sociais Casa da União – Projeto Luz das Letras;
Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social;
Secretaria de Estado de Educação – Educação de Jovens e Adultos – AJA;
UNCME – União dos Conselhos Municipais e Educação;
Comitê de Educação Básica do Campo;
União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;
Conselho Estadual de Educação.

Na Agenda Territorial os aspectos positivos estão voltados para a participação das instituições envolvidas nas reuniões, levantamento da demanda e divulgação das ações da Agenda Territorial em Mato Grosso do Sul.

Há necessidade de ampliação dos componentes da Agenda, com maior participação de professores e estudantes da Educação de jovens e Adultos.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

Mato Grosso do Sul é uma das 27 unidades federativas brasileiras, que encontra-se em uma posição privilegiada dentre as cinco regiões do país, localizado no Centro-Oeste, junto com Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Localizado próximo dos grandes centros consumidores, o estado faz divisa com: Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Mato Grosso. Faz fronteira com dois países do Mercosul: Paraguai e Bolívia, que são parte dos atrativos turísticos da região. Nas suas divisas o estado segue os limites naturais formados por diversos rios, dentre os quais, especialmente, o Paraná e o Paraguai.

Predomina o clima tropical no estado, com chuvas de verão e inverno seco. O Estado de MS possui uma área de 358.158,7 quilômetros quadrados, equivalentes a 35.054.800 hectares, que corresponde a 18% da região Centro-Oeste e 4,19% do Brasil.

Em 1996, o estado contava com um contingente de 1.927.834 habitantes. Em 2000, apresentava uma população de 2.078.001 habitantes o que representa um aumento de 150.167 de acordo com o IBGE. Em 2007, segundo os números preliminares levantados pelo mesmo Instituto, o MS comportava 2.224.980 habitantes, 7% a mais do que a contagem realizada sete anos antes, ou seja, acréscimo de 146.979 pessoas. Os grupos indígenas residentes no Estado totalizam a segunda maior concentração populacional do País, representados pelos Terena, Guaicuru, Guarani, Guató, Kadiwéu, Guarani-Kaiowá, Garani-Ñandewa, Ofayé - Xavante, Guató, Kamba, Kinikinao e Chamacoco.

a) Análise

A Educação de Jovens e Adultos tem como princípio fundamental o potencial da aprendizagem e formação de adultos para fomentar o desenvolvimento ecologicamente sustentável, para promover a democracia, a justiça, a igualdade entre mulheres e homens e o desenvolvimento científico, social e econômico, bem como para construir um mundo em que os conflitos violentos sejam substituídos pelo diálogo e por uma cultura de paz baseada na Justiça. O compromisso com o conceito de educação como um processo continuado que se estende ao longo da vida, com ênfase na aprendizagem, não se consolidou nem nas políticas nem nas práticas. Um desenvolvimento centrado no ser humano e uma sociedade de participação baseada no pleno respeito dos direitos humanos pode conduzir a um processo educativo sem compartimentos isolados: ele faz parte de um processo que acompanha o jovem e adulto ao longo da vida. Esta compreensão da necessidade de contextualizar a prática educativa, sempre importante, tem aumentado nos últimos anos com a aceleração do processo de globalização que atinge profundamente todos os níveis de nossa interação: local, regional, nacional, sub-continental e internacional. o sustentável e equitativo.

b) Reflexões sobre alguns dos desafios colocados para a EJA.

A mudança do mercado de trabalho impõe, diante do contexto histórico e social, contemporâneo, uma nova relação entre o trabalho e o conhecimento, sendo necessárias novas formas de articulação para que possam realmente atender as expectativas dos cidadãos no que se refere à escolarização, à formação do trabalhador e, ainda, à (re) inserção no mercado de trabalho. Os impasses e desafios pelos quais a Educação de Jovens e Adultos passa está nas necessidades de análise no processo de reestruturação de política de atendimento a EJA e a Educação Profissional, ou seja, formações do trabalhador que conduz o Estado de Mato Grosso do Sul a pensar formas diversificadas para atender a essa demanda da educação, do financiamento específico e suas especificidades que dizem respeito tanto na formação geral quanto na formação profissional. Conforme essa perspectiva, as experiências de articulação entre EJA e Educação profissional padecem dos mesmos entraves históricos para o desenvolvimento das duas modalidades.

É importante destacar que políticas públicas são necessárias para cobrir esse contingente de pessoas que não tem acesso a um curso de qualidade voltado, não só para a formação geral, mas também, às suas especificidades de formação, inserção e permanência do mercado de trabalho.

Tabela 1 • Situação da Alfabetização em Mato Grosso do Sul de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas - Brasil, Grandes Regiões e UF- 2004 e 2009

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	População Total		Analfabetos		Taxas de Analfabetismo		val "%", taxa analfabetismo	val "%", n analfabetos
	2004	2009	2004	2009	2004	2009	2004/2009	2004/2009
Brasil	132.406.987	145.385.375	15.161, 149	14.104.984	11,5	9,7.	(15,3)	(7,0)



Norte	9.413256	10.747.091	1.19.6.647	1.135.639	12,7	10,6	(16,9)	(5,1)
Rondônia	1.028.217	1.116.450	108.139	109.605	10,5	9,8	(6,7)	(1,4)
Acre	398.134	469.472	68.733	72.475	17,3	15,4	(10,6)	(5,4)
Amazonas	2.022.753	2.370.757	175.136	167.026	8,7	7,0	(18,6)	(4,6)
Roraima	242.201	286.430	24.901	19.231	10,3	6,7	(34,7)	(22,8)
Pará	4,519,589	5.128.048	644.264	627.641	14,3	12,2	(14,1)	(2,5)
Amapá	352.838	437.003	29.027	12.309	8,2	2,8	(65,8)	(57,6)
Tocantins	849.524	938.931	146.447	127.152	17,2	13,5	(21,4)	(13,2)
Noroeste	35.762.345	39.371.300	8.020.632	7.361.435	22,4	18,7	(16,6)	(8,2)
Maranhão	4.039273	4.482.523	933.601	855.307	23,1	19,1	(17,4)	(8,4)
Piauí	2.153.286	2.326.260	588.133	543.201	27,3	23,4	(14,5)	(7,6)
Ceará	5.617.221	6.244,564	1.224.391	1.158,695	21,8	18,6	(14,9)	(5,4)
Rio Grande do Norte	2.164.464	2.409.164	482.407	436.909	22,3	18,1	(18,6)	(9,4)
Paraíba	2.568.019	2.815.796	650.092	608.640	25,3	21,6	(14,6)	(6,3)
Pernambuco	5.928.269	6.491.393	1.263.697	1.143.566	21,3	17,6	(17,4)	(9,5)
Alagoas	2.049.665	2.287.794	604.908	562.047	29,5	24,6	(16,8)	(7,1)
Sergipe	1.368.930	1.508,774	265.288	245.800	19,4	16,3	(15,9)	(7,3)
Bahia	9.873218	10.811.012	2.008.115	1.807.070	20,3	16,7	(17,8)	(10,0)
Sudeste	57.974.780	63.073.973	3.835.863	3.583.696	6,6	5,7	(14,1)	(6,6)
Minas Gerais	14,104.529	15.523.438	1,395.177	1.324.593	9,9	8,5	(13,7)	(5,1)
Espírito Santo	2.427.697	2.639.996	230.353	225.156	9,5	8,5	(10,1)	(2,3)
Rio de Janeiro	11.753.551	12.635.607	571.845	501.370	4,9	4,0	(18,4)	(12,3)
São Paulo	29.689.003	32.274.932	1.638.288	1.532.577	5,5	4,7	(13,9)	(6,5)
Sul	19.964.597	21.681.596	1.254.950	1.184.644	6,3	5,5	(13,1)	(5,6)
Paraná	7.554.213	8,237.051	603.354	551.196	8,0	6,7	(16,2)	(8,6)
Santa Catarina	4.348.172	4.849.597	208.874	238.213	4,8	4,9	(2,3)	(14,0)
Rio Grande do Sul	8.062.212	8,594.948	442.722	395.235	5,5	4,6	(16,3)	(10,7)
Centro-Oeste	9.292.009	10.505.415	853,257	839.570	9,2	8,0	(13,0)	(1,6)
Mato Grosso do Sul	1.615.727	1.782.686	153.865	155.005	9,5	8,7	(8,7)	(0,7)
Mato Grosso	1.976.580	2.284.756	199.573	231.938	10,1	10,2	(0,5)	(16,2)
Goiás	4.012.132	4.472.175	428.964	384.867	10,7	8,6	(19,5)	(10,3)
Distrito Federal	1.687.570	1.965.798	70.855	67.760	4,2	3,4	(17,9)	(4,4)

Fonte: PNAD/IBGE Elaboração: IPEA

Tabela 2 - Pessoas de 15 anos ou mais analfabetas funcionais - Brasil, Grandes Regiões e UF · 2004 e 2009



Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	População Total		Analfabetos Funcionais		Taxas de Analfabetismo		Val % taxa analfabetismo func. 2004/2009	val“%” n. analfabetos func. 2004/2009
	2004	2009	2004	2009	2004	2009		
Brasil	132.406.987	145.385.375	17.106.231	15.621.668	12,9	10,7	(16,8)	(8,7)
Norte	9.413.256	10.747.091	1.513.559	1.357.457	16,1	12,6	(21,4)	(10,3)
Rondônia	1.028.217	1.116.450	166.603	155.522	16,2	13,9	(14,0)	(6,7)
Acre	398.134	469.472	65.814	51.797	16,5	11,0	(33,3)	(21,3)
Amazonas	2.022.753	2.370,757	254.770	257.332	12,6	10,9	(13,8)	1,0
Roraima	242.201	286.430	32.199	26.319	13,3	9,2	(30,9)	(18,3)
Pará	4.519.589	5.128.048	823.971	697.173	18,2	13,6	(25,4)	(15,4)
Amapá	352.838	437.003	39.838	57.942	11,3	13,3	17,4	45,4
Tocantins	849.524	938.931	130.364	111.372	15,3	11,9	(22,7)	(14,6)
Nordeste	35.762.345	39.377.300	5.369.023	4.899.013	15,0	12,4	(17,1)	(8,8)
Maranhão	4.039.273	4.482,523	680.320	579.455	16,8	12,9	(23,2)	(14,8)
Piauí	2.153.286	2.326,280	323.555	332.488	15,0	14,3	(4,9)	2,8
Ceará	5.617.221	6.244,564	800.456	708.294	14,3	11,3	(20,4)	(11,5)
Rio Grande do Norte	2.164.464	2.409.184	260.806	253.451	12,0	10,5	(12,7)	(2,8)
Paraíba	2.568.019	2.815.796	385.343	337.799	15,0	12,0	(20,1)	(12,3)
Pernambuco	5.928.269	6.491,393	706.586	690.590	11,9	10,6	(10,7)	(2,3)
Alagoas	2.049.665	2.287.794	323.425	281.817	15,8	12,3	(21,9)	(12,9)
Sergipe	1.368.930	1.508.774	174.853	188.681	12,8	12,5	(2,1)	7,9
Bahia	9.873.218	10.811.012	1.713.679	1.526.438	17,4	14,1	(18,7)	(10,9)
Sudeste	57.974.780	63.073,973	6.626.866	6.063.101	11,4	9,6	(15,9)	(8,5)
Minas Gerais	14.104.529	15.523.438	1.917.474	1.724.980	13,6	11,1	(18,3)	(10,0)
Espírito Santo	2.427.697	2.639.996	276.517	304.899	11,4	11,5	1,4	10,3
Rio de Janeiro	11.753.551	12.635.607	1.329.137	1.279.497	11,3	10,1	(10,5)	(3,7)
São Paulo	29.689.003	32.274.932	3.103.738	2.753.725	10,5	8,5	(18,4)	(11,3)
Sul	19.964.597	21.681.596	2.414.661	2.193.723	12,1	10,1	(16,3)	(9,1)
Paraná	7.554.213	8237.051	1.022.825	934.043	13,5	11,3	(16,3)	(8,7)
Santa Catarina	4.348.172	4.849.597	487.196	442.984	11,2	9,1	(18,5)	(9,1)
Rio Grande do Sul	8.062.212	8.594.948	904.640	816.696	11,2	9,5	(15,3)	(9,7)
Centro-Oeste	9.292,009	10.505.415	1.182.122	1.106.374	12,7	10,6	(17,1)	(6,2)
Mato Grosso do Sul	1.615.727	1.782.686	254.082	229.481	15,7	12,9	(18,1)	(9,7)
Mato Grosso	1.976.580	2.284.756	279.844	272.261	14,2	11,9	(15,8)	(2,7)
Goiás	4.012.132	4.472.175	519.614	498.241	13,0	11,1	(14,0)	(4,1)
Distrito Federal	1.687.570	1.965,796	128.582	108.391	7,6	5,5	(27,6)	(15,7)

Fonte: PNAD/IBGE Elaboração: IPEA

Mato Grosso do Sul foi um dos cinco estados brasileiros em que a taxa de analfabetismo cresceu de 2004 a 2009. Os dados foram divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada



pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também houve aumento no número de não-lettrados em Mato Grosso, Rondônia, Acre e Santa Catarina.

Em 2004, eram 153.865 moradores de Mato Grosso do Sul analfabetos. Em 2009, a quantidade subiu para 155.005, uma variação de 0,7%. Na avaliação proporcional da população, 8,7% dos sul-mato-grossenses não sabem ler e escrever, o que faz com que o Estado ocupe a 13ª posição em relação às demais unidades da federação.

Amapá é o Estado com menor índice, 2,8%, seguido do Distrito Federal (3,4%), Rio de Janeiro (4%), Rio Grande do Sul (4,6%), São Paulo (4,7%) e Santa Catarina (4,9%).

Em geral, no País, a taxa caiu 7% e está em 9,7%, índice considerado alto pelo Ipea, maior que de países como Equador, Chile e Argentina. Há grandes diferenças entre a população urbana e rural (4,4% contra 22,8%), branca e negra (5,9% contra 13,4%), e das regiões Sul e Sudeste (5,5% contra 18,7%).

Configura-se no contexto educacional de Mato Grosso do Sul um crescente contingente de Jovens e Adultos, trabalhadores que buscam a escolarização, nas etapas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como recurso para a promoção de sua ascensão intelectual, social, salarial e de qualidade de vida.

A busca pela ampliação do atendimento à escolarização da população jovem, adulta e idosa pelos sistemas estaduais se vincula às conquistas legais referendadas pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, na qual a Educação de Jovens e Adultos passou a ser reconhecida como modalidade específica da Educação Básica, no conjunto das políticas educacionais brasileiras, estabelecendo-se o direito à educação gratuita para todos os indivíduos, inclusive aos que a ela não tiveram acesso na denominada idade própria.

As transformações políticas, econômicas, sociais e culturais da sociedade brasileira nos últimos anos, as contribuições de pesquisadores em educação, o perfil dos estudantes jovens, adultos e idosos, assim como os diagnósticos e as considerações das escolas, da Secretaria de Estado de Educação e do Fórum de Educação de Jovens e Adultos (FEJA) no Estado de Mato Grosso do Sul desencadearam reflexões por parte dos envolvidos com esta modalidade educacional.

A importância de que todos tenham acesso à educação formal, mesmo que tardiamente, é uma preocupação do Estado de Mato Grosso do Sul, e para isso é importante refletir as necessidades instrutivas para uma nação como o Brasil, ou mesmo no âmbito do Estado, ambos com uma diversidade étnico-cultural e sócio-econômica tão abrangente, revelando-nos a complexidade das conjunturas educacionais envolvidas nesse processo.

4 - Metas para a EJA no Estado de Mato Grosso do Sul

Segundo o Censo Demográfico realizado pelo IBGE/PNAD a taxa do analfabetismo, é representada pelos seguintes dados de seu quadro situacional:

A) Pessoas com 15 anos ou mais de idade:

Ano	População	População Analfabeta	Taxa de Analfabetismo	Alfabetizando Cadastrados no Brasil Alfabetizado	Percentual de Atendimento
2004	1.615.727	153.865	9,52%	Sem informação da fonte	Sem informação da fonte
2005	1.665.734	150.933	9,06%	36.804	24,38%
2006	1.690.946	143.060	8,46%	41.297	28,87%
2007	1.739.873	145.062	8,34%	10.957	7,55%
2008	1.747.598	141.966	8,12%	17.570	12,38%

Sítio do FNDE <http://www.fnde.gov.br>

B) Pessoas com 15 anos ou mais de idade

Ano	População	População sem Ensino Fundamental Completo	Percentual na Faixa Etária
2004	1.615.727	893.487	55,30%
2005	1.665.734	909.094	54,58%
2006	1.690.946	867.269	51,29%
2007	1.739.873	877.383	50,43%
2008	1.747.598	841.867	48,17%

Sítio do FNDE <http://www.fnde.gov.br>

C) Pessoas com 17 anos ou mais de idade

Ano	População	População Sem Ensino Médio Completo	Percentual Na Faixa Etária
2004	1.517.370	1.076.821	70,97%
2005	1.577.224	1.110.383	70,40%
2006	1.598.846	1.090.763	68,22%
2007	1.649.666	1.094.006	66,32%
2008	1.656.075	1.067.616	64,47%

Sítio do FNDE <http://www.fnde.gov.br>

Matriculas em cursos presenciais em EJA

A) Matrículas da EJA no Estado de Mato Grosso do Sul

Ano	Todos os Níveis	Fundamental	Fundamental Anos Iniciais	Fundamental Anos Finais	Médio
2004	56.999	41.544	12.948	28.596	15.455
2005	65.240	43.452	10.968	32.484	21.788
2006	70.484	45.406	11.216	34.190	25.078
2007	73.449	44.494	9.533	34.961	28.955



2008	77.422	47.932	10.417	37.515	29.490
------	--------	--------	--------	--------	--------

Sítio do FNDE <http://www.fnde.gov.br>

B) Matrículas da EJA em Mato Grosso do Sul nas redes/ municipais e Estadual

Ano	Todos os Níveis		Fundamental		Fundamental Anos Iniciais		Fundamental Anos Finais		Médio	
	EST.	MUN.	EST.	MUN.	EST.	MUN.	EST.	MUN.	EST.	MUN.
2004	45.675	11.324	30.490	11.054	8.04	4.90	22.448	6.148	15.18	270
2005	54.728	10.512	33.238	10.214	7.02	3.94	26.218	6.266	21.49	298
2006	59.128	11.356	34.380	11.026	6.82	4.39	27.557	6.633	24.74	330
2007	62.425	11.024	34.041	10.453	5.68	3.85	28.359	6.602	28.38	571
2008	62.258	15.164	33.354	14.578	5.78	4.63	27.572	9.943	28.90	586

Sítio do FNDE <http://www.fnde.gov.br>

Quantitativos de atendimento da educação de jovens e adultos em Mato Grosso do Sul

Descrição	Ensino	Ensino Médio
Número de municípios com EJA	74	
Quantidade de salas	533	530
Quantidade de alunos	18.627	19.496
Quantidades de escolas no MS	177	158

Fonte: Secretaria de Estado de Educação/MS

Atendimento do Programa Brasil Alfabetizado em Mato Grosso do Sul

Descrição	Quantidade
Municípios	46
Alfabetizadores	482
Coordenadores de Turmas	60
Alfabetizandos	9.140
Turmas	546

Fonte: Secretaria de Estado de Educação/MS

Quantidade de matrículas efetivadas no PROEJA

Com o Programa Brasil Profissionalizado, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul oferta os seguintes cursos técnicos de nível médio / PROEJA:

Curso Técnico	Município
Manutenção e Suporte em Informática	Campo Grande
Eletrônica	Dourados
Eletrotécnica	Maracaju
Açúcar e Alcool	Naviraí
Marketing	Nova Andradina
Informática	Paranaíba

Fonte: Secretaria de Estado de Educação/MS

Diante dos quadros apresentados, este projeto propõe ações e estratégias que visam o fortalecimento da Alfabetização e Educação de Jovens, Adultos e Idosos em MS. Para tanto como membro do Fórum Estadual da Educação de Jovens e Adultos de Mato Grosso do Sul e como da Agenda Territorial, elaborei este plano, com necessária parceria do MEC no financiamento das ações e estratégias propostas, para que as mesmas sejam executadas.

Metas são resultados previstos quantificados e delimitados no tempo, propostas a partir de diagnósticas e diretrizes para uma área específica.

De acordo com as tabelas acima podemos apresentar algumas causas das dificuldades enfrentadas na EJA em Mato Grosso do Sul:

A proposta em questão deverá acontecer em médio prazo.

5-

Município	Escola	Curso	Quantidade de alunos matriculados		
			2008	2009	2010
Campo Grande	Escola Estadual Padre João Greiner	Comércio	-	56	45
	Centro de Educação Profissional Ezequiel Ferreira Lima	Eletrônica	60	131	35
		Eventos	30	44	35

Estratégias de ação

PROBLEMAS	CAUSAS PROVÁVEIS	MEDIDAS
-----------	------------------	---------



Baixo desempenho da aprendizagem do aluno da EJA	<p>- situação de vulnerabilidade pessoal, econômica e social que envolve os sujeitos da EJA, acarretando baixa frequência às turmas de EJA e consequentemente dificuldades na aprendizagem.</p> <p>- Formação inicial dos professores sem os conteúdos específicos que atenda a diversidade apresentada nas turmas de EJA.</p>	<p>- Propor ações que possibilitem aos sujeitos da EJA sanar suas dificuldades na aprendizagem. Tais como:</p> <ul style="list-style-type: none">• Palestras sobre as necessidades imediatas das comunidades onde vivem os sujeitos da EJA;• Seminários com temas relacionados aos interesses dos sujeitos da EJA como: trabalho, moradia, saúde, educação, escolaridade, entre outros. <p>- Estabelecer parcerias com as universidades e agências formadoras à oferta de cursos de Formação Continuada aos professores de EJA/MS.</p>
Alto índice de evasão e reprovação na EJA.	<p>- Metodologia e conteúdos inadequados para o atendimento à modalidade EJA.</p>	<p>- Propor ações que possibilitem o ingresso, permanência e sucesso dos estudantes nos cursos de EJA.</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração, de referencial curricular para EJA;• Sensibilização dos gestores municipais no compromisso do atendimento na alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos bem como na oferta da EJA Fundamental.
Altos índices de analfabetismo nas populações extremamente vulneráveis.	<p>- Falta de oferta de programas de alfabetização para população específica.</p>	<p>- Aumentar a mobilização de recursos estaduais e federais para populações vulneráveis: mulheres, povos indígenas, pessoas privadas de liberdade, com foco geral nas populações rurais.</p> <p>- Mobilizar os gestores municipais, através da Agenda Territorial e do Fórum da EJA para realização de programas de alfabetização com maior escala, cobertura</p>



		<p>e qualidade para garantir que as pessoas alcancem uma alfabetização sustentável, em parceria com os programas de economia solidária existentes no estado.</p> <p>- Promover parcerias intersetoriais e articuladas para desenvolver programas de alfabetização com diferentes instâncias da sociedade civil (movimentos sociais, sistema S, ONG's, entre outros, ampliando o atendimento a população não alfabetizada.</p>
--	--	---

6- Considerações Finais

No Brasil, a educação, como direito de todos, é garantida na Constituição Federal de 1988, reafirmada na Emenda Constitucional n. 59/2009, e:

- no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990);
- na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996);
- nas Resoluções do Conselho Nacional de Educação;
- no Plano Nacional de Educação (2001);
- na instalação, no MEC, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD (2003);
- na inclusão da EJA no sistema oficial de financiamento da educação básica, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (2006).

Entretanto, apesar de todo esse avanço histórico de políticas de Educação de Jovens e Adultos, é necessário reconhecer que ainda é grande o número de pessoas não alfabetizadas e que não chegaram a concluir o ensino fundamental e médio.

Isso implica em reconhecer que a Educação de Jovens e Adultos permite que indivíduos, especialmente as mulheres possam enfrentar múltiplas crises sociais, econômicas e políticas, representando um componente significativo do processo de aprendizagem ao longo da vida.



Dado os desafios que são impostos no oferecimento da alfabetização, bem como a continuidade da escolarização para jovens e adultos, é importante o envolvimento de todos os setores do Governo Federal, Estadual e Municipal, Sociedade Civil, Fórum e Movimentos Sociais na garantia e acompanhamento da oferta dessa modalidade de ensino.

O diálogo construtivo amplia horizontes e oferece oportunidades excepcionais para exposição, discussão e divulgação para as ações voltadas a Educação de Jovens e Adultos. Esse espaço se configura em um momento próprio para se estabelecerem diálogos dos mais diversos e eficientes, que contribuam para o aperfeiçoamento das ofertas educacionais voltadas para esses segmentos da sociedade.

7- Referências

BRASIL. **Lei nº 9394. Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**, Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para educação de Jovens e Adultos**, 2002

_____. PNAD - **Pesquisa efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no [IBGE] em 1988** - publicada no ano de 1990.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. **Educação e Aprendizagem para todos: Olhares dos cinco continentes**. Educação Universal I. Ministério de Educação II. UNESCO.

_____, LEI 5692, de 11/08/71 IN **Comparativo da Lei N° 9394 de 20/12/96 (LEI de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) com as LEIS 4024 de 20/12/61 e 5692 de 11/08/71**. Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo.

_____. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)/Ministério de Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.



CNE. Resolução CNE/CES 1/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, de 2001.

CARVALHO, Maria Cecília M. de. **Metodologia Científica Fundamentos e Técnicas, Construindo um Saber**. 19^a ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. **Política e Educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, Vera M. **Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa**. In: *Educação & Sociedade*, ano XVIII, nº 60, dez. 97.

Dados de identificação do(s) proponente(s):

1.1- Estado: Estado do Pará

1.2- Nome(s): Rafaela Dias Pires

1.3- Gestora estadual de Alfabetização, participante do fórum Estadual de EJA, e membro da Agenda Territorial de EJA e integrante do comitê da SEDUC.

1.3- Informações para contato:

91-81752835-91-92643971

2- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital**TEMA:****A interface das três esferas do poder na construção do desenvolvimento de uma nova proposta para Alfabetização integrada a EJA com Concepção Inter setorial.**

Este projeto é uma ação de intervenção direcionada a Alfabetização de Jovens e Adultos, que se encontram em processo de implantação nos diversos municípios do Estado do Pará, pelo fato de existirem adultos analfabetos e não haver compromissos das políticas públicas, sendo assim marginalizados de seus direitos mais elementares. Sabemos que o domínio das habilidades cognitivas, leitura e escrita e um direito de todos o que propomos aqui e a garantia deste direito na construção da cidadania.

É comum se falar de “sociedade do conhecimento”, mas é menos comum se reconhecer que a geração, a transmissão e a transformação do conhecimento dependem quase sempre da escrita, seja em papel, na tela do computador, seja no celular. Sem a habilidade de ler e escrever, as pessoas são excluídas do acesso a esses círculos de conhecimento, e mesmo da informação mais básica de que podem necessitar em seu cotidiano. A leitura e a escrita são uma parte essencial da abordagem aos grandes desafios globais. As oportunidades de educação e aquisição de novas habilidades exigem a habilidade de ler e escrever.

Ser alfabetizado não significa somente saber ler e escrever. Ser alfabetizado significa ler e entender e, entender a si mesmo e os outros. Significa ter capacidade de questionar com fundamento e discernimento. Somente saber ler e escrever não nos dá autonomia e nem segurança quanto ao nosso entendimento das coisas de um modo geral.

Na história recente do país, em que a prioridade da política educacional foi universalizar o acesso à escola na infância e adolescência, a escassez de recursos financeiros representou um claro limite para que os poderes públicos cumprissem seus compromissos na garantia do direito dos jovens e adultos à educação.

Por muito tempo, relegada a um plano secundário, sem ser prioridade nas políticas da área, a educação de jovens e adultos vem saindo da marginalidade da escola noturna para se colocar como um importante campo de estudos e de atuação, tanto por parte de seus sujeitos, alunos e professores, quanto pelas estratégias de desenvolvimento e modernização.

Atualmente no nosso país, encontramos milhões de jovens e adultos que não tiveram como se escolarizar durante a infância e adolescência. Conhecer quem são estas pessoas, onde estão, como vivem, o que sabem, que sentido conferem à leitura e à escrita, o que querem aprender é condição para delinear programas compatíveis e viáveis a quem essa educação é de direito.

Os jovens e adultos, submetidos a uma sociedade excludente e opressiva, exigem da escola uma orientação curricular que valorize as experiências, vivências e produções dos alunos, prevendo, dialeticamente, oportunidades de enriquecimento social e cultural que, incorporados em seu cotidiano, ampliam sua percepção do mundo do trabalho e de seu contexto social.

O Brasil possui uma firme base legal para EJA como instrução equivalente com importantes dimensões, inclusive a obrigação dos Estados e Municípios de oferecerem EJA gratuitamente dentro de seus sistemas educativos e de respeitarem as especificidades da modalidade.

O aumento e o ímpeto das políticas públicas de alfabetização e educação escolar de jovens e adultos são fortemente condicionados pelo financiamento atribuído a essa modalidade de ensino. A oferta reduzida e a precária qualidade da educação de jovens e adultos no Brasil podem ser explicadas, em grande parte, pelo fato de que em nenhum momento da história da educação do país a modalidade recebeu aporte financeiro expressivo, mesmo que em alguns períodos as políticas para o setor tenham se beneficiado de recursos vinculados ou fonte própria de financiamento.

A construção de uma educação pública de qualidade, entendida como direito ao longo da vida, é um desafio de todos e todas, seja como educador (a), como técnico (a), como coordenador (a) de turmas, como gestor (a), como participantes de fórum. Desafio que traz a necessidade de mapear a situação do analfabetismo numa tentativa de superar com responsabilidade esse problema que é histórico, ou seja, milhares de pessoas jovens, adultas e idosas, que não se encontram alfabetizadas.

O analfabetismo, no Brasil, é marcado pela desigualdade regional, pobreza, condição econômica, preconceito, entre outros. O norte e nordeste brasileiros contêm a maior taxa de analfabetismo, atingindo aproximadamente 50% do total de analfabetos do país. Mais especificamente, o Estado do Pará possui elevada taxa de analfabetismo. O analfabetismo no Estado é apenas consequência das mazelas sociais que desafiam o tempo e os esforços governamentais para combatê-las. Assim esta proposta de integração que propõem a seguir da integração das esferas

governamentais junto com a sociedade civil organizada todos juntos para a superação do analfabetismo integrado a EJA.

Segundo o Ministério da Educação, o Pará tem cerca de um milhão de analfabetos entre a população de 10 anos ou mais de idade. O número representa 10,09% da população do Estado, percentual acima da média nacional, que é 9,2%. Os dados são da PNAD 2008 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Nas faixas etárias mais altas, os índices de analfabetismo assumem valores mais preocupantes, dado que revela a importância dos investimentos na educação de jovens e adultos. Entre os anos de 2007 e 2008 houve uma melhora do indicador para duas das faixas etárias consideradas, mas percebe-se um discreto aumento do indicador na faixa etária de 15 anos ou mais (passou de 11,7% para 11,9%) e de 40 a 59 anos (16,3% em 2007 para 16,8% em 2008).

Para aqueles que não puderam concluir a educação básica ou reter as habilidades obtidas na escola, as oportunidades não formais de aprendizagem oferecem programas de alfabetização adaptados as suas necessidades específicas.

Os programas de alfabetização de jovens e adultos, sua organização e funcionamento, seus conteúdos e abordagens metodológicas devem estar fundamentados nas necessidades das pessoas que dela tomam parte. Embora esses sujeitos não tenham o domínio da leitura e da escrita, jovens e adultos não alfabetizados vivem em um mundo globalizado regido pela linguagem escrita e, para conviver com variadas situações em que essa linguagem está presente em seu dia-a-dia, criam formas alternativas.

Há muitas maneiras de aprender a ler e escrever, na escola, em programas não formais para jovens e adultos, ou informalmente, sem nenhuma instrução estruturada. A alfabetização pode ocorrer sozinha, ser parte de um pacote de competências básicas ou ser um elemento de programas que ensinam outros conhecimentos ou habilidades.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é a modalidade de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica em idade apropriada por qualquer motivo (entre os quais é frequente a menção da necessidade de trabalho e participação na renda familiar desde a infância). No início dos anos 90, o segmento da EJA passou a incluir também as classes de alfabetização inicial.

O segmento é regulamentado pelo artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (a LDB, ou lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996). É um dos segmentos da Educação Básica que recebe repasse de verbas do Fundeb.

A Constituição Federal de 1988 garante o direito de todos os cidadãos à educação e afirma a obrigação do Estado de prover educação primária gratuita para quem não tivesse acesso à escolarização na idade que se descreve como correta. Oito anos mais tarde, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aboliu a antiga distinção entre os dois subsistemas de educação formal regular e o que se conhecia como educação complementar (educação de adultos). O resultado foi que a educação de jovens e adultos foi integrada organicamente ao sistema formal como uma modalidade de educação básica. Embora a lei estabelecesse que a educação oferecida a jovens e adultos deveria levar em conta características, interesses, condições de vida e de trabalho dos estudantes (Artigo 37), aqueles que se matricularam nessas classes oferecidas pelos sistemas educativos estaduais e municipais estão incluídos no censo escolar oficial anual (Censo Escolar).

Até o final de 2006, esses cursos foram financiados pelos governos estaduais e municipais, com algum apoio financeiro e técnico do governo federal mediante um programa conhecido como Fazendo Escola. Após a extinção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) em 2006, do qual a EJA havia sido excluída explicitamente, e sua substituição pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) em 2007, que inclui financiamento automático permanente para a educação de jovens e adultos, este tipo de equivalência escolar terá finalmente, e por primeira vez, uma fonte estável de financiamento.

Em termos conceituais, toda a legislação recente, desde a nova Constituição Federal de 1988, faz referência à “educação de jovens e adultos”, entendendo por “jovens e adultos” não todas as pessoas jovens e adultas, mas especificamente aquelas que não tiveram acesso à escolarização formal ou que, por diversas razões, não concluíram pelo menos o ensino primário. Embora a legislação se refira mais especificamente à provisão mais flexível aos sistemas estaduais e municipais e outros provedores.

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172, sancionada em janeiro de 2001, estabeleceu que a primeira meta da educação de jovens e adultos era implementar programas de alfabetização visando atender milhões de pessoas adultas e superar o analfabetismo até o fim da década (2010). Também estabelece metas para a conclusão de dois segmentos que conformam a educação primária por parte dessas pessoas jovens e adultas excluídas até esse momento da educação regular.

Portanto, cabe abordar a concepção ampliada de educação de jovens e adultos, que entende educação pública e gratuita como direito universal de aprender, de ampliar e partilhar conhecimentos e saberes acumulados ao longo da vida, e não apenas de se escolarizar. Em outras

palavras, os educandos passam a maior parte de suas vidas na condição de aprendizes e, portanto, muitas são as situações de aprendizado que vivenciam em seus percursos formativos.

A educação de jovens e adultos assume uma dimensão mais ampla do que a modalidade proposta pelas legislações educacionais, objetiva tratar a educação, deste ser humano, que sempre viveu num contexto de exclusão social, como um todo e não apenas lhe oferecer uma educação compensatória e discriminada face aos outros níveis. A EJA assume a função de conquistar a dignidade do ser humano, apropriando-se de instrumentais de reflexão, crítica e construção de uma sociedade e escola inclusivas.

No Brasil, o campo consolidou-se com influência das idéias do educador Paulo Freire e em forte relação com o movimento de educação popular.

Sabe-se que a educação é o instrumento que vai permitir às pessoas buscarem uma melhoria de vida, capacitando-se para competir no mercado de trabalho bem como reconhecer seus direitos. Para que aumentem as possibilidades individuais de educação, e para que se tornem universais, é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá pela mudança de valoração atribuída ao trabalho.

Quando o trabalho manual deixar de ser um estigma e se converter em simples diferenciação do trabalho social geral, a educação institucionalizada perderá o caráter de privilégio e será um direito concretamente igual para todos (Pinto, 2000).

A educação é um instrumento que permite mudança na vida de todas as pessoas, independentemente da idade ou classe social. Estudar pode não resolver todos os problemas sociais, nem acabar com a injustiça social, mas é o meio pelo qual a pessoa pode reescrever sua própria história.

É um dos modos do pensar social, porém se expressa pela consciência dos indivíduos que se ocupam desta questão, que são indivíduos vivos, dotados de condições materiais e intelectuais, com interesses confessados e implícitos, com desejos e intenções, etc. (Pinto, 2000).

Embora haja, ainda, muito preconceito em relação a EJA é inegável o benefício que essa modalidade de ensino tem prestado às pessoas que não puderam estudar na época apropriada.

Durante anos vivemos num contexto político educacional marcado pela ausência de políticas públicas para a alfabetização e EJA. Entretanto, desde 2003, o Governo Federal realiza o Programa Brasil Alfabetizado - PBA, em parceria com os Estados, Municípios, sociedade civil, na perspectiva da superação do analfabetismo no país. É uma tentativa de resgate da cidadania,

elevação da escolaridade e continuidade dos estudos na EJA. Nesse caso, a SEDUC-PA desde 2007, aceitou esse desafio de alavancar a educação no Estado.

O compromisso de acelerar a redução da desigualdade dá o tom do ritmo do trabalho e traça uma linha condutora entre os Programas de alfabetização e políticas de EJA. Educação para jovens e adultos que não foram escolarizados na idade adequada.

O Governo do Estado do Pará por meio da Secretaria de Estado de Educação em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, do Ministério da Educação – MEC e do Programa Brasil Alfabetizado – PBA vem somando forças com os municípios, assumindo o compromisso na incansável luta de superação do analfabetismo no Estado. Tentativa esta de inverter a situação excludente de negação ao acesso a educação de paraenses com idade superior a 15 anos de idade. Um instrumento de desenvolvimento econômico e social e como fator de inclusão social.

Nesse cenário nasce o MOVA PARÁ ALFABETIZADO, resultado de um esforço colaborativo dos diferentes atores que fazem a educação no Pará, segundo princípios da gestão democrática que consolidem uma dinâmica de participação intensa, envolvendo diversos segmentos das comunidades educacionais e da sociedade civil, no processo de busca da superação do analfabetismo.

O movimento de alfabetização do Pará é uma ação de alfabetização para a cidadania desenvolvida pela Secretaria de Estado de Educação em parceria com o Governo Federal e setores da Sociedade Civil, num amplo movimento para a superação do analfabetismo no Estado do Pará. É um programa que objetiva reduzir o número de analfabetismo, por meio de ofertas de turmas de alfabetização de jovens e adultos, nos municípios do Estado do Pará.

O MOVA PARÁ ALFABETIZADO estabelece relação dialógica com os movimentos sociais, os sindicatos, as Secretarias Municipais de Educação, os Fóruns e os diversos segmentos da sociedade civil, constituindo-se em um movimento educacional, no qual as experiências acumuladas pelos educandos são socializadas e os conhecimentos apropriados possibilitam uma leitura crítica da realidade.

O interesse em pesquisar esse tema surgiu devido fazer parte de meu trabalho enquanto Técnica em Educação na Secretaria de Estado de Educação do Pará. Desde que comecei a trabalhar na SEDUC, fui lotada na coordenação de educação de jovens e adultos, trabalhei como coordenadora pedagógica de um projeto entre a SEDUC e a Fundação da Criança e do Adolescente do Pará-FUNCAP, que escolarizava adolescentes em cumprimento de medidas sócio-educativas. Em seguida, fui trabalhar no Programa Mova Pará Alfabetizado e foi então que decidi me dedicar mais a esse trabalho que é grandioso e requer muito compromisso, pois atende vários municípios do Estado do Pará.

Acreditamos que o estudo se torna mais valioso quando se pesquisa algo que está próximo de nossa realidade. Vivenciava-se o dia-a-dia do programa dentro da Secretaria. Nesta, o trabalho era mais verificação de relatórios por parte dos coordenadores de turmas, atendimento dos mesmos sobre dúvidas em relação à prática pedagógica do programa e a cada mês, dois ou três dias de formação inicial ou continuada com os alfabetizadores e coordenadores do programa.

Tivemos a curiosidade de observar e ir a campo onde verdadeiramente acontece o processo da alfabetização que são nos espaços de alfabetização (que não se restringem somente à escola, podem acontecer em salão paroquial, na casa do alfabetizador, centros comunitários, presídios, em comunidades quilombolas, indígenas e outros.

Partindo do entendimento dessa realidade, tive como objetivos: verificar qual é a finalidade do Programa Mova Pará Alfabetizado, quais atividades educacionais são desenvolvidas e se há coerência dessas ações educativas. Surgiram assim alguns questionamentos como: quais são os objetivos do Programa Mova Pará Alfabetizado? Que ações são desenvolvidas, pelo programa, relativas à educação e resgate da cidadania para os alfabetizandos? E se as ações educativas são coerentes com a proposição do programa? No que diz respeito às ações desenvolvidas pela SEDUC e a responsabilidade dos municípios para com a superação do analfabetismo.

O MOVA PARÁ ALFABETIZADO é um Programa do Governo do Estado do Pará em parceria com o Governo Federal que objetiva reduzir o número de analfabetismo por meio de ofertas de turmas de alfabetização de jovens, adultos e idosos, nos municípios do Estado.

Esse Programa de alfabetização de adultos faz parte de um Projeto mais amplo denominado Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação. Este existe desde 2003, quando o Governo Federal convidou os Estados e Municípios a assumir o compromisso da tentativa de superação do analfabetismo no país. No Pará, somente em 2007 essa luta foi aceita. Desde então, todo ano, mobiliza-se alfabetizadores e coordenadores de turmas, alfabetizandos e sociedade civil a participarem do Programa.

Em 2010, a Secretaria de Estado de Educação foi responsável pela execução do Programa, da adesão 2009 que aconteceu no corrente ano, em 85 municípios do Pará, com um total de 3.318 professores denominados de alfabetizadores; 411 coordenadores de turma (que assessoram os alfabetizadores) e 57.295 alunos denominados de alfabetizandos.

Além da tentativa de redução do analfabetismo no Estado, cabe ao ente Executor do Programa, a SEDUC-PA, cumprir com algumas orientações de execução do programa como: organização de Formações Inicial e Continuadas para os beneficiários do Programa, que são os alfabetizadores e coordenadores de turma; aquisição de material didático-pedagógico necessários para a realização das atividades de alfabetização; compra e distribuição de merenda para todos os alfabetizandos cadastrados; reprodução do material dos testes cognitivos de entrada e saída dos

alfabetizando (instrumentos elaborados com o objetivo de verificação do nível de aprendizagem dos alfabetizados), quando necessário, e viabilização de transporte escolar para os alunos.

Constituem seus princípios norteadores, a *educação para todos*, visando à inclusão educacional de segmentos da população amazônica que não tiveram acesso à escolarização básica e o respeito às diferenças individuais e culturais.

Assim, os jovens, os adultos, os idosos, as pessoas com necessidades especiais, os remanescentes de quilombolas, os pescadores, os indígenas, pessoas que estão em cárcere, jovens em situação de cumprimento de medidas sócio-educativas, entre outros, são os sujeitos a quem se destina o MOVA-PARÁ.

Diversos, também, são os espaços alfabetizadores: centros comunitários, escolas públicas, casas de alfabetizadores, assentamentos, aldeias indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, instituições como SUSIPE, FUNCAP, entre outras.

a) Análise EM Construção

- Desenvolva reflexões sobre alguns dos desafios colocados para a EJA: alfabetização e continuidade de estudos, articulação da oferta da EJA e educação profissional, formação docente, fontes de financiamento, intersetorialidade e qualidade da formação docente.
- Indique fontes de pesquisa sobre demanda de EJA, fontes de pesquisa sobre programas setoriais e fontes de pesquisa sobre base normativa para a EJA.

b) Estratégias para atualização do diagnóstico na perspectiva da intersetorialidade.

Na análise dos documentos que orientam as atividades do Programa Mova Pará Alfabetizado, a Resolução FNDE/CD nº 12 de 03 de abril de 2009 e o Plano Plurianual de Alfabetização, foi possível verificar a abrangência do programa e o objetivo geral que é a redução do analfabetismo nos Estados e Municípios, especificamente no Estado do Pará, por meio de oferta de turmas de alfabetização de jovens e adultos, como também o resgate da auto-estima e da cidadania de muitos jovens, adultos e idosos.

Foram verificados também os objetivos específicos, que segundo o programa são direcionados para as seguintes áreas de atuação: educação, saúde, assistência social, agricultura familiar, territórios da cidadania, cultura e lazer e outros órgãos do governo.

Faço abaixo um resumo dos objetivos que constam na Resolução do programa.

Na área da Educação, os objetivos são:

Assegurar o direito a educação. Efetivar a alfabetização de jovens e adultos, para o desenvolvimento de sua auto-estima e senso crítico. Possibilitar Formações Inicial e Continuadas para os alfabetizadores e coordenadores de turmas, no desejo de qualificação do trabalho dos mesmos, respeitando as especificidades e necessidades de cada município.

Na área da saúde, os objetivos são:

Em parceria com as Secretarias Municipais de Saúde visando à utilização dos agentes comunitários de saúde como sujeitos mobilizadores dos jovens e adultos não alfabetizados; o Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) para incrementar a capacidade de localização dos jovens e adultos não alfabetizados. A efetividade do Projeto Olhar Brasil, para realização de exames oftalmológicos aos alfabetizando com problemas visuais (erros de refração que impliquem necessidade de uso de óculos, recursos ópticos especiais e demais casos que demandem intervenções de média e alta complexidade em Oftalmologia), para fornecimento de óculos e de recursos ópticos especiais e, quando for o caso, para encaminhamento para tratamento oftalmológico; e posterior aquisição gratuita de óculos.

Na área da Assistência social, os objetivos são:

Com o gestor do Programa Bolsa Família, incrementar a capacidade de localização dos jovens e adultos não alfabetizados utilizando os dados do Cadastro Único, para a emissão de documentação civil básica. Estimular a participação política das famílias dos beneficiários do programa; Possibilitar a educação profissional aos adultos que participam do Programa, por meio de parcerias com empresas privadas, ONG's. Mudança da carteira de identidade (o alfabetizando é estimulado a escrever o nome no RG).

Na área da agricultura familiar, os objetivos são:

A utilização dos extensionistas como sujeitos mobilizadores dos jovens e adultos não alfabetizados. Valorização do trabalho das famílias rurais, priorizando que uma porcentagem da compra dos gêneros alimentícios, da merenda dos alfabetizando seja aquela produzida pelos trabalhadores rurais.

Na área dos Territórios da Cidadania, os objetivos são:

Busca da superação da pobreza através da geração de trabalho e renda no meio rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Na área de outros órgãos do governo:

Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca: contemplar o projeto de alfabetização de pescadores artesanais e trabalhadores da pesca, “Pescando Letras”; divulgar os cadastros dos pescadores não alfabetizados beneficiários do seguro defeso para as Secretarias Municipais e Secretarias Estaduais de Educação, a fim de incluí-los no processo de mobilização para as ações de alfabetização de jovens e adultos.

Na área de cultura e lazer, os objetivos são:

Desencadear uma ação político-pedagógica e cultural envolvendo os participantes do Programa; Possibilitar ao público do programa o acesso ao acervo literário através da Coleção Literatura para Todos do MEC.

Após análise, entendo melhor a abrangência do programa, qual sua finalidade e os seus direcionamentos em relação ao que foi proposto no início do seu trabalho. A partir dessa análise documental, parti para entrevista com a alfabetizadora que participou do Programa Mova Pará Alfabetizado, que me esclareceu algumas inquietações a respeito desses objetivos que nortearam o programa.

Segundo a educadora, boa parte dos objetivos do projeto foi alcançada e outros não foram cumpridos, devido a fatores diversos, mas “os objetivos propostos foram perseguidos, principalmente, na área da educação, saúde, assistência social, cultura e lazer”, e que esse processo fez com que as pessoas atendidas pelo programa “se reconhecessem enquanto cidadãos dignos de seus direitos”.

A esse respeito, concordo que o projeto antevê a educação favorecendo o espírito crítico e a tomada de consciência do homem. Paiva (1987, p. 288) ainda esclarece que:

(...) o papel da educação seria, pois, propor para que o homem, ao invés de subordinar-se, fosse estimulado a ingressar nesse mundo inovado, redefinindo-o e aos seus papéis, criticando não apenas os seus próprios valores, mas também os novos valores introduzidos. Deveria ser portanto, uma educação no desenvolvimento e para o trabalho, e, preparação para o ingresso da população no processo político, através de suas organizações.

A saúde também foi uma das questões trabalhadas pelo programa. Mas no que diz respeito ao Projeto Olhar Brasil, a alfabetizadora e alguns alfabetizandos relatam que é um projeto de muita necessidade. Porém,.

Na área da assistência social houve um trabalho de informação sobre temas de interesse da turma, em que as famílias dos alfabetizandos também foram convidadas a participar. Foram viabilizados seminários, palestras, reuniões. Quatro alfabetizandos confirmaram que depois de três meses do início das aulas, trocaram o RG, agora com a assinatura do próprio nome, “nunca mais vou melar o dedo, agora eu assino o nome”.

Sobre esse resgate de cidadania, Subirats (2000, p. 196) complementa a idéia, de que “(...) a educação deve formar indivíduos capazes de buscar e manejar por sua conta os conhecimentos que lhes sejam necessários (...)”.

Baseadas nessas argumentações, compreendo que o alfabetizando deve ter autonomia na busca do conhecimento, porém orientado por um alfabetizador que assuma o compromisso do significado do processo ensino-aprendizagem.

Na área da cultura e lazer, a alfabetizadora nos relatou que “foi feito um processo de resgate da cultura, não só com os alunos, mas com a comunidade, trabalhando com histórias, contos populares, música, teatro e outras atividades que despertassem o interesse em buscar conhecimento”. Os educandos possuem infinitudes de saberes que devem ser respeitados. Freire (1996, p.33) afirma que “ensinar exige respeito aos educandos” e em relação à escola:

(...) não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público.

Assim, os motivos para que esses objetivos fossem alcançados surgiram do compromisso da gestão do programa e das parcerias com outras instituições, interessadas em possibilitar aplicação dos recursos direcionados para a alfabetização desses adultos, além da socialização dos diversos tipos de conhecimento. E do interesse dos beneficiários do Programa, coordenadores, alfabetizadores e alfabetizandos em buscarem seus direitos junto ao poder público. Muitos foram os problemas encontrados nessa adesão, mas o empenho dos envolvidos possibilitou ver resultados, não totais, porém significativos, segundo nos relataram os entrevistados.

4- Metas para a EJA no Estado ou Distrito Federal a:

- b) Fortalecer permanentemente as relações da 03 esferas que desenvolvem o programa de Alfabetização junto com a sociedade civil organizada curto prazo;
- c) Incentivar as relações participativas e respeitosas das instituições que fazem parte da comissão estadual de alfabetização e EJA; Curto Prazo:
- d) Promover canais de comunicação com o grupo de trabalho para assessoramento e Acompanhamento das ações da agenda Territorial;
- e) O programa tem ainda como objetivo “o encaminhamento para a Educação de Jovens e Adultos” visando à continuidade dos estudos dos alfabetizando, agora alfabetizados na 1ª etapa da EJA esta sendo garantidas pelo estado, prefeituras e governo federal quando possível por meio dos diversos projetos e programas.

5- Estratégias de ação

- Os processos educativos demandam relações flexíveis, prazerosas, de confiança e respeito, pautadas no sentido de alguma coisa, da liberdade, da autonomia, bem como relações que geram sentido para as esferas governamentais praticando o princípio do regime de colaboração, beneficiando os alfabetizando/ alfabetizador enquanto sujeitos que exercitam capacidades de trabalhar com as diferenças e as desigualdades postas na sociedade, no sentido de compreendê-las e buscar a sua superação. (PPALFA, 2009, p. 2);

- Tornar possível ao grupo o esclarecimento das relações causais e estruturas para planejar e gerar ações relevantes ao programa, contribuindo para a construção e consolidação no grupo de novas relações sociais assentadas na ética, solidariedade e compreensão mútuas. A participação deve imprimir no desenvolvimento individual dos atores, a valorização da expressão criadora, a compreensão sobre o outro, a valorização de novas formas de aprender com o coletivo. (PPALFA, 2009, p. 2);

- A Construção de interações culturais e educativas sólidas é necessário facilitar os processos de comunicação, intensificando o intercâmbio entre os grupos acolhendo no diálogo as experiências do cotidiano de cada um, utilizando sempre uma linguagem clara e explícita evitando mal entendidos e incompreensões. (PPALFA, 2009, p. 2)

Em relação ao MOVA-PARÁ as estratégias são:



A proposta pedagógica do MOVA-PARÁ centra-se nos princípios educacionais de Paulo Freire, destacando-se o diálogo e a problematização da realidade social, compreendendo-se que o ensino-aprendizagem deve partir dos conhecimentos prévios dos alunos (as), na busca de um verdadeiro exercício crítico e democrático.

O MOVA-PARÁ estabelece relação dialógica com os Movimentos Sociais, os Sindicatos, as Secretarias Municipais de Educação, os Fóruns e os diversos segmentos da sociedade civil, constituindo-se em um Movimento Educacional, no qual as experiências acumuladas pelos educandos são socializadas e os conhecimentos apropriados possibilitam uma leitura crítica da realidade.

A metodologia do MOVA-PARÁ tem seu ponto de partida na realidade social e cultural da população amazônica, compreendendo ser a cultura, a base de sustentação da metodologia alfabetizadora freireana. Os saberes e as práticas cotidianas de segmentos populares da Amazônia se dimensionam como cultural e devem ser trabalhados na práxis alfabetizadora.

A proposta pedagógica do MOVA-PARÁ apresenta uma diversidade de estratégias metodológicas visando possibilitar aos sujeitos serem críticos e terem autonomia no processo de ensino-aprendizagem. Entre as quais, destacam-se: debates, palestras, pesquisas, produção de textos, leitura compartilhada, leitura reflexiva de textos, interpretação de texto, aula expositiva dialogada, resolução de situações-problema, painéis de discussões, trabalho em grupo, confecção de jogos, oficinas de artes, jogos didáticos, passeios ecológicos, visitas a museus, bibliotecas, escolas, centros comunitários e outros espaços educativos, atividades com teatro, expressão corporal, música e pintura, entre outras.

O currículo é organizado de forma interdisciplinar a partir dos temas geradores oriundos do movimento dialético da práxis alfabetizadora. Assim, os alunos manejam referenciais teóricos, conceitos, procedimentos e habilidades de diferentes áreas do seu conhecimento para compreender e/ou solucionar as questões – problemas do seu cotidiano.

O currículo também está direcionado para as diferenças e as especificidades da população atendida. O calendário, então é diferenciado e direcionado à realidade da população da Amazônia Paraense.

A avaliação da aprendizagem no MOVA-PARÁ é processual e diagnóstica, considera as necessidades dos alunos e as diferentes dimensões de seu processo de aprendizagem, busca diferentes instrumentos que possibilitem ao educador perceber, no processo de aprendizagem os conhecimentos que os alunos trazem de suas experiências. Esses conhecimentos confrontam-se com os saberes sistematizados acumulados pela humanidade, proporcionando ao educando condições para recriar estes conhecimentos.

No processo de avaliação, o educador busca se apropriar da compreensão que o educando tem de determinada situação problema e de como relaciona os novos conhecimentos com os que já possuem, detectando assim as mudanças no seu conhecimento atual.

Um dos principais eixos do programa é a execução das formações inicial e/ou continuada dos alfabetizadores, coordenadores de turmas e intérpretes de libras. Pretende-se na formação inicial e continuada possibilitar o aperfeiçoamento das práticas educativas e a reflexão crítica sobre a educação de jovens e adultos, comprometida ética e politicamente com a luta pela superação da exclusão na sociedade amazônica e com a formação da pessoa humana, como indivíduo, cidadão e profissional, objetivando uma vivência social mais justa e solidária.

A principal característica do Programa Mova Pará é a possibilidade, através da educação, de impulsionar a cidadania e os direitos humanos, fortalecendo a sociedade civil e os movimentos sociais e populares e promovendo, ao mesmo tempo, emprego, renda e dignidade. Para além das letras e dos números, o Mova Pará visa garantir a oportunidade de reconstrução de destinos de centenas de paraenses.

6- Considerações Finais

Uma política de alfabetização abrangente é o ponto de partida para uma ação nacional efetiva. Políticas fortes e claras, além de estratégias, amparadas pela legislação e adequadamente financiadas, precisam apoiar as diversas oportunidades de alfabetização que os países oferecem a fim de atender as diversas necessidades de muitos grupos diferentes. Entretanto, apenas uma declaração de política no plano nacional de educação não garante a execução na ponta.

A elaboração de políticas e estratégias de alfabetização tem que começar com um processo da reflexão sobre o significado e o escopo da alfabetização.

Um bom programa de alfabetização deve ser relevante, acessível, útil e conduzir a resultados de aprendizagem que os participantes podem aplicar em suas vidas diárias.

A alfabetização de adultos é uma realidade multidimensional que requer a diversidade de enfoques e medidas e o desenvolvimento de entornos que a favoreçam. Ela deve ser vista como um processo regular e contínuo ao longo da vida, e ser mais do que um conjunto cognitivo de habilidades. Assim, o resultado é um estado permanente de alfabetização. As políticas precisam prever não apenas a aquisição de capacidades, mas também apoiar sua sustentabilidade. O problema da reincidência do analfabetismo é sério.

Sabe-se que para uma pessoa tornar-se de fato um usuário da escrita é preciso mais do que o conhecimento dos códigos, das letras e dos números. É preciso experimentar um amplo conjunto de situações nas quais a leitura e a escrita são necessárias. A pessoa alfabetizada é aquela

que aprendeu a lidar com textos diversos, que incorpora e faz uso da escrita em sua vida, de maneira adequada e frequente, que sabe como a escrita funciona e para que é usada.

Nesse sentido, os processos de aprendizagem devem focalizar as práticas culturais relacionadas à escrita e suas variadas modalidades de uso, para além daquelas de que tradicionalmente a escola se ocupou. O processo de alfabetização, nessa perspectiva, colabora para que as pessoas possam transitar com familiaridade entre diversas práticas sociais de uso da linguagem e saibam buscar conhecimentos e informações para continuar aprendendo ao longo da vida.

Como já foi dito, mas desejo reafirmar, a alfabetização é o primeiro passo na educação desses sujeitos, pois é preciso que haja movimentos para que continuem estudando, se escolarizando, refletindo seus saberes, intervindo na realidade em que vive, e construindo, dentro de si e a partir da sua nova condição conquistada, que lhes engrandece e enobrece enquanto sujeitos de dignidade e de direito, a certeza de que a sociedade pode ser transformada, e a classe trabalhadora ter acesso a todos os direitos que lhes são negados, basta que haja luta, educação e ação, para a libertação e transformação.

Quanto ao Programa Mova Pará Alfabetizado, considero que ele poderá atingir seus objetivos e metas, mas não na sua totalidade se não estiver comprometido e pactuado com as três esferas que são responsável logo este projeto de intervenção não quer criar nada e sim fortalecer o que este programa vem fazendo por meio da agenda territorial que é de somar e responsabilizar parceiros para superação do analfabetismo realizando o verdadeiro controle social. Houve a redução do analfabetismo no Pará, o fortalecimento da cidadania e a contribuição para a construção de políticas públicas integradas para a Educação de Jovens e Adultos. Porém, ainda tem muito a ser feito uma das metas que diagnostique que com ajuda dos municípios creio ser executores mais próximos e integrar ações das diversas secretarias por meio de palestras oficinas e acompanhamento por meio do sistema integrado que o programa Brasil Alfabetizado oferece por meio do Mapa do Brasil Alfabetizado ajuda na mobilização e até mesmo na da evasão e . Também a maioria dos alunos não quer mudar de professor. Quando eles sabem que na 1ª etapa de EJA, eles trocarão de professor, a resistência é significativa. Implica a não continuidade dos estudos. É visível a importância da alfabetização e da educação básica no processo de democratização do acesso à cultura, aos meios de comunicação e às novas tecnologias da informação e quando o município leva a flexibilidade do programa para a rede estadual ou municipal e esta proposta de intervenção vem pautada na integração de sala de aula (escola) e espaço de alfabetização devem estar integrados para que os alunos não sintam esta diferença e importante estado e municípios proporcionarem um período de adaptação da escola para receber os alunos oriundos da alfabetização e a comissão por meio do conselho estadual e municipal podem formar os gestores para melhor entendimento da

Legislação da EJA Mas essa é uma tarefa que não termina em si mesma. A superação do analfabetismo e a garantia da continuidade dos estudos para os jovens e adultos pouco ou não escolarizados precisam ser garantidas por uma política pública de Estado executada pelo governo federal.

O processo de organização do trabalho pedagógico realizados pelos municípios e estado devem procurar estar em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução do Programa PBA s nos divertimos muito”

Desde há muito, colocam-se nos movimentos sociais os fundamentos da educação popular, entendendo-se que a função principal dela é capacitar os indivíduos e os grupos a entender e criticar a realidade em que vivem e, em consequência, propor alternativas para sua transformação logo o projeto de intervenção segue a proposta do MOVA uma vez que este já vem realizando uma verdadeira proposta de intervenção junto com a Comissão da agenda territorial, Território da Cidadania, Fórum estadual de EJA, UNDIME, onde ainda tem que ter maior participação das Prefeituras.

Nos dias atuais, espera-se o mesmo da educação de jovens e adultos. Não apenas uma segunda oportunidade de escolarização, em termos do que se critica como uma “educação pobre para os pobres”, mas outras formas de educação que venham a instrumentalizar indivíduos e grupos para, dizendo novamente: entender e criticar a realidade em que vivem e, em consequência, propor alternativas para sua transformação. Não mais meras e repetitivas campanhas de alfabetização, nem ofertas facilitadas do ensino copiado do sistema regular, mas ações educativas que preparem para a vida, para uma nova vida, ao longo de toda a vida.

Enfim, mesmo diante de dificuldades e desafios, tratou-se de uma experiência rica, produtiva, por vezes conflituosa, mas de muita aprendizagem e superação. A trajetória percorrida deixou várias lições.

7- Referências

ALVES – MAZZOTTI, Alda Judith. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.

[ASSOLINI, Filomena Elaine](#). **Os (des) caminhos da alfabetização, do letramento e da leitura nas séries iniciais do ensino fundamental**. Ribeirão Preto: Centro Universitário Moura Lacerda, Plures-Humanidades v.1, n.1, p. 132-149 jan./dez. 2000.

BAGNO, Marcos. **Língua materna: letramento, variação e ensino**/ Marcos Bagno, Gilles Gagné, Michael Stubbs. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Estado e educação popular: Um estudo sobre a educação de adultos**. São Paulo, Livraria Pioneira editora, 1974.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.



BRASIL. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – **LDB** n.º. 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – **PNAD**. Brasília: IBGE, 2008.

_____. Plano Nacional de Educação – PNE Lei nº 10.172/01. Brasília: MEC, 2001.

_____. Resolução FNDE/CD nº 12 de 03 de abril de 2009 que estabelece orientações, critérios e procedimentos relativos à execução do Programa no exercício 2009. Brasília: MEC, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez: 2003.

FREIRE, Paulo. **Alfabetização: leitura do mundo leitura da palavra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**, Editora Cortez & Moraes, São Paulo, 1979.

_____. **Professora SIM tia NAO. Cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho D'água, 1993.

_____. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Medo e Ousadia**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

GONÇALVES, Francisca dos Santos. Concepção do ser-sujeito. In: GONÇALVES, Francisca dos Santos (org.): **Desafio à prática da cidadania**. Belo Horizonte: Imprensa Universitária/ UFMG, 1999.

KLEIMAN, Ângela B. **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1991.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2000.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. São Paulo: Editora Loyola, 1987.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11ª Edição. São Paulo. Cortez, 2000.

RODRIGUES, Luiz Dias. Como se conceitua a educação popular? In: NETO, José Francisco de melo e Scocuglia, Afonso Celso (orgs.). **Educação popular: outros caminhos**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 1999. 185 p.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. **Alfabetização: a ressignificação do conceito**. Alfabetização e Cidadania. Horizonte: Autêntica, 2003.

SUBIRATS, Marina. A educação no século XXI: a economia de uma educação moral. In: IMBERNÓN, Francisco. **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.



Curso de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA

PROPOSTA DE AÇÃO EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EJA

1 Dados de identificação da proponente:

Neura Maria Weber Maron

1.1 Estado: Paraná

1.2 Informações para contato:

neura.w@gmail.com

0(41) 88849-9964

0(41) 3018-1796

Obs.: Sou a única pessoa do Fórum Paranaense de EJA a fazer o curso. E após uma luta intensa em conseguir dados junto a alguns integrantes da Comissão Estadual da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e EJA do Paraná para concluir o presente trabalho, descobri que eu integro a comissão. Havia sido consultada para ser uma representante do fórum na comissão ampliada, antes de viajar para Brasília para fazer a parte presencial do curso. O encontro de EJA da Agenda, quando se deu a constituição da Comissão ampliada da Agenda, aconteceu justamente naquela semana. Meu nome foi apresentado na plenária e aprovado. Só que esqueceram de me comunicar o fato. Portanto, a feitura do presente trabalho final também serviu para atualizar informações entre os membros do Fórum e da Agenda.

2 Caracterização de espaços e movimentos de incidência em políticas públicas de EJA

2.1 A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Paraná

Até novembro de 2010 o Paraná teve apenas uma Comissão Provisória da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Nos **dias 10 e 11 de novembro**, nas dependências do CEEBJA realizou-se o 1º Encontro Estadual da

Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Paraná. Nesse evento discutiu-se os dados sobre EJA no estado, foram elencadas considerações sobre complementações necessárias, e proposições para as ações da Agenda e foi constituída a Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná/CEAEJA-PR e tratadas questões relativas ao regimento, iniciando-se a construção do plano de ação da agenda para o estado.

A Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos/CEAEJA-PR foi instituída no mês de dezembro de 2010 pela Resolução nº. 5108/2010. Conforme regimento, 22 representantes titulares e seus respectivos suplentes, distribuídos entre os seguintes segmentos: Segmento Poder Público: SEED – 3; Conselho Estadual de Educação – 1; Municípios representados pela UNDIME – 2; Conselho Municipal de Educação representados pela UNCME – 1; Instituições Públicas de Ensino Superior: Federais – 2; Estaduais – 2; Fórum Paranaense de EJA – 3; Sindicato dos Trabalhadores das Redes Públicas de Educação: 5; Movimentos Sociais – 2; Estudante de EJA indicado pela UPES – 1

As ações da Comissão e a definição das instituições componentes foram orientadas pelos seguintes princípios:

- f) A garantia do direito à educação aos grupos sociais dela excluídos.
- g) A Educação de Jovens e Adultos como política pública e não projeto.
- h) Oferta e manutenção da EJA, prioritariamente, pelo poder público.
- i) A ampliação qualitativa e significativa do atendimento à demanda por EJA – sob formas diversas e flexíveis, assegurando, desde a alfabetização, a continuidade dos estudos, até que sejam alcançadas as metas de superação do analfabetismo e universalização da educação básica.
- j) A referência para o trabalho pedagógico na modalidade educação de jovens e adultos são as especificidades dos educandos jovens e adultos.
- k) A contínua avaliação do acesso, permanência e qualidade da Educação de Jovens e Adultos.
- l) A formação inicial, permanente e continuada de educadores da EJA, como política pública.
- m) A referência nos seguintes documentos: “Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação de Jovens e Adultos” e “Brasil: Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao Longo da Vida” e as demais legislações vigentes.
- n) A defesa irrestrita do diálogo, considerando as relações entre alfabetização, educação de jovens e adultos e políticas públicas.
- o) A articulação de todos os segmentos que atuam em Educação de Jovens e Adultos no Paraná.

Com relação às ações que possam tornar a participação nesse coletivo mais plural, percebo que a composição da Comissão da Agenda Territorial de EJA se orientou por um regimento elaborado por um grupo restrito de pessoas que atendem a determinados interesses. Qualquer



mudança em sua composição há a necessidade de se alterar esse regimento. Embora a forma como a comissão ampliada da agenda se constituiu - pela via da organização de um encontro de EJA - tenha possibilitado a composição de uma comissão mais plural, não necessariamente dará uma maior efetividade às ações de EJA no estado. Mas é preocupante que na composição da comissão da Agenda Territorial de EJA se preveja apenas a participação de um educando.

2.2 O Fórum Paranaense de EJA

O Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos se constituiu a partir de uma comissão pró-fórum e é formado por instituições governamentais, não-governamentais e movimentos, interessados em compor um espaço de articulação de forma ampla dos diferentes segmentos de representação da EJA no Paraná.

O mesmo tem caráter democrático, plural (não partidário) e supra-institucional, informativo, formativo, propositivo, de discussão e intercâmbio de experiências. Tem como objetivo constituir um espaço crítico de defesa e divulgação da importância da Educação de Jovens e Adultos e acompanhar as políticas públicas Municipais, Estadual e Nacional.

O Fórum Paranaense de EJA tem a uma dinâmica de funcionamento coordenada por uma Secretaria Executiva, cuja responsabilidade é: organizar o cadastro dos participantes, enviar e receber correspondências, organizar a documentação e os registros em geral. As reuniões plenárias do Fórum realizam-se periodicamente de forma itinerante e conta com a presença dos representantes dos segmentos acima citados e para a organização de eventos, são formadas comissões.

Atualmente a Secretaria Executiva do Fórum Paranaense é composta por representantes das entidades que o compõe. Estão representados: Universidades; Movimento Popular; Movimento Sindical; Sistema empresarial e Sistema S; Governo Estadual; e Governos Municipais e demais instituições que desenvolvem trabalhos na área de educação de jovens e adultos. Com relação a ações que favoreçam uma maior pluralidade ao coletivo do fórum estadual de EJA, penso ser necessário que o fórum se faça chegar mais próximo dos interessados diretamente: os educandos e educadores de EJA.

Em novembro de 2002 foi realizado o 1º EPEJA – Encontro Paranaense de Educação de Jovens e Adultos no município de Ponta Grossa com o tema: Diferentes sujeitos construindo a EJA; em novembro de 2003 o 2º EPEJA aconteceu em Londrina com o tema: A EJA e a educação popular; em agosto de 2004 o 3º EPEJA realizou-se em Maringá sob o tema: Políticas Públicas de EJA – limites e desafios para a sua universalização - e em agosto de 2005 foi realizado o 4º EPEJA



em Faxinal do Céu, município de Pinhão com o tema: A efetivação da EJA com qualidade: um olhar sobre as práticas e as políticas.

Este Fórum também esteve representado através de seus delegados no IV, V, VI e VII, VIII, IX, X, e XI ENEJA – Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, sendo que o IX ENEJA foi realizado entre os dias 18 e 22 de setembro de 2007, no Centro de Capacitação de Faxinal do Céu, município de Pinhão – Paraná com abertura em Curitiba.

Dentre as atividades mais importantes do Fórum Paranaense de Educação de Jovens e Adultos, destacamos, a indicação da chefia do Departamento de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – DEJA/SEED (gestão 2003-2006), a contribuição na construção do Plano Estadual de Educação no que se refere as diretrizes e metas, Indicação pelo Fórum e premiação da Medalha Paulo Freire 2005 do Programa Paraná Alfabetizado do DEJA/SEED, participação no grupo de representantes do Fóruns Brasil, participação no Encontro Educação para Diversidade realizado pela UNDIME, participação no I, II e III Seminário Nacional de Formação de Educadores de Jovens e Adultos, participação no Curso de Especialização a Distância de Educação para Diversidade, posicionamento diante do Conselho Estadual de Educação do Paraná sobre a Deliberação 06/05 que trata da legislação sobre a EJA no Estado, participação com duas delegadas como alunas na 1ª Edição do curso de Especialização em PROEJA na Universidade Tecnológica Federal do Paraná em 2006, na perspectiva de participação com controle social, organização do IX ENEJA em 2007, participação com dois delegados na VI CONFINTEA em 2009 em Belém no Pará.

No entanto, apesar de toda essa bela história, faz tempo que percebo um problema sério no que consiste uma espécie de centralização das informações especialmente no segmento dos gestores que compõem o Fórum. Em minha leitura isso faz parte de um jogo no sentido de algumas pessoas se manterem em evidência, visto que dizer que participa ativamente do fórum dá uma certa credibilidade, mas que infelizmente e em última análise denota luta pelo poder. Especialmente a participação dos educandos nas atividades do nosso Fórum Estadual de EJA ainda é bastante incipiente. Normalmente eles se fazem presentes quando um evento maior se aproxima. Nessas ocasiões o segmento gestor é desafiado a mobilizar seus educandos. Nesse sentido, considero que a forma como o nosso fórum vem se constituindo nos últimos anos não favorece uma incidência mais efetiva sobre as políticas públicas de EJA no estado. É uma fragilidade.

Entendo que a demanda principal do público da EJA é a criação de condições de prosseguimento e conclusão da escolarização básica. Embora o segmento gestor que está à frente das políticas públicas de EJA no estado, participa do fórum e exista prioritariamente para responder por essa escolarização, se os educadores e os educandos não são estimulados a participar do espaço de discussão do fórum, e se as informações permanecem centralizadas em algumas poucas pessoas

dentro das secretarias estaduais e municipais de educação, a função do fórum de fazer incidência nas políticas de EJA e defesa dos direitos dos educandos fica comprometida.

2.2.1 Carta de princípios do Fórum Paranaense de EJA

A organização do Fórum Paranaense de EJA e a adesão das instituições integrantes se rege pelos seguintes princípios construídos coletivamente.

- Articulação de todos os segmentos que atuam na Educação de Jovens e Adultos no Paraná.
- Ampliar qualitativa e significativamente o atendimento da demanda por EJA – sob formas diversas e flexíveis, priorizando as séries iniciais e assegurando a continuidade de estudos, até que sejam alcançadas as metas de superação do analfabetismo e universalização da educação básica.
- A alfabetização de jovens e adultos é uma ação fundamental, a ser desenvolvida de forma contínua e constantemente avaliada em todas as instâncias governamentais e não governamentais, visando à consolidação de uma rede de educação que não se rompa a cada mudança de governo.
- Oferta e manutenção da EJA, prioritariamente, pelo poder público. A Educação de Jovens e Adultos é política e não projeto.
- A referência para o trabalho pedagógico na modalidade educação de jovens e adultos é a especificidade do educando jovem, adulto ou idoso.
- Direito à educação aos grupos sociais dela excluídos - em especial as mulheres, os negros, os trabalhadores do campo, os povos indígenas, pessoas com necessidades educativas especiais, deve considerar sua realidade, sua cultura, seus conhecimentos, suas demandas específicas e, desta forma, contribuir para o processo de transformação e emancipação do sujeito e a transformação social.
- Currículo é um processo de construção coletiva, a partir de relações e conhecimentos locais e universais e pressupõe tomar como referência os educandos da EJA, seus saberes, afetos e culturas. O currículo necessita ser constantemente ressignificado.
- Construção coletiva e democrática de políticas e práticas de educação de jovens e adultos, tendo como eixo central a cidadania numa perspectiva de transformação do ser humano e da própria sociedade.
- Educação libertadora e crítica, fomentando o envolvimento de educadores e educandos nas mobilizações sociais e no diálogo com suas práticas educativas.
- Que o ato de avaliar propicie uma reflexão sobre o ato de ensinar e aprender, valorize a experiência do educando, considere o erro como construção dos saberes, priorize a

aprendizagem e não apenas a nota, utilize várias possibilidades de avaliar durante o processo, de tal forma que seja diagnóstica, contínua e qualitativa e respeite a autonomia de todos os segmentos e sujeitos da EJA, enfim, que a mesma não exclua os já excluídos.

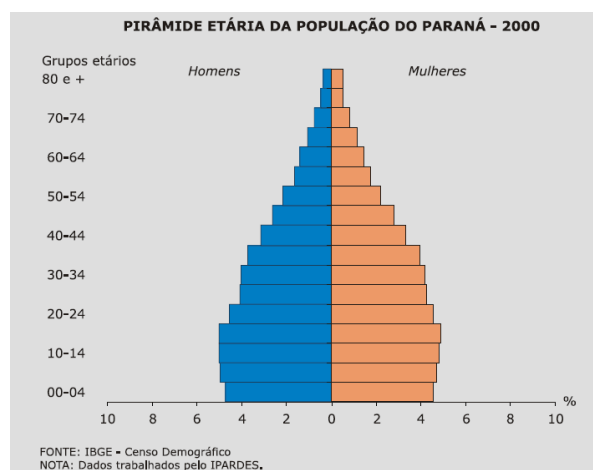
- Contemplar na educação de jovens e adultos, a um só tempo, a formação básica, necessária à compreensão de mundo e, a formação técnica específica, necessária às relações com o mundo do trabalho.
- Políticas públicas para formação inicial e permanente de educadores da EJA, que proporcionem a ação-reflexão-ação, privilegiando a troca de experiências formativas e tendo como referência a educação popular.

3 Diagnóstico da EJA do estado do Paraná (2008)

Os dados a seguir foram extraídos do documento preparatório que o Fórum Paranaense de EJA apresentou por ocasião da reunião preparatória à VI CONFINTEA ocorrida na Região Sul do Brasil, do sítio da SEED na Internet e de documentos encaminhados pela CEAJEJA-PR. Com relação à especificamente à alfabetização de adultos, apresento dados do Programa Paraná Alfabetizado, atualizados, conforme recém disponibilizados no site da SEED/PR, valendo-me inclusive de recortes do texto lá postado.

O Estado do Paraná possui uma área de 199.314,850 km², com 399 municípios tendo a cidade de Curitiba como sua capital. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2006, a população do Estado é de 10.410.000 pessoas sendo que 5.052.000 são homens (4.201.000 na área urbana e 851.000 na área rural) e 5.357.000 são mulheres (4.594.000 na área urbana e 763.000 na área rural).

De acordo com dados do Censo Demográfico do IBGE 2000, o Paraná ainda possui uma população bastante jovem, conforme observamos na pirâmide etária a seguir.



Sua base econômica do Paraná é diversificada, e o estado viveu um movimento migratório a partir da década de 40, acentuado pelas políticas de incentivo à imigração, garantindo a ocupação espacial e a implantação de um complexo viário em direção à capital. Nas décadas de 60 e 70, no auge do regime militar e do chamado “milagre brasileiro”, houve um crescente estímulo à mecanização da produção agrícola e a industrialização através do investimento e formação de parques industriais em diversos municípios e em todas as regiões do Estado.

Com esse modelo de desenvolvimento majoritariamente voltado à industrialização, que perpetuou ao longo dos anos, as práticas e saberes tradicionais do campo foram sendo deixadas de lado, na maioria das vezes desconsideradas pelo estado e pelos grandes investidores, forçando muitos agricultores a se desfazerem de suas terras migrando para os perímetros urbanos dos municípios das chamadas cidades grandes e regiões metropolitanas (Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Curitiba), prática que vem colocando em risco a soberania alimentar do país, o ambiente natural do território, e por isso, a vida na Terra.

O Programa Paraná Alfabetizado de 2004 a 2010 teve como sua principal meta a superação do analfabetismo no território paranaense, almejando reduzir significativamente a taxa de analfabetismo evidenciada pelo Censo IBGE, em 2000. Da 1ª edição no ano de 2004 até a 6ª em 2009 foram atendidas pelo Programa Paraná Alfabetizado 368.047 pessoas jovens, adultas e idosas não alfabetizadas, através de 23.147 turmas de alfabetização, nos 399 municípios paranaenses. Estas turmas foram coordenadas por 3.302 coordenadores locais nos 32 Núcleos Regionais de Educação. A planilha abaixo apresenta os dados de atendimento do Programa Paraná Alfabetizado, detalhada por edição:

Resultados de Atendimento pelo Programa Paraná Alfabetizado (2004-2010**)

Edição e Ano	1ª Edição 2004	2ª Edição 2005	3ª Edição 2006	4ª Edição 2007	5ª Edição 2008	6ª Edição 2009	7ª Edição 2010	TOTAL
Alfabetizandos	22.676	48.881	63.322	91.147	66.858	75.163	100000	368.047
Turmas	1.249	2.591	2.841	4.478	5.439	6.549	6.470	23.147
Coordenadores	245	387	505	867	661	637	719	3.302
Município	225	344	381	399	399	393	399	2.141
% Atendimento *	3,80%	7,20%	8,90%	14,20%	10,30%	11,59%	15,41%	56,72%

Fonte: SPA (Sistema Paraná Alfabetizado)

* Em relação as 649.mil pessoas não alfabetizadas segundo o censo 2000, IBGE.

** Os dados relativos ao ano de 2010 referem-se as metas estabelecidas para a 7ª Edição.

*** Os dados referentes a 7ª Edição, ano de 2010, são metas previstas, portanto não consolidados no Sistema Paraná Alfabetizado.

Dos 368.047 alfabetizandos matriculados em turmas de alfabetização nas 6 (seis) edições do Programa Paraná Alfabetizado, do ano de 2004 ao ano de 2009, 42,67% foram alfabetizados, num total de 157.042 pessoas, o que representa mais de 24% da população analfabeta identificada no censo 2000 – IBGE, no estado do Paraná, e ainda, 30% permaneceram nas turmas de alfabetização, 9,7% são evadidos e 17,6% desistentes. O quadro abaixo apresenta os dados detalhados da situação final dos alfabetizandos efetivados nas turmas de alfabetização do Programa, em todas as edições.

Resultados e Situação Final do Programa Paraná Alfabetizado (2004 - 2009)

Edição e Ano	1ª Edição 2004	2ª Edição 2005	3ª Edição 2006	4ª Edição 2007	5ª Edição 2008	6ª Edição 2009	TOTAL
Total de Alfabetizandos Cadastrados	22.676	48.881	63.322	91.147	66.858	75.163	368.047
Alfabetizado e encaminhado para EJA Fase 1	2.777	8.115	22.694	23.045	18.479	21.803	96.913
Permanência em Turmas de Alfabetização	7.193	21.377	22.409	23.523	18.613	17.402	110.517
Evasão	4.304	8.157	3.379	8.109	6.319	5.408	35.676
Desistência	0	1.182	10.700	26.077	13.685	13.168	64.812
Alfabetizado e Impossibilitado de Frequentar a EJA Fase 1	8.402	10.050	4.140	10.393	9.762	17.382	60.129
% de Proveitamento	49,30%	37,16%	42,38%	36,69%	42,24%	52,13%	42,67%

Fonte: SPA (Sistema Paraná Alfabetizado)

Cabe ressaltar que entre os resultados mais significativos do Programa Paraná Alfabetizado destaca-se a certificação de 34 municípios como territórios livres do analfabetismo, no primeiro semestre de 2010, e no segundo semestre de 2010, mais 10 municípios alcançaram taxas de analfabetismo inferiores a 4%, podendo desta forma também ser declarados como territórios livres do analfabetismo.

No ano de 1993, no Estado do Paraná havia 730.774 pessoas não alfabetizadas, correspondendo a 12,5% da população paranaense com 15 anos ou mais (PNAD,1993). No ano de 2000, 649 mil jovens, adultos e idosos não alfabetizados, correspondendo a taxa de 9,5% da população paranaense com 15 anos ou mais (IBGE, 2000). Em 2003, o estado ocupava a 16ª posição de analfabetismo entre os 24 Estados brasileiros, possuindo, cerca de 569.358 pessoas com 15 anos ou mais na situação de analfabetismo absoluto, correspondendo a 7,8% da população paranaense com 15 anos ou mais, segundo os dados da PNAD, 2003. Segundo dados divulgados em 2009, pelo IBGE, da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, realizada em 2008, o Paraná concentra cerca de 529 mil pessoas não

alfabetizadas, correspondendo a 6,5% da população paranaense com 15 anos ou mais, o que representa uma significativa redução, expressando também os resultados do Programa Paraná Alfabetizado.

3.1 Características da oferta de EJA na rede estadual no Estado do Paraná

A Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná teve sua oferta reorganizada a partir de 2005, de acordo com os seguintes princípios: disposição da SEED em atender demanda manifesta de EJA; evitar a concomitância da oferta de Ensino Regular e de Educação de Jovens e Adultos na mesma escola; evitar, na medida do possível, a duplicidade de gestão e/ou de dualidade administrativa num mesmo estabelecimento de ensino; garantir, na medida da possibilidade local / municipal, o atendimento da EJA em espaço público escolar.

São consideradas condições de oferta de EJA no estado do Paraná: oferta de Merenda escolar aos educandos; Formação Continuada aos professores; disposição de material didático adequado; Laboratório de informática do Programa Paraná Digital; TV pendrive; Bibliotecas abertas em horário das aulas de EJA; Livro Didático Público - Ensino Médio.

Em 2009 a SEED ofertou a EJA Fase II e EJA Ensino Médio no estado em 203 estabelecimentos sendo que 93 em CEEBJAS (Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – estabelecimentos que ofertam a modalidade em dois ou três turnos de funcionamento) e 109 Escolas de EJA (estabelecimentos que ofertam a modalidade no período noturno). Ofertou também 2888 turmas em APEDs (Ações Pedagógicas Descentralizadas) gerenciadas pelos CEEBJAS ou pelas escolas de EJA.

Os próximos parágrafos sinalizados com () são transcrições do documento “Dados EJA 2010” -Versão Preliminar”.*

* A modalidade de Educação de Jovens e Adultos visa atender o público adulto, preferencialmente, a partir dos 18 (dezoito) anos.

* Em 2007, o Estado do Paraná, possuía 202 (duzentos e dois) estabelecimentos de ensino que ofertavam a modalidade, sendo 94 CEEBJAS e 108 Escolas de EJA, atendendo aproximadamente 150.000 (Cento e cinqüenta mil) educandos. A proposta pedagógica, implantada em 2006, procura contemplar da melhor forma, a organização dos cursos, de modo a permitir aos educandos o percurso de trajetórias não padronizadas, respeitando o ritmo próprio de cada um no processo de apropriação dos conhecimentos. Considera ainda a organização do tempo escolar, a

partir do tempo disponível do educando- trabalhador, seja no que se refere à organização diária das aulas, seja no total de dias previstos na semana.

* Desde a implantação da proposta presencial, as formas de organização ofertadas pelos estabelecimentos de ensino buscam assegurar o acesso, a permanência e o êxito no espaço escolar mediante ações pedagógicas que melhor se adaptem a demanda da Educação de Jovens e Adultos, ou seja, às suas condições e necessidades.

Algumas características da EJA na rede estadual são: Proposta pedagógico-curricular única; Carga horária 100% presencial (1200h ou 1440h/a), com avaliação no processo; Matrícula dos educandos feita por disciplina (podendo ocorrer em qualquer tempo, na organização coletiva e/ou individual); Conteúdos estruturantes na modalidade EJA os mesmos da modalidade regular, nos níveis fundamental e médio, porém com encaminhamento metodológico diferenciado, considerando as especificidades dos educandos da EJA; ou seja, o tempo curricular, ainda que diferente daquele estabelecido para o ensino regular, contempla o mesmo conteúdo; Ações Pedagógicas Descentralizadas – APEDs são turmas de EJA atendidas em regiões com baixa demanda educacional, que não justificam a implantação da estrutura de uma escola. Estas Ações atendem a populações indígenas, ribeirinhas, remanescentes de quilombos, acampados e assentados rurais, dentre outros, nos turnos e horários necessários para cada comunidade. As APEDs são vinculadas aos CEEBJAS e aos Estabelecimentos que ofertam EJA. O Estado do Paraná, no ano de 2010 possui aproximadamente 3228 (três mil duzentas e vinte e oito) turmas de APEDs.

* A proposta para a organização metodológica das práticas pedagógicas leva em consideração os três eixos, definidos nas diretrizes estaduais da Educação de Jovens e Adultos: cultura, trabalho e tempo, os quais devem estar intrinsecamente ligados. As orientações metodológicas direcionam para um currículo disciplinar no qual os conteúdos relevantes devem ser articulados aos conhecimentos prévios e de mundo do educando, ou seja, o processo de ensino e de aprendizagem precisa contemplar, além dos conhecimentos historicamente produzidos, os saberes adquiridos pelos educandos em suas trajetórias de vida, com metodologias que permitam a interlocução entre esses conhecimentos.

* A Proposta Pedagógico-Curricular, implantada em 2006, contempla 100% (cem) da carga horária total na forma presencial, do Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, com avaliação no processo e busca romper com a cultura do aligeiramento e precarização de conteúdos do antigo ensino supletivo. A escola está organizada de forma a atender os educandos inseridos no processo de escolarização, com a matrícula por disciplina. Todas as disciplinas são ofertadas nas organizações individual e coletiva, ficando a critério do estabelecimento de ensino, a organização dos cronogramas de oferta, visando melhor atender os educandos.



* A organização coletiva é programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula o período, dias e horários das aulas, com previsão de início e término de cada disciplina, oportunizando ao educando a integralização do currículo. A organização coletiva destina-se, preferencialmente, àqueles que têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas, a partir de um cronograma pré-estabelecido.

* A organização individual destina-se àqueles educandos que não têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas. Esta forma de organização é programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula o período, dias e horários das aulas, contemplando o ritmo próprio do educando.

Nas Unidades Penais e nos Centros de Sócio-Educação, a modalidade também é ofertada, através de 05 CEEBJAS e 04 Estabelecimentos que ofertam a modalidade através de APEDs. A oferta de escolarização aos privados de liberdade se dá da seguinte forma: A escolarização é ofertada nos níveis Fundamental - Fases I e II e Médio, em estabelecimentos de ensino criados nas dependências das prisões – CEEBJAs – ou por meio de ações pedagógicas descentralizadas – APEDs; Foram criados 04 (quatro) CEEBJAs (Piraquara, Ponta Grossa, Londrina, Maringá) – Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – nas prisões do Paraná, com infraestrutura de escola, por meio de Parecer do CEE. Através de Resolução Secretarial de Autorização de Funcionamento foram autorizadas pela SEED, 27 (vinte e sete) turmas de APEDs nas prisões assim distribuídas: 12 turmas na Penitenciária Industrial de Guarapuava, vinculada ao CEEBJA Guarapuava; 11 turmas na Penitenciária Industrial de Cascavel, vinculada ao CEEBJA Joaquina Mattos Branco; 04 turmas na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu, vinculada ao CEEBJA Prof. Orides B. Guerra.

Uma outra demanda consolidada no Estado do Paraná são os Exames Supletivos. Esses têm como finalidade a avaliação e certificação em nível Fundamental e Médio da população que se encontra fora do processo de escolarização e deseja dar prosseguimento aos seus estudos e/ou obter a certificação na Educação Básica. A partir de 1999, o Paraná passou a ofertar os Exames Supletivos no Exterior. Inicialmente, o Estado foi credenciado pelo Conselho Nacional de Educação, para ofertar os Exames no Japão e, posteriormente na Suíça, visando atender a demanda de brasileiros residentes nesses países.

* Em 2006, os Estabelecimentos Estaduais de Ensino que ofertavam a EJA Fase I, iniciaram a cessação gradativa deste nível de ensino e, desde então, esta modalidade está sob a responsabilidade dos 399 (trezentos e noventa e nove) municípios do Paraná. Essa fase, também é ofertada de forma presencial. O Estado oferta o curso de EJA - Fase I somente nas unidades penais e sócio-educativas e em comunidades específicas, tais como, comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos e localidades de difícil acesso, através de APEDs Especiais. No entanto, a parceria

entre o Estado e Municípios se torna fundamental, na medida em que o diálogo e as diferentes experiências buscam uma maior materialização nas ações pedagógicas, principalmente no sentido de garantir a continuidade de escolarização, aos educandos que participam do Programa Paraná Alfabetizado. A SEED apóia os municípios que ofertam EJA Fase I disponibilizando material de apoio didático para os educadores e educandos de forma impressa e on line. Este material foi elaborado pelos profissionais da Equipe da Coordenação de EJA/SEED do Departamento de Educação e Trabalho. Disponibiliza também o material elaborado pela SECAD/MEC “Coleção Cadernos da EJA”, de forma impressa e on line bem como o material elaborado pela SECAD/MEC “Coleção Trabalhando com EJA” de forma impressa e on line.

* A partir de 2008, o Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de nível Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, reinsere no sistema escolar, brasileiros jovens e adultos possibilitando-lhes o acesso à formação profissional, caracterizando-se mais que um projeto educacional, um instrumento de resgate da cidadania, possibilitando a construção de uma identidade própria para novos espaços educativos.

* Em 2008, para fins de Renovação de Reconhecimento dos Cursos dos estabelecimentos que ofertam Educação de Jovens e Adultos, junto ao CEE, a SEED realizou a Avaliação da Proposta Pedagógico-Curricular, uma exigência formal e também política, no sentido da abertura da possibilidade de se avaliar as ações que vêm sendo desenvolvidas na EJA, estabelecendo um efetivo diálogo com os sujeitos envolvidos nesse âmbito educacional. Esse processo coletivo revelou fragilidades quanto à efetivação da proposta pedagógico-curricular em alguns estabelecimentos de ensino. Fragilidades necessitam ser superadas a partir de um processo de reestruturação de questões que implicam diretamente na qualidade do processo ensino-aprendizagem.

* Considerando os resultados da Avaliação da Proposta Pedagógico-Curricular e o desenvolvimento dessa nos estabelecimentos de ensino ao longo desses três anos de implantação, a necessidade de priorizar o atendimento ao educando que possui idade superior a 18 anos, torna-se necessário adequar determinados aspectos primordiais, para a garantia da qualidade no processo de transmissão e aquisição de conhecimentos, a partir de ações propostas pela SEED, que visam o fortalecimento da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná. Nesse sentido, houve a necessidade de ampliação do número de estabelecimentos que ofertam a EJA no Estado, tendo em vista reduzir o número de Ações Pedagógicas Descentralizadas, objetivando proporcionar o acesso aos educandos matriculados até então nas APEDs, aos recursos que os estabelecimentos estaduais têm disponíveis, principalmente no que se refere a Biblioteca e Laboratórios (informática, ciências, Química e Biologia).

* Ainda no ano de 2009, o DET/SEED realizou a avaliação da proposta pedagógico-curricular da EJA Fase I, nos 399 municípios do Estado do Paraná, permitindo que os

estabelecimentos que ofertam este nível de ensino organizassem seus processos de renovação de autorização para encaminhamento ao CEE. No ano de 2010 o DET/SEED realizou, também, a avaliação institucional nos estabelecimentos/instituições particulares que ofertam a EJA de forma presencial e, também a Distância.

* Após a ampliação da oferta através dos estabelecimentos da rede estadual, atualmente a Educação de Jovens e Adultos é ofertada em 341 estabelecimentos.

Com relação à formação dos docentes de EJA, em 2009 a SEED promoveu os seguintes eventos: Seminário de Formação dos Educadores da EJA Fase I (700 participantes); Formação continuada através dos Grupos de Estudos (574 participantes); Oficina de sistematização da Avaliação da Proposta Pedagógica da EJA Fase I (40 participantes); Formação continuada na modalidade EaD para educadores que atuam na EJA Fase I na rede municipal e estadual (1.800 participantes); Reunião Técnica Descentralizada entre os profissionais que atuam na EJA Fase I municipal e os profissionais do Programa PR Alfabetizado para a articulação da garantia de continuidade de escolarização (800 participantes).

Evolução das matrículas de EJA na Rede pública de Ensino no Paraná e quantitativo de escolas e turmas (APEDs - Ações Pedagógicas Descentralizadas).

Estatística – Matriculados - FASE I – Rede Municipal		
Ano	Ensino	Total
2006	Fundamental Fase I	30520
2007	Fundamental Fase I	32154
2008	Fundamental Fase I	33925
2009	Fundamental Fase I	28184

Fonte: Censo Escolar



**Estatística – Matriculados
Rede Estadual
FASE I, FASE II e ENSINO MÉDIO**

Ano	Ensino	Total
2006	Fundamental Fase I	4924
2006	Fundamental Fase II	76938
2006	Medio	97311
2007	Fundamental Fase I	1225
2007	Fundamental Fase II	97303
2007	Medio	103909
2008	Fundamental Fase I	1683
2008	Fundamental Fase II	99248
2008	Medio	110652
2009	Fundamental Fase I	1217
2009	Fundamental Fase II	86513
2009	Medio	99344
2010	Fundamental Fase I	684
2010	Fundamental Fase II	65186
2010	Medio	75700

Fonte: CELEPAR

Número de Escolas de EJA – Rede Estadual

ANO	TOTAL ESCOLAS
2006	266
2007	202
2008	202
2009	201
2010	341

Fonte: CELEPAR

Quantidade de turmas: APEDs

Ano	Num de Turmas
2006	6620
2007	9527
2008	10790
2009	8577
2010	3228

Fonte:CELEPAR

Na página da SEED obtive a informação de que 15 municípios paranaenses ainda não ofertam EJA Fase I, dos quais 5 municípios não possuem oferta nem processo em tramitação; 6 municípios possuem autorização, porém não possuem oferta e 4 municípios estão com os processos de autorização de funcionamento em tramitação. No entanto, muitos desses municípios são territórios livres de analfabetismo, se não a totalidade.

3.2 Desafios colocados para a EJA relacionados a Intersetorialidade. Apontamentos retirados do documento Base sul preparatório para a VI CONFINTEA.

Quando se trata de reconhecer a intersectorialidade da EJA é um desafio dialogar com o campo do trabalho, da saúde, do meio ambiente, das culturas da comunicação, entre outros aspectos, compreendendo que as políticas podem ser complementares às políticas de atendimento educacional.

A perspectiva de uma relação EJA/trabalho que retome o conceito de formação integral dos cidadãos e cidadãs na produção de sua existência, no processo de transformação da natureza, enfrenta o reducionismo do que se convencionou chamar de mercado de trabalho. É possível continuar pensando que jovens e adultos devem exclusivamente se preparar para competir no mercado de trabalho, em uma sociedade marcada pela dinâmica excludente do capitalismo? Um dos motivos para o educando retornar à sala de aula ainda é sua qualificação para o trabalho, pois busca num primeiro momento a certificação, mas através de ações da escola e do educador, ele poderá perceber que o conhecimento é um instrumento formidável para qualificar-se e enfrentar, não só as necessidades relacionadas ao mundo do trabalho, mas também terá oportunidade de compreendê-lo através de uma leitura crítica.

Parte desta reflexão sobre jovens e adultos e o mundo do trabalho deve reconhecer o que a economia solidária produz no Brasil, como uma das muitas possibilidades de enfrentamento de modelos padronizados pelo sistema capitalista para a geração de sustentabilidade e renda.

Iniciativas como organização de associações e cooperativas de produção e venda, revitalização da agricultura familiar e descoberta de novos campos produtivos que respeitem a vocação local e condições ambientais, são desafios para jovens e adultos trabalhadores.

A articulação da oferta da EJA e educação profissional está se dando no Paraná desde 2008 com a implantação do PROEJA nas escolas da sua Rede Estadual de Ensino, também pela via do PROJovem CAMPO – Saberes da Terra e do PROJovem - Urbano.

O quadro a seguir mostra os municípios contemplados com cursos Técnicos que integram a Educação Profissional com a educação geral na modalidade de EJA – PROEJA na Rede Estadual de Ensino no Paraná.

NRE	Município	Estabelecimento de Ensino	Curso
AMN	Pinhais	CE Leocádia Braga Ramos	Téc. Administração
		CEEP Newton Freire Maia	Téc. Meio Ambiente
Apucarana	Apucarana	CE Heitor C. A. Furtado	Téc. Seg. do Trabalho
Campo Mourão	Barbosa Ferraz	CE Machado de Assis de Barbosa Ferraz	Téc. Administração
	Campo Mourão	CE Marechal Rondon	Téc. Seg. do Trabalho
Cascavel	Cascavel	CE Wilson Jofre	Téc. Administração
		CE Prof. Fco Lima da Silva	Téc. Secretariado
Curitiba	Curitiba	CE Brasília V. de Castro	Téc. Administração
		CE Leôncio Correa	Téc. Administração
		CE Loureiro Fernandes	Téc. Administração
		CEEP Curitiba	Civil/Eletromecânica
		CE Julia Wanderley	Téc. em Nutrição
		CE Profª Mª Aguiar Teixeira	Téc. Informática
Dois Vizinhos	Dois Vizinhos	CE Paulo Lemisnki	Téc. Meio Ambiente
		CE Leonardo da Vinci	Téc. Informática
Foz	Foz do Iguaçu	CE Barão do Rio Branco	Téc. Seg. Trabalho
	Medianeira	CE João Manoel	Téc. Administração
Francisco Beltrão	Francisco Beltrão	CE Pe. Cirilo	Téc. Administração
		CE Reinaldo Sass	Téc. Agente Comunitário de Saúde
	Realeza	CE Doze de Novembro	Téc. Administração
Goioerê	Moreira Sales	CE João T. Netto	Téc. Administração
Guarapuava	Guarapuava	CE Ana Vanda Bassara	Téc. Seg. do Trabalho

NRE	Município	Estabelecimento de Ensino	Curso
Ibaiti	Pinhalão	CE Leonardo F. Nogueira	Téc. Informática
Jacarezinho	Jacarezinho	CE Rui Barbosa	Téc. Enfermagem
	Sto Antonio Platina	CE Barão do Rio Branco	Téc. Informática
Laranjeiras do Sul	Laranjeiras Sul	CE Floriano Peixoto	Téc. Informática
Loanda	Stª Izabel do Ivaí	CE Alberico M. da Silva	Téc. Administração
Londrina	Londrina	CE São José	Téc. Administração
		CE Prof. Olympia M. Tormenta	Téc. Meio Ambiente
		CE Vicente Rijo	Téc. Informática/ Secretariado
		CE Polivalente	Téc. Seg. do Trabalho
Maringá	Maringá	C.E. Sta Maria Goretti	Téc. Agente Comunitário de Saúde
Paranaguá	Antonina	CE Brasília Machado	Téc. Meio Ambiente
	Paranaguá	CE José Bonifácio	Téc. Administração/Logística
Paranavaí	Paranavaí	CE Dr. Marins A. de Camargo	Téc. Seg. Trabalho
Ponta Grossa	Palmeira	C.E. D. Alberto Gonçalves	Téc. Administração
	Ponta Grossa	C.E. Presidente Kennedy	Téc. Informática
		CE João Ricardo Borell Du Vernay	Téc. Química
Telêmaco Borba	Telêmaco Borba	CE Wolff Klabin	Téc. Agente Comunitário de Saúde
Umuarama	Umuarama	CE Hilda Kamal	Téc. Enfermagem
UVA	São Mateus do Sul	CE São Mateus	Téc. Seg. do Trabalho
Wenceslau Braz	Wenceslau Braz	CE Rui Brabosa	Téc. Informática

Um dos desafios para a continuidade dessa implantação é conter a evasão escolar visto que até o presente momento as turmas de PROEJA foram abertas em escolas de educação profissional e não nas escolas que tradicionalmente ofertavam turmas de EJA. O Grupo de Pesquisa CAPES/PROEJA (UTFPR/UFPR/UNIOESTE) vem apontando essa fragilidade na política de implantação do PROEJA no Paraná.

Outro desafio a ser vencido no estado do Paraná é superar o período de resistência que o PROEJA encontrou na Universidade Tecnológica Federal do Paraná que até o momento não está cumprindo com o que foi definido por decreto de ofertar 10% de suas vagas de ensino médio técnico para turmas de PROEJA.

A relação EJA/saúde também aponta a necessidade de desconstrução de uma lógica que se materializou nas últimas décadas por meio do binômio saúde/doença, que reduziu a saúde ao “combate a doenças”. Assim, a desconstrução desse binômio se dá incorporando o caráter preventivo à realidade do educando da EJA no espaço escolar. É necessário que o estado garanta o saneamento básico, buscando a “promoção da saúde”, através de políticas integradas entre as instâncias governamentais e instituições de ensino, visando a uma mobilização permanente para produção de uma vida com saúde. Faz-se necessário garantir a permanência dos educandos nas turmas de EJA. Dessa forma, deve-se atentar para ações específicas que possibilitem a acuidade visual e orientem os profissionais de educação a detectar deficiências de visão e encaminhar os educandos à solução de seus problemas visuais nos programas existentes na rede pública de saúde, muitos deles já com previsão de atendimento aos educandos do Brasil Alfabetizado, como por exemplo o “Projeto Olhar Brasil” do Ministério da Saúde.

Na EJA deve-se pensar a produção da existência de uma vida saudável aos jovens, adultos e idosos oportunizando-lhes reflexões sobre a importância da preservação dos elementos da natureza e das mudanças de hábitos já incorporados à prática cotidiana como: coleta seletiva de lixo, combate a queimadas, reciclagem, entre outros.

Outro campo de produção da existência de jovens e adultos que desafia a EJA é o da cultura. Cultura compreendida como produção de símbolos e significados humanos relacionados a diferentes formas de expressão e representação do mundo, com forte interseção com o que homens e mulheres produzem no mundo do trabalho, em condições ideais de saúde, com e a partir de todos os elementos que se encontram no ambiente em que vive e convive. Nesse campo o povo brasileiro demonstra extraordinário acúmulo, todavia subsumido ao que pode ser chamado de cultura de

massa, ou massificação cultural promovida em especial pela banalização da existência, produzida pelos meios de comunicação de massa.

O desafio nesse campo é dar visibilidade ao já produzido e ao que se continua a produzir como representação ou visão da realidade, por meio da música, da expressão corporal, da dramaturgia, da produção textual, da produção artesanal, entre outras. Dessa forma, a EJA deve ser um espaço que agrega multiculturas, diferentes vivências e vários saberes, contemplando em seu currículo os conteúdos teórico-metodológicos. Com este espaço multicultural há, entre os educandos da EJA, um reconhecimento dos valores individuais e culturais somando-se ou tensionando-se aos valores institucionais.

Todos os campos abordados desafiam a implementação de políticas públicas de estado para jovens e adultos com a necessária intersetorialidade que dê conta da complexidade desses campos na relação que estabelecem com a EJA. Ações que devem ser materializadas como política pública de estado com clara interseção entre meios e fins, implicam desafio de articulação e gestão entre entes governamentais – governo federal, governos estaduais e governos municipais – e, ainda, obrigam ao exercício necessário de definição do papel articulador de cada órgão de governo, quando se trata da implementação de políticas de cada campo, que envolvem a produção de conhecimentos de jovens e adultos.

Um elemento fundamental no reconhecimento do valor e do significado do aspecto intersetorial da EJA é o diálogo entre órgãos de governo, responsáveis pela implementação de políticas públicas de estado e a sociedade civil demandante dessas políticas. Especial destaque deve ser dado aos movimentos sociais que atuam na EJA, interlocutores indispensáveis no processo de construção de políticas de estado voltadas a jovens e adultos. Quer sejam fóruns de EJA ou demais movimentos, ligados à luta pela terra, à luta sindical, aos direitos de mulheres, de afrodescendentes e de indígenas, todos têm exercido papel inquestionável na proposição de diálogo e na construção de alternativas que resultem em políticas públicas de estado conseqüentes para jovens e adultos.

Por esta razão, a SECAD/MEC deve articular ações como políticas de estado em diálogo com a sociedade, na experiência democrática de gestão. O diálogo entre instâncias de governo e sociedade civil é um importante caráter intersetorial da EJA. A implantação de uma agenda interinstitucional permanente de mobilização pela alfabetização/EJA entre governo e sociedade civil permitirá: a definição de ações e estratégias para identificação e encaminhamento da população não alfabetizada e de baixa escolaridade as Turmas de Alfabetização e EJA; A proposição de ações que contribuam para permanência dos educandos no processo de escolarização.

Faz-se necessário também integrar os sistemas de cadastramento de beneficiários dos programas e projetos sociais (Cadastro Único da Assistência Social, do SUS, do SINE, do PRONAF, dentre outros) geridos pelos diversos órgãos e instâncias governamentais viabilizando a

identificação dos jovens, adultos e idosos não alfabetizados e de baixa escolarização, no intuito de repassar as informações neles contidos às instituições alfabetizadoras e aos educadores. Constituir um sistema integrado de cadastros sociais e disponibilizá-los aos processos de mobilização pela alfabetização e escolarização possibilita a publicação e democratização das informações registradas e sistematizadas, ressignificando-as.

Infelizmente, o que temos visto é a desarticulação, a fragmentação, a dispersão de recursos, a sobreposição e a concorrência das ações governamentais, o que não contribui com o desenvolvimento de políticas públicas eficientes para jovens e adultos em processo de reinserção escolar educacional na perspectiva de afirmação de direitos e de cidadania. Para que a intersetorialidade na EJA passe a se constituir num aspecto positivo, faz-se necessário a integração entre os diversos setores da sociedade contribuindo para a garantia de acesso e permanência dos educandos numa modalidade de educação que priorize ensino de qualidade e formação integral, mas em escolar das redes de ensino e inseridas organicamente.

Nesse sentido trago aqui algumas reflexões tornadas públicas no texto “Das proposições dos seminários de formação de educadores de EJA às ações de formação de professores do PROEJA: um percurso.” através de comunicação oral por ocasião do III Seminário de Formação de Educadores de EJA realizado em Porto Alegre no ano de 2010, cuja redação transcrevo aqui nos próximos 7 parágrafos a seguir. (MARON, 2010, p. 4-6)

No Brasil a política voltada para a educação de jovens e adultos com formação para o mundo do trabalho, antes do PROEJA, quando ofertada, encontrava-se pulverizada em diversos programas dispersos em diferentes órgãos governamentais e destinados a distintos públicos, embora tendo em comum a preocupação com a elevação da escolaridade, inclusão no mundo do trabalho para a geração de renda ²¹.

²¹ Listamos aqui alguns destes programas. No Ministério do Desenvolvimento Agrário temos o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (**PRONERA**) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) que é uma política de Educação do Campo desenvolvida em áreas de Reforma Agrária. Articulada com Instituições de Ensino Superior e movimentos sociais oferta alfabetização e escolarização de adultos com formação profissional em todos os níveis de ensino; no Conselho Nacional de Juventude da Secretaria Nacional de Juventude ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República temos o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (**Projovem Adolescente, Projovem Trabalhador, Projovem Urbano e o Projovem Campo**) com oferta de elevação da escolaridade com iniciação profissional; no Ministério do Trabalho e Emprego temos o **Plano Nacional de Qualificação** com ações de qualificação profissional financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, que como qualificação profissional pretende integrar as demais políticas públicas de trabalho, emprego e renda com as políticas públicas de educação, integrando Educação Básica e Educação Profissional. Pretende elevar a escolaridade dos trabalhadores/as, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação, em particular com a Educação de Jovens e Adultos; na Secretaria Nacional de Economia Solidária encontramos o programa de “**Formação de Formadores(as), Educadores(as) e Gestores Públicos para Atuação em Economia Solidária**” que em parceria com o Ministério da Educação e Cultura desenvolve ações de formação em economia solidária para trabalhadores/as articuladas a iniciativas de Educação de Jovens e Adultos compreendendo os processos de alfabetização, elevação da escolaridade e educação continuada; e no Ministério da Saúde temos o Departamento de Gestão da Educação na Saúde com uma Política de Educação Profissional em Saúde, que busca a ampliação da escolaridade dos trabalhadores da saúde na perspectiva de formar **Agentes Comunitários de Saúde**.

Entendemos que a educação e formação do trabalhador requer um diálogo interministerial constante com elaboração de programas e políticas conjuntas entre o Ministério da Educação e Ministério do Trabalho e Emprego e interlocução com a Secretaria Nacional de Economia Solidária, pela urgência que esses trabalhadores tem de acesso ao trabalho que gere renda e lhes garanta subsistência e dignidade de vida.

Mas, apesar de todos esses programas dispersos existentes fazerem parte das metas do Plano de Desenvolvimento da Educação, muitos desses programas não foram concebidos e não estão ligados ao MEC, mas alocados em outros ministérios, secretarias ou ligados diretamente a Casa Civil. No entanto, muitos deles, para sua efetivação necessitam da estrutura e dos equipamentos das redes de ensino. Alguns desses programas repassam recursos federais significativos às empresas, ao sistema S, às Instituições de Ensino Superior e a movimentos sociais destinados à formação de professores, à melhoria das instalações de espaços físicos, e à ampliação de laboratórios e bibliotecas.

Essa parece que tem sido a tônica também em outros países, quando se trata da educação de adulto trabalhador de modo que o tema foi pautado na VI CONFINTEA, cujo relatório traz um dos desafios globais para a oferta de educação de adultos da seguinte maneira:

Aunque asistimos a un aumento de la diversidad de los programas de aprendizaje y educación de adultos, en la actualidad se concentran en la enseñanza y la capacitación profesionales. Faltan enfoques más integrados del aprendizaje y la educación de adultos para abordar el desarrollo en todos sus aspectos (económico, sostenible, comunitario y personal) (UNESCO, 2009, p. 9).

Ao se fazer referência a essa forma restrita do estado ofertar educação aos excluídos do sistema de ensino, o Documento Base do PROEJA classifica essa oferta como “políticas públicas equivocadas” (BRASIL, 2006, p. 18). No entanto, esse quadro de programas de educação direcionados ao jovem e adulto trabalhador até então dispersos em diversos ministérios, nos coloca a questão de perceber que estes refletem uma lógica presente no sistema capitalista em que suas bases de produção necessitam de uma formação também dispersa. Se a lógica é a da exclusão, ou, no limite, a lógica da inclusão subordinada²², essa forma de permitir o acesso ao conhecimento pelas classes populares é apenas uma consequência natural de uma política de formação mais ampla na busca de um ajustamento técnico para a execução do trabalho simples e precário, ou ainda, de um imediatismo na busca de atender ao sistema de produção. Portanto, não se trata apenas de

²² Sobre inclusão subordinada ver KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas públicas de inclusão. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 – Especial, p. 877-910, out. 2006.

classificar essa política como equivocada do ponto de vista educacional, mas perceber que é nessa lógica que o capitalismo se apóia.

Por outro lado cada programa, mesmo disperso, dispensa recursos significativos para cursos de formação de educadores, professores e gestores objetivando melhorar as práticas pedagógicas nas instâncias onde esses serão desenvolvidos, seja em locais alternativos, em empresas ou mesmo quando são desenvolvidos nos espaços das escolas das redes estaduais, federais ou municipais.

O I Seminário de Formação, ao abordar de forma breve a questão dessa formação, alerta para a falta de respostas para as perguntas sobre o impacto das múltiplas iniciativas de formação continuada de educadores de EJA, o que denota a ausência de avaliação consistente e sistemática desses programas e políticas. (SOARES, 2006, p. 288)” (MARON, 2010)

4 Metas que podem subsidiar a implementação e gestão de ações para a EJA no Estado

Obs.: Nesse ítem estão transcritas as metas constantes na Proposta de Plano de Ação da Comissão da Agenda para a Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná

1. Constituir na estrutura da SEED/PR um Departamento de Educação de Jovens e Adultos com equipe de áreas do conhecimento e de organização dos processos administrativos e pedagógicos voltados às especificidades desta modalidade de ensino. Garantir equipe específica de Educação de Jovens e Adultos na SEED e nos Núcleos Regionais de Educação com atendimento das suas demandas, articulada às ações de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos;
1. Garantir a continuidade e ampliação das ações de Alfabetização de Jovens, Adultos e Idosos até que se alcance a superação do analfabetismo no estado do Paraná, articuladas à elevação da escolaridade nas Redes Públicas Estadual e Municipais;
2. Garantir a participação da SEED na Comissão Estadual da Agenda de Desenvolvimento Territorial Integrado de Alfabetização e EJA, garantindo a utilização e ampliação dos recursos estaduais e federais para o fomento da sua organização e consolidação, bem como de seu Comitê Técnico, viabilizando a estrutura necessária para funcionamento das suas ações;
3. Garantir que a escolarização dos jovens, adultos e idosos seja realizada em prédios escolares com acessibilidade e demais instalações adequadas para atendimento a esta demanda, por meio da ampliação e/ou reforma dos prédios públicos que já atendem a essa modalidade, ou da



prioritária construção de Escolas Estaduais para a EJA onde se identificar demanda;

4. Viabilizar a utilização dos espaços físicos das escolas estaduais e municipais para o atendimento das demandas de EJA, seja essa modalidade ofertada pela SEED ou pelos municípios;
5. Garantir a oferta da modalidade EJA em todos os turnos;
6. Ofertar EJA para estudantes com necessidades educativas especiais e/ou deficiência, multideficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/ superdotação, surdos/as, independente do número de estudantes nas instituições de ensino, garantindo as condições pedagógicas e estruturais para o atendimento adequado a esses sujeitos;
7. Tratamento isonômico da EJA em relação aos demais níveis e modalidades da Educação Básica quanto à execução dos recursos federais e estaduais, inclusive os vinculados ao FUNDEB, à produção e utilização de material de apoio pedagógico, à garantia da qualidade pedagógica, à formação inicial e continuada, à alimentação escolar (PNAE), ao transporte dos alunos, dentre outros, como forma de garantir o acesso e a permanência dos alunos;
8. Efetuar análise estratégica da demanda e da oferta de EJA, por meio da elaboração de um mapa geoeeducacional dessa modalidade no estado do Paraná, com o propósito de identificar e atender a demanda de alfabetização e continuidade da escolarização de jovens, adultos e idosos;
9. Gestão junto às IES para oferta de disciplinas vinculadas à temática EJA na formação inicial de profissionais da educação, bem como o fomento à pesquisa, articulado ao Comitê Técnico da Agenda de Desenvolvimento Territorial Integrado de Alfabetização e EJA;
10. Garantir que a formação continuada específica em EJA seja ofertada pela SEED e em parceria com as IES. Fortalecer as ações do PDE e inserir a Educação de Jovens e Adultos como um de seus eixos de estudo.
11. Manutenção e ampliação da Educação de Jovens e Adultos em todas as Unidades Prisionais do estado do Paraná, por meio da criação de formas alternativas de oferta que garantam sua inclusão e permanência dos sujeitos na escolarização;
12. Garantir a manutenção da proposta curricular de EJA presencial, aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 2006, tendo como fundamentação orientadora as Diretrizes Nacionais



e Estaduais da EJA;

13. Pactuar com as Prefeituras Municipais, em parceria com a UNDIME, orientações conjuntas, metas e ações integradas sobre a oferta da EJA – Fase I para garantir a continuidade da escolarização aos jovens, adultos e idosos alfabetizados e aos que possuem baixa escolarização;
14. Garantir políticas voltadas à remoção e fixação dos professores de EJA nas Escolas Estaduais que atendem a essa modalidade, com carga horária mínima de vínculo/docência de oito horas aula nessas escolas;
15. Garantir a oferta da EJA às populações do campo, povos indígenas, comunidades quilombolas, populações das ilhas, dentre outros povos e comunidades tradicionais, atendendo às especificidades sociais, culturais e territoriais próprias desses segmentos, articuladas nas propostas curriculares e pedagógicas aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação, e possibilitando o atendimento educacional próximo às localidades em que residem e/ou trabalham;
16. Garantir a articulação entre a política pública de EJA e a política pública de Educação das Relações Étnicorraciais para implementação da História e Cultura Afrobrasileira, Africana e Indígena nos currículos escolares, fundamentalmente por meio da constituição e consolidação das equipes multidisciplinares das escolas que atendem a EJA na Rede Estadual de Educação;
17. Garantir a oferta de EJA articulada à qualificação profissional e à formação técnico-profissional, incorporando as experiências até então realizadas em parceria com o Governo Federal (Programa ProJovem Campo, Programa ProJovem Urbano e PROEJA) enquanto política pública nas escolas de EJA da Rede Estadual de Educação;
18. Adotar a idade mínima preferencial de 18 anos para os cursos de EJA, garantindo que o atendimento de adolescentes de 15 a 17 anos seja de responsabilidade e obrigatoriedade preferencial de oferta na rede regular de ensino, com adoção de práticas concernentes a essa faixa etária;
19. Garantir a reprodução e distribuição de materiais didáticos e paradidáticos específicos para a Alfabetização e EJA, produzidos pela SEED em conjunto com professores da Rede Estadual de Educação e alfabetizadores, articulados às Diretrizes Curriculares Nacional e Estadual de EJA;

20. Cumprir, no que diz respeito à EJA, a Resolução n. 03/2010 do CNE e a Deliberação n. 05/2010 do CEE-PR quanto a chamada pública e ampliada de estudantes para o ensino fundamental e médio, viabilizando estratégias diferenciadas de divulgação e mobilização;
21. Avaliar a efetividade dos exames em EJA a fim de consolidar política adequada de avaliação e certificação dos alunos;
22. Promover a construção de políticas públicas por meio de diálogos, parcerias horizontais, intersetoriais, articuladas nas diferentes instâncias governamentais e da sociedade civil, de forma a promover a integração da EJA com setores da saúde, do trabalho, meio ambiente, cultura e lazer, dentre outros, na perspectiva da formação integral dos/das cidadãos/cidadãs, garantindo e ampliando o atendimento dos sujeitos desta modalidade;
23. Acolher o Parecer CEE/CEB n. 1.160/10 e fazer cumprir a Deliberação n. 05/2010 do CEE-PR afirmando a modalidade EJA na política de educação básica do Estado do Paraná.

5 Estratégias de ação

5.1 Estratégias de ação de curto prazo

- Divulgar do Plano Estratégico da Agenda Territorial de forma a tornar esse plano público em todo o território paranaense.
- Pleitear a inserção orgânica da EJA nos sistemas de ensino e devido a resistência a essa idéia, convocar audiências públicas nos municípios que dispõem de Conselhos Municipais de Educação.
- Envolver as comunidades locais na mobilização dos sujeitos para a matrícula em EJA.
- Implantar no estado e nos municípios um banco de dados com cadastro único que permita a visualização das matrículas da EJA articulada ao Programa Paraná Alfabetizado, de modo a monitorar a continuidade dos estudos dos educandos, como indicador de qualidade de ambas as formas de atendimento dessa demanda. Esse monitoramento é fundamental para a garantia de que cada etapa vencida pelo Programa Paraná Alfabetizado (PPA) precisa necessariamente impactar as matrículas iniciais de EJA ofertada nas escolas das redes municipais de Ensino do estado.

- Definir um perfil desejado antes de se fazer a distribuição de vagas nas escolas, com critério de escolha de docentes claramente definidos, tendo em vista a inexistência de concurso específicos para professores de EJA.
- Dialogar com as Instituições de Ensino Superior de forma a iniciar ou ampliar a oferta de disciplinas de EJA nos cursos de licenciatura e nos programas de oferta de formação inicial de professores via PARFOR e similares.
- Estender o atendimento do Projeto Olhar Brasil para além do Programa Brasil Alfabetizado, a todos os educandos/educandas da EJA, como estratégia de estímulo à permanência dos educandos na EJA.
- Garantir a inclusão de pessoas com deficiências em classe de EJA, com suas devidas adaptações e flexibilidades, curriculares e físicas, com programas de formação inicial e continuada a professores atentando para as especificidades das duas modalidades: educação especial e EJA.
- Reinvidicar junto aos Conselhos de Saúde o atendimento prioritário dos educandos/educandas da EJA portadores de deficiências visuais, auditivas, mentais, físicas, múltiplas deficiências especialmente aqueles atendimentos que impulsionem a aprendizagem.
- Elaborar um cadastro dos membros ativos do Fórum Paranaense de EJA com dados que permitam visualizar a real possibilidade de incidência do Fórum sobre políticas públicas de EJA no estado, além de se ter mais clareza sobre segmentos a serem mobilizados.

5.2 Estratégias de ação de médio prazo

- Discutir e estabelecer com os municípios formas de monitorar a permanência dos educandos(as) nos sistemas de ensino até a conclusão de sua escolaridade básica.
- Estabelecer indicadores de qualidade de atendimento e permanência dos educandos/educandas nas turmas da EJA que incluam a preocupação com a infra estrutura da oferta priorizando aspectos como: flexibilização de horário de início e término do período de estudos, disponibilização do equipamento escolar, acesso a bibliotecas e demais acervos digitais dos estabelecimentos de ensino.
- Acompanhar e assessorar a (re)escrita das proposta pedagógica para EJA, especialmente nos municípios do estado do Paraná que apresentam baixo IDH.
- Investir em formação inicial e continuada dos educadores e educadoras que atuam com EJA e PPA, entendendo que a maioria deles não foi contemplado com formação em EJA em seus cursos de graduação. Portanto, é extremamente necessária uma formação inicial em EJA

para um significativo número de educadores(as) que desejam atuar com EJA ou que já atuam nessa modalidade.

- Prever a participação dos educandos/educandas de EJA tenham assento nos Conselhos escolares como estratégia de fortalecimento da inserção orgânica da EJA nos sistemas de ensino.

5.3 Estratégias de ação de longo prazo

- Monitorar da formação docente. A formação dos educadores(as) necessariamente precisa refletir no aumento do índice de aproveitamento escolar dos educandos/educandas, o significa dizer, melhoria da aprendizagem desses.
- Implantar no mínimo uma escola de Ensino Médio Técnico Profissional integrado a EJA em cada município.
- Garantir representação das escolas de EJA nos Conselhos Fiscais do Fundeb nos municípios.
- Firmar convênios entre escolas e SENAI para atendimento com matrículas preferenciais aos educandos de EJA concluintes do Ensino Fundamental e Ensino Médio nos cursos profissionalizantes com vagas gratuitas como forma de garantia de que o percentual de recursos determinados legalmente para esse fim sejam realmente destinados a esse público.

6- Considerações Finais

O Paraná teve mudança de governo, fato que no início de uma nova gestão sempre se caracteriza por uma incógnita. Como será, na continuidade, todo esse processo da construção da EJA no estado? Quais são as perspectivas? Quais são as expectativas? Se tomarmos como parâmetro a gestão da EJA no município de Curitiba onde até o ano passado nosso atual governador era prefeito teremos que ser bastante vigilantes e a Comissão da Agenda terá muito trabalho e muitos embates pela frente. Afirmo isso com muita tranquilidade, pois fui gestora de EJA no município de Curitiba em 2005, na primeira gestão de nosso atual governador, então prefeito do município. Nesse sentido reforço a importância da implantação de um monitoramento efetivo de todas as ações de EJA no estado, especialmente uma monitoria das ações desenvolvidas e financiadas pelo governo federal, que representam um grande número de programas.

Por outro lado, entendo que enquanto a educação de jovens e adultos continuar sendo atendida majoritariamente por programas de governo, programas que buscam a elevação da escolaridade básica de nossos jovens e adultos, mas capitaneados por diferentes ministérios, portanto dispersos e com pulverização de recursos públicos, programas estes que não se

transformam em políticas públicas de fato, sempre estaremos a mercê da boa vontade e do posicionamento político dos governos, independentemente da esfera de poder.

Se os recursos que hoje estão pulverizados em diferentes programas estivessem concentrados nas redes estaduais e municipais de ensino, a EJA estaria bem fortalecida e inserida organicamente nos sistemas de ensino. Pensemos apenas nos recursos gastos em formação de educadores e educadoras pelo Programa Brasil Alfabetizado. Digo recursos gastos porque é uma formação que não se converte em formação de quadros efetivos, portanto não é recurso investido. É uma formação que se dá à margem dos sistemas e se perde muitas vezes a cada nova edição do programa. É impressionante como se investe reincidentemente em formação inicial de professores nesses tipos de programas.

O PROEJA mesmo sendo ainda um programa, teve um grande diferencial por ser ofertado basicamente pela rede federal e estadual, partindo da Setec/MEC e buscando a inserção orgânica da EJA nesses sistemas. A formação de docentes que o acompanhou também é de outro patamar. Veio como um curso de especialização, sendo que atingiu o quadro de professores das redes de ensino. E, embora nem todos que fazem esse curso atuem com PROEJA, a formação não se perde, pois apenas os docentes das redes de ensino podem se candidatar a essa formação.

Espero que as parcas reflexões aqui contidas possam contribuir, de alguma forma, para a melhoria do atendimento da demanda por educação de jovens e adultos no estado do Paraná.

7- Referências

BRASIL. Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – **PROEJA. Documento Base**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2006.

MARON, Neura Maria Weber Maron. Das proposições dos seminários de formação de educadores de EJA às ações de formação de professores do PROEJA: um percurso. Porto Alegre: I Seminário de Formação de Educadores de EJA, 2010.

PARANÁ. **Diagnóstico do estado do Paraná**. 2008. Disponível: <<http://forumeja.org.br/pr/>>. Acesso em 10/12/2010.

SANTA CATARINA. **Documento Base sul preparatório para a VI CONFINTEA**. Florianópolis, 2008. (mimeo)

PARANÁ. **Histórico do Fórum Paranaense de EJA**. Disponível: <<http://forumeja.org.br/pr/node/97>>. Acesso em 05/01/2011

PARANÁ. **Carta de Princípios do Fórum Paranaense**. Disponível: <<http://forumeja.org.br/pr/node/98>>. Acesso em 05/01/2011

PARANÁ. **Dados EJA 2010 -Versão Preliminar**. Curitiba: SEED, 2010. (mimeo)

PARANÁ. **Relatório de 2009 da EJA no Paraná**. Curitiba: SEED, 2010. Disponível: <http://www.diaadia.pr.gov.br/ceja/arquivos/File/DADOS_EJA_2009.pdf> Acesso: 04/01/2011.

PARANÁ. **Minuta do regimento da comissão estadual de alfabetização e EJA.** Curitiba, 2010. (mimeo)

PARANÁ. **Proposta de Plano de Ação da Comissão da Agenda para a Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná.** Curitiba, 2010. (mimeo)

PARANÁ. **Dados estatísticos sobre o Programa Paraná Alfabetizado.** Curitiba: SEED, 2011. Disponível:

<<http://www.paranaalfabetizado.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=14>>

Acesso: 04/01/2011

SOARES, Leôncio (org). **Formação de educadores de jovens e adultos.** Belo Horizonte: Autêntica/SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

UNESCO. CONFINTEA VI - **Marco de acción de Belém.** Belém: VI Conferência Internacional de Educação de Adultos: dez. 2009.

Disponível: <http://forumeja.org.br/files/Belem_Final_es.pdf>. Acesso: 19/01/2010.



PLANEJAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS EDUCACIONAIS EM EJA

PROFESSORES:

- Carmenísia Jacobina Aires
- Catarina de Almeida Santos
- Maria Clarisse Vieira
- Ruth Gonçalves de Faria Lopes



PERÍODO: 06/12/2010 a 03/01/2011

Paraíba

INTRODUÇÃO:

Neste registro, sistematizaremos as reflexões advindas do processo de participação no Curso de Gestão Social de Políticas Públicas Educacionais em EJA.

Considerando um olhar lançado a partir de nossa inserção e militância na EJA – Gestores e Educadores – buscamos evidenciar os aprendizados e as proposições necessárias e possíveis à construção da política pública de EJA no estado da Paraíba. Assim, além de explicitar as impressões obtidas no desenvolvimento dos trabalhos, refletiremos sobre os desafios próprios dos processos educativos, elucidando algumas recomendações para o caminhar da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado, Alfabetização e EJA, bem como para o Fórum de EJA do Estado da Paraíba.

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S):

1.1. ESTADO: Paraíba - PB

1.2. NOMES E INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

- Breno Trajano de Almeida (83) 81057501 – e-mail:
breno_trajano@hotmail.com

- Cidilene César de Andrade (83) 8711-4015; 3242-7737 – e-mail:
cidilenejp@hotmail.com

- Verônica Pessoa da Silva (83) 8011-3034 – e-mail: veronicapessoajp@hotmail.com

2- CARACTERIZAÇÃO DA AGENDA E DO FÓRUM ESTADUAL:

2.1. A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado, Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba

A instituição da Agenda Territorial no estado da Paraíba deu-se no ano de 2008. Inicialmente, opção pelo formato de constituição mínima da Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - CEAEJA, através de Portaria publicada pela Secretaria de Estado de Educação, de acordo com as orientações iniciais recebidas na primeira oficina realizado pelo MEC/SECAD na cidade de Natal-RN. Logo após a segunda oficina da agenda, realizada em Brasília-DF, houve a primeira ampliação da comissão da CEAEJA, com publicação da portaria através da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, constituída pelos seguintes segmentos: Coordenador Estadual de EJA, Coordenador do Brasil Alfabetizado, Coordenador de EJA da Capital, UFPB, UEPB, Representante da Sociedade Civil, UNDIME, Representante do Fórum de EJA, UNCME; Sistema prisional, Educação do Campo e Indígena. Porém, na atualidade, a comissão estadual pactuou uma nova ampliação da comissão, buscando incluir outras instituições igualmente relevantes para a construção da política de EJA no Estado e fortalecer as ações da Comissão. Neste sentido, em 2011, será enviado convite para: segmento educando e educador, Sistema S - SESC, ONG como atuação na EJA, representante dos Territórios da Cidadania, IFPB e Secretaria de Saúde, perfazendo o total de 22 instituições.

As ações até agora desenvolvidas pela Comissão da CEAEJA foram:

- a) Instituição da Comissão Estadual, ampliação e publicação em diário oficial;
- b) Leituras e debates acerca do papel da Comissão Estadual;
- c) Elaboração do Plano Estratégico;
- d) Contratação de uma secretária para atuar junto a Comissão Estadual;
- e) Participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias, semanalmente;
- f) Participação nas Oficinas da Agenda Territorial promovidas pelo MEC/SECAD;
- g) Participação do Encontro Estadual do Fórum de EJA do Estado da Paraíba, apresentando a Agenda Territorial com o tema – “A construção da política pública de EJA no Estado da Paraíba”;
- h) Aquisição de materiais de expediente necessários ao desenvolvimento das ações planejadas.

2.2. Fórum de Educação de Jovens e Adultos do Estado da Paraíba

“Ousar é enfrentar o desafio de construir políticas públicas para a educação de jovens e adultos que possam efetivamente contribuir para transformação dessas expectativas e esperanças dos alunos da EJA, em realidade, é reconhecer as possibilidades da ação concreta em direção à utopia frente aos limites que as conjunturas adversas se nos impõem. (LIMA FILHO, 2007, p. 171)”.

Os Fóruns de EJA caracterizam-se pela diversidade na forma como vêm se constituindo e pela capacidade de mobilização com que se têm instalado. Os Fóruns compartilham dificuldades comuns e têm instituído táticas de mobilização no enfrentamento dessas dificuldades, produzindo novas formas de ação, traduzidas em proposições de políticas públicas, em nível local, na articulação com estados e municípios.

Dessa forma, todo plano deve ter como estratégias tratar a EJA e os seus atores como sujeitos de direito; continuidade de estudos articulado com a perspectiva da Aprendizagem ao Longo da Vida; garantir formação dos profissionais professores de modo inicial, continuada, em serviço, considerando a diversidade social, de gênero, etnia, cultura idade etc.; tornar a escola atrativa para os Jovens e os Adultos.

Os Fóruns de EJA são espaços de discussão e mobilização em torno da política pública de Educação de Jovens e Adultos no Brasil. Tem a marca da pluralidade e da diversidade por reunir diferentes atores do campo da EJA, tais como: educandos, educadores, gestores federais, estaduais e municipais, IES, Movimentos Sociais e Populares, ONG's, Sistema S, Sindicatos, Movimento de Economia Solidária, entre outros. É importante ressaltar que embora a diversidade favoreça ao diálogo e o pensar coletivos, esta condição é motivo de grandes tensões e conflitos dos Fóruns, nacional e estaduais. Assim, longe de construir consensos definitivos, os Fóruns têm assumido um relevante papel na definição e consolidação da política de EJA no Brasil.

O Fórum de Educação de Jovens e Adultos do estado da Paraíba foi criado em 1999, após a realização do I Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos – ENEJA, que ocorreu no Rio de Janeiro. Nasceu como resposta à demanda de diversas iniciativas de EJA no estado, que necessitam de uma maior interlocução entre si e com outras instâncias representativas da sociedade. Essa articulação entre os segmentos gestores de programas de EJA no estado, somado a exigência de uma maior mobilização e intervenção desses atores na elaboração de políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos foi outro elemento propulsor da criação do Fórum de EJA na Paraíba.



Desde a sua criação até o presente o Fórum de EJA da Paraíba realizou 36 encontros, ocorrendo em média 4 encontros por ano, oscilando entre as cidades de João Pessoa, Campina Grande, Guarabira, Bayeux e Sapé. Na intenção de tornar a discussão cada vez mais plural, criou dois Fóruns Regionais: o Fórum do Sertão e do Brejo, com configurações ainda frágeis frente à demanda existente. No decorrer desta trajetória diversos temas foram debatidos, dentre os quais destacamos: currículo de EJA, formação de educador de EJA, relatos de experiências dos grupos/entidades que participam do grupo articulador, evasão escolar, analfabetismo na Paraíba, formas de avaliação na EJA, financiamento da educação brasileira e da EJA - FUNDEF e FUNDEB, debate sobre o Programa Sim Eu Posso, avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, desafios e caminhos da construção da política pública de EJA, entre outros.

O Fórum caracteriza-se como um espaço intersetorial, plural, democrático, não partidário, dialógico, de discussão, mobilização e articulação em prol da EJA no estado. É composto por diversos segmentos. Muitos outros grupos e instituições já participaram do Fórum ao longo de sua trajetória. Todavia, atualmente, fazem parte de sua composição, as seguintes entidades: Universidades (Federal e Estadual) e IFPB; Secretarias Municipais e Estaduais de Educação (Coordenadores de EJA, educadores, educandos); Sistema S – SESI e SESC; Movimentos Sociais (Projeto Escola Zé Peão, RELEJA - Rede de Letramento de Jovens e Adultos). Até o ano de 2009 o Fórum era representado por um membro do Grupo Articulador, indicado nas reuniões de articulação. No ano de 2010 o Fórum de EJA passou a experienciar outra proposta de representação, passando a ter uma gestão colegiada formada por três segmentos que compõem o grupo articulador representando o Fórum.

O grupo articulador é composto por representantes de diferentes segmentos/instituições do estado. Sua atuação dar-se por meio de reuniões periódicas com a intenção de refletir, planejar, articular e avaliar os encontros desenvolvidos ao longo de cada ano. Atualmente, as reuniões estão acontecendo nas dependências do Centro de Educação na UFPB - Campus I, na sala onde funciona a Cátedra UNESCO de Educação de Jovens e Adultos.

2.3 Anexo:



Unidade da Federação: PARAÍBA – PB				
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fórum do Estado da Paraíba
Total de componentes	21	16	12	17
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos				
EJA 1ª Segmento-EF	1 (será Convidado)	0	0	0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	1	0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	1
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0
Ensino Médio-EM	0	1	0	0
Educadores escola pública				
EJA 1ª Segmento – EF	1 (será Convidado)	0	0	0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	1	5
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0
Ensino Médio-EM	0	0	0	0
Ensino Federal	0	0	0	1
Educadores escola particular				
EJA 1ª Segmento – EF	0	1	0	0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	0	0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0
Ensino Médio-EM	0	0	0	1
Universidades				
Pública	Federal	1	0	2
	Estadual	1	1	2
	IFPB	1 (será Convidado)	0	1
Comunitária	0	0	0	0
Particular	0	1	0	0
Governo				
Estadual	2	2	1	1
Municipal	1	0	3	1
Gestor Municipal	0	0	1	0
Gestor do E. Privado	0	0	1	0
Outros				
Poder Público	0	5	0	0
UNDIME	1	1	0	
UNCME	1	0	0	0
Movimento Popular	1	2	0	2
Territórios da Cidadania	1 (Será convidado)	0	0	0
Secretaria Estadual de Saúde	1 (será Convidado)	0	0	0
Secretaria de Desenvolvimento Social	0	0	1	0
Sistema Prisional	1	0	0	0
Ministério Público	1	0	0	0
Comitê do Campo	1	0	0	0
Família				
Pai	0	0	0	0
Mãe	0	0	1	0
Responsáveis	0	0	0	0



Sindicatos de trabalhadores				
Profissionais da educação	0	2	0	0
Conselho Municipal de Educação	1	0	0	0
Sistema S				
SENAI	0	0	0	0
SENAC	0	0	0	0
SESI	0	0	0	1
SESC	1 (será Convidado)	0	0	1
SENAT	0	0	0	0
SEST	0	0	0	0
SENAR	0	0	0	0
ONG				
ONG; Projeto de Educação; Órgão Ligado as ações com a criança e o adolescente.	1 (será Convidado)	0	1	3
Fórum de EJA	1	0	0	0
Total	21	16	12	17

Fonte:

4. As informações relativas ao Fórum de EJA e a Agenda Territorial foram construídas a partir de minhas inserção/participação nestes espaços;
5. As informações relativas ao Conselho Estadual de Educação foram fornecidas por Lúcia Oliveira, Assessora Administrativa do CEE;
6. Os dados sobre o Conselho Municipal de Educação (capital) foram retirados no site: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/conselhos/educacao/#comp>. Acesso em: 05/12/2010 as 20h00min horas.

3 - DIAGNÓSTICO DA EJA NO ESTADO DA PARAÍBA (2008)

6.1. A construção do diagnóstico de EJA no processo de preparação da CONFITEA IV

A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino da Paraíba é destinada a pessoas que não tiveram acesso ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio na idade considerada própria, ou não tiveram a possibilidade de continuar os seus estudos em tempo hábil.

Fundamenta-se este direito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, artigos 37 e 38, que consagra a Educação de Jovens e Adultos, como uma modalidade específica da Educação Básica, regulamentada pela Resolução nº 229/2002 e pelo Parecer nº 247/2002 do Conselho Estadual de Educação - CEE/PB.

Assim, mesmo considerado a diretiva da legislação, ressaltamos que na perspectiva da educação e da aprendizagem ao longo da vida, todo o tempo é tempo de aprender, pois aprendemos em todas as etapas da vida, em diferentes tempos e espaços educativos.

A elaboração de diagnósticos de realidade é uma etapa imprescindível à construção de políticas públicas, sobretudo na área da educação. Todavia, infelizmente, esta não é uma marca forte em muitos governos e gestões públicas. Neste sentido, o processo de preparação da CONFITEA VI trouxe, entre muitos, um desafio para os estados brasileiros: a elaboração de seus diagnósticos educacionais na área da Educação de Jovens e Adultos.

Assim, por meio de uma série de estratégias o MEC/SECAD, no ano de 2008, fez um chamamento aos estados para esta construção. Inicialmente, foi realizada em Brasília uma oficina sobre a utilização de Dados de Bases e Indicadores Educacionais, na qual participaram representantes dos estados, das 05 regiões do país, pertencentes às Secretarias Estaduais e Municipais, Fórum de EJA, representante da UNDIME, representante do Comitê de Educação do Campo. Em seguida os estados, a partir de um roteiro orientador, realizaram o desafio de construir um diagnóstico da EJA, cujos resultados foram apresentados em Encontros Regionais e no Encontro Nacional, servindo, inclusive, de subsídio para o Documento Base Nacional preparatório à CONFITEA VI. Todo este processo foi coordenado pelo MEC/SECAD, acompanhado e coordenado por uma consultoria específica em cada região.



No estado da Paraíba o processo de consolidação do diagnóstico foi coordenado pelo Fórum de EJA com a participação ativa dos sujeitos que participaram da Oficina de Dados. Os dados, de forma conjunta, foram socializados no Encontro Regional – Região Nordeste – em um encontro que ocorreu em Salvador, no ano de 2008.

A realização do diagnóstico estadual nos permitiu perceber, agora de modo mais enfático e crítico, a importância dos diagnósticos e a necessidade de uma formação mais específica nesta área para os militantes, educadores e gestores da EJA.

3.2. Análise do Diagnóstico do Estado da Paraíba

O diagnóstico do estado da Paraíba seguiu as linhas e orientações gerais propostas pelo roteiro referencial do Ministério da Educação e Cultura / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – “Organização e Análise de Dados para o Diagnóstico da EJA”, privilegiando o contexto da Capital e, quando possível, do estado; os dados de escolarização da população jovem e adulta; as características de oferta de EJA pelo poder público e pela sociedade civil; os desafios para o avanço da EJA; sendo concluído com algumas recomendações finais.

O processo de elaboração do Diagnóstico das ações da EJA no estado da Paraíba foi desencadeado após o convite da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), para que 05 representantes de cada estado da região nordeste participassem, em Brasília, nos dias 26 e 27 de fevereiro do ano em curso, da “Oficina de Formação em Organização e Análise de Dados para o Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos”. Na oportunidade o estado da Paraíba foi com a seguinte representação: a Gerente Executiva da Educação de Jovens e Adultos do Estado; a Coordenadora da EJA da Capital; a representante do Fórum de EJA; e a representante da UNDIME.

Os dados indicativos da realidade da EJA no estado foram extraídos de base como: O Censo Escolar, INEP, IBGE PNAD, bem como de registros obtidos junto ao Departamento de Estatística da Secretaria de Educação do Estado da Paraíba.

O diagnóstico, apesar da dificuldade inicial de identificação e manuseio dos dados, bem como do pouco tempo destinado a sua feitura, representou um esforço coletivo de um grupo que se comprometeu com sua efetivação. Considerando a amplitude da série histórica utilizada - de 1997 a 2006 – os dados quantitativos prevalecem. Os dados

qualitativos foram extraídos de fontes primárias através de dados dos sistemas estadual e municipal da capital e do Sistema S - SESI e SESC.

Os dados que caracterizam o estado em suas bases sócio-econômicas nos retratam uma marca de pobreza e desigualdades social e regional. As taxas de analfabetismo de 22,72% (2006) e analfabetismo funcional de 37,6% (2006) nos fazem reconhecer, ainda mais, os grandes desafios colocados à Educação de Jovens e Adultos.

A problemática da falta de prioridade quanto a Educação do Campo é outro destaque, pois a maioria das ações empreendidas com este fim, muitas das quais efetivas principalmente pelos Movimentos Sociais do Campo estão centradas na área da alfabetização. Aliás, registramos com estranheza, a separação entre alfabetização e EJA.

Por fim, a baixa reinserção dos egressos dos Programas e Projetos alfabetização e de ações sistematizadas com a finalidade de garantir a continuidade dos estudos também é marcante.

4 - METAS PARA A EJA NO ESTADO DA PARAÍBA:

d) Curto prazo (ação imediata até 2 anos)

15. Elaborar diagnóstico da EJA no estado da Paraíba.
16. Favorecer a articulação entre as redes e escolas que atuam na EJA para facilitar a continuidade dos estudos dos educandos nos diversos níveis e programas de EJA.
17. Desenvolver ações que possibilitem a continuidade dos estudos dos egressos dos programas de alfabetização na EJA.
18. Possibilitar diálogos e parcerias entre as Secretarias estaduais de Saúde, de Justiça, de Ação Social e de Juventude, Esporte e Lazer para realizarem ações articuladas com o público da EJA.
19. Incluir a Alfabetização como etapa inicial da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, respeitando suas especificidades.
20. Elaborar currículo integrado com o mundo do trabalho, que atenda a diversidade da EJA, respeitando as especificidades e identidades de cada segmento como: pessoas urbanas, privadas de liberdade, pescadores, agricultores e indígenas.

e) Médio prazo (de 3 a 5 anos)

1. .Consolidação de uma política pública de Educação de Jovens e Adultos para o Estado da Paraíba em articulação com os diversos segmentos da sociedade civil organizada.

2. Aperfeiçoar mecanismos de regulação e controle social sobre a política de Educação de Jovens e Adultos no Estado.
3. Reconhecer a importância da Educação de Jovens e Adultos para alcançar o desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável para o Estado da Paraíba, na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida.

f) Longo prazo (de 6 a 10 anos)

1. Reduzir os índices de analfabetismo da população que se encontra na faixa etária de 15 anos ou mais;
2. Construir a política pública de EJA no estado da Paraíba;
3. Constituir uma agenda de discussão permanente em torno da EJA, envolvendo os atores e segmentos que atuam junto a esta modalidade educativa;
4. Fortalecer a política pública de EJA, por meio do diálogo com diferentes esferas da sociedade civil e do Estado, aprofundando a discussão das políticas em curso e a formulação de novas iniciativas na área educacional.

5- ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

a) Curto prazo (ação imediata até 2 anos)

1. Atualizar o diagnóstico estadual construído em 2008, primando pela relação quantitativo-qualitativo;
2. Mapear as turmas do Programa Brasil Alfabetizado instaladas no Estado da Paraíba em 2011, identificando o perfil dos educados e dos educadores, suas expectativas quanto à continuidade dos estudos e as ações planejadas e efetivas pelo estado/municípios com vistas a esta finalidade;
3. Realizar reuniões com Gestores Municipais para discutir estratégias comuns de continuidade dos estudos;
4. Identificar e divulgar as experiências exitosas na EJA que permitiam fortalecer as possibilidades de continuidade dos estudos;
5. Discutir com as redes a possibilidade de matrícula automática dos educandos dos Programas de Alfabetização nas escolas municipais para continuidade dos estudos ao término de cada etapa;
21. Realizar reuniões de articulação e parcerias com as Secretarias estaduais de Saúde, de Justiça, de Ação Social e de Juventude, Esporte e Lazer e para possibilitar a construção de ações conjuntas que garantam à continuidade dos estudos;
22. Articular o Programa Brasil Alfabetizado com as redes de ensino, permitindo a abertura de salas de alfabetização no espaço das escolas, nos seus três turnos de funcionamento;

23. Empreender junto ao Sistema S, IFPB, EMATER, SEBRAE, entre outros, experiências de articulação entre EJA e Mundo do Trabalho.

b) Médio prazo (de 3 a 5 anos)

1. Divulgar as ações e garantir a atuação da Agenda Territorial como uma estratégia de articulação dos diversos segmentos da sociedade civil organizada que atuam na EJA para a consolidação de uma política pública de Educação de Jovens e Adultos para o Estado da Paraíba;
2. Fomentar no Fórum de EJA do Estado da Paraíba seu papel de monitoramento, avaliação e controle social da política de Educação de Jovens e Adultos no Estado;
3. Ampliar as bases de participação da Educação do Campo nos Movimentos de EJA – Fórum Estadual e Agenda Territorial – como fortalecimento das ações na linha do desenvolvimento social, cultural, econômico e sustentável para o Estado da Paraíba.

c) Longo prazo (de 6 a 10 anos)

1. Realizar, por meio da Agenda Territorial e dos Encontros do Fórum de EJA, Encontros para socializar o diagnóstico da EJA e firmar compromissos que foquem a redução dos índices de analfabetismo e de exclusão social;
2. Divulgar as ações realizadas na área de EJA, ocupando as mídias locais, os espaços do poder executivo, legislativo e judiciário;
3. Pautar a EJA nos encontros de Educação realizados no Estado da Paraíba, instituindo junto ao Fórum e a Agenda Territorial uma mesa de discussão permanente, programada, com os temas desafiadores constituintes deste cenário;
4. Ampliar as bases de atuação e diálogo com atores/instituições que atuam no Estado, buscando estender parcerias e ações, sobretudo nos Movimentos da Campanha Nacional de Educação e de aprovação e discussão do PNE.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço de construir coletivamente o exercício proposto pelo Módulo IV alimentou nossa esperança na mudança do quadro atual da educação de Jovens e Adultos no estado. Reconhecemos o limite entre a proposta e sua efetivação, sobretudo quando se trata que 04 eixos: redução dos índices de analfabetismo, aumento da oferta de EJA, atendimento da população jovem e adulta na continuidade dos estudos, construção da política pública de EJA.



No entanto, talvez, entre propor e mudar não haja uma distância tão grande, pois nesta luta não estamos sós. Na atualidade o movimento de EJA ganhou visibilidade e adesões importantes. O apoio do Ministério da Educação, através da SECAD, a organização dos Fóruns de EJA em todo o Brasil e a instituição da Agenda Territorial não nos deixa desanimar. Percebemos estar no caminho certo, porém com muitos limites e percalços.

Reconhecemos, todavia, que o fortalecimento da EJA como direito implica na (re)formulação de políticas públicas de qualidade, considerando as realidades de nossa população. Nesta direção, um caminho interessante seria a consulta propositiva aos interesses e demandas dos educandos. Para a utilização desta estratégia registra-se a necessidade de ampliar as formas e modos de ouvir as vozes dos sujeitos integrantes desta modalidade, pois ainda são pequenos os espaços e as oportunidades de consulta e interlocução com os educadores e educandos da EJA.

Quanto à estrutura da EJA, ainda que os Programas não sejam o ideal, o Brasil Alfabetizado existe e é a partir dele que se consegue mobilizar a demanda reprimida da alfabetização. Portanto, consideramos a necessidade de realizar um trabalho de monitoramento e controle social dos dados de cada município, tanto para perceber a relação entre a realidade e os registros indicados pelo banco de dados, quanto para construir alternativas de reinserção dos educandos.

Por fim, a efetivação e o fortalecimento do Fórum de EJA e da Agenda Territorial são indispensáveis para à construção de uma política pública amplamente discutida e difundida com a sociedade civil organizada e que seja resultado de suas lutas e anseios. Mesmo que o caminho não tenha sido fácil reafirmamos ser este o ideário, pois quanto mais forte a sociedade mais democracia prevalece.

7- REFERÊNCIAS

BRASIL. Marco de Ação de Belém. VI Conferência Internacional de Educação de Adultos. Brasília: UNESCO/MEC, 2010.

BRASIL. MEC. SECAD. Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA. “Brasil: Educação e aprendizagem de jovens e adultos ao longo da vida” Brasília, Maio de 2008.

EUGÊNIO, B.G. **O Currículo na Educação de Jovens e Adultos**. 28ª reunião ANPED, 2005.

LIMA FILHO, D. **EJA e Mundo do Trabalho**: elementos para discussão da reconfiguração do currículo e formação de educadores. Publicação: II Seminário Nacional de Formação de Educadores de EJA, Goiânia, FORUMEJA, 2007.



MEC/SECAD. Documento de referência da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

PAIVA, Jane. A construção coletiva da política de EJA no país. In: MACHADO, Maria Margarida (Org.). **Em Aberto: Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, V. 22, Nº 82, p. 1-147, Nov. 2009.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da. **Fórum de Educação de Jovens e Adultos: uma nova configuração em movimentos sociais**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 2005.

Dados de identificação do(s) proponente(s):

Estado:

Pernambuco

Nomes:

Cláudio Roberto Azevedo da Silva

Mirian Patrícia Burgos

Vera Capucho

1.3– Informações para contato:

claudazevedo@yahoo.com.br (81-96927056/ 32556668)

mirianpburgos@yahoo.com.br (81-96083219)

Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital

Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos criada pela Resolução nº. 65, 13/12/2007. Resolução/CD/FNDE/nº 1 DE 02/03/2010., **DECRETO Nº 6.094** é um programa visa articular intersetorialmente as ações de educação formal e não formal para jovens e adultos, contemplando as dimensões escolar, profissional, cultural, de saúde, dentre outras.

Objetiva efetivar o direito constitucional de todos à educação, desde a alfabetização até o ensino médio, e promover a melhoria da EJA a partir da perspectiva intersetorial. São mobilizados diversos segmentos da sociedade, em cada estado brasileiro, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Educação para:

- a) articular efetivamente o Programa Brasil Alfabetizado e a EJA, garantindo a oferta de vagas no ensino fundamental para estudantes egressos das turmas do PBA;
- b) fazer um diagnóstico da EJA no território com vistas a ampliar a oferta, aprimorar a qualidade e definir ações que favoreçam a continuidade dos estudos daqueles que não concluíram a educação básica;
- c) fortalecer as políticas desta modalidade em cada unidade da federação, mediante a identificação das necessidades, o planejamento de ações e a articulação entre diferentes órgãos e instituições envolvidos com a educação de jovens e adultos;
- d) aprimorar a qualidade da EJA integrada com programas e ações referentes às áreas de saúde, cultura, formação e qualificação profissional, geração de renda, etc.

Tem o objetivo maior de estimular a integração de políticas de educação formal e não formal no âmbito da política de Alfabetização e EJA. Busca uma maior e melhor articulação entre as demandas sociais e ofertas de políticas públicas, estimulando a constituição de redes sociais de cooperação visando ao protagonismo na construção de políticas públicas para esse seguimento. Para isso, é necessário apoiar processos educativos que favoreçam a produção do conhecimento, sistematização, socialização das experiências a partir da realidade local e do respeito à diversidade cultural, de gênero, etnia e de ecossistemas.

De acordo com a sugestão do Ministério da Educação/SECAD, constituímos a Comissão Estadual de Educação de Jovens e Adultos contemplando não apenas as instituições que foram citadas, mas, elevando esse número que a princípio, ficou em 27 instituições, com objetivo de contemplar a participação de “todos” os segmentos da EJA.

– Plano de Ação

- Diagnóstico
- Implantação de observatório
- Realização de Encontros Regionais pró-agenda



- **Elaboração de Regimento**

Com muita dificuldade a Comissão vêm reunindo-se mensalmente, para execução do plano de trabalho, do qual apenas o regimento foi concluído.

Fórum EJA de Pernambuco

O Fórum é um espaço informal de educadores/professores, entidades do poder público, universidades, organizações não governamentais, movimentos sociais e entidades empresariais interessados na articulação das práticas de EJA e que, em espaço plural, se comprometam na discussão, fortalecimento e proposição de caminhos para a Educação de Jovens e de Adultos no âmbito do estado de Pernambuco. Do mesmo modo luta com os demais parceiros do país, para alterar a situação educacional de grande parte da população. Sua vinculação, no entanto, se faz com propostas, entidades, pessoas em nível nacional, da América Latina e de demais países interessados na mesma questão. Pretende ser ainda, um articulador de parcerias e alianças para enfrentar a grave problemática do analfabetismo e da sub-escolarização de Jovens e de Adultos, especialmente buscando a formulação de Políticas Públicas e o financiamento para as ações na área. O Fórum de EJA de Pernambuco parte das contribuições que a articulação pernambucana pela Educação de Jovens e de Adultos vem fomentando desde 1990. É composto por uma Coordenadoria Executiva constituída pelas seguintes entidades: Prefeitura de Jaboatão, Prefeitura de moreno, Centro Paulo Freire de Estudos e Pesquisas. E um colegiado ampliado onde além das instituições acima incluem-se: UPE, UNCME, SESI,UFPE, MOVA PERNAMBUCO, MST, PREFEITURA DE OLINDA, PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE ETC. Hoje o Fórum Estadual de EJA de Pernambuco têm a companhia de 13 Fóruns Regionais espalhados por todo estado, desde a área metropolitana até o Sertão, facilitando assim, sua participação como instrumento social na educação.

Diagnóstico da EJA em Pernambuco

O diagnóstico é parte fundamental de um planejamento, pois, não solucionamos os problemas sem reconhecê-los. Utilizamos dados do PNAD como referência básica como subsidio de construção do referido documento.

Em Pernambuco temos a seguinte situação: População: 8.796.032 (2010)
População em idade escolar: 1.423.809 (2007) PIB (R\$ 1.000,00): R\$ 70.440.858,00 (2008) Renda Média (R\$): R\$ 390,00 (2009); Taxa de



analfabetismo: 10 a 14 anos: 5,7 % 15 ou mais: 17,6 %. De acordo com o Pnad 2007, (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) no dia (22/05/10) publicou dados sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) em nosso país. A Pnad 2007 é a mais recente pesquisa divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e logo de cara ela trás um dado alarmante, 42,7% dos estudantes que recorrem à EJA para dar continuidade aos estudos, abandonam a modalidade. As quatro principais razões para o abandono dos cursos estão elencadas no quadro abaixo:

27,9% – horário das aulas é incompatível com o horário de trabalho ou de busca pelo trabalho;

15,6% – Desinteresse pelo curso;

13,6% – Horário das aulas é incompatível com atividades domésticas;

13,6% – dificuldades para acompanhar o curso;

29,3% – outras razões.

Percebam como é delicada a questão do horário para o estudante trabalhador, especialmente para aquele que retorna à educação básica na idade adulta. Muitos alunos vêm migrando do ensino médio regular para a EJA, e se a expansão da carga horária do ensino médio impossibilitar que os alunos cumpram seus horários de trabalho, pode haver uma migração ainda maior ou mesmo o abandono dos estudos, já que as próprias turmas de EJA apresentam também o problema da incompatibilidade de horários.

Um outro dado trazido pela pesquisa revela que os alunos da modalidade têm, predominantemente, a idade de 30 anos ou mais; sendo a faixa etária mais expressiva a que compreende dos 30 aos 39 anos, principalmente entre as mulheres. Estas, representam um número muito expressivo, também, entre os estudantes acima de 40 anos. A propósito, do total de alunos que já tinham freqüentado ou freqüentavam a EJA, quando a pesquisa foi feita, 53% eram mulheres. Esse protagonismo feminino é animador. Outras pesquisas já revelaram que a maioria dos lares pobres deste país é capitaneado por mulheres.

Outros dados revelam que o percentual de negros entre os alunos de EJA é de 10,5% . Já os que se declaram pardos são 47,2%, e brancos formam 41,2%. A modalidade presencial dá conta de 71,7% dos alunos, contra 2,8% na modalidade à distância. O aumento da modalidade à distancia e dos cursos semi-presenciais

pode ser uma boa alternativa para parte dos que alegam incompatibilidade de horários.

A Pnad 2007 trouxe também dados sobre a AJA (Alfabetização de Jovens e Adultos). Dos 14,1 milhões de analfabetos brasileiros, apenas 2,5 milhões estão na AJA. Isso significa que de cada dez analfabetos, apenas dois estudam. Entre os freqüentadores da AJA, a faixa estaria predominante é de 50 anos ou mais (44,7%). A grande maioria dos alunos também tem rendimento mensal domiciliar per capita de, no máximo, um salário mínimo. Um detalhe importante a ser ressaltado é que mais da metade do número de analfabetos se concentra na região Nordeste, são 7,5 milhões de analfabetos, dos quais apenas 1,3 milhão estava freqüentando a AJA.

Metas para o Estado de Pernambuco na EJA

Curto prazo ação imediata até 2 anos

- **Alfabetização e continuidade na EJA;**

Estratégias

- **Estimular e participar na reformulação do Brasil Alfabetizado;**
- **Alfabetização como prioridade política e foco na cidadania;**
- **Reconhecer o desempenho dos educando por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados;**
- **Ampliar mecanismos de divulgação e conscientização do direito à educação de jovens e de adultos (EJA);**
- **Garantir certificação para os jovens e adultos trabalhadores, considerando avaliação adequada e reconhecimento e validação de saberes adquiridos ao longo da vida; Encaminhamento dos egressos do PBA às turmas da rede pública de ensino, investir na formação dos alfabetizadores educadores de EJA;**
- **Instituir consultores em regime de parceria com o MEC e municípios para acompanhamento do PBA;**
- **Ofertar a merenda escolar de qualidade;**
- **Priorizar investimento para mulheres, populações rurais e pessoas com deficiências;**



- Concentrar as ações de alfabetização nas mulheres e populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas e pessoas privadas de liberdade, com um foco geral nas populações rurais;
 - Articular com os municípios, em regime de colaboração, a ampliação da oferta de eja;
 - Realizar a Agenda Territorial;
 - Diálogos, parcerias horizontais, intersetoriais e articuladas, entre vários setores inclusive o MEC, em programas de escolarização de jovens e adultos e trabalho;
 - Articular entre o PBA e a continuidade das aprendizagens ofertadas pela EJA;
 - Responsabilizar-se pela oferta de matrículas que integrem programas de alfabetização à continuidade de estudos;
 - Articulação da oferta da EJA – ensino fundamental, ensino médio e educação profissional – entre estado e município;
-
- Garantir Formação de professores;

Estratégias

- Rede de formação de educadores de EJA;
 - Fomentar programas de formação (graduação e pós-graduação) para educadores de EJA e técnicos das redes públicas;
 - Estimular a participação de gestores de políticas públicas em cursos de formação continuada, para efetivar o diálogo sobre a EJA e suas especificidades e promover a intersetorialidade;
 - Fomentar o acesso e a discussão nas escolas, nos fóruns, nas secretarias de ensino, nas universidades, de experiências significativas em EJA e de documentos básicos de políticas de diversos setores sociais;
 - Política de Formação permanente;
-
- Promover a Intersetorialidade, como elemento fortalecedor da EJA;

Estratégias

- Implementar políticas públicas que promovam a integração da EJA com setores da saúde, do trabalho, meio ambiente, cultura e lazer...



- Fomentar perspectiva popular e intersetorial na formação inicial e continuada de profissionais que atuam na EJA;
 - Contemplar o atendimento dos diversos públicos nos planos estratégicos – articulação intersetorial.
-
- Planejamento e articulação;

Estratégias

- Articular com os municípios, em regime de colaboração, a ampliação da oferta de eja;
 - Realizar a Agenda Territorial;
 - Diálogos, parcerias horizontais, intersetoriais e articuladas, entre vários setores inclusive o MEC, em programas de escolarização de jovens e adultos e trabalho;
 - Articular entre o PBA e a continuidade das aprendizagens ofertadas pela EJA;
-
- Estimular Advocacy entre os diversos atores da EJA ;

Estratégias

- Fortalecer o diálogo entre os poderes públicos e destes com a sociedade civil, no sentido de ampliar e fortalecer a articulação, execução e acompanhamento das políticas par jovens, adultos e idosos;
 - Estimular o fortalecimento dos Fóruns de EJA;
 - Estabelecer diálogo horizontal com os fóruns de eja;
-
- Estimular Controle social destacando sua importância;

Estratégias

- Educação fiscal– garantir que os conteúdos da educação fiscal para cidadania componham currículo obrigatório na formação dos profissionais de educação;

- Acompanhar a efetiva aplicação dos recursos de seus programas destinados a EJA;
 - Fortalecer os conselho de controle social do FUNDEB;
 - Acompanhar as condições de oferta da EJA nas unidades escolares, no sentido de garantir a qualidade social dessa educação;
 - Estabelecer um mecanismo de monitoramento regular para avaliar a implementação dos compromissos assumidos na CONFINTEA VI;
-
- Garantia do direito a educação;

Estratégias

- Consolidar uma política de EJA, ao longo da vida, inclusive para os privados de liberdade – gestão e financiamento que assegure isonomia de condições da EJA em reação às demais etapas e modalidades da educação básica;
- Formular de maneira participativa, políticas públicas que se consolidem como política de estado, levando-se em consideração a diversidade dos sujeitos de EJA, exercitando uma concepção ampliada de educação de jovens e de adultos.
- Fortalecer o diálogo entre os poderes públicos e destes com a sociedade civil, no sentido de ampliar e fortalecer a articulação, execução e acompanhamento das políticas par jovens, adultos e idosos;
- Implementar políticas públicas que promovam a integração da EJA com setores da saúde, do trabalho, meio ambiente, cultura e lazer...
- Reconhecer e institucionalizar as escolas itinerantes;
- Diversificar o calendário de acordo com necessidades regionais;
- Atendimento aos jovens que não têm acesso à universidade;
- Criar condições de permanência de educadores na modalidade EJA;
- Adequar e reestruturar os prédios...disponibilizar mobiliário adequado;
- Acompanhar as condições de oferta da EJA nas unidades escolares, no sentido de garantir a qualidade social dessa educação;
- Contemplar reais necessidades dos estudantes no que refere ao currículo, metodologia, avaliação, idade de ingresso, duração do curso e criando possibilidades de práticas alternativas de ensino e aprendizagem;
- Implantar políticas públicas que garantam a democratização do acesso a bens culturais;
- Garantir condições d infraestrutura para o funcionamento da EJA, como biblioteca, laboratório de informática, quadras esportivas, adequando os

espaços para pessoas com deficiência e recursos para a instalação de laboratórios;

- Fomentar a ampliação do atendimento educacional na modalidade EJA, integrada a formação profissional, em presídios e nas unidades socioeducativas, nestas últimas para sujeitos com idade compatível à modalidade, contando para isso com a formação específica de educadores e professores;
- Redução do Analfabetismo;

Estratégias

- Consolidar uma política de EJA, ao longo da vida, inclusive para os privados de liberdade – gestão e financiamento que assegure isonomia de condições da EJA em reação às demais etapas e modalidades da educação básica;
- Reconhecer e institucionalizar as escolas itinerantes;
- Alimentação adequada no período de escolarização; transporte público e escolar; material específico; educadores professores/ as habilitados/ projeto pedagógico adequado à diversidade dos sujeitos
- Diversificar o calendário de acordo com necessidades regionais;
- Contemplar reais necessidades dos estudantes no que refere ao currículo, metodologia, avaliação, idade de ingresso, duração do curso e criando possibilidades de práticas alternativas de ensino e aprendizagem;
- Estimular e participar na modificação de elevar a alfabetização como política pública;
- Cumprir as metas estabelecidas na CONFINTEA VI;
- Fortalecimento dos Fóruns de EJA;

Estratégias

- Estimular o fortalecimento dos Fóruns de EJA;
- Estabelecer diálogo horizontal com os fóruns de eja;
- Monitoramento do Marco de Belém;

Estratégias

- Estimular o fortalecimento dos Fóruns de EJA;



- Estabelecer diálogo horizontal com os fóruns de eja;
- Estabelecer um mecanismo de monitoramento regular para avaliar a implementação dos compromissos assumidos na CONFINTEA VI;
- Fortalecimento da Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e de Adultos.

Estratégias

- Estimular o fortalecimento dos Fóruns de EJA;
- Realização da Agenda Territorial;

Médio prazo 3 a 5 anos

- Alfabetização e continuidade na EJA;

Estratégias

- Articular com os municípios, em regime de colaboração, a ampliação da oferta de eja;
- Realizar a Agenda Territorial;
- Diálogos, parcerias horizontais, intersetoriais e articuladas, entre vários setores inclusive o MEC, em programas de escolarização de jovens e adultos e trabalho;
- Articular entre o PBA e a continuidade das aprendizagens ofertadas pela EJA;
- Estimular e participar na reformulação do Brasil Alfabetizado;
- Alfabetização como prioridade política e foco na cidadania;
- Reconhecer o desempenho dos educando por meio de métodos e instrumentos de avaliação adequados;
- Ampliar mecanismos de divulgação e conscientização do direito à educação de jovens e de adultos (EJA);
- Garantir certificação para os jovens e adultos trabalhadores, considerando avaliação adequada e reconhecimento e validação de saberes adquiridos ao longo da vida; Encaminhamento dos egressos do PBA às turmas da rede pública de ensino, investir na formação dos alfabetizadores educadores de EJA;

- Instituir consultores em regime de parceria com o MEC e municípios para acompanhamento do PBA;
 - Ofertar a merenda escolar de qualidade;
 - Priorizar investimento para mulheres, populações rurais e pessoas com deficiências;
 - Concentrar as ações de alfabetização nas mulheres e populações extremamente vulneráveis, incluindo povos indígenas e pessoas privadas de liberdade, com um foco geral nas populações rurais;
 - Articular com os municípios, em regime de colaboração, a ampliação da oferta de eja;
 - Realizar a Agenda Territorial;
 - Diálogos, parcerias horizontais, intersetoriais e articuladas, entre vários setores inclusive o MEC, em programas de escolarização de jovens e adultos e trabalho;
 - Articular entre o PBA e a continuidade das aprendizagens ofertadas pela EJA;
 - Responsabilizar-se pela oferta de matrículas que integrem programas de alfabetização à continuidade de estudos;
 - Articulação da oferta da EJA – ensino fundamental, ensino médio e educação profissional – entre estado e município;
-
- Articulação da oferta da EJA – ensino fundamental, ensino médio e educação profissional – entre estado e município;

Estratégias

- Formular de maneira participativa, políticas públicas que se consolidem como política de estado, levando-se em consideração a diversidade dos sujeitos de EJA, exercitando uma concepção ampliada de educação de jovens e de adultos.
- Fortalecer o diálogo entre os poderes públicos e destes com a sociedade civil, no sentido de ampliar e fortalecer a articulação, execução e acompanhamento das políticas par jovens, adultos e idosos;
- Incorporar materiais adequados (PNLDEJA; CLPT)
- Implementar políticas públicas que promovam a integração da EJA com setores da saúde, do trabalho, meio ambiente, cultura e lazer...
- Criação da gratuidade em cursos e programas de educação profissional, oferecidos pelo Sistema “S”;

- Atendimento aos jovens que não têm acesso à universidade;
- Criar grupos de trabalho permanentes;
- Acelerar o cumprimento da recomendação da V CONFINTEA de buscar investimentos de no mínimo 6% o PIB em educação e expandir recursos educacionais e orçamentos em todos os setores;
- Contemplar reais necessidades dos estudantes no que refere ao currículo, metodologia, avaliação, idade de ingresso, duração do curso e criando possibilidades de práticas alternativas de ensino e aprendizagem;
- Garantir condições d infraestrutura para o funcionamento da EJA, como biblioteca, laboratório de informática, quadras esportivas, adequando os espaços para pessoas com deficiência e recursos para a instalação de laboratórios;
- Garantir a Formação de professores;

Estratégias

- Rede de formação de educadores de EJA;
- Fomentar programas de formação (graduação e pós-graduação) para educadores de EJA e técnicos das redes públicas;
- Estimular a participação de gestores de políticas públicas em cursos de formação continuada, para efetivar o diálogo sobre a EJA e suas especificidades e promover a intersetorialidade;
- Fomentar o acesso e a discussão nas escolas, nos fóruns, nas secretarias de ensino, nas universidades, de experiências significativas em EJA e de documentos básicos de políticas de diversos setores sociais;
- Política de Formação permanente;
- Planejamento e articulação;

Estratégias

- Articular com os municípios, em regime de colaboração, a ampliação da oferta de eja;
- Realizar a Agenda Territorial;
- Diálogos, parcerias horizontais, intersetoriais e articuladas, entre vários setores inclusive o MEC, em programas de escolarização de jovens e adultos e trabalho;
- Articular entre o PBA e a continuidade das aprendizagens ofertadas pela EJA;



- **Garantia do direito a educação;**

Estratégias

- **Consolidar uma política de EJA, ao longo da vida, inclusive para os privados de liberdade – gestão e financiamento que assegure isonomia de condições da EJA em reação às demais etapas e modalidades da educação básica;**
- **Formular de maneira participativa, políticas públicas que se consolidem como política de estado, levando-se em consideração a diversidade dos sujeitos de EJA, exercitando uma concepção ampliada de educação de jovens e de adultos.**
- **Fortalecer o diálogo entre os poderes públicos e destes com a sociedade civil, no sentido de ampliar e fortalecer a articulação, execução e acompanhamento das políticas par jovens, adultos e idosos;**
- **Implementar políticas públicas que promovam a integração da EJA com setores da saúde, do trabalho, meio ambiente, cultura e lazer...**
- **Reconhecer e institucionalizar as escolas itinerantes;**
- **Diversificar o calendário de acordo com necessidades regionais;**
- **Atendimento aos jovens que não têm acesso à universidade;**
- **Criar condições de permanência de educadores na modalidade EJA;**
- **Adequar e reestruturar os prédios...disponibilizar mobiliário adequado;**
- **Acompanhar as condições de oferta da EJA nas unidades escolares, no sentido de garantir a qualidade social dessa educação;**
- **Contemplar reais necessidades dos estudantes no que refere ao currículo, metodologia, avaliação, idade de ingresso, duração do curso e criando possibilidades de práticas alternativas de ensino e aprendizagem;**
- **Implantar políticas públicas que garantam a democratização do acesso a bens culturais;**
- **Garantir condições d infraestrutura para o funcionamento da EJA, como biblioteca, laboratório de informática, quadras esportivas, adequando os espaços para pessoas com deficiência e recursos para a instalação de laboratórios;**
- **Fomentar a ampliação do atendimento educacional na modalidade EJA, integrada a formação profissional, em presídios e nas unidades socioeducativas, nestas últimas para sujeitos com idade compatível à modalidade, contando para isso com a formação específica de educadores e professores;**



- **Atuação dos Conselhos de Educação;**

Estratégias

- **Fortalecer os conselho de controle social do FUNDEB;**
- **Atuar junto aos conselhos de educação;**
- **Aprofundar a relação com conselho estadual de educação;**
- **Monitoramento do Marco de Belém;**

Estratégias

- **Fortalecimento da Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e de Adultos.**
- **Estimular o fortalecimento dos Fóruns de EJA;**
- **Realização da Agenda Territorial;**
-

Longo Prazo 6 a 10 anos

- **Garantia do direito a educação;**

Estratégias

- **Consolidar uma política de EJA, ao longo da vida, inclusive para os privados de liberdade – gestão e financiamento que assegure isonomia de condições da EJA em reação às demais etapas e modalidades da educação básica;**
- **Formular de maneira participativa, políticas públicas que se consolidem como política de estado, levando-se em consideração a diversidade dos sujeitos de EJA, exercitando uma concepção ampliada de educação de jovens e de adultos.**
- **Fortalecer o diálogo entre os poderes públicos e destes com a sociedade civil, no sentido de ampliar e fortalecer a articulação, execução e acompanhamento das políticas par jovens, adultos e idosos;**
- **Implementar políticas públicas que promovam a integração da EJA com setores da saúde, do trabalho, meio ambiente, cultura e lazer...**
- **Reconhecer e institucionalizar as escolas itinerantes;**
- **Diversificar o calendário de acordo com necessidades regionais;**
- **Atendimento aos jovens que não têm acesso à universidade;**

- Criar condições de permanência de educadores na modalidade EJA;
- Adequar e reestruturar os prédios...disponibilizar mobiliário adequado;
- Acompanhar as condições de oferta da EJA nas unidades escolares, no sentido de garantir a qualidade social dessa educação;
- Contemplar reais necessidades dos estudantes no que refere ao currículo, metodologia, avaliação, idade de ingresso, duração do curso e criando possibilidades de práticas alternativas de ensino e aprendizagem;
- Implantar políticas públicas que garantam a democratização do acesso a bens culturais;
- Garantir condições d infraestrutura para o funcionamento da EJA, como biblioteca, laboratório de informática, quadras esportivas, adequando os espaços para pessoas com deficiência e recursos para a instalação de laboratórios;
- Fomentar a ampliação do atendimento educacional na modalidade EJA, integrada a formação profissional, em presídios e nas unidades socioeducativas, nestas últimas para sujeitos com idade compatível à modalidade, contando para isso com a formação específica de educadores e professores;
- Realizar chamada pública de matrícula e ampla divulgação dos exames de certificação; compreender os motivos da evasão e criar mecanismos para revertê-la;
- Priorizar na lotação, professores com formação inicial e específica na modalidade EJA;
- Garantir recursos complementar ao FUNDEB;
- Estimular que os recursos da educação seja administrado sempre pelas secretarias de educação;
- Assegurar isonomia de condições em relação às demais etapas e modalidades da educação básica, na implantação do sistema integrado de monitoramento e avaliação;
- Responsabilizar-se pela oferta de matrículas que integrem programas de alfabetização À continuidade de estudos;
- Realizar pesquisa estadual sobre todas as ações da EJA;
- Garantir a implementação das diretrizes aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação;
- Articular junto aos Conselhos Estaduais de Educação, discutir o fator de ponderação da educação de jovens e adultos no Fundeb, considerando a necessidade de ampliação de financiamento para a modalidade;



- **Redução do Analfabetismo;**

Estratégias

- **Cumprimento das ações do Marco de Belém;**
- **Monitoramento do Marco de Belém;**
- **Fortalecimento da Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e de Adultos.**

Considerações finais

Diante do quadro que se apresenta, bem como, das diversas possibilidades postas, fica claro a necessidade de ações intersetoriais, uma vez que, o Contexto educacional é que têm definido a permanência ou procura dos educandos pela educação.

É importante salientar que o uso do diálogo horizontal entre os poderes, facilita a garantia do direito a educação ao longo da vida, suprimindo as metas estabelecidas na CONFINTEA VI e PNE.

Precisamos ter a consciência permanente, de que os valores sociais estão acima de interesses pessoais. E essas metas e estratégias bem definidas para nosso estado, indicam preocupação e responsabilidade com Desenvolvimento Sustentável.

Referências

Documento Base Nacional Preparatório à IV CONFINTEA – Brasília – DF – 2008.

Encontro Estadual preparatório à VI CONFINTEA – Conferência Internacional

SOARES, Leôncio José. O surgimento dos fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. Alfabetização e cidadania, SP-2004.

IBGE. **Levantamento de dados do Município e do Estado.** Disponível em:

< <http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/default.asp> > Acesso em: set/out/nov. 2010.

MEC. Pesquisa sobre Agenda Territorial. Disponível em:
<<http://www.mec.gov.br>>

Acesso em: set/out/Nov.2010.



COMISSÃO ESTADUAL DA
AGENDA TERRITORIAL INTEGRADA DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS
E ADULTOS
PIAUI

Ana Maria Bezerra do Nascimento (hanabela2005@hotmail.com)

Universidade Estadual do Piauí (86) 3213 3703

Ana Maria Bezerra Ferreira (maninhaferreira@hotmail.com)

(86) 9434-9948

PLANO ESTRATÉGICO
Subsídios a Agenda Territorial
(2011 – 2014)

TERESINA (PI) DEZEMBRO DE 2010



SUMÁRIO

Considerações Iniciais

1. Caracterização da Agenda
2. Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado
3. Proposta de Plano Estratégico de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
 - 3.1. Objetivo Geral e Específicos
 - 3.2. Ações
 - 3.3. Resultados esperados
 - 3.4. Gestão, recursos e financiamento
 - 3.5. Estratégias ou eixos do Plano

Considerações Finais

Bibliografia

Documentos de referência

ANEXO

Quadro de detalhamento do plano

Considerações Iniciais

O presente documento corresponde à construção de uma proposta/estratégia de ação em gestão social de políticas educacionais em EJA para subsidiar o Plano Estratégico da Agenda Territorial. A proposta aqui apresentada foi construída na Comissão Estadual da Agenda Territorial do Piauí, conforme a carta de compromisso de Natal, ou seja, de “(...) a planejar, executar e avaliar conjuntamente ações direcionadas à realização da EJA em seus territórios” (BRASIL, Natal, 12 de dezembro de 2008).

Sua elaboração contou em longas e permanentes reuniões, idas e vindas no texto até a sua “conclusão”. Foram meses de reflexões sobre planejamento, plano, estratégia. Planejamento é ação carregada de representações, conceitos, teorias, práticas de intervenção na realidade subjetiva e objetiva, pois, os sujeitos que atuam sobre a realidade direta ou indiretamente o fazem a partir de algum instrumento pautado pela reflexão - ação, visto que a prática está baseada numa significação seja ideológica, utilitária, clientelista, autoritária, democrática. Incessantemente há na reflexão-ação (in)consciente dos sujeitos um nível de elaboração, um sentido, um fim, uma justificativa, um marca humana, ou seja, uma conduta dotada de um significado subjetivo (sentido) dado por quem a executa e que orienta essa ação (WEBER, 1991).

Todavia, quando adentramos no campo educacional, deparamo-nos com séculos de denúncia de uma escola desvinculada da vida, do desinteresse dos alunos, dos índices de analfabetismo, evasão, repetência, do desgaste do professor, da insatisfação dos pais, são sinais desta ainda triste realidade. Este é o pano de fundo desta proposta, enquanto campo de preocupações e desafios de mudança notadamente quando falamos sobre educação de jovens, adultos e idosos.

Nosso objetivo com a elaboração desse plano é tratar a EJA como um direito afirmado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, para a qual a educação constitui um direito fundamental da pessoa, do cidadão/cidadã; mais do que isto significa criar, oferecer condições para que esses direitos sejam, de fato, exercidos. No Brasil, em 1988 o direito à educação para todos (as) voltou à Constituição Federal, abandonado a lógica excludente do atendimento como “oportunidade”, “chance”, “etapa”. Como direito, a EJA é inquestionável e como tal deve estar acessível como preceitua nossa legislação.

Diante do exposto, muitos desafios devem ser enfrentados, o primeiro exige orientar políticas públicas de Estado centradas em sujeitos jovens, adultos e idosos, de responsabilidade de governo e da sociedade. Segundo acionar o instrumento do planejamento como caminho, condição, meio para a

implantação de políticas públicas para consolidação de estratégias de superação das desigualdades existentes.

Neste sentido, a Agenda Territorial tem um papel central nesta proposta, pois se propõe a estabelecer um pacto social para melhorar e fortalecer a educação de jovens e adultos no Brasil. A proposta da agenda segundo documentos do Ministério da Educação é reunir periodicamente representantes de diversos segmentos da sociedade, de cada estado brasileiro, para de forma conjunta e pautada na filosofia do *Compromisso Todos pela Educação*, impetrada pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), é estabelecer “compromissos para o ano, em que cada estado trace metas para a educação de jovens e adultos” (MEC, 2010)

Com essas reflexões e com base na (re)leitura da proposta de plano estratégico do estado, dos materiais e tarefas já realizadas no curso de gestão em políticas educacionais em EJA, (re)elaboramos a proposta existente, o que nos permitiu, também desvelar elementos que estavam presentes, mas que ainda não tínhamos dado conta suficientemente. Em síntese não houve mudança na proposta já construída apenas colocada adequadamente com base no roteiro orientador disponibilizado no ambiente do Módulo IV.

1. Caracterização da Comissão da AGENDA TERRITORIAL INTEGRADA DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PIAUI

A comissão foi constituída pela resolução nº 65, de 13 de dezembro de 2007, publicada no DOU nº 241, de 17 de dezembro de 2007 e a institucionalização no Estado do Piauí da Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos ocorreu sob o Decreto de Nº 13.914 de 03 de novembro de 2009. Sua composição foi definida assim:

Representante da Secretaria Estadual de Educação (secretaria-executiva do Comitê);

Representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);

Representante do Fórum Estadual de EJA;

Representante da sociedade civil da área de alfabetização de jovens, adultos e idosos e de EJA;

Representante de instituições de ensino superior;

Representante da Educação no Campo;

Representante do Sistema “S”

Assim organizado são efetivos espaços de interação entre os atores. A agenda EJA, caminha ainda com diferentes graus de intensidade, organização e funcionamento “exigindo, por isso mesmo, estudos e conhecimento de suas formas de gestão, de participação e da consciência do lugar político que ocupam educadores, como constituidores de novos núcleos de poder e de resistência” (PAIVA, p. 20).

Na defesa dos direitos da EJA “como fundamento da perspectiva democrática” (Paiva, p. 2), sua atuação se coloca no âmbito global/local da luta, em marcos operacionais e legais (Machado, p. 28) pelo direito a educação de jovens, adultos e idosos - têm possibilitado opiniões diversas e até mesmo contraditória sobre sua identidade e as formas de encarar a autonomia frente ao Estado e a sociedade política, se conduzem coletivamente, expressando aspirações, interesses e necessidades da EJA.

Como espaço plural de “importante terreno de luta, trava a disputa pela hegemonia, recriando um espaço político decisivo para fazer avançar suas reivindicações” (PAIVA; p.12) que envolve relação de poder entre atores diversos em suas identidades, interesses e valores, que se expressam sob varias formas conforme capacidade de ação dos sujeitos envolvidos e as condições objetivas dessa atuação.

Entretanto, atuação/participação dos atores no espaço da agenda é acompanhada de um grau de maior ou menor interlocução com a autoridade pública ou do Estado, dada as condições objetivas disponíveis – recursos humanos e materiais – para fazer valer aspirações e valores de forma a consolidar suas identidades afirmadas também como sujeito de direitos e obrigações.

A participação dos sujeitos envolvidos sejam educadores, educandos, gestores, militantes na agenda situa-se no que Teixeira (2001) conceitua de dicotômica: individual ou coletiva; direta ou indireta, institucionalizada ou movimentalista. Essas formas não são excludentes. É um processo de condução política e como tal acarretará maior ou menor grau de ação dos grupos/organizações/ indivíduos conforme a conjuntura/contexto. Efetivamente, a participação (de forma real e não ideal) caracteriza-se pela protagonização no processo decisório desses sujeitos marcando a expressão, presença na cena política de forma a impactar, influenciar no processo, construindo assim o “fazer parte”, “tomar parte”, “ser parte” de um projeto publico que pode resultar em negociação, monitoramento, elaboração e avaliação no processo.

Como instrumentos que consolidam as estratégias para articulação territorial das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, a agenda deverá valer-se de análise diagnóstica, definição de objetivos e metas que subsidiem a implementação e gestão destas ações.

2. Análise diagnóstica da Educação de Jovens, Adultos e Idosos – Piauí

O estado do Piauí tem uma área de extensão territorial que representa 2,95% do território nacional. Localizado no Oeste do Nordeste brasileiro apresentou desde o inicio de sua colonização,

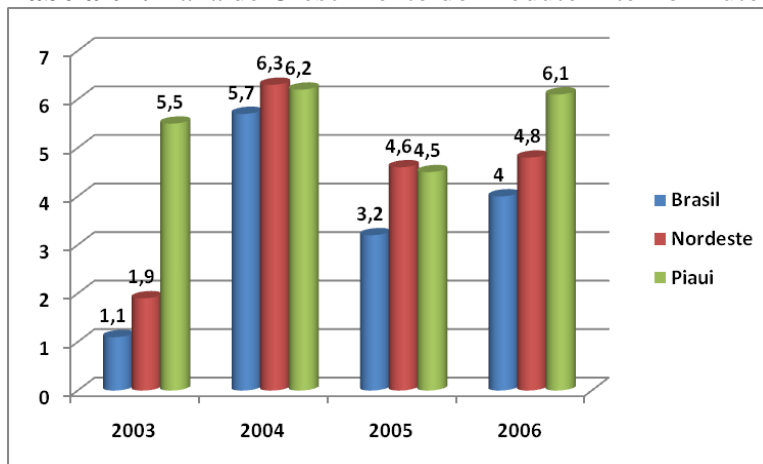
um modelo de desenvolvimento econômico centrado nas atividades agropecuárias, reforçadas pela agricultura primitiva sem a utilização de técnicas mais avançadas.

A população residente nos municípios em média é de **3.032.459 (IBGE/2007)** habitantes correspondendo a uma taxa de crescimento anual de 1,53%. Deste total 30,5 % (Censo 2000) a população de pessoas jovens e adultas não-alfabetizadas com mais de 15 anos e de mais idade, concentra-se na faixa etária de 19 a 29 anos (IBGE, 2009). Mesmo sendo o terceiro maior estado do Nordeste em extensão territorial, a sua maior densidade demográfica **11,31 hab/Km²** habitantes por quilometro quadrado e a menor em percentual 0,93 (zero virgula noventa e três), ou seja, apresentando uma população pouco densa, constituindo-se um verdadeiro desafio para a implantação de políticas públicas, notadamente na educação.

Segundo dados do IBGE (2009) a maioria da população está concentrada na zona urbana, fugindo da zona rural duramente castigada pela seca, em busca de melhoria de vida e de trabalho, acarretando graves problemas para os centros urbanos que não dispõem de estrutura física e alternativas ocupacionais para conduzir esse grande contingente de pessoas que cresce ano após ano, a uma situação satisfatória de vida nos aspectos educacional, econômico e cultural.

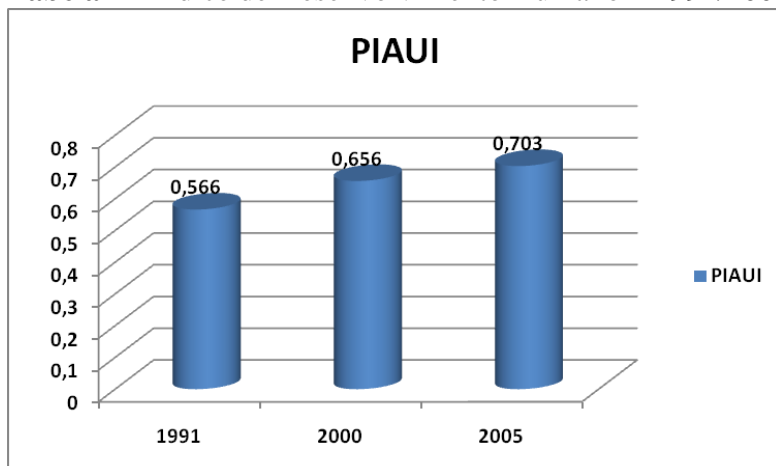
Principais indicadores sociais: renda per capita e IDH

Tabela 01: Taxa de Crescimento do Produto Interno Bruto - 2003-2006



Fontes: IBGE, Fundação Cepro.

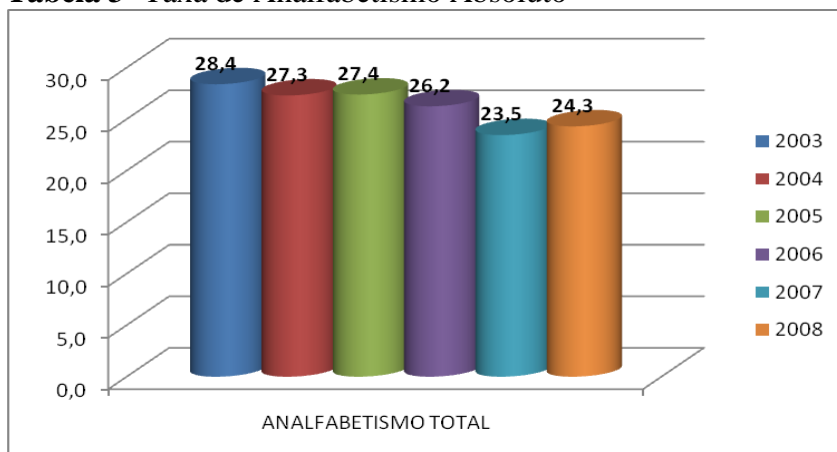
A tabela nos mostra que as taxas de crescimento do PIB no Piauí e no Nordeste crescem a variações superiores ao Brasil. Destaca-se que em 2003, o PIB piauiense evoluiu relativamente mais que a região Nordeste e o País. No caso piauiense, aponta-se como causa o desenvolvimento do agronegócio no Sul do Estado. Em relação ao Nordeste, observa-se que nos últimos anos, muitas subsidiárias de grandes empresas migraram do Sul-Sudeste e se instalaram na região. Isso provocou um crescimento da riqueza econômica acima dos níveis nacionais. Este fato explica a nova lógica de desenvolvimento regional do país que vem priorizando os estados no Norte e Nordeste do Brasil.

Tabela 2 - Índice de Desenvolvimento Humano – 1991/2005

Fonte: PNUD/Fundação João Pinheiro.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um indicador social fruto de três variáveis importantíssimas: Longevidade, Renda e Escolaridade. No caso do Piauí, segundo os dados expostos no quadro acima, o IDH de 1991 era de 0,566, passando para 0,656 em 2000 e chegando a 0,703 em 2005, a variação entre 1991 e 2007 foi de 24,20% e entre 2000 e 2005 de 7,16%. Políticas públicas mais efetivas nos campos da educação e saúde, aumentos reais no salário mínimo e a introdução de programas de transferência direta de renda como o Bolsa-Família são fatores que explicam essa mudança significativa do IDH do Estado.

Indicador Educacional

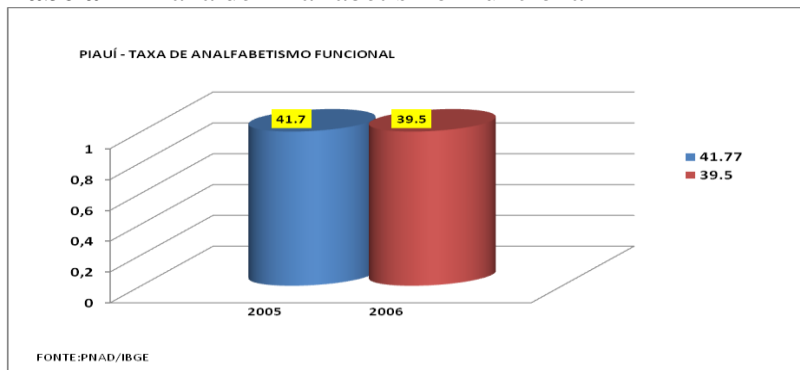
Tabela 3- Taxa de Analfabetismo Absoluto

Fonte: PNAD/IBGE

Dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, colhido de 2004 a 2008, informam que a taxa média nacional de analfabetismo de jovens acima de 15 anos e de adultos é de 9,9%. No Piauí observa-se que 2003 foi o maior percentual chegando a 28,4%, em 2004 uma queda de 1,1% com um percentual de 27,3%, em 2005 houve um leve

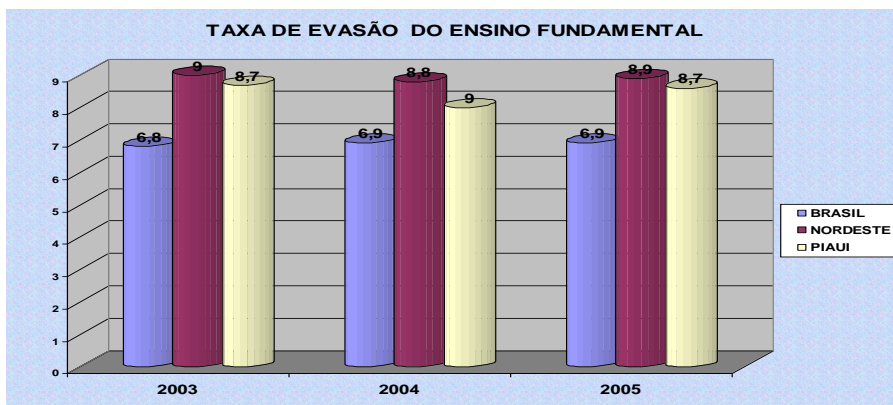
acréscimo de 0,1% com 27,4% ,em 2006 - 26,2 e 2007 - 23,5% observa-se que foi uma queda mais significativa chegando a 2,7% e em 2008 - 24,3% com acréscimo de 0,8%.

Tabela 4- Taxa de Analfabetismo Funcional



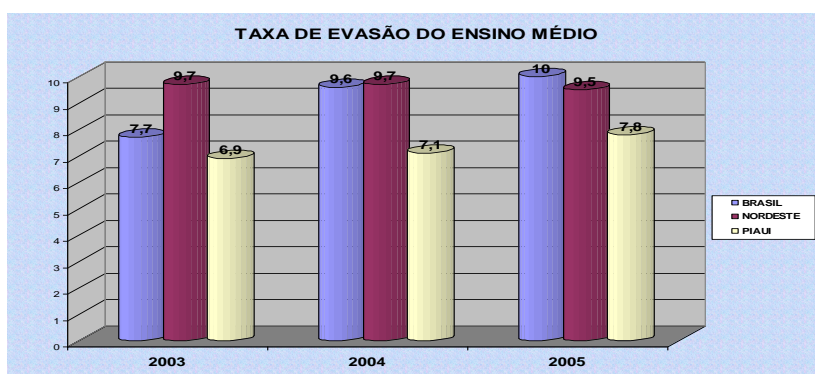
Fonte:PNAD/IBGE

O Estado do Piauí em 2005 chegou a 41,7% em analfabetos funcionais e em 2006 com 39,5%.

Tabela 05- Taxa de evasão do Ens.Fundamental

Fonte:Inep/Edudatabrasil

Em 2003 o Piauí tinha 8,7 e ficou acima do índice nacional e abaixo da média do nordeste; Em 2004 o Brasil com 6,9%, no Nordeste 8,8% e o Piauí assim como o nacional e o nordeste obteve um acréscimo de 0,3 ficando com 9% e em 2005 o Brasil permaneceu com 6,9%, o nordeste com 8,9% e o Piauí decresceu ficando com o mesmo percentual do ano de 2003 obtendo um índice menor do que a média do nordeste.

Tabela 06- Taxa de Evasão do Ensino Médio

Fonte:Inep/Edudatabrasil

Dados indicam que em 2003 no Brasil a media era de 7,7%, no Nordeste 9,7% , no Piauí 6,9 ficando abaixo dos índices nacional do nordeste; em 2004 o Brasil com 9,6%, no Nordeste 9,7% e o Piauí assim como o nacional e o nordeste obteve um acréscimo de 0,4 ficando com 7,1% e em 2005 o Brasil acresceu 0,4 com 10%, o nordeste com 9,5% com 0,1% de decréscimo e o Piauí com um aumento de 0,7% ficando com 7% obtendo um índice menor do que a média do Brasil e maior que o nordeste.

Tabela 07- Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental

Fonte:Inep/Edudatabrasil

A taxa de aprovação do Ens. Fundamental no Estado do Piauí nos anos 1999 á 2005 obteve uma taxa de aprovação de 65,5%. Em 2000 com 77,5% com o aumento de aprovação de 12 pontos percentuais; em 2001 68,1% com um decréscimo de 8,9%; em 2003 70,1% conseguindo um discreto aumento de 2,0 pontos percentuais,seguinto em 2004 com 68,7% e em 2005 ficando igual á 2001 com 68,1%.

Tabela 08 - Taxa de Aprovação do Ensino Médio

Fonte:Inep/Edudatabrasil

Em 1999 o Piauí obteve uma taxa de aprovação de 70,1%; em 2000 com 69,1% com o decréscimo de 1 ponto percentual; em 2001 73,6% com um aumento de 4,5%; em 2003 69,8% com uma queda de 4,2 pontos percentuais,quase com o mesmo percentual tinha alcançado em 2001; em 2004 com 67,6% e em 2005 chegando a 66,5%, observá-se que o melhor índice em 2001.

Tabela 09- Taxa de Reprovação do Ensino Fundamental

Fonte:Inep/Edudatabrasil

Em 1999 o Piauí obteve uma taxa de reprovação de 17,3%; em 2000 com 14,1% com o decréscimo de 2,7 pontos percentuais; em 2001 14,5% com um aumento de 0,4%; em 2003 15,6%; em 2004 com 18,0% e em 2005 com 17,9%, observar-se que houve uma constante elevação dos índices não conseguindo mais uma queda da reprovação.

Tabela 10- Taxa de Reprovação do Ens. Médio



Fonte:Inep/Edudatabrasil

Na tabela 10 em 1999 o Piauí obteve uma taxa de reprovação de 9,1%; em 2000 com 6,8% com o decréscimo de 2,3 pontos percentuais; em 2001 7,4% com um aumento de 1,4%; em 2003 com 6,5%; em 2004 com 9,1% e em 2005 com 9,2%, observar-se que houve uma constante elevação dos índices não conseguindo mais uma queda da reprovação.

Tabela 11- Taxa de Abadono do Ens. Fundamental



Fonte:Inep/Edudatabrasil

Em 1999 o Piauí obteve uma taxa de reprovação de 17,2%; em 2000 com 19,8% com o acréscimo de 2,6 pontos percentuais; em 2001 17,4% com uma queda 2,4%; em 2003 com 14,3%; em 2004 com 13,3% com queda significativa de 6,5 pontos em relação a 2000 e em 2005 com discreta elevação chegando a 14%.

Tabela 12 –Taxa de Abandono do Ens.Médio



Fonte: Inep/Educatobrasil

Em 1999 o Piauí obteve uma taxa de reprovação de 20,8%; em 2000 com 24,1% com o acréscimo de 3,3 pontos percentuais; em 2001 19% com uma queda 4,9%; em 2003 com 23,7%; em 2004 com 23,3% e em 2005 com elevação chegando a 24,3%.

Diante desse quadro, o governo do estado pautou ações que se traduziram nos últimos seis anos, na queda do índice de analfabetismo que era de 28,4% para 24,3% ou mais de pessoas analfabetas, conforme dados da PNAD; o analfabetismo funcional decresceu de 43,2% em 2005 para 40,8% em 2006.

Entendendo que há muito a fazer no atendimento a jovens e adultos, que o Governo do estado em parceria com o governo federal/Ministério da Educação não mediu esforços para implementar ações política voltadas para EJA. Para isso investiu no Programa Olhar Brasil que tornou-se uma experiência exitosa para todo Brasil; no fornecimento da merenda escolar e do livro didático contextualizado; investiu na formação para professores; realizou mobilizações em parceria com a sociedade civil para matrícula com uma campanha de massa que envolveu toda sociedade piauiense; realizou o cadastro educacional de AJA\EJA entre outras ações que contribuíram para o atendimento qualificado desta demanda, garantido constitucionalmente.

Assim, formular, de maneira participativa, políticas que se consolidem como política de Estado e não de governo, considerando a diversidade de sujeitos de EJA; incluindo jovens e adultos na concepção ampliada de que a educação é um direito universal, de partilhar conhecimento e saberes acumulados ao longo da vida e não apenas de se escolarizar.

Superar tais desafios requer *fortalecer a intersectorialidade da EJA*, ou seja, o diálogo entre órgãos de governo, responsáveis pela implementação de políticas públicas e a sociedade civil demandante dessas políticas, no sentido de ampliar e fortalecer a articulação, construção, execução e acompanhamento voltadas para jovens adultos e idosos.

Construir um desenho curricular na perspectiva da formação integral: trabalho, saúde, meio ambiente, cultura da comunicação. Para isso considerar a experiência do programa Brasil Alfabetizado que vem possibilitando dialogar com propostas pedagógicas plurais, pela participação de entidades, fórum, movimentos, instituições de ensino superior no constante diálogo a acerca dessa abordagem metodológicas ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de construir



uma proposta que contemple as especificidades dos sujeitos da sociedade piauiense em sua diversidade cultural, política e social.

3. PLANO ESTRATÉGICO

OBJETIVOS: Fomentar políticas públicas de atendimento a Educação de Jovens e Adultos que assegure o direito à educação básica como educação ao longo da vida.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

- Identificar demanda de AJA e EJA não atendida no estado;
- Mobilizar a população não alfabetizada para participar das ações de alfabetização, com ênfase no PBA, desenvolvidas no Estado;
- Mapear o quantitativo dos egressos do PBA e das demais iniciativas de alfabetização na EJA que ingressaram na educação básica;
- Mobilizar população que não concluiu a educação básica para matricular-se nas turmas da EJA;
- Verificar o nível de atendimento e permanência dos educandos nas turmas da EJA;
- Caracterizar o perfil dos professores que atuam em EJA;
- Definir proposta de formação inicial e continuada para professores que atuam na EJA.
- Mapear a necessidade de vagas de professores de EJA nas áreas curriculares para fim de concurso público;
- Elaborar subsídios de reformulação da proposta pedagógica de AJA\EJA

3.2. AÇÕES

- Concluir o Cadastro Educacional de EJA E AJA nos 223 municípios
- Implantar Comitês locais em todos os municípios
- Mobilizar os sujeitos para a matrícula em EJA
- Ampliar o atendimento do Olhar Brasil
- Reformular a Proposta pedagógica para EJA em todo estado
- Qualificar professores da rede publica na formação inicial e continuada para AJA/ EJA

3.3. Resultados esperados

- p) Efetivar a articulação entre o Programa Brasil Alfabetizado e continuidade na EJA;
- q) Ampliar a rede de matrícula em EJA;
- r) Melhorar o ensino-aprendizagem de EJA com ênfase na formação do professor;
- s) Efetivar a participação de todos os segmentos envolvida na alfabetização e educação de jovens e adultos na agenda territorial;
- t) Consolidar as diretrizes e metas orientadoras da AJA\EJA com a reformulação da proposta pedagógica para o estado;
- u) Efetivar mecanismos de controle e transparência na aplicação dos recursos.

3.4. Gestão, recursos e financiamentos.

- Fortalecer o regime de colaboração, identificando responsabilidades dos entes federados;
- Autonomia federativa para os modelos pedagógicos e administrativos que melhor respondem aos desafios postos pela diversidade dos sujeitos;
- Diversificar formas de entrada no sistema;
- Envolver os sujeitos no controle social do uso dos recursos do FUNDEB, LO; PBA entre outros.
- Realizar prestação de contas entre os entes federados.

3.5. Estratégias ou eixos do Plano

1. Acesso e permanência
2. Formação inicial e continuada de professores
3. Articulação política e intersetorial

Considerações Finais

As perspectivas para o próximo Plano Estratégico da Agenda são positivas, pois, resultará dos resultados da realização no país da VI Conferencia Internacional de Educação de jovens e Adultos (CONFITEA); dos dados dos censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que conclui o diagnóstico para atendimento educacional das Unidades da Federação; da elaboração dos Planos Plurianuais para o governo que se inicia, o que permitira a montagem de metas mais realistas para as próximas décadas.

Soma-se a essas perspectivas, um conjunto de resoluções que vem sendo aprovada pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica sobre a EJA, dentre os documentos apontados Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, resolução nº 04 de 13 de Julho de



2010 que vem (re)significar o *educar e o cuidar*; e o projeto de Lei do Plano Nacional de Educação 2011 - 2010 que tramita no Congresso Nacional.

Entretanto, muitas são as lacunas ainda existentes, entre elas estão à criação de mecanismos que lhes garantam o cumprimento de seu planejamento; os instrumentos de responsabilização dos sujeitos participantes; de suas resoluções; o estabelecimento claro dos limites e das possibilidades decisórias das ações elaboradas coletivamente nos encontros, conferências, que deverão ser estendidos e ampliados, favorecendo, por conseguinte, a identificação do significado e do conteúdo da cidadania em uma quase infinita variedade de situações que favorecem os processos de construção de identidades e aprendizagens; da gestão vida coletiva que pode se iniciar com a convivência e a tomada de decisões cotidianas, abarcando processos dos mais simples aos mais complexos – do micro ao macrosomo; na educação para a cidadania e na capacidade organizativa da comunidade.

Partilhar o poder de intervir e de decidir é uma meta e um resultado que se pode esperar das experiências dos “conselhos gestores” (CONH, 2002) que vem construindo o controle público da sociedade sobre o Estado. Experiência permeada de mudanças e permanência tanto para o poder público como para a sociedade organizada que participa destas relações.

O desafio para o próximo século sustentável é construir uma cultura de participação; do coletivo sobre o individual; de superação do corporativismo, clientelismo; da fragmentação/setorialização é uma tarefa de todos (as) para acumularem conhecimento e experiência para assim mover-se seguramente nos territórios sem o temor de perder sua identidade, ou cair no pântano do imobilismo de atores com acesso ao saber e ao poder. É um processo longo e difícil como diz Paulo Freire “Mudar é difícil, mas é possível

Bibliografia

BRASIL. Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos .

_____. **Diagnostico do estado do Piauí**. Brasília:DF/Imprensa Nacional, IBGE/2010

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução nº 4/2010. CNE/CEB.**

Gohn, Maria da Gloria. **Conselhos gestores na política social urbana e participação popular**. Cadernos Metrôpole n. 7, pp. 9-31, 1º sem. 2002

Teixeira, Elenaldo Celso. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. 2 ed., São Paulo:Cortez:EQUIP:Salvador, UFBA, 2001.



Paiva, Jane. **A construção coletiva da política de EJA no país.** W www.fe.unb.br/ejagestao.

Machado, Margarida Maria. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil pós-Lei nº 9.394/96:** a possibilidade de constituir-se como política pública. W www.fe.unb.br/ejagestao

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 1ª ed. Brasília: Unb, 1991

Documentos de referência

BRASIL. Constituição de 1988; <http://www.planalto.gov.br>

_____ Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:

_____ Lei nº 11.494/2007 / <http://www.planalto.gov.br>

_____ Decreto nº 6.253/2007/ <http://www.planalto.gov.br/>

_____ Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos: · Parecer CNE/CEB Nº 06, de 07/04/2010.

_____ Resolução Nº 03, de 15/06/2010/<http://portal.mec.gov.br/>

_____ LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20/12/1996/
<http://www.planalto.gov.br/>

_____ PNE 2001-2010 - Plano Nacional de Educação. - Lei nº 10.172, de 9/01/2001/
<https://www.planalto.gov.br/>

_____ Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009 - obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica/

_____ Resolução Nº 69 de 29 de D DE 2009. Altera o valor *per capita* por aluno/ano a ser transferido à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) em 2010.

_____ Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de Julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

_____ Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências/
<http://www.planalto.gov.br>

. _____ *Portaria Normativa n ° 09* de 30 de Junho de 2009. Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação.
<http://portal.mec.gov.br/>

_____ FNDE, Resolução Nº 51 de 16 de setembro de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA)
www.fnde.gov.br/

PLANO ESTRATÉGICO

Fomentar políticas públicas de atendimento a EJA que assegure o direito à educação básica como Educação ao Longo da Vida.

ESTRATÉGIA 1 - ACESSO E PERMANENCIA		
OBJETIVO	AÇÃO	METAS
Identificar demanda de AJA e EJA não atendida no estado;	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Implementar o cadastro educacional de AJA e EJA em 71 municípios que ainda não tiveram o cadastro realizado. ✗ Recolher dados do IBGE/PNAD; bolsa familia; SINE; ✗ Convocar ministério publico, Igrejas, sindicatos, Instituições públicas e particulares e sociedade civil; ✗ Concluir a instalação dos comitês estaduais nos 69 municípios que restam ✗ Implementação dos Comitês locais nos 223 municípios 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Reduzir em 10% analfabetos absolutos e funcionais ✗ Matricular 30% dos egressos da AJA na rede publica; ✗ Selecionar e capacitar todos os agentes educacionais envolvidos na aplicação da coleta dos dados nos municípios; ✗ Capacitar os membros dos comitês locais; ✗ Realizar monitoramento semestral.
Mobilizar a população não alfabetizada para participar das ações de alfabetização, com ênfase no PBA, desenvolvidas no Estado;	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Preparar subsídios para campanha de mobilização para o cadastro dos alfabetizandos e matrícula de EJA ✗ Ampliar o atendimento no programa olhar Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Envolver municípios, empresas privadas, instituições superiores, igreja e movimentos sociais; ✗ Articular todos os sujeitos do Programa Brasil Alfabetizado e EJA;
Mapear o quantitativo dos egressos do PBA e das demais iniciativas de alfabetização na EJA para	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Preparar os dados recolhidos do cadastro para a matrícula 	<ul style="list-style-type: none"> ✗ Matricular o dobro de alunos existentes; ✗ Elaborar calendário para AJA/EJA;



ingressaram na educação básica;		<ul style="list-style-type: none"> × Ampliar em 30% a rede de atendimento no estado e município.
Verificar o nível de atendimento e permanência dos educandos nas turmas da EJA;	<ul style="list-style-type: none"> × Sistematizar indicadores de acompanhamento e supervisão 	<ul style="list-style-type: none"> × Qualificar o ensino-aprendizagem com infraestrutura, horário, equipamentos, acervo bibliográfico e audiovisual de EJA.
ESTRATÉGIA 2 – Formação inicial e continuada de professor		
OBJETIVO	AÇÃO	METAS
Mapear a necessidade de vagas de professores de EJA nas áreas curriculares para fim de concurso público;	<ul style="list-style-type: none"> × Definir critérios para a seleção dos professores de EJA; 	<ul style="list-style-type: none"> × Selecionar 30% dos quadros para as turmas de EJA;
Elaborar subsídios de reformulação da proposta pedagógica de AJA\EJA	<ul style="list-style-type: none"> × Analisar a legislação Educacional do estado, discussão com alunos, professores, escolas, GRES e SEMEC; × Encontro para sistematização da proposta; × Consolidação da proposta a se encaminhada a CEE/PI para aprovação. 	<ul style="list-style-type: none"> × Programar gradativamente as diretrizes e metas orientadoras da AJA\EJA com a reformulação da proposta pedagógica para o estado; × Programar o currículo considerando a diversidade etária, de gênero, étnica, racial, sócio-econômica, espacial, cultural, trabalho, saúde dentre outras necessidades do estado.
Definir proposta de formação inicial e continuada para professores que atuam na EJA.	<ul style="list-style-type: none"> × Convocar as IES para à oferta de cursos de formação continuada para os professores de EJA; × Dialogar com o PARFOR para oferta de formação continuada; × Constituir grupo para elaborar propostas para os editas da SECDA/SEB/MEC/CAPEs 	<ul style="list-style-type: none"> × Qualificar 30% dos professores selecionados para EJA



ESTRATÉGIA 3 – Articulação política e intersetorialidade

OBJETIVO	AÇÃO	METAS
Constituir a Comissão estadual da agenda com pluralidade de atores;	<ul style="list-style-type: none">✘ Convocar os parceiros, entidades, movimentos para comporem a Comissão com indicação dos seus pares;✘ Promover reunião de trabalho✘ Elaborar cronograma de ações;✘ Montar, coletivamente, um calendário de trabalho;✘ Realizar seminário sobre a Agenda Territorial;✘ Elaborar plano estratégico da agenda	<ul style="list-style-type: none">✘ Constituir a comissão com representação de todos os segmentos envolvida na alfabetização e educação de jovens e adultos;✘ Construir coletivamente planejamento estratégico;✘ Realizar encontros e reuniões para avaliação e controle;

Curso de Gestão Social de Políticas Educacionais em EJA

1-

Dados de identificação do(s) proponente(s):

1.1- Estado: **Rio Grande do Sul**

1.2- Nome(s): **Everton Fêrrer de Oliveira**

1.3- Informações para contato (telefones e e-mail): 53 8128 5172 email:
evertonoliveira@unipampa.edu.br

2- **Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital**

O RS não possui Agenda Territorial estruturada, todavia pode-se referir que o FEEJA -RS é incansável na busca pelo estabelecimento da mesma, mesmo que não tenhamos conseguido sensibilizar a SEC - RS e UNDIME graças ao Fórum conseguimos a mobilização de 10 instituições de Ensino Superior que assinalaram ter interesse em contribuir no diagnóstico da demanda e oferta de Alfabetização e EJA no Estado do RS. A comissão estadual da AT esta inicialmente prevista com a participação da UNDIME, CEED, Instituições de Ensino Superior, UNCME, Fórum Estadual de EJA e Sociedade Civil. Todavia cabe salientar que a expectativa com o novo Governo do Estado e os esforços empreendidos no sentido de estimular a participação, cooperação e articulação no fortalecimento das ações da EJA RS.

O Fórum Estadual de EJA atualmente conta com a participação ativa de alguns dos municípios da região metropolitana e um fórum ao centro do Estado. Encontra-se em um processo de discussão e revitalização dos fóruns locais e regionais por intermédio do Portal dos Fóruns EJA. A sua coordenação atualmente está composta pelos segmentos IES, Gestores, Educadores, Sindicato, Educandos acadêmicos e Movimentos Sociais.

3- **Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)**

a) **Análise:**

Reunidos em Natal - RN, no período de 10 a 12/12 de 2008, representantes das IES públicas do Estado (UFRGS e UERGS) e demais representantes: Conselho Estadual de Educação -CEED, Secretaria Estadual de Educação - DEJA/SEDUC, UNDIME, UNCME, propuseram-se a “elaborar proposta inicial de articulação da Agenda Territorial com vistas a elaboração de diagnóstico sobre a demanda e as condições de oferta para a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos”, a ser desenvolvida durante o ano de 2009. Cabe salientar que ainda, muitas ações, projetos e programas de governo têm atravessado o campo da EJA, sendo alguns desses exemplos o PROJOVEM, o PROEJA, o PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO, o MOVA e a Escola de Fábrica. Outro fator que dificulta o diagnóstico desse campo é a variedade de redes, instituições, organizações que a oferecem. No RS a oferta é livre em relação aos anos iniciais do ensino fundamental, conforme emana o Conselho Estadual de Educação - Parecer N. 250 (RIO GRANDE DO SUL, 1999), o que significa que não há necessidade de regulamentação

frente ao CEED, aumentando ainda mais a diversidade da oferta e a sua falta de registro. Temos, assim, além da oferta permanente das redes públicas em suas três esferas - municipal, estadual e federal- e seus projetos/programas temporários e pontuais, uma quantidade imensa de outros promotores da EJA no Estado, tanto da rede privada de caráter empresarial, como da rede privada de caráter filantrópico, cooperativo e/ou assistencial. Estes últimos estão vinculados à uma diversidade de organizações: ONGs, Sistema S, empresas, sindicatos, fundações, movimentos sociais, igrejas, entre outros.

b) Estratégias para atualização do diagnóstico na perspectiva da intersetorialidade

A partir desse movimento, reunidos em março de 2009 formou-se um grupo de trabalho inicial que parte em busca da composição e das parcerias que comporão o Comitê e a Comissão Estadual da Agenda Territorial Gaúcha.

Com base nos esforços empreendidos o FEEJA RS participou da elaboração de uma proposta de pesquisa com objetivo de *retratar* a oferta da EJA em cada município do Estado. Aqui, toma-se por base a necessidade da caracterização de sua população - através da escolaridade, dos recursos econômicos, sociais e culturais - e o levantamento e análise da oferta da EJA em sua diversidade - faixa etária atendida ou não atendida, gênero, etnia, comunidades específicas, entre outras. O mapeamento da situação da EJA nos municípios pode localizar as desigualdades educacionais e suas origens, conhecer os locais mais frágeis e mais fortes em relação a essa modalidade de educação.

4- Metas para a EJA no Estado ou Distrito Federal:

- curto prazo (ação imediata até 2 anos): 12 meses – realizar Diagnóstico da Demanda e da Oferta de Alfabetização e EJA no Estado do RS;
- médio prazo (de 3 a 5 anos): Estabelecer entre Poder Público e Universidades um sólido Programa de Formação Permanente na área de EJA consolidando ações e iniciativas já em andamento;

5- Estratégias de ação

- Coleta de dados qualitativos das realidades locais: caracterização da oferta de Alfabetização e da EJA. Um formulário deve ser preenchido com os dados gerais do município e outro, com os dados específicos de cada espaço de escolarização onde acontece os projetos ou programas de EJA, além das instituições de ensino que a ofertam.

- O planejamento e implementação da programação feita pelas IES junto às regiões para sensibilização da importância da cooperação na realização da pesquisa;
- O envio formal dos instrumentos para os Municípios, Coordenadorias Regionais de Educação e Escolas;
- Contato para acompanhamento da coleta dos Dados do Instrumento junto aos Municípios, Coordenadorias Regionais de Educação e Escolas;

6- Considerações Finais

A proposição feita pode contribuir para o Estudo de casos singulares em EJA nas realidades do RS. Ao observar dados díspares, controversos, incomuns, por Região podemos organizar um ou mais estudos específicos, de caráter qualitativo, podendo ficar ao encargo de cada grupo a definição mais precisa da metodologia a ser utilizada, que pode ser composta por pesquisas de campo com observações *in lócus*, entrevistas individuais ou de grupos focais, questionários, entre outras possibilidades. Esses estudos poderão serem compartilhados, apresentados e redimensionados nas redes de formação dos pesquisadores.

Além disso, a iniciativa põe em voga o Estudo da diversidade, pois certamente envolverá grupos que podem ser relacionadas aos estudos da diversidade: gênero, etnia, comunidades específicas (quilombolas, indígenas, etc.), portadores de necessidades especiais, comunidade surda, etc. Também deve ficar ao encargo de cada grupo a definição mais precisa da metodologia a ser utilizada, que pode ser composta por pesquisas de campo com observações *in lócus*, entrevistas individuais ou de grupos focais, questionários, entre outras possibilidades.

PROPOSTA DE AÇÃO EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EJA NATAL-RN

Dados de identificação do(s) proponente(s):

Liz Araujo, Educadora da Subcoordenadoria de EJA – SEEC-RN, membro do Fórum Potiguar da EJA e membro da AT –RN- na qual estou representando no curso.

Contatos - (84) 32321419 (84)99508854 Email: lizaI_2006@yahoo.com.br

Suerda Maria Nogueira do Nascimento, Coordenadora da EJA do Município de Natal –RN, membro do Fórum Potiguar de EJA e participante da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de EJA.

Contatos - (84) 8846-4030 Email: suerda_bio@yahoo.com.br

Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual ou Distrital

Analisando o suporte teórico proporcionado pelo curso, percebe-se que o foco é a construção coletiva que pauta o diálogo institucional junto a sociedade civil. Considerando o ser humano como produto da natureza e do meio social imerso no contexto histórico, cultural, político e social, entende-se que sua subjetividade é constituída nas relações sociais, portanto não há sociedade caracterizada por seres humanos individuais, mas como sujeitos que se relacionam consigo mesmo, com o mundo material, com a natureza e com os outros seres humanos. A potencialização das ações e o empoderamento desses sujeitos como seres sociais são referências na construção coletiva para o enfrentamento a mercantilização e as demais estratégias do poder capitalista. É nessa perspectiva que organizações como os Fóruns de EJA dinamizados pela sua representatividade vão construindo possibilidades para o processo de intervenção na reconstrução da realidade da EJA. Da mesma forma é a AT que como controle social torna-se instrumento favorável a exigência no cumprimento efetivo das ações em prol da EJA, entre estas o direito constitucional que referencia a educação como direito de todos. O papel do estado é oferecer oportunidades educacionais a todos aqueles que não puderam concluir sua escolaridade na idade própria. (LDB-1996). Deve-se fazer valer esse direito, ofertando as oportunidades nos espaços que melhor convenie ao educando.

A Educação de Jovens e Adultos tem tido, nos últimos anos, um grande apoio junto ao Governo Federal o que proporcionou uma maior valorização desta modalidade de ensino, gerando grandes avanços na área. O sujeito da

EJA tem conseguido buscar mais seus direitos, porém há necessidade de que o mesmo se aproprie mais destes direitos e busque uma melhor forma de lutar por ele, uma vez que o humano é responsável por todas as ações que envolvam melhorias ou prejuízos a sociedade, uma vez que estas ações envolvem todos que a compõem.

Baseado nesta perspectiva é que temos que buscar junto aos Fóruns de EJA caminhos e estratégias para que possamos fazer com que estas mudanças ocorram, pois os fóruns por serem lugares para debates e discussões, se melhor trabalhados desenvolveram muito bem este papel.

O Fórum Potiguar de EJA está cada vez mais fortalecido, porém nós ainda não temos um caráter de fórum, ainda estamos como um comitê que se reúne e discute melhorias para sujeitos que ainda não estão muito apropriados de suas causas.

A Agenda Territorial é outra ferramenta que nos fortalece como militantes da EJA, pois nos proporciona, mais uma vez envolvimento com outros segmentos interessados em melhorar nossa EJA.

Percebemos que os resultados, tão desejados só serão alcançados através de muitas discussões e da interação entre todos os interessados por esta causa. Temos buscado a integração entre a sociedade civil e os nossos governantes, para fazer com que percebam a EJA como modalidade de ensino, como de fato é, e que todos estes segmentos juntos lutem e consigam fazer valer verdadeiramente o direito da educação para TODOS.

Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

Educar com e para a sustentabilidade está sendo o maior desafio nas propostas educacionais desse século. O consumo indisciplinado dos bens naturais, as práticas educativas fora do contexto social, a não reposição dos bens na natureza, o despreparo dos educadores causado pela ausência de consciência crítica e pela falta de formação, e a excreção de valores, tem agredido diretamente a sustentabilidade do planeta.

No nosso estado a situação da EJA não é muito diferente dos demais estados do país, observamos em nossa análise que apesar do número de alunos da EJA esta aumentando cada vez mais as propostas para sua melhoria ainda ocorrem bem lentamente.

O Rio Grande do Norte passa por momentos bem difíceis, pois se percebe que o aumento no número de alunos para as salas de aula da EJA no nosso Estado, é devido a saída dos alunos do diurno para o noturno e nós não estamos conseguindo atender estes alunos como gostaríamos, devido a falta de apoio dos nossos governantes, que ainda não enxergam a EJA como deviam e não criam melhorias para que os alunos fiquem no diurno amparados e não sejam transferidos para EJA como alunos trabalhadores, sem interesse e futuro nenhum.

Desafios e Metas

Nosso maior desafio hoje é propor nos planos educacionais nos âmbitos municipais, estaduais e federal as estratégias para a preservação da natureza como garantia da dignidade humana, assumindo o compromisso de cumprimento como papel de estado. O estabelecimento de metas, ações e legislações emanadas pelos poderes executivos, legislativo, como também nos movimentos sociais deverão contemplar e executar as políticas para: o crescimento econômico, a preservação da natureza, o respeito a vida, a igualdade e equidade social. Reiteramos propostas que estão nessa discussão e que deverão estar presente no Plano Estratégico de Ações para EJA: a formação para educadores e gestores da EJA nos aspectos da profissionalização e da preparação continuada, a garantia de continuidade educacional baseado nos princípios da aprendizagem ao longo da vida e a eficácia e transparências na política de financiamento para EJA. As metas estabelecidas para o educando deverão contemplar a ampliação em 50% da oferta de ensino fundamental da EJA, em curto prazo (especial atendimento aos educandos que saem dos programas de alfabetização) ampliação da oferta de ensino médio em 50% em médio prazo e propor estratégias para o ingresso do educando no ensino superior em médio e longo prazo.

Baseado na análise e no levantamento que realizamos, pretendemos realizar junto ao Fórum, Universidade, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação um seminário integrador de EJA, com o objetivo de expor dados sobre a EJA do Rio Grande do Norte e em seguida traçarmos um plano de ação com metas para melhoria da EJA no nosso estado.

Criarmos espaços de discussões, além do fórum, levar as nossas angústias e objetivos da nossa luta, para os sujeitos mais interessados, os nossos alunos, fazer com que eles tenham conhecimento da causa e o estudo que é oferecido a ele não um favor do governo e sim um direito que aos poucos ele tenta disseminar igualmente.

Realizar reuniões em locais diferenciados, pretendemos levar o fórum as escolas, para que possamos envolver o máximo os jovens, adultos e idosos do estado. Oferecer ao nosso público um atendimento diferenciado tentando focar o profissionalismo, sempre ligando a sustentabilidade como fator crucial para uma melhor qualidade de vida e manutenção do ambiente.

Nossa meta mais ousada é a de trabalhar a formação dos nossos professores e gestores com o apoio da nossa Universidade Federal, como também a qualificação dos nossos técnicos da Secretaria Municipal de Educação, que a muito tempo não passam por um curso de extensão nem tão pouco qualquer outra forma de qualificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As eminências de um plano estratégico para EJA devem apresentar oportunidades de derrota ao plano excludente de educação. O direito a educação para todos consolida o crescimento político, social e humanitário da atual e futura geração. Isso não demanda apenas a existência de novas concepções, mas a integração e intersetorialidade de todos os seguimentos sociais. A proposta educacional que compreende-se esta nesse curso de gestão social é a que respeita e revela valores culturais entre os povos, é o que incentiva o atendimento a diversidade e suas especificidades e a que adéqua com eficiência as estratégias didáticas do educador ao perfil do educando da EJA.

Superar em 100% os desafios postos é nossa principal meta para atingir as expectativas dessa educação sonhada, não sabemos em que prazo se da isso, pois os sistemas políticos, administrativo, educacional ainda não transgrediram as grades do preconceito e da burocracia.

Sabemos que os desafios são muitos e que não iremos conseguir os resultados de imediato, más estamos engajados na luta, e prontos para as dificuldades que apareceram com toda certeza, contamos com o apoio da



nossa Universidade Federal que está com uma equipe muito boa e interessada na melhoria da nossa EJA, temos que buscar o apoio dos nossos Secretários de Educação e Governantes, pois nem nós nem tão pouco a Universidade tem condições de fazer todas as mudanças acontecerem sozinhas.

BIBLIOGRAFIA

PAIVA, Jane. Educação de jovens e adultos: movimentos pela consolidação de direitos –Revista de Educação de jovens e adultos – 2007.

SOARES, Leôncio José. O surgimento dos fóruns de EJA no Brasil: articular, socializar e intervir. Alfabetização e cidadania, SP-2004.

DI PIERRO, Maria Clara; VOVIO Claudia; ANDRADE, Eliane Ribeiro. Alfabetizaçãomdemjovens e adultos: lições da prática. Brasília: UNESCO - 2008.

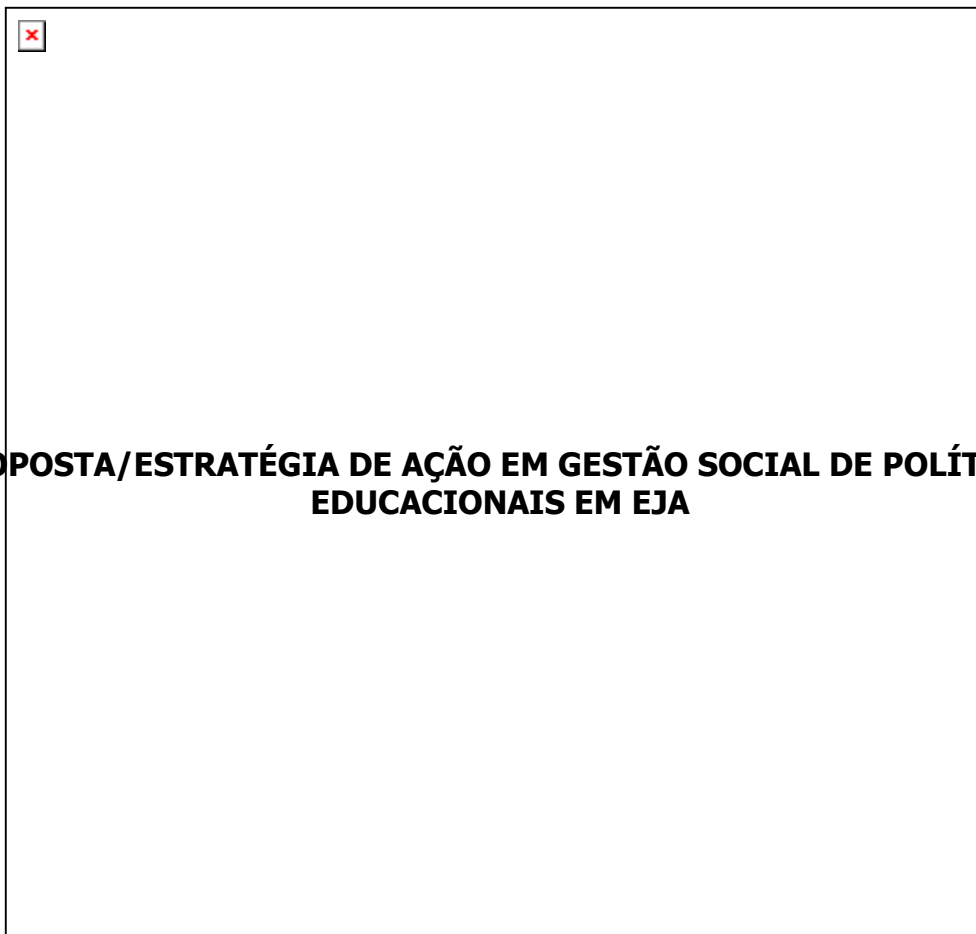
Documento Base Nacional Preparatório à IV CONFINTEA – Brasília – DF – 2008

FELIPE, João. A construção coletiva – Brasil: Alternativas e Protagonistas. Consulta popular – SP -1999

ALMEIDA, Maria das Graças Correia; BUCHMANN, Eriberto(org.) Refletindo sobre desenvolvimento sustentável. Doc. Institucionais SDT e MDA – 2010.



CURSO DE GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EJA



**PROPOSTA/ESTRATÉGIA DE AÇÃO EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS
EDUCACIONAIS EM EJA**

Porto Velho-RO, Janeiro de 2011.



1- Dados de identificação:

1.1- Estado:

Rondônia

1.2- Nomes:

Maria Inês Coelho Babiretzki,

Antônia Sczmzack

Chirlane Nobre Belo

1.3- Informações para contato:

inescoelho99@hotmail.com (69-8432-6432),

antonia.s@hotmail.com (69-9984-7495)

chirlanenobre@yahoo.com.br (69-3216-5341)

2- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual

A partir da assinatura da Carta de Compromissos, Rondônia participou de todos os encontros em Brasília e em outros estados, sem representatividade das principais instituições que necessitariam estar presentes, mas por algum motivo profissional não puderam comparecer, UNDIME e CONSED. A falta de participação atrasou os trabalhos da Agenda, pois as instituições participantes não ocupavam posição estratégica nos governos para deliberarem sobre as respostas/compromissos que se tinha que firmar nos encontros. Com isso, Rondônia foi ficando com os trabalhos atrasados até a composição da Comissão Estadual que se deu após a visita do Secretário da SECAD a SEDUC em Porto Velho, Senhor André Lázaro.

Em 2009, o FREJA realizou juntamente com as instituições parcerias SEDUC, SEMED, SINTERO, Conselho Estadual de Educação e Conselho Municipal de Educação as etapas preparatórias para a CONFINTEA, onde o documento base foi discutido juntamente com professores e educandos das redes estadual e municipal de ensino. Após essa etapa, os representantes eleitos participaram da etapa regional que aconteceu em Manaus e a etapa nacional em Brasília. Sendo que a etapa internacional aconteceu em Belém do Pará em dezembro de 2009 e contou com um único representante de Rondônia do Fórum de EJA. Esse documento denominado de Marco de Ação de Belém nasce com dados enviados pelos estados através do diagnóstico da EJA, que serviria posteriormente para a construção do plano estratégico da agenda Territorial do Estado.

A partir de setembro de 2010, com a instituição da Comissão Estadual da Agenda Territorial, os trabalhos se intensificaram e as instituições parceiras foram entendendo o propósito dos trabalhos e compromissos foram sendo firmados.

Composição da Comissão Estadual, mediante a Portaria N. 1285/09

A composição da Comissão Estadual tem as seguintes representatividades, entre os parceiros locais:

- ✓ Secretaria Estadual de Educação – NEJA/SEDUC
- ✓ Representante dos Secretários Municipais de Educação – UNDIME
- ✓ Representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME

- ✓ Representante do Fórum Estadual de EJA – FREJA
- ✓ Representante das Universidades Públicas - UNIR

Instituições Parceiras da Agenda Territorial

- ✓ Representante do Conselho Estadual de Educação – CEE
- ✓ Representante do Conselho Municipal de Educação - CME
- ✓ Secretaria Municipal de Educação – DIEJA/SEMED

As representações das instituições parceiras citadas poderão compor a nova Comissão da Agenda a ser portaria em 2011 para prosseguimento dos trabalhos.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

Gráfico: 01 **Dados da Educação Básica do Estado de Rondônia**

Descrição	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Concluintes na EJA/2005	6.858	8.704
Distorção Idade-Série/2006	29,1%	39,6%
Distorção Idade-Conclusão/2006	62,9%	32,1%
Idade Mediana/2006	11%	17%
Idade Mediana de Conclusão/2005	16%	19%
Abandono/2005	7,1%	15,5%
Taxa Repetência/2005	21,8%	21,6%
Taxa Promoção/2005	70%	63,2%
Taxa Evasão/2005	8,2%	15,2%

Fonte: INEP

Gráfico 02: **Matrícula Inicial EJA/2010**

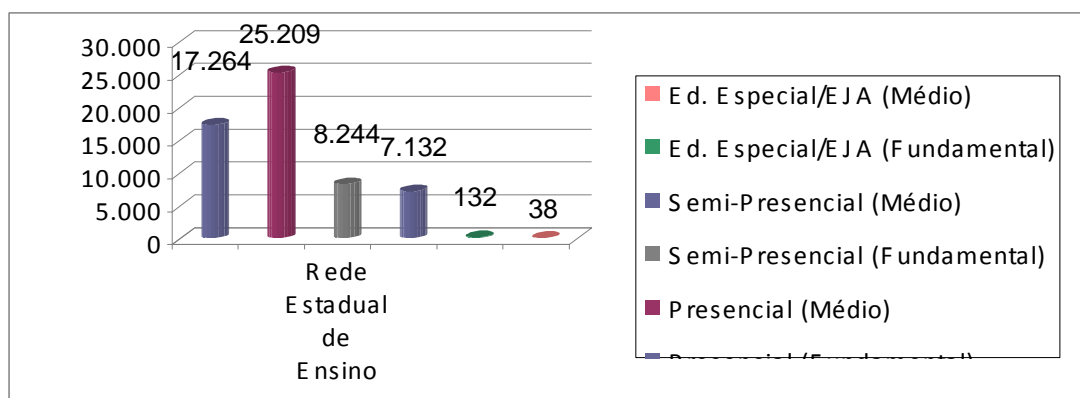
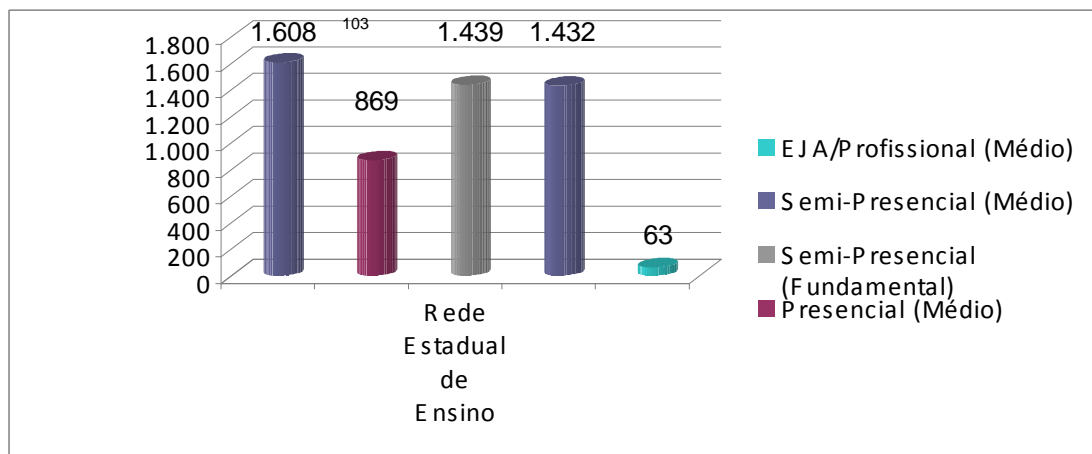


Gráfico 03

Educação Prisional



Fonte: INEP

a) Análise

A Educação de Jovens e Adultos nos Cursos Presenciais e Semi-Presenciais estão sendo ofertados na Rede Municipal de Ensino em 34 municípios do Estado de Rondônia. Dos 52 municípios de Rondônia 18 não ofertam a EJA na Rede Municipal de Ensino. Os Municípios que trabalham com a modalidade da EJA desenvolvem os serviços educacionais no nível de Ensino Fundamental. A Educação Especial apresentada no gráfico contempla alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, no nível de Ensino Fundamental 1º e 2º segmentos.

b) Estratégias para atualização do diagnóstico na perspectiva da intersectorialidade

Existe a necessidade de realizar levantamento da demanda reprimida para a Educação de Jovens e Adultos e as condições de atendimento em relação a estrutura física e pedagógica nos municípios do Estado.

4- Metas para a EJA no Estado de Rondônia:

ATENDIMENTO A EJA

O atendimento aos alunos da Educação de Jovens e Adultos incorpora programas através de convênios como:

- ✓ Programa Brasil Alfabetizado - PBA (área urbana e campo);
- ✓ Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano para atendimento aos jovens com idade entre 18 a 29 anos da área urbana;
- ✓ Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM do Campo (Saberes da Terra);
- ✓ Formação e capacitação profissional através do sistema "S" por meio dos Decretos Federais n. 6.632, n. 6.633, n. 6.634 e n. 6.635 expedidos em 05 de novembro de 2008.

- ✓ Programa Olhar Brasil, articulação entre os Ministérios da Educação e da Saúde, visando atuar na identificação e correção de problemas visuais relacionado a refração, buscando reduzir as taxas de evasão escolar e facilitar o acesso dos idosos à consulta oftalmológica e aquisição de óculos corretivos.
- ✓ Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA
- ✓ Programa Nacional do Livro Didático da Educação de Jovens e Adultos -PNLDEJA
- ✓ Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
- ✓ Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE
- ✓ Plano de Desenvolvimento da Escola – PDE/PME
- ✓ Programa Municipal de Alimentação Escolar – PMAE/PEJA (Rede Municipal de Porto Velho)
- ✓ Programa de Apoio Financeiro as Escolas – PROAFI (Rede Estadual)
- ✓ Programa de Apoio Financeiro as Escolas Municipais - PROAFEM (Rede Municipal)
- ✓ Programa de Financiamento a Projetos Escolares - PROFIPES (Rede Estadual)

As metas foram implementadas para a realização em curto e médio prazo (1 a 4 anos), que pode ser revisto sempre que for necessário.

5- Estratégias de ação

1º Eixo: Direito ao Acesso e Permanência Escolar

Descrição das Metas	Estratégias	Prazo das Ações
1. Incentivar a realização de chamada pública pelo Estado e municípios em regime de colaboração com os Conselhos Estadual e Municipais de Educação e sociedade civil organizada, para a alfabetização e EJA, chamando a atenção àqueles que fizeram o PBA, incentivando a continuidade dos estudos.	- Encontro de sensibilização com os dirigentes municipais para firmação do termo de compromisso com as ações da Agenda. - Encontro de sensibilização com o secretário de estado da educação, dirigentes municipais e representantes das instituições parceiras com o intuito de traçar estratégias para o chamamento da clientela estudantil e condições de atendimento em cada município.	Curto Prazo
2. Apoiar a elaboração de estratégias das Redes de Ensino Estadual e Municipais para o atendimento do PBA ou as alternativas em espaços não escolares, por intermédio de lideranças sindicais, religiosas, associativas e empresas privadas.	- Reunir por pólo os Dirigentes Municipais de Educação - DME e instituições parceiras locais para apresentação do diagnóstico dos municípios e traçar metas de atendimento. - Desenvolver Oficina de trabalho.	Curto Prazo
3. Mobilização dos Coordenadores do PBA e os de turmas em encaminhar os alfabetizados no final do processo à	- Participar das reuniões periódicas junto aos coordenadores do programa PBA, tanto na rede estadual quanto	Curto Prazo



	continuidade escolar na instituição de ensino que oferta a EJA na comunidade.	municipais para traçar estratégias que garantam a continuidade dos estudos.	
4.	Fomentação com os sistemas de ensino público em promover e facilitar o acesso mais equitativo e participação na aprendizagem e educação de adultos e pessoas com necessidades educacionais especiais, reforçando a cultura de aprendizagem e eliminando barreiras à participação.	- Participar junto aos Conselhos de Educação estadual e municipais da elaboração das resoluções referentes ao atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.	Curto Prazo
		- Auxiliar na divulgação das normas quanto ao atendimento aos alunos com NEE.	Curto Prazo
		- Participar da elaboração das propostas pedagógicas/curricular das secretarias de forma a garantir a inclusão da diversidade e das diferentes diferenças no currículo escolar.	Curto Prazo
5.	Fortalecimento do diálogo com o poder público educacional em relação à extensão da oferta de EJA no turno diurno.	- Promover a divulgação da temática nos encontros de sensibilização junto à secretaria de Estado da educação e dirigentes municipais para propor a estratégia de atendimento da EJA no horário diurno.	Curto Prazo
6.	Incentivar a criação de Conselhos Municipais de Educação em parceria com a UNCME, UNDIME e CEE para ampliação do apoio a garantia ao direito à educação nos municípios que ainda não possuem os Conselhos constituídos.	- Promover a divulgação do direito dos municípios em criarem seus conselhos municipais de forma a terem autonomia e sistema de ensino próprio.	Curto Prazo
7.	Propor ao poder público à busca de parcerias com as empresas consorciadas para a construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, Santo Antônio e Jirau, à criação de espaços para atendimento aos colaboradores no programa PBA e EJA.	- Promover visita in locu aos escritórios das empresas consorciadas e canteiro de obras para levantamento da demanda e propor alternativas e possibilidades de atendimento de turmas para o PBA e EJA junto às secretarias de educação da capital.	Curto Prazo
8.	Buscar parcerias para a divulgação das ações da Agenda Territorial em canais de comunicação dos órgãos públicos governamentais que possuem sites, Secretarias de Educação do Estado e Municípios, Conselhos de Educação e Entidades, tais como: Sistema "S", Sindicais e portal do Fórum de EJA.	- Contactar com os setores de comunicação das instituições governamentais e privadas, para divulgação das ações da agenda territorial através da imprensa televisiva, impressa, redes sociais de comunicação e sites.	Curto Prazo
9.	Propor ao MEC e aos Conselhos de Educação Estadual e Municipais a inclusão da alfabetização como parte integrante da EJA.	- Levar como proposta para discussão nos Conselhos Estadual de Educação e Municipais, a possibilidade de inserir nos sistemas de ensino a Alfabetização de Adultos no primeiro segmento do ensino fundamental. Transformando o Programa PBA em política pública.	Médio Prazo
10.	Acompanhar a implantação da EAD na EJA com base nas legislações vigentes.	- Articulação com as secretarias de educação do Estado e municípios para viabilizar a implantação da EAD ao	Médio Prazo

	atendimento do público da EJA.	
11. Firmar parcerias intersetoriais na área de saúde, educação, cultura e trabalho para garantir atendimento ao público da EJA.	<ul style="list-style-type: none">- Verificar a necessidade dos alunos junto ao setor de EJA estadual e municipais.- Buscar parcerias intersetoriais na área de educação, cultura e saúde, com base no diagnóstico ao atendimento das necessidades identificadas.- Buscar a firmação de compromisso do Sistema "S" e IFRO para viabilizar vagas ao atendimento de alunos oriundos da EJA.	Médio Prazo
12. Acompanhar como os alunos com necessidades especiais estão sendo atendidos e as condições do atendimento.	<ul style="list-style-type: none">- Mobilizar às Secretarias de Educação em relação a condição que o aluno de necessidades especiais está sendo atendido e o cumprimento da legislação vigente referente a Inclusão e outras pertinentes a Educação Especial.	Médio Prazo

2º Eixo: Formação dos Educadores de EJA

Descrição das Metas	Estratégias	Desencadeamento das Ações
1. Sensibilização das Secretarias de Educação em implementar a educação continuada, a formação e o desenvolvimento de competências ao ensino da EJA, com apoio de práticas de letramento no formato de cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em parceria com as IES.	<ul style="list-style-type: none">- Encontro com Secretários da Educação para propor que sejam realizada formação continuada aos professores de EJA , dentre eles formação de mediadores, periodicamente.- Reunião com Diretores de Núcleo e chefias de departamento da UNIR.- Reunião com professores de prática de ensino nas licenciaturas da UNIR e IES particulares.	Curto Prazo
2. Dialogar sobre a participação das IES, na pesquisa, na definição de políticas públicas, no apoio das ações dos Estados e municípios, através do atendimento aos editais emanados do MEC/SECAD, Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Cultura e do Trabalho, contribuindo entre outras ações, para a formação de professores.	<ul style="list-style-type: none">- Reunião com Reitor e Coordenadores de Núcleo da UNIR com o propósito da viabilização de curso em Licenciatura para professores alfabetizadores em EJA e Brasil Alfabetizado a ser oferecido nas Comunidades Ribeirinhas.- Reunião com a Reitoria do Instituto Federal de Rondônia - IFRO com a intenção da criação de curso de formação lato sensu para professores e pedagogos atuantes em EJA.- Encontro com Diretores de IES particular que ofertam cursos de licenciatura plena.- Divulgação sobre as redes de formação no período proposto da	Curto Prazo

	UAB e editais específicos da SECAD (formação inicial e continuada, presencial e a distância).	
3. Promover encontros estaduais com representantes das IES pública e privada para a divulgação das Ações da Agenda Territorial e firmação de compromissos para auxiliar e a continuidade dos estudos na EJA.	- Reunião com Secretários de Educação, Reitores e Diretores das IES pública e privadas, Diretores do Sistema "S", Presidentes de ONGs e representantes do Movimento Social.	Médio Prazo
4. Criar eixo de articulação que possibilite envolver os licenciados e pós-graduandos em discussões relevantes capazes de incidir na formação e na produção intelectual voltada para EJA.	- Indicar a criação de grupo de estudos interdisciplinar sobre Práticas Pedagógicas – UNIR e comunidade.	Médio Prazo
5. Fomentar sobre a criação do Centro de Memória, Documentação e Referência em EJA de Rondônia: condições para a elaboração de Projeto Interinstitucional, visando a consolidação da área de EJA e Educação Popular na Região Norte, através de parceria MEC/SECAD/SETEC;	- Visita ao Centro de Memória e Referência em EJA – Centro Oeste para estudar a metodologia. -Elaboração de minuta de projeto de construção do Centro a ser discutida por instituições de ensino superior públicas e privadas da Região Norte. - Reunião com reitor da UNIR para traçar estratégia de alocação do Centro de Memória no espaço institucional	Médio Prazo
6. Propor a criação do Fórum de Leitura: Articulação com Departamentos de Letras Vernáculas, Educação e Biblioteconomia para estabelecimento de parcerias visando a formação de mediadores de leitura através de projetos de extensão, voltados para turmas de EJA;	- Reunião com as chefias de departamento. - Reunião com Diretores da Universidade Aberta do Brasil-RO. - Reunião com Secretários de Educação.	Médio Prazo

3º Eixo: Estratégias Didático-Pedagógicas para EJA

Descrição das Metas	Estratégias	Desencadeamento das Ações
1. Participar e garantir a participação de professores, coordenadores, gestores e alunos na construção da proposta curricular para a EJA no âmbito Estadual e Municipal que atenda as necessidades relevantes do público alvo.	- Reunião com Secretários de Educação e gestores de currículo e EJA do sistema público de ensino.	Curto Prazo
2. Assegurar que a construção de currículos flexíveis contemplem a realidade e necessidades dos alunos das Comunidades Ribeirinhas, Quilombolas, Indígenas, do Campo e da Educação Especial.	- Reunião com os gestores de currículo dos sistemas de ensino, chefias de departamento e coordenadores dos cursos de licenciatura das IES pública e privadas.	Curto Prazo



3. Propor a construção e implantação de um curso de graduação em Pedagogia para os alfabetizadores em EJA do ensino regular e professores alfabetizadores do PBA, com currículo flexível que contemple o item anterior, junto à Universidade Aberta do Brasil – RO, à UNIR e às Secretarias de Educação.	- Reunião com os Secretários de Educação, Coordenadores dos cursos de graduação da UNIR e UAB.	Médio Prazo
4. Promover Seminários e encontros periódicos para a reflexão sobre EJA, com os profissionais que atuam na modalidade de Educação de Jovens e Adultos e alunos.	- Propor a Universidade Federal a criação de Grupo de Estudos Interdisciplinar sobre Práticas Pedagógicas, Instalação do GT Educação de Jovens e Adultos no Seminário Humanidades do Núcleo de Ciências Humanas – UNIR e Formação de Mediadores de Leitura.	Médio Prazo

4º Eixo: Educação Profissional

Descrição das Metas	Estratégias	Desencadeamento das Ações
1. Mediação do acordo entre as Secretarias de Educação e o Sistema "S" na aplicação, progressiva, de 2/3 dos recursos líquidos destinados ao SENAI, SESI, SESC e SENAC, em matrículas gratuitas em cursos de formação profissional e técnica de nível médio para estudantes e trabalhadores de baixa renda.	- Reunião para definir vagas dos cursos, como cumprimento do Acordo firmado entre Sistema S e Gov. Federal.	Curto Prazo
2. Mobilização das Escolas e Institutos Federais a implantar e implementar a oferta de Educação Profissional na modalidade de EJA, na formação inicial e continuada com Ensino Fundamental e Médio.	- Realizar visitas nas respectivas Instituições.	Curto Prazo
3. Buscar parcerias com as Secretarias de Educação, Sistema "S" e instituições não governamentais para benefícios de implantar e implementar cursos de capacitação que visem a formação e aperfeiçoamento profissional informal aos alunos de EJA diretamente na escola.	- Reunião para definir vagas dos cursos, como cumprimento do Acordo firmado entre Sistema S e Governo Federal.	Curto Prazo
4. Propor aos mantenedores e Conselhos de Educação a inserção no currículo escolar a formação e aperfeiçoamento profissional aos alunos de EJA.	- Reunião Técnica com os Conselheiros.	Curto Prazo
5. Mobilizar a Secretaria de Estado da Educação quanto à necessidade de implantação do Proeja na rede estadual.	- Visita com o(a) Titular da Pasta para sensibilização.	Curto Prazo

5º Eixo: Financiamento da EJA

Descrição das Metas	Estratégias	Desencadeamento de Ações
---------------------	-------------	--------------------------

1. Participação na elaboração dos Planos Pluri Anuais do Estado e dos municípios - de forma a garantir ações para a modalidade de EJA, priorizando investimentos na aprendizagem ao longo da vida para mulheres, populações rurais e pessoas com deficiência, além de melhorias nas edificações, mobiliários, aquisição de materiais didáticos e construção de espaços específicos para a EJA e ações para a formação continuada de professores.	- Fazer avaliação das ações já existentes no PPA. - Realizar encontro de sensibilização para que os responsáveis pela elaboração do PPA, contemplem a Educação de Jovens e Adultos, numa perspectiva de melhoria do atendimento. - Acompanhar as condições da construção pelo Estado e Municípios dos Planos Pluri Anuais e participar.	Médio Prazo
2. Participação nas reuniões do FUNDEB, com atenção especial para os recursos destinados à EJA.	- Fazer levantamento nas Secretarias de Educação sobre os valores investidos na EJA, com objetivo de mobilizar os governos da esfera Estadual e Municipal em aplicar os recursos para atender as necessidades da EJA. - Acompanhar as reuniões dessa natureza.	Curto Prazo

6- Considerações Finais

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino destinada a oferecer oportunidade de estudos a todos que não tiveram acesso na idade própria, sendo admitidos jovens, adultos e idosos que desejam iniciar ou dar prosseguimento aos estudos, sendo a educação ao longo da vida.

A integração entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Profissional aumenta sua eficácia, pois, a associação das políticas de emprego e proteção contra o desemprego são pontos de grande relevância na formação de jovens e adultos, principalmente no contexto atual. O Estado de Rondônia tem uma grande perspectiva de crescimento econômico e, para que o povo rondoniense aproveite as ofertas de emprego, é fundamental a capacitação e escolarização dos jovens e adultos.

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos tem o compromisso com a Educação mediante esforço coletivo para implantação de ações de consolidação da Agenda, como: promover ação em conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta; consolidar as estratégias para a articulação territorial das ações de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, estruturadas nas dimensões técnica, de planejamento e de controle social; definição de uma política pública, a partir do diálogo sobre o Programa Brasil Alfabetizado e da EJA com os mais diversos parceiros; um mecanismo de apoio, por parte do MEC, à estruturação e à institucionalização de ações, nos Estados e nos Municípios, de desenvolvimento integrado de Alfabetização e de EJA, garantindo a continuidade das

aprendizagens dos jovens e adultos, não se contentando apenas com o processo inicial de alfabetização.

A metodologia adotada para elaboração do Plano Estratégico da Agenda baseou-se na referência de Gandim (1994). Os dados apresentados foram subsidiados através dos sites do INEP e IBGE, sites do Governo do Estado, SEDAM e coletados nas Secretarias de Educação Estadual e Municipais do Estado de Rondônia através de preenchimento de formulário próprio. Além das fontes citadas, o documento em causa respalda-se também em resoluções e normas expedidas tanto pelo Conselho Estadual de Educação, quanto pelos Conselhos Municipais constituídos no Estado.

O Plano Estratégico foi uma construção coletiva entre os representantes das Instituições que compõem a Comissão da Agenda Territorial que tem como base o levantamento de dados e diagnósticos para avaliar a situação da educação para jovens e adultos no Estado de Rondônia. A partir desse levantamento, foi possível propor ações estratégicas a ser inserida no contexto educacional de Rondônia como Política Pública de Estado, considerando o diagnóstico situacional apresentado, que aponta as necessidades estruturais e humanas para a oferta da EJA nos Sistemas de Ensino de Rondônia.

As ações a serem desenvolvidas pela Agenda Territorial tornaram-se um comprometimento a implantar e implementar mesas permanentes de trabalho, fortalecendo os espaços de mobilização já existentes para planejar, executar e avaliar conjuntamente as atividades direcionadas a situar a EJA no contexto do direito à educação como preconiza a Constituição Federal de 1988, quando tornou a educação um princípio, uma exigência e dever do Estado. Esse direito está também sinalizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, no seu artigo 4º, que reforça o atendimento como um direito subjetivo com qualidade e respeitando as especificidades do público a ser atendido nessa modalidade.

7- Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução n. 03/2010.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas Técnicas para o Trabalho Científico: Elaboração e Formatação. Explicação das Normas da ABNT**. 14. ed. Porto Alegre, 2006.

GANDIM, Danilo. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

IBGE. **Levantamento de dados do Município e do Estado**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/pnad/default.asp>> Acesso em: set/out/nov. 2010.



IBGE. **Levantamento de dados do Município e do Estado.** Disponível em:
< <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/default.shtm> >
Acesso em: set/out/nov. 2010.

INEP. **Levantamento de dados da população jovem e adulta.** Disponível em:
< <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/>> Acesso em: set/out/nov. 2010.

MEC. **Levantamento de dados do Município e do Estado.** Disponível em:
< <http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas> > Acesso em: set/out/nov. 2010.

MEC. Pesquisa sobre Agenda Territorial. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>
Acesso em: set/out/Nov.2010.

SEDUC, Gerência de Educação e Núcleo de Educação de Jovens e Adultos, **Levantamento de dados sobre EJA.** Rede Estadual de Ensino, 2010.

SEMED, Departamento de Educação de Jovens e Adultos, **Levantamento de dados sobre EJA.** Rede Municipal de Ensino, 2010.



Plano de Trabalho (Estado de Roraima)

**Leila Soares de Souza Perussolo – Membro da Agenda Territorial/
Representante da Universidade Estadual de Roraima (ppg@uerr.edu.br – (95-
91218655)**

**Lindivalda Sales de Souza – Membro do Fórum de EJA e Agenda
Territorial (lindabelo@bol.com.br – (95-91143394)**

**Sulivanha Lira Sousa - Membro do Fórum de EJA e Agenda Territorial
(sulivanha@hotmail.com – (95-91186762)**



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1 CONTEXTO HISTÓRICO: FÓRUM DE EJA E AGENDA TERRITORIAL DE RORAIMA.....	2
2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM RORAIMA E SUA REALIDADE LOCAL A PARTIR DE 2008: TRAÇANDO PROPOSTAS PARA SUPERAÇÃO.....	6
2.1 Situando-se em Roraima.....	6
2.2 Desafios para o avanço da EJA em Roraima: Análise contextual.....	1
	1
2.2.1 Alfabetização e Continuidade dos Estudos.....	1
	4
2.2.2 Articulação da Oferta EJA e a Educação Prisional e Profissional.....	1
	4
2.2.3 Formação e Qualidade Docente.....	1
	5
2.2.4 Fontes de Financiamento.....	1
	6
2.2.5 Intersetorialidade.....	1
	8
3 PROPOSTA NORTEADORA PARA EJA EM RORAIMA: CONSTRUÇÃO COLETIVA.....	2
	0
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	2
	4
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	2
	6

INTRODUÇÃO

O plano de trabalho aqui proposto representa uma construção coletiva das cursistas do curso Gestão Social e Políticas Públicas Educacionais em EJA. A equipe de elaboração preocupou-se com um material acessível e compreensível ao público de EJA e a todos os profissionais interessados e comprometidos com a modalidade EJA no Estado de Roraima.

Com o intuito de situar o leitor na proposta do plano de trabalho para EJA em Roraima, iniciou-se com o Contexto Histórico do Fórum de EJA e Agenda Territorial de Roraima, apresentando o processo inicial de construção histórica da EJA nos Fóruns e Agendas Territoriais.

Registrou-se ainda um breve histórico da EJA no Estado de Roraima, viabilizando um documento norteador para que se possa conhecer a modalidade em seu todo, situando-os em seu território local de forma limiar, contextualizado a partir do diagnóstico realizado em 2008. Desse resultado apresenta-se um quadro de propostas com ações, metas e estratégias para EJA em Roraima.

Espera-se como resultado desse trabalho que o documento final alcance sua socialização em todo o estado através dos segmentos da sociedade que tratam a EJA com compromisso e esperança de dias melhores para construção e garantia de políticas públicas para a clientela desta modalidade em todo Brasil, de forma direta ou indireta.

1. CONTEXTO HISTÓRICO: FÓRUM DE EJA E AGENDA TERRITORIAL DE RORAIMA

O **Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Roraima – FPDEJA/RR** - nasceu de uma Comissão de Educadores envolvidos com essa modalidade de ensino no ano de 2003, consolidando-se em julho de 2004, tendo como instituições fundadoras: Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desporto - SECD, Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, SESC, SESI, Universidade Federal de Roraima - UFRR e FUNASA, e como membros integrantes às instituições: Fundação Bradesco, PROJETO CRESCER, Instituto Superior de Educação - ISE, Centro Federal de Educação Tecnológica - CEFET e Conselho Estadual de Educação.

O ponto de partida para esse processo de construção do Fórum se deu em 1996, a partir de intensa mobilização incentivada pelo Ministério da Educação - MEC e pela UNESCO, que tinha intenções voltadas à Preparação da V CONFINTEA. Na ocasião,

havia sido criada a Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos, instituída pelo MEC, que buscou incrementar essa mobilização. Daí, recomendou-se realizar em cada Estado um encontro para diagnosticar as metas e ações da EJA no Brasil. Sendo o Rio de Janeiro, em 1999, o 1º Estado a criar o Fórum da EJA e promovendo também o 1º ENEJA (Encontro Nacional da EJA), o que significou grande estímulo para o surgimento de outros Fóruns.

Em Roraima, o Fórum Permanente de Debates da Educação de Jovens e Adultos – FPDEJA - surgiu da necessidade de se consolidar as ações e diretrizes que visavam fortalecer essa modalidade de ensino. O FPDEJA-RR, ao longo dos anos de sua fundação, conquistou algumas vitórias com relação à Educação de Jovens e Adultos no Estado, tais como: a inclusão de dois módulos sobre a EJA no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Roraima – UFRR e da Universidade Estadual de Roraima – UERR. A Universidade Virtual de Roraima – UNIVIRR - disponibilizou sua tecnologia para a realização das reuniões, em tempo real, nos 15 municípios do Estado, dando oportunidade para que todos participassem dos estudos e decisões sobre a EJA no Estado.

Com o objetivo de oportunizar um espaço para a troca de experiências e atualizar conhecimentos sobre novos paradigmas da EJA, melhoria da qualidade da oferta de ensino nesta modalidade e o reconhecimento de seu alunado como cidadão, nasceu a necessidade de viabilizar Ações do Fórum, que foram: o I Seminário Estadual de Educação de Jovens e Adultos nos dias 08 e 09 de Novembro de 2004, com a temática “Políticas Públicas para EJA: Legislação, Financiamento e Formação de Professores”, o II Seminário do Fórum, com a temática “Legislação, Motivação e Formação de Professores da EJA”, em 02 de dezembro de 2005 e por último o III Seminário ocorrido nos dias 31 de julho e 01 de agosto de 2009 que desenvolveu a temática “Da Construção Coletiva ao Compromisso Político-social com aprendizagem ao Longo da Vida”.

Durante todo o percurso até os dias atuais, o Fórum vem desenvolvendo seu trabalho de forma articulada com a Agenda Territorial, mas, ainda é pouco ativo no Estado. Sabe-se que sua representatividade em eventos de EJA é determinante, porém, é necessário avançar nas ações e *advocacy* em Roraima.

A Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos surgiu através de um processo de diálogo ocorrido em encontros com secretários estaduais de educação do Norte/Nordeste e Secretaria de

Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD - do Ministério da Educação, que posteriormente expandiu-se entre todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, com a difusão da prática de integração de ações entre o Programa Brasil Alfabetizado e a Educação de Jovens e Adultos com foco na garantia e construção de políticas públicas para EJA.

Dessa forma, e de acordo com o teor do “Texto da Agenda Territorial” instituíram-se as Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, “em junho de 2008, A SECAD e o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED celebraram pacto de compromisso para o desenvolvimento de ações visando à implementação das Agendas na chamada *Semana de EJA: Compromisso de Todos pela Educação de Jovens e Adultos*, realizada em Natal, no período de 08 e 13 de dezembro de 2008, promovida pela SECAD, onde trabalhou-se, com detalhes, sobre as Agendas Territoriais”. O evento contou com as representatividades de: Secretários Estaduais de Educação, Coordenadores de EJA dos Estados e dos Municípios e Fóruns de EJA.

Neste sentido, a Agenda Territorial representa conceitualmente:

- a) Uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta;
- b) Um instrumento para consolidar as estratégias para a articulação territorial das ações de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, estruturadas nas dimensões técnica, de planejamento e de controle social;
- c) Parte integrante do Programa Brasil Alfabetizado e da EJA, na definição de uma política pública, a partir do diálogo com os mais diversos parceiros;
- d) Um mecanismo de apoio, por parte do MEC, à estruturação e à institucionalização de ações, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios, de desenvolvimento integrado de Alfabetização e de EJA, garantindo a continuidade das aprendizagens dos jovens e adultos, não se contentando apenas com o processo inicial de alfabetização. (TEXTO AGENDA TERRITORIAL)

Ressalta-se ainda suas diretrizes:

- a) Promover a articulação entre as demandas sociais e ofertas de políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos;
- b) Estimular a constituição de redes sociais de cooperação, visando ao protagonismo dos atores sociais na construção de políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos: gestores, educadores, fóruns de EJA, fóruns de Educação do Campo, Universidades, Movimentos Sociais e Sindicais, entre outros;
- c) Estimular a integração das políticas de educação formal e não formal, no âmbito da política de Educação de Jovens e Adultos;

- d) Apoiar processos educativos que favoreçam a produção do conhecimento, sistematização, socialização das experiências, a partir da realidade local e do respeito à diversidade cultural, de gênero, etnia e de ecossistemas;
- e) Apoiar experiências inovadoras de Educação de Jovens e Adultos no âmbito da economia solidária e sustentável. (TEXTO AGENDA TERRITORIAL)

As diretrizes estabelecidas para a Agenda Territorial sinalizam ações locais que viabilizam o acompanhamento das ações para EJA em cada estado e suas respectivas funções, conforme descrito enquanto responsabilidades para os Estados:

- i) Coordenar a estruturação da Agenda Territorial;
- ii) Instituir a Comissão Estadual de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos;
- iii) Apresentar Plano de Ação e Aplicação dos recursos;
- iv) Enviar para a SECAD o Plano Estratégico de Alfabetização e EJA. (TEXTO AGENDA TERRITORIAL)

Para que sejam executadas as diretrizes estabelecidas e, conseqüentemente, assumir as responsabilidades para as unidades federativas, foi necessária a formação de Comissão Estadual para a composição da Agenda em cada estado e, segundo o documento base, a Comissão Estadual deverá respeitar a seguinte representatividade mínima, entre os parceiros locais:

- representante da Secretaria Estadual de Educação;
- representante dos Secretários Municipais de Educação(UNDIME)
- representante do Conselho Estadual de Educação;
- representante do Fórum Estadual de EJA;
- representante da sociedade civil organizada;
- representante das Universidades Públicas.

Para tanto, as atribuições da Comissão Estadual são:

- a) Elaborar o Plano Estratégico de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos;
- b) Acompanhar a implementação das ações previstas no Plano Estratégico;
- c) Apoiar o Estado na elaboração de demandas, por intermédio do Plano de Ações Articuladas – PAR, no que diz respeito à EJA;
- d) Fomentar a criação de Comitês Técnicos.

2. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM RORAIMA E SUA REALIDADE LOCAL A PARTIR DE 2008: TRAÇANDO PROPOSTAS PARA SUPERAÇÃO

2.1 ²³SITUANDO - SE EM RORAIMA

O Estado de Roraima está localizado no extremo norte do país, na Amazônia Legal, tem como fronteira os países: a República Cooperativista da Guiana (leste), a Venezuela (norte e oeste), o Estado do Pará (oeste) e o Estado do Amazonas (sul). Com uma área total de 225.161,1 Km², composta por 15 municípios.

Roraima possui uma população estimada em 2009 pelo IBGE de 430.000 habitantes²⁴, concentrando-se 63% na capital Boa Vista e os demais distribuídos nos quatorze municípios. Do total de habitantes, 218.000 são de naturalidade roraimense, ou seja, 50,69%, sendo os demais migrantes, dos mais diversos estados brasileiros, encontrando maior expressão o número de pessoas oriundas dos Estados do Maranhão, Pará, Amazonas e Ceará.

Com relação à economia, o documento Produto Interno Bruto Estadual e Municipal 2007 -2010²⁵ informa que o Estado entra com 0,16% da contribuição nacional e 3,1% da contribuição da Região Norte, atuando em atividades do setor primário, secundário e terciário, como por exemplo, a agricultura, o extrativismo mineral, a construção civil, entre outras.

Em 2007, o Produto Interno Bruto per capita de Roraima ocupava a 13^a posição no *ranking* nacional e 2^a posição na Região Norte, perfazendo um valor de R\$ 10.320,00.

O desemprego, conforme Tabela 01, mantém-se elevado, atingindo, em 2007, 9,24% da população, estando a maior oferta de emprego no serviço público.

Tabela 01: Percentual da população de 10 anos e com maior tempo de desocupação, segundo Região Norte e Roraima – 2001, 2003, 2005, 2007.

Região e UF	2001	2003	2005	2007
Região Norte	9,56	10,49	7,91	7,77
Roraima	8,57	10,77	12,56	9,24

Notas:

1. Taxa de desemprego: Percentual da população de 10 anos e com maior tempo de desocupação.
2. Até o ano de 2003, informações não disponíveis para a área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

²⁴ Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>.

²⁵ Disponível em: <<http://www.seplan.rr.gov.br>>.

3. Dados não disponíveis para 2000, tendo em vista que as diferenças entre os planos amostrais do Censo-2000 e da PNAD impossibilitam a comparação entre os indicadores obtidos destas fontes.

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD²⁶

Com relação às taxas de analfabetismo e analfabetismo funcional (pessoas que têm menos de quatro anos de estudo), são elevadas, chegando em 2008 a 27,1%, conforme se constata na Tabela 02.

Tabela 2 - Taxa de Analfabetismo e Analfabetismo Funcional das Pessoas de 15 anos ou mais de idade

LOCAL	2002		2006		2008	
	% de analfabetos	% de analfabetos funcionais	% de analfabetos	% de analfabetos funcionais	% de analfabetos	% de analfabetos funcionais
Brasil	11,8	26,0	10,4	22,2	10,0	21,0
Região Norte	9,8	24,7	11,3	25,6	10,7	24,2
Roraima	12,0	27,7	8,3	20,1	9,3	17,8

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais.

Já a média de anos de estudo, considerando que segundo a Emenda Constitucional nº 59/09, a Educação Básica é obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, ou seja 14 anos de estudo, percebe-se na Tabela 03 que grandes são os desafios em Roraima para a efetivação desta garantia.

Tabela 03 - Média de anos de estudos da População de 10 anos ou mais de idade por grupo de idade - Roraima

Idade em anos	2005	2006	2007	2008
10 anos	2,5	2,6	2,7	2,3
11 anos	3,5	3,5	3,5	3,7
12 anos	4,2	4,4	4,3	4,5
13 anos	5,1	5,0	5,2	5,3
14 anos	5,4	5,3	6,0	6,2
15 anos	6,5	6,4	6,6	6,7
16 anos	7,2	7,5	7,4	7,4

17 anos	8,1	7,6	8,2	8,2
18 anos	8,2	8,4	8,8	8,4
19 anos	9,1	9,1	9,6	9,1
20 a 24 anos	8,5	9,3	9,6	10,0
25 a 59 anos	6,7	7,1	7,6	8,1
60 anos ou mais	2,5	3,3	3,0	2,8

Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais 2009; Elaboração: SEPLAN-RR/CGEES.

A Educação Básica em Roraima é ofertada por instituições públicas e privadas, atendendo segundo o Censo Escolar 2009²⁷, 133.887 alunos – Tabela 04, número este correspondente a 0,25% do total de alunos em âmbito nacional desta etapa de ensino.

Tabela 04 - Número de Matrículas de Educação Básica por Etapas e Modalidade de Ensino, Brasil, Região Norte e Roraima - 2009

Região Geográfica / Unidade da Federação	Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental I	Ensino Médio	Profissional	Educação de Jovens e Adultos
Brasil	52.580.452	6.762.631	31.705.528	8.337.160	861.114	4.639.382
Norte	5.177.584	563.724	3.293.438	723.760	41.635	11.474
Roraima	133.887	17.170	86.547	17.512	1.179	11.474

Fonte: Censo Escolar 2009

Com relação ao atendimento prestado na Educação Básica pela rede pública estadual em 2009, 81.959 alunos foram matriculados, 56.613 no Ensino Fundamental, 15.181 no Ensino Médio e 10.165 na modalidade Educação de Jovens e Adultos, o que corresponde a 88% do atendimento educacional desta etapa de ensino em Roraima.

A Educação de Jovens e Adultos em Roraima é ofertada por unidades escolares federais (278 alunos), estaduais (10.165 alunos), municipais (810 alunos) e particulares (226 alunos), o que corresponde a 8,5% da clientela da Educação Básica (Censo Escolar 2009)²⁸.

Os 10.165 alunos atendidos na EJA pela rede estadual de ensino estão distribuídos em 1º e 2º segmentos (4.118 alunos) e 3º segmento (6.047 alunos), em 65 unidades escolares em 419 turmas.

²⁷ Disponível em: < <http://www.inep.gov.br> >.

²⁸ Disponível em: < <http://www.inep.gov.br> >.

Para atender a clientela da Educação Básica (Ensino Fundamental, Ensino Médio e as modalidades Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos) as unidades escolares estaduais contam com as diretrizes pedagógicas e operacionais da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Desportos e as normas legais emanadas pelo Conselho Estadual de Educação de Roraima, adequando-as à realidade local e às peculiaridades das Propostas Pedagógicas e Regimentos Escolares.

Em 2008, o Governo do Estado de Roraima firmou junto ao Governo Federal e à sociedade brasileira o “Compromisso Todos Pela Educação” e assumiu a responsabilidade de efetivar na sua rede de ensino as 28 diretrizes, entre elas, as citadas abaixo que se relacionam diretamente à EJA:

I - estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir;

(...)

III - acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente;

(...)

V - combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não-frequência do educando e sua superação;

(...)

VIII - valorizar a formação ética, artística e a educação física;

(...)

IX - garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas;

XI - manter programa de alfabetização de jovens e adultos;...

XVI - envolver todos os professores na discussão e elaboração do projeto político pedagógico, respeitadas as especificidades de cada escola;

XXVI - transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar.

Este compromisso vai muito além do acesso à escolarização visando à efetividade da aprendizagem. Neste sentido, urge a necessidade de uma Proposta para a Educação de Jovens e Adultos que atenda as particularidades dos sujeitos, que esteja em consonância com a legislação atual e norteie a prática pedagógica vivenciada no ambiente escolar.

2.2 DESAFIOS PARA O AVANÇO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM RORAIMA: Análise contextual

O Brasil, apesar de possuir uma das mais altas concentrações de renda do mundo, registra em sua trajetória histórica uma enorme fragilidade em suas políticas sociais, por isso se apresenta como um dos países com alto índice de desigualdades e de exclusão social, onde 50% de uma população de 192.847 milhões de pessoas vivem em situação de pobreza. Esses dados colocam a exclusão num plano real, concreto e ainda constata a falta de políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos sociais assegurados pela Constituição Brasileira de 1998, dentre os quais, encontra-se o direito à educação.

A perspectiva da educação como um direito social representa uma garantia, indiscriminada e universal de toda criança, adolescente e adulto, pois deve ser reconhecida como um bem fundamental da vida e um dos atributos da própria cidadania. É a partir desse entendimento que as políticas públicas devem ser pautadas em seu plano macro do federalismo brasileiro e no plano dos territórios, micro contexto regional que contempla uma diversidade de situações e sujeitos, em especial quando para a modalidade de educação de jovens e adultos, esta como parte integrante da Educação Básica.

Ao se mapear a diversidade brasileira em respeito às especificidades de cada região, acentuam-se os desafios que estão postos para a garantia da Educação de Jovens e Adultos e, no micro contexto das regiões, os mais diferentes Estados da Unidade Federada também estão diante de demandas que exigem de fato investir em políticas públicas concretas que ajudem a superar as cifras da desigualdade e da exclusão de pessoas que não tiveram a oportunidade e o acesso à escolarização básica.

Considerar a educação como direito social amplia os desafios para pensar numa educação que de fato proporcione a emancipação humana. Desafios estes que vão da mobilização e participação dos parceiros (movimentos sociais, entidades públicas e privadas, conselhos de educação, educandos e profissionais da educação) à efetivação de uma educação de qualidade para todos, em especial, a garantia da modalidade Educação de Jovens e Adultos.

Não se trata de forjar a emancipação, mas de construí-la com os sujeitos e atores do próprio processo. Por isso, é preciso refletir sobre: qual a relação entre esses atores e a promoção do direito à educação? Tal reflexão nos leva a considerar

que os diferentes territórios possuem características próprias, necessidades diferenciadas e também possibilidades de desenvolvimento. Isso implica em perceber e reconhecer que os sujeitos sociais carregam uma singularidade a partir de sua individualidade, mas também construída historicamente nas relações estabelecidas com seus pares nos mais diferentes espaços de interação social da cultura produzida.

Essas questões nos ajudam a pensar de forma mais exigente sobre que educação queremos propor. Trata-se de uma educação básica de qualidade para todos, com permanência e sucesso nos processos de aprendizagem. Também se faz necessário empreender esforços concretos para a redução das desigualdades sociais. Nesta perspectiva, pensar e compreender os conceitos de territórios e territorialidades para além de fronteiras geográficas permitirá um movimento dialético entre os micro e macro espaços constituídos para empreender estratégias que de fato pautem princípios de sustentabilidade para uma política educacional centrada nos sujeitos e com perspectiva de qualidade de vida.

Nesse caminhar, valorizar o processo é algo fundamental, pois é no caminhar que os sujeitos se constroem enquanto escritores de suas próprias histórias, inclusive aprendendo a vivência da participação cidadã, com poder de decisão e com clareza de como e para quem decidem. Entende-se por participação cidadã aquela construída coletivamente, de maneira processual, resultado da conquista coletiva e das superações individuais, aquela que devolve aos sujeitos o direito da palavra. Por isso, concorda-se com Paulo Freire – *é decidindo que se aprende a decidir. Só participa da decisão quem tem voz.* (FONTE?)

Os sujeitos da EJA devem ser respeitados em sua singularidade, porém, é preciso reafirmar em termos de políticas públicas e práticas sociais a garantia de seus direitos. A Agenda Territorial, enquanto espaço de luta e controle social, torna-se um instrumento significativo de debates e tensionamentos das questões em EJA e abre possibilidades para que, nos mais diferentes territórios, e a partir dos locais dos sujeitos, essa modalidade de educação seja valorizada com a sistematização das diferentes experiências, saberes, práticas sociais e pedagógicas.

Desta forma, fica o desafio de tentar responder as seguintes indagações: Como garantir uma educação de direito aos educandos da EJA se os segmentos sociais

envolvidos têm pouca participação nas ações desenvolvidas pela Agenda Territorial e Fórum EJA? Como fortalecer a Agenda Territorial e Fórum da EJA sem a participação efetiva dos seus membros no processo de desenvolvimento das ações e discussões acerca da EJA? Como buscar a autonomia da Agenda Territorial e Fórum EJA se 90% de seus membros representam cargos de confiança, em comissão, deixando-os muitas vezes limitados?

Atualmente temos enfrentado grandes desafios para efetivação do controle social (Agenda e Fórum EJA) enquanto garantia das políticas públicas para EJA em Roraima, o que chamamos de fragilidades, que são elas:

- a não participação de educandos e educadores ativos em sala de aula, dos familiares e ONGs;
- a Agenda e o Fórum EJA são totalmente regidos pelo segmento governamental, devido ao fato de seus atores serem prestadores de serviços públicos de confiança e que nem sempre estão disponíveis para as ações do Fórum e da Agenda;
- os sindicatos presentes na composição não são atuantes, e quase sempre não estão presentes nas reuniões e não respondem aos e-mails ou outras formas de comunicações;
- a UNDIME, que seria o segmento mais forte nesta composição, está desarticulada e não contribui na articulação de desenvolvimento do plano estratégico ou políticas para a EJA.

Contudo, considerar o desenvolvimento territorial sustentável na perspectiva proposta nos aspectos social, econômico, ecológico, cultural, espacial, político e ambiental para a EJA é quase utopia ao processo de articulação entre o Fórum EJA e a Agenda Territorial, mas com o fortalecimento e envolvimento dos demais segmentos **CME**, **CEE** e sociedade civil organizada parece ser muito mais eficiente, partindo do compromisso social das instituições educacionais.

2.2.1 Alfabetização e Continuidade dos Estudos.

Alfabetizar é garantir o direito à educação e à cidadania a jovens, adultos e idosos. Contemporaneamente, a concepção de alfabetizar é tida como formar leitores e

escritores autônomos, que dominem o código linguístico, mas que também sejam capazes de atribuir sentidos, recriar histórias e de compreender criticamente sua realidade. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade.

Em Roraima, a alfabetização vem sendo articulada de forma tímida, apesar de os indicadores da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio - PNAD/IBGE/2006 – apontar que 26.917 pessoas de 15 anos ou mais não eram alfabetizados no Estado. Neste período, o Estado possuía um total de 333.820 habitantes residindo na zona urbana e 71.628 na zona rural, a taxa de analfabetismo era de 8,3%, as ações desenvolvidas pelas esferas estadual e municipal não foram suficientes para minimizar os dados estatísticos. Desta forma, devemos encontrar mecanismos e estratégias para transformar a realidade atual.

2.2.2 Articulação da Oferta EJA e a Educação Prisional e Profissional

A Educação de Jovens e Adultos é um espaço de aprendizagem em diferentes ambientes de vivências que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos da história. Nesses espaços, a EJA volta-se para um conjunto amplo e heterogêneo de jovens, adultos e idosos oriundos de diferentes classes sociais e trabalhadoras. Diante disto, a Educação de Jovens e Adultos tem como princípio fundamental o potencial da aprendizagem e formação de adultos para fomentar o desenvolvimento ecologicamente sustentável, para promover a democracia, a justiça social, a igualdade entre mulheres e homens e o desenvolvimento cognitivo, social e econômico, bem como para construir um mundo em que os conflitos violentos sejam substituídos pelo diálogo e por uma cultura de paz baseada na Justiça.

Os direitos educativos das pessoas privadas de liberdade estão assegurados em normas nacionais e internacionais. Porém, no Brasil, a realidade demonstra que ainda há um longo caminho a percorrer para sua efetivação.

Concebe-se em Roraima a Educação no Sistema Prisional, a partir das Diretrizes Nacionais para oferta de Educação nos Estabelecimentos Penais, como os processos educativos relacionados às perspectivas da ressocialização, reinserção e outros termos que remetem para a reorganização da vida quando conquistada a liberdade. Sem dúvida, esta é uma perspectiva fundamental, mas não se pode deixar de considerar que os processos educativos, em qualquer situação, exercem influência sobre a vida presente dos envolvidos. No caso das pessoas encarceradas, isto significa possibilidade de humanização das relações no interior das prisões. Neste caso, a perspectiva é que a educação escolar para pessoas encarceradas é fundamental para resgatar e resguardar sua condição humana no presente, dentro da prisão.

É notório que a participação dos detentos neste processo poderá lhes proporcionar remissão de pena. Porém, acredita-se que a remissão pelo estudo, no entanto, deve vir acompanhada de outras medidas que possibilitem e valorizem as atividades educativas no interior do presídio. É necessário sensibilizar funcionários e também a população carcerária para a importância do funcionamento destes cursos.

2.2.3 Formação e Qualidade Docente.

A formação inicial e continuada de um modo geral tem sido pauta de reflexões e debates educacionais, incluindo ainda que de maneira mais tímida, a preocupação com a formação do docente para atender a modalidade da EJA.

Em Roraima, a formação específica para atender a modalidade de Educação de Jovens e Adultos ainda não logrou uma atenção especial por parte das instituições formadoras que apenas contemplam em seus currículos disciplinas isoladas ou parte das horas de estágio curricular para aproximar os futuros professores com essa modalidade. É um desafio a ser superado nos currículos das licenciaturas a inserção de práticas de ensino na modalidade EJA e o incentivo à pesquisa entre docentes e discentes, como forma de alcançar a articulação entre teoria e prática, uma sólida formação teórica e interdisciplinar e que ainda considere as práticas de gestão democrática a partir de um projeto emancipador e transformador das relações sociais.

Em termos de educação continuada percebe-se a oferta de cursos de extensão de curta duração e de especialização, também de maneira pontual e sem qualquer vinculação com as necessidades sentidas pelos docentes na escola e em suas práticas cotidianas. Característica esta que distancia a formação inicial da continuada, fragmentando ainda mais a formação por não levar em conta a realidade da sala de aula, dos professores, da profissão e as próprias condições de trabalho dos sujeitos.

Para se galgar avanços significativos na formação docente para atender a especificidade da EJA é preciso superar o isolamento da formação inicial e continuada, reconhecendo-as como processo permanente, construtivo e que estão intimamente vinculadas, bem como superar a dimensão conteudista sem qualquer contextualização à realidade social dos sujeitos e atores integrantes do processo formativo. Assim, alguns desafios estão postos para a formação docente para o cenário da EJA em Roraima, conforme exposto no quadro de ações, metas e estratégias.

2.2.4 Fontes de Financiamento

A Constituição Brasileira de 1988, além de contemplar em seu texto a educação como um direito de todos, definiu, de forma clara, o Estado e a família como sendo os responsáveis pelo seu provimento. Para garantir o direito à educação, o Estado estabeleceu a estrutura e as fontes de financiamento para a educação, determinando a vinculação de recursos com a determinação de percentuais mínimos da receita, resultantes de impostos, a manutenção e desenvolvimento do ensino, assim especificado: – 18% da receita de impostos da União e 25% dos impostos dos estados, Distrito Federal e municípios, incluindo-se as transferências ocorridas entre esferas de governo e o salário-educação.

Pelo princípio da simetria jurídica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n 9394/96 - estabeleceu a EJA como modalidade da educação, e a Resolução CEB – CNE n° 1/2000 reafirma a especificidade desta modalidade. Ambos instrumentos normativos demonstram que a cobertura é insuficiente para atender o



quantitativo de pessoas que não possuem a escolarização básica, em especial atender de forma mais expressiva a modalidade EJA.

Os desafios que estão postos ao atendimento da EJA exigem por parte do poder executivo, em primeiro lugar, redesenhar um novo modelo de gestão que defina claramente as responsabilidades dos entes federativos na pactuação dos regimes de colaboração, pois, avançar na diminuição dessa desigualdade e exclusão social requer a intensificação de investimentos para garantir a oferta de aprendizagem e educação de adultos de qualidade.

Cabe ainda aos entes federados impulsionar e adotar estratégias de parceria, que atraiam a colaboração de organizações da sociedade civil para os programas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, na tarefa profícua de execução direta para a garantia da oferta de EJA, permitindo ainda investimentos necessários para as instalações físicas apropriadas, a formação inicial e continuada dos alfabetizadores, a provisão de acervos de leitura, materiais pedagógicos e serviços de assistência ao estudante.

O pacto colaborativo deve ser entendido como partilhamento de responsabilidades de maneira coordenada e uma vontade política de intervenção nos problemas da educação básica. Então, torna-se necessário o fortalecimento das relações estado-município, firmado através de programas de Cooperação Institucional para possibilitar, sobretudo, a recuperação, construção de prédios, ampliação das salas de aula, formação e remuneração de professores.

Em Roraima, o cenário ainda se apresenta como necessidade de desenvolver uma cultura de colaboração entre o Estado e os Municípios que resulte em ações compartilhadas na formação de professores e gestores, melhoria na rede física, transporte escolar e fortalecimento da alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

2.2.5 Intersetorialidade

A Constituição Federal de 1988 e a Nova LDB conferem aos municípios a responsabilidade do Ensino Fundamental, e estabelecem que, aos sistemas de ensino cabe assegurar gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho. Também cabe a esses sistemas de ensino viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre os diversos setores das esferas públicas.

Tomar a EJA como prioridade no cenário das políticas públicas em educação nos leva a considerar os múltiplos desafios acerca da intersetorialidade para uma melhor efetivação dessa política no Estado, pois se faz necessário potencializar as parcerias e envolvimento das esferas governamentais, da sociedade civil no processo educativo. É preciso criar formas e possibilidades para uma relação dialógica, de interação e compartilhamento de responsabilidades entre os mais diversos parceiros que lutam pela garantia do direito à Educação de Jovens e Adultos, em especial aos movimentos sociais e populares que agregam experiências na construção de alternativas que resultem em políticas públicas.

Em Roraima, a intersetorialidade da EJA ainda é embrionária. Muitos são e serão os desafios para estabelecer e fortalecer as parcerias que venham ampliar o debate e o movimento da garantia da Educação de Jovens e Adultos a partir de um processo de gestão compartilhada entre os setores da saúde, do trabalho, meio ambiente, cultura e lazer, segurança pública, Ministério da Justiça, Secretaria da Agricultura, dentre outros.

Pensar sobre o mapeamento da intersetorialidade exige pensar também sobre formas de mobilização das parcerias, em especial dando visibilidade à sociedade e, para isso, estratégias como a comunicação em rede, a troca de e-mails entre os parceiros, elenco de pontos que irão agregar os parceiros na formação política do movimento, e uma agenda permanente de trabalho para manter o grupo unido são pontos cruciais no caminhar desta luta. Para tanto, no fortalecimento da intersetorialidade, deve-se ainda:



- promover parcerias horizontais, intersetoriais e articuladas em programas de escolarização de jovens e adultos e trabalho, nas mais diferentes instâncias governamentais e da sociedade civil para ampliar o atendimento da EJA;
- articular e potencializar a intersetorialidade entre os movimentos sociais e populares, Fórum EJA, Agenda Territorial e movimentos indígenas;
- promover diálogo permanente entre os setores das Secretarias Estadual e Municipal e entre as escolas da rede pública, garantindo integração e objetividade nas ações e projetos para a EJA;
- celebrar pacto de compromisso para o desenvolvimento de ações estratégicas para o atendimento do público de EJA;

3. PROPOSTA NORTEADORA PARA EJA EM RORAIMA: CONSTRUÇÃO COLETIVA:

Quadro de Ações

INDICADORES	METAS	ESTRATÉGIAS	PRAZO
Fortalecimento do FORUM EJA e da Agenda Territorial	<p>1. Promover a capacitação e formação dos membros do Fórum EJA e da Agenda Territorial a partir de temáticas vinculadas à legislação e políticas públicas de gestão social.</p> <p>2. Ampliar o espaço para o debate coletivo e o respeito à diversidade dos movimentos sociais como uma forma de garantir o direito de cidadania à sociedade roraimense.</p> <p>3. Instituir mecanismos de comunicação e informação através de divulgação e mobilização.</p>	<p>1.1. Definição de uma agenda de trabalho para reuniões técnicas e para reuniões de estudo coletivo, visando o processo formativo;</p> <p>1.2. Repasse do Curso em Gestão Social em Políticas Educacionais para os membros do Fórum EJA e da Agenda Territorial.</p> <p>2.1 Realização de audiências públicas, seminários, encontros, reuniões e outras formas de mobilização social que ampliem o debate coletivo na EJA.</p> <p>3.1 Estruturação e alimentação do sítio institucional para divulgação das ações da Agenda Territorial e Fórum de EJA;</p> <p>3.2 Publicação do Plano de Trabalho da Agenda Territorial;</p>	<p>1.1 Fevereiro – 2011</p> <p>1.2 Abril e Maio - 2011</p> <p>2.1 Março a dezembro – 2011</p> <p>3.1 Fevereiro a dezembro - 2011</p> <p>3.2 Maio - 2011</p>



<p>Intersectorialidade</p>	<p>1. Estabelecer mecanismos para o envolvimento dos poderes legislativo, executivo e judiciário, bem como a sociedade civil organizada, sistema S, setor privado e comunidade em geral.</p>	<p>1.1 Realização de visitas técnicas para divulgação, sensibilização e pactuação de responsabilidade social para com a EJA em RR; 1.2 Manutenção dos parceiros informados e atualizados a respeito das ações da Agenda e Fórum através do sistema de rede de comunicação; 1.3 Assinatura de Termos de Cooperação Técnica para pactuação de ações e desenvolvimento de projetos educativos e sociais voltados para o público da EJA; 1.4 Sensibilização dos gestores das unidades prisionais e das instituições que atendam adolescentes e jovens infratores para a implantação da EJA cursos e Educação de Jovens e Adultos em Nível Fundamental e Médio; 1.5 . Busca de parceria para efetivação das ações da Agenda e do Fórum de EJA.</p>	<p>1.1 Março -2011 1.2 Fevereiro a Dezembro - 2011 1.3 Março -2011 1.4 abril – 2011 1.5 Fevereiro a Dezembro - 2011</p>
<p>Oferta da EJA</p>	<p>1. Acompanhar e monitorar o planejamento e a implementação dos planos estratégicos de EJA nas esferas estadual e municipais com foco no atendimento à demanda da EJA em</p>	<p>1.1 Participação nas reuniões técnicas com as equipes das secretarias de Educação para acompanhar e avaliar as ações do Plano Estratégico da EJA; 1.2 Solicitação do Plano Estratégico da EJA e</p>	<p>1.1 Abril e Agosto -2011 1.2 Abril e Agosto -2011</p>

	<p>Roraima;</p> <p>2. Articular com as Secretarias Estadual e Municipais de Educação um plano de gestão para garantir a ampliação do número de matrículas para atender os egressos da alfabetização e comunidade em geral;</p> <p>3. Reestruturar o currículo, adequando-o à especificidade dos educandos de EJA e que leve em conta a diversidade e realidade local.</p>	<p>seus respectivos atendimentos e matrícula inicial para acompanhamento e avaliação.</p> <p>2.1 Realização de mapeamento permanente para levantamento da demanda dos sujeitos da EJA fora do processo de escolarização para organizar e garantir a oferta de matrículas em escolas, mais próximas das residências;</p> <p>2.2 Busca de parceria com as secretarias de educação para mapear a demanda existente.</p> <p>3.1 Estímulo à parceria entre as Instituições de Ensino e as Secretarias de Educação para reestruturação e adequação do currículo escolar;</p> <p>3.2 Realização de estudo socioeconômico sobre os educandos da EJA, a fim de auxiliar na implementação do currículo e metodologia inovadora;</p> <p>3.3 Promoção de encontros e seminários para garantir a discussão sobre um currículo específico para EJA;</p>	<p>2.1 Maio e Dezembro -2011</p> <p>2.2 Fevereiro a dezembro de 2011</p> <p>3.1 Fevereiro a dezembro de 2011</p> <p>3.2 Maio de 2012</p> <p>3.3 Abril de 2011</p>
Financiamento	<p>1. Fiscalizar a aplicação do recurso destinado na garantia de oferta de Curso de Educação de Jovens e Adultos da alfabetização ao ensino médio.</p>	<p>1.1 Manter representatividade nos conselhos e colegiados enquanto órgãos fiscalizadores na aplicação dos recursos financeiros;</p> <p>1.2 Solicitação de relatório semestral das</p>	<p>1.1 Anualmente</p>



		aplicações financeiras destinadas à EJA; 1.3 Solicitação de mapeamento da oferta de EJA nas redes estadual e municipais, semestralmente.	1.2 Julho e Dezembro de cada ano letivo 1.3 Fevereiro e agosto – de cada ano letivo
Formação docente	1. Articular junto às IES a oferta de cursos de formação inicial e continuada para atender os docentes que atuam na EJA.	1.1 Diálogos e debates com as IES, para a inserção de módulos ou disciplinas em EJA nos Currículos dos Cursos de licenciatura para atender a modalidade; 1.2 Parcerias com as IES, para oferta de cursos de formação continuada nas áreas específicas para 100% dos professores que atuam com a modalidade EJA; 1.3 Parcerias com as IES, propostas de programas de Cursos de aperfeiçoamento em áreas específicas, mínima de 180 horas, para atender a modalidade. 1.4 Mobilização de Professores e gestores para participação em cursos de extensão que atendam a temática em EJA.	1.1 Maio - 2011 1.2 Fevereiro a dezembro - 2011 1.3 Julho -2011 – Janeiro de 2012 1.4 Maio a julho - 2011

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação de qualidade é um direito de todos os cidadãos e dever do Estado, assim, garantir o exercício desse direito é um desafio que impõe decisões inovadoras que devem ser planejadas a partir da realidade de cada local. Por isso, entende-se que, em termos de Educação, Roraima, apesar de alguns avanços, os desafios a serem superados na garantia de uma educação de qualidade para todos, em especial quando se trata da Educação de Jovens e Adultos, são inúmeros, complexos e históricos. De forma pontual podemos exemplificar com a descontinuidade de escolaridade após a ação de Alfabetização, altas taxas de evasão em todos os níveis e programas dessa modalidade e a ausência de formação docente específica para atendimento a esse público.

Trata-se ainda de compreender que a efetivação do direito à Educação dos Jovens e dos Adultos ultrapassa a ampliação da oferta de vagas nos sistemas de ensino, seja ele estadual ou municipal. É necessário que o ensino seja adequado aos que ingressam na escola ou retornam a ela fora do tempo regular: que ele prime pela qualidade, valorizando e respeitando as experiências e os conhecimentos dos alunos. Por outro lado, ainda em termos de política educacional voltada para a Educação de Jovens e Adultos em Roraima se percebe a necessidade de superar algumas dificuldades, dentre as quais destacamos:

- falta de prioridade para as políticas da Educação de Jovens e Adultos;
- falta de estratégias e ações pautadas na e para a concretização das metas do Plano Nacional de Educação;
- falta de articulação entre as Secretarias e as IES para desenvolvimento de ações e projetos para a Educação de Jovens e Adultos;
- falta de cooperação entre os municípios para a oferta e atendimento da EJA no Estado;
- falta de um programa de avaliação e monitoramento de alfabetização que ajude a perceber os avanços e as dificuldades da EJA a partir de cada realidade;
- falta de um Calendário Escolar diferenciado para EJA que possibilite melhor adequar a carga horária às necessidades dos sujeitos para que todos possam seguir seus estudos;
- falta de ações concretas em atendimento aos grupos minoritários tais como indígenas, jovens e mulheres com foco nas ações voltadas para a EJA:

-a falta de articulação entre o Fórum EJA e a Agenda Territorial enquanto instâncias políticas e de controle social;

A Agenda Territorial enquanto instância política de acompanhamento e de controle social constitui, de forma ímpar, um compromisso das instituições e segmentos representados no delineamento de caminhos possíveis e que possam se concretizar no avanço e na garantia do direito à EJA, sendo assim, enquanto membros integrantes da Agenda e Fórum reconhecemos que ainda se faz necessário:

- compreender que as políticas públicas pautadas pela justiça social, pelo trabalho, pela inclusão social e pela diversidade são aquelas que reconhecem e criam formas de viabilizar a participação da sociedade civil no debate das propostas a serem implementadas;

- superar a visão reducionista de EJA que inferioriza os sujeitos e atores dessa modalidade de ensino para afirmar e reafirmar a perspectiva de sujeito de direito;

- superar as desigualdades e a insuficiente oportunidade de condições oferecidas aos jovens e adultos dos 15 (quinze) municípios do Estado para garantir de fato a universalidade do direito à educação, em especial, à EJA;

- investir em ações estratégicas e de mobilização social que contribuam para o desenvolvimento da consciência acerca dos direitos humanos básicos, dentre os quais se encontra resguardado constitucionalmente o direito por uma educação de qualidade;

- investir em políticas diferenciadas que revertam a negação histórica dos direitos coletivos até então negados às comunidades indígenas, negras, do campo, jovens e idosos, portadores de necessidades especiais e pessoas privadas de liberdade;

Ademais, é preciso que as Instituições de Educação Superior, enquanto centros de excelência na construção de novos conhecimentos assumam o papel de promover pesquisas, articulando-se enquanto rede de pesquisas na perspectiva de evidenciar as aprendizagens e a Educação de Jovens e Adultos numa perspectiva de mudança de paradigma, de pautar a aprendizagem ao longo da vida, enfim, de fortalecer a Educação Básica.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA, **Territorial – Texto** – Brasília, Junho, 2008.

COMPROMISSO, Carta – **Todos pela EJA** – Natal, dezembro de 2008.

CONVERGENCIA, Brasília - Unesco – **Ação Educativa**, DVV, 2009.

CONAE, 2010 – **Coletânea de Texto da CONAE (Tema Central e Colóquios)**
Organizadores Arlindo Cavalcanti de Queiroz – MEC/SEA Leda Maria Gomes
MEC/SEA. Brasília, 2010.

CONAE, 2010 – **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação** – Documento Final -
Organizador Francisco das Chagas Fernandes - Brasília, MEC 2010.

CONFINTEA VI – **Marco de Ação em Belém** – Unesco, Brasília 2010.

CONFINTEA VI – **Documento Nacional Preparatório a VI Conferencia Internacional de Educação de Adultos** – Unesco, Brasília, 2010

RELATÓRIO GLOBAL - **Aprendizagem e Educação de Adultos** – Brasília:
UNESCO, 2010.

RORAIMA - **Diagnóstico da EJA** – Boa Vista, abril de 2008.



RAMIRO MARINHO COSTA

**PLANO ESTRATÉGICO DA AGENDA TERRITORIAL DO
ESTADO DE SANTA CATARINA**

**Trabalho apresentado como
requisito para a conclusão do
“Módulo IV – Planejamento e
Gestão de Projetos
Educacionais em EJA, Curso
de Gestão Social e Políticas
Educacionais em EJA
Orientadoras: Professora Maria
Clarisse Vieira e Tutora Juliana
Alves de Araujo Bottechia.**

FLORIANÓPOLIS – 2010

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

1.1 Estado: Estado de Santa Catarina

1.2 Nome: Ramiro Marinho Costa. Técnico da Secretaria de Estado da Educação. Representa a Secretaria de Estado da Educação na Agenda Territorial.

1.3. Informações para Contato: Fone Residencial: (48) 3204-9868. Celular: (48) 9105-9868. Fone Profissional: (48) 3221-6071. E-mail: ramiro@sed.sc.gov.br ou ramiromarinhocosta@gmail.com

2. CARACTERIZAÇÃO DA AGENDA TERRITORIAL DE SANTA CATARINA

2.1 Instituições Participantes da Agenda Territorial:

- Secretaria Estadual de Educação / SED;
- União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação / UNDIME;
- União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação / UNCME;
- Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis
- Conselho Estadual de Educação;
- Instituições de Ensino Superior;
- Movimentos sociais, fóruns (Fórum EJA, Fórum de Educação do Campo).

2.2 Participantes da Agenda Territorial:

A Agenda Territorial de Santa Catarina está organizada em duas dimensões: a **Comissão da Agenda Territorial**, que é um órgão consultivo, de planejamento e acompanhamento da política de EJA no Estado, de modo a oferecer um diálogo aberto e participativo entre seus membros; e o **Comitê da Agenda Territorial** que possui atribuição técnica para subsidiar a Comissão da Agenda Estadual na elaboração e no acompanhamento da Agenda Estadual, por meio de levantamento de dados, de informações e sistematização, em relação a tudo que diz respeito à política de Alfabetização de EJA no âmbito territorial do Estado.

Conforme a Portaria nº 2.832, de 18 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado, nº 18740, de 27 de novembro de 2009, assinada pelo Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina, os membros integrantes da Comissão da Agenda Territorial de Santa Catarina, conforme indicação das instituições participantes:

- Representantes da Secretaria de Estado da Educação/SED:
 - Maria das Dores Pereira e Ramiro Marinho Costa.
- Representantes do Conselho Estadual de Educação/CEE:
 - Vera Regina Simão Rzatki e Marta Vanelli.
- Representante da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC:

- Lourival José Martins Filho.
- Representantes da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC:
 - Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin e Leyli Abdala Boemer.
- Representantes da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação/UNDIME:
 - Rodolfo Joaquim Pinto da Luz e Regina Bittencourt Souto.
- Representantes do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos/FEEJA:
 - Anderson Sartori e Alexandre Campregher.
- Representantes do Fórum Estadual do Campo/FOCEC:
 - Sílvia Maria Oliveira e Antonio Munarim.
- Representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação/UNCME:
 - Darli de Amorim Zunino e Daniela Regina Moratelli.

O Comitê da Agenda Territorial de Santa Catarina está constituído conforme indicação das instituições participantes da Agenda Estadual:

- Anderson Sartori: Fórum EJA – SC.
- Arlete Rios: Coord. EJA/Capital/PMF
- Darli De Amorim Zunino: UNCME – SC.
- Lourival José Martins Filho: UDESC
- Maria das Dores Pereira: Coord EJA/Estadual – SC.
- Maria Herminia Laffin: UFSC.
- Regina Bittencourt Souto: UNDIME – SC.
- Ramiro Marinho Costa: EJA/SED – SC.
- Sílvia Maria de Oliveira: FOCEC./SC

2.3 Plano de Ação para a Agenda Territorial:

O Agenda Territorial de Santa Catarina elaborou um Plano de Ação para a Agenda Territorial com as seguintes atividades a serem desenvolvidas:

- Realização de assessoria aos municípios para elaboração de Política de Educação de Jovens e Adultos.
- Realização de 2 (dois) Seminários com Secretários Municipais de Educação e Representantes de Instituições de EJA e para divulgação e avaliação das ações da Agenda Estadual de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.
- Contratação de consultoria para realizar assessoramento no processo de elaboração de Política Estadual de Educação de Jovens e Adultos.
- Realização de reuniões técnicas para oferecer assessoramento aos Municípios Catarinenses no processo de elaboração de Política Municipal de Educação de Jovens e Adultos.

- Contratação de pesquisador para efetuar coletas de dados para atualização do diagnóstico da EJA no Estado de Santa Catarina
- Contratação de consultor para realização de análise dos dados coletados para atualização do diagnóstico da EJA no Estado de Santa Catarina.
- Realização de reunião ordinária (bimestral) da Comissão da Agenda Estadual de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.
- Realização de reunião ordinária (quinzenal) do Comitê da Agenda Estadual de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.
- Diagramação e Impressão dos documentos do Plano Estratégico para Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina e da Política Catarinense de Educação de Jovens e Adultos.

3 DIAGNÓSTICO DA EJA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

3.1 Características do Estado

O Estado de Santa Catarina fica localizado na Região Sul do Brasil, entre os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Dispõe de uma área de 95.985 Km², correspondendo a 1,13% do território nacional. É a sétima economia do país e o quinto maior exportador brasileiro. Divide-se em cinco polos econômicos com características próprias: o norte e o Vale do Itajaí, com seu parque industrial voltado ao ramo têxtil, metal-mecânico, setor portuário, pesqueiro, pecuária leiteira e lavouras de arroz; o sul, que se destaca pelas indústrias carboníferas e cerâmicas e pela pequena agricultura; o Planalto de Lages, que é voltado à pecuária de corte, à extração da madeira e às indústrias de celulose; o Planalto de Canoinhas, com extração de erva-mate, reflorestamento e indústrias de celulose; o oeste catarinense a se destacar na pecuária, leite e agroindústria.

Santa Catarina é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizada no centro da Região Sul do país. É o 20º maior estado da nação, o décimo primeiro mais populoso, além de ser o nono mais povoado. As dimensões territoriais abrangem uma área de 95.346 km², pouco maior do que a Hungria,

limitadas aos estados do Paraná (ao norte) e Rio Grande do Sul (ao sul), Oceano Atlântico (a leste) e a Argentina (a oeste). A costa oceânica tem cerca de 450 km; ou seja: aproximadamente metade da costa continental de Portugal (943 km).

O Estado possui 293 municípios, sendo o Município de Florianópolis sua capital e sede do governo, localizada na Ilha de Santa Catarina. O Estado possui clima subtropical. No oeste e planalto serrano é relativamente comum a ocorrência de geadas e neve, enquanto que, no litoral, o clima é mais quente, podendo atingir altas temperaturas durante a temporada de verão.

Em termos históricos, sua colonização foi largamente efetuada por imigrantes europeus. Os portugueses açorianos colonizaram o litoral no século XVIII; os alemães colonizaram o Vale do Itajaí, parte da região sul e o norte catarinense em meados do século XIX; e os italianos colonizaram o sul do estado no final do mesmo século. O oeste catarinense foi colonizado por gaúchos de origem italiana e alemã na primeira metade do século XX.

Os índices sociais do Estado situam-se entre os melhores do país. Santa Catarina é considerado o sétimo estado mais rico da Federação, com uma economia diversificada e industrializada. Importante polo exportador e consumidor, o Estado é um dos maiores responsáveis pela expansão econômica nacional, respondendo por 4% do PIB do Brasil.

Santa Catarina está separada em subdivisões geográficas, denominadas mesorregiões e microrregiões, e em subdivisões administrativas, denominadas municípios. As mesorregiões compreendem as grandes regiões do Estado, unidas por laços geográficos, demográficos e culturais. Atualmente existem seis mesorregiões em Santa Catarina: a Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí.

As microrregiões são formadas pelo conjunto de cidades que se engloba a uma cidade-polo. As cidades-polo estão distribuídas por todo o Estado, de forma descentralizada: cada uma possui uma Secretaria de Desenvolvimento Regional/SDR. Há, atualmente, 36 microrregiões.

De acordo com o último censo demográfico do IPEA (2010), o total da população do Estado é de 4.849.597, habitantes. Quatro vírgula nove por cento (4,9%) de sua população maior de quinze anos (conforme dados do IPEA/2010), ou seja, cerca de 238.313 cidadãos encontram-se em estado de

analfabetismos. Desses 4.849.597 habitantes, 2.378.538 são homens, sendo que 105.676 (4,4%), são analfabetos e 207.760 (8,7%), se encontram em estado de analfabetismo funcional. 2.471.061 são mulheres, sendo que 132.537 (5,4%), são analfabetos e 235.224 (9,5%), se enquadram na condição de analfabetismo funcional. Também, conforme o IPEA (2010), Santa Catarina conta com uma taxa de analfabetismo funcional de 442.984 (9.1%) de pessoas maiores de 15 anos. Ainda com base nesta mesma fonte de dados, verifica-se que Santa Catarina apresenta uma demanda de atendimento na EJA de 49,67 % (56% na zona urbana e 44% na zona rural). Este dado revela-se como indutor de construção obrigatória de uma política pública que garanta o acesso a EJA como um direito subjetivo de educação para todos.

3.2 Características da População

A população do Estado de Santa Catarina é formada por mais de cinquenta etnias, sendo as predominantes descendentes de portugueses, índios, africanos, alemães, italianos e, em menor medida, eslavos (poloneses, sobretudo). De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2009, a população do Estado era composta por 88,1% de brancos, 9,0% de pardos, 2,7% de pretos e 0,2% de amarelos ou indígenas. Os portugueses, em sua maioria açorianos, começaram a chegar em Santa Catarina em 1750, para colonizar e proteger o sul do Brasil de eventuais ataques de espanhóis. Os castelhanos, vindos da Argentina, estavam invadindo terras lusitanas no Brasil meridional. Foram fundadas colônias açorianas em pontos estratégicos no litoral de Santa Catarina, que mais tarde se espalharam por outras áreas do Sul do Brasil.

A imigração alemã em Santa Catarina iniciou em 1829, quando 523 alemães, oriundos de Bremen, fundaram a colônia São Pedro de Alcântara. A vinda de alemães para o Brasil foi incentivada pelo imperador Dom Pedro I, que pretendia povoar o Brasil meridional a fim de promover o crescimento econômico da região. Diversas outras colônias alemãs foram criadas no Estado. As de maior êxito foram as colônias de Blumenau, em 1850, e de Joinville, em 1851. Estas duas colônias foram as responsáveis pelo sucesso da colonização alemã no Estado. Cerca de 40% da população catarinense é de origem alemã. A imigração italiana foi a corrente imigratória mais numerosa já recebida por Santa Catarina. Os italianos começaram a

chegar ao Estado em 1875, provenientes, principalmente das regiões do Vêneto e da Lombardia. Assim como ocorreu com os alemães, foram criadas dezenas de colônias italianas, situando-se as mais prósperas na região do vale do Rio Tubarão. As primeiras colônias italianas foram fundadas no litoral de Santa Catarina. No início do século XX, italianos vindos do Rio Grande do Sul passaram a migrar para o oeste de Santa Catarina, e ali, as colônias italianas prosperaram. Aproximadamente 30% da população de Santa Catarina descende de italianos.

3.3 A Educação de Jovens e Adultos – Atendimentos

As exigências da sociedade contemporânea nos remetem a repensar as funções educativas da EJA, de modo que suas dimensões possam assegurar aos sujeitos o acesso aos bens culturais, aos conhecimentos científicos e tecnológicos, tão necessários à participação social e inserção no mundo do trabalho, sobretudo no que se refere a contribuir para sua formação como cidadãos integrados política, social e economicamente.

A heterogeneidade sociocultural dos sujeitos, a diversidade de suas necessidades educativas e de suas condições de estudo e aprendizagem requerem respeito às especificidades. Por isso, as políticas públicas e os respectivos programas voltados aos anseios da EJA devem assegurar a valorização da formação inicial e continuada dos educandos e dos educadores, com ênfase nesta heterogeneidade sociocultural.

Conforme dados do SERIE/EJA 2010, a matrícula em Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina, em 2010, foi de 72.562 alunos, distribuídos conforme os quadros abaixo:

Quadro 1: Matrículas presenciais por nível de ensino na Educação de Jovens e Adultos em SC/Ano Base 2010.

Matrículas na EJA em Santa Catarina			
Anos Iniciais EF	5ª a 8ª Séries EF	Ensino Médio	Total
13.436	27.857	31.265	72.562

Quadro 2: Matrículas por faixa etária na EJA em SC/Ano Base 2006.

Matrícula por faixa etária			
	Menos de 25 anos	Mais de 25 anos	Total geral
Ensino Fundamental	17.054	24.239	41.293
Ensino Médio	19.789	11.476	31.265
Total geral:			72.562

Quadro 3: Matrículas presenciais por origem étnico-racial na EJA em SC/Ano Base 2010

	Branco	Negro	Pardo	Indígenas	Amarelos	Não declarados	Total
Total	38.587	5.146	7.178	328	381	20.942	72.562

3.4 Alfabetização – Programa Brasil Alfabetizado

O Programa Brasil/Santa Catarina Alfabetizado, parceria mantida entre a Secretaria de Estado da Educação/SED e o Ministério da Educação/MEC tem por objetivo alfabetizar e oportunizar a continuidade de escolarização de jovens com idade mínima de 15 anos, bem como a adultos e idosos que não tiveram condições de se alfabetizarem na idade própria. Atendimento realizado pelo Programa Santa Catarina Alfabetizada de 2004 a 2009:

ATENDIMENTO PROGRAMA BRASIL/SANTA CATARINA ALFABETIZADO - 2004 a 2009															
Nº	REGIÃO/GERED	*Pop. Com + 15 anos	*Nº Analf.	Inscritos 2004		Inscritos 2005		Inscritos 2006		Inscritos 2007		Inscritos 2008		Inscritos 2009	
				Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final	Inicial	Final
1	SMO	101.474	8065	1342	548	435	292	903	745	592	422	520	480	358	258
2	Maravilha	49.138	4261	607	362	260	165	683	466	256	156	350	315	250	195
3	São Lourenço	46.534	5180	715	490	344	226	684	226	145	123	202	186	198	185
4	Chapecó	133.146	10472	889	443	399	135	315	234	168	107	234	197	150	92
5	Xanxerê	92.191	9607	595	185	253	114	275	189	123	87	189	143	178	130
6	Concórdia	104.431	6655	574	197	160	126	175	124	89	56	124	98	124	103
7	Joaçaba	81.226	5480	355	175	302	238	371	245	169	132	245	203	245	230
8	Campos Novos	37.245	3536	558	277	191	128	257	207	154	108	207	154	207	170
9	Videira	67.777	4479	541	72	109	87	127	108	67	45	108	78	108	90
10	Caçador	65.133	6008	565	312	454	424	591	359	243	178	359	301	359	262
11	Curitibanos	41.898	4010	740	231	156	140	207	189	132	96	189	156	189	180
12	Rio do Sul	93.992	5297	365	336	278	167	198	107	76	48	107	88	107	90
13	Ituporanga	48.417	3807	656	619	278	167	295	221	156	112	221	196	221	90
14	Ibirama	50.710	3551	333	225	249	102	125	110	79	42	20	15	120	95
15	Blumenau	320.713	9467	182	89	63	55	55	45	23	15	47	23	47	34
16	Brusque	112.995	5978	347	343	333	327	277	179	128	78	179	146	179	150
17	Itajaí	281.940	14450	741	120	317	162	186	146	98	56	146	113	146	110
18	Grande Fpolis	534.317	25318	1586	528	538	496	591	457	321	248	457	423	457	250
19	Laguna	95.028	9075	1310	303	997	746	765	563	396	221	563	532	563	459
20	Tubarão	148.534	8001	1189	257	352	338	497	359	207	136	359	304	359	232
21	Criciúma	236.092	12022	1021	451	351	269	125	98	34	24	98	65	98	58

2															
2	Araranguá	112.711	8995	2599	2100	3715	2945	1273	975	756	498	875	710	820	664
2	Joinville	379.372	14670	729	291	443	211	396	275	110	85	275	242	275	120
2	Jaraguá do Sul	122.778	3979	1080	629	182	69	156	124	87	58	124	109	124	55
2	Mafra	146.650	7289	914	336	123	72	91	76	56	45	76	56	76	41
2	Canoinhas	85.483	5056	854	105	164	160	146	120	67	54	278	217	278	199
2	Lages	165.332	14719	1693	630	1384	818	983	734	645	489	907	719	987	640
2	São Joaquim	35.390	3285	370	176	200	142	292	208	126	109	208	161	208	143
2	Palmitos	46.309	3511	712	303	220	183	445	356	192	146	356	271	353	340
3	Dionísio Cerqueira	28.046	3174	0	0	0	0	0	0	0	0	120	85	228	211
3	Taió	37.743	2845	0	0	0	0	0	0	0	0	80	65	100	85
3	Braço do Norte	28.059	1829	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	162	135
	TOTAL	3.930.804	234071	24.162	11.133	13.250	9.504	11.484	82.45	5.695	3.974	8.223	6.851	8.274	6.096

- Total de alfabetizados atendidos de 2004 a 2009: 71.457.
- Total de alfabetizados concluintes de 2004 a 2008: 40.049.
- Número de alfabetizados atendidos pelo programa na etapa 2009: 8.274.
- Professores alfabetizadores, etapa 2009: 612.
- Coordenadores de turmas, etapa 2009: 84.
- Egressos do PBA encaminhados para EJA em 2010: 735.
- Total de analfabetos a serem atendidos, nas etapas posteriores, em relação aos números do IPEA de 2010: 238.213.

3.5 A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino

A Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino apresenta seus primeiros registros na década de 1930, com iniciativas de alfabetização do poder público estadual, conforme registros no Diário Oficial do Estado, com as primeiras Escolas Profissionais Femininas. Já o trabalho sistemático, levando em conta as especificidades do jovem e do adulto, pouco ou não escolarizados, surgiu a partir de 1972, com a assinatura de convênio com o MOBREAL, para a realização do Programa de Educação Integrada, equivalente às quatro primeiras séries do Ensino de 1º grau. Em 1973, o

Conselho Estadual de Educação autorizou a realização da experiência pedagógica de Ensino Supletivo em nível de 1º grau (5ª a 8ª séries), pelo rádio e pela televisão, com estudos sistemáticos por meio de recepção organizada do curso de 1º grau. Os alunos eram orientados em Centros de Recepção Organizada. Em 1974, foi criada a Divisão de Ensino Supletivo, estruturada em três seções: Seção de Cursos; Seção de Exames e Seção de Apoio. A partir dessa data, o Estado passou a coordenar os Exames Supletivos de Educação Geral e, posteriormente, Profissionalizantes.

Em 1975, ocorreu a capacitação de recursos humanos para Ensino Supletivo em convênio com o MEC – CETEB e, em 1977, foi criado o primeiro Centro de Estudos Supletivos de 1º grau em Florianópolis. No ano de 1983, o Conselho Estadual de Educação autorizou o funcionamento dos Núcleos de Ensino Modularizado/NEMOs, e, em 1985, os Núcleos Avançados de Ensino Supletivo/NAES.

Em 1992, foram autorizados para funcionamento os Centros de Educação de Adultos/CEA para serem implantados, gradativamente, em todas as regiões do Estado. Sua finalidade era ser um centro de abrangência de toda a Unidade de Coordenação Regional de Educação/UCRE, para coordenar as diversas iniciativas da EJA na região: ensino modularizado, alfabetização, cursos com frequência diária obrigatória, e outros. No ano de 1996, foi implantado o Telecurso 2000, cujo atendimento foi estendido a todo o Estado.

Ainda na década de 1980, funcionava a chamada “Escola da Penitenciária”, que oferecia curso preparatório para os Exames Supletivos. Mais tarde, projetos educativos para jovens e adultos, via Educação Carcerária, também foram estendidos para a maioria dos presídios do Estado. Também a Educação Especial seguiu o mesmo trajeto, a partir da década de 1990, atendendo às diversas especificidades.

Em 1996, iniciou o atendimento de EJA na Educação Indígena, que hoje atende à maioria das comunidades Xokleng, Kaingang e Guarani.

Em 1998, foi autorizado pelo CEE o funcionamento das Casas Familiares Rurais e do Mar, em parceria com a ARCAFAR Sul, prefeituras municipais e associações de agricultores, em diversas regiões do Estado de Santa Catarina.

3.6 Fundamentação Teórico-metodológica da EJA no Sistema Estadual de Ensino

A Educação de Jovens e Adultos apresenta, como base norteadora, a Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, fundamentada na concepção de ensino e aprendizagem histórico-cultural, centrada nos teóricos Lev Semionovich Vygotky, Alexis Leontiev, Mikhail Bakhtin, entre outros. Nesta concepção, os sujeitos se apropriam do conhecimento a partir das condições históricas nas quais estão inseridos e nas diversas interações de aprendizagem entre professor e aluno. Assim, adotam-se os princípios de uma educação reparadora, equalizadora e qualificadora, princípios constantes no Parecer CNE/CEB nº 11/2000.

O Brasil é um país de contrastes sociais muito fortes. A Educação de Jovens e Adultos é vista como um importante instrumento para a superação dessas diferenças. Segundo o Parecer CEB/11/2000, “o acesso à leitura e à escrita é indispensável para uma cidadania contemporânea. ‘A EJA representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura, como bens sociais na escola ou fora dela [...]’” (BRASIL, 2000, p. 5). O documento propõe três funções para essa Modalidade de Ensino:

- **“A função reparadora** da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração do direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano” (BRASIL, 2000, p. 11). Portanto, não basta apenas inserir jovens e adultos no processo. É essencial assegurar a qualidade da educação ofertada. Qualidade tem a ver com ampliação das possibilidades do exercício de sua cidadania e de melhores condições de existência.

- **“A função equalizadora** da EJA vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais, como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada, seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas [...]” (BRASIL, 2000, p. 9). A universalização da educação, em qualquer idade, é um direito de todo cidadão e obrigação das entidades públicas, que devem oportunizar a todos este direito.

- **Função qualificadora:** “Mais do que uma função, ela é o próprio sentido da EJA. Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano, cujo

potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares e não escolares. Mais do que nunca, ela é um apelo à educação permanente e à criação de uma sociedade educada para o universalismo, à solidariedade, à igualdade e à diversidade” (BRASIL, 2000, p. 11).

3.7 Concepção Filosófica e Pedagógica da EJA no Sistema Estadual de Ensino

É na relação com outras pessoas e com a cultura humana que o indivíduo se constitui como ser humano. Assim, a educação deve pautar-se por ações coletivas, intermediada pelas interações humanas. Marx afirma que

Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem: não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com as quais se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (MARX, 1998).

Apesar do forte impacto das ideias herdadas pela cultura vivenciada na sociedade em que nos inserimos, a Proposta Curricular de Santa Catarina concebe a história como processo dialético, e, portanto, em movimento, onde é possível atuar e transformar a realidade. A educação é vista como um importante espaço de possibilidades para repensar a sociedade, o mundo e a escola, visando à sua transformação.

“Em termos de conhecimento produzido no decorrer do tempo, esta proposta curricular parte do pressuposto de que o mesmo é um patrimônio coletivo, e por isso deve ser socializado. Esta afirmação, mesmo que à primeira vista pareça simples, implica uma série de desdobramentos” (SANTA CATARINA, 1998, p. 14). Para socializar o conhecimento, é necessário garanti-lo a todos, o que implica lutar pela inclusão e não por mecanismos de exclusão.

Socialização do conhecimento significa assegurar a relação desse conhecimento com outros saberes, tais como o conhecimento cotidiano e o religioso. O aluno chega à escola como portador de uma história e de conhecimentos que adquiriu ao longo de sua existência. O conhecimento

científico é importante instrumento para ressignificar estes saberes, sem, entretanto, desconsiderá-los.

O processo pedagógico é um avanço que ocorre a partir de conhecimentos mais simples para saberes mais complexos, socialmente mais reconhecidos. O jovem e o adulto, ao se apresentarem à instituição escolar, são portadores de múltiplos saberes com os quais interagem com o mundo e asseguram sua sobrevivência. Proporcionar o conhecimento científico e erudito é oferecer a eles mais uma importante linguagem que lhes permita maior inserção social e uma nova leitura de mundo. O saber científico, quando socializado, aumenta “a possibilidade de conquista ou controle de poder pela maioria” (SANTA CATARINA, 1998, p.14).

Outro entendimento significativo entre os princípios pedagógicos é a consciência de que “a socialização é sempre socialização de riqueza. À escola não é possível promover a socialização da riqueza material. A socialização da riqueza intelectual – apanágio da escola – no entanto, é um dos caminhos para a socialização da riqueza material” (SANTA CATARINA, 1998, p. 14). Quando se pensa em socialização, a educação competitiva perde seu lugar por uma escola que visa à educação para a cooperação e para o bem de todos. Nesta escola, não se aprende para ser o melhor e desqualificar o outro, como ensina a doutrina neoliberal baseada na competição. A Proposta Curricular/PCSC concebe uma escola que desenvolve os princípios da cooperação, onde os sujeitos, sendo mais eficientes, podem colaborar com o crescimento pessoal, do grupo, da sociedade e de toda nação.

A Proposta Curricular desqualifica o autoritarismo e propõe a educação para a democracia, visando à construção no espaço escolar de relações de poder horizontais, onde prevaleça o diálogo e o fazer pedagógico compartilhado. Gestores e professores têm maiores vivências no processo educacional escolar: isto não significa desqualificar o aluno, mas utilizar sua experiência para ajudar jovens e adultos a construir sua fundamentação científica própria.

Nesta visão, é essencial a apreensão, ou seja, movimento de reelaboração pelos educandos de seus conhecimentos, a partir das informações recebidas no processo escolar e das fontes de pesquisas disponibilizadas a ele.

A prática do embate de ideias gera conflitos, mas, ao mesmo tempo é importante campo para apropriação dos conceitos e conteúdos científicos. Oportunizar momentos de debate é essencial para exercitar o processo de reformulação de ideias, de convivência democrática e de aceitação das diferentes formas de pensar. As diversas áreas do conhecimento, se complementares, permitem melhor leitura da realidade. Portanto, não podem ser trabalhadas de forma fragmentada. Todas as disciplinas interagem entre si na construção de mentalidades.

No ideário de Vygotsky, superam-se as diversas fases de aprendizagem do construtivismo piagetiano e a ideia que na vida há um tempo para aprender, que idoso não aprende e outros preconceitos que são veiculados por algumas teorias pedagógicas hegemônicas no século XX.

Como fundamentação do processo de ensino e aprendizagem, a Proposta Curricular alia-se à Teoria da Aprendizagem, combatendo a mera internalização de informações, ao substituí-las pela apropriação do conhecimento. Trabalhar com a Teoria da Aprendizagem significa propor atividades de aprendizagem pela problematização e, a partir deste enfoque, juntamente com a agregação de novas informações científicas veiculadas pelo professor, os textos e as pesquisas do aluno, o educando reelabora o conhecimento, internalizando-o a partir de suas motivações pessoais e da visão de mundo de que dispõe.

3.8 A EJA na Capital do Estado – Florianópolis

O curso de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis faz parte do Departamento de Educação Continuada e está organizado em dois segmentos:

Primeiro Segmento – equivalente à alfabetização e às quatro primeiras séries do Ensino Fundamental (1ª à 4ª série);

Segundo Segmento – equivalente às quatro últimas séries do Ensino Fundamental (5ª à 8ª série), tendo como objetivo geral mediar ações educativas, reunindo cidadãos em contínua transformação, em um ambiente de respeito e fraternidade, em prol da construção coletiva de um mundo justo para todos.

O que legitima o curso em âmbito local e regulamenta seu funcionamento é a Lei do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis²⁹, nos seus artigos 21 e 22, em vigência a partir de dezembro de 2007. Além desta, o Departamento se compromete a seguir, para as políticas de oferta e atendimento, o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9634/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos – Parecer 11/2000 da Câmara de Educação Básica do Ministério da Educação, e respectiva Resolução 01/2000, assim como todos os instrumentos legais vigentes relacionados ao funcionamento da EJA.

O curso está organizado em uma perspectiva não seriada e não disciplinar, tendo como proposta teórico-filosófica e metodológica a pesquisa, que organiza as ações educativas e as práticas docentes nos núcleos onde são atendidos os estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Esse modelo pedagógico vem sendo aplicado no curso desde o segundo semestre do ano escolar de 2000. As pesquisas são realizadas pelos estudantes reunidos em grupos e originam-se a partir de perguntas/problemáticas do interesse e necessidade dos alunos. Por essa via, o currículo é construído na mediação com os sujeitos estudantes envolvidos e seus saberes, com a prática docente dos professores e de todos os profissionais que atuam nos núcleos.

A avaliação, se aplicada como instrumento processual e coletivo, deve acontecer constantemente, de maneira a alcançar todos os sujeitos envolvidos (estudantes e profissionais), bem como suas ações. O que poderá ser feito por meio do que se entende como instrumentos de avaliação: cadernos de diário, portfólios individuais, portfólios de pesquisa, apresentações parciais e finais das pesquisas e os relatórios das pesquisas que são produzidos pelos professores.

Atualmente, o curso de Educação de Jovens e Adultos é oferecido pela Secretaria Municipal de Educação a todas as regiões da cidade, com a abertura de núcleos ou salas em diversos bairros, estrategicamente plantados o mais próximo possível das residências dos estudantes. Trata-se de uma política de atendimento criada para que os estudantes possam ter, de fato, as

²⁹ Lei n. 7508, de 27 de dezembro de 2007. “A organização, funcionamento e manutenção do Sistema Municipal de Ensino de Florianópolis”.

condições necessárias de frequentar o curso. Os núcleos são formados a partir da demanda exigida, sendo assim, alguns desses núcleos, de um ano para o outro, podem ser extintos, dando abertura ao surgimento de outros em localidades/bairros diferentes³⁰.

Dados do Senso demonstram que 1.615 estudantes foram matriculados e distribuídos entre o primeiro e o segundo segmento, nos onze núcleos que ofertaram a Educação de Jovens e Adultos no município, no ano de 2007. Deste universo, 50,50% são mulheres e 49,60% são homens, e, com relação à idade, observa-se o efeito da “juvenilização” que tem acontecido nessa modalidade de ensino, em âmbito nacional, pois, 54,7% têm idade entre 15 a 25 anos, e 45,3% acima de 25 anos, como se pode perceber na tabela abaixo³¹.

Quadro 1: Oferta da Educação de Jovens e Adultos no Município de Florianópolis

Oferta EJA	Total	Homens	Mulheres	Menores de 25 anos	Maiores de 25 anos
Educandos atendidos na Alfabetização – I Segmento	312	130	182	38	274
Educandos no Ensino Fundamental – II Segmento	1303	671	632	845	458
Total	1615	801	814	883	732

Fonte: Dados do Censo, 2007.

Ainda com relação à idade no curso, são 25% de estudantes entre 15 a 17 anos, muitos desses encaminhados pelo conselho tutelar por estarem em conflito com a lei, outros ainda são estudantes que provêm de escolas da própria rede municipal que, ao completarem 15 anos e tendo um histórico de reprovação na escola básica, são encaminhados para o curso de EJA. O

³⁰ Os núcleos são formados nas estruturas físicas das escolas da educação básica do município e contam com: estrutura pedagógica: coordenador, professores da área da educação básica (Português, História, Geografia, Matemática, Ciências, Artes e Língua Estrangeira) e dois auxiliares de ensino. Atualmente, a localização dos núcleos de EJA na cidade de Florianópolis está distribuída nos seguintes bairros: Centro I - Centro de Educação Continuada – CEC, no Centro da cidade; Centro II - Escola Desdobrada José Jacinto Cardoso, no bairro Serrinha e Morro do Mocotó; Centro III - Escola Básica Donícia Maria da Costa no Saco Grande e Escola Básica José do Vale Pereira, no bairro João Paulo e Saco Grande; Continente I - E.B.M. Almirante Carvalhal, no bairro Coqueiros e no Monte Cristo; Sul I – EBM Anísio Teixeira; Sul II - E.B.M Dilma Lúcia dos Santos e E.B.M João Gonçalves Pinheiro, no bairro Armação e no Rio Tavares; Norte I - E.B.M. Luiz Cândido da Luz, no bairro Vargem do Bom Jesus; Norte II - E.B.M Osmar Cunha, no bairro Canasvieiras; Norte III - E.D. Marcolino José de Lima e E.B.M. Paulo Fontes, no bairro Sambaqui e em Santo Antonio de Lisboa; Leste II - E.B.M. Vitor Miguel de Souza e E.B.M. Henrique Veras no bairro Itacorubi e na Lagoa da Conceição; Leste III – E.B.M. Antônio Apóstolo Pascals e E.B.M. Gentil Mathias da Silva, no bairro Rio Vermelho e Ingleses.

³¹ As informações quantitativas nesse documento foram pesquisadas na Base de Dados organizada pelo Departamento de Educação Continuada da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis.

Departamento de Educação Continuada vem registrando depoimentos, por meio de entrevistas realizadas com os estudantes, a cada ano. É comum ouvir em seus relatos a incidência de reprovações e a busca da EJA como a possibilidade de acelerar seus estudos e garantir a certificação básica. Ainda é possível outra verificação com relação à idade, na tabela abaixo:

Quadro 2: Idade de alunos de EJA no Município de Florianópolis

Idade	%	Número de alunos/as
15 a 17 anos	25,5	413
18 a 24 anos	30,5	493
25 a 40 anos	29,2	472
Acima de 41 anos	14,8	237
Total de alunos/as	100	1615

Fonte: Base de dados DEC/SME – Junho de 2007

Em pesquisa³² realizada em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, foi diagnosticado que, para uma população de 396.723 habitantes³³, em Florianópolis há 4.012 habitantes na cidade acima de 15 anos que não sabem ler e escrever e 45.100 que não completaram o Ensino Fundamental.

Isso aponta que ainda estamos muito longe de um atendimento que possa dar conta dessa demanda na cidade, mesmo tendo no Departamento de Educação Continuada uma política de oferta preocupada em correr atrás de novas demandas, implantando núcleos mais próximos da residência dos estudantes, garantindo o transporte gratuito a todos os que residem a 2 km de distância do núcleo, incluindo a oferta de lanches.

3.9 A EJA nos Sistemas Municipais de Ensino

Nos dados referentes à matrícula em Educação de Jovens e Adultos, o recorte do Censo Escolar 2007 apresenta um número de matrículas de 28.052 de estudantes na EJA das redes municipais de ensino em Santa Catarina.

Quadro 1: Número de matrículas na EJA nas redes municipais de ensino em SC

	EJA (presencial)	EJA (Semipresencial)
--	------------------	----------------------

³² Pesquisa realizada pelos Agentes de Saúde que visitaram residências em Florianópolis no primeiro semestre do ano de 2007 disponibilizaram os dados coletados que foram sistematizados pelo Departamento de Educação Continuada da Secretaria Municipal de Educação.

³³ Conforme contagem da população em 2007, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. www.ibge.gov.br, acesso realizado em 23/03/2008.

Número de Matrículas	Fundamental	Médio	Fundamental	Médio
Total	16.840	2.874	7.460	878
28.052	19.714		8.338	

Fonte do quadro: Censo Escolar 2007 – EDUCACENSO.

Ainda conforme o EDUDATABRASIL, de dependência administrativa municipal, 212 escolas que atendem à EJA estão localizadas em Santa Catarina: 164 com turmas de escolarização inicial de EF, 116 de 5ª a 8ª série de EF, 83 escolas com turmas de alfabetização e 20 escolas com Ensino Médio.

Já na pesquisa qualitativa, realizada pelo Fórum Estadual de EJA/FEEJA/SC, em uma primeira etapa participaram os seguintes municípios³⁴: Joinville, São José, Chapecó, Blumenau, Florianópolis (capital), Penha, Indaial, Gaspar, Itapema e Brusque.

Todos esses municípios vêm desenvolvendo cursos de EJA na modalidade presencial e/ou semipresencial. Do universo pesquisado, obteve-se o número de 17.001 alunos, em 157 escolas no atendimento à EJA: 20 na zona rural e 137 na zona urbana.

De acordo com o **Quadro 1**, este número representa cerca de 60,60% do atendimento municipal da EJA no Estado, comparando-o com o dado obtido no EDUCACENSO 2007. Desses 17.001 alunos, cerca de 50% têm menos de 25 anos.

Os quadros seguintes apresentam os indicativos e perfis dos números de matrículas organizados por domicílio, nível de ensino, gênero e origem étnico racial. Além disso, há informações relativas à oferta de EJA nos municípios pesquisados e sobre os pressupostos teóricos e organização do trabalho pedagógico, indicados pelos mesmos.

3.10 A EJA no Sistema Federal de Ensino – Santa Catarina

No contexto do Sistema Federal de Ensino, a oferta de EJA se dá em quatro âmbitos: UFSC/PRONERA; UFSC/NETI; UFSC – com atendimento curso pré-vestibular popular; IFSC/PROEJA.

³⁴ Dados obtidas mediante pesquisa junto às Secretarias Municipais de Educação e ao FEEJA/SC.

Deve-se ressaltar que a Educação de Jovens e Adultos, oferecida pelo PRONERA/SC, é uma parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, sendo um programa vinculado a esta instituição desde 2001. Sua maior preocupação sempre fora vivenciar as ações educativas voltadas aos jovens e adultos, mediante o projeto “Alfabetização e Liberdade, embasada no seguinte lema: a interação entre sujeitos educadores/as” da reforma agrária em Santa Catarina. Atualmente, em sua terceira edição, denominada “Educação e Cidadania, buscou-se ampliar sua visão para: interação entre sujeitos educadores/as”, em parceria com os movimentos sociais, em particular com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST.

Quadro 1: Dados relativos à oferta de Educação de Jovens e Adultos

Dados relativos à oferta de Educação de Jovens e Adultos	Total	Zona rural
Número de polos/locais em que a EJA é ofertada	85	85
Número de educandos atendidos nas turmas de Alfabetização	1040	1040
Número de educandos atendidos escolarização inicial (Anos iniciais do Ensino Fundamental)	2460	2460
Número de educandos atendidos no Ensino Fundamental (Anos finais)	38	38
Número de educandos atendidos no Ensino Médio Integrado a Ed Profissional	2.550	750
Número total de alunos atendidos na EJA	6.088	4.288

3.11 A EJA no Sistema “S” – Santa Catarina

Em Santa Catarina, várias instituições do sistema “S” têm parcerias com o Sistema Estadual de Educação. Entretanto, existem instituições que ofertam, autonomamente, projetos de EJA. São elas: o Serviço Social da Indústria/SESI³⁵ e o Serviço Social do Comércio/SESC³⁶ cujos dados são apresentados na sequência:

Quadro 1: Dados relativos à oferta de Educação de Jovens e Adultos

Dados relativos à oferta de Educação de Jovens e Adultos	Total	zona urbana
Número de polos/locais em que a EJA é ofertada	19	0
Número de educandos atendidos nas turmas de Alfabetização	315	315
Número de educandos atendidos escolarização Inicial (Anos iniciais do	436	436

³⁵ Fonte: Dados do Sistema Connect (SESI) – Módulo Educação EJA/ano base dos dados: Dezembro de 2007.

³⁶ Fonte: Atividades Estatísticas do SESC, 2007.

EF)		
Número de educandos atendidos no Ensino Fundamental (anos finais)	2697	2697
Número de educandos atendidos no Ensino Médio	4658	4658
Número total de alunos atendidos na EJA	8046	8046

3.12 Parcerias para Atendimento e Formação de Professores

Em Santa Catarina, contamos com ações de atendimento ao público de EJA mediante outras formas de estabelecimento de convênios municipais, estaduais, com universidades catarinenses, ONGs, por meio de financiamento privados e similares. No entanto, esses dados ainda carecem de maior investigação. Assim, indicamos, a seguir, essas possibilidades.

Nas universidades catarinenses, várias ações emergem no âmbito da oferta de formação inicial, continuada e em serviço de professores em EJA. Há nas universidades públicas, cursos de pedagogia com matrizes curriculares que preveem estudos sobre EJA, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC³⁷, Universidade do Estado de Santa Catarina/UNESC³⁸ e Centro Universitário Municipal de São José³⁹.

Por outro lado, várias universidades de caráter privado já incluem em seus currículos essa formação: UNIVALI, UNISUL, UNOCHAPECÓ e UNESC.

Na UFSC, o Programa de Pós-Graduação em Educação oferta o curso de Mestrado em Educação, o qual tem uma linha de pesquisa *intitulada Educação e Movimentos Sociais*, e o Doutorado em Educação com a linha Ensino e Formação de Educadores. Em ambas as linhas, atuam professores que orientam, particularmente, pesquisas *em processos de escolarização de jovens e adultos e processos grupais de socialização e sociabilidade de jovens e adultos*.

As universidades de Santa Catarina têm participado, efetivamente, na formação continuada de professores. No banco de dados da UFSC, no registro

³⁷ Fonte: <http://www.ced.ufsc.br/nova/gradegtpeda.doc>. Acesso em março de 2008.

³⁸ Fonte: <http://www.faed.udesc.br/userimages/Grade%20Pedagogia%20cord.pdf>. Acesso em março de 2008.

³⁹ Fonte: http://www.usj.edu.br/templates/52/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idConteudo=1403&idUser=2528823&idEmpresa=57&tituloConteudo=Pedagogia. Acesso em março de 2008.

das atividades de extensão⁴⁰, encontramos vários projetos de formação de professores em atendimento às redes de ensino na EJA.

O CEFET/SC tem atuado nessa formação com os projetos de cursos de pós-graduação “*lato sensu*”, *Curso de Especialização Em Educação Profissional, Técnica De Nível Médio Integrada Ao Ensino Médio Na Modalidade EJA*, com três turmas em 2006, atendendo profissionais de várias regiões do Estado, e, outras três turmas em 2008.

O Instituto de Educação Permanente/IEP/Florianópolis também tem atuado na formação continuada de educadores de EJA, em todo o Estado de Santa Catarina, tanto junto às redes de ensino quanto no desenvolvimento de cursos de especialização “*lato sensu*”.

A Universidade do Vale do Itajaí/UNIVALI⁴¹ vem desenvolvendo atividades voltadas ao atendimento de jovens e adultos desde 1997, em uma parceria com o Programa Alfabetização Solidária. A partir do ano de 2001, a UNIVALI programou algumas ações para o ensino fundamental, por meio de um projeto-piloto (2º Segmento), para possibilitar a continuidade dos estudos dos funcionários que haviam realizado a alfabetização na instituição. Com uma proposta pedagógica própria, a EJA da UNIVALI atendeu a alunos dos seus diferentes *campi* (São José, Biguaçu, Balneário Camboriú, Itajaí, Penha e Balneário Piçarras), tanto funcionários que necessitavam terminar sua escolarização básica, como interessados da comunidade.

No ano de 2007, formou 08 turmas de Ensino Fundamental e Médio, totalizando **233 alunos**. Além do atendimento aos alunos, no ano de 2007, a UNIVALI/EJA firmou parceria com o município de Itapema, para a implantação da proposta *pedagógica e formação de professores*. Com o município de Itajaí, esta parceria foi firmada no ano de 2006.

Citamos, ainda, algumas instituições, sobre as quais temos, informalmente, informações de que ofertam cursos de EJA. Porém, *o que se percebe é que, em função dos movimentos sociais em busca da EJA, como política pública e de um maior compromisso político assumido pelo espaço público, vem sendo percebido um menor espaço dessas instituições: BBeducar que, em SC, atende a 296 alfabetizandos; em 2008, e atendeu a um total de*

⁴⁰ Fonte: <http://notes.ufsc.br/aplic/prjdaex.nsf/> Acesso em março de 2008.

⁴¹ Fonte: Coordenação do Curso.



7.708 alfabetizados⁴². Temos, também, a Alfalit, que funciona em razão de uma parceria entre o governo brasileiro e a ONG internacional Alfabetização através da Literatura, na execução do programa Brasil Alfabetizado, com atuação, também, em SC (dados a serem investigados); Arcafar e parcerias; Pastoral da Criança e Pastoral do Idoso - Educação de Jovens e Adultos – com atendimento para outras pessoas das comunidades acompanhadas.

⁴² Fonte: <http://www.fbb.org.br/bbeducar/pages/publico/pubNumAlfabetizados.jsp>. Data da Atualização: 01/02/2008. Acesso em Março de 2008.

4. METAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SANTA CATARINA

1. Oferecer condições de acesso, permanência e continuidade de escolarização;
2. Promover debates que viabilizem repensar/implantar as formas de organização curricular da EJA;
3. Repensar políticas de avaliação para EJA;
4. Constituir e ampliar o quadro funcional;
- 5 Oferecer e ampliar a Educação Profissional em EJA;
6. Formação continuada em serviço dos professores que atuam na EJA;
7. Disponibilizar e garantir material didático, de apoio e tecnologias de informação e comunicação;
8. Estabelecer políticas de formação inicial de docentes em nível de graduação voltadas à EJA;
9. Estabelecer políticas de formação continuada em serviço e na pós-graduação voltadas a profissionais que atuam na EJA;
10. Criar políticas de incentivo e financiamento para a pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos no âmbito das diversas instituições de ensino.

5. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Meta 1: Oferecer condições de acesso, permanência e continuidade de escolarização.

5.1 Ações:

- Atender a demanda existente na zona rural, urbana (centro e periferias das cidades).
- Mapear a população não escolarizada.
- Fazer campanha de divulgação dos programas e de matrículas.
- Alfabetizar jovens com mais de 15 anos, assim como, adultos e idosos.
- Assegurar a continuidade dos estudos aos egressos do Programa Brasil/SC Alfabetizada.
- Assegurar oferta de continuidade da escolarização básica.
- Implantar ações de Política da educação quilombola e do campo.
- Garantir nos espaços onde acontecem as aulas um ambiente de estudo e pesquisa para os educandos com mobiliários e iluminação adequados, bibliotecas e salas informatizadas.
- Fazer acompanhamento com pesquisas dos egressos que concluem o curso para verificar o prosseguimento de estudos.
- Regulamentar a oferta de EJA por meio de resolução própria
- Oferecer /ampliar Alimentação Escolar e transporte.
- Ampliar a oferta de escolarização aos jovens e adultos privados de liberdade.
- Oferecer uma educação adequada aos jovens e adultos privados de liberdade. (Diretrizes Curriculares Para a Educação em Presídios)
- Investir em material didático para alunos e títulos para apoio do professor e alunos
- Oferecer atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, conduta típica e altas habilidades.
- Adequação do espaço físico para acesso de pessoas com deficiência física.

5.1 Estratégias:

- Estabelecer convênio, entre os poderes públicos: Federal, estadual, municipal e empresas privadas.
- Criar turmas de EJA próximas à residência dos alunos.
- Firmar parcerias entre Municípios e Estado para a garantia da continuidade dos educandos do I Segmento de nos cursos de EJA.
- Quando for ofertado o programa Brasil Alfabetizado, realizar acompanhamentos sistematizados nas turmas e acompanhar o prosseguimento dos educandos em cursos da EJA.
- Estabelecer parceria com órgãos, instituições e entidades (EMBRAPA, EPAGRI, CIDASC e Cooperativas agrícolas).
- Estabelecer parcerias entre prefeituras municipais e FNDE/MEC.
- Regulamentar o Regime de Colaboração
- Seguir regulamentação dos Programas já existentes - Programa Nacional de Apoio ao Transporte – PNATE e o Programa Nacional de Alimentação Escolar
- Firmar convênio entre a Secretaria Executiva de Justiça e Cidadania e Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, para estabelecer Políticas Educacionais de Atendimento aos Jovens Privados de Liberdade
- Criar serviços de atendimento onde houver necessidade
- Levantar quais espaços físicos não estão adequados as normas de acessibilidade e solicitar adequação

Meta 2: Promover debates que viabilizem repensar/implantar as formas de organização curricular da EJA.

5.2 Ações:

- Estabelecer discussões sobre diretrizes curriculares adequados às particularidades dos educandos de EJA, que levem em conta a diversidade e realidades locais, rompendo: com práticas de aligeiramento dos conhecimentos, superando a visão compensatória dessas práticas; com a redução do tempo e do direito à educação; e favorecendo sua permanência no processo e a qualidade dessa educação.
- Reafirmar a necessidade de inclusão, no currículo, de temas que valorizem o respeito a fases da vida, compreendendo-as no âmbito de

suas culturas específicas e buscando a superação de conflitos geracionais.

5.2 Estratégias:

- Produzir e apoiar técnica e financeiramente a elaboração e publicação de materiais pedagógicos de EJA respeitadas a diversidade dos sujeitos e suas especificidades.
- Produzir, incentivar a produção dos professores de documentos norteadores da organização curricular na EJA no âmbito das redes

Meta 3: Repensar políticas de avaliação para EJA.

5.3 Ações:

- Repensar os sistemas de avaliação tendo em vista a perspectiva de avaliação formativa, incorporando a dimensão de como cada sujeito se apropria dos conhecimentos para si, para sua comunidade e para a sociedade, dando relevância ao valor do conhecer e da competência de jovens e adultos para a reelaboração de novos conhecimentos

5.3 Estratégias:

- Indicar que as propostas de EJA das redes incluam uma perspectiva de avaliação formativa.
- Realizar pesquisa para avaliar a efetividade e o sentido dos exames em EJA, sejam eles de base estadual ou nacional, para estabelecer política adequada de certificação dos educandos

Meta 4: Constituir e ampliar o quadro funcional.

5.4 Ações:

- Criação de um quadro de professores efetivos nas redes de ensino para o atendimento da EJA.
- Estabelecimento de critérios de classificação na EJA, nos Processo Seletivo de ACTs, valorizando a formação específica e tempo de atuação na EJA.

- Estimular a pesquisa entre os docentes e a participação em congressos e encontros que versem sobre a EJA.

5.4 Estratégias:

- Criação de quadro de carreira na EJA.
- Estabelecer critérios para o Processo de Seleção de ACTs.

Meta 5: Oferecer e ampliar a Educação Profissional em EJA.

5.5 Ações:

- Implantar a Educação Profissional integrada a Educação de Jovens e Adultos – PROEJA/ PROEJA/FIC.
- Ampliar a oferta de Educação Profissional

5.5 Estratégias:

- Criar/ ampliar a oferta de cursos profissionalizantes integrados à Educação Básica

Meta 6: Formação continuada em serviço dos professores que atuam na EJA.

5.6 Ações:

- Oferecer cursos de formação continuada a todos os profissionais que atuam na Educação de Jovens e Adultos.

5.6 Estratégias:

- Fazer levantamento do número de profissionais que atuam na EJA;
- Oferecer cursos de formação continuada nas áreas do conhecimento para professores que atuam na EJA.

- Oferecer curso de formação continuada para professores que atuam na EJA – nas Unidades Profissionais e de Internação, Unidades de Internação de Dependentes Químicos, Quilombola, Casa Familiar Rural, Casa Familiar do Mar;
- Desenvolver cursos para Assistentes Técnico-pedagógicos e Especialistas, que atuam na EJA.

Meta 7: Disponibilizar e garantir material didático, de apoio e tecnologias de informação e comunicação.

5.7 Ações:

- Apoiar técnica e financeiramente a elaboração e publicação de materiais didáticos e de apoio.
- Analisar materiais disponíveis no mercado editorial.
- Comprar materiais didáticos e de apoio aos alunos.
- Garantir materiais específicos à prática docente na EJA.
- Implementar as bibliotecas escolares com acervo voltados para EJA.
- Manter o funcionamento da biblioteca em horários integral, acessível aos alunos da EJA.
- Disponibilização das Tecnologias de Informação – TICs como apoio ao ensino

5.7 Estratégias:

- Constituir equipe interinstitucional, em âmbito estadual, para análise e parecer de materiais didáticos.
- Comprar materiais.

Meta 8: Estabelecer políticas de formação inicial de docentes em nível de graduação voltadas à EJA.

5.8 Ações:

- Ampliar e fomentar junto às instituições formadoras de professores o debate sobre a inclusão da EJA como objeto de estudos nas

licenciaturas.

- Propor a Implantação de Programas de formação inicial em EJA.
- Fomentar, junto aos sistemas públicos de ensino, por meio de convênios, políticas públicas de formação de educadores de EJA

5.8 Estratégias:

- Articulação e diálogo entre as instituições formadoras e sociedade civil, a partir do diagnóstico da EJA e formação docente.
- Desenvolver discussão ampla e aprofundada no âmbito das universidades para viabilizar a formação inicial em EJA, tomando como base documentos produzidos em: ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ENEJAs (Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos), já em âmbito estadual o FEEJA (Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina), assim como, inserindo essas discussões em espaços nas instituições de ensino superior, tais como no âmbito da UFSC o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), o PRODOCENCIA (Programa de Consolidação das Licenciaturas) e outros.
- Integrar aos currículos das licenciaturas a EJA considerando dentre outros aspectos a diversidade regional/local e cultural.

Meta 9: Estabelecer políticas de formação continuada em serviço e na pós-graduação voltadas a profissionais que atuam na EJA.

5.9 Ações:

- Propor a implantação e a implementação de programas de formação continuada.
- Fomentar linha de pesquisa em EJA na pós-graduação stricto sensu.
- Estabelecer uma política de formação continuada em EJA nas redes de ensino

5.9 Estratégias:

- Atender a professores que trabalhem na EJA
- Ampliar formação continuada em EJA nas redes de ensino.
- Liberação remunerada de carga horária para participação de cursos e pós-graduação e de formação em serviço.

Meta 10: Criar políticas de incentivo e financiamento para a pesquisa sobre Educação de Jovens e Adultos no âmbito das diversas instituições de ensino.

5.10 Ações:

- Desenvolver pesquisas com o objetivo de fortalecimento de um campo de estudos em Educação de Jovens e Adultos em Santa Catarina, assim como da própria EJA.
- Realizar o levantamento de pesquisas que possam contribuir para o diagnóstico “A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM SANTA CATARINA”.
- Realizar levantamento do estado da arte das pesquisas com foco na EJA realizadas em nível de pós-graduação, no estado de Santa Catarina.
- Desenvolver pesquisas com o objetivo de levantar a demanda por formação inicial e continuada, assim como das instituições que já oferecem essa formação.
- Produzir estudos sobre a EJA e suas diferentes dimensões (ensino, currículo, legislação, políticas públicas, financiamento..) elementos que poderão ser focados melhor a partir do levantamento das pesquisas já desenvolvidas em SC.
- Realizar estudos e discussões envolvendo diversos atores sobre conhecimentos e saberes produzidos por jovens e adultos em variados contextos não-formais ao longo da experiência de vida, a fim de que possam ser reconhecidos e validados nos sistemas públicos de ensino.

5.10 Estratégias:

- Debate junto às universidades sobre a necessidade de inclusão de

linhas de pesquisa sobre EJA e formação de professores para a EJA nos Programas de Pesquisa e Pós- graduação.

- Criação de programas de incentivo e financiamento para a pesquisa na EJA (FAPESC, CNPQ, CAPES ...).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agenda Territorial do Estado de Santa Catarina tem por finalidade o desenvolvimento Integrado da Alfabetização e da Educação de Jovens e Adultos. Para isso é necessário desenvolver um instrumento de consolidação de estratégias para articulação das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos no Estado de Santa Catarina. Este Plano Estratégico foi concebido como uma contribuição ao processo de elaboração desse instrumento que será capaz de contribuir para o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos. O mesmo reafirma o nosso compromisso político e social de continuar lutando por políticas educacionais de Educação de Jovens e Adultos no Estado de Santa Catarina, em observância aos avanços e recuos no oferecimentos de políticas de EJA e tendo como horizonte a garantia do direito à educação, de forma igualitária a todos e com estímulo à continuidade de estudos, no qual procura integrar a Alfabetização à Educação de Jovens e Adultos.

No diagnóstico realizado na EJA, quanto ao atendimento educacional em Santa Catarina, ainda se percebem poucas oportunidades e condições de aprendizado, sobretudo aos jovens e adultos pertencentes aos setores populares. O Estado de Santa Catarina, a exemplo de muitos outros estados do país, é resultado da diversidade formada por diferentes populações que buscam construir sua história política, social, econômica e cultural. Estas características exigem da sociedade contemporânea à busca de um redirecionamento das funções educativas, envolvendo os Jovens e Adultos, de modo que suas dimensões possam assegurar o acesso aos bens culturais, aos conhecimentos científicos e tecnológicos, tão necessários à participação e inserção no mundo do trabalho.

A heterogeneidade sociocultural dos sujeitos, a diversidade de suas necessidades educativas e de suas condições de estudo e aprendizagem requerem respeito às especificidades. Dessa forma, as políticas públicas e os respectivos programas desenvolvidos para dar sustentação à Educação de Jovens e Adultos e Alfabetização de Jovens e Adultos devem assegurar a valorização da formação inicial e continuada tanto aos educandos quanto aos educadores, com ênfase nesta heterogeneidade sociocultural.

O Plano Estratégico é o mecanismo pelo qual se busca reiterar a importância da participação democrática, vista como um princípio basilar na constituição das políticas públicas do Estado em relação ao ensino da EJA. Isto, na medida em que se compreenda que o compartilhamento de estratégias e ações contribui, decisivamente, para o cumprimento do direito à educação de qualidade e à sua oferta efetiva aos sujeitos que a demandam. Para isso é necessário também o comprometimento dos agentes institucionais participantes da Agenda Territorial, em vista ao fortalecimento dos espaços de mobilização já existentes e, ainda, a planejar, executar e avaliar, conjuntamente, ações direcionadas à realização da EJA em todos os municípios catarinenses.

Este Plano Estratégico que é resultado das diferentes leituras e reflexões realizadas ao longo do Curso de Gestão Social de Políticas Educacionais em Educação de Jovens e Adultos, e mesmo, o trabalho de finalização do referido Curso, também se destina a contribuir de forma efetiva com a elaboração de ações voltadas ao fortalecimento de políticas públicas de estado para a EJA. Políticas de Estado, sobretudo, no que diz respeito ao acesso à educação, à constituição de um sistema de atendimento que assegure o direito à educação básica e ao fortalecimento de metodologias próprias de atendimento pedagógico.

Nesse sentido, este documento tem como contribuição apresentar elementos que possam colaborar na elaboração, efetivação e implementação do Plano Estratégico da Agenda Territorial do Estado de Santa Catarina de Desenvolvimento Integrado da Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, a ser estabelecido em parcerias entre governo estadual, prefeituras municipais, instituições de ensino superior, fóruns de EJA e demais

organizações da sociedade civil vinculadas a questões de alfabetização de jovens, adultos e idosos e de Educação de Jovens e Adultos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. *Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública*. In: SOARES, L. J. G.; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BRASIL. **Marco de Ação de Belém. VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Brasília: UNESCO/MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos**. Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

BRASIL. **Conferência Nacional de Educação**. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação. Diretrizes e estratégias de ação. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. **Carta de Compromisso com a Educação de Jovens e Adultos no Brasil**, Retirada no Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos promovido pelo CONSED, com o apoio do MEC, realizado no período de 19 a 21 de maio de 2010, em Brasília.

BRASIL. Ministério Da Educação. Conselho Nacional De Educação. **Resolução CNE/CEB nº 3. 1** Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério Da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 6**. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas/IPEA. **Comunicado do IPEA Nº 70. Evolução do analfabetismo e do analfabetismo funcional no Brasil Período 2004-2009**. Brasília: IPEA, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Carta de compromisso da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**. Natal, 12 de dezembro de 2008.

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da população em 2007**. Brasília: IBGE, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº 11**. Brasília: MEC, 2000.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 05 de outubro de 1988.
- FLORIANÓPOLIS. Câmara de Vereadores de Florianópolis. **Lei n. 7508**. 27 de dezembro de 2007. “
- FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Base de Dados do Departamento de Educação Continuada da Secretaria Municipal de Educação. Junho de 2007**. Florianópolis: SME, 2007.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- MARX, Karl. **O capital**. Livro I. Volumes 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes 1998.
- PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos: direito, concepções e sentidos**. Tese de Doutorado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2005.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Florianópolis: SED, 1998.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **SERIE/EJA 2010**. Florianópolis: SED, 2010.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina. **Dados de Atendimento em EJA 2007**. Florianópolis: SED/FEEJA/SC, 2008..
- SÃO JOSÉ. Universidade de São José. **Dados de EJA 2007**. Disponível em: http://www.usj.edu.br/templates/52/conteudo_visualizar_dinamico.jsp?idConteudo=1403&idUser=2528823&idEmpresa=57&tituloConteudo=Pedagogia. Acesso em março de 2008.
- SESC Santa Catarina. **Atividades Estatísticas do SESC, 2007**. Florianópolis, SESC, 2007.
- SESI Santa Catarina. **Dados do Sistema Connect (SESI) – Módulo Educação EJA/ano base dos dados: Dezembro de 2007**. Florianópolis: SESI, 2007.



UDESC. Centro de Ciências da Educação. **Dados de EJA 2007**. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/userimages/Grade%20Pedagogia%20cord.pdf>. Acesso em março de 2008.

UFSC. Centro de Ciências da Educação. **Dados de EJA 2007**. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nova/gradegtpeda.doc>. Acesso em março de 2008.

UNIVALI. Coordenação do Curso de Licenciaturas. **Dados de EJA 2007**. Disponível em: <http://www.fbb.org.br/bbeducar/pages/publico/pubNumAlfabetizados.jsp>. Acesso em Março de 2008.

1- Dados de identificação do(s) proponente(s):

Estado: São Paulo

Vinicius Xavier Zammataro

Telefones: 11 9669-5751 ou 11 4169-8925

E-mail: rotemeio@hotmail.com

2- Caracterização da Agenda e do Fórum Estadual

Agenda

“Na busca da construção de uma política pública para a educação de jovens e adultos no país, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD instituiu, em fins de 2007, a Agenda Territorial de EJA. A SECAD considera que a Agenda Territorial deve ser uma ação conjunta do poder público e da sociedade civil em favor da garantia do direito à educação da população jovem e adulta. Deve ser também um instrumento para consolidar as estratégias para a articulação territorial das ações de Alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos, estruturadas nas dimensões técnica, de planejamento e de controle social.

Construção de um Plano Estratégico para articular a sociedade paulista na perspectiva da efetivação do direito à educação dos jovens e adultos ao longo da vida. Deve ser um norteador das políticas públicas dessa modalidade para os próximos anos, assegurando as ações fundamentais para garantir o acesso, permanência e qualidade social do processo educativo. Esse Plano deve ser discutido e legitimado pelo maior número possível de gestores municipais e estaduais e pelos diferentes setores, sujeitos e movimentos sociais envolvidos com a alfabetização e educação de jovens e adultos.

A Comissão é composta por representantes da universidade, ONGs e Fórum EJA, tem como objetivo buscar a articulação entre os diferentes atores envolvidos na construção da educação de jovens e adultos no estado de São Paulo. São membros da Comissão:

UNDIME, UNCME, USP, UNIGuarulhos, UNESP, UNIFESP, FUNAP, FÓRUM MOVA/SP, FÓRUM EJA/SP, REMEC/SP, IPF, CECIR, Ação Educativa, Vereda.” (Texto retirado da apresentação do Seminário sobre a Agenda, construído coletivamente pelos membros da Comissão).

No Estado de São Paulo não foi possível ainda envolver o governo estadual, também o governo da Capital, apesar de reuniões com participação do Secretário Municipal de Educação do município nas quais o próprio concordou com a necessidade urgente de ação em relação a EJA e conheceu o propósito da Agenda.

Fórum Estadual

O Fórum Estadual tem se esforçado para cada vez mais estabelecer diálogos entre todos atores da EJA e luta para ampliar o diálogo e o reconhecimento da

educação como direito universal, tendo atualmente como foco principal a redução sistemática, ano a ano da oferta de EJA .

Contamos com algumas representações em cidades pólo como Marília, Ribeirão Preto e Campinas, mas tem força concentrada na região metropolitana.

Em nosso estado a Agenda e o Fórum confundem-se e nos confundem em alguns momentos, pois são as mesmas pessoas com espírito de militância, que apenas com vontade e praticamente nenhum recurso, fazem acontecer o movimento.

3- Diagnóstico da EJA na Unidade Federada Estado (2008)

a) Análise

Quando o diagnóstico foi preparado, visando contribuir para a Confinte VI, notamos que dispúnhamos de dados insuficientes para concluir contribuição que espelhasse a realidade da EJA no estado.

b) Estratégias para atualização do diagnóstico na perspectiva da intersetorialidade

Como não contamos com apoio do Governo Estadual não podemos falar em intersetorialidade governamental.

Praticamente todos envolvidos neste Fórum trabalham ou tem vínculo efetivo com a Educação, portanto ampliar o diálogo significa pensar estratégias de envolvimento com outros movimentos sociais que acolham principalmente a economia solidária e a sustentabilidade como bandeira de luta.

O estímulo a participação de gestores dos municípios no processo de consolidação do texto final do Plano Estratégico, trazendo consigo demandas e referenciais regionais, além da participação em outros eventos relacionados à educação de jovens e adultos para divulgar o trabalho da Comissão e ampliar a participação dos envolvidos com a modalidade no estado podem contribuir para ampliar a percepção da realidade da EJA e assim contribuir para atualização do diagnóstico.

A realização de Seminários, como o ocorrido em vinte e sete de novembro de dois mil e dez, em São Paulo, para discussão e fechamento dos vários pontos que devem integrar o Plano Estratégico também auxilia nesta atualização.

4- Metas para a EJA no Estado e Estratégias de ação :

- a) curto prazo (ação imediata até 2 anos)
- b) médio prazo (de 3 a 5 anos)
- c) longo prazo (de 6 a 10 anos)

Algumas metas foram pensadas durante o primeiro Seminário, ocorrido no auditório da Faculdade de Educação da USP, em São Paulo, portanto as

transcrevo abaixo, pois foram discutidas em grupos de trabalho e aprovadas em plenária, mas não consigo estabelecer prazos à elas.

Mobilização da demanda

Criação de uma chamada pública mais efetiva. Visitar casas, realizar um trabalho corpo a corpo. Realizar campanhas, publicar anúncios em tv, jornais de ônibus, rádios comerciais e comunitárias feita por professores e comunidades. Utilizar facebook, twitter e outras redes sociais para fazer essa chamada. Articulação com outras secretarias, perseguir os instrumentos de diagnóstico que as outras secretarias possuem.

Calendário anual da EJA ter um período de mobilização institucionalizado. Essa seria tarefa dos professores. Isso inclui atingir as rádios, igrejas e outras instituições que possam atuar para convidar pessoas para compor turmas. Mobilizar os educadores que trabalham com EJA. Apresentação de um projeto, mini-curso com os princípios e procedimentos.

Cada município deve ter um censo local para construir uma política de atendimento focada na realidade e planejamento de gastos, incluindo o sistema prisional. Deve prever locais, horários e condições adequadas para se organizarem as salas de EJA.

Realizar matrículas ao longo do ano, a qualquer tempo. O sujeito é incluído sempre que possível.

Levantamento pelas escolas dos familiares e dos estudantes que necessitam /aspiram formação.

Política de atendimento

Conformar corpo docente estável dedicado a EJA, mediante a concurso ou processos seletivos e atribuição de carga horária que privilegie formação e experiência na modalidade.

Não pode haver uma resolução que obrigue a abertura de salas com no mínimo 30 ou 40 alunos. Esse número tem que ser reduzido para entre 10 e 15.

Precisa ter um diretor da EJA à noite para que as escolas funcionem adequadamente e exista um cuidado maior com esse grupo. Onde a escola é viva os índices de evasão diminuem.

Importante que a EJA não tenha apenas atendimento noturno, mas também diurno. Isso implica na criação de novos espaços, pois senão haverá choque com o ensino regular.

Criação de uma escola feita para adultos com professores com formação em EJA.

Atualmente, não há continuidade dos profissionais na EJA.

Tem que haver o esforço para que cada município invista na criação de sua própria política de educação de adultos. Não ficar na dependência da política estadual.

Novos modos de fazer a EJA

Flexibilidade de horário. Tem que ser mais flexível. Não podem ser como é nos dias atuais na maioria dos casos, em que existe uma jornada rígida e relativamente longa. Escola flexível significa uma escola aberta em uma jornada de várias horas, mas o aluno pode flexibilizar a sua frequência na escola. Ele escolhe o que vai frequentar: informática, projetos, arte, música, educação profissional, ação comunitária e oficinas variadas. A escola oferece um leque de atividades e horários e o aluno frequenta aquelas atividades que

forem adequadas ao seu tempo disponível. Somando as suas horas e cursos ele pode obter o certificado.

Necessidade de criar uma metodologia específica para o trabalho com a EJA. O aluno evade também porque a metodologia/organização escolar e currículo não fazem sentido para ele. Carteira atrás de carteira, não satisfaz. Problema da infantilização da EJA ainda é presente.

Precisa mudar o papel do professor, não pode estar na escola apenas para “dar aulas”, precisa ser considerado um orientador que realiza atendimentos, faz pesquisa e prepara o trabalho. Com isso, pode ser flexível sem abrir mão da jornada de trabalho.

Investimento na formação específica do coordenador de EJA. O coordenador, muitas vezes, repete o que se faz no ensino regular.

Incluir a EJA no Projeto político pedagógico.

As diversas secretarias municipais (meio ambiente, economia solidária, saúde, formação profissional, etc.) devem contribuir para a construção do currículo para ser diversificado e atender às perspectivas do mundo adulto.

Criação de um outro modelo de escola, que seja adequada ao jovem e adulto tanto no que se refere à metodologia, espaço físico, currículo e diversidade dos sujeitos.

Evasão escolar

O conjunto das mudanças propostas deve ter impacto sobre a evasão.

A permanência de jovens e adultos na escola deve ser apoiada e planejada por políticas inter-setoriais .

Formação de professores

Formação e concurso específico para educadores da EJA. Criar um corpo de professores de EJA.

Discutir na legislação a questão da atribuição de aula.

Universidades: Propor à CAPES e ao CEE a aprovação de resolução para tornar a EJA disciplina obrigatória no currículo para formação de professores em suas diversas modalidades, inclusive educação para pessoas privadas de liberdade.

Garantir a continuidade da formação inicial e continuada dos professores.

Estabelecer currículos específicos de EJA.

Papéis das esferas de governo e sociedade civil

Financiamento: moção para MEC /UNDIME/CONSED para que o Conselho gestor do FUNDEB reveja a estrutura do FUNDEB, elevando o percapita e o fator de ponderação da EJA para 1, de modo a garantir valorização docente e qualidade. Além da moção, deve-se iniciar uma campanha.

A SECAD/MEC abrir linha de financiamento p/ projetos inovadores de EJA, em moldes mais flexíveis (diferente do PROJOVEM, do Programa Brasil Alfabetizado etc.)

Chamada pública: articular diferentes secretarias e petição à Comissão de Educação da ALESP solicitando que seja destinada parte da verba de publicidade do Governo Estadual para divulgação da chamada pública para EJA.

Instar a SEE-SP a assumir as suas responsabilidades na oferta e coordenação das políticas de EJA, de acordo com princípio da gestão democrática.

Petição à CEE para que seja obrigatório que Estado e Municípios se articulem e dialoguem para procedimento conjunto (resolução/portaria) para atendimento à EJA (matrículas, cessão de espaços, continuidade de estudos).

Fazer gestões junto ao IFSP /PAULA SOUZA para articular projetos conjuntos com municípios quanto à Educação profissional, inicial e básica.

Propor à FAPESP, fomento à pesquisa em EJA dentro do programa do ensino público.

Governos: Incentivar empresas a colaborar fazendo a chamada entre seus funcionários (trabalhador, esposa, filho), identificando analfabetos, e colaborando no atendimento à demanda no campo e na cidade.

Solicitar à SEE e Sec. de Adm. Penitenciária a elaborar plano de adequação às diretrizes nacionais para a educação nas prisões, com participação da sociedade.

Que o Plano Estadual de Educação contenha diretrizes e metas para a EJA e para a educação em espaços de privação de liberdade, em conformidade com o PNE.

Ao final da Penária foram feitos os seguintes encaminhamentos imediatos:

1. Enviar documento para mailing – UNDIME, Fórum EJA e UNCME-SP, e fazer consulta virtual, solicitando contribuições e adesões.
2. Solicitar audiências a CEESP e ALESP 2011 e SEE.
3. Convidar para compor a comissão o IFSP e Comissão de educação do MST.
4. Solicitar apoio a APEOESP
5. Fazer itinerância para alcançar todo território do Estado, criando subgrupos regionais.

6- Considerações Finais

A escassez de recursos e a falta de apoio e interesse do poder público estadual em questões relativas a EJA parecem ser as grandes dificuldades. A dificuldade de mobilização das pessoas envolvidas com e na EJA e também a inexistência de informação mais específica sobre a real situação da EJA no estado contribuem para tornar a realização da Agenda um grande desafio.

Acredito que apesar de todos os problemas percebidos, o caminho em direção a consolidação da agenda é por si só extremamente positivo, pois tem



movimentado e criado importante espaço de debate e reflexão da EJA no Estado e assim ajudado a encontrar soluções que se tornarão prática, superando a retórica.



CURSO: GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM EJA

MÓDULO IV

PROPOSTA/ESTRATÉGIA DE AÇÃO EM GESTÃO SOCIAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM EJA

GRUPO **SERGIPE**

1 - DADOS DOS PROPONENTES:

1.1 – ESTADO: Sergipe

1.2– NOMES: Izabel Cristina Santos da Silva; Maria Josefa de Menezes Almeida e Stelamaris Torres Melo.

1.3- INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

Izabel Cristina – telefone: (79) 3252-2399 (79) 9977-0650

izabel.silva1@aracaju.se.gov.br

Maria Josefa – telefone: (79) 9976 -9991 (79) 9976-9991

josefaaju@yahoo.com.br

Stelamaris: telefone: (79) 3231-1598 (79) 9998-9506

stelamaris.aju@globo.com

2- CARACTERIZAÇÃO DA AGENDA E DO FÓRUM ESTADUAL

2.1 - CARACTERIZAÇÃO DA AGENDA TERRITORIAL EM SERGIPE

A idéia de constituição de uma Agenda Territorial de desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos partiu de um processo de dialogo entre a SECAD/MEC e os Secretários Estaduais de Educação do Norte e Nordeste que em seguida se expandiu para todos os estados e o Distrito Federal, mediante a necessidade de práticas de integração de ações entre o Programa Brasil Alfabetizado e a Educação de Jovens e Adultos.

No âmbito da preparação da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos- CONFINTEA, organizada pela UNESCO e sediada no Brasil, a SECAD instituiu as Agendas. A fundamentação legal é a resolução nº 65 de 13 de dezembro de 2007, publicada no DOU nº 241, de 17 de dezembro de 2007.

Na chamada Semana da EJA: Compromisso de todos pela Educação de Jovens e Adultos, realizada em Natal entre os dias 08 E 13 de dezembro de 2008, promovida pela SECAD, trabalhou-se com detalhes sobre as Agendas Territoriais, os secretários estaduais de educação, coordenadores de EJA dos estados e os representantes dos Fóruns de EJA, em reuniões por estados, com o objetivo de estabelecer estratégias político-educacionais de implementação e /ou fortalecimento da EJA, a partir do diagnóstico estadual, dos desafios e das recomendações.

Com o objetivo de Socializar a Semana de EJA realizada no período de 10 a 12 de dezembro de 2008 – Natal-RN e avançar nas discussões acerca da construção da Agenda de Sergipe, o Fórum e a Coordenação de EJA da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe, com o apoio de duas Consultoras do MEC/SECAD para o Programa Brasil Alfabetizado e promoveram, em 18 de janeiro de 2009, o I Seminário Pró Agenda Territorial Integrada de Alfabetização e EJA o qual contou com a participação de representantes de segmentos de Movimentos Sindicais; Movimentos Sociais; Redes de Educação; Instituições de Ensino Superior; IFS; ONG's; Sistema "S"; Coordenadoria Estadual da Juventude; Docentes; Técnicos de Secretarias Municipais e da Secretaria Estadual de Educação. Nas discussões que considerou a configuração da EJA daquele momento, foi ressaltado que dentre os avanços ocorridos nos últimos anos, destacam-se: a EJA deixou de ser Programa e passou a modalidade; a garantia de recursos para a EJA no FUNDEB; retomada das discussões da EJA na Educação do Campo. Foi identificado que ainda há muito a fazer e que, para a definição de estratégias a para a modalidade, é imprescindível uma maior participação da sociedade. O grupo identificou, ainda, que não existe um Plano Estadual de Educação e propõe uma chamada da sociedade civil para sua construção, recomendando que no capítulo específico da EJA sejam consideradas as propostas contidas nos documentos em análise

naquele momento: Recomendações à VI CONFINTEA e as Propostas resultantes do Encontro Estadual “Políticas Públicas de EJA: uma discussão necessária”, realizado pela Secretaria Estadual em final de 2007. Nesse sentido, foi sugerido que os Movimentos, ONGs, REDES e Comitês tenham maior participação no processo de construção do Plano e recomendaram um olhar diferente para acompanhar as deliberações do poder público na área de educação. Reforçaram para a maior participação da sociedade civil na Comissão Estadual da Agenda, em instalação à época. As discussões tomaram como referência a configuração da EJA do momento. As propostas aprovadas em plenária final, aqui analisadas, serão consideradas para elaboração do presente Plano Estratégico.

Passado um significativo período de inatividade da Agenda, surgiram indagações em reuniões do Fórum: Quem presidiria a Agenda? Quais segmentos comporiam a Comissão? Surgem, também, os desafios – A continuidade da escolarização dos egressos do PBA, Participação efetiva das instituições com assento na comissão, Execução do Projeto Olhar Brasil e o maior desafio que ainda perdura: como fazer para executar os recursos da Agenda, creditados numa conta que a Secretaria de Educação não tem acesso e não pode movimentar? Durante muito tempo nada se conhecia sobre esses recursos. Atualmente se estuda junto à Procuradoria, como viabilizar legalmente sua execução.

De 19 a 21 de agosto de 2009, aconteceu em Brasília uma reunião com os coordenadores de EJA dos Estados e das Capitais e representantes dos Fóruns para uma avaliação do atual estágio da Agenda e para definir um planejamento de atividades. Foram muitas as sugestões providas deste Encontro e uma delas seria constituir a Comissão com pluralidade de representação de segmentos. Sergipe apresentou uma comissão plural, mas ressaltou que não havia a participação efetiva dos mesmos. Ainda permanecia sem definição, a forma legal de execução dos recursos da agenda. Havia uma discussão sobre qual a forma de constituição oficial da comissão e do comitê, se seria por Portaria ou Decreto? Só em 27 de outubro de 2010, a Comissão de Sergipe foi nomeada oficialmente no Diário Oficial do Estado, porém até o presente momento não foi instalado, ainda, o Comitê Técnico Estadual. O presidente da Agenda é o diretor do Programa Sergipe Alfabetizado, cujas ações ocorrem desvinculadas do setor da EJA/SEED, o que consideramos uma fragilidade para articulação e/ou mobilização, na continuidade de escolarização dos egressos do Programa.

É sempre ponto de discussão em reuniões do Fórum e tomado como desafio, o dialogo permanente entre os segmentos da EJA no estado, e

sobre o Plano de Trabalho e o financiamento para as ações da Agenda. Outra fragilidade detectada é o desconhecimento sobre a execução do plano Estratégico, apresentado para o diagnóstico da EJA.

Em 2010 durante as III e IV Oficinas de Trabalho da Agenda e a 2ª Semana da EJA, foi solicitado apresentação do Panorama da Agenda de cada estado no que se refere as seguintes questões:

- Composição, amparo legal da comissão e representação (apresentado)
- Recursos financeiros (não apresentado)
- Metodologia de trabalhos(apresentado)
- Tipo de apoio técnico local para implementar a AT(não recebeu)
- Diagnóstico de AJA e EJA (não apresentado)
- Características do Plano Estratégico de EJA (nada apresentado em fase inicial)
- Aspecto do PEEJA (não apresentado)

O Decreto Governamental nº 27455 de 28 de outubro de 2010, institui a Comissão da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos em Sergipe, com os seguintes segmentos: Secretaria de Estado da Educação; Universidade Federal de Sergipe; Instituto Federal de Sergipe; Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania/Departamento Central do Sistema Penitenciário; Conselho Estadual de Educação; Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica da Rede Oficial do Estado de Sergipe; Sindicato dos Profissionais de Educação do Município de Aracaju; Fórum Permanente de EJA; União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação; Comitê Estadual de Educação do Campo; Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos/MOVA; União dos Conselhos Municipais de Educação; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos.

O Decreto Governamental define que à Secretaria de Estado compete fornecer as condições necessárias para desenvolvimento dos trabalhos da Comissão da Agenda enquanto que a esta compete: elaborar o planejamento estratégico territorial e articulação entre as ações de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, tendo como subsídios as informações e dados consolidados, em âmbito estadual, sobre alfabetização e educação de jovens e adultos; validar os parâmetros, objetivos e procedimentos para coleta dos dados e informações sobre alfabetização e educação de jovens e adultos de responsabilidade estadual; fomentar a criação de Comissões Gestoras Locais do Programa Brasil Alfabetizado, em nível municipal; estabelecer interlocução junto à Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de

Jovens e Adultos/CNAEJA; dar acompanhamento frequente as ações de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos no Estado de Sergipe. Durante o ano de 2010 a Comissão da Agenda de Sergipe fez reuniões quinzenais de caráter interno e formativo, registradas em atas que indicam ausência efetiva de representantes de algumas instituições. As mesmas não foram notificadas das ausências de seus representantes. O regimento interno está em discussão para ser elaborado assim como a formalização dos compromissos, já discutidos para criação de estratégias que contribuam para a consecução de avanços.

2.2 - CARACTERIZAÇÃO DO FÓRUM ESTADUAL DE EJA

O Fórum Permanente da Educação de Jovens e Adultos do Estado de Sergipe instalado em 19 de agosto de 2004 tem o propósito de mobilizar, sensibilizar e acompanhar a oferta da modalidade, enquanto responsabilidade pública e social em favor dos Jovens, Adultos e Idosos. Caracteriza-se por ser um espaço plural e multi-institucional de discussão e contribuição para o fortalecimento e consolidação da EJA, enquanto política pública de estado. Desde o movimento pró-fórum e sua instalação, teve apoio irrestrito da Secretaria de Estado de Educação e de Secretarias Municipais de Educação. Em sua composição conta com instituições, além das Secretarias de Educação, tais como: Sistema S (SESI, SESC, SENAI, SEST/SENAT e SEBRAE), INCRA, ONGs, Universidade Federal, Instituições de Ensino Superior privadas, Conselho Estadual de Educação, União dos Estudantes Secundaristas, Movimento Sindical, Representantes da Sociedade Civil e Movimentos Sociais. Em sua trajetória o FPEJA constata que para se fortalecer é importante a redefinição e ampliação de parcerias, além de intensivo trabalho de advocacy, junto a todas as instituições que o compõem. É também característica do FPEJA/SE, participar e integrar comissões e comitês que tratam das políticas educacionais ligadas à EJA, a exemplo de: Comitê Estadual da Educação do Campo; Comissão da Agenda Integrada Territorial de Alfabetização e EJA; Comissão Pedagógica do Programa de Inclusão de Jovens – ProJovem Campo Saberes da Terra, dentre outras.

O FPEJA/SE tem sua dinâmica de trabalho com reuniões mensais, encontros anuais, nos quais se discutem temáticas como: legislação, regulamentação, questões de financiamento, parcerias institucionais e formação continuada, para que os esforços da edificação do direito à educação de jovens, adultos e idosos não seja segregado, qualquer que seja a seqüência política. O debate livre de ideias tem sido sua metodologia.

O fórum tem uma composição plural, porém, na atualidade, não conta com a presença efetiva de todos os representantes de seus segmentos

em reuniões ordinárias. Este tem sido um elemento que tem limitado a sua ação frente às demandas da EJA no estado. Quanto à Agenda Territorial faz-se semelhante consideração. A composição plural de ambos caracteriza-se como um dos mais importantes aspectos positivos, pois se acredita que isso favoreça as ações voltadas à EJA, considerando o desenvolvimento sustentável de base territorial.

O FPEJA/SE possui regimento interno em fase de reformulação sendo coordenado por meio de um grupo gestor que responde pela consolidação de metas e ações do seu plano de trabalho, nas quais se incluem a promoção e participação em encontros locais, regionais e nacionais.

3- DIAGNÓSTICO DA EJA NA UNIDADE FEDERADA ESTADO (2008)

3. a) Análise

a.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO SERGIPANO

O Estado de Sergipe localiza-se no Nordeste do Brasil tem uma área de 21.910,3 Km², o equivalente a 0,26 % do território nacional e 1,4 % em relação à região Nordeste. Possui 75 municípios, agrupados pelo IBGE em 13 microrregiões político – administrativas, que fazem parte de 03 mesorregiões. Em 2007 o Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento, em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, respeitando critérios como dimensões econômicas – produtivas, geo-ambientais, sociais, políticos – institucionais e culturais, dividiu o Estado em oito territórios, como base para o planejamento das políticas públicas da administração. A nova territorialização compreende a distribuição dos 75 municípios em 08 territórios, a saber: Alto Sertão Sergipano; Leste Sergipano; Médio Sertão; Sertão Ocidental; Baixo São Francisco; Grande Aracaju; Centro–Sul Sergipano e Sul Sergipano. Os índices de IDH que variam entre 0,575 e 0,682, são considerados altos e por isso alguns Programas sócio-educacionais foram implantados nos Territórios.

No período de 1992 a 2005, o analfabetismo no Estado declinou de 27,4% para 19,7% e Sergipe encontra-se em melhor situação do que a registrada pelo conjunto de Estados da Região Nordeste, com taxa de 21,9%. O analfabetismo funcional, abrangendo as pessoas de 15 anos e mais de idade que não completaram a 4ª série do Ensino Fundamental, tem taxas mais elevadas nos estados nordestinos. Em 2005, enquanto a média nacional situava-se em 23,5%, na Região Nordeste e em Sergipe essas taxas alcançavam, respectivamente, 36,3% e 34,1%.

a.2. A OFERTA DE EJA PÚBLICA E POR INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL.

Sergipe tem a oferta de matrículas em todos os níveis e modalidades de ensino, em maior escala, nas escolas da rede pública que em 2006 foi responsável em torno de 90% da oferta de Educação de Jovens e Adultos no Estado. Entre os educandos matriculados, houve a predominância do sexo masculino. Na zona urbana mais alunos buscaram matrícula em turmas da EJA do que na zona rural. O turno mais procurado foi o noturno com 66.063 enquanto o diurno atendeu a 3.386 alunos, segundo dados do MEC / INEP.

a.3. AÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

De 2004 a 2007 o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Sergipe ofereceu turmas de alfabetização em convênio com o programa Brasil Alfabetizado. Em 2004 foram 60 turmas com cerca de 15 educandos em cada; em 2006 o atendimento foi ampliado para 160 turmas com 1600 alunos, contando com o acompanhamento pedagógico do INCRA. Em 2007 o MST cadastrou 330 turmas, com uma média de 10 a 15 alfabetizando por turma.

Atuação semelhante foi realizada pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura, FETASE, desenvolvendo trabalhos de alfabetização em assentamentos de povoados. Em 2006 foram atendidos dois municípios com três turmas, totalizando 140 alunos. Em 2007 ocorreu grande expansão, quando foram atendidas 19 turmas, totalizando 490 alunos. A faixa etária atendida esteve entre 17 e 80 anos, perfazendo um total geral de 630 alfabetizando nos dois anos.

a.4. DESAFIOS DA EJA EM SERGIPE – REFLEXÕES.

Dos desafios apontados, os “**sujeitos da EJA**” tem prioridade na análise, por serem o **porque** e o **para quem** da modalidade. Constatase pelo diagnóstico que a oferta se dá em locais diversos, portanto absorve uma diversidade de sujeitos que não aparece detalhada em dados. Isso nos remete ao tratamento pedagógico e curricular de uma oferta, distanciada da realidade, portanto de importância para se considerar na avaliação dos resultados. Neste ponto vale frisar outras questões como: juventude e melhor idade; Currículo e Projeto Pedagógico participativo; o urbano e o rural; a educação e a qualificação profissional; as diferentes culturas e os diferentes saberes como pressupostos curriculares; a questão étnica; os privados de liberdade; a inclusão de pessoas com deficiências e tantas outras particularidades que caracterizam a demanda de EJA e que em documentos pesquisados, quando aparecem, não define tratamento político-pedagógico específico.

Detectamos Programas governamentais com ofertas da EJA desde a alfabetização ao Ensino Médio, inclusive em modalidade com qualificação profissional técnica, porém ainda excludentes por não conseguirem absorver toda demanda existente/interessada. Alguns Programas não prevêem estratégias para o acompanhamento, continuidade e nem são pautados em pesquisas de interesses reais da população jovem e adulta. Por incrível que possa parecer, os Programas de Inclusão de Jovens, reproduzem o secular tratamento discriminatório das políticas públicas, por não estarem coadunados com a realidade e diversidade de sujeitos trabalhadores e filhos dos trabalhadores.

Embora a EJA esteja incluída no FUNDEB, observa-se que, quer pelas formas de cálculo-percentual ou pela utilização dos recursos, necessário se faz o acompanhamento por parte dos colegiados, principalmente para que seus objetivos prioritários sejam plenamente atendidos.

A formação docente é outro desafio que precisa ser considerado, para que as questões acima comentadas possam encontrar superação de suas defasagens. Entendendo a importância da EJA para o desenvolvimento sustentável, conhecendo a diversidade dos sujeitos trabalhadores que atende e sua atuação nos multissetores da sociedade, identificando que o currículo precisa ser compatível com a atuação profissional do educando, conclui-se que a qualidade e a permanente formação do educador são pressupostos para o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

3. b) ALGUMAS ESTRATÉGIAS PARA A ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO DE EJA, considerando a perspectiva da intersectorialidade e observada a delimitação de áreas para cada parceria estabelecida, no sentido de evitar a duplicidade de informações, preservar a fidedignidade e principalmente sensibilizar para que cada setor da sociedade entenda que sua incompletude pode ser superada, na intercomplementaridade das ações ou na integração de competências que se dá pela intersectorialidade:

- Parceria com os coordenadores dos Territórios da Cidadania em articulação com os movimentos sociais do campo e líderes de comunidades tradicionais para identificação de demandas em localidades de difícil acesso.
- Parceria com as Secretarias de Educação, Saúde e Ação Social, para a consolidação, de forma integrada, das informações constantes em seus cadastros de modo a criar um cadastro único do cidadão.
- Parceria com a Secretaria de Justiça para obtenção de dados sobre a escolaridade da população prisional.

- Parceria com movimentos sociais MSU, MOTU, MST, MOVA Brasil/SE e sindicais do campo (FETASE) e dos professores (SINTESE e SINDIPEMA) para obtenção de dados especificados em áreas e aspectos compatíveis com os mesmos.
- Análise dos resultados mais recentes do senso, em complementaridade ao levantamento dos demais parceiros institucionais.
- Parceria com órgãos públicos e privados para coleta de dados de sua competência
- Organização dos dados coletados, para publicação.
- Articulação permanente entre o Fórum e a Agenda Territorial, no sentido de revitalização e intercomplementaridade de ações na coordenação dos trabalhos de atualização do diagnóstico.
- Parceria com o Ministério de Educação; do Trabalho e Emprego; Cultura; Desenvolvimento Agrário e com outros Ministérios ou Secretarias afins, para organização, acompanhamento e execução de um trabalho de esclarecimentos e “advocacy” sobre a modalidade de EJA, Programas de atendimento educacional para jovens, adultos e idosos, legislação vigente análise e avaliação do PNE do Estado, com destaque no que se refere à EJA.
- Parceria e articulação permanente com o Portal dos Fóruns, para socialização do processo de atualização do diagnóstico.



4- METAS PARA A EJA NO ESTADO DE SERGIPE

5- ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

a) METAS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO EM CURTO PRAZO

Nºordem	META	ESTRATÉGIA	PRAZO
Meta 01	Executar um trabalho de “advocacy” durante 90 dias, compreendidos entre os meses de fevereiro e abril, no sentido da participação efetiva de 100% dos representantes no desenvolvimento das atividades da Agenda Territorial.	Participação em reuniões e visitas a todos os órgãos com representatividade na Agenda, para que juntamente com o Fórum de EJA e à Comissão, promovam mobilização intensiva, para fortalecimento dos objetivos da Agenda no Estado de Sergipe, dando-lhe visibilidade.	90 dias (fev, março abril)
Meta 02	Executar ações de controle social juntamente com o Fórum de EJA e a Comissão da Agenda Territorial, por meio de um cronograma de acompanhamento mensal de todas as políticas de atenção ao jovem adulto e idoso, com ênfase para a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.	-Elaboração conjunta com o Fórum de EJA e a Comissão da Agenda Territorial de um cronograma anual de ações, para acompanhamento da execução social e financeira das políticas de atenção ao jovem adulto e idoso, desenvolvidas pelos Governos Estadual e Municipal.	Mensal durante dois anos (24 meses.
Meta 03	Atualizar o diagnóstico da EJA no Estado de Sergipe, no prazo de 12 meses, de acordo com as estratégias acima sinalizadas.	Articulação, mobilização e monitoramento dos trabalhos na atualização do diagnóstico, junto às parcerias.	12 meses
Meta 04	Acompanhar o cumprimento anual de pelo menos 8% do estabelecido para as metas de atendimento da Alfabetização e EJA, nos planos estadual e municipal de educação.	Elaboração de recomendações às redes de ensino para execução de chamada pública e acompanhamento da ação pelo Fórum de EJA e da Agenda Territorial.	Mensalmente ano a ano, durante dois anos.



Meta 05	Dar conhecimento sobre a Agenda Territorial aos Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, em pelo menos 03 sessões e/ou audiências específicas, objetivando novas parcerias.	Articulação com as Comissões de Educação Assembléia Legislativa, da Câmara Municipal e do Ministério Público, Conselhos e Comitês, para garantir a participação em sessões e reuniões específicas, para socialização da concepção e objetivos da EJA e da Agenda Territorial do Estado de Sergipe.	Conforme agendas das instituições, ou pela necessidade, em dois anos .
----------------	--	--	---

b) METAS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO EM MÉDIO PRAZO

Nºordem	META	ESTRATÉGIA	PRAZO
Meta 01	Recomendar a realização anual de 01 fórum de debate, até 2014, para definir o Sistema de Avaliação para a EJA, na perspectiva de re-elaboração da proposta que melhor atenda às especificidades deste público.	Realização de estudos e discussões, em fórum especial, sobre a definição de um Sistema de Avaliação Estadual, apropriado para educando de EJA e suas realidades diversas.	Em até 03 anos
Meta 02	Desenvolver no prazo de 03 anos, critérios de qualidade para os currículos, materiais de aprendizagem e metodologias de ensino em cursos da EJA, em parceria com o Conselho Estadual de Educação, o Fórum de EJA e a Comissão da Agenda Territorial.	Avaliação dos resultados de aprendizagens e de continuidade de estudos apresentadas pelos dados estatísticos e, em ação conjunta com os Conselhos de Educação e as IPES, rever currículos, material pedagógico e a formação docente.	03 anos
Meta 03	Visitar empresas, mensalmente, para a sensibilização dos trabalhadores e empresários sobre a importância da escolarização do seu quadro, objetivando o atendimento de todas as empresas informadas pelo diagnóstico atualizado da EJA.	Construção de cronograma de visitas mensais à empresas, para sensibilização sobre a importância da educação do trabalhador ao longo da vida, para a sustentabilidade do país e do seu povo.	03 anos



c) METAS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO EM LONGO PRAZO

Nºordem	META	ESTRATÉGIA	PRAZO
Meta 01	Propor políticas de acesso à universidade pública e gratuita para o educando egresso da EJA.	Elaboração coletiva de proposta e mobilização com os movimentos sociais, na luta pela inserção da EJA no sistema de cotas para o acesso ao ensino superior.	Até 2016
Meta 02	Acompanhar a execução de 100% das metas sociais e financeiras, definidas para a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos, no Plano Estadual de Educação, na década compreendida entre 2011 a 2020.	Manutenção de permanente mobilização da Comissão da Agenda e do Fórum de EJA, com execução de cronograma mensal de ações para o acompanhamento e avaliação das metas sociais e financeiras, do Plano Estadual de Educação.	De 2011 a 2020
Meta 03	Divulgar o Plano Estratégico e Aplicação de Recursos da Agenda Territorial, dando conhecimento à sociedade sobre sua execução social e financeira, durante todo o período de sua vigência.	Dinamização do Portal do Fórum de EJA e divulgação em domínio público sobre a execução do Plano Estratégico da Agenda Territorial.	De 2011 a 2020
Meta 04	Articular junto à Agenda Territorial e ao Fórum de EJA e realizar em parceria intersetorial e interinstitucional, 10 (dez) encontros de EJA, abertos à sociedade sergipana em espaços anuais, para avaliar e propor ajustes às metas do Plano Estadual de Educação, em cada ano que compreende a década entre 2011 a 2020.	Elaboração de uma agenda de trabalho definindo a realização dos encontros anuais, para avaliação e proposituras, visando a revisão das metas do Plano Estadual de Educação.	De 2011 a 2020

6- Considerações Finais

Buscando um novo olhar direcionado à Educação de Jovens e Adultos, considera-se a importância do envolvimento de todos os segmentos da sociedade organizada, nas discussões para elaboração e execução das políticas públicas. A efetivação da Alfabetização sem dissociá-la da EJA; o pensar na inclusão do jovem, adulto e idoso no processo educativo e não apenas na meta numérica da redução do analfabetismo; a inserção da alfabetização nas turmas de EJA visando à continuidade; o conhecimento sobre as metas e ações constantes dos Planos de Educação, com a participação de todos em sua construção, são perspectivas de um novo tempo para que se concretize o pensamento das aprendizagens ao longo da vida com qualidade é necessário que todas as Universidades se constituam em instituições responsáveis pela formação dos educadores que ocuparão o quadro efetivo dos docentes desta modalidade nos sistemas de ensino. E assim, a formação oferecida favoreça a implementação de uma prática pedagógica, pautada nas especificidades dos sujeitos da EJA e uma postura mediadora frente ao processo ensino aprendizagem. É imprescindível que o Projeto Pedagógico seja participativo desde a sua construção, para que esteja adequado à diversidade dos sujeitos.

No tocante a qualificação profissional para a EJA, a exemplo do SENAC e SENAI, se faz necessário a ampliação da oferta, estendida à rede pública e do aporte financeiro do MEC para a gratuidade em cursos e programas diversos que atendam aos arranjos produtivos locais.

Na perspectiva da sustentabilidade visando à aproximação do setor educativo e do setor produtivo, se faz necessário o regime de colaboração entre as esferas dos governos, para que esta articulação possa ampliar e consolidar as políticas direcionadas para a formação integral do cidadão, ressaltando o respeito às organizações com a finalidade de fazerem o controle social das políticas públicas, tais como os Comitês, os Conselhos, os Fóruns e a Agenda Territorial, considerando-se a sua composição.

7- Referências

Documentos de Pactuação:

- BRASIL. Marco de Ação de Belém. VI Conferência Internacional de Educação de Adultos. Brasília: UNESCO/MEC, 2010.
- BRASIL. MEC. SECAD. Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA. “Brasil: Educação e aprendizagem de jovens e adultos ao longo da vida” Brasília, Maio de 2008.
- BRASIL. Conferência Nacional de Educação. Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação. Diretrizes e estratégias de ação. Brasília: MEC, 2010. (documento final)
- Carta de compromisso da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. Natal, 12 de dezembro de 2008.
- Carta de Compromisso com a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, retirada no Seminário sobre Educação de Jovens e Adultos promovido pelo CONSED, com o apoio do MEC, realizado no período de 19 a 21 de maio de 2010, em Brasília.

Legislação

- Constituição de 1988;
- Fundeb - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação:
- Lei nº 11.494/2007
- Decreto nº 6.253/2007
- Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos:
- Parecer CNE/CEB Nº 06, de 07/04/2010.
- Resolução Nº 03, de 15/06/2010.
- LDB - Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20/12/1996;
- PNE 2001-2010 - Plano Nacional de Educação. - Lei nº 10.172, de 9/01/2001;
- Emenda Constitucional nº 59, de 11/11/2009 - obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica;
- BRASIL. Resolução Nº 69 de 29 de D DE 2009. Altera o valor *per capita* por aluno/ano a ser transferido à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) em 2010.
- BRASIL, Resolução/CD/FNDE Nº 38, de 16 de Julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.
- BRASIL, [Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009.](#) Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior -CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.
- BRASIL, *Portaria Normativa n ° 09* de 30 de Junho de 2009. Institui o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica no âmbito do Ministério da Educação.
- FNDE, Resolução Nº 51 de 16 de setembro de 2009. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro Didático para Educação de Jovens e Adultos (*PNLD EJA*)
- SERGIPE, Resolução Nº 201/2001/CEE. Dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos no Sistema do Estado de Sergipe.



- SERGIPE, Resolução Nº 273 de 03/08/2006. Altera dispositivos da Resolução Nº 201/2001/CEE que dispõe sobre a Educação de Jovens e Adultos no Sistema de Ensino do Estado de Sergipe, e dá outras providências.

- Decreto Governamental nº 27455 de 28 de outubro de 2010. Institui a Comissão da Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos em Sergipe,

Documento de referência

- Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.

INTRODUÇÃO

1- DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPONENTE(S):

1.1- ESTADO:

- Tocantins

1.2- NOME(S):

- Elvira N. Gemelli Herberts
Diretora - Diversidade/SEDUC
Coordenadora da Agenda Territorial/TO
- Márcio Frota da Silva
Membro do Fórum da EJA/TO
Representante dos Egressos de EJA

1.3- INFORMAÇÕES PARA CONTATO:

- Elvira N. Gemelli Herberts
E-mail: elviraeducacao@gmail.com
Tel: 063 – 3218-1462 ou 8415-3019
- Márcio Frota da Silva
E-mail: semfrota@hotmail.com.br
Tel: 063 – 8462-5780

2 - CARACTERIZAÇÃO DA AGENDA E DO FÓRUM ESTADUAL OU DISTRITAL: limites e possibilidades dos mesmos na construção da política pública de educação de jovens e adultos no Estado do Tocantins

Lançado em 2000 o Fórum Permanente de Educação de Jovens e Adultos do Tocantins – FPEJA-TO é um espaço, de âmbito estadual, articulação, socialização intervenção na realidade da educação de jovens e adultos do estado, portanto, aberto às discussões e aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações empenhadas na construção da EJA de qualidade.

Sendo assim, agrega educadores, professores, entidades dos poderes públicos, universidades, ONGs, movimentos sociais e entidades empresariais interessados na articulação das práticas em Educação de Jovens e Adultos no âmbito do Estado do Tocantins.

O FPEJA-TO vem fomentando as ações em EJA desde 2000. A instalação resultou da iniciativa das seguintes entidades: SEDUC, SESI,

ULBRA, UNITINS, FECIPAR, SEMEC de Araguaína, SEMEC de Palmas e UNDIME-TO.

As atividades e ações do FPEJA-TO são norteadas pelos seguintes princípios fundamentais:

- Compromisso com os dispositivos da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e Diretrizes Curriculares da EJA.

- Respeito à identidade, à autonomia e à dinâmica própria de cada entidade-membro.

O FPEJA-TO tem por finalidade acompanhar e avaliar a efetividade das políticas públicas de EJA, visando subsidiar o estado e os municípios tocaninenses na implementação e acompanhamento das políticas públicas em EJA, tornando público posições e propostas discutidas no FPEJA-TO no sentido de subsidiar os projetos e políticas no campo da EJA, encaminhando tais proposições aos representantes do poder público.

O FPEJA-TO no ano de 2000 a 2005 realizou anualmente Encontros Estaduais oportunizando aos professores e educadores de EJA de nosso estado a participação em palestras, oficinas e mini-cursos ministradas por pessoas renomadas no cenário nacional de Educação de Jovens e Adultos do nosso país como: Jamil Cury, Jane Paiva, Ester Pillar Grossi, Maria Clara Di Pierro, Leôncio Soares, Margarida Machado, Renato Hilário, Jeannete Beauchamp e Leda Sefrin. Reunindo um público de aproximadamente 800 pessoas em cada edição.

O FPEJA-TO realiza atualmente reuniões mensais com a participação da coordenação executiva, momentos em que se faz o diagnóstico (desafios, avanços e retrocessos da EJA empreendida no estado) e um encontro anual que é aberto à Instituições, Entidades, Movimentos Sociais e pessoas que estejam diretamente ligados ou que tenham afinidade com a EJA. O Encontro Anual é organizado a contemplar uma mesa política de abertura, palestras, exposições, atividades culturais, grupos de trabalho, relatos de experiências, mesa redonda, oficinas pedagógicas e plenária final.

As atividades de acompanhamento, avaliação e implementação da efetivação das políticas públicas serão estruturadas no plano de ação anual elaborado pelo FPEJA-TO e relatório anual entregue pelas entidades

envolvidas sobre as ações desenvolvidas no decorrer do ano sobre a Educação de Jovens e Adultos.

O FPEJA-TO esteve presente em todos os ENEJA – Encontros Nacionais de EJA com apresentações, exposições de ações realizadas dentro do estado e nas plenárias.

O FPEJA-TO agregou várias novas entidades, tendo uma expansão significativa, atualmente com as seguintes instituições: ITEPAC, SEDUC, SEMEC de Palmas, SESI, SESC, UFT, ULBRA, UNDIME-TO e UNIRG. Todas as entidades participantes desenvolvem significativas ações no campo da EJA, tais como conforme os segmentos:

Governo:

- Formação Permanente de professores;
- Ação alfabetizadora de jovens e adultos junto ao Programa Brasil Alfabetizado – MEC/SECAD;
- Ensino fundamental e médio na modalidade de EJA;
- Educação do campo (Saberes da Terra, Pronera, Arca das letras, alfabetização, 1º e 2º segmento nos assentamentos)
- Educação no sistema prisional (Casa de Custódia, Presídio de Palmas, Araguaína, Porto Nacional, Gurupi, Presídio das Mulheres em Palmeiras e Tocantinópolis);
- Exames supletivos do Ensino Fundamental e Médio em todas as cadeias do estado;
- Educação dos Quilombolas (Remanescentes dos quilombos Mocambo, Brejinho de Nazaré e Cocalinho);
- Educação Indígena;
- Educação Inclusiva para alunos portadores de necessidades especiais;
- Orientação sobre os projetos e programas financeiros do Governo Federal para ações da EJA no estado e municípios;
- Educação Profissional Inclusiva;
- Formação inicial e continuada presencial e à distância;
- Sistema EaD para EJA
- Proposição de uma nova estrutura de EJA para o estado.

Universidades – IES

- Realização de pesquisas e desenvolvimento de atividades de extensão em EJA;
- Formação continuada de alfabetizadores via apoio financeiro do MEC/SESU/PROEXT;
- Ação alfabetizadora de jovens e adultos junto ao Programa Brasil Alfabetizado – MEC/SECAD;
- Oferta da disciplina de EJA nas estruturas curriculares dos Curso de Pedagogia das Instituições de ensino superior;
- Discussão no âmbito dos Cursos de licenciatura sobre a inclusão da disciplina de EJA em suas estruturas curriculares;
- Seminários de alfabetização, exposição sobre vida e obra de Paulo Freire;
- Universidade Aberta a Melhor Idade e Universidade da Maturidade;
- Criação de núcleo de EJA nas universidades agregando a participação de alunos e, conseqüentemente estimulando a produção de TCC na área de EJA;
- Turmas de EJAS no Rodoshopping (shopping popular localizado em área periférica da cidade de Palmas-TO);
- Atuação na associação de pescadores;
- Produção literária dos alunos da EJA (Sarau literário)
- Apresentação de trabalhos em congressos científicos;
- Ação alfabetizadora no sistema prisional – Arraias-TO.
- Realização de Oficinas pedagógicas de EJA.
- Formação professores e agente prisionais para a educação prisional do Estado.

Sistema S

- Formação inicial e continuada de professores;
- Ação alfabetizadora de jovens e adultos;
- Ensino fundamental e médio na modalidade de EJA;
- Educação Profissional;
- Formação inicial e continuada presencial e à distância;

- Sistema EaD para EJA.

Por fim, observa-se que as Instituições componentes do FPEJA-TO têm um atuação significativa no âmbito da educação de jovens e adultos, o que corresponde a atuação significativa de seus representantes no interior do FPEJA-TO. O grande desafio posto ao FPEJA-TO está na necessidade de agregar outros segmentos que desenvolvem ações no campo da EJA e que participam apenas dos Encontros Estaduais, como as ONG's, Movimentos Sociais, Sindicatos, educadores, educandos. A ampliação dos segmentos FPEJA-TO se impõe como a possibilidade de ampliação da atuação do FPEJA-TO como movimento social.

Além da ampliação da participação de outros segmentos, outro desafio para o qual o FPEJA-TO encontra-se aberto, visto já regulamentado em seu Regimento, refere-se a ampliação dos debates nos Encontros Estaduais, formalizando a plenária final e a elaboração de relatório síntese das discussões e posições havidas no encontro. Desafio este que enfrentaremos no próximo Encontro Estadual a realizar-se nos dias 17 e 18 de setembro de 2006. Considerando o mapeamento realizado sobre a composição dos respectivos Fórum e Agenda, constata-se a necessidade de trazer os próprios alunos e também representantes da sociedade civil para o processo de garantia da EJA. Atualmente esses espaços de discussões contam apenas com membros representantes de instituições como, por exemplo, poderes legislativos, executivos e instituições privadas.

Disponível em: <http://forumeja.org.br/to/node/3>

Acesso em: 13 de janeiro de 2011 às 09:04.

3 - Mapeamento dos integrantes da Agenda, Conselhos de Educação e Fóruns de EJA⁴³

Unidade da Federação: ESTADO DO TOCANTINS				
Entidade/instituições	Agenda Territorial	Conselho Estadual de Educação	CME Capital	Fóruns Estaduais e Distritais de EJA
Total de componentes	20	12	-	11
Segmento	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº de membros representantes	Nº membros representantes da coordenação geral
Educandos				
EJA 1ª Segmento-EF	0	0	0	0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	0	0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0
Ensino Médio-EM	0	0	0	0
			0	0
Educadores escola pública				
EJA 1ª Segmento - EF	0	0	0	0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	0	0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0
Ensino Médio-EM	0	0	0	0
Educadores escola particular				
EJA 1ª Segmento - EF	0	0	0	0
EJA 2ª Segmento-EF	0	0	0	0
EJA 3ª Segmento-EM	0	0	0	0
Ensino Fundamental-EF	0	0	0	0
Ensino Médio-EM	0	02	0	0
Universidades				
Pública	Federal	02	0	02
			0	
	Estadual	01		01
	Municipal	01	0	
Comunitária	0	0	0	
Particular	01	01	0	01
Governo				
Estadual	04	04	0	02
Municipal	0	0	0	

⁴³ Prezad@s, caso tenha algum segmento que não aparece na tabela, vocês podem inserir uma linha e acrescentá-lo.



Outros				
UNDIME	01	01	0	01
UNCME	0	0	0	
Movimento Popular	01	0	0	01
FORUM-EJA-TO	01	0	0	
CONS. EST. EDUCAÇÃO	01			01
P. B. Alfabetizado	01			
Povos Indigenas	01			
Família				
Pai	0	01		
Mãe	0	01		
Responsáveis	0			
Sindicatos de trabalhadores -				
Profissionais da educação	01- SINTET- TO	01-SINTET-TO		
CNTE				
Outros sindicatos				
OAB		01		
Sistema S				
SENAI	01			
SENAC	01			
SESI	01			01
SESC	01			01
SENAT				
SEST				
SENAR				
ONG				
Total	20	12		11



GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SUPERINTENDÊNCIA DE EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO NA DIVERSIDADE
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PLANO DE AÇÃO - AGENDA TERRITORIAL

SITUAÇÃO PROBLEMA	AÇÃO	EXECUÇÃO	RESPONSÁVEL	INÍCIO/TÉRMINO	META FÍSICA	META FINANCEIRA	FONTE
ESTABELECE MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	Realizar levantamento dos municípios que possuem EJA regulamentado e Conselho Municipal de Educação	Através da UNDIME/TO e ASMET/ SEDUC Entrar em contato com os 139 municípios para mapear o atendimento de EJA e regularizar os Conselhos Municipais de Educação, desta forma fortalecer a política de EJA em cada município.	UNDIME/TO SEDUC /ASMET	Dezembro/2010	139 MUNICÍPIOS	-	-
	Realizar 13 audiências públicas com conselhos municipais de educação existentes.	Após o mapeamento realizar audiências para a conscientização da importância da EJA nos municípios e enfatizar o papel do conselho nos municípios. Criar estratégias para a implantação do 1º segmento de EJA e fortalecimento da EJA em todos os municípios que são atendidos pelo Programa Brasil Alfabetizado.	comissão e conselhos municipais	Fevereiro a dezembro/2011	200 PESSOAS	R\$ 12.384	11
	Implantação dos comitês Municipais	Formar 13 comitês regionais para alicerçar as atividades da Agenda Territorial nos municípios.	Representantes das DREs	Dezembro/2010	13 REGIONAIS	-	-



ESTABELECEER MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	Publicar no Portal do FORUM/ EJA/TO e SEDUC as ações e recursos da Agenda Territorial	Ficará a cargo do coordenador do FORUM de EJA e coordenador EJA SEDUC publicarem todas as ações desenvolvidas pela Comissão da Agenda Territorial como também os recursos destinados a mesma.	FORUM - EJA	Março a dezembro/2011	-	Sem custo para agenda	FNDE
	Publicação do Plano Estratégico da Agenda Territorial	Após a aprovação e avaliação do Plano Estratégico da Agenda Territorial, a Comissão Estadual da Agenda ficará responsável em publicar e divulgá-lo em todos os municípios.	Comissão Estadual		-	-	-
REALIZAR FORMAÇÃO/LOCAL	Estimular as Instituições de Ensino Superior a criação de cursos de formação ou especialização para professores da EJA	As Instituições de Ensino Superior serão convidadas pela Comissão da Agenda Territorial a refletir sobre a necessidade da formação dos professores de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos no Estado de acordo com a demanda.	Comissão da Agenda Territorial	Dezembro/2010	139 municípios	-	SEDUC
	Capacitação dos membros de comitês regionais de alfabetização de jovens e adultos.	Realizar formação na sede das 13 regionais de ensino com membros de comitês regionais de alfabetização de jovens e adultos.	Membros dos comitês.	07/03/2011	200	R\$ 14.616,00	
	Elaborar o diagnóstico	Elaborar o instrumento de diagnóstico para conhecimento do perfil do público alvo de EJA e AJA do To	Comissão	Fevereiro / 2011	Alunos EJA e AJA	-	-
PLANOS ESTRATÉGICOS DE DESENVOLVIMENTO E FORTALECIMENTO DE EJA	Realizar diagnóstico	Aplicação de instrumentos de coleta de dados nos 139 municípios do Estado. Aquisição de informações através de e-mail e fax.	Comissão	março/2011	139 municípios	-	-
	Tabulação dos dados	Sistematizar os dados coletados dos municípios, utilizando os instrumentos de coleta, e informações adquiridas com o diagnóstico. Criar gráficos	Comissão	junho/2011	139 municípios	-	-



	Reunião com a comunidade	Realizar reuniões com os técnicos das DRE's, presidentes dos conselhos, membros de educação e representantes da sociedade.	Comissão	março/2011	13 DRE's		
	Monitorar a distância os Comitês quanto à pesquisa de campo.	Dar suporte e orientação quanto à aplicabilidade do diagnóstico, através de monitoramento e acompanhamento in-loco.	Membros da Comissão	Março a abril/2011	139 municípios		SEDUC
	Acompanhar o planejamento, implementação e elaboração dos Planos Estratégicos de EJA nos municípios.	Oferecer condições pedagógicas e metodológicas para execução do plano estratégico nos municípios. Através de reuniões, monitoramento, fóruns de discussões, formação continuada e relatórios.	Comitê e Comissão Estadual	Março a novembro-2011	139 municípios		

4. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO

4.1 O Estado do Tocantins

O Estado do Tocantins situa-se no sudoeste da região norte do país e faz parte da Amazônia Legal, limitado a leste com o Piauí, nordeste com o Maranhão, sudeste com a Bahia, ao sul com o Goiás, ao sudoeste com o Mato Grosso e a noroeste com o Pará. Anteriormente fazendo parte do Estado de Goiás, o Estado do Tocantins foi criado através da promulgação da última Constituição Brasileira, em 5 de outubro de 1988 e ocupa área de 278.420,7 km². O relevo é formado por depressões na maior parte do território, sendo que na parte sul e nordeste encontram-se áreas de planaltos, com grande ocorrência de erosões, enquanto na parte central predominam extensas e belas planícies. As maiores altitudes localizam-se a leste e ao sul, onde se encontram as Serras do Estrondo, Lajeado, do Carmo e do Paraíso, com altitude média entre 360 e 600 metros.

A bacia hidrográfica abrange, aproximadamente, dois terços da área da bacia do Rio Tocantins e um terço do Rio Araguaia, além de várias sub-bacias importantes, fazendo do Tocantins um dos Estados mais ricos do Brasil em recursos hídricos. Os rios Araguaia, Tocantins, do Sono, Balsas e Paranã são os mais importantes do Estado. No rio Araguaia encontra-se a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo.

O clima do Estado do Tocantins é tropical, com temperaturas médias anuais de 26°C nos meses de chuva: outubro a março, e 32°C na estação seca: abril a setembro. O volume de precipitação média é de 1.800mm/ano nas regiões norte e leste do Estado, e de 1.000mm/ano na sua região sul.

Embora pertença formalmente à região norte, no Estado de Tocantins encontra-se a vegetação de Cerrado e a Floresta Amazônica. Essa característica fica evidente na fauna e flora locais, onde se misturam animais e plantas das duas regiões.

A população do Estado de Tocantins é de 1.295,345 habitantes/2009, distribuídos em 139 municípios, com densidade demográfica de 3,30 habitantes por km². Entre as cidades mais populosas do Estado encontram-se Araguaína, Gurupi e Palmas a capital. A faixa etária de 0 a 14 anos representa 41,7% dos habitantes, entre 15 e 59 anos corresponde 52,7% e acima de 60 anos representam 5,6% do total da população. As mulheres representam 48,8% e os homens 51,2% da população.

O índice de mortalidade no Estado é de 2,60 por mil habitantes e a taxa de mortalidade infantil é de 25,6 óbitos por cada grupo de mil habitantes nascidos vivos, a taxa de analfabetismo a partir dos 15 anos é de 13,5 em 2009.

As principais atividades econômicas baseiam-se na produção agrícola, com destaque para a produção de arroz, milho, soja, mandioca e cana-de-açúcar. A pecuária é significativa, bovinos, suínos, eqüinos, bubalinos e também a piscicultura. Outras atividades significativas são as indústrias de processamento de alimentos, a construção civil, móveis e madeireiras. Possui ainda jazidas de estanho, calcário, dolomita, gipsita e ouro.

Palmas é Capital do Estado do Tocantins desde janeiro de 1990, e ocupa área de 2.745 km², a uma altitude de 260 metros, na região central do Estado. Sua construção foi iniciada no dia 20 de maio de 1989. A população residente em sua área metropolitana é de aproximadamente 188, 686 habitantes, sendo 55,5% de homens e 44,4% de mulheres.

Entre as principais atrações turísticas de Palmas encontram-se as belas e tranqüilas praias fluviais, com destaque às Praias da Graciosa e do Prata próximas do centro da cidade dotadas de infra-estrutura necessária à comodidade dos freqüentadores.

A Reserva Ecológica da Serra do Lajeado, distante 18 km do centro da cidade, tem 1.500 km² de área e se caracteriza por traços ambientais da caatinga, do cerrado e da floresta tropical úmida. Possui diversas cachoeiras que formam piscinas apropriadas para a prática da natação, destacando-se a do Roncador e a do Brejo da Lagoa, ambas com 70 metros de altura. Palmas com sua arquitetura, em estilo contemporâneo, assemelha-se à de Brasília, tendo como exemplo o Palácio Araguaia, sede do Governo e cartão de visitas da cidade. Embora pouco explorado, o setor de restaurantes, bares e casas noturnas oferece opções razoáveis ao turista.

O Tocantins possui a maior ilha fluvial do mundo, a ilha do Bananal nome em razão da existência de extensos bananais em seu território. Reserva ambiental desde 1959, a ilha é formada pelos rios Araguaia e Javés, possuindo área de mais de 1.916, 225 hectares. Esta subdivide-se em duas partes: ao norte, o Parque Nacional do Araguaia, com quase a totalidade da área da ilha, abrangendo também parte dos municípios de Pium, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia. Sua sede administrativa fica na localidade de Macaúba, à margem direita do Rio Araguaia. Ao

sul, o Parque Indígena do Araguaia, criado em 1971, possui 1.600 hectares, onde vivem índios das tribos Javaés e Carajás. Sua flora é típica do cerrado e da floresta Amazônica. Na ilha são ainda encontradas onças-pintadas, antas, capivaras, lobos, veados, ariranhas, gaviões-reais, águias-pescadoras e araras-azuis, entre outras espécies ameaçadas de extinção.

As cidades mais expressivas nas áreas econômicas, social e cultural são: Araguaína, que se desenvolveu a partir da construção da rodovia Belém-Brasília na década de 70, destaca-se como grande criadora de gado bovino, sendo por isso conhecida como "a Capital do Boi Gordo". É a cidade com maior população no Estado e em seu município encontra-se em vias de implantação, uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), localizada a 384 km da capital, Palmas. E Xambioá, situada no extremo norte do Estado, a 502 km da cidade de Palmas, a cidade está localizada na região conhecida como "Bico-de-papagaio". Xambioá, que em tupi-guarani quer dizer "pássaro veloz", é uma pacata cidade da beira do Rio Araguaia, com grandes extensões de praias e diversas ilhas fluviais ao longo do rio, como a ilha do Paletó e ilha do Campo.

Outra cidade que se destaca é Natividade, situada 218 km ao sul da capital do estado, numa região descoberta em 1728, foi sede provisória da Comarca do Norte de Goiás, no período de 1809 a 1815. Ainda no século XIX, foi o berço das primeiras manifestações para a separação da região norte do Estado de Goiás. Tombada em 1984 pelo Patrimônio Histórico Nacional, a cidade conserva, em antigos casarões e ruas estreitas, a sua arquitetura colonial de influência portuguesa e francesa. O Centro Histórico de Natividade é considerado o mais importante e bem conservado acervo arquitetônico do Estado de Tocantins. Temos também o Jalapão que é um lugar de descobertas permanentes. Em plena mata de transição entre o cerrado e caatinga, onde predomina uma vegetação rasteira similar às savanas, surgem cachoeiras, rios de águas cristalinas, corredeiras, grandes chapadas e formações de cores e formas variadas, destacam-se dunas de areias douradas, com até 30 metros de altura, o que levou o lugar a ser chamado de deserto do Jalapão. Seria deserto se o Jalapão não fosse também um paraíso das águas e um lugar onde a presença de flores e animais exóticos que salta aos olhos, um convite de contemplação e aventura.

Temos também a Ferrovia Norte Sul no trecho entre Açailândia e Araguaína com 361 km de extensão, outro trecho beneficiando Araguaína a Palmas com 359 km de extensão. Esta Ferrovia vem beneficiar o Tocantins através do escoamento expressivo de grãos, atingindo o patamar de 4,9 milhões de toneladas desde o início

da operação comercial. O escoamento da produção pela ferrovia representa para o produtor local uma redução no custo do frete calculada em torno de 30 % em relação ao praticado pelo modal rodoviário.

O Parque Cantão com a conservação do patrimônio natural existente no Estado, localizado no município de Caseara, a 260 km de Palmas, enriquece o conhecimento dos visitantes sobre os atrativos naturais e estimula a valorização do meio ambiente e da cultura local, incluindo também as atividades de pesquisas científicas; acampamentos e recreação na temporada de praias.

Existe uma população de aproximadamente 7mil índios no Estado do Tocantins, distribuídos entre sete grupos, que ocupam área de 2.171.028 hectares. Desse total, 630.948 hectares já foram demarcados pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Cerca de 74% das terras indígenas, que correspondem aproximadamente a 1.795.080 hectares, incluem apenas duas áreas que ainda estão em processo de demarcação, embora já estejam ocupadas pelos Javés e Boto Velhos.

O grupo indígena mais numeroso é o dos Krahôns, que ocupa área de 302.533 hectares já demarcada pela FUNAI, nos municípios de Goiatins e Itacajá. Os Xeretes representam o segundo grupo em tamanho. Ocupam área também já demarcada pela FUNAI, de 167.542 hectares, no município de Tocantínia.

4.2 A Educação de Jovens e Adultos

O inciso I do art. 214 da Constituição Federal estabelece como um dos objetivos do Plano Estadual de Educação a interação de ações do Poder Público que conduzam a erradicação do analfabetismo.

Até os anos 80, o território onde foi criado o Estado do Tocantins se caracterizava como um espaço geográfico abandonado por ações de Governo.

Assim, baseado na Resolução CNE/CEB N° 1, de 5 julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, em conformidade com o disposto no Art. 9º, 1º, alínea “c”, da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, o Tocantins buscou inovar e articular ações que promovessem a Educação de Jovens desde a Alfabetização até o 3º segmento da EJA.

Nas escolas estaduais do Estado do Tocantins, temos expandido turmas do Programa Brasil Alfabetizado, buscando parceria com os 139 municípios do Estado. Nessa mobilização estamos também, reforçando a necessidade de prosseguimento através da EJA, modalidade ofertada nas escolas da Rede Estadual e municipal do Tocantins, sendo ofertada na rede estadual a modalidade que no momento atual se caracteriza da seguinte forma:

PROEJA

Contamos com duas salas em funcionamento na cidade de Palmas, na área de Manutenção e suporte em informática, na Escola Estadual Novo Horizonte, zona urbana. Progressivamente ofertaremos em 2011 mais 30 escolas nas áreas de demanda do município, incluindo escolas indígenas, sendo os cursos: Agropecuária, Agronegócio, Cooperativismo, Manutenção e suporte em informática, Administração, Informática, Biotecnologia, Música/Instrumentos Musicais, Enfermagem, Segurança no Trabalho, Refrigeração e Climatização, Mecânica, Panificação, Apicultura, Aqüicultura, Controle Ambiental, Fruticultura, Mineração, Artesanato, Pesca, Farmácia, Trânsito e Secretariado.

Matriz Curricular PROEJA – Regime Seriado/Semestral (Período), turno noturno, carga horária total de 3.860 h.

EJA - 1º AO 3º SEGMENTO

Com a matriz curricular do 3ºseg de 1500 horas/aula, ensino diurno e noturno, com duração das aulas de 50 minutos/diurno/noturno 48 minutos, dias letivos 100, semanas letivas 20 e dias letivos semanais 05. O 2º segmento tem cargas horárias total de 2000 horas/aula, ensino diurno e noturno, com duração das aulas de 50 minutos/diurno/noturno 48 minutos, dias letivos 100, semanas letivas 20 e dias letivos semanais 05. O 1ºsegmento tem carga horária de 1600 horas/aula, ensino noturno e diurno, com duração das aulas de 60 minutos, dias letivos 100, semanas letivas 20 e dias letivos semanais 05.

EDUCAÇÃO EM AMBIENTE DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

A modalidade de educação ofertada nas prisões é EJA; nas Regionais de Araguaína, Gurupi, Palmas, Porto Nacional e Paraíso.

Atendimento hoje, em seis unidades prisionais, uma média de 260 alunos matriculados, sendo ensino fundamental e médio;

Os alunos das Unidades Prisionais são atendidos da mesma forma que os alunos das Unidades Escolares do ensino regular; são desenvolvidos projetos de leitura, pintura em tela, demais atividades culturais, além de feiras de ciências que contribuem para o desenvolvimento intelectual e cultural dos alunos;

Há bibliotecas que serão incrementadas com a aquisição de acervo com recursos do PAR. É desenvolvido um processo de formação continuada que envolve professores e agentes do sistema, afim de que a educação seja discutida e desenvolvida em parceria; em 2007 foram realizados 04 módulos; em 2008 02 módulos e em 2009 a previsão é que seja realizado 01 módulo de formação que integre os gestores agentes e professores.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos contribui no ensino da educação dos quilombolas e na educação especial da rede estadual de ensino, tendo uma expressiva participação dos mesmos.

PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO

O Programa de alfabetização de Jovens e Adultos do Estado do Tocantins foi implantado em 1999 através da mobilização de vários setores da sociedade nos 139 municípios. O Programa funciona com servidores voluntários e professores da educação básica da rede estadual e municipal de ensino, tendo por objetivo superar o analfabetismo. Em mais de uma década de trabalho o Programa de alfabetização de Jovens e Adultos já alfabetizou

mais de 140 mil pessoas. Este Programa tem duração de oito meses com carga horária de 320 horas e exige Formação Inicial para os alfabetizadores com carga horária mínima de 40 horas e Formação Continuada de 60 horas. A cada Etapa de Alfabetização o MEC edita uma nova RESOLUÇÃO, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática dos recursos financeiros aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e para o pagamento de bolsas no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Constituição Federal de 1988 – Art. 208.

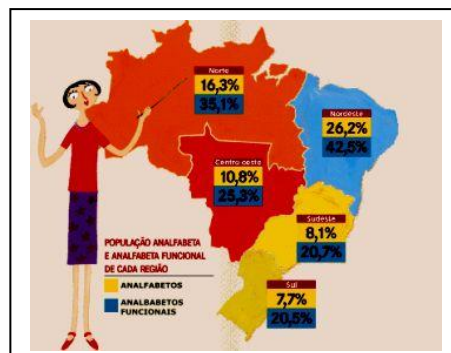
No Brasil existem 20 milhões de adultos analfabetos. A capacitação para o uso da leitura e escrita torna-se cada vez mais importante para a expressão plena da cidadania. Na região norte o índice de analfabetismo é 14%. O total da população do Estado do Tocantins a partir de 15 anos corresponde a 805.508 habitantes, segundo a PENAD/2002. O número de alunos matriculados na EJA (1º segmento) em 2004, segundo dados do Censo Escolar 2005, corresponde a 3.291 na rede estadual e somando as redes municipais e privada corresponde a 11.089 alunos. Em 2006, segundo dados da modulação do sistema estadual, estão matriculados nas escolas estaduais 3.731 alunos da EJA 1º segmento.

zona rural, com experiência em trabalhar com a terra, migram pra cidade em busca de melhores condições de vida (escola, saúde), são expulsos pela expansão do latifúndio de monocultura e trazem em sua bagagem o empírico passado.

Ao atrair o adulto para a escola, é preciso garantir que ele não abandone. As altas taxas de evasão (menos de 30% concluem os cursos) têm origem no uso de material didático inadequado para a faixa etária, nos conteúdos sem significado, nas metodologias infantilizadas aplicadas por professores despreparados e em horários de aula que não respeitam a rotina de quem estuda e trabalha. Problemas como esses podem ser resolvidos quando o professor conhece as especificidades desse público e usa a

realidade do aluno como eixo condutor das aprendizagens, como você verá nas próximas páginas. Após a alfabetização, garantir a continuidade dos estudos é outro desafio. "Quem já sabe ler e escrever quer também fazer o Ensino Fundamental e o Médio", afirma Vera Masagão Ribeiro, coordenadora da organização não governamental Ação Educativa, responsável pela elaboração do material didático de EJA distribuído pelo MEC. Por isso as parcerias nessa área são bem-vindas. Na edição do próximo mês você conhecerá alguns projetos presenciais e a distância desenvolvidos por secretarias de educação e pela sociedade civil e como a especialização em EJA tem sido preocupação dos institutos de formação de docentes.

EJA no Brasil número de matrículas	
1999	3071906
2000	3410830
2001	3777989
2002	3779593
2003	4240703
FONTE: INEP	



Analfabetos na sociedade letrada: diferenças culturais e modos de pensamento ¹ *Marta Kohl de Oliveira**

Quando nos referimos ao analfabeto na sociedade letrada, isto é, a esse sujeito que vive no mundo urbano, escolarizado, industrializado e burocratizado e que não tem o domínio da palavra escrita, estamos nos referindo, na verdade, a um grupo social extremamente homogêneo. É um grupo composto, em sua maioria, por migrantes de zonas rurais, principalmente região Nordeste do país, trabalhadores em

ocupações pouco qualificadas e com uma história descontínua e mal-sucedida de passagem pela escola; seus pais também eram trabalhadores em ocupações braçais não-qualificadas (principalmente lavoura) e com nível instrucional muito baixo (geralmente também analfabetos). A caracterização desse grupo cultural repete-se nas várias situações escolares e de pesquisa que lidam com esse personagem que designamos genericamente como "analfabeto": ele tem um lugar social específico, que vai combinar-se com a sua incapacidade de utilizar o sistema simbólico da escrita.

Se quanto a suas características socioculturais sabemos claramente o que é o analfabeto, quanto ao domínio do sistema de escrita, parece que não estamos lidando com um grupo formado por indivíduos muito semelhantes entre si. Os adultos que chamamos de analfabetos, imersos no mundo letrado, vão sendo contaminados pelas informações desse mundo e acumulam conhecimentos sobre suas regras de funcionamento e sobre o próprio sistema de escrita.

Numa sociedade tão saturada de escrita como a grande cidade contemporânea, raramente encontramos pessoas completamente analfabetas. Obviamente que, como consumidor da palavra escrita, o analfabeto está em desvantagem em relação àqueles indivíduos que, tendo passado por um processo regular de escolarização, dominam a lógica do mundo letrado. Mas ele sabe coisas sobre esse mundo, tem consciência de que domina completamente o sistema de leitura e escrita e está, ativamente, buscando estratégias pessoais para lidar com os desafios que enfrenta nas esferas da vida que exigem competências letradas. Frequentemente esses indivíduos sabem escrever o próprio nome, muitas vezes reconhecem ou sabem escrever algumas letras, conhecem o formato de algumas palavras, conhecem os números. Alguns conhecem letra de forma, mas não letra cursiva, outros têm dificuldades de saber onde "termina uma palavra e começa outra", outros, ainda, conhecem as letras, mas não sabem "juntá-las". O rótulo "analfabeto" não identifica, pois, um estágio de alfabetização bem definido. Poderíamos trabalhar, na verdade, com a idéia de "graus de analfabetismo": exposto de uma forma particular aos estímulos do mundo letrado, submetido ou não a algum tipo de treino escolar ou instrução por parte de pessoas mais escolarizadas, usando sua capacidade de reflexão sobre o contexto em que vive e sobre seu próprio conhecimento, cada indivíduo constitui uma combinação específica de capacidades, não havendo a formação de um grupo homogêneo quanto ao domínio do sistema de leitura e escrita.

A consideração do lugar social do analfabeto, juntamente com a idéia dos diferentes graus de analfabetismo, coloca a questão do analfabetismo no mundo letrado menos como um problema que diz respeito às relações entre culturas e modos de pensamento. Isto é, o analfabeto não é qualquer indivíduo tecnicamente definível como privado da capacidade de leitura e escrita e, portanto, necessitado de uma ação alfabetizadora que simplesmente lhe permita o acesso ao sistema simbólico da escrita. Ao contrário, a questão central parece ser o enfrentamento de um grupo cultural de origem iletrada (e rural, tradicional, sem qualificação profissional) com o modo de pensar dominante na sociedade letrada e urbana, escolarizada, industrializada, marcada pelo conhecimento científico e tecnológico).

**5 - Metas para a EJA no Estado:**

EIXO: OFERTA DE VAGAS DE ALFABETIZAÇÃO DE EJA NAS ZONAS RURAL E URBANA								
Situação-problema	Ação	Estratégias	Objetivos	Metas	Recursos	Responsável	Período	Avaliação
	2-Realizar 13 audiências Públicas:	2-Promover reuniões com vereadores, prefeitos e secretários municipais de Educação, visando ações articuladas de alfabetização e educação de jovens e adultos	Ampliar o atendimento de Alfabetização e EJA		R\$ 15.000,00	Coordenadoria de EJA	Janeiro de 2011 a março de 2014	Avaliação será bimestralmente conforme o compromisso das Prefeituras em firmar parceria com o Estado para expansão da EJA 1º Segmento .
	3- Realizar campanhas no rádio, T.V, carro de som, panfletos, outdoor, para sensibilizar jovens e adultos para completar os estudos	3- Divulgação da oferta do 1º segmento de EJA através do rádio, carro de som, panfletos.			Recurso da Agenda Territorial R\$ 50,000,00			
Falta de Inserção dos egressos do Programa Brasil Alfabetizado no 1º	4-Proporcionar abertura de turmas do 1º segmento de EJA, nos municípios onde apresentam demanda	4- Levantamento da demanda em cada município: Buscar parceria com entidades para		139 Municípios	R\$ 59.000,00 FONTE 14	Coordenadoria de EJA	Janeiro de 2011 a março de 2014	



Segmento da EJA zona urbana e rural.		proporcionar um ambiente propício a aprendizagem.						
	5-Implantar Comitês Municipais de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. 6-Organizar encontros para divulgar e fortalecer a política de EJA. Estaduais	5-Formar 13 Comitês nas DREs para articular as atividades de Alfabetização e Educação de jovens e Adultos						
Estratégia inadequada de matrícula para a modalidade EJA.	Elaborar proposta de reestruturação da estratégia de matrícula da EJA	Promover reuniões para rever a estratégia de matrícula da EJA com o CEE, CME e Coord. de Legislação e Certificação da Seduc representantes de seguimento da EJA(Secretaria Municipais de Educação,Fóru	Construir uma estratégia de matrícula da modalidade EJA atendendo as suas especificidades.	Atender 100% das Diretorias Regionais de Ensino e 100% das Secretarias Municipais de Educação.		Coordenadoria da EJA	março2011 a dez\2010	Após analisada e aprovada a Estratégia de Matrícula, a avaliação será semestralmente através do acompanhamento a demanda de turmas e permanência do aluno.



		m,Agenda Territorial, Universidades)						
Falta de política que garanta espaço físico, professores com	Realizar levantamento e condensar os dados das U.E que ofertam a modalidade EJA.	Apresentar no seminário, a proposta do ambiente próprio para educação de Jovens e	Implantar o Centro de Específico da EJA no Estado do Tocantins através de	Atender alunos de EJA em todos os turnos	R\$335.000,00 80.000,00 FONTE 14	Coordenadoria da EJA	Março 2011 a dez\2014	Bimestralmente observando o desempenho dos alunos, integração e nível de satisfação da equipe da Unidade



dedicação exclusiva na EJA e carga horária específica.	Realizar anualmente seminário de Práticas Pedagógicas na Alfabetização, Sistema Prisional e 1º ao 3º da EJA.	Adultos, com professores de dedicação exclusiva em EJA(com carga horária diferenciada e atendimento direcionado através de monitor\tutor)	experiência piloto.					Escolar, no processo ensino aprendizagem, através do acompanhamento dos índices de aproveitamento.
--	--	--	---------------------	--	--	--	--	--



EIXO METODOLOGIA ADEQUADO AO PUBLICO DE EJA								
Problema situação	Ação	Estratégias	Objetivo	Metas	Recursos	Responsável	Período	Avaliação
Falta de matriz de referência teórico-pedagógica unificada para a Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos(1º, 2º e 3º segmento)	Reestruturar a Proposta Pedagógica da Alfabetização, do Sistema prisional e a proposta curricular do 1º ao 3º Segmento da EJA, tornando-a matriz de referência curricular da modalidade EJA	Coleta das propostas das 13 Diretorias Regionais de Ensino	Embasar teórico-metodológica mente os profissionais que atuam na Alfabetização de Jovens e Adultos através do Referencial Curricular da EJA.	Atender todas as escolas da rede pública de ensino		Coordenadoria da EJA	Médio prazo	Acompanhamento da aplicabilidade da matriz de referência in loco, verificação da participação dos alunos nas atividades pedagógicas e redução do índice de abandono
	Implantar a matriz de referência em todas as Unidades Escolares que ofertam a modalidade EJA	Reuniões técnicas com a Equipe do Currículo SEDUC para reestruturação da matriz de referência da modalidade EJA	Nortear os profissionais que atuam na educação de Jovens e Adultos.	Atender todas as escolas da rede pública de ensino dos 100% municípios		Coordenadoria da EJA	fev\11 A Dez\11	
	Publicar 2000 exemplares do referencial Unificado	Distribuir um exemplar do Referencial	Acompanhar o desenvolvimento					



	da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.	para cada profissional da EJA.	nto acadêmico dos alunos da Alfabetização e EJA.					
Falta de Monitoramento	Realizar monitoramento nas turmas de alfabetização mensalmente;	Estabelecer plano de trabalho enfatizando o monitoramento e intervenção nas turmas de Alfabetização e educação de Jovens e adultos.			R\$ 117.000,00			
	Realizar monitoramento nas turmas de Educação de Jovens e Adultos bimestralmente.				R\$ 95.000,00			

EIXO: INSERÇÃO AO MUNDO DO TRABALHO

Situação-problema	Ação	Estratégias	Objetivos	Metas	Recursos	responsável	Período	Avaliação
Falta de proposta adequada aos alunos da EJA nos cursos profissionalizantes	Encaminhar os alunos da EJA para participarem de cursos profissionalizantes	Buscar parcerias com o sistema S e Secretaria da Juventude e Proeja	Preparar os alunos da modalidade EJA para inserção no mercado de trabalho.	100% das escolas da rede estadual de ensino que ofertam a modalidade EJA.		Coordenadoria da EJA	Jan 2011 a Dez 2014	Será mediada através da melhoria do nível de aprendizagem do aluno bimestralmente
Falta sensibilizar aos alunos quanto à escolha profissional	Realizar palestras motivacional e oficinas de orientação vocacional	Buscar parcerias com SEBRAE, Ruraltins, Sistema S, Secretaria da	Orientar os alunos da modalidade EJA para o mercado de trabalho		R\$50.000,00 Programa 49 Fonte 00			Trimestralmente através da valorização da Educação de Jovens e Adultos,



		Juventude e Ação Social						observando a satisfação, auto-estima e permanência do aluno com sucesso na escola.
Falta de oferta de cursos alternativos com horário adequado ao tempo escolar do aluno	Adquirir equipamentos para realização de oficinas laborais.	Proporcionar aos alunos da EJA participações em feiras das profissões promovidas pelas universidades	Preparar o aluno da modalidade EJA para o campo de trabalho.	50% das escolas da rede estadual de ensino que ofertam a modalidade EJA		Coordenadoria da EJA	Mar 2011 a Dez 2014	Mensal através da participação contínua e envolvimento dos alunos nas atividades laborais e pedagógica, resultando na melhoria do desempenho



Eixo: Formação continuada para professores de EJA								
Situação-problema	Ação	Estratégia	Objetivos	Metas	Recursos	Responsável	Período	Avaliação
Falta cursos de especialização para professores da Modalidade EJA	<p>Proporcionar curso de especialização em EJA.</p> <p>Firmar convênio com Instituições de Ensino Superior para aplicabilidade do curso.</p> <p>_____</p> <p>Aquisição bibliográficas literárias, culturais, legislações e educacionais voltadas para Educação de Jovens e Adultos. (Priorizar autores regionais).</p> <p>_____</p>	<p>Fortalecer as práticas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos</p> <p>Buscar parcerias junto as universidades Estaduais e Federais</p> <p>_____</p> <p>Ampliar e enriquecer a práxis pedagógicas dos profissionais que atuam na EJA através de fonte de pesquisa.</p> <p>_____</p> <p>Instituir uma comissão para estabelecer os critérios de elaboração,</p>	<p>Qualificar os profissionais que atuam na EJA.</p>	<p>Atender 500 professores da rede pública de ensino</p>		<p>Coordenadoria da EJA</p>	<p>Jan\2011 a Dez\2014</p>	<p>A Avaliação será realizada durante o curso, observando a participação do cursista e aplicabilidade do conhecimento adquirido no fazer pedagógico em sala de aula</p>
Falta de acervo bibliográfico para os profissionais que atuam em EJA.	<p>Incentivar os profissionais que atuam na EJA a desenvolverem projetos com impacto na aprendizagem</p>	<p>Instituir uma comissão para estabelecer os critérios de elaboração,</p>	<p>Melhoria do desempenho acadêmico da EJA.</p> <p>Enriquecer as aulas através dos recursos audiovisuais</p>		<p>R\$12.000,00 FONTE 14</p>	<p>Coordenadoria da EJA</p>	<p>Jan\2011 a Dez\2014</p>	<p>A avaliação será realizada mediante o acompanhamento ao uso do acervo bibliográfico pelos profissionais da EJA, utilizando-o no planejamento e desenvolvimento</p>



	através de premiações	desenvolvimento e execução para seleção de projetos com resultados impactantes na aprendizagem.	Incentivar e valorizar os profissionais que atuam na EJA . Destacar a importância da EJA no cenário da Educação no Estado.					de projetos, ensino de aprendizagem nas unidades Escolares. Através da demanda de inscritos para apresentações dos projetos , melhoria do desempenho dos profissionais no processo ensino aprendizagem da EJA.
Falta de valorização dos profissionais que atuam na EJA				100 % das escolas da rede estadual de ensino que ofertam aEJA.		Coordenadoria da EJA	Jan\2011 a Dez\ 2014	

Falta de materiais didático pedagógicos adequados para o Ensino Fundamental modalidade EJA 1°, 2° segmento.	Adquirir Kits de materiais didático pedagógico para subsidiar os alunos da modalidade EJA	Oferecer melhores condições de escolarização nos alunos da EJA.	Melhorar o desempenho acadêmico e diminuir a evasão escolar.	100% dos alunos da EJA de 1/ e 2° segmento.	R\$ 170.000,00 FONTE 14	Coordenadoria da EJA.	Jan\2011 a Dez\2014	Através do gerenciamento dos dados de melhoria de desempenho escolar do aluno; aprovação, reprovação e abandono.
Falta de	Adquirir Kts	Oferecer	Melhorar o	100% dos				



materiais pedagógicos adequados para o Ensino Médio modalidade EJA de 3º segmento.	de materiais didático pedagógicos para subsidiar os alunos da Modalidade EJA.	melhores condições de escolarização nos alunos da EJA	desempenho acadêmico e diminuir a evasão escolar	alunos do Ensino Médio modalidade EJA de 3º segmento.				
Dificuldade de acesso e permanência do aluno trabalhador da EJA.	Valorização dos alunos do 3º segmento com bolsa-auxílio com 75% de frequência escolar.	Viabilizar através de políticas públicas a inclusão social do aluno trabalhador.	Diminuir os índices de evasão escolar.	Reduzir em 5% ao ano o índice de evasão em 80% das Unidades escolares que ofertam EJA.		Coordenadoria da EJA	Jan\2011 a Dez\2014	Será realizada através do monitoramento da frequência, participação e aprendizagem do aluno por meio de instrumento informativo da vida escolar do aluno de EJA.
	Realizar Formação Continuada específica para os profissionais da .	Oferecer formação em serviço e em períodos determinados para os professores da	Melhorar o desempenho acadêmico e diminuir evasão escolar dos alunos da EJA.	Capacitar 100% dos professores da EJA		Coordenadoria da EJA	Jan\2011 a Dez\2014	Através do gerenciamento dos dados de melhoria de desempenho escolar do aluno aprovação, reprovação e abandono.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Permitiu-nos o Curso de Gestão Social e Políticas Educacionais em EJA, compreender o processo educativo com práticas da educação popular, alcançamos o mínimo de convivência, entre as atividades propostas tanto em sala ou *online*, onde além de respirarmos um clima agradável, respiramos cultura, saberes, respeito à diversidade e assim permitam-me falar de Rubem Alves, “saber com sabor”, dessa forma nos sentimos nesse curso.

Entre os eixos temáticos trabalhados através dos módulos tais como: marcos estratégicos das ações da EJA, incidência de políticas públicas de educação ao longo da vida, desenvolvimento territorial sustentável, gestão social de políticas públicas, planejamento e gestão social de projetos educacionais em EJA, estes eixos nos permitiram planejar mudanças e construí-las de modo democrático e solidário, partindo da história diária dos homens e mulheres do nosso meio.

No entanto, sabemos que isso não é suficiente, pois os atuais desafios sociais e educativos estão exigindo uma revisão profunda das práticas, além da elaboração de ações ou cursos de capacitações, nos quais assumimos o desafio de melhorar e transformar a realidade dos educandos e educadores.

Entendemos, também, que cada vez mais a comunicação em rede é necessária e a discussão das partes que envolva as Secretarias estaduais e municipais Conselhos, Agenda Territorial, Fórum da EJA, Universidades, comunidade, acadêmicos, sindicatos e outros buscando, juntos, práticas e ambiente em que os educandos não se sintam excluídos e possam desenvolver plenamente suas potencialidades.

Com certeza podemos afirmar que dentro de cada um de NÓS, brotou a semente do entusiasmo, da força e luta pelas causas da Educação de Jovens e Adultos ao longo da vida proporcionando sustentabilidade às iniciativas no cotidiano do nosso estado.

Desse modo, esperamos que o Plano Estratégico de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos proporcione uma educação de qualidade aos alunos desta modalidade, levando em consideração os dados coletados e analisados, pois através deles detectamos as deficiências e as dificuldades enfrentadas.



Na certeza de que aperfeiçoar a metodologia aplicada em sala, proporcionando aos Profissionais de Educação de Jovens e Adultos, formação continuada em serviço estimula o educador(a) a construir e buscar conhecimentos e técnicas apropriadas para trabalhar com a modalidade EJA e suas especificidades. Bem como sensibiliza o educador (a) quanto à importância do acompanhamento do educando para sua permanência na sala de aula.

Dessa maneira, o Plano Estratégico contempla ações que serão executadas por esta Coordenadoria/ Diretoria da Diversidade/SEDUC juntamente com as Diretorias Regionais de Ensino/ SEDUC e Unidades Escolares, para a valorização da Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos e conseqüentemente a melhoria do ensino aprendizagem.

7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Constituição Federal**, de 5 de outubro de 1988. Brasília, 1988.

_____. Educação para Jovens e Adultos: **Ensino Fundamental: Proposta Curricular - 1º e 2º segmento/coordenação e texto final Vera Masagão Ribeiro**. São Paulo: Ação Educativa: Brasília/DF.

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 2007.**

_____. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – 2008.**

_____. **Lei 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Brasília, 1995.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, **Alfabetização e Diversidade**. Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CINFINTEA)/ Ministério da Educação (MEC) – Brasília: MEC, Goiânia: FUNAPE/UFG/2009.

_____. **VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA)** – Marco de Ação de Belém – revisado por: Timothy Ireland e Carlos Spezia – UNESCO – Brasília / DF. 2010.

FREIRE, **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários a prática Educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

TOCANTINS -**PES- Sare** – Secretaria da Educação e Cultura – 2009.